Michel Misse

MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS
& a acumulação social da violência no Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1999, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia

Banca Examinadora:

Prof. Luís Antônio Machado da Silva

Prof. Edmundo Campos Coelho
Prof. Luiz Eduardo Soares
Prof. Roberto Kant de Lima
Prof. Sérgio Adorno

Rio de Janeiro
1999

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

Capítulo 1: VIOLÊNCIA, CRIME, CORRUPÇÃO:

CONCEITOS EXÍGUOS, OBJETO PLENO

1. Violências
2. Incriminação e sujeição criminal
3. Da acusação social à criminação/incriminação
4. Da criminalidade real à demanda de incriminação
5. A sujeição criminal
6. Condensação criminal e pobreza urbana

Capítulo 2: A ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

1. Números e representações
2. A criminação no Rio de Janeiro (1942/1997)
3. O buraco negro da vitimização

Capítulo 3: METAMORFOSES DO FANTASMA

Capítulo 4: A SUJEIÇÃO CRIMINAL

Capítulo 5: MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS

Capítulo 6: O "MOVIMENTO": MERCADOS ILÍCITOS E VIOLÊNCIA

Capítulo 7: DOMÍNIO LOCAL E SOCIABILIDADE

FONTES

BIBLIOGRAFIA

RESUMO

O objeto deste estudo é o que o autor propõe chamar de uma "acumulação social da violência no Rio de Janeiro", em torno da constituição de um "fantasma" social, que interliga pobreza urbana, desnormalização e criminalidade. No capítulo 1, o autor propõe uma perspectiva sociológica e discute a diferença dessa perspectiva em relação às representações da violência, do crime e da corrupção. A partir de três dimensões envolvidas na acumulação de práticas e representações reunidas na noção de violência urbana" (a "continuidade", a "antiguidade" e as "metamorfoses" dos padrões de sociabilidade e das práticas criminais), o autor organiza os demais capítulos do trabalho. Investiga, no capítulo 2, os números-representações da violência urbana desde os anos 50, que assinalam o seu aumento quantitativo continuado, as diferenças entre as demandas sociais de incriminação e o processo estatal de incriminação, a representação social de "impunidade" e define os "núcleos fortes" em torno dos quais gravita a representação da violência urbana. No capítulo 3, o autor trata das transformações ocorridas, desde o início do século, nas práticas criminais e na associação entre pobreza urbana e criminalidade, tal como comparecem nos números-representações do processo de incriminação no Rio de Janeiro desde meados do século até agora.

No capítulo 4, o autor propõe o conceito de "sujeição criminal" para diferenciar a incriminação eventual da constituição de tipos sociais de incriminados regulares, propõe uma tipologia de auto-justificações da sujeição criminal e discorre sobre trajetórias de indivíduos que tentaram "sair" da sujeição criminal seja através de uma "conversão", seja através de mudanças de posição do núcleo forte para as franjas da sujeição criminal. O capítulo 5 discute as representações de continuidade entre os tipos sociais principais da sujeição criminal na cidade, o "malandro", o "marginal" e o "vagabundo" e propõe uma reavaliação da historiografia sobre o assunto, além de analisar a trajetória de um ex-presidiário que vivenciou os três tipos de sujeição.

O capítulo 6 propõe uma perspectiva analítica para a compreensão do ciclo mais recente da acumulação da violência, a partir da hipótese de que um dos principais fatores do incremento dos recursos à violência nas práticas criminais é a sobreposição de dois mercados ilícitos: o mercado de drogas e o de "mercadorias políticas". Para o autor, a estruturação das redes de quadrilhas sob os nomes de "Comando Vermelho" e "Terceiro Comando" estão ligadas à especificidade das condições penitenciárias e ao crescimento da oferta de mercadorias políticas a partir de meados dos anos 70. O capítulo 7 trata das metamorfoses do "movimento" desde o final da década de 60 e de suas formas de domínio local nas áreas urbanas pobres. A partir de uma pesquisa na "Vila Proletária do Brasil", um conjunto habitacional da Avenida Brasil, o autor reconstitui a formação dos vínculos que estrutura as redes e sua liderança local, estrutura que pode garantir sua reprodução ou permanência, e seu impacto sobre a sociabilidade local.

Nas conclusões, o autor sugere a possibilidade de construção de um modelo analítico para o conjunto de sua argumentação, assinalando a complexidade do objeto e a necessidade de se distinguir da heterogeneidade de associações causais envolvidas, as dimensões analíticas recorrentes cuja reprodução social garantiria a continuidade da acumulação social da violência.

AGRADECIMENTOS

Devo esta tese à colaboração de muitas pessoas e instituições e me é impossível nomear a todos, sob o risco de cometer injustiças. Todas as referências que faço no corpo da tese, a pessoas, livros ou artigos, bases de dados e instituições devem ser consideradas também como referências de dívidas contraídas, a bem do desenvolvimento deste trabalho.

Entre as instituições, devo agradecimentos especiais ao Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ e ao seu corpo docente e de funcionários, que sempre atenderam às minhas solicitações, incentivando-me de diferentes maneiras a perseguir esse doutoramento; ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, que me recebeu novamente, agora como aluno temporão, e ao seu corpo docente e de funcionários, pela constante atenção e disponibilidade às minhas demandas nem sempre razoáveis; ao CNPq, ao seu corpo de assessores e pareceristas, e aos seus funcionários da área de Ciências Sociais e Humanas, por me beneficiarem com uma Bolsa-Sanduíche, sem a qual não teria podido realizar a a proveitosa estadia na École des Hautes Études en Sciences Sociales, entre outubro de 1996 e setembro de 1997.

Alguns amigos, colegas e professores foram especialmente importantes na minha trajetória mais recente da qual esta tese é o principal resultado: Dilson Motta, Marco Antonio da Silva Mello, Roberto Kant de Lima, Wanderley Guilherme dos Santos, Roberto da Matta, Elisa Pereira Reis, Gilberto Velho, Luis de Castro Faria, Paulo Baía, Filipina Chinelli. Tive a sorte de contar com dois excelentes interlocutores: Daniel Pécaut, que me recebeu na EHESS com uma gentileza pessoal e um interesse permanente pelo meu tema de pesquisa e Luis Antonio Machado da Silva, que orientou com seu conhecido senso crítico nossas convergências e divergências quanto ao objeto desta tese, dando-me toda a liberdade de até, eventualmente, contrariar suas próprias idéias sobre o assunto. Tenho por ambos hoje uma reconhecida amizade.

Aos meus alunos do IFCS-UFRJ, especialmente os que se inscreveram na disciplina "Direito e Sociedade", em 1998, que transformaram seu trabalho de curso num pioneiro levantamento índice das principais notícias veiculadas sobre crime e violência por um conhecido periódico da cidade, de 1958 a 1981. Seu trabalho foi fundamental para a demonstração de algumas de minhas hipóteses. Agradeço

particularmente a Jane Santos de Oliveira, que também me ajudou nas entrevistas, e a Gustavo dos Santos Pires, que aplicou questionários aos presidiários. Aos meus alunos bolsistas de iniciação científica do CNPq, Denise Nonato do Nascimento, Andréia Carla Gama da Silva e Luís Felipe Costa Coelho e aos nossos colaboradores Elena Monteiro Welper, Luís Otávio de Lima Gualberto, Bárbara Salvaterra Miranda e Carla Maria Serafini, que trabalharam comigo e ajudaram muito na pesquisa de fontes, em entrevistas e na pesquisa de campo, contribuindo para que eu formulasse o primeiro esboço da tese. Devo agradecimento muito especial a Denise Nonato do Nascimento e a Margarida. Elas me conduziram no meu principal trabalho de campo.

Aos meus pais, Constantino e Sumaya
A Fátima Regina Gomes Tavares, minha mulher
A André, Daniel e Michel Filho, minha esperança.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é propor uma abordagem analítica e um conjunto de hipóteses que, pretendo, sejam úteis ao esclarecimento de minha questão principal, a de que existiu uma específica « acumulação social da violência » no Rio de Janeiro. Embora o modelo se circunscreva explicitamente a essa cidade, ele pode ganhar abrangência pelos seus operadores analíticos e pelo que nele possa ser comum a outras grandes cidades brasileiras, das quais o Rio seria apenas uma versão exagerada, um « tipo ideal ». Não se trata de demonstrar um « aumento da violência urbana », mas de incluir a percepção social do que seja esse aumento numa temática sociológica de « acumulação social de padrões diferenciados de sociabilidade». Para tanto, proponho distinguir as representações sociais das diferentes práticas acusadas de violentas, dos processos sociais através dos quais essas práticas se acumularam, reciclando também a acumulação dessas representações. Passo das representações às práticas e dessas retorno às representações, visando detectar os principais momentos desse processo social de acumulação de variados referentes de um signo de insegurança e « perigo social » unificados no termo « violência urbana». Embora esse termo seja recente e algumas vezes aplicado anacronicamente a épocas passadas, seu referente principal, que interliga práticas criminais, segurança pública e « perigo social » é antigo e diversamente recorrente na « memória social » da cidade.

Pretendo demonstrar que esse fenômeno, representado atualmente como um « fantasma », não é exclusivamente decorrente de uma ruptura de padrões entre a criminalidade anterior aos anos 80 e a criminalidade que se lhe seguiu até agora, mas dependeu de uma acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades « subculturais » sem as quais seria difícil explicar a montante, a persistência, a amplitude espacial e a formação de redes de quadrilhas e de corrupção policial cujos efeitos de violência passaram a ser representadas como uma « novidade » na antiga Cidade Maravilhosa. Não se trata, evidentemente, de uma argumentação de « continuidade linear » ou « evolucionista », mas da hipótese de um processo complexo de acumulação contínua por meio de metamorfoses de padrões, seja da sociabilidade intra e inter-classes e de seus segmentos sociais, seja da seleção e migração de recursos

e estratégias ilegais para a consecução de fins econômico-aquisitivos através de ligações e sobreposições entre diferentes mercados ilícitos.

A seleção do que deveria ou poderia ser incriminado não foi também, exclusivamente, apenas um « roteiro estereotipado » da polícia, mas uma demanda permanente e contínua de normalização das populações urbanas de baixa renda, primeiramente ex-escravos e estrangeiros imigrantes, posteriormente seus descendentes e as populações migrantes internas, mesmo se as condições de possibilidade de realização dessa normalização permaneceram, principalmente entre os jovens não-brancos, sempre precárias ou insuficientes. A esse processo contínuo veio somar-se um novo processo, diferente do primeiro e mais universal, decorrente das desnormalizações de modelos de conduta anteriormente vigentes, principalmente a partir do crescimento dos mercados ilícitos das mercadorias do prazer e das sensações, particularmente as drogas, e das transformações de costumes e valores que afetaram e modificaram o significado do individualismo a partir do final dos anos 60 em todo o mundo moderno.

A estratégia cognitiva dominante na crescente bibliografia[1], especializada ou não, sobre o problema da criminalidade violenta nas grandes metrópoles brasileiras caracterizou-se, a partir dos anos 80, por denunciar a falsa associação entre pobreza urbana e criminalidade (Perlman, 1973 ; Coelho, 1978,1980 ; Paixão, 1990) e a impunidade dos criminosos pelos dispositivos de administração da justiça (Coelho, 1986,1987). Essa estratégia dirigia-se contra a anterior tendência, geralmente de inspiração marxista, foucaultiana ou da chamada criminologia crítica, que caracterizou os primeiros trabalhos produzidos nessa área temática, de relacionar a marginalização econômico-social a subculturais criminais ou a estratégias de sobrevivência (Misse et al, 1973, 1995 ; Misse e Motta, 1979 ; Guimarães, 1980 ; Oliven, 1982) ou de acusar o Estado brasileiro, então sob uma ditadura militar, de praticar a violência ilegítima ou garantir a « violência institucionalizada » contra os direitos humanos (Pinheiro, 1982, 1983, 1984).

Uma importante inflexão se produziu a partir dos trabalhos da antropóloga Alba Zaluar, que detectou a associação entre pobreza urbana e criminalidade pela mediação do tráfico de drogas, em sua pesquisa na « Cidade de Deus », no Rio de Janeiro. Não se tratava mais da antiga criminalidade das classes perigosas, mas de « crime organizado »,

[1] Para um amplo levantamento bibliográfico da produção sobre a criminalidade violenta no Brasil após os anos 80, ver Adorno (1993). Para uma sucinta avaliação da produção anterior aos anos 80, ver Misse,

em que emergia um « caráter empresarial » e uma utilização da mão-de-obra de jovens pobres para a realização de grandes lucros, principalmente no topo nacional e internacional do narcotráfico. Além disso, constatava-se uma rígida demarcação moral, nas populações urbanas pobres, entre « trabalhadores pobres e honestos » e « bandidos » e distinguia-se radicalmente o que antes caracterizaria os antigos « malandros » e « marginais » dos atuais « teleguiados » e « bandidos formados » (Zaluar, 1985 ; 1995). Uma nova associação entre pobreza e criminalidade era reconhecida (Coelho, 1992), mas a mediação do tráfico e a atuação arbitrária e corrupta da polícia a complexificava de um tal modo que não parecia adequado continuar a sustentá-la com os argumentos convencionais (Peralva, 1996).

O problema mais geral refere-se à avaliação empírica do processo pelo qual uma administração estatal do monopólio à violência legítima na distribuição de justiça, cujo modelo clássico é universalista e formalmente igualitário, adequa-se (funcionalmente ou não) a um reconhecido « déficit » estrutural de cidadania ou a um tipo dominante de cidadania excludente ou « regulada » (Santos, 1979, 1993 ; Soares, 1996a). Nos anos 90, a estratégia cognitiva passou a enfatizar o baixo índice de efetivação dos direitos civís, seja por discriminação social e racial (Caldeira, 1991, 1992 ; Adorno, 199 ; Zaluar, 1995), seja por um sistema judicial e policial de tipo « inquisitorial » (Kant de Lima, 1991, 1993). De um modo geral, essa estratégia (mas não o conjunto das contribuições desses autores) recorta o objeto a partir da relação do Estado (e da cultura política) com a estrutura social brasileira, seja para argumentar com sua « ausência », com sua « presença perversa » ou com sua « ambivalência » particularista-universalista, que o distingue dos Estados e da cultura política moderna, em seus modelos europeus ou norte-americanos. Quando não é o Estado o foco principal, mas a sociedade civil, acusa-se a centralidade do tráfico internacional de drogas na constituição do problema (Zaluar, 1998), a desigualdade na distribuição de renda (Adorno,) e a « crise moral » da sociedade brasileira (Velho, 198). A « medida » que recorta os discursos sobre a violência, o individualismo, a discriminação, a crise moral e o Estado é, contrastivamente, a medida da « cidadania ideal », seja comparativamente à modernidade « realizada » na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, seja em relação à utopia iluminista da « boa sociedade » e, à esquerda, do socialismo.

1995. Para um levantamento da produção historiográfica, ver Bretas, 19 . Para um levantamento mais recente da produção sociológica e antropológica nessa área temática no Brasil, ver Zaluar, 1999.

A situação, tal como empiricamente evidenciável, é, no entanto, de « dupla face » (*double bind*). Toda a articulação dos discursos que se baseiam no princípio da « cidadania ideal » é obrigada a enfrentar um objeto que possui condicionamentos sociais, culturais e históricos de tal monta, que a torna estranhamente « utópica » e descolada (até mesmo num sentido etnocêntrico) dos recursos reais que parecem ter a preferência dos agentes em seus modos de operar o poder. Do mesmo modo, toda a interligação entre reação moral dominante e lei penal, constitutivos do processo social de incriminação, aparece, no « plano ideal », descolada das práticas efetivas (opinião pública, práticas policiais e judiciais) que são seguidas rotineiramente no Brasil (Kant de Lima, 1994). Ao reconhecimento de que não é ideal (para o ponto de vista da cidadania moderna) o modo como se dá o processo de incriminação no Brasil, seguem-se perspectivas cognitivas e/ou normativas-prescritivas que ou colocam isso em suspensão fenomenológica, ao enfatizar ou criticar a impunidade, ou que temem admitir publicamente (ou mesmo compreender analiticamente) as redes sociais de poder que constroem, lidam e encaminham concretamente as várias « violências » detectadas na sociedade brasileira, sob a suspeita (ou a preocupação tácita) de que podem produzir um discurso « politicamente incorreto » (Machado da Silva, 1996). A representação de uma « crise moral » generalizada parece também « nova », em ruptura com um passado « melhor ». Aqui também tende-se a desconhecer antigos referentes de « crise moral », que pontuaram grande parte da construção social da nacionalidade brasileira.

Há uma anedota ignóbil, conhecida de muitos brasileiros, segundo a qual Deus ofereceu toda a beleza e variedade natural ao nosso território como uma compensação ao tipo de povo (ou de elite, segundo outras versões) que também pôs aqui. A idéia de que no Brasil « só dá ladrão » veio se acumulando ao longo do tempo, ciscando no terreno fértil de nossa histórica desigualdade social, ao lado de outras imagens, como a do brasileiro indolente, a do brasileiro vagabundo, a do brasileiro ignorante, do 'jeca tatu', mas também do brasileiro cordial, hospitaleiro, malandro e alegre. Foi sob o influxo dessa torrente do imaginário social que se constituiu uma estranha e ambivalente relativização do que seja incriminável neste país: prisões cheias de pequenos ladrões, contraventores e desocupados atravessaram décadas ouvindo falar em diferentes tipos de ladrões - na política, na economia e na alta sociedade - que jamais foram ou serão presos.

O Brasil urbanizou-se rapidamente, diferenciou-se ocupacionalmente, complexificou-se, modernizou-se, mas o mito de nossa origem nos degredados

portugueses, criminosos que teriam fundado nossa índole, não se extinguiu, antes aprofundou-se. Na década de 80, todo o país cantava um samba sintomático: « Se gritar pega ladrão/ não sobra um, meu irmão! ». Não se pense, no entanto, que se trata apenas de uma blague popular. Há teorias, livros, aventuras intelectuais que lidaram seriamente com o assunto, geralmente sob a rubrica de estudar o « caráter nacional brasileiro ». Um desses livros, intitulado « Origem da Imoralidade no Brasil », cuja primeira edição é de 1967, encerra seu último capítulo com a seguinte conclusão:

« Os efeitos dos crimes, erros e vícios praticados na colônia continuam a manifestar- se, entre nós, sem que nada tenhamos feito, até hoje, para a sua eliminação ».[2]

Por quê continuamos a pensar assim a respeito de nós mesmos e de nossa nação? Por quê acreditamos tão firmemente que, como Oliveira Martins em 1880, « o pior mal do Brasil é a desordem moral »?[3] Como podemos pensar nossos mitos e ícones de país alegre, tolerante, musical, festivo, sensual e hospitaleiro sem que a « superioridade » civilizatória européia ou norte-americana se insinue para produzi-los como exotismo e assinalar sua « fraqueza moral »?[4]

Evidentemente o escravagismo é um motivo e tanto para contrastar as origens desses mitos e desses ícones com a emergência do individualismo moral no século XIX. O processo de normalização do individualismo possessivo europeu contraditava costumes de operar o poder próprios do patrimonialismo capitalista-mercantil, especialmente em sua vertente escravista. Ainda assim, é de origem escrava o célebre « Lundu do Pai João »:

« Baranco dize: prêto fruta,
Prêto fruta co razão;
Sinhô baranco também fruta
Quando panha ocasião.
O prêto fruta farinha,

[2] Cf. Romero, A. - « Origem da imoralidade no Brasil. História da formação do caráter nacional ». Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1967.
[3] Martins, O. « O Brasil e as colônias portuguesas ». Lisboa, 1880, citado por Romero, A., op. cit., p. 225.
[4] J.B. Douville, escrevendo em 1833 sobre o Rio, onde fôra comerciante, dizia que aqui era preciso um prazo de cinco a seis anos para obter-se, na justiça, um julgamento definitivo (Douville, J.B., « 30 mois de ma vie », Paris, 1833). Carl Seidler escrevia em 1837, a respeito do caso Kerst: « mete-se num buraco de cachorro um cidadão sob a suspeita de haver praticado um crime, e só muito mais tarde se verifica sua culpa » (Seidler, C., « Zehn Jahre in Brasilien », Leipzig, 1837). Esta e outras citações foram reunidas por Romero, no livro citado.

fruta saco de feijão;
Sinhô baranco quando fruta,
fruta prata e patacão.
Nêgo prêto quando fruta
vai pará na correção.
Sinhô baranco quando fruta,
logo sai sinhô barão ».[5]

O lundu resume boa parte das questões que, ainda hoje, são lembradas quando se tenta interpretar essa auto-imagem nacional que se acumulou com a história de nossos contrastes e de nossa desigualdade social e que não poupa sequer as instituições responsáveis pela ordem pública. O problema, quando se trata da polícia, chega a ganhar curiosa versão no samba de Julinho da Adelaide (Chico Buarque) em 1974:

« Acorda, amor!
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora
Batendo no portão, que aflição
Era a dura, numa muito escura viatura
Minha nossa santa criatura
Chame, chame, chame lá
Chame, chame o ladrão, chame o ladrão! »

As narrativas criticam o objeto de uma perspectiva moral externa, mas o fazem, de algum modo, *sem romper com ele*, como que a denunciar *compreensivelmente* sua incongruência. Mas o mesmo pode acontecer de modo inverso: um sujeito posto na condição desse objeto, pode criticá-lo de uma perspectiva moral que não é externa ao sujeito, senão aparentemente. Entrevistando um ex-traficante, atualmente contraventor do jogo do bicho, que entrou na vida do crime ainda adolescente, nos anos 60, e que passou vários anos na cadeia, ele me garantiu que a facilidade com que adolescentes aderem ao crime « é por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não deixa esses meninos irem para a cadeia ». Ele, que foi para a cadeia e se tornou traficante, pensa que a cadeia desviaria os adolescentes de agora da trajetória que ele próprio

[5] Citado em Romero, op. cit., p. 169.

percorreu. Tudo se passa como se sua própria biografia e sua própria experiência social, que não o demoveu do crime, fôsse uma exceção.

Essa maleabilidade permite a muitos brasileiros afirmarem que no Brasil « só dá ladrão », ora se incluindo, de forma sarcástica ou ambígua, na sua própria definição, ora se afastando criticamente, como que a dizer « o brasileiro - esse outro generalizado no qual não me incluo -, o « brasileiro », não eu, não minha família ». Um discurso complexo, cuja aparência incongruente, produz uma estranha ambivalência moral, uma cisão *dentro do sujeito social* que, embora contraditória, não colide com o bom senso do sujeito e, estranhamente, não o torna inconsistente. O sujeito moral é capaz de reforçar-se, com uma extraordinária maleabilidade, num ou noutro polo da acusação, para diferenciar-se do objeto da acusação, seguindo uma linha de afinidades eletivas que, em última instância, parece ser demarcada pela representação social de *violência*.

Opor o malandro ao bandido, durante algum tempo, separava os limites dessa ambivalência e garantia, pela idealização do primeiro, a justa estigmatização do segundo. No entanto, a violência parecia o limite da ambiguidade moral apenas para quem não achou graça do célebre samba-de-breque do « malandro » Moreira da Silva, que se ouvia em todas as rádios do país desde meados dos anos 50, onde se descreve *maliciosa e humoristicamente* como a navalha cortou o « abdome » de um malandro, manipulada pelo próprio narrador, Kid Morengueira:

« (...) Hoje venho resolvido
vou lhe mandar para a cidade dos pés-juntos
Vou lhe tornar em um defunto.
(...) Você mesmo sabe
Que eu já fui um malandro malvado
Somente estou regenerado
Cheio de malícia, dei trabalho à polícia
Pra cachorro
Dei até no dono do morro
(...) Hoje venho animado
a lhe deixar todo cortado
Vou dar lhe um castigo
Meto-lhe o aço no abdôme
Tiro o seu umbigo
(breque:) »

Pode-se falar que se trata apenas de humorismo de mal-gosto, mas não é bem assim que ele é interpretado nas camadas populares e mesmo em alguns segmentos da classe média. A violência do *valente-justiceiro*, nesse samba, não provoca espanto e horror, mas gozação e xingamento à vítima. Nesse caso, a vítima é um bandido e o

bandido é também um malandro « malvado ». Mas, e quando a vítima não é *exatamente* um bandido? Em outro samba, já da década de 80, de autoria de Bezerra da Silva, continuador da temática do primeiro, música de grande sucesso nas rádios populares, encontramos a resposta:

« Olha, mas se eu não mato, eu morro
E se corro a moral não ficava de pé
Preferi dar um tiro na cara do cara
Que me achou com cara de Zé Mané ».

Assim como na Colômbia a violência ganhou o status de uma representação-chave do « destino nacional », transformando-se no substantivo próprio *La Violencia* (Pécaut, 1996 a, 1996b), no Brasil há uma representação que ganhou o status de *caráter nacional*, e que no imaginário social simboliza positivamente nossa auto-imagem moral ambivalente: a *Malandragem*.[6] No entanto, nesse mesmo imaginário, a malandragem é representada como oposta à violência, embora não da perspectiva do individualismo moral ocidental. Opõe-se à violência por prescindir dela, por ser imaginada como superior a ela, ou por considerá-la temerária, mas não inteiramente de uma perspectiva precipuamente externa a ela.

A visibilidade do crescente aumento de homicídios e crimes graves nas grandes cidades brasileiras a partir de meados dos anos 70 parecia ter rompido com esse imaginário e com toda a sua ambivalência moral. Em seu lugar, e como contraponto à violência, emergiu uma concepção autoritária da ordem pública que refez, no entanto, de um outro modo, toda a trajetória histórica da auto-imagem de nossa ambígua *malandragem*. Apoiada numa polarização *interna* a esse imaginário, ela preconiza o extermínio dos ladrões e dos bandidos, num movimento de purificação do próprio caráter nacional. Não é de outro modo que se pode entender a significativa legitimidade que as políticas públicas repressivas (ou sua preconização) alcançaram nas últimas décadas. Frente a um discurso moderno e liberal ao mesmo tempo *estranho* (para uso geral) e *instrumental* (para uso próprio) e que se mostrou até agora incompetente para tratar os conflitos, a nossa ambivalência moral tende a recusá-lo em nome de uma polarização moral que sempre lhe foi própria : « bandido bom é bandido morto ». O que é, então, excluído da polarização moral e que faz toda a diferença em relação ao discurso liberal e moderno, são os *direitos civís* ou, nos termos que ganharam vigência

na época da abertura política, os « direitos humanos ». Sem os direitos civís, a polarização moral mantêm toda a sua malandragem intacta, mas uma malandragem que agora dá as mãos à violência. O histórico isolamento da perspectiva moderna e liberal continua, assim, a manter-se insólita nos abnegados e « idealistas » defensores dos direitos humanos, seres estranhos condenados por muitos por « defenderem apenas os direitos dos bandidos ». Como foi que esse nó se estabeleceu?

* * * * * *

É inegável o extraordinário aumento da criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras no último quartel deste século. Mais que um aumento extraordinário no número relativo de homicídios dolosos, roubos a residencias e veículos, latrocínios, assaltos à mão armada e conflitos diversos com feridos e mortos, observa-se uma mudança inegável no padrão de sociabilidade das cidades, com insegurança na circulação por ruas e avenidas, mesmo de carro e durante o dia, mortes por balas perdidas, demandas de políticas de invasão militar a inúmeras áreas pobres, chacinas por grupos de extermínio. Em quase todas as grandes cidades brasileiras, e em algumas cidades de porte médio nas áreas de influência das grandes cidades, seguindo-se um padrão que ganhou visibilidade a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maior parte dos prédios e residências foram cercados por dispositivos diversos de segurança, os horários de circulação pela cidade se tornaram relevantes para todos os seus habitantes e centenas de bairros e áreas são considerados perigosos quando não inacessíveis para quem não é morador.

É inegável também que esse aumento da violência criminal é diferenciado no tempo e no espaço dessas grandes cidades. A visibilidade desse aumento começa no Rio de Janeiro em meados dos anos 50 e em São Paulo um pouco depois, acompanhando a urbanização rápida e a modernização contraditória do país, e vai se generalizando para outras capitais: Recife, Vitória, Aracaju, Salvador, Fortaleza. Entretanto, outras grandes capitais como Florianópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Belém, embora apresentando taxas de aumento da violência criminal, não parecem, até aqui, seguir, mesmo tardiamente, o mesmo padrão. Todo o país parece, então, se dividir em cidades

[6] O tema comparece na literatura desde meados do século XIX, foi celebrizado na obra-prima do modernismo, *Macunaíma-O herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade e ganhou importante estudo de Roberto daMatta, que nuclea suas teses sobre o « dilema brasileiro ». Cf. DaMatta, 1978.

classificadas como « perigosas » e cidades classificadas como « tranquilas » aos olhos de seus habitantes ou de seus visitantes. Além disso, entre as cidades percebidas como mais perigosas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, percebe-se não apenas variações que as hierarquizam comparativamente[7], como também que nascem de comparações entre seus mitos urbanos, seus estilos de vida, suas etnias, sua estratificação por faixas de renda, sua ecologia social, etc. Como se estabelece a percepção abrangente de uma « cidade perigosa »? A experiência das ruas, dos turistas, das rupturas da cotidianeidade dos seus habitantes com pequenos e grandes delitos, mas também dos números e histórias divulgados na imprensa, confluem para constituir diferentes signos de um « perigo social ». Cada experiência singular de ruptura na sociabilidade aprendida, cada sintoma de transgressão (e a transgressão não é apenas a percebida nos encontros inter-individuais, há também signos de transgressão *social* abrangente, de injustiças em grande escala), tudo isso contribui para a construção de um fantasma consistente, que espreita o cotidiano público e privado e o equaciona com outros signos, como a miséria, a desigualdade econômico-social, a desnormalização dos cursos de ação sob a pressão de estratégias aquisitivas ou de estilos de vida orgiásticos, a incapacidade do Estado de realizar sua promessa de garantir a segurança coletiva e a sedução que muitas transgressões parecem crescentemente imprimir numa sociedade « de risco ».[8] Tudo se passa também como se o fantasma fôsse gerado por uma surprêsa confinada à mudança no padrão de banditismo, como se a mudança nos padrões de sociabilidade não tivessem também mudado junto com a enorme transformação urbana do país, num movimento que nem antecede nem sucede ao aumento da criminalidade violenta.

Também é inegável que a visibilidade da violência criminal associada a um certo grau de organização criminal sempre foi maior no Rio de Janeiro, mesmo antes desse aumento verificado nos anos 50. O jogo do bicho; a tradição de certos estilos de vida nas zonas boêmias, nos cortiços e, posteriormente, nas favelas cariocas, com suas escolas de samba, seus malandros e suas redes de solidariedade, mas também com seus valentes e suas « bocas »; a expressão cultural dos seus mitos urbanos e das suas lutas políticas e, principalmente, o fato de ter sido capital federal, porto e centro turístico

[7] O Secretário de Segurança Pública de São Paulo explicitou essa percepção ao afirmar que o crime no Rio « é mais organizado » e em São Paulo « mais pulverizado ». A disputa sobre qual das duas grandes cidades é « mais violenta » prossegue na comparação entre suas taxas de homicídios, de roubos e de vitimização em geral. Na mesma entrevista, diz-se que « é mais fácil combater o crime no Rio que em São Paulo, porque no Rio o crime é organizado ». *Folha de São Paulo*, 23/4/1998. A imprensa noticiou, no início de 1999, que a violência em São Paulo já havia superado a do Rio de Janeiro, comparando o número de homicídios durante o carnaval.

nacional e internacional, além de sediar as principais empresas de comunicação do país, fizeram do Rio de Janeiro, particularmente desde a redemocratização do país em 1945, uma cidade especialmente observada por todos os brasileiros, uma complexa e mais abrangente « utopia urbana » brasileira, misto de sedução e receio, de atração e repulsão de um imaginário urbano cujas raízes se perdem na história cultural que forjou ou « inventou » nossa nacionalidade.[9]

A « invenção do samba » foi também uma « invenção » do Rio de Janeiro como cidade « típico-ideal » do Brasil, a invenção do « carioca » como um estilo de vida diferente, supostamente mais cosmopolita, bem-humorado e « superior ». A associação do « carioca » com o « malandro », distinguindo-se de outros estereótipos regionais - o « mineiro » desconfiado ; o « paraíba » ou « nortista », violento na defesa da honra, « cabra macho » e trabalhador « pé-de-boi » ; o « paulista », trabalhador compulsivo e « careta » ; o « gaúcho », machão, autoritário ; o « baiano », indolente, falador, também malandro, etc, indica uma invenção cultural que especifica o Rio, distinguindo-o das invenções (muitas vezes produzidas no próprio Rio, então capital da República) que constroem o imaginário das demais cidades (ou regiões) brasileiras.

Finalmente, é também inegável que o aumento do consumo de drogas nas grandes cidades brasileiras a partir dos anos 70 relaciona-se à expansão de um mercado informal cuja moeda é a « violência ». É indiscutível que grande parte desse aumento da violência urbana associa-se, direta ou indiretamente, ao enorme crescimento do consumo de drogas, especialmente da cocaína, e de sua comercialização clandestina por redes de indivíduos e grupos que, nessas condições, fazem da « desconfiança recíproca » um padrão pragmático de sociabilidade e da violência uma referência cotidiana de toda convivencialidade.[10]

Entretanto, e por mais que haja também diferenciais de consumo de drogas entre as cidades perigosas e tranquilas do país, observam-se padrões distintos de criminalidade mesmo entre as cidades percebidas como perigosas. Ainda aqui o Rio de Janeiro parece ter recebido o foco principal: todas as cidades, inclusive São Paulo, comparam sua violência com a do Rio de Janeiro, e essa idealização comparativa não é, em absoluto, como se poderia pensar, uma questão irrelevante. Por quê o Rio se

---

[8] Cf. Giddens, 1995.

[9] Tomo aqui emprestada a noção de « utopia urbana », de Gilberto Velho, conferindo-lhe um significado mais abrangente. Cf. Velho, 1973.

constituiu em paradigma social por comparação, quando São Paulo quase sempre apresentou taxas de violência próximas ou até maiores que às do Rio?

Além da obviedade de uma « desilusão » com a utopia da « Cidade Maravilhosa », e de sua permanente exposição à mídia, o Rio de Janeiro acumulou, a meu ver, uma violência criminal *sui generis*, que parece ter uma certa pretensão difusa de « legitimidade », uma « justificação cultural », uma « explicação histórica ». É como se o paradigma da violência carioca se constituisse em torno da representação de uma « subcultura subalterna » que vem se transformando e cujo perigo social (e sedução) é imaginado como passível de contaminar todo o país. A referência ao crime « organizado » do Rio, à « guerra civil » do Rio, à « cidade partida », ao « problema da polícia » do Rio, tudo isso parece seguir um mesmo pressuposto, que distingue de saída a questão criminal do Rio, concedendo-lhe um estatuto típico-ideal, que serve de referência para comparações com o resto do país.

O mercado informal da cocaína e da maconha, cujo crescimento coincide com o crescimento da visibilidade social da violência criminal, e que permitiu, pela acumulação lucrativa, que se estabelecesse um novo padrão de violência nas relações entre as quadrilhas, e entre estas e a polícia e a população, graças à entrada de armas poderosas e ao aumento da corrupção de autoridades, tornou-se o foco privilegiado da acusação social. No entanto, embora esse mercado represente um salto qualitativo na organização e equipamento das quadrilhas e suas redes, essa explicação não parece suficiente para dar conta do desenvolvimento do fenômeno. O poder de atração do tráfico não é o mesmo em toda parte. Afinal, o comércio clandestino de drogas ocorre em todas as grandes cidades do mundo e não produz, em todos os lugares, os mesmos resultados. O enigma, aqui, é que a taxa de crimes violentos, a partir da disseminação do mercado de drogas em todas as grandes cidades do mundo, na década de setenta, apresentou um crescimento significativo e depois decaiu ou mantêm-se relativamente estável, quando no Rio (e depois em São Paulo) ela quintuplicou.[11]

O que aproxima e o que distingue a violência e suas representações sociais no Rio e em cidades também consideradas muito violentas, como São Paulo, Medellin, Washington ou Detroit? O mercado de drogas é comum a todas elas, mas também é comum a cidades com baixas taxas de crimes violentos, como Londres, Paris ou

[10] Machado da Silva chega a propor que uma nova forma de sociabilidade emerge, uma « sociabilidade violenta », marcada por táticas, informações e linguagens específicas à adaptação a um modo de vida que se desenrola sob essas condições. Ver Machado da Silva, 1997.

Amsterdam. A percepção social de impunidade é alta no Rio, em São Paulo e em Medellin, mas baixa em Washington e Detroit, todas cidades com alto índice de homicídios. A percepção social de que a maior parte da violência parte dos guetos, das áreas urbanas pobres e discriminadas, quando não étnica e socialmente segregadas, ou nelas se concentra, também é um traço comum a todas essas cidades, mas também a outras cidades onde as taxas de violência são indubitavelmente menores.[12]

A violência não parece ser, então, um resultado isolado e imediato do tráfico de cocaína, embora com ele tenha se reforçado e se ampliado significativamente. A violência parece, antes, um processo social que exige acumulação histórica, embora o desenvolvimento de mercados ilícitos de « vícios » possa ser importante ou até mesmo central nessa acumulação originária e em seus resultados posteriores. A unidade de sentido das práticas que são representadas e aglutinadas sob o denominador comum da « violência urbana » não se desenvolve sem que antes estejam dadas certas condições e sem que essas condições se reproduzam ampliadamente. A complexa interligação entre um mercado informal clandestino de drogas a varejo e a percepção social de um aumento da violência em geral (e não apenas da violência nos limites dos principais agentes desse mercado) passa por uma específica acumulação social da violência, cujos contornos exigem uma compreensão histórica.

No Rio de Janeiro há um duplo mercado informal e ilícito semi-clandestino funcionando há quase um século, sem interrupção: o jogo do bicho e as « bocas de fumo » das favelas. São históricas as relações da cidade (e da polícia) com os personagens desses mercados. Outros mercados, comuns também a outras cidades, como os que envolvem outras mercadorias ilícitas - bens duráveis roubados, agiotagem, contrabando, prostituição, aborto - alcançaram uma precoce visibilidade no Rio que os distingue e particulariza em relação a outras cidades brasileiras (com exceção, talvez, de São Paulo). Paralelamente a esses mercados, desenvolveram-se, desde os anos cinquenta, quadrilhas de assaltantes armados que foram substituindo aos poucos os antigos « malandros » e « valentes » na história local de inúmeras comunidades pobres e favelas.

---

[11] A variação nas taxas de crimes violentos é a seguinte:

[12] A região de Ile de France, algo como uma « Grande Paris », da qual se produz vasta literatura sobre os « quartiers d'exil » e os « banlieules » perigosos, tem apresentado declínio nas taxas de crimes violentos nos últimos anos, mesmo com o incremento do tráfico. Cf. Ministère de l'Interieur de France, *Aspects de la criminalité et de la déliquance constatées en France en 1996*. Paris, La Documentation Française, 1997.

Não há continuidade linear, na memória social, de seus principais personagens, mas também não há descontinuidade radical. Ligam-se nomes, eventos, peripécias. Cada geração idealiza a anterior, vê rupturas e diferenças, mas mantêm-se de algum modo referida a uma memória social que interliga diferentes práticas ao que poderia chamar-se de uma « história ».[13] As representações que permeiam essa « história » apontam para padrões comuns e rupturas significativas em torno da idéia de « criminalidade » ou de « banditismo » no Rio de Janeiro. Só recentemente, a partir dos anos 80, essa « história » ganhou a dimensão que é representada pela idéia de « aumento da violência », mas sempre equacionando a noção de violência com a noção de criminalidade e de banditismo e com suas extensões nos grupos de extermínio e na polícia. Em cada área, há uma « história » local de eventos, personagens e feitos, como há também, na cidade, uma « história » jornalística que interliga personagens da polícia e do crime, do jogo do bicho com a história das escolas de samba, da malandragem com o samba, da cocaína com crimes envolvendo personagens da elite, enfim, histórias que se conectam num objeto comum que é representado como o « submundo » carioca, um submundo em ampliação constante. Essas representações reforçam a idéia de uma « dupla ordem », a um tempo contínua e descontínua, cuja legitimidade é contraditoriamente disputada no processo de socialização de crianças e jovens, principalmente nas favelas e em outras comunidades que concentram a pobreza urbana aos olhos do asfalto.[14] Há bandidos « bons » e « maus », malandros « legais » e « marginais », « caguetes » e « sangues-bons », « vagabundos » e « responsas », toda uma estratificação moral da « rapaziada ». Por oposição ao trabalho, foram inicialmente « malandros », depois « marginais », sempre « vagabundos », mas não se consideraram jamais « otários ». O otário, para eles, pensa-se, sempre foi o trabalhador pobre, « pé-de-chinelo », moralista e abnegado com a familia.[15] Mas muitos, ao mesmo tempo, os respeitam.

---

[13] Na Colômbia, como observa Daniel Pécaut, o mito de uma « Violência » autonomizada, generalizada, que ultrapassa seus protagonistas para se transformar no principal personagem de um « destino nacional », parece se opor, ao mesmo tempo, às micro-narrativas feitas de uma multiplicidade de experiências, impedindo a emergência de uma visão de conjunto, ou de uma meta-narrativa coerente, de uma « história ». Sobre este tema, ver particularmente Pécaut, 1996a.

[14] A oposição do « morro » e do « asfalto » é antiga, e primitivamente equacionava o asfalto com a « cidade », com o « público », deixando o morro numa posição periférica, quase rural, estritamente comunitária. Com o tempo, essa oposição passou a ser também a que existiria entre os cidadãos e os marginalizados e atualmente entre o anonimato da cidade e a identidade da comunidade local, mas também entre os « incluidos » e os « excluidos » da cidadania.

[15] Esta oposição realmente existe nas representações locais, mas não é tão simples quanto parece. Voltaremos a tratar dessa questão em outra parte deste trabalho.

Há, também, toda uma subcultura antiga, transformada e ampliada, que persegue, acusa e mata os que denunciam os criminosos de sua comunidade. A « delação » transformou-se, nessa « história », num dos principais fantasmas da carreira criminal e no fundamento de uma « subcultura » que se ampliou há pelo menos quatro décadas, que respalda, com a « lei do silêncio », a reprodução ampliada dessas práticas. Mas não há, senão de forma emergente, nas áreas pobres da cidade, uma « organização » que pudesse ser comparada, pelos vínculos internos e capacidade de reprodução, à da máfia siciliana ou à das novas « máfias »[16]. Há relações tênues entre quadrilhas de diferentes áreas, ou um mesmo « dono » controlando várias áreas, mas houve um momento em que se buscou hierarquizar e vincular organicamente essas relações, cujos resultados não parecem ter sido bem sucedidos.[17]

O padrão cumulativo entre a desconfiança, o temor de represálias e o estigma da delação sugere o aparecimento de uma sociabilidade « de risco », emergindo nas comunidades pobres que enfrentam quadrilhas e invasões policiais e sua refração como uma « sociabilidade violenta » nos cálculos de todo o habitante da cidade.[18] O cidadão que denuncia, não é um cidadão reclamando proteção do Estado, é um « delator », um « traidor », embora não faça parte de nenhuma quadrilha, apenas habite a comunidade onde a quadrilha nasceu e atua. O enigma aqui, que não existiu, nessa proporção, nem em São Paulo, nem em Detroit, mas que é comum aos guetos negros de Washington, New York e Los Angeles, é a demanda de parceria que os bandidos nascidos ali parecem dirigir à sua comunidade, como que recorrendo a uma « dimensão tácita »[19] de compreensão e legitimidade, algumas vezes de conteúdo proto-político.[20]

Toda essa « dimensão tácita » aponta para padrões morais rígidos e, ao mesmo tempo, para situações e pessoas que podem, compreensivelmente, neutralizá-los. A « história » desses eventos e personagens, história basicamente oral, classifica-os, julga-os, liga-os, compara-os aos personagens e eventos contemporâneos. Não são apenas

[16] Incluem-se aqui organizações de caráter regional, nacional ou transnacional, como a máfia siciliana, a Camorra napolitana, a 'Ndrangeta calabresa, a Cosa Nostra americana, as yakusas japonesas, as tríades chinesas, os cartéis colombianos. Sobre as características básicas dessas organizações, ver Bettancourt, 1997 e Leclerc (org.), 1996. Sobre a máfia siciliana, que é tomada geralmente como o protótipo, a bibliografia é extensa, mas abordagens mais recentes resumem o essencial de sua caracterização. Ver Arlacchi, 1986; Gambetta, 1993; Fiandaca e Constantino (1994) e Catanzaro, 1993, 1995.

[17] No período 1980-1986, o « fortalecimento » (palavra empregada para essa tentativa) obteve algum sucesso, principalmente nas quadrilhas que se identificavam com o chamado « Comando Vermelho ».

[18] Sobre a emergência de uma sociabilidade violenta, ver Machado da Silva (1996).

[19] Utilizo aqui a noção de « dimensão tácita » no sentido que lhe deu Polanyi, 1978, p. 172 ss.

« faits divers », mas *temas históricos legitimamente ilegais*, uma sub-história, silenciosa e esquiva.

Há também uma história cultural « pública » desses temas no Rio de Janeiro, na música popular, na crônica, no cinema e no teatro, em alguns romances premiados e em novelas da televisão, como também em reportagens e depoimentos. Uma história que quase sempre é construida de fora, mas que parece a todos geralmente verossímel. Uma verossimelhança que foi construída junto com os temas e que contribuiu, pela força do espetáculo e do sensacionalismo da *mídia*, para concatenar esses temas em padrões de ação social compreensível, a um tempo normais e desviantes, entre os limites da esperteza e do crime. Personagens da acusação social como o « bicheiro », o « gigolô », a « puta », o « pederasta », o « travesti », o « malandro », o « valente », o « marginal », o « psicopata » (termo usado até os anos 70 e substituido depois por « anormal » e, finalmente, por « bicho-louco »), o « caguete », o « pivete », o « delegado », o « bacana », o « playboy », etc, povoam o imaginário dessa múltipla história cultural da cidade (e de outras grandes cidades brasileiras), fixando estereótipos baseados, em sua origem, nas regras de experiência social dos que com eles interagem, tipificam ou os incriminam.

Assim como o resto do Brasil se compara, para seu alívio ou preocupação, com o Rio de Janeiro, a análise do atual cenário de violência no Rio tende a comparar os personagens atuais a esses tipos sociais históricos. E esses estereótipos acabam se transformando também em tipos ideais paradigmáticos por comparação aos quais veiculam-se muitas das análises das diferenças entre o passado e o presente. A descontinuidade com o passado, que existe e é grande, ora recua, ora avança no tempo, recalcando, sempre para um « passado relativo », a continuidade acumulativa de padrões de ação e de sentido. O grande divisor de águas continua a ser, na percepção social e na maioria das análises, a entrada da cocaína nas antigas « bocas de fumo » cariocas, entrada que dataria do final dos anos 70.[21]

No entanto, já muito antes disso, observava-se um incremento intenso de roubos e assaltos com violência, em toda a cidade, paralelo (mas não necessariamente interligado) ao crescimento do consumo de maconha (e, em escala ainda menor, de

[20] Isso ficou publicamente evidente entre 1980 e 1986, em torno de « heróis » locais como Escadinha, no Morro do Juramento, « Meio-Quilo », no Jacarezinho, « Silvio Maldição », na favela do Rebu, entre tantos outros.

« bolinhas » e de cocaína) nos segmentos jovens de todas as classes sociais da cidade, a partir do final dos anos cinquenta. Diferentes conjunturas políticas, depois uniformizadas pelo regime militar, propiciaram também diferentes apropriações do fenômeno na representação social, até que se generalizasse a atual « cultura do medo » na antiga Cidade Maravilhosa. É, no entanto, possível que essa « cultura do medo » só tenha alcançado a amplitude dos últimos anos quando o chamado « banditismo » saiu de uma exclusiva convivência histórica com as comunidades pobres para uma interação maior com os bairros de classe média e das elites da cidade.

Diferentes movimentos populacionais, ocorridos entre os anos 60 e 80, como a afluência da classe média baixa para alguns bairros tradicionais (Copacabana, Tijuca, Jardim Botânico e Gávea, Flamengo, Botafogo e Laranjeiras) e as remoções de favelas e « parques proletários » desses bairros, com o reassentamento de seus moradores em grandes e pequenos conjuntos habitacionais nos bairros suburbanos e na periferia, onde já se localizavam outros assentamentos de habitação popular, modificaram a sociabilidade inter-classes e inter-étnica na cidade numa direção que aprofundou a antiga diferença entre « asfalto » e « favela » e aumentou ainda mais a distância social. O enorme crescimento demográfico dos municípios da Baixada Fluminense, a partir da abertura da Rodovia Presidente Dutra, que interliga o Rio a São Paulo, e dos sucessivos loteamentos que foram abertos no lugar da lavoura de cana, café e laranjas, fizeram também refluir uma parte importante da população migrante para essas novas áreas, marcadas por uma rápida e profunda ruptura com a sociabilidade tradicionalmente rural antes existente. Na representação social, misturaram-se todos esses ingredientes sociais a diferentes signos da « violência urbana »: aumento de furtos e assaltos, aumento das mortes por atropelamentos e acidentes de trânsito, agressividade no trânsito e nos encontros cotidianos, confrontos, nas ruas, entre policiais e bandidos, aparecimento de esquadrões da morte e outros grupos de extermínio, linchamentos, corpos « desovados » em terrenos baldios, corrupção de autoridades, estupros em jovens não apenas das áreas pobres, mas da classe média, assaltos diários a bancos, crianças supostamente abandonadas nas ruas cercando o cotidiano de lazer de bares, ruas e estacionamentos do centro da cidade e dos bairros de classe média e classe média alta, assassinatos e rebeliões sangrentas em presídios, enfim, diferentes signos de um « perigo social »

[21] Nas elites, a cocaína (como a morfina e o ópio) já era comercializada muito antes e cresce desde o início dos anos sessenta, mas nas 'bocas de fumo' era de consumo caro e de comercialização residual até o início dos anos 70.

multifacetado, mas cujo signo único remetia à imagem de algo como um *sujeito social difuso*, um fantasma se avolumando. Uma sensação de desordem, de caos urbano, de anomia contagiante que produziu crescentes demandas de segurança pública dirigidas a uma polícia também representada como ineficiente ou corrupta e a um judiciário representado como lento, burocrático e frouxo, terminaram por implorar a intervenção das Forças Armadas contra o banditismo.[22]

* * * * * *

Meu interesse por essa temática remonta ao meu curso de graduação, no início dos anos 70. Ainda estudante, fui convidado, por um colega de curso, o hoje também sociólogo e amigo Paulo Fernando Cavallieri, a partir de um desafio que recebera de seu pai, o então Juiz de Menores do Estado da Guanabara, Dr. Alyrio Cavallieri, a empreender uma pesquisa sobre « delinquência juvenil » no Rio. Com outros colegas do curso de graduação e a assistência de nosso professor de Técnicas de Pesquisa, Carlos Dório Soares, formamos uma equipe, fizemos o projeto que, apresentado e aprovado, recebeu financiamento do Tribunal de Justiça do então Estado da Guanabara. Trabalhamos entre 1971 e 1972 e, vencido o desafio, essa personalidade notável que é o Dr. Alyrio, sempre nos incentivando, conseguiu sua publicação.[23] Já então experimentei, de certa maneira, a posição vivida de meu objeto. Aos 21 anos, quando me encontrava num ponto de ônibus perto de minha casa, esperando transporte para ir a uma reunião de nossa equipe de pesquisa, fui sequestrado, encapuzado, quase transformado em 'presunto' e detido em solitária nas dependências do Quartel da Polícia do Exército que fica na rua Barão de Mesquita, célebre na época como QG do DOI-CODI, pela tortura e morte de vários presos políticos. Não havia qualquer acusação formal à minha pessoa, nem provas de qualquer envolvimento meu com partidos políticos clandestinos, apenas uma denúncia vaga arrancada sob tortura de um colega de faculdade, preso dias antes. A experiência - partilhada naquela época por milhares de jovens brasileiros de classe média - deu-me a dimensão traumática e radical

[22] A leitura das cartas endereçadas aos jornais diários da cidade demonstra suficientemente a acumulação dessas representações, não fossem indispensáveis também os resultados da enquete feita em 1985 por ocasião do seminário « O Rio contra o crime », coordenado por Alba Zaluar. Para uma análise de seus resultados, ver Zaluar, 1995 e Soares, 1996a.

[23] Vários autores, *Delinquência Juvenil na Guanabara: uma introdução sociológica*. Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça da Guanabara, 1973. Talvez por eu ter sido o único da equipe a continuar publicando,

da experiência análoga que eu, em minha pesquisa, identificava entre os jovens de origem pobre, presos e maltratados na maior parte das vezes apenas por suspeita ou denúncia vaga. Muitos desses casos chegavam ao Juizado de Menores e ao Juiz não restava outra alternativa senão lamentar e denunciar, sempre que podia, a insensatez e ilegalidade dessas práticas. Um circuito infernal que impedia (como ainda impede) a produção de provas de prisão ilegal, torturas e maus-tratos ficara ainda mais potente com a ditadura.

Continuei a trabalhar nessa área temática, investindo também nas questões teóricas que ela envolvia, ao lado de outros investimentos profissionais e intelectuais. Publiquei, em 1979, com Dilson Motta (outro colega e amigo que participou daquele projeto) um pequeno livro[24], que reunia nossas propostas para uma pesquisa que fizemos no ano seguinte, com auxílio do CNPq, sobre « reprodução de práticas criminais numa situação de marginalidade social ». Em 1980, fui também convidado por Gisálio Cerqueira Filho, amigo e companheiro no *Socii* (uma *ong* que criamos no Rio, antes que se falasse em *ongs*) a integrar uma equipe de pesquisa dirigida por F.A. de Miranda Rosa sobre « Direito e conflito social no Brasil », dentro de um projeto internacional comparado sobre « resolução de conflitos » em diferentes países.[25] Trabalhei, ainda uma vez com a colaboração de Dilson Motta, a questão da violência no município de Nova Iguaçu, então considerado o lugar mais violento do mundo.[26]

Em 1982 voltei a passar por uma nova experiência de detenção, desta vez completamente diferente da primeira. Estava num botequim, no Largo da Batalha, em Niterói, perto de onde residia, comemorando, após o início das apurações da eleição daquele ano, com um amigo, médico e chefe da unidade de saúde local, a suposta vitória de um companheiro para vereador do município. A vitória de Brizola para o governo do Estado era um dos assuntos principais daquela noite e eu observava a esse meu amigo que tudo indicava que Brizola pretendia « mexer » na questão de segurança pública, em particular no antigo conflito de competências entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, quando fomos interrompidos por uma « blitz » da PM dentro do botequim. Renderam-

---

até hoje, trabalhos nessa área temática, alguns colegas costumam citar este trabalho como sendo de Misse et al.

[24] Misse, M. e Motta, D., *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro, Achiamé/Socii, 1979.

[25] Felipe A. Miranda Rosa, *Direito e conflito social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. O Relatório da pesquisa, « Direito e Conflito Social no Brasil », patrocinada pela FINEP, de cerca de 800 páginas, não chegou a ser publicado. A parte especificamente sob minha responsabilidade referia-se a Nova Iguaçu (MISSE, 1982).

[26] Cf. *A maior violência do mundo: Baixada fluminense, Rio de Janeiro, Brasil*, de Percival de Souza. São Paulo, Traço editora, 1980.

nos a todos, no interior do pequeno bar, semi-fecharam suas portas e exigiram que mostrássemos nossos documentos, como é comum nesses casos. Encostado no balcão do bar, um senhor, ao meu lado, negro e humilde, com os signos da pobreza nas roupas e nos pés maltratados enfiados num velho chinelo, tratou de vasculhar sua « capanga » (uma pequena bolsa, de uso muito comum naquela época) para encontrar seus documentos. Demorava, sob o olhar impaciente de um soldado, que o instava grosseiramente à rapidez. De uma hora para outra, o soldado tomou a capanga desse senhor e a abriu sobre o balcão, despejando à vista de todos o seu conteúdo e toda a sua intimidade. O senhor tremia de medo e eu, não sei se embalado pela conversa anterior, pela cerveja que tomava ou pela humilhação daquele homem, tomei a sua defesa, advertindo o policial para a arbitrariedade de seu gesto e para a ilegalidade de uma ação policial como aquela num lugar onde não havia qualquer indício de crime, infração ou suspeita. O soldado esqueceu-se do senhor e de sua capanga e passou a se interessar por mim, exigindo meus documentos. Neguei-me a entregá-los, sem que antes ele se identificasse. Chamado o tenente, que acompanhava a ação, esse me deu voz de prisão por desacato à autoridade e me empurrou para dentro do camburão. Ninguém mais foi detido e a ação se interrompeu ali, partindo logo em seguida o camburão em direção à Delegacia da jurisdição, em Charitas. Meu amigo também pegou seu carro e seguiu o camburão, chegando à delegacia logo após.

Encurtando a narrativa, o delegado me soltou da cela quando contei toda a história e quando ele soube (« você sabe com quem está falando? ») que eu era professor da Universidade, pedindo-me desculpas e - falando baixinho ao meu ouvido - que « esse é o problema da PM, só sabe prender ». Minha petulância custou-me ainda, ao sair da delegacia no carro de meu amigo, ser perseguido pelo mesmo camburão da PM por várias ruas, até chegarmos novamente ao Largo da Batalha, numa clara tentativa de intimidação e demonstração de raiva.[27] Mais uma vez senti na pele a desproteção do cidadão pobre ou sem referências de prestígio social ou poder, cuja incriminação ilegal seria certamente mais fácil (e muito mais dura) que a minha. Como jamais sofri outro tipo de violência comparável em minha vida, esses foram os signos que ficaram em minha memória pessoal de experiências diretas da violência.

[27] Um colega, professor da UFMG, contou-me que passou por uma situação ainda mais delicada numa blitz da PM em Belo Horizonte, e que não sofreu conseqüências mais sérias, inclusive a morte, por muito pouco. Ele não usou o « você sabe com quem está falando » por receio de que piorasse ainda mais as coisas e resolvessem « queimar o arquivo ».

Interrompi, praticamente, as minhas pesquisas nessa área temática quando assumi funções de direção na Universidade, a partir de 1982. Já por essa época, o interesse na temática da criminalidade urbana aumentara muito e finalmente os sociólogos brasileiros, empurrados pelos acontecimentos, começavam a dedicar-lhe crescente atenção. Preferi voltar aos estudos teóricos, dos quais resultaram minha dissertação de Mestrado, um doutorado abortado na USP, quando assumi a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, e outros trabalhos publicados desde então, mas continuei acompanhando a questão, com planos de voltar ao tema. Apenas no final de 1993, quando encerrei meu mandato na direção do IFCS, decidí retomar meu investimento nessa área, quando novamente voltei à pesquisa de campo e a publicar trabalhos sobre a criminalidade violenta no Rio. Esta tese, em certo sentido, marca meu *aggionarmento* com um campo temático que hoje já não se compara mais com a então incipiente investida sociológica de que participei, ao se tornar agora um dos mais importantes da sociologia e da antropologia urbana brasileira neste final de século.

* * * * * *

Neste trabalho, não me proponho explicar como indivíduos aderem tipicamente a uma carreira criminal, ainda que provisória ou intermitente, nem as razões objetivas e subjetivas que os impulsionam nesse caminho. O que pretendo propor é uma interpretação para um processo social, não individual, embora esse processo social seja sempre baseado em ações individuais. As trajetórias individuais aqui analisadas servirão como referência de um processo social mais amplo e não para fixar padrões individuais de adesão ao mundo do crime. Algumas das noções principais que aparecem constantemente neste trabalho, como « violência », « crime », « pobreza », não são atributos individuais, mas atributos sociais relacionais e, como tal, são representações que selecionam, distinguem e acusam práticas ou posições sociais diversas.

Evidentemente essas noções não são puramente subjetivas, ou apenas signos de uma disputa intersubjetiva de significados morais. Há limites objetivos para seu emprego social amplo, a partir dos quais elas « perdem sentido ». Esses limites objetivos são, por sua vez, representações firmadas ou crenças baseadas em regras de experiência social. Delimitam portanto o sentido de outras noções como « necessidade », « interesses », « não ter escolha », tudo aquilo que a tradição sociológica tende a encapsular sob a noção de « estrutura ». No seu nível mais

abrangente, proponho algumas categorias analíticas que me pareceram indispensáveis para o desenvolvimento de minha interpretação. Em geral são categorias « típico-ideais », isto é, não se referem a cursos de ação empíricos, mas a mediações analíticas entre ação e estrutura.

Se é verdade que a estrutura só existe em seus efeitos, é então verdade que toda estrutura é a expectativa generalizada que baliza as escolhas de todo agir individual. Só chegamos à estrutura quando partilhamos o significado do que os indivíduos chamam de « limites » de sua ação. Padrões de limites delimitam o campo de possibilidades de escolhas racionais individuais, e por uma definição excludente tendem a designar como « irracionais » ou representar como « impossíveis » todas as escolhas cujo campo de possibilidades não pode ser capturado por esses limites, ou que, mesmo sendo teoricamente possíveis, os extravasa. Do mesmo modo, a construção desses padrões obedece a um processo histórico que os interliga a outros padrões de esferas de sentido afins, onde ganham traduções enriquecidas por significados ora mais complexos, ora mais ambíguos ou mesmo contraditórios. Padrões se constituem, se acumulam e se transformam, rompendo com generalidades estruturais lineares cuja continuidade nas representações e ritos pode enganar e fazer fracassar a análise mais ambiciosa.

Entre essas categorias propostas, algumas podem parecer redundantes ou desnecessárias, mas minha preocupação, aqui, foi enfatizar a diferença entre a apropriação analítica de representações sociais modernas (algumas das quais, *constituintes* da modernidade)[28] e a proposição de operadores analíticos relativamente autônomos dessas representações ou que não podem (ou melhor, não devem) « decair » totalmente ao nível dessas representações. Diferentes perspectivas sociológicas e antropológicas me permitiram tentar criar um distanciamento crítico com práticas cujas representações hegemônicas permitem sua definição jurídica, legal, como uma « objetividade » indiscutível, « colada » a um evento, quando na verdade constituem a reificação ou a condensação objetiva de representações próprias, funcionais à reprodução de formas hegemônicas de dominação nas sociedades modernas. Nesse sentido, não se trata de afirmar ou defender uma perspectiva que veja no « crime » um

[28] Tais representações me parecem dificilmente encapsuláveis na noção antropológica de « representações nativas », dada a sua abrangência e complexidade na constelação cultural de todas as sociedades modernas, a mesma constelação que produz a « necessidade » de uma ciência social. No entanto, parece-me fundamental conservar o 'método antropológico' que, antes de relativizá-las, as leva seriamente em conta como *constitutivas* do objeto.

curso de ação anti-hegemônico, mas de investir nas tensões que seus efeitos produzem sobre representações defendidas como homogêneas e consensuais.

O rápido abandono, nos últimos anos, das perspectivas analíticas baseadas em paradigmas abrangentes de conflito social, principalmente o marxista, em benefício de uma perspectiva durkheimiana (e toccqueviliana) renovada, não me convenceu que nossa sociedade tenha mudado, nesse aspecto, tanto assim. Antes pelo contrário. Noções como « crime », « criminalidade » e « violência » têm, apesar disso, continuado a servir, em muitos estudos e pesquisas, como operadores analíticos quando, me parece, não passam de dimensões de um objeto que, por sua extrema familiaridade para o pesquisador, « deslizam » diretamente para seus conceitos. Toda a história da criminologia moderna (e o próprio nome da disciplina) parece traçar o paradoxo de uma ciência cujo objeto não poderá jamais ser construido por ela, já que sua definição é subsidiária de uma definição jurídico-legal, isto é, extra-científica, a noção legal de crime.

Durkheim escreveu que « crime » é tudo aquilo que agride a consciência coletiva. Numa sociedade onde a consciência coletiva nada mais tem de homogênea e resulta (ainda que imaginariamente) de um *contrato social*, desenvolve-se evidentemente uma crescente tensão entre a *força da lei* (enquanto dispositivo institucional em ação) e uma complexa multiplicidade de *poderes de definição da situação*, de neutralizações morais, de auto-justificativas frente aos dispositivos morais de auto-controle e normalização dos comportamentos, que duplicam ou mesmo triplicam *ordens legítimas* seja ao nível da sociedade global, seja ao nível local.[29] Toda a força da lei passa a depender, para sua eficácia legal, da probabilidade objetiva de que ocorra simultaneamente uma « economia de repressão », baseada mais no auto-controle individual do que apenas na expectativa de punição legal. O desenvolvimento desse auto-controle individual caracteriza o individualismo moral moderno, e é crucial para a definição da modernidade, como foi demonstrado por Elias com seus estudos sobre o

[29] É cada vez mais convincente a caracterização da sociedade contemporânea como constituida de indivíduos que seguem (ou podem seguir) cursos de ação ao mesmo tempo consistentes e contraditórios: « trata-se de uma característica mais generalizada da sociabilidade contemporânea, que faz com que todos, potencialmente, possam participar de N códigos e mundos. As diferenças, claramente existentes, se devem a especificidades de trajetória, origem, poder, prestígio, associadas à natureza da estrutura social » (Velho, G., 1994, p. 73). No entanto, uma uniformidade imaginária mantêm a vigência da representação de um sistema social relativamente homogêneo e coeso. As classes, por exemplo, não deixaram de existir, apenas se segmentaram, como tantos outros grupos sociais cuja identidade coletiva parecia manter-se coesa, até há bem pouco tempo. No mesmo sentido, sociólogos recorrem hoje a noções como « self múltiplo » (Elster), « experiência social » (Dubet), etc.

« processo civilizatório » (incremento da civilidade e exclusão do emprego da violência na sociabilidade), por Foucault com suas análises da « governamentalidade » (assujeitamento pelo auto-governo de si) e da « normalização » (passagem da lei à norma), como também por Hirschman com o incremento do auto-controle das paixões através da liberação regulada dos interesses, crescentemente legítima. A isso deu-se o nome de « individualismo moral » (Bellah et al, 1985).

O perigo, que já Tocqueville advertira, seria uma passagem do individualismo moral para o individualismo utilitarista ou egoísta. Foi talvez pensando também nisso que Marx escreveu, ainda antes de Tocqueville, que o individualismo que se desenvolvia desde o século XVIII tinha a tendência, ou a probabilidade objetiva intrínseca, de « pôr as relações sociais como *meios* para a consecução de *fins* individuais ».[30] Mas os ilegalismos que essa atitude individualista pode produzir são diversos e diversamente perseguidos ou incriminados. Enfeixados, no entanto, na noção comum de « infração penal », « crime », « delito » ou « contravenção », tendem a ser representados como uma ruptura unívoca com a ordem social, cuja *probabilidade objetiva* (ou sua « causa » para ocorrer) deve ter também uma origem social e uma direção únicas. O final da cadeia penal aguarda que se descubra o final da cadeia causal.[31]

Uma « probabilidade objetiva » é uma possibilidade de escolha racional *tendencial* de acordo com certos limites e para uma certa direção do agir, e tipico-idealmente esses limites, que explicariam escolhas regularmente seguidas, constituiriam o que o marxismo chama, num sentido forte, de uma « determinação » ou uma « estrutura ». A determinação não existe senão como definição desses efeitos de condicionamento, no sentido de que há grande chance de serem predominantemente considerados quando de uma escolha e, portanto, de que escolhas regulares, tendenciais, feitas por muitos indivíduos numa mesma direção, constituem efeitos *en masse* dessas determinações. Em geral, essas determinações são alocadas, no plano individual da escolha, pelos « poderes de disposição »[32] que cada indivíduo considera poder contar, ou, para usar uma linguagem econômica, por seus « recursos » no tempo que ele avalia durar sua vida (ou de seus herdeiros ou interessados imediatos).

---

[30] Cf. Elias, 1993; Foucault, 1976; 1979; 1995; Hirschman, 1976; Tocqueville, 1970; Durkheim, 1972; Marx, 1966, p. 238 (grifos meus).
[31] Cf. Misse, 1998.
[32] Tomo « poderes de disposição » no mesmo sentido que Weber lhe deu. Cf. Weber, 1995.

No plano de um tempo social estendido, esses limites podem produzir expectativas de possibilidade objetiva de alteração coletiva na distribuição social desses poderes de disposição. Quanto mais baixas forem essas expectativas, mais forte será a relevância analítica da noção de « estrutura » e maior será a tendência de que indivíduos que sejam, por alguma razão, não-conformistas tendam a: 1) buscar egoisticamente melhorar exclusivamente seus poderes de disposição. Nesse caso, apenas padrões normativos, regulações autoritárias ou avaliações de risco podem atenuar essa tendência em casos individuais, ou a gerar uma justificação de sentido moral compatível com uma conduta egoísta atenuada (utilitarismo moral), ou mesmo uma atitude conformista, não-individualista, cuja justificação de sentido tenderá a ser providencialista; 2) buscar uma solução social radical, baseada em crença coletivamente compartilhada (política, moral ou religiosa), isto é, numa ideologia de « liberação » (real ou ideal) desses limites.

Nos dois casos, o emprego da violência física é sempre uma possibilidade considerada, cujos meios materiais constituem-se também em « poderes de disposição », em recursos de imposição da vontade ou de acesso a bens materiais ou simbólicos cujo significado social poderá ser mais ou menos construido ou justificado por uma determinada representação, um discurso ou mesmo uma ideologia. Suas tensões com princípios morais encontra sempre uma solução singular, embora se possa buscar padrões de confluência ou divergência, como mostrou Weber em vários momentos de sua obra.

A monopolização do emprego legítimo da violência pelo Estado constituiu-se historicamente na Europa Ocidental através de um processo civilizador e pacificador de populações que normalizou, através da subjetivação do auto-controle individual das emoções e dos impulsos de expressão corporal e física, ou seja, de um « assujeitamento » às normas e aos códigos ético-jurídicos, os comportamentos individualistas que viessem a tensionar com aquela pretensão à monopolização. Em suma, o monopólio foi conquistado por meio da violência e sua legitimidade alcançada através de um complexo processo civilizador (ou normalizador), que é também o da constituição do Estado moderno. Data daí a construção da representação de « violência » não mais como « violação », « excesso de poder », « crueldade » (sua conotação mais universalizável) mas como qualquer emprego « ilegítimo » da força física e das armas. A violência moderna constrói-se, por isso mesmo, como um atributo ambíguo: « emprego da força física ou suas extensões para impor sua vontade contra a vontade de outros », que é também a definição clássica de *poder*. A palavra alemã

« Gewalt », cuja tradução para as línguas latinas é praticamente impossível, mantêm essa unidade clássica de violência e poder numa só expressão. Na modernidade, a separação é re-significada através dos atributos de *legitimidade* seja da violência, seja do poder. A disputa pela atribuição de legitimidade ou ilegitimidade a esse emprego reforçará a associação do emprego da violência legítima com a manutenção de uma determinada ordem pública e com a administração legal da justiça, e reservará a acusação social de « violência » à ilegitimidade de seu uso. A violência como recurso privado fica completamente fora das regras do jogo social, exceto quando regulada legalmente e acionada legitimamente sob controle do Estado. A construção da moderna noção de cidadania e de democracia é diretamente tributária desse processo histórico, e a violência empregada nas lutas políticas e de classe que constituiram essa cidadania na Europa Ocidental tende, defensivamente, a ficar recalcada nos discursos contemporâneos, como que a sinalizar uma espécie de « fim da história » alcançada pelo Ocidente democrático. Nos Estados Unidos da América, o mesmo processo se desenvolveu, e também na America Latina, ainda que, neste último caso, constituindo uma variante complexa, mas o alto nível de violência cotidiana em toda a América, inclusive na sua forma privada e criminal, não permitiu que se a afastasse dos discursos políticos, como parece ter ocorrido na Europa Ocidental. Os países europeus, no entanto, vivem hoje sua retomada *pela direita*, o que torna compreensível o modo pelo qual se tentou, no passado recente, opor os conceitos de violência e poder.

O grande divisor semântico entre violência e poder, que se pôs para além da questão da legitimidade política, foi a terrível experiência moderna do Holocausto dos judeus na Alemanha nazista, como, depois, a constatação, pelos comunistas dos países ocidentais, de acontecimentos análogos na Rússia stalinista, na China maoísta e em outras ditaduras de esquerda. Quando Franz Fanon (seguido por Sartre) defendeu a violência como meio legítimo para a libertação dos « condenados da terra », e a Revolução Cultural maoísta com suas extensões nos partidos comunistas de linha chinesa e no movimento estudantil em vários países, a partir de 1966, definiu que « o poder está na ponta de um fuzil », ocorreu uma retomada radical da associação entre poder e violência que provocou a irada e célebre resposta de Hannah Arendt, em seu ensaio sobre a violência.[33]

[33] Cf. Fanon, 1968; Sartre, 1970; Arendt, 1992.

No espectro de matizes em que se desenvolverá o fantasma da violência, a disputa por sua legitimidade introduzirá o padrão móvel por onde podem ser recortadas as rupturas. Um mínimo sentido consensual demarcará, finalmente, aquilo que, em geral, não será aceito por nenhuma 'vontade geral' e que constituirá, na contemporaneidade, o seu núcleo de significado mais universalizável e mais consensual (inclusive no sentido durkheimiano de « consciência coletiva »): a crueldade como arbítrio egoísta de um indivíduo contra outros, cuja única razão compensadora seria a des-razão, o excesso inaceitável de poder, a monstruosidade. Em outras palavras, a violência é representada hoje, em todas as elites intelectuais, pelo seu núcleo mínimo consensual, como *a negação da alteridade*, a metamorfose de uma relação de força numa relação a um objeto, na qual não pode haver resistência ou reação.[34] Põe-se, portanto, por petição de princípio, em contraposição à integração social e à sociabilidade burguesa idealmente pacifista, pois admite a luta, o conflito, desde que a relação de força não seja transformada em relação a objeto. A escravidão, a tortura, a morte produzida com crueldade para fins moralmente vís ou fúteis e o genocídio constituem hoje o sentido mais universalizável da representação de violência, aquele sobre o qual o horror unifica todas as perspectivas do humano. Esse núcleo mínimo conforma também o conteúdo mínimo, básico e intransigente de um certo tipo de ilegalismo ou de um certo tipo de crime. Mas a partir desse núcleo mínimo, a noção de violência se polissemisa num gradiente de representações que continuam a disputar a legitimidade de seu uso ou mesmo de sua existência.

****

No Brasil, a história parece ser a mesma, mas foi também outra. O monopólio estatal da violência não resultou de um processo endógeno, civilizatório, mas da tensão entre as oligarquias que controlavam seus domínios através do pacto colonial e do escravagismo, e a administração colonial, depois, imperial, que o aperfeiçou, mas não conseguiu generalizá-lo a todas as classes e regiões do país. O monopólio jamais foi completo em todo o país e sua necessária contraparte, a normalização dos comportamentos, seguiu um tortuoso percurso histórico nas elites brasileiras

[34] Veja-se que esse mínimo consensual é aceito (ou mesmo desenvolvido desse modo) por autores « radicais » como Foucault, 1995; Deleuze, 1994; Derrida, 1996; Balibar, 1996, Baudrillard, 1997.

tradicionais, com resultados precários até muito recentemente[35], enquanto nas novas elites burguesas e nas classes médias essa normalização ambivaleu-se, desde meados do século passado, com a chegada das culturas quasi-normalizadas imigrantes.[36]

Nas camadas populares, o peso da escravidão mas também a sua sucessão por uma normalização excludente e fortemente repressiva, produziu uma duplo efeito: uma forte normalização de um lado, por imitação idealizada das elites (tal como aí representadas) e pelo desejo de integração e reconhecimento, e uma resistência desnormalizadora de outro lado, difusa e individualista. A sociabilidade menos individualista e quase rural das favelas no Rio de Janeiro entre o início do século e os anos 50 favoreceu o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, de um estilo de vida ao mesmo tempo individualista e fraterno e de uma sociabilidade baseada em fortes códigos morais. Entretanto, a imagem pública da favela continuou a excluí-la da civilidade e a segregava como « exótica » e « perigosa », o que favoreceu que ganhassem relevância as diferenças da precária normalização que ocorrera nas favelas em relação à normalização ambivalente das elites e das classes médias tradicionais da cidade. Essas diferenças foram constantemente equacionadas com o banditismo tradicional existente nessas áreas (como também nas áreas rurais) e permitiu que a população do « asfalto » fechasse os olhos ou até mesmo legitimasse as sucessivas e crescentes incursões da polícia aos morros da cidade, com a invasão de barracos (que não tinham o mesmo status de « lares ») e a prisão e espancamento de seus moradores.

Importante também é ressaltar a autonomia e a discriminação da vigilância policial e da administração da justiça no processo de normalização de comportamentos de imigrantes e ex-escravos e seus descendentes. Os custos da repressão incluiam uma intervenção « educativa », formadora da civilidade, que passava por reprimendas públicas, detenções de algumas horas ou de uma noite, apreensões de objetos e armas, humilhações e vergonhas. A própria polícia carioca e fluminense sempre foi objeto de uma demanda de « normalização » de si própria que contradizia sua função ideal

[35] Os comentários de viajantes estrangeiros « normalizados » e « civilizados » ao Brasil entre os séculos XVIII e as primeiras décadas do século XX sempre opõem as belezas e riquezas naturais do país ao seu povo e às suas elites, considerados « incivilizados » ou moralmente degenerados. O contraste decorria já dos resultados do processo de normalização na Europa Ocidental, aqui ainda precários.

[36] Em vários anos da década de 40 e 50, no Rio de Janeiro, havia mais portugueses indiciados pela justiça penal em alguns tipos de infração do que brasileiros negros, ao contrário do que era, então, representado socialmente. Ver « Crimes e Contravenções - Ex-Distrito Federal (1942-1959). SEDMP-Ministério da Justiça, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

clássica, e sua imagem pública, desde então, é das piores entre todas as instituições do serviço público no Rio de Janeiro.[37]

O aprofundamento do processo civilizador só iria ocorrer a partir do início da República, estendendo-se até o Estado Novo, assim mesmo numa direção fortemente ambivalente e dependente de políticas públicas autoritárias de saneamento, higienização e ocupação urbana regulada, com direitos civís e políticos extremamente limitados e, principalmente, com uma permanente repressão policial aos hábitos tradicionais e aos modos de operar o poder das classes subalternas. A internalização de valores afins à paz civil e à civilidade burguesa européia não foi avançando com novas fronteiras, a partir de um núcleo de civilidade, como no caso dos Estados Unidos, mas se constituindo num desafio imaginário especialmente intra-urbano, para o qual foram mobilizadas as representações adequadas. Diferentemente também dos Estados Unidos, onde a segregação étnico-cultural e de renda era aberta e admitida, tornando-se objeto de uma disputa de direitos civís igualitários que trouxe as contradições sociais para a esfera da solução política, no Brasil uma segregação evidente, ainda que arrefecida por uma convivência inter-classes e inter-étnica hierarquicamente regulada, jamais foi aberta e admitida e se viu obrigada a ajustar suas dimensões contraditórias num mesmo sujeito social.[38]

Identifiquei três grandes ciclos no processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro: o primeiro - o mais longo, mais matizado, quando a « violência » é ainda equacionada com recursos políticos ou com a « ordem pública » e melhor estudado que os outros -, vai das últimas décadas do império até o Estado Novo; o segundo, o mais curto, significativo e o menos estudado até agora, vai da redemocratização do país, em 1945, até a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968; o terceiro, e atual, começa com os anos 70 e prossegue até hoje, com crescente incremento da representação de « aumento da violência ». Essa proposta de periodização, como deve ser evidente, foi construida para ressaltar os largos traços significativos de um longo processo histórico, de suas rupturas e de sua visibilidade social. Os três ciclos podem ser, por sua vez, subdivididos, quando se consideram outras dimensões importantes. O segundo ciclo, por exemplo, tem seu ápice nos últimos anos da década de cinquenta, com a percepção de um aumento das quadrilhas localizadas nas

[37] A polícia sempre comparece, por suas arbitrariedades, entre as principais queixas nos jornais do início do século. Cf. Silva, E., 1993.

favelas e o surgimento do primeiro « esquadrão da morte », e o terceiro ciclo atinge aparentemente o seu ápice em 1986-89, e até agora se caracteriza pela percepção social de uma violência generalizada instalada nos morros e favelas que ninguém mais parece capaz de combater. No entanto, as taxas de homicídios dolosos têm decrescido nos últimos três anos, o que poderia indicar mudanças no atual ciclo. É preciso que se considere, quanto ao primeiro ciclo, o aparecimento de tipos sociais de sujeição criminal cuja fixação e metamorfose se dará no segundo ciclo. O terceiro ciclo especializará e introduzirá novas práticas, acumulará sínteses de tipos, aumentará a abrangência de sua esfera de ação e introduzirá mudanças de recursos de tal monta que produzirá efeitos de visibilidade social inéditos, incomparáveis em relação aos ciclos anteriores.

******

Tive algumas dificuldades quanto ao modo de exposição deste trabalho, que provavelmente não foram completamente sanadas. Um primeiro plano, mais histórico, foi abandonado por outro que privilegiava questões conceituais e temáticas. Dei-me conta, em seguida, da enorme extensão que ambos os planos representavam e decidí adotar uma exposição mais sintética, que ressaltasse as hipóteses principais, cujo detalhamento e aprofundamento reservo para trabalhos subsequentes. Procurei, assim, entremear a análise do material empírico com exposições analíticas, de modo a privilegiar roteiros de questões para lidar com a imensa quantidade de dados que tenho obtido. Como havia decidido, desde o início, tomar a cidade como um todo como universo da pesquisa e não apenas algumas de suas áreas, tive que me contentar, na forma de exposição que adotei, em apenas indicar empiricamente as questões que parecem comuns a todas as áreas da cidade e as que encontram desenvolvimentos diferentes quando se comparam favela e asfalto, favela antiga e favela recente, conjunto habitacional e favela, edifícios e condomínios de classe média e edifícios de conjuntos habitacionais, comunidades controladas por bandidos nascidos e criados ali mesmo e comunidades controladas por bandidos de fora ou invadidas por eles ou pela polícia.

Dividí a exposição em sete capítulos, subdivididos em itens temáticos, além da introdução e da conclusão. Em todos os capítulos, mas principalmente no capítulo 1,

[38] Devo a Dilson Motta a idéia de um « sujeito social contraditório », cujo emprego aqui é apenas esboçado.

discuto os problemas conceituais a que me referi mais acima, especialmente as diferenças entre crime ou criminalidade, tal como comparecem nas suas definições jurídicas e na representação social, e os operadores analíticos que proponho introduzir. Esses operadores desenvolvem-se num plano estritamente sociológico, que tenta evitar sempre que possível decaídas nas próprias representações sociais e definições jurídicas que eles pretendem escrutinar, embora jamais abandonem sua referência, constitutiva do objeto. Evitar decair nas representações não significa, entretanto, afastar-se delas, mas apenas movimentar-se em suas polissemias para produzir, a partir delas, o necessário distanciamento conceitual e crítico.

No capítulo 2 analiso diferentes indicadores da « acumulação social da violência » e de sua diferenciação nesta última metade do século. Ao examinar o que chamo de números-representações, as estatísticas existentes, oficiais ou não, e as percepções não-estatísticas, difusas, do volume de violência que é representada pelos habitantes da cidade, por suas classes e elites, por sua imprensa e sua produção cultural, busco demarcar o objeto deste trabalho. No capítulo 3 identifico preliminarmente os três grandes ciclos da acumulação social da violência e os tipos sociais que os representam, analisando os dois últimos a partir de material estatístico e jornalístico. . O capítulo define, a partir da análise de estatísticas e entrevistas, o perfil social dominante da sujeição criminal na cidade nos últimos cinquenta anos e suas transformações. Também discuto a relação, na representação social, entre desnormalização, estilos de vida, pobreza urbana e crime, utilizando também material jornalístico e a análise de extratos da produção cultural de cada período.

O capítulo 4 desenvolve o conceito de « sujeição criminal ». O interesse aqui é identificar uma ampliação, para fora de sua esfera imediata, de uma subcultura da sujeição criminal e dos efeitos perversos que produz na sociabilidade das comunidades pobres, bem como nas suas relações com a cidade e, particularmente, com a subcultura policial. No capítulo 5 proponho uma reflexão analítica do imaginário social carioca sobre seus bandidos, a memória social do banditismo urbano na cidade e examino, a partir da reconstituição de uma trajetória de vida, as dimensões de continuidade e descontinuidade existentes na própria reflexão que o entrevistado faz da sua experiência social, procurando os indícios tipológicos que as inflexões significativas desse imaginário podem oferecer .

Nos capítulos 6 e 7, desenvolvo e aplico os operadores analíticos apresentados nos capítulos precedentes para propor uma interpretação de um « acontecimento » ou

um « drama social », isto é, do que é representado como sendo o principal ponto de inflexão da violência na cidade, o « Movimento »: a constituição de redes relativamente organizadas de quadrilhas que controlam territórios em favelas, morros, vilas e conjuntos habitacionais da cidade, com pretensões difusas de identidade própria e códigos de conduta, que se espalham na cidade a partir de meados dos anos 70, baseadas economicamente no mercado ilícito da venda de drogas a varejo e de bens roubados. Aqui, meu interesse é discutir especificamente a relação entre exclusão social, reprodução social sob trabalho precário e crescimento dos mercados ilícitos, com vistas a estabelecer alguns padrões sócio-econômicos de reprodução social das práticas criminais na cidade que atravessam os três ciclos e se modificam, acumulando-se e diferenciando-se rapidamente nas últimas três décadas. Para usar uma velha idéia que voltou à moda, poder-se-ia falar em « metamorfoses » desses padrões, que acompanham as sucessivas conjunturas econômicas e os três grandes ciclos de representação do problema criminal no Rio. No último capítulo discuto algumas dimensões da sociabilidade na cidade, em particular nas áreas consideradas perigosas, e as tensões geradas pelos mercados ilícitos e práticas criminais nessas áreas, como, de resto, em toda a cidade, ao constituirem uma específica forma de reprodução da violência que exponencia a sua acumulação no ciclo mais recente. Proponho, nesse sentido, um esboço de interpretação de outros « acontecimentos » que são representados como outros pontos de inflexão da violência na cidade, que teriam uma genealogia diferente, original e mais recente e cuja conexão com o Movimento é variada e nem sempre muito clara. Entre esses, estariam o aparecimento das « galeras », da « subcultura funk » e de uma sociabilidade marcadamente violenta entre jovens de quadrilhas e gangues de diferentes áreas da cidade, inclusive incorporando segmentos das classes médias. Nas conclusões, proponho uma síntese de toda a minha argumentação, apresentando um modelo analítico cuja utilidade pretendo verificar em meus trabalhos posteriores.

Ao escolher tratar desse tema em sua abrangência não fiz outra coisa senão procurar insistir, junto aos colegas que vêm também trabalhando nesse campo temático, para duas coisas: não há como abandonar completamente a questão da pobreza urbana na abordagem da questão da violência no Brasil, como também não há como reduzir o problema apenas a esse nível, como parece já ser hoje uma conclusão consensual. A diversidade de interveniências que efetivamente seduzem ao emprego de recursos violentos e criminais na cidade, principalmente nos últimos anos, por outro lado, não devem, a meu ver, recalcar a dimensão proto-política em que se expressou uma parte da

elite criminal na última década, sob pena de não sermos capazes de propor qualquer diálogo menos tácito (como vem ocorrendo ao longo dos anos) e de não reconhecermos também, ainda que a contragosto, que, ainda que violentamente, essa elite está dizendo algo, está comunicando algo, que não se reduz apenas aos seus interesses privados e que precisa ser sociologicamente compreendido e não apenas estigmatizado como « consumista » e « narcisista ». A prisão de centenas dos principais líderes do « movimento » nos últimos anos produziu uma « pulverização » da sujeição criminal, em várias áreas, cujas consequencias ainda não podem ser aquilatadas.

A criminalidade não é um caminho de mão única, que vai das práticas incriminàveis à sua justa incriminação pelo Estado. A sujeição criminal é o nó górdio de um certo tipo de ilegalidade praticada principalmente por agentes egressos de uma situação de subalternidade social. A desconcentração da violência que trás consigo e que se manifesta nas grandes cidades modernas e, particularmente, em cidades com extraordinária desigualdade social como o Rio de Janeiro, é também o nó górdio de um processo de acumulação social da violência que pode ser tomado como típico-ideal para muitas outras cidades do país. Se este trabalho contribuir para a compreensão de que injustiças sociais e ilegalismos desse tipo possuem uma correlação específica, embora complexificada por importantes mediações, e de que não basta aumentar a incriminação nessas áreas para minimizar a dimensão de violência das suas práticas criminais, então terá atingido seu objetivo.

Capítulo 1

VIOLÊNCIA, CRIME E CORRUPÇÃO: CONCEITOS EXÍGUOS, OBJETO PLENO

Distinguir das representações que operam práticas e relações sociais, os conceitos analíticos que as invocam como momentos do objeto constitui uma perspectiva teórica, entre outras. Há, como se sabe, perspectivas que pretendem extrair diretamente da descrição empírica os seus conceitos e outras que preferem desfazer qualquer separação substantiva entre representações, práticas e conhecimento. Há, finalmente, uma revivescência, explícita ou implícita, da filosofia social e moral no interior das proposições analíticas da sociologia mais recente, que faz refluir o que modernamente é pensado como sendo pertencente à esfera dos *valores universais* para a explicação.

A recente condenação do relativismo e do objetivismo positivista, do essencialismo e das grandes narrativas, parece ser antes a constatação de seu atual esgotamento heurístico do que propriamente uma opção filosófica ou um retorno aos valores. A perspectiva pragmática ou descontrutivista aparece, nesse sentido, como suficientemente adequada para acolher todos os descontentes da interposição hegemônica da epistemologia entre fatos e teorias que marcou as ciências humanas até os anos 80.

Minha preocupação em distinguir representações sociais de seus operadores analíticos é menos ambiciosa e, apenas nesse sentido, menos epistemológica e mais pragmática. Trata-se, na verdade, apenas de uma cautela metodológica numa esfera de significados *constituintes* e, portanto, é reveladora de uma inibição metodológica em entrar diretamente em sua disputa interna. O interesse em que a perspectiva crítica deslize da própria dinâmica interna do objeto e não de um postulado de valor (ainda que universal) que participa dessa objetividade mas que não pode guardar-lhe distância, levou-me a aceitar, apenas metodologicamente, a sua relativização moral.

Quando se tenta operar analiticamente com noções como *violência, crime, corrupção*, percebe-se que permanecemos muito próximos dos problemas e alternativas imediatas das políticas públicas e da denúncia crítica politicamente correta, mas sob o preço, sempre muito alto para a exigência de objetividade, de favorecer o chamado

« pensamento único », o consenso potencial a respeito das obviedades intelectuais e morais de uma época. Ao contrário de favorecer a compreensão do que se passa, corremos o risco de apenas participarmos da sua reprodução.

Além desse motivo, um outro me pareceu importante: a fragilidade analítica ou mesmo a omissão teórica frente às exigências postas por esse tipo de objeto. Não que eu pense preenchê-la ou superá-la, longe disso. Apenas não quis me deixar inibir por sua intrincada fragmentação, patente também em muitas das pesquisas e estudos que nos últimos anos vêm constituindo esse campo temático no Brasil. A « violência urbana », a « criminalidade violenta », a « corrupção policial » são noções que impregnam-se, de tal modo, de representações sociais estereotipadas que deixam muitas vezes a impressão de um conúbio insensato entre as dimensões ideológicas do objeto e sua construção conceitual (Misse, 1995). Por outro lado, a construção conceitual, que deveria partir da análise das representações sociais e das práticas sociais que as fazem emergir, toma como seu campo a filosofia moral moderna e suas especulações sobre a « violência » em geral. O conúbio gera, nesse caso, uma sociologia (ou uma antropologia) moralizantes.[39]

A mim esses conceitos me parecem exíguos frente aos objetos plenos que pretendem nomear.[40] A sua polissemia, a sua carga acusatória e as idealizações que lhes subjazem por elisão ou contraposição última dificultam a compreensão de processos sociais que são, particularmente em nossa história e para muitas esferas de ação, ambivalentes, constituídos por matrizes de sentido não exclusivamente modernas e cuja legitimidade moral tem sido sempre motivo de disputa ou de negociação, mas raramente de consenso prático e compreensão objetiva. O único consenso, aqui, é o que se constrói como um *ideal*: a utopia moderna e iluminista que compreende a própria ciência social, e que guarda a esperança de uma cidadania plena, uma sociedade justa, sempre aperfeiçoável em direção a uma integração social óptima, a um sistema político e social sempre mais democrático, a uma sociabilidade isenta de contradições e conflitos antagônicos.

---

[39] Tem razão Roberto DaMatta (1996) quando observa a prevalência do moralismo e do normativismo no discurso erudito brasileiro sobre a violência, embora essa não seja uma característica exclusivamente brasileira.

[40] Concordo inteiramente com a crítica metodológica proposta por Machado da Silva (1994; 1997) em relação à confusão entre violência urbana como representação social (portanto, momento do objeto) e violência urbana como conceito analítico, derivado de uma idealidade como « violência em geral ». A mesma crítica pode ser estendida às noções de crime e corrupção.

Esse consenso discursivo, posto que ideal, pode decair, no entanto, para dentro da *cidadania realmente existente*, mais ou menos como o velho Espírito Absoluto hegeliano decaiu, com sua dialética virtuosa, encarnando-se no Estado prussiano, ou para dentro de alguns de seus constituintes ideológicos e, numa ambiguidade aguçada pela disjunção entre a *hegemonia* historicamente constituida e a enorme desigualdade social brasileira, produzir efeitos funcionais não-consensuais ou fazer as políticas públicas oscilarem entre pretensões ideais radicais e desempenhos políticos pífios, em nada diferentes dos de qualquer política conservadora.[41] Além disso, a disputa por essas *idealidades* tende a ocultar a dinâmica de relações de força, de poder e contra-poder, que também a constituem.

Não é simples a construção do objeto quando rejeitamos, de saída, por exemplo, sustentar um discurso sobre o Mal, até mesmo porque não saberíamos como apoiá-lo, sociologicamente, por oposição, num discurso sobre o Bem. Todos sabemos fazer isso quando se trata da vida prática, da política e das escolhas de valor, mas não quando se trata de desconstruir significações de cursos de ação na construção de um objeto sociológico tão complexo quanto esse e para uma realidade social que não se deixa facilmente encapsular por fórmulas dicotômicas.[42]

Há, evidentemente, um núcleo semântico mínimo, básico, nessas noções, mas nenhum que as isente do atributo acusatorial. Violento é o outro, criminoso é o outro, corrupto é o outro, ainda que esse outro possa ser uma parte de mim mesmo e que a auto-acusação, a culpa ou sua neutralização façam de mim, ao mesmo tempo, acusador e acusado, criminoso e vítima. Não podem, portanto, constituir conceitos - são antes *indícios*, *marcas* ou *pistas* de como está estruturada a sociabilidade, de como se legitimam as relações de força e de poder e de como está socialmente distribuida a normalização do individualismo ou de como ela se transforma em outra coisa.[43]

Um dos efeitos perversos do que é percebido como uma acumulação social da violência é a generalização de auto-concepções de vítimização, a partir das quais nos sentimos vítimas potenciais de uma violência difusa, de um mal-estar geral, de uma sensação de desordem e caos. A sua contraparte preventiva é a ativação dos mecanismos

---

[41] Não se veja aqui qualquer pessimismo quanto à reforma do sub-sistema de segurança pública, de uma perspectiva democrática e progressista. Minha argumentação, nesse ponto, é mais estrutural e menos conjuntural.

[42] Sobre a ambivalência ética da modernidade ver, entre outros, Bauman (1997).

[43] A idéia, muito fecunda, de Giddens (1996), segundo a qual estamos transitando de um individualismo moralmente normalizado (como em Foucault) para um individualismo de risco e de escolha, sugere uma perspectiva analítica para a compreensão dessas transformações.

acusatoriais, o crescimento das demandas de incriminação e de autoridade, o aumento da desconfiança nas transações sociais, econômicas e políticas, nas relações amorosas e de amizade, enfim, no conjunto da sociabilidade, reproduzindo ampliadamente uma lógica da violência que se pretendia isolar. Seja como efeito perverso, seja como um paradoxo das consequências, tudo se passa como se, numa certa sociedade e numa certa época, o que é representado como um perigo interno tenda a se acumular e a se diferenciar quando é exclusivamente acusado ou reprimido sob uma mesma representação genérica. Aqui, o conflito não parece cumprir qualquer função integradora, mas desintegradora. A variedade de eventos e dramas que passam a ser bricolados na representação de uma crescente violência urbana tende a reforçar um signo único da violência em geral, de sua causa e de seu crescimento. Esse processo facilita sua absorção dedutiva ao discurso do Mal absoluto e sua metamorfose, por afinidade de sentido, aos signos da « guerra civil », da « anarquia », da « ausência de Estado », apontados recorrentemente para as franjas sociais da cidade e para certo tipo de criminalidade social.

Avançarei, neste capítulo, algumas proposições analíticas que serão operadas e especificadas no restante deste trabalho. Algumas são proposições gerais, válidas para qualquer sociedade moderna, e talvez não muito originais, exceto pelo fato de buscarem acentuar a diferença entre representação social (e jurídica) e operadores analíticos do objeto e, principalmente, porque buscam especificar e contrastar algumas de nossas diferenças nacionais e regionais em relação ao curso típico-ideal da modernidade. Sempre que couber, apoiarei minha argumentação com dados e exemplos retirados do cotidiano do Rio de Janeiro, tomado em toda a extensão deste trabalho como universo da pesquisa. A escolha do Rio de Janeiro como universo da investigação deveu-se a vários fatores, dos quais o mais importante é sua tradicional prevalência típico-ideal no imaginário social do que seja uma típica grande cidade brasileira. Difundido na *mídia*, desde os anos 40, em sua cotidianeidade e em seus tipos sociais, o Rio consolidou-se como um espelho narcísico da nacionalidade, como a « caixa de ressonância » do Brasil, até que a montante da violência em seus morros, ruas e avenidas e em suas praias viesse, nos anos 80, a produzir a atual perplexidade com seu destino, mas também com o destino das outras grandes cidades brasileiras. Disputando com sua periferia, a chamada Baixada Fluminense, e com a cidade de São Paulo, a posição de cidade mais

violenta do país[44], o Rio também parece, mais uma vez, confirmar essa sua representação como « tambor » do Brasil, ao sinalizar em primeiro lugar um « perigo social » que rapidamente se espalha por outras grandes cidades e capitais do país e cujo signo mais evidente é o aumento da criminalidade violenta.

1. Violências

Não existe « violência », mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades. A « violência » é, em primeiro lugar, uma idéia, a tessitura de representações de uma *idealidade negativa*, que se define por contraposição a outra *idealidade*, *positiva*, de paz civil, de paz social ou de consenso, de justiça, de direito, segurança, de integração e harmonia social. É uma idéia constituida *preventivamente*, e aplicada retrospectiva e polissêmicamente a eventos, coisas, idéias ou pessoas que sejam representados como ameaças à sociabilidade integradora, ao *social genérico*. Uma fenomenologia ou uma dialética da violência detectaria em seu estatuto polissêmico um núcleo mínimo, elementar, básico, constituido por sua dimensão *retrospectiva e preventiva*. Analisando esse núcleo, Balibar afirma que:

> « O que é chamado de « violência », « desordem », « destruição », etc, sejam públicas ou privadas, individuais ou coletivas, não existe senão na medida em que se lhes já antecipa sua repressão violenta. Em outros termos, o que se chama « violência », as linhas de demarcação que se traçam entre condutas consideradas como violentas e aquelas que não o são, tudo isso não é visível e nomeável senão retrospectivamente, na recorrência « antecipadora » da contra-violência » (Balibar, 1996, p. 75, grifo meu).

Se essa interpretação for correta, teríamos assim uma dialética na *matriz de sentido* de todas as representações da violência: o que é representado como « violência » remete a um *poder de definição* sustentado pelo caráter sempre retrospectivo da

[44] Outras capitais brasileiras apressam-se a participar da disputa de « cidade mais violenta », entre as quais Vitória e Recife, um fenômeno inteiramente novo dada a pioneira e tradicional posição do Rio e de Sào Paulo nas representações sobre a violência urbana no Brasil. A difusão da violência pelas metrópoles brasileiras duas a três décadas após sua nuclearização original no Rio de Janeiro, reforça a

definição e pelo caráter sempre antecipador e preventivo desse poder, que se legitima como « contra-violência ». Em outros termos, toda representação da violência já supõe uma *idealidade preventiva* (contra a qual a violência se define) e uma *força preventiva*, isto é, uma « violência legítima » ou uma « contra-violência ». Nesse sentido, é possível se propor, seguindo a reflexão crítica de Walter Benjamim sobre o direito moderno (e o comentário dessa reflexão feito por Jacques Derrida), que a *força de lei*, a violência-do-poder (*Gewalt*) se legitima (e só assim pode se legitimar) ao se constituir como *poder de definição* do que é « violência » (Benjamin, 1986 ; Derrida, 1994).

Todas as representações sociais da violência, mesmo quando são historicamente prévias, sempre são também re-constituidas retrospectivamente no interior de uma forma de dominação legítima. O fantasma dessa violência retrospectiva cria, ao mesmo tempo, a força de lei e a própria violência, isto é, a lei de força adequada às suas diferentes representações. Por outro lado, a separação moderna (e unicamente moderna) entre fato e lei, entre litígio e sua resolução estatal última, cria um campo de disputa de significações da ação dita violenta que tensiona a *sensibilidade jurídica* da população com a administração monopólica da justiça na esfera do Estado (Geertz, 1998).[45] Essa tensão tende a ser naturalmente maior quando uma regulamentação moderna da administração da justiça não é (ou deixa de ser) inteiramente sustentada pelo Estado, seja por razões econômicas, seja por outras razões. De qualquer modo, a equação preventiva e hegemônica entre « violência » (mesmo quando seu significado é politicamente disputado) e « crime » *naturaliza-se* completamente na modernidade tardia, a ponto da definição de « violência », antes associada à guerra e à política, ser refugada para o campo da barbárie e da incivilidade e, no campo legal, clamar por incriminação.[46]

Se essa interpretação é aceitável, então pode-se compreender melhor porque hoje é tão difícil *separar* as representações da violência do processo *hegemônico* de criminação-incriminação ou mesmo das representações *ideais* de toda sociabilidade

---

representatividade comparativa do Rio para qualquer análise da questão em termos mais abrangentes, que considere todo o Brasil urbano.

[45] Embora em Geertz a noção de « sensibilidade jurídica » do saber local dependa de sua inserção em cosmologias tradicionais de longa duração (como o islamismo e o hinduísmo-budismo), em contraste com o direito racional-legal ocidental, parece-me que ela pode ser também útil para indicar transformações e tensões no interior de uma mesma « sensibilidade jurídica » racionalizada segundo o modelo ocidental.

[46] Lembre-se, por exemplo, a polêmica de Engels contra Duhring (Engels, 1968), em que a violência é tratada sem esse significado « anti-social », comparecendo como recurso coletivo (e portanto político) de solução de conflitos. É ainda o princípio da « guerra » (princípio coletivo e político) que domina a noção de violência, e não o princípio da « anarquia » e do « caos ». Sobre a importância da modelo da « guerra interna » para a emergência da formação discursiva da política moderna, ver Foucault (1997).

genérica. E também porque tem sido necessário a toda forma de contra-poder (reformista, revolucionário, insurrecional, terrorista ou mesmo simplesmente criminal) estender, ampliar e generalizar o significado de violência para níveis abstratos não-incrimináveis, como quando se fala (e não metaforicamente) da violência *das estruturas sociais*, da violência *do sistema*, da violência *das classes dominantes*, da violência *institucional do Estado*, e assim por diante. Esse recurso tem a capacidade de tirar proveito da *polissemia* das representações da violência em favor de uma legitimação da violência como um meio contra outra violência, apresentada como original ou fundante, numa disputa que favorece a emergência de uma perspectiva crítica de todas as representações da violência. Desde a argumentação de Locke sobre o justo caráter (e, portanto, a legitimidade natural) da deposição, pelo povo, da tirania, essa perspectiva crítica desenvolveu-se em direções muito variadas, que ultrapassaram os limites de sua formulação original.[47] Fazer retornar ao sentido original de « guerra » o significado crescentemente criminalizador da violência, « criminalizando » também o adversário (real ou imaginário, mas necessariamente abstrato) parece, no entanto, chocar-se com a experiência cotidiana.

Trata-se, evidentemente, de uma inversão de direção do poder de definição preventivo e retrospectivo, que crê poder criminalizar suas formas abstratas mas que não pode realisticamente incriminá-las. Como incriminar o Sistema? O efeito dessa inversão, na representação social, é, no mínimo, relativizador, e no máximo deslegitimador de agentes e práticas que incorporem socialmente essas formas abstratas (Sistema, Estrutura, Estado, Classes, Autoridades, Instituições Jurídicas ou Policiais, etc.). Seu conteúdo crítico é, assim, fortemente ambivalente em seus efeitos sociais. Muitos dos melhores conceitos sociológicos que se desenvolveram a partir desse distanciamento metodológico (ou crítico) em relação à representação social normalizadora, principalmente os oriundos da esfera jurídica, são, no entanto, *ontologicamente utópicos*. Em consequência, percebe-se, também por isso, o quanto tais conceitos se afastam da « realidade imediata » e da agenda imediata de problemas que buscam solução política. Quando se afastam e quando não se afastam, de qualquer modo esses conceitos permanecem exíguos diante desse objeto pleno: os nomes da violência, os rostos da violência, as formas da violência, o sentido da violência, as

[47] Veja-se, por exemplo, a formulação do jovem Marx, em 1843: « A *segurança* é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe

interpretações da violência, as descrições da violência, todas as violências não se deixam enclausurar numa representação uniforme, unívoca, inambígua.[48]

A noção de « acumulação social da violência », que proponho neste trabalho, é um modo de lidar com essas dificuldades, num caso específico. Abdico de operar com um conceito de violência, qualquer que ele seja, e tomo-o como *referente* da representação social de um perigo, de uma *negatividade social* que é assimilada a uma seleção de práticas e agentes cujos cursos de ação, heterogeneamente motivados, carregariam seu signo uniforme. Refiro-me à representação de um poderoso fantasma social, ao seu crescimento quantitativo, à sua crescente abrangência e diferenciação, mas também às representações de seus tipos sociais, de sua localização urbana, de sua história, de seus motivos e do que é necessário fazer para destruí-lo. Refiro-me, por conseguinte, às mudanças na sociabilidade que acompanham essas representações e à definição de seus principais catalizadores em ciclos distintos: a desordem pública, a montante de saques e assaltos, a subversão e sua repressão, as mortes no trânsito, as incivilidades e, desde os anos 70, a montante de agressões, de feridos e de mortos decorrentes das tensões internas a vários mercados ilícitos, e das tensões desses mercados com as práticas policiais operadas na sua repressão ou resultantes da interligação clandestina com suas redes, que alcançará plena visibilidade pública no tráfico varejista de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e outras áreas de pobreza urbana da periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras capitais brasileiras a partir dos anos 80.

Tratando-se do conceito de uma dinâmica de representações que circunscreve um certo número heterogêneo de práticas num único referente, ele delimita um objeto que é constituido por práticas representadas e representantes da violência no Rio de Janeiro e, por extensão, no Brasil urbano da segunda metade do século XX. Trata-se, atualmente, de conjuntos de agentes, práticas, redes e relações sociais que são socialmente representadas como « não-políticas », i.é, que possuiriam um conteúdo « privado », pertencentes no entanto, a uma esfera especial do « mundo privado », geral e tradicionalmente representada, por sua ruptura com a lei e com as normas

---

para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade » (Marx, 1969).

[48] Ver « os nomes da violência » em Soares e colab., 1996; os « rostos da violência », em Anyiar de Castro, 1976; as « formas da violência », em « Penser la violence », *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 132, 1992; o « sentido da violência » em Girard, 1978; as « interpretações da violência » em Keane (1996), Héritier (1996) e Michaud (1978; 1986; 1996) e as "descrições" da violência em Platt (1992).

hegemônicas, como um subterrâneo social, um « submundo criminal » de interesses privados, que ganhou a nomeação rotineira de « mundo do crime » (Ramalho, 1983).

A seleção social do que é incluido ou excluido desse « submundo » apoia-se principalmente (mas não exclusivamente) na noção de « bandido » e no imaginário social que acompanha essa categoria construindo-a diferenciadamente por tipos sociais, mas também segundo representações das leis, do judiciário, da polícia e dos policiais, de suas práticas, de suas redes e relações que operam a inclusão/exclusão dos diferentes agentes sociais acusados como « desviantes » que circulam no conjunto desse « submundo » em designações que apontam para sua esperada ou possível sujeição criminal. No Rio de Janeiro das últimas décadas, uma grande parte desse submundo criminal é representado como vinculado, de uma forma ou de outra, ao « movimento », nome que é dado às redes de quadrilhas que controlam os pontos (« bocas ») de venda de drogas nas áreas pobres da cidade.

A tradicional associação da pobreza urbana com o que seriam suas potencialidades desnormalizadoras abre caminho para a construção do fantasma mais persistente da modernidade, o que interliga pobreza urbana, pauperismo e falta de alternativas regulares de mobilidade social ascendente ao incremento da opção criminal, em casos individuais, ou da revolta popular ou política, em caso de ação coletiva. Mas enquanto à segunda pode-se reservar uma pretensão legítima de projeto coletivo e de busca do poder (como no modelo da « guerra »), à primeira deve ser reservada uma condenação consensual, já que sua mobilização aparece como puramente egoísta e contrária, por definição, a qualquer pretensão de legitimidade por interesses coletivos.

Ao contrário da sublevação, que pode adquirir conteúdo político, a prática da violência para fins privados ou egoístas negaria toda possibilidade de desenvolver-se como projeto coletivo, já que depende, para obter êxito, de fraudar ou abstrair toda alteridade. O outro, seja um indivíduo, seja uma coletividade, é considerado como simples meio para a consecução de seus fins egoístas. Os que seguem esse curso de ação não pertenceriam, portanto, de direito, ao mundo coletivo das normas compartilhadas, mas a um submundo hobbesiano cujo principal código - a « lei do silêncio » - deriva da necessidade de controlar as relações desse submundo com o mundo social abrangente regulado pelo Estado moderno. Idealidades positivas, funcionais e supostamente integradoras definem regularmente as práticas e os agentes que caem dentro das idealidades negativas, disfuncionais e desintegradoras, capturando-as *como se* ambas as idealidades fossem reais, vigentes, unívocas e isentas de

contradições. As relações de forças se metamorfoseiam numa única força, que aparece em colisão com o princípio da sociabilidade: a « violência urbana ».[49]

O conjunto dessas representações procura, também, se assegurar preventivamente de que esse submundo não se amplie, não se alargue e não se introduza no interior das relações sociais como um todo. Controles que permitam « fechar » as relações sociais e isolar-se desse submundo são desenvolvidos quando se estabelece uma demarcação entre as pessoas que circulam nesse submundo e as demais, como também ao demarcar diferenças entre agentes e práticas no seu interior. A principal demarcação apoia-se na expectativa de um certo tipo de experiência social esperada dos agentes acusáveis, de sua subjetividade e posição social, isto é, do que passarei a chamar de sua « sujeição criminal ». Toda a demarcação resulta principalmente de uma representação de que esse agente *individualizou-se excessivamente*, seja por perda involuntária do auto-controle, seja por desafiliação aos grupos sociais que reproduzem os valores dominantes, seja por decisão instrumental própria ou por « necessidade », e de que ultrapassou os limites das normas, deslizando regularmente para práticas « desviantes », que, no limite, são incriminàveis. Sempre que possível, esses agentes trarão signos corporais que comunicam uma « suspeita » de sua sujeição - sinais de perigo social -, signos que contextualizam idade, gênero e cor com sinais de sua classe social (ou « subclasse »), educação, descontrole moral, uso de convenções sociais, além de símbolos negativamente interpretados, como certos tipos de tatuagens, de cicatrizes, cortes de cabelo, de gestos e modos de andar, de olhar, de conversar, de se vestir. Tipos sociais e incriminação individual se intercambiam ou se complementam em várias áreas, produzindo com o tempo tipos sociais de sujeição criminal historicamente fixados.

A atenuação do inevitável caráter acusatório da noção de « desvio » (Merton, 1969) pela proposição sociológica de outras noções como « estigma » (Goffman, 1970), « divergência » (Becker, 1967 ; Velho, 1973) ou « comportamento problemático » (Pires, 1993) não evita nem impede que se continue a operar com conceitos que são subsidiários dessa mesma demarcação social de diferenças cujo núcleo elementar *seria homogêneo*. A única homogeneidade, aqui, é a que decorre da centralidade posta no « auto-controle » individual (Gottfredson e Hirschi, 1990) : determinados « modelos de conduta » pertenceriam a um processo social e histórico de « normalização » do

[49] O que seria apenas adequado para uma sociabilidade definida por uma consciência coletiva homogênea, como em Durkheim: « crime é tudo aquilo que agride gravemente a consciência coletiva » (Durkheim, 1960).

individualismo, emulados como um « valor em si mesmo » e contra os quais se define preventivamente « o que é perigoso ». Mas se o núcleo é idealmente homogêneo, sua « realização » contextual nem sempre o é. O assassinato para fins privados não possui, por exemplo, o mesmo status (e avaliação social) de outros comportamentos socialmente problemáticos e as variações e graus da acusação social dificultam sua expressão num único conceito. Os deslocamentos que podem ocorrer entre uma e outra acusação social a um mesmo sujeito tendem, no entanto, a privilegiar núcleos elementares de sentido que « condensam » o grau do que será considerado a « periculosidade » de certos comportamentos e a « neutralização » de outros. Não há uma escala linear consensual que vai de um comportamento levemente acusável a comportamentos que provocam repugnância e forte sentimento de repulsa, vingança ou retaliação. As unidades de sentido que impregnam as diferentes acusações sociais, entretanto, tendem a manter estáveis e descontextualizadas certas formas de comportamento para as quais as ponderações de qualquer tipo não alcançam qualquer capacidade de persuasão ou convencimento socialmente possível.

São esses núcleos elementares de sentido, especificamente modernos, que comandam as sinapses das cadeias de acusação social e que interligam diferentes comportamentos a unidades-objeto de acusação *em sentido forte*. Toda a hegemonia penal moderna está baseada nessas unidades básicas e nessas sinapses.[50] Entre um individualismo hedonista sem vítimas e um individualismo de premência material com vítimas pode haver uma variedade de comportamentos « problemáticos » *legalmente* incriminàveis mas com reações morais diversas, efetivamente divergentes, cujo objeto é passível de descriminação prática em algum grau. Mas há um núcleo de individualismo excessivo, negativo ou egoísta (ou como se o queira chamar) que não apenas é legalmente incriminável como também é socialmente recriminável de um modo intenso, muitas vezes até mais do que a legalidade prevê ou permite. Esse núcleo poderia ainda ser representado pelo que Durkheim chamava (para uma consciência coletiva homogênea) de « crime », isto é, como aquilo que agride fortemente a consciência coletiva. Ora, dificilmente esse núcleo poderia ser interpretado socialmente como apenas um curso de ação *divergente*. Mesmo a noção de desvio parece insuficiente para capturar toda a força simbólica que é socialmente investida em sua representação.

[50] Esta última proposição pode ser rastreada em obras tão diferentes quanto as de Foucault, Goffman, Becker, Garfinkel, Matza, Edelman, Baratta, etc. Infelizmente, este não é o lugar para seu desenvolvimento ou exposição detalhada. Para uma apresentação sucinta, ver Ogien (1995).

Na modernidade, esse núcleo *forte*, que produz reação social relativamente homogênea, tende a se constituir a partir da noção de *violência criminal*. Definidos como *indiferença à alteridade* - o homicídio com crueldade, o assassinato de crianças, o estupro com morte, o latrocínio ou o sequestro com morte - são alguns exemplos de cursos de ação (designados aqui pela sua representação jurídica) dificilmente enquadráveis numa perspectiva social de divergência, onde uma disputa de significados morais arrefeça estrategicamente a acusação de desvio. São práticas que provocam reações morais fortes, unânimes, densas, mesmo no interior de subculturas divergentes, por serem representadas como aberrações do individualismo ou mesmo da « natureza humana ».[51] No entanto, embora assim representadas, podem vir a ser incorporadas em certos tipos de ação em conflitos inter-individuais até chegarem a constituir um estilo de vida que incorpore pontualmente recursos que, na representação do próprio agente, se enquadrariam nesse *núcleo forte* mas que, por alguma razão, podem ser « justificados ».

Quando uma violência que se define por sua individualização insólita começa a alcançar regularidade e alguma abrangência social, torna-se ainda mais difícil confiná-la a noções como desvio ou divergência ou mesmo reservar-lhe um lugar no « submundo ». Sua acumulação social retira-lhe qualquer singularidade e, mesmo sendo um curso de ação quantitativamente minoritário, alça-se a um estatuto político novo, cujos efeitos sociais não podem ser facilmente isoláveis pelas categorias jurídicas existentes.

O que parece, então, derivar dessa acumulação social da violência, são linhas de ação que operam contraditoriamente uma *valorização* pessoal do emprego ou da ameaça de emprego da força física (e de suas extensões tecnológicas) e, ao mesmo tempo, sua representação como *contra-violência,* como *contra-poder*, num movimento análogo àquele através do qual a força de lei estabelece o seu poder de definição da situação. Dado que esse processo é socialmente fragmentado e fortemente individualizado, desenvolve-se uma reciprocidade negativa, baseada em cálculos de relação de força mas que também *descontrola* a possibilidade do cálculo através da emergência de

[51] Ver, por exemplo, a representação desse « núcleo forte » entre presidiários reincidentes do Rio de Janeiro, na pesquisa realizada entre 1975 e 1977 pelo Cejur (Miranda Rosa et allii, 1979): cerca de 75% dos entrevistados « desaprovam fortemente » o assalto à mão armada ou o « fazer justiça com as próprias mãos » e cerca de 95% « desaprovam fortemente » o estupro e o incesto. A pesquisa comparou presidiários e professores, sob a suposição de que haveria muitas diferenças na representação dos comportamentos avaliados, concluindo pela « inexistência de uma dicotomia acentuada nas representações de professores e presidiários ». Em 1999, em um pequeno *survey* que fiz com ajuda de um aluno com uma amostra de 36 presos por tráfico e roubo, o estupro e o homicídio eram indicados pela grande maioria como os « crimes mais graves » (ver capítulo 4).

irracionalidades passionais (raiva, ódio, ira, inveja, crueldade, paixões, etc) anteriormente contidas por estratégias normalizadoras do interesse privado. Aparece, assim, um indivíduo incontido, excessivo, destruidor de si e dos outros, mesmo para sua própria auto-representação, cuja *reprodução social* o afasta do confinamento individualizador da ideologia jurídica ou das noções sociológicas de comportamento desviante, divergente ou problemático. Um indivíduo que substitui a referência da norma pela referência do risco, do destino ou da escolha. Mas enquanto a *sociedade da norma* continuar hegemônica, ele será passível de sujeição criminal.

A equação do individualismo excessivo ou egoísta (com todos os seus signos estereotipados de « perigo ») com a incriminação é um dos principais condensadores que nucleam a sujeição criminal. A emergência moderna da noção de « social » e de « sociabilidade » constitui ao mesmo tempo preventivamente tais formas de individualismo como « anti-sociais », colocam-lhe barreiras sociais e legais, negam-lhes, enfim, direito a compartilhar da coletividade. Constitui-se, assim, um tipo muito específico, muito especial, um tipo-limite de « estrangeiro », de alguém que pode a qualquer momento « sair » das relações sociais, para melhor tirar proveito delas, e que deve, por isso, ser afastado do convívio normalizado. Não se trata apenas de um rotulamento, de uma designação ou de uma incriminação regular de certos tipos de práticas e indivíduos, mas também da constituição de subjetividades que incorporam, até certo ponto, ou neutralizam e redimensionam, a sua incriminação, vivenciando, experimentando e assumindo símbolos, linguagens, códigos, estilos e papéis que podem se expressar ou ser representadas como « tipos sociais ». Ainda aqui, no entanto, não se constituem « em divergência » de outras perspectivas morais, não lutam por um reconhecimento de outra validez: ao mesmo tempo partilham e não partilham valores abrangentes, manipulam códigos e afastam-se deles, navegam pelas divergências de diferentes maneiras mas sem se encaixar em nenhuma, numa deriva (Matza, 1964) que pode ser curta ou duradoura mas que se expressa, no núcleo forte, na melhor das hipóteses, pela ambivalência moral.

Quando isso acontece, a incriminação efêmera de um indivíduo por uma trangressão ocasional, ou a incriminação de uma divergência sócio-cultural ou de um comportamento problemático dá lugar a um processo social mais complexo, que se condensa em indivíduos demarcados, gerando a expectativa de que, deixados à sua conta, eles continuarão a ser regularmente transgressores, constituindo, assim, um específico « assujeitamento » a poderes que definem o seu « ser criminal ». Em sua

reprodução social, eles agem como se, de algum modo, capturassem a sua definição social, assumindo-a e desenvolvendo-a como sua própria definição, aperfeiçoando-a. Auto-definindo-se como tal, adotando as máscaras e papéis compatíveis, suas práticas criminalizáveis ou incriminàveis podem, por essa razão e sem maiores dificuldades analíticas, ser definidas como « práticas criminais » (Misse, 1994).

2. Incriminação e Sujeição Criminal

A eclosão do individualismo moderno é especificamente ligada às tensões que o mercado produziu sobre as formas de sociabilidade e integração social que o mantinham subordinado nos modos de produção anteriores ao capitalismo moderno. A problemática hobbesiana só se torna universal com a modernidade, pois só se coloca a partir da emergência do problema da soberania que marca a desarticulação do sistema feudal de comunidades na Europa e da emergência do interesse individual desafiliado e de sua valorização pelo capitalismo político emergente a partir do século XV na Europa Ocidental. A tensão, no indivíduo, entre uma mobilização interna demarcada por interesses no mercado e pelas paixões irrefreadas pela desafiliação, com as justificações de sentido demarcadas pela sociabilidade e pelos vínculos primários, produzirá em toda parte sujeitos representados como potencialmente inconsistentes para as idealidades de « segurança ontológica » próprias a qualquer grupo social. Esse individualismo « shakespeareano » ou hierárquico (por oposição ao individualismo ascético, igualitário e moral pós-Reforma Protestante) será socialmente refugado e será de sua « normalização » que dependerá o advento do individualismo como principal « valor » moderno (Misse, 1996c). A « normalização » é, assim, a dinâmica de produção da sociabilidade entre sujeitos sociais considerados como potencialmente desafiliáveis, egoístas e, portanto, perigosos - representações que ganharam sua melhor expressão teórica na obra de Hobbes. Um dos efeitos dessa dinâmica normalizadora, típica da modernidade, foi desenvolver a separação entre subjetividade e *self*, tal como este comparece ou é apresentado nos encontros cotidianos, resultando numa permanente tensão entre subjetividade (potencialmente desafiliável) e *self* (potencialmente manipulável), tensão entre sujeito e individualidade, autonomia e independência,

liberdade e cidadania, valorização de si e valorização social do indivíduo.[52] Na modernidade tardia, evidencia-se não apenas um *self múltiplo* (Elster, 1991), mas principalmente o que Dubet propõe chamar de *experiência social* subjetiva de um « indivíduo mal assegurado quanto à sua própria identidade, à sua coerência e à sua consistência » (Dubet, 1994: 192).

O individualismo moral tem sido uma solução de compromisso nessa disjunção do sujeito social, sempre que o vínculo social prevalece sobre as tensões geradas pela mobilização interna de paixões e interesses. Na modernidade, esse vínculo social beneficiou-se da contraposição calculada dos interesses contra a eclosão das paixões (Hirschman, 1976), mas dependeu da regulação social dos modos de operar esses interesses, obtida principalmente no processo de normalização da conduta e de regulação dos mercados, através de uma específica racionalização e separação (quanto ao sentido) das diferentes esferas da ação (Weber, 1968). Dois signos centrais dessa dinâmica normalizadora foram, desde o início da modernidade, o *sexo* e o *trabalho*. A construção da « sexualidade » como tema normalizador, como « sexo abstrato », seguiu em paralelo com a construção do « trabalho » como dotado de valor próprio, como « trabalho abstrato ». Dinâmica de práticas e representações que produziram uma civilidade adequada à regulação do recurso à força numa sociedade que se baseava cada vez mais na competição econômica como critério de prestígio e poder.

Chamo, aqui, de « normalização », ao complexo processo histórico-social que mobilizou os « indivíduos » (que são, por definição, imaginados como potencialmente desafiliados no interior de uma formação social que reclama sua filiação) a auto-regularem sua premência e sua ganância (de necessidades, interesses e desejos), através da socialização do « valor de si » como o valor próprio que deriva do desempenho do « auto-controle ». O auto-controle é o objeto nuclear da « normalização », mas ao contrário de se constituir como uma « aventura existencial »[53], transforma-se agora numa *racionalidade* para melhor realizar interesses, na abstinência (estatalmente controlada, em último caso) do recurso à força para fins individuais, na emulação de um status próprio, individual (e não mais estamental) à preferência por seguir as regras do convencionalismo, das boas maneiras e da civilidade. Tento, aqui, propor um operador

[52] Sobre a diferenciação entre subjetividade e individualidade, ver Renaut, 1989.

[53] « Aventura existencial » no sentido da « estética da existência » que Foucault foi encontrar entre aqueles gregos que escolhiam o caminho da temperança e do auto-governo de si - como « sabedoria », ou dos primeiros cristãos que transformaram esse caminho em « auto-domínio » da carne e dos bens deste mundo. Ver Foucault, 1996.

analítico que reúna as qualidades dos diagramas da normalização de Foucault (1976) com a análise histórica de Elias (1973;1975) da dinâmica da civilidade no Ocidente, baseando-me na argumentação geral de Hirschman (1976) segundo a qual as paixões foram também refreadas pela liberação legítima dos interesses como *cálculo* contra as paixões. Incorporo também a distinção proposta por Bellah (1985) entre um individualismo moral (de base cívica ou religiosa) e um individualismo utilitarista ou egoísta, que sempre o ameaçou como um fantasma persistente, tal como este « perigo » foi percebido por Tocqueville (1970). A racionalidade de um interesse que auto-controla o imediatismo do desejo e das paixões logo se transformará em força moral independente do cálculo individual e ganhará a objetividade do « fato social » que Durkheim descreveu em sua obra.

A auto-regulação das paixões dependeu, assim, de que os interesses fossem investidos de uma legitimidade pública *contra elas*. Isso só foi possível porque agências institucionais, respondendo a pressões sociais, como demonstrou Polanyi (1971), trouxeram a si a incumbência da *regulação social do mercado*. As tensões que o mercado coloca para toda e qualquer sociabilidade demandaram sempre uma definição dos limites legítimos da realização dos interesses. Um desses limites é o que determina quais os bens e serviços que podem, legítima e legalmente, constituir-se em mercadorias : a institucionalização do mercado avançará a partir desse tipo de regulação. Retirados, no entanto, da esfera institucional, muitos desses bens e serviços transformam-se em *mercadorias ilícitas*, principalmente aqueles *afins às paixões controladas* (prazer físico, perversões, vinganças, jogos, proteção, drogas, escravos, objetos de saque, morte do adversário ou do concorrente, etc.) cuja comercialização, tornada clandestina, passa a constituir *mercados ilícitos* (prostituição; tráfico de drogas, de mulheres, de crianças; saques e receptação de bens saqueados; *sicariato* e pistolagem; contrabando, etc). Quando a mercadoria é um bem ou serviço econômico ilícito que depende, para sua produção ou oferta, de uma negociação de força ou poder, subtraída ao Estado ou contrária ao seu monopólio da violência e às leis, rompe-se o núcleo moral regulador da universalidade do Estado-Nação. Não é à toa que sua prática receba modernamente o nome moral de « corrupção », quando analisadas da perspectiva da soberania do Estado: a « corruptio » referia-se originalmente (no seu sentido aristocrático) à decadência dos seres vivos e, por extensão, dos *mores* e incluía tradicionalmente as atividades de mercado entre suas causas, por isso mesmo geralmente reservadas a estrangeiros. Mas quando vistas sob o prisma da lógica do

mercado e das relações de poder, isto é, da objetividade dos interesses frente aos valores e às paixões, a existência dessas mercadorias indicam apenas um transbordamento do mercado para dentro das represas reguladoras da sociabilidade e a invasão do princípio do mercado para dentro do princípio da soberania do Estado.[54]

O princípio do mercado puro, não-regulado (ou regulado por um Estado que perde sua centralidade na concentração dos meios de violência) *é o maior fator de tensão para a sociabilidade* e não, como pretendia Weber, o oposto do pragma da violência.[55] É por isso que, na modernidade, a sociabilidade sempre dependeu da política normalizadora para contrabalançar as tensões individualistas derivadas do mercado. Parte importante da argumentação clássica de Marx e sua revisão crítica por Polanyi derivam dessa constatação, retomada recentemente por Mingione (1991).

Evidentemente, nesses mercados ilícitos a balança entre interesses e paixões é outra, quando essa distinção não se dissolve inteiramente, já que não há mais porque « equilibrá-los » com vistas à legitimação pública. Como também não há Estado para regulá-los, os interesses não contêm necessariamente mas, ao contrário, mercantilizam *meios* ou *tipos* de paixões, um comércio institucionalmente criminável. Seus agentes, postos permanentemente em transações baseadas na desconfiança mútua, dependem de recursos políticos alternativos aos oferecidos pelo Estado e, portanto, dependem da constituição de um mercado ilícito de bens ou serviços baseados no emprego (ou ameaça de emprego) da força, isto é, do que passo a chamar de oferta de « mercadorias políticas ».[56] A Máfia é um exemplo de organização (de base familistica) que oferece mercadorias políticas (principalmente a « proteção ») para agentes submetidos a transações baseadas na desconfiança (Gambetta, 1993). Evidentemente, a desconfiança, mesmo nas transações mercantís de bens e serviços legais, é um forte indicador de *mercado desregulado*. Um dos fatores da desconfiança (e portanto da desregulação) é a baixa expectativa de um individualismo moral nas transações, ou o baixo desenvolvimento da auto-regulação das paixões pelos interesses na sociedade (e, portanto, também no interior do Estado e *contra* seu princípio ideal de soberania).

---

[54] Para uma discussão do conceito econômico de corrupção, ver Cartier-Bresson, 1995. Tentativas de construção de uma sociologia da « corrupção » estão na ordem do dia. Ver especialmente Banfield (1967, 1975), Arora (1993), Kurer (1993) e Werlin (1994), Della Porta e Meny (1995) e Hodgkinson (1997).

[55] Weber ainda equacionava a violência com os interesses ideais, com a adesão a valores últimos (como no paradigma da « guerra ») ao mesmo tempo em que construía seu tipo ideal de mercado por sua « neutralidade » moral e por sua impessoalidade. Incluiu os resultados da normalização no princípio puro do mercado, como se lhes fossem inerentes. Sobre este ponto, ver Misse, 1981 e 1987.

[56] Trato especificamente dessa questão no capítulo 6.

Um dos mecanismos fundamentais que permitiram o desenvolvimento dessa auto-regulação foi a socialização da acusação social.[57] Na medida em que a acusação social comporta, numa relação social, operadores de poder que podem instrumentalizar valores para fins privados, desenvolvem-se dispositivos de neutralização e domínio da acusação que permitiram a concentração dos meios de administração legítima da justiça no Estado. Definidos os cursos de ação criminalizáveis, esses dispositivos passam a filtrar as acusações através de complexos processos de incriminação. A história da passagem das *lettres de cachet* à constituição dos dispositivos organizados de vigilância e justiça, analisada por Foucault (1976), é um exemplo desse processo histórico que dinamiza o encaminhamento da acusação social ao mesmo tempo em que concentra o monopólio do exercício legítimo da violência.

3. Da acusação social à criminação-incriminação

A acusação social tem, ao menos, duas facetas: numa, a acusação é um ato subjetivo, que não ganhou exterioridade, e se dirige a si mesmo, seja para auto-acusar-se de um propósito ou ação, seja como uma acusação subjetiva, íntima, à conduta de outrem. Nesta faceta, a acusação cumpre uma função auto-reguladora, que reforça a identidade normativa do sujeito da experiência através da vigilância exercida sobre seu auto-controle. Na outra faceta, a acusação é exteriorizada, ultrapassa a intimidade e ganha a esfera pública. Aqui ela pode se tornar também, e principalmente, um modo de operar o poder numa relação social, dependendo do modo como se desenvolverá. Quando a acusação é diretamente dirigida ao acusado, ela pode ser interpeladora (quando exige resposta) ou simplesmente uma agressão verbal (que pode até estar banalizada, em certos contextos, mas que cumpre sua função). Quando ela é indireta, ela não é posta ao acusado, mas a outros que o conhecem, ela não é *para* ele, mas *sobre* ele e pode ir da mera « fofoca » à denúncia e ao testemunho públicos.

Qual é o objeto da acusação, a transgressão ou o sujeito da transgressão? Evidentemente, os dois não podem ser inteiramente separados, mas as nuances de sua integração são historicamente diferentes, podendo haver maior ênfase sobre a

[57] Evidentemente, há uma condição de possibilidade para esse mecanismo ganhar abrangência: a universalização da garantia real de obtenção de interesses numa proporção representada como "socialmente aceitável", sem o que seria impossível que esses dispositivos de neutralização e domínio da acusação ganhassem respaldo social. Devo a lembrança desse ponto a L. A. Machado da Silva, que não é responsável pelo que fiz com ele.

transgressão que sobre o sujeito, ou vice-versa (Foucault, 1973). Na modernidade, com a ênfase posta na racionalidade da ação e no auto-controle, as nuances apontam principalmente para um sujeito, fazendo dele e de sua subjetividade, o ponto de ancoramento último da acusação. Constituem-se tipos sociais segundo a regularidade esperada de que indivíduos sigam cursos de ação variadamente reprováveis. Quando a ênfase recai sobre a transgressão e não sobre um sujeito, a separação entre a lei, os códigos éticos ou jurídicos, e a « interioridade » do ator, é maior e mais nuançada, e menor a separação entre o fato e a lei, fazendo com que as sanções sobre o indivíduo independam de sua subjetividade, de suas razões ou motivos. Quando essa separação se extingue, quando transgressão e transgressor se tornam uma só coisa, e a separação entre o fato e a lei torna-se maior, o que passa a ocorrer na modernidade, busca-se através da razão identificar no transgressor motivos e razões que o levaram à transgressão. As nuances da culpabilidade, curiosamente, se invertem. No primeiro caso, era a transgressão que exigia a reparação do transgressor, o que levava ao enfrentamento ou à vingança; no segundo caso, pelo contrário, é a culpabilidade do agente que está em julgamento, e não apenas a transgressão. É um sujeito quem é perseguido racionalmente pela acusação, e não apenas sua transgressão. Sua subjetividade, suas razões e motivos deverão responder pela necessidade ou não de estabelecer suas « tendências », logo, de estabelecê-lo como acusado ou culpado. No primeiro caso, disputa-se o significado de seus atos, enquanto no segundo acusa-se o significado de seu baixo auto-controle, de sua subjetividade « anormal » (desnormalizada) e, no limite, de seu « não-assujeitamento », de sua individualização excessiva. Por outro lado, o encaixamento do fato na lei depende de uma processualística que pode desinvestir a transgressão, mas não o sujeito. Desassujeitando-se, ele se torna objeto de um outro tipo de sujeição. Nesse caso, a acusação (e não o enfrentamento) torna-se o objeto principal do litígio. O primeiro caso é, tipico-idealmente, inegociável, enquanto o segundo passa a conter essa possibilidade.

Como modo de operar o poder numa relação social, o uso da acusação avança na modernidade em decorrência do que Foucault (1977 ; 1996) chamou de « passagem da lei à norma ». Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão. A acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não-transgressor. Desaparecem as nuances clássicas e

o mundo é dividido em « bons » e « maus » carácteres. Não se trata, sequer mais, de « boa ou má vontade », porque a transgressão sai do âmbito da vontade para se alojar no caráter, ou na sua « ausência », no baixo auto-controle de emoções, sentimentos, interesses e sensações, na perigosa ingovernamentalidade de paixões e interesses (Foucault, 1983 ; 1996; Hirschman, 1973 ; Misse, 1998). Uma crônica, publicada na jornal « O Dia », do Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1970, sobre um caso de estrangulamento de uma patroa por sua empregada doméstica explicita alguns dos principais indicadores sociais *locais* pelos quais essa subjetivação pode ser descontextualizada e, ao mesmo tempo, *inteiramente* confinada ao sujeito :

> « O caso : uma doméstica de cor preta, de um metro e oitenta, que pesa cento e quarenta quilos, estrangulou a patroa sem motivo. Esta mulher é sem dúvida uma débil mental perigosa. Porque há débeis mentais que são incapazes de praticar um ato de violência. Este caso é estarrecedor. E serve como exemplo para mostrar o perigo que existe. Realmente, os que são perigosos precisam ser controlados, não podem viver livremente em sociedade. Então uma dona de casa admite uma empregada que vai comer e dormir na casa. Muitas vezes ficam as duas – patroa e empregada – sós. Ou então a patroa somente com o filhinho – ausente o marido. Fica a patroa sem defesa, sozinha, com a empregada, que acaba de ser admitida, ou é empregada de poucos dias. Uma desconhecida. E pode ser uma ladra. Mas uma ladra rouba uma jóia, dinheiro. Não tenham dúvidas, meus leitores : há seres humanos que enganam, parecem incapazes de matar uma môsca... e são assassinos. Nasceram assassinos. Estão condenados a matar. E matam na primeira oportunidade. Estes precisam ser controlados pelo Estado. Não podem viver em sociedade. É claro que eu não tenho ódio dessa gente má. Porque não é possível odiar as pessoas enfermas. São enfermas da mente. Esta doméstica, por exemplo, é evidente que não regula. É uma débil mental sem dúvida. Tem o desenvolvimento mental retardado. É uma mulher anormal. E é agressiva, violenta, sanguinária. É uma estranguladora, o que quer dizer mata com a maior insensibilidade. É anestesiada. Da mais alta periculosidade. No entanto, enganou a patroa, que naturalmente confiava nela. Porque há uma tendência muito humana : a gente confiar no semelhante. A gente sempre pensa que está lidando com pessoas boas. Mas um médico – principalmente um psiquiatra – teria logo descoberto que aquela criatura de cor não era pessoa normal. E os testes teriam revelado sua agressividade latente... Mas isso não impede aquela calma, aquela serenidade... Em geral, os negros são alegres. O negro sadio é alegre. O negro também construiu a nossa civilização. O nosso povo – povo bom, sadio, inteligente, progressista... já está provado que o negro não tem nada de

> inferior. Eu até simpatizo muito com o negro. E o que mais me aproxima do negro é justamente este traço de alegria, característica do negro. Por isto o negro muitas vezes se destaca nas artes, no canto por exemplo. Mas há o negro doente, criminoso, como existem o branco, o mulato que delinquem. A negra que matou a patroa era triste, melancólica. Esta particularidade já era consequencia da sua doença mental... » (grifos meus).

Não são poucos os estudos que associam esse longo processo histórico que reuniu o transgressor e a transgressão numa forma de subjetividade, ao avanço paralelo do individualismo moral (Bellah, 1985), da disciplinarização do individual (Wagner, 1994), da civilidade (Elias, 1973 ;1975), da normalização (Foucault, 1996), da dissociação entre violência e poder (Arendt, 1994), enfim, da constituição do individualismo moral e da moderna cidadania democrática (Leca, 1991). O problema é que a mesma modernidade que enfatizou a normalização da conduta, via individualismo moral, é também a que contraditoriamente mais revolucionou e legitimou suas transformações sucessivas, nas várias revoluções de costumes que marcaram o final do século passado e todo este século. Assim, a reificação, no transgressor, de uma acusação de transgressão, era obrigada sucessivamente a reconhecer que o que antes era uma transgressão pode deixar de sê-lo, e que muitas das normas são modificáveis. Essa ambivalência não foi a única nesse campo: a acusação moderna padece, desde a origem, de um desconforto moral que alargou, no entanto, os seus recursos de poder. Na modernidade, a acusação se emancipa da transgressão (que se torna no mínimo moralmente ambivalente ou duvidosa) para se dirigir à subjetividade do transgressor, à sua desnormalização, à sua incivilidade, às suas « fraquezas ». Ao investir no acusado uma posição de fraqueza (moral, social, de caráter) aumenta-se o investimento de poder do acusador. A acusação, nessas condições, pode servir de fio condutor para dispositivos que « neutralizem » essa disparidade entre as forças. As afinidades entre as forças capazes de acusar e as forças que, com outros recursos e mais esse, se investem de poder numa relação, constituem o núcleo mínimo do desenvolvimento moderno dos dispositivos de *incriminação.*

A incriminação se distingue da acusação pelo fato de que ela retoma a letra da lei, faz a mediação de volta da norma à lei, ainda que sob a égide da norma. Cabe à lei « trabalhar » a ambivalência (e os possíveis interesses) da acusação e do acusado, assim

como de todo o investimento de poder que carregam, isto é, cabe à lei oferecer legitimidade a um processo que de outro modo padeceria de « neutralidade ». A exigência da neutralidade no processo de incriminação associou-se, na modernidade, como argumentou Weber, ao desenvolvimento de um direito racional e da centralização no Estado das atribuições da administração da justiça. Nesse caso, a incriminação deverá seguir um percurso racional-legal, que, beneficiando-se da informação acusatorial, a neutralize em seguida através de procedimentos impessoais, de modo a construir, por meio de provas e testemunhos, a « verdade » da acusação. Se, no entanto, é ainda a norma quem rege o significado da lei, abre-se um campo para que agentes da incriminação possam negociar as acusações, o que transfere a ambivalência da normalização para dentro dos dispositivos de incriminação. A tradição anglo-saxã reconheceu, na prática, essa ambivalência ao instituir dispositivos em que essa negociação é legalmente regulada, e os interesses das partes se sobrepõem à acusação moral. Nos países de tradição latina ou mediterrânea, especialmente Portugal e Espanha, e em suas ex-colônias, como o Brasil, argumenta Kant de Lima (1989 ;1994), dominou um modelo inquisitorial em que a acusação não é parte, mas todo, i.é, onde a normalização dos comportamentos perde a nuance do reconhecimento legal dos interesses das partes envolvidas para se transportar, sem mediações, para a letra da lei.[58] Embora Kant de Lima já tenha investido convincentemente nessa dimensão, parece-me importante sublinhar que, uma vez que a acusação moral não pode ser atenuada legalmente por uma negociação, essa negociação torna-se, em qualquer caso, ilegal. Há uma específica modulação da força de lei, que tende a fortalecer os agentes policiais às expensas do controle judicial de todo o processo, desde o seu início. Como Kant de Lima observa muito justamente, « a polícia atua como um elo intermediário entre o sistema judicial elitista e hierarquizado e o sistema político (legal) igualitário » (Kant de Lima, 1994, p. 7). Abre-se, assim, a possibilidade de desenvolvimento de um mercado ilícito de « mercadorias políticas » específicas, que possibilitarão que essa negociação se desenvolva, clandestinamente, entre acusados e agentes da lei, particularmente com os agentes encarregados imediatos da acusação: a polícia.

Seguindo a distinção analisada por Kant de Lima entre sistemas judiciais acusatoriais e inquisitoriais, ganha evidência um modelo sobreposto: no sistema acusatorial anglo-saxão, a incriminação depende de mediações entre acusação e acusado

[58] É importante ressaltar que provas substantivas sobre eventos considerados muito graves podem anular a possibilidade de negociação mesmo no modelo acusatorial anglo-saxão. Ver Kant de Lima, 1989.

que em muitos casos podem ser legalmente negociadas, enquanto no sistema inquisitorial a incriminação se sobrepõe à acusação e ganha autonomia plena, impedindo que as partes envolvidas negociem legalmente e abrindo em consequência espaço para um mercado clandestino de trocas de bens ou serviços políticos, privadamente apropriados. Não se trata apenas de uma « corrupção » de costumes, ou de um « desvio », mas da constituição de uma ordem ilícita funcional para o tratamento, encaminhamento e solução de contradições sociais em escala micro-social, inter-individual, algo como uma « ordem legítima » paralela[59], em convivência contraditória mas não necessariamente conflitual com a ordem legítima legal, e que se baseia na legitimação « tácita » desse tipo de trocas e desse tipo de mercado. No Rio de Janeiro, a capoeiragem, a prostituição, o jogo do bicho, o contrabando, o mercado de bens roubados e o varejo de drogas ilícitas constituiram, em diferentes épocas, signos populares dessa « dupla ordem ». O mesmo se dá, de forma ampliada, nas avaliações que definem quando uma norma geral e aceitável pode ser ajustada ou simplesmente abandonada em situações específicas de interesse. O que poderia ser regulado no plano da negociação legal, passa, desse modo, a ser objeto de uma negociação « moral », micro-social, do legalismo e das normas sociais gerais. Ordem legal e ordem legítima ora coincidem, ora se separam, contribuindo, ao se acumularem nas expectativas sociais, para produzir, hoje, o que Machado da Silva (1995), considera como um novo padrão de sociabilidade « que não destrói, se substitui nem é alternativo à sociabilidade convencional »:

> « Se este for o caso, torna-se dificil separar os aspectos econômicos dos políticos: os cálculos de mercado dependeriam sempre de sua oligopolização através do emprego da força militar; os cálculos relacionados a esta, por sua vez, dependeriam da posição relativa num mercado assim distorcido. » (Machado da Silva, 1995, p. 509).

No Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, em razão de um conjunto de fatores que não examinaremos aqui[60], a polícia (mas também outros agentes dos dispositivos incriminadores) sobrecarregou-se acentuadamente do desempenho direto das mediações entre acusação e incriminação, decidindo com grande autonomia,

[59] Sobre a convivência, no Brasil, entre duas ordens legítimas paralelas, ver Machado da Silva, 1996.
[60] Para uma análise histórica da polícia no Rio de Janeiro, ver Holloway (1997), Neder et al (1981) e Bretas (1988, 1997).

arbitrariedade, particularismo e incompetência legal (que variou em diferentes conjunturas) sobre o destino a dar às acusações e às incriminações (Donnici, 1978 ;Misse, 1982 ; Kant de Lima, 1994) .

Uma das consequências foi uma profunda disjunção no significado moderno e universalizante da denúncia, do testemunho ou mesmo do ato de « dar queixa » numa delegacia ou de « chamar a polícia », que em muitos contextos « decai » para a categoria particularista, socialmente negativa, da « delação ». Ora, a « delação » é uma denúncia representada como « não-legítima », que sai de um ambiente primário ou intra-grupo para fora dele. Por ser representada como uma « traição », uma « deslealdade », só teria cabimento confundi-la com a denúncia quando se está no interior de um grupo primário, ou de uma relação de cumplicidade baseada numa relação social fechada ou clandestina. O caráter impessoal e individualista-moral da denúncia só poderia decair para uma interpretação personalista e particularista-imoral, como a delação, quando o acusado e o acusador pertencem a uma mesma comunidade afetiva (a família, por exemplo) ou a um mesmo universo de significados tácitos de modos de operar o poder em condições de uma « subcultura » estigmatizada, clandestina ou considerada como desviante. Um universo social onde se partilha discriminação ou segregação social, exclusão de direitos e marginalização social pode também gerar sentimentos de pertença a uma situação social negativamente privilegiada e, para muitos de seus agentes, ganha a dimensão particularista propícia à estigmatização da denúncia como delação. Nesse caso, seria legítimo falar-se de uma abrangência subcultural da sujeição criminal, que estende seus próprios limites clandestinos ou busca legitimá-los localmente. Mas quando essa mesma lógica passa para o interior da polícia, ela adquire outros matizes que não são apenas decorrentes da marginalização social. Ela aponta para uma « ética policial » que se forjou a partir das tensões que sempre colocaram a polícia na posição de « bode expiatório » das contradições inerentes ao Estado, como parece ser o caso brasileiro.[61]

A generalização do atributo de « delação » para relações que não são nem mesmo pessoais, nem clandestinas, nem particularistas sugere também uma ampliação da « cumplicidade » para esferas de relações inter-individuais que não dependem de vínculos primários ou afetivos. Por outro lado, o caráter negativo do atributo « delação »

[61] Kant de Lima chega a afirmar, a esse respeito, que « no caso da polícia é essencial o conhecimento dessa estrutura, pois só assim chegaremos a compreender as práticas policiais clandestinas de distorção e violação da lei » (Kant de Lima, 1994, p. 9).

tem um significado neutralizador das retaliações ao acusador, legitimando-as contra a ordem legal. Essa disjunção entre denúncia ou testemunho público e delação, além disso, beneficiou-se principalmente, no caso do Rio de Janeiro, da histórica desconfiança da população carioca de baixa renda em relação à polícia. Um de seus principais efeitos foi o de aumentar o poder da polícia nas relações com as classes subalternas e excluidas, com a generalização de arbitrariedades e de mercados políticos ilícitos, bem como o fortalececimento da « lei do silêncio » praticada pelos bandidos sobre as comunidades urbanas de baixa renda, que, em oposição à arbitrariedade policial, ganhou a posição de um « valor moral ». Nesse sentido, não é apenas o medo que explica a baixa taxa de denúncias nas comunidades faveladas ou de baixa renda no Rio de Janeiro. A criação de um serviço sigiloso para quem denuncia, o « Disque Denúncia », atende a quem tem medo de denunciar, mas não a quem « não deve delatar ».

Essa disjunção é exemplar também pelo fato de que nem toda denúncia é interpretada como delação, e vice-versa. A convivência entre as duas formas demanda sempre uma contextualização demarcadora da interpretação possível ou de sua possível manipulação ou negociação moral. A disjunção entre delação e denúncia, que existe em todos os lugares, ganha aqui uma relevância particular, porque se reveste de algum valor moral. A dimensão moral da categoria de « delação » parece-me um notável indicador analítico, principalmente pela relevância que confere à separação entre fato e lei *num sentido que não é moderno* mas que também não é exatamente tradicional ou *subcultural*.[62]

Minha proposição, neste caso, é que isso só se tornou possível em função da desconfiança em relação aos cursos de ação dos agentes encarregados da administração estatal da justiça, principalmente a polícia, e do caráter duvidoso de que a acusação geraria procedimentos cujos custos pessoais não seriam muito grandes, assim como do desinteresse em participar de um processo em que não haveria mediação legal possível entre as partes ou um resultado legal confiável. Ora, essa expectativa negativa da ação policial e judicial, quando se encaixa com uma situação de classe em que os recursos que poderiam ser mobilizados para neutralizá-la são mínimos, produz um duplo

[62] É evidente que o medo de retaliações é o principal fator a recalcar a motivação da denúncia, mas não serve para explicar a abrangência alcançada, pelo menos no Brasil e em especial no Rio, pelo estigma moral de « delator ». Sua afinidade de sentido com a traição e a deslealdade só deveria ter vigência quando a distância social entre os agentes fosse mínima. Sobre a delação como problema moral, ver Vários autores, *La délation*, Autrement, série Mutations, n. 94, 1989.

resultado histórico: as classes sociais excluidas desses recursos tendem a ser as que menos recorrem à polícia e à justiça e, ao mesmo tempo, a se tornarem o principal universo da desconfiança e da repressão policiais.

Trata-se de um desenvolvimento histórico que se caracterizará, por um lado, por uma específica acumulação da exclusão de largos segmentos da sociedade do acesso aos direitos civís e, por conseguinte, pela extensão da desigualdade e da exclusão sócio-econômica ao âmbito do direito (da força de lei). Considerando-se que se trata do segmento social mais suscetível, nessas condições, de oferecer indivíduos à sujeição criminal, reforça-se assim, nesse segmento, a sua auto-percepção como vítima preferencial da ação policial. Por outro lado, nos segmentos dominantes, recorre-se à polícia de um modo patrimonialista, a partir do seu « topo » ou, caso o indivíduo se encontre na posição de acusado, recorre-se às estratégias jurídicas dos melhores advogados. Nos segmentos subalternos e mesmo nas classes médias, a apropriação dessa postura patrimonialista na relação com a polícia dependeu sempre do estabelecimento de um mercado ilícito nas « bases » da instituição policial. Evita-se recorrer à polícia quando esses recursos são escassos. Há, assim, uma acumulação de desvantagens de diferentes tipos que orientam e reforçam a percepção social de que a regulação legal não é igualitária e depende, em larga medida, da posição do indivíduo na estratificação social.

A demanda de mediação, proteção ou solução de conflitos tende, assim, ou a temer o Estado pelos seus agentes imediatos ou a instrumentalizá-los para fins privados, dando assim abrangência subcultural a estratégias que seriam apenas típicas da sujeição criminal, principalmente pela dimensão da dependência de proteção extra-estatal que a exclusão de direitos civís, somada aos fatores anteriores, produz nos segmentos subalternos da sociedade. A representação social de quem não tenha recursos sociais para negociar com a polícia, mas mesmo assim a convoca - como ouvi muitas vezes no Rio - é que à denúncia se passe extra-judicialmente, na delegacia, à incriminação arbitrária do denunciado, transformando o denunciante em cúmplice não-intencional das práticas punitivas extra-judiciais que alí venham a se realizar. O deslizamento de significado da denúncia para a delação se beneficia dessa cumplicidade objetiva e favorece a legitimação da « lei do silêncio », mas para isso depende, em algum grau, da « neutralização moral » das práticas acusáveis ou da imposição generalizada do mêdo. O mesmo se dá num âmbito extra-estatal, quando se troca a denúncia pública pela solução privada, seja diretamente ou indiretamente, através de serviços contratados,

pelo emprego da força para « eliminar » o acusado (que também pode ser o denunciante ou o delator). Assim como a « delação » substitui a denúncia, no âmbito moral, a « eficácia » da justiça privada substitui os procedimentos racionais-legais, no âmbito da sensibilidade jurídica. Linchamentos, chacinas e acertos de conta privados, contratação de jagunços, pistoleiros ou sicários, criação de grupos de extermínio por policiais e ex-policiais (« esquadrões da morte ») ou pequenos comerciantes e empresários (« polícia mineira »), apelo à pena de morte como panacéia para todos os males, tudo isso não aparece de uma hora para outra, leva muito tempo social para acumular-se, dinamiza-se em alguns ciclos e ganha maior capacidade e abrangência de produzir vítimas em outros, graças ao incremento tecnológico das armas. Recompõe-se assim, ciclicamente, o mecanismo da vingança privada e, com ele, a legitimação de formas de solução de conflitos que convivem com a normalização que fôra vital para que se pudesse concentrar no Estado o monopólio legítimo do emprego da força física. A representação dominante de que a cadeia não recupera ninguém, transforma-a por sua vez numa ambivalente forma de punição, que aparece na representação social como uma fracassada resposta à demanda privada de vingança.

Visto que, na modernidade, a incriminação é um processo-filtro de acusações sociais, e que a filtragem é feita pelos dispositivos que « neutralizam » os operadores de poder nas interações acusatórias, quais seriam os principais operadores que os agentes desses dispositivos utilizam para essa filtragem? Os operadores seriam os previstos em lei: flagrantes, indícios materiais, testemunhos cruzados, reconstituições técnicas e, no coroamento do processo por homicídio doloso (incluindo o infanticídio), a dramaturgia do tribunal do júri, quando representantes do acusado, do Estado e da sociedade reconstroem dramaticamente a transgressão (considerando também o comportamento pregresso do acusado) com vistas a descobrir seu sujeito. Da acusação à denúncia, e da denúncia ao tribunal, vários filtros se interpõem. Eles são operados por um extraordinário número de pessoas, em instâncias inter-pessoais e em instâncias oficialmente formais, racionais-legais. Mas a grande mediação, aquela que, no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, jamais foi inteiramente controlável nem pelo dispositivo judiciário, nem pela acusação social, e que detêm, de forma imediata, a autoridade (e os recursos) de ameaça ou emprego da violência, sempre foi a polícia. Nesse sentido, os principais operadores da filtragem dependem do alcance da normalização da polícia, incluindo sua competência técnica e legal. Embora de pouco valor judicial, a *confissão* do acusado tornou-se, no entanto, a principal peça da

incriminação policial, obtida em interrogatórios que muitas vezes recorrem à ameaça ou ao uso da tortura física e psicológica. Reforça-se, assim, um significado particularista da denúncia e do testemunho como *delação*, como *crime*, como *traição*, que exige pena e reparação. A acumulação originária da violência no Rio de Janeiro dependeu, em grande medida, da condensação moral da denúncia (tipicamente impessoal e moderna) com a delação (tipicamente pessoal e particularista). As razões para isso não podem, no entanto, ser apenas equacionadas com o argumento da « ausência do Estado » ou da arbitrariedade policial, já que o Estado moderno sempre dependeu da denúncia e do testemunho públicos para operar sua filtragem das acusações. A questão, portanto, não é tanto a de transferir o « desvio » para a polícia (ou para seu eufemismo na área de segurança pública, a « ausência do Estado »), mas compreender *porquê* uma mesma lógica de condensação moral da denúncia e da delação opera dentro da polícia (através da relevância da *confissão*) e nos segmentos sociais que a temem (através da *lei do silêncio*). A resposta de Kant de Lima (1989 ; 1990 ; 1994) parece conclusiva: trata-se de um sistema inquisitorial. Mas sob um sistema de incriminação inquisitorial, como os dos regimes autoritários, não poderia ser dominante a representação social de impunidade dos bandidos, mas o contrário: seria de se esperar uma representação de punibilidade alta, até mesmo arbitrária e generalizada, praticada inclusive à revelia dos tribunais e dos juízes.

Mais do que à força de lei, uma maioria de jovens pertencentes aos segmentos subalternos do Rio de Janeiro temem e odeiam a polícia. Eles a representam não como uma força legal, mas como um « outro generalizado » constituido por indivíduos que se sentem investidos pela lei da força, uma força ilegal paradoxalmente revestida da força de lei. A mesma lógica que presidiu, nas áreas pobres da cidade, à distinção entre bandidos bons e bandidos maus, e que fôra transferida, em outros tempos, para avaliar a corporação policial, principalmente a Polícia Militar, distinguindo bons e maus policiais, foi se desintegrando em sua experiência social nas duas últimas décadas. Toda a corporação policial parece ter sido atingida pela desconfiança e, seguindo a mesma lógica de produção da sujeição criminal, foi tornada « estrangeira »: os policiais viraram os « alemão », os inimigos mortais, representados como cruéis, arbitrários, desleais, corruptos, servís em relação aos « bacanas », enfim, como covardes. Disse-me, recentemente, o presidente da associação de moradores de uma das maiores favelas do Rio que lá, como em outras favelas que conhece, o problema da violência é a polícia, não os bandidos. Inverte-se tragicamente, em muitas áreas pobres da cidade, o

mecanismo pelo qual a acusação social construía o crime na dependência da proteção estatal: é o tipo de « presença » do Estado (sob a forma do poder discricionário da polícia e de seus braços, os delatores, os alcaguetes, bem como das transações entre policiais e bandidos), e não sua « ausência » que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas, conjuntos habitacionais e bairros pobres do Rio de Janeiro.

4. Da criminalidade real à demanda de incriminação

Desde que o enfrentamento físico (ou o recurso privado à força) foi expurgado da civilidade moderna e transformado num ilegalismo e num crime, a disjunção entre a acusação social e a incriminação se desenvolveu numa direção que fez emergir a representação de uma criminalidade real sempre maior (e sempre inalcançável) em comparação com a criminalidade registrada (ou os eventos incriminados). A representação social do que seja crime torna-se crescentemente tributária da letra da lei às expensas dos dispositivos legais de criminação-incriminação, a ponto de se interpretar retrospectivamente, dada a expectativa de que cabe unicamente ao Estado a administração da justiça, que eventos criminàveis não criminados continuam ainda assim sendo « crimes », mesmo que jamais conhecidos. Como o que define um crime, no âmbito do Estado, não é apenas a letra da lei, mas a sua *realização legal*, que depende de toda uma processualística racional-legal de *interpretação oficial* do evento, é próprio da modernidade que à separação entre fato e lei se sobreponha a separação entre *sensibilidade jurídica* local e adjudicação legal. No Brasil, no próprio plano da letra da lei, abriu-se uma disjunção ainda mais radical, na representação social, entre o Código Penal e o Código de Processo Penal, e o fato de existirem socialmente crimes que não foram (ou não serão) criminados indica o deslizamento da lei para dentro da norma num sentido algo diferente do analisado por Foucault.

Na modernidade, para que um evento juridicamente criminável seja definido como crime pelo Estado (o último detentor legítimo do poder de definição) é preciso que os atores envolvidos iniciem o processo de criminação. No entanto, os atores sociais nomeiam e representam inúmeros eventos como crime *em antecipação retrospectiva*, mesmo quando decidem não dar seguimento ao processo de criminação. Assim, uma

« criminalidade real » será oposta a uma criminalidade « legal » ou « aparente », aquela que foi reconhecida pelo Estado.

Não faz sentido, entretanto, perguntar-se pela criminalidade real, mas sim pela expectativa social de criminação e pela demanda de incriminação quanto a eventos que a sensibilidade jurídica local defina como crime. O crime não é um acontecimento individual, mas social. O que me ocorre quando me apontam uma arma e me saqueiam é um enfrentamento interindividual em que uma das partes, no caso eu, abri mão de carregar uma arma ou partir para o enfrentamento físico por preferir racionalmente (ou me ter normalizado para tal) *socializar* esse enfrentamento. Nesse caso, a sociedade está comigo e o indivíduo que me enfrenta está posto radicalmente contra ela, mesmo que eu não esboce qualquer reação imediata. Eu decidí *transferir* o enfrentamento para o Estado. Minha reação será posterior: acionarei o dispositivo da incriminação. Esse dispositivo, que eu e o individuo que me assaltou conhecemos, dispõe de códigos que permitem *incriminar* aquele indivíduo, mas o processo de incriminação é mais complexo que apenas apontar o dedo e denunciar ou prender. Não se incriminam transgressões, mas indivíduos. Entretanto, é preciso, antes, que eu (ou a polícia) interprete o evento como uma transgressão à lei e o *crimine*, isto é, que o faça passar da condição de transgressão moral para a condição de transgressão à lei, e desta para a esfera do dispositivo estatal de criminação, que iniciará o processo de incriminação pela *localização* do sujeito-autor e seu indiciamento.

Se eu não faço a minha parte (sejam quais forem as razões), se o policial não faz a sua parte (sejam quais forem as razões) e se o judiciário também não faz a sua parte (por diferentes razões), então a transgressão, o evento que sofri, retorna ao sentido imediato do puro enfrentamento, a minha desproteção privada passa a ser uma irracionalidade e minha demanda de ordem uma acusação difusa *contra o Estado*. Mas, evidentemente, pode haver razões para eu não dar início à incriminação. Nesse caso, terei sofrido um crime, assim o represento e assim qualquer um o representaria, mas sua realidade, sua efetividade, ficou circunscrita a mim ou aos meus conhecidos, sua realidade não ganhou exterioridade pública. Ora, é na esfera pública, institucional, que o crime é, em última instância, definido. Sem a extensão do evento a essa esfera, o crime que sofri ficará restrito à minha representação privada, à minha sensibilidade jurídica, será real para mim, mas não ganhará universalidade e, portanto, perderá sua componente especificamente moderna, que é sua definição estatal. Ao final, perceberei que tratei o crime como apenas um enfrentamento privado, no qual fui vítima. O crime

permanece apenas na possibilidade objetiva da criminação. Uma segunda ordem de significados mantêm-se, assim, potencialmente *fora do alcance* do poder de definição estatal e, por conseguinte, aberta a outros poderes de definição. A representação local desse evento como crime retorna à categoria difusa (e primária) da acusação social em sentido forte. A noção de criminalidade real como oposta à criminalidade aparente, registrada ou legal parece, aqui, ser apenas um desdobramento da oposição entre uma categoria (universal e genérica) de acusação social e uma categoria (particular e especificamente moderna) de criminação.

O grande problema da chamada criminologia positivista foi o de ter considerado a transgressão como *atributo do indivíduo transgressor* e não como um atributo acusatorial sobre um curso de ação que é socialmente considerado como problemático ou indesejável, e para o qual pode ou não haver demanda de incriminação. Ao desviar do curso de ação para o transgressor o núcleo da unidade de análise, a criminologia reproduz o processo social da *sujeição criminal*, que deveria ser o seu objeto. A acusação decorre de uma quebra de expectativa, de uma ruptura numa reciprocidade esperada. Mas a passagem da acusação feita a uma desnormalização para a incriminação dessa desnormalização depende de uma forte *individuação* do sujeito acusado, que o retire de qualquer laço social que atenue (ou permita negociar) essa individuação. Esse é o papel do Estado. Parece evidente que, sendo assim, a *distância social* (em sua dimensão hierárquica ou igualitária) seja o principal operador da passagem da mera acusação social à incriminação, e da recriminação de um curso de ação para a sua criminação-incriminação. Num ambiente familiar ou de vizinhança física ou afetiva, atos ou cursos de ação que seriam criminá veis do ponto de vista legal podem ser apenas privadamente acusados ou recriminados, mas não publicamente incriminados. Soluções autoritárias ou consensuais de conflitos, que de um ponto de vista legal constituiriam um ilegalismo ou mesmo um crime, não são assim sempre considerados, mas podem ser interpretados de outras formas, contextualmente. Evidentemente, a distância social depende da dimensão moral que o individualismo tenha adquirido numa tradição social nacional, regional ou local. Mas antes de ser apenas cultural, a distância social é um indicador de como se pratica, se opera e se representa as relações de poder numa determinada sociedade. Ora, a construção da civilidade burguesa e a normalização do individualismo deu-se principalmente pela *regulação* da distância social entre os indivíduos, impedindo-a que diminuisse muito (principalmente na esfera privada e no espaço íntimo, onde afetos e paixões têm livre curso) ou aumentasse demais

(principalmente na esfera pública, que regula os interesses entre as classes). A distância social mínima, a identificação excessiva com o outro, tensiona o auto-controle das paixões e a distância social máxima, a indiferença excessiva pelo outro, mobiliza a desnormalização pelo interesse egoísta.

A regulação moderna da distância social constituiu-se, a meu ver, como o principal eixo do processo de normalização e de generalização das formas de auto-controle nas relações sociais, bem como foi o que tornou possível a concentração da violência legítima no Estado e a crescente racionalização das diferentes esferas práticas de sentido. As demandas de « respeito », muito comuns entre os moradores das áreas urbanas pobres no Brasil, e que originalmente constituiam um signo hierárquico, passam a adquirir uma conotação universalizante, própria ao individualismo moral, i.é, passam a conotar demandas de distância social regulada, de « respeito » aos direitos civís.

Distância social desregulada e práticas criminàveis recorrentes constituirão, por sua vez, o principal núcleo da mobilização para a incriminação dos indivíduos acusados e para a constituição da sujeição criminal na modernidade. A auto-demanda subjetiva de incriminação torna plenamente justificável, de um ponto de vista público, a mobilização interna para efetuar a denúncia, diferentemente do que se passa entre atores que partilham um mesmo ambiente privado ou de vizinhança, onde outros fatores podem intervir para atenuar ou modificar essa mobilização. Quando a transgressão, cuja criminação é socialmente justificável, *desliza* para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos chamar de *sujeição criminal*. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do *poder de definição* de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de construi-lo como pertencente a um tipo social. Amplia-se a sujeição criminal como uma *potencialidade* de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social acusado.

No Brasil, o sistema judicial favorece esse poder de definição: « ao contrário do sistema americano, no qual a acusação tem de provar a culpabilidade do réu, no Brasil é o réu que tem de provar, na prática, sua inocência » (Kant de Lima, 1994, p. 6). Como a primeira instância desse poder é a polícia, a fase policial do processo de incriminação ganha uma autonomia e importância tanto maior quanto maior for o grau de exclusão e segregação social (logo, de distância social máxima) do acusado. Ora, mas é exatamente

nesse âmbito que o saber local pode atenuar o que a distância social não atenua: a acusação social. Diferentes modos de operar o poder encenam aqui uma coreografia clandestina, com múltiplos resultados (inclusive perversos). Dependendo de como se estabeleça a relação entre sujeição criminal e distância social, podem se evidenciar importantes ambivalências na avaliação local do transgressor, como, de outra parte, podem se alargar extensões sociais da sujeição criminal que compreendam famílias inteiras, ruas, favelas, bairros ou uma parte inteira da cidade, bem como todos os traços sociais distintivos de classe, de gênero, de idade e de raça. Acrescenta-se a isso o estoque ancestral de imagens lombrosianas que a polícia acumulou ao largo dos anos: os sujeitos « manjados » (e sua generalização para outros tipos sociais), que a polícia pensa que conhece e que, portanto, pode incriminar por « antecipação ». Por outro lado, largas avenidas podem ser abertas para diminuir a distância social entre policiais e bandidos e permitir que negociem entre si as frações do botim.

5. A Sujeição Criminal

A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construidas e atribuidas para habitar adequadamente o que é representado como um « mundo à parte », o « mundo do crime ».[63] Há sujeição criminal quando há reprodução social de « tipos sociais » representados como criminais ou potencialmente criminais: *bandidos*. No Rio de Janeiro eles foram ou são « malandros », « vagabundos », « 171 », « marginais », « bicheiros », « traficantes », « bichos-soltos », e muitos outros tipos. Esses nomes designam julgamentos a respeito de indivíduos recortados por algumas de suas práticas e as representações que carregam não são homogêneas nem no significado nem nas categorias sociais que os nomeiam. Todos, no entanto, são considerados passíveis de, ou com chance de, ser (ou voltarem a ser) incriminados em algum momento (ou de já o ter sido). Conversando com alguns deles, percebemos que sabem das nomeações, mas que ou essas lhes são indiferentes, ou reagem agressivamente a elas, negando-as, ou procuram-nas justificar, usando as mesmas ou outras palavras que os acusam, remetendo-as às « razões » das práticas que seguem e porque seguem. Pelo lado do agente, a sujeição criminal é antes uma *trajetória de vida*, ou uma *experiência*

[63] A expressão é de uso corrente, inclusive entre criminosos, para designar o segmento da realidade social onde específicas vivências, experiências sociais e representações constituem uma esfera relativamente

social, muitas vezes vinculada a mercados ilícitos, mas raramente, para eles, uma identidade deteriorada. Quando muito será uma identidade *contraditória*, mas não inconsistente. Quando uma trajetória pessoal vem a se transformar em identidade, ela terá que ser - ainda que intimamente - *valorizada positivamente* pelo agente, o que significa metamorfosear uma identidade atribuida, socialmente negativa, em *diferença positivamente auto-avaliada*. A passagem da *trajetória* para a *identidade* conclui o processo da sujeição criminal e, a meu ver, constitui a chave para a compreensão de sua reprodução social.

Como não existe apenas uma perspectiva de nomeação, mas várias, e como todas refluem para a subjetividade desses indivíduos, *construindo-os* pela sua diferença em relação aos outros indivíduos, e como essas nomeações os *assujeitam* duplamente (o assujeitamento normalizador define o assujeitamento desnormalizador e, dentre esse, o assujeitamento criminal), proponho chamar de « produção da sujeição criminal » a esse processo de construção social do agente de práticas criminais como um « sujeito criminoso ». Evidentemente, a produção não é apenas um rótulo arbitrário, ou uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima. Há estruturação na produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se « fizer sentido » para muitos indivíduos, inclusive para o próprio acusado.

O conceito de « sujeição criminal » é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do « bandido » e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação; a segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma « experiência social » específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária; a terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua auto-identidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar porque segue reiteradamente nesse curso de ação criminável. Práticas criminais são todas as práticas criminàveis, isto

---

autônoma frente à sociedade global, e que é assim denominada. Sobre o emprego dessa representação entre presidiários de São Paulo (« a massa do crime »), ver Ramalho (1983).

é, que têm chance objetiva, numa dada sociedade e dada uma determinada « definição da situação », de serem criminadas e cujo agente sabe ter chance objetiva de ser submetido a um processo de incriminação.

É importante frisar que a sujeição criminal é o resultado, numa categoria social de indivíduos, de um processo social de constituição de subjetividades, identidades e subculturas do qual participam como fatores: 1) designações sociais que produzem uma específica « exclusão criminal » (através de acusações e incriminações) de agentes que caiam na classificação social do que seja delito (crime ou contravenção); 2) atribuições ao agente (baseada na crença de que sua trajetória confirma, nesse caso, regras sociais de experiência) de uma tendência a praticar crimes, isto é, de seguir um curso de ação incriminável, geralmente com a expectativa de que esse curso de ação venha a ter (ou já tenha) regularidade; 3) auto-representações, no agente, ou representações nos seus familiares, ou mesmo nos seus grupos de referência ou na comunidade em que vive, que, ora demandam ou tentam « justificar » ou « explicar » suas práticas e escolhas individuais, ora as atribuem à sua singularidade ou concluem pela impossibilidade dessa justificação. A inexistência de quaisquer dessas dimensões exclui um agente da situação de sujeição criminal, mas não necessariamente da incriminação. Indivíduos que são eventualmente incriminados podem não incorporar (ou não serem socialmente incorporados) na sujeição criminal. As práticas criminais não produzem sempre sujeição criminal.

O interesse do conceito não é o de explicar ou compreender a adesão individual a cursos de ação criminàveis, mas contribuir para a compreensão de um *processo social*, isto é, de uma *regularidade de adesões individuais a certos tipos de práticas criminais*. Todos os casos que, em sua variedade, são tratados separadamente desse processo social, tendem a cair, seja na representação social, seja na auto-representação desse mesmo agente, no campo de uma *diferença* ainda mais radical, *problemática* para as ciências humanas porque situadas nos limites dos seus paradigmas. Objetos da sujeição mas insubmissos a ela, eles representariam, numa tipologia das auto-justificações da sujeição criminal, aqueles que *recusam* auto-justificar-se, não aceitam ou são indiferentes em ser objeto de um saber sobre sua diferença e que não vêm motivos para justificar essa diferença senão por aceitarem, para si mesmos e para os outros, « ser assim ». São os casos de « não-assujeitamento criminal », embora estejam submetidos socialmente à sujeição criminal e a outras sujeições (psiquiátricas, reeducativas, etc). A generalização dessa insubmissão radical, se confirmada, indicaria também uma ruptura

profunda nas demarcações sociais da sujeição criminal, apontando para formas novas de individuação constitutivas do que Machado da Silva (1996) tem chamado de « emergência de uma sociabilidade violenta ». Dependendo do grau de sua abrangência social futura, ela poderia, inclusive, implicar numa crescente irrelevância da produção social da sujeição criminal para contê-la num submundo ou controlar sua reprodução. É o que se poderia deduzir da frase : « vagabundo agora ficou normal », dita por um entrevistado meu.

6. Condensação criminal e pobreza urbana

Dados certos padrões de construção social da sujeição criminal, verifica-se uma constante conexão, na representação social, entre certas variáveis sociais e atributos de indivíduos incriminados por certos tipos de crimes. Essas variáveis comparecem seja nos tipos sociais em que eles se enquadrariam, seja na conexão explicativa entre o sentido social que se atribui a essas variáveis e a motivação que são atribuidas aos tipos (ou que eles incorporariam) para entrarem ou seguirem num curso de ação criminável. Situação sócio-econômica, cor, nacionalidade ou naturalidade, faixa etária, gênero, indicadores de filiação a uma família, a uma religião, escolaridade, regularidade de emprego e muitas outras dimensões (modo de se vestir, maneira de andar, modo de falar, expressões sociais de auto-controle) que servem socialmente para estratificar, diferenciar e construir estereótipos de identidades sociais são mobilizadas pela representação social para distinguir indivíduos *suspeitos*. A suspeição é um mecanismo ativado por signos que quebram a expectativa de confiança e que ativam uma *atenção seletiva* culturalmente acumulativa. Regras de experiência são acumuladas e orientadas para definir uma situação de ameaça ou perigo ou para sinalizar traços significantes, num indivíduo, de sua possivel carga de suspeição. Não são apenas estereótipos discriminantes, mas efeitos regulares de relações sociais onde já se acumularam expectativas consistentes com resultados representados como « quase certos ». As quebras dessas expectativas (como quando uma pessoa insuspeita *mostra-se* criminável, ou o contrário) acrescentam-se a essa acumulação, mas não lhes retira a orientação

cultural básica, senão quando os tipos desaparecem ou se atenuam. O mesmo processo ocorre entre os indivíduos que *sentem* que podem parecer suspeitos e que tentarão socialmente ocultar os signos que os fazem sentirem-se assim.[64] Aqui também a distância social é um poderoso emulador de representações baseadas na desconfiança preventiva e um dos principais acionadores da acusação social. Quando a maior parte dos estereótipos que servem à construção dos tipos sociais derivam da generalização de atributos predominantemente negativos, eles tendem a produzir ou reforçar a distância social. Nesse caso, interage-se com tipos, mais do que com indivíduos, « sujeitos » de um tipo especial. Os recursos à disposição na maioria dos tipos de suspeitos subordinam sua sujeição criminal à pobreza urbana e aos seus signos sociais. Antes de constituirem estereótipos, demarcam uma seleção social do crime. Não foi a polícia quem os inventou, mas a sociedade. E a sociedade não os tirou do nada, mas de uma combinação de « regras da experiência », tipos sociais e crimes que provocam maior reação moral, cursos de ação que violam diretamente a distância social nas relações inter-individuais. Não são necessariamente crimes violentos: o furto, a sedução e o estelionato, por exemplo, *agem* diretamente na relação inter-individual, são menos distantes que a corrupção política, que a fraude financeira ou as negociatas corporativas. Mesmo quando distantes, o estupro, o assassinato, o latrocínio produzem identificações da mesma magnitude, porque assinalam a possibilidade de ocorrerem mais próximos ou com a própria pessoa. É a incerteza quanto à quebra de confiança nas relações inter-pessoais, mais que a transgressão remota, que mobiliza o sentimento e o medo da violência e do crime.[65] O recurso à astúcia ou à força, nas relações inter-individuais, mobilizam uma seleção social dos crimes que devem preferencialmente ser perseguidos. Sua associação com a pobreza urbana completa o processo.

Não há mais no Rio de Janeiro qualquer atributo social que, entre os moradores de áreas urbanas consideradas pobres, ainda valorize ou dê um significado superior à pobreza. Na representação social desses moradores, a dignidade, a honra e o respeito não são devidos ao pobre, mas a qualquer indivíduo que os mereça, *mesmo que* pobre. Encontrei poucas vezes, em trabalho de campo, quem se auto-nomeasse

[64] Sobre as dimensões tácitas desse « ocultamento do estigma », ver Goffman (1970).
[65] Vale lembrar o célebre problema ético da « morte - à distância - do mandarim », originalmente elaborado por Diderot e que ganhou referências continuadas na literatura, inclusive em Eça de Queiroz e Machado de Assis. Para uma discussão interessante da questão, ver Guinsburg, 1995.

espontaneamente « pobre ».[66] O atributo « pobre » tende a ser cada vez mais relacional-negativo[67], seja nas relações inter-classes, seja nas relações intra-classe, exceto quando o discurso pretende justificar concretamente uma impossibilidade de uma ação por falta de recursos. Nesse caso, a « pobreza » comparece como uma justificativa razoável e não inteiramente negativa e o atributo pode ser usado sem problemas. Mas revela um uso demarcado e não uma identidade. Entre o estigma de « ser pobre » e a « situação » de « estar pobre », toda uma gama de possibilidades é aberta, mas o atributo, de um modo geral, permanece negativo.

Se para você eu sou pobre, para mim pobre é quem é mais pobre do que eu. O significado de « pobre » como aquele « que precisa de ajuda »[68] serve para manipular estratégias, mas é negativamente valorizado. Por outro lado, a enorme desigualdade social da população do Rio de Janeiro tende a produzir constantemente auto-percepções de privação relativa que, por esse motivo, entram em contradição com a negação da pobreza como atributo da auto-identidade. A pobreza passa a ser equacionada, no refugo do valor negativo, com uma pobreza ainda maior, com a absoluta miséria e o movimento relacional do atributo tende a sempre descer na escala da estratificação inter-individual: sempre há pessoas mais pobres do que eu. Dessa contradição resulta uma disjunção, na auto-percepção da identidade, entre privação relativa e pobreza como atributo social, que dificulta a utilização da « minha » pobreza como explicação da « minha » motivação em qualquer ação, mas não impede que eu atribua à « pobreza » (dos outros) razões para determinados tipos de mobilização interna que levariam, inclusive, às práticas criminais. De um modo geral, no entanto, a « pobreza » não comparece diretamente nas auto-explicações de adesão a práticas criminais. É substituida pelas representações difusas de privação representada como contingente ou como relativa: « dificuldades financeiras », « dificuldades materiais », « desemprego », « não encontrava serviço », ou de premência contingente: « precisava alimentar meus filhos », « ajudar minha familia », etc.

A associação, na representação social, entre pobreza e criminalidade é uma constante orientação cultural das sociedades urbanas, mas não uma constante *explicação*

[66] Ruth Cardoso, ao contrário, detectou mais auto-nomeações de « pobre » que de « trabalhador » (Cardoso, 1978). Alba Zaluar já detectou uma identidade de « trabalhador pobre » e a atitude relacional que compensa o valor já negativo da pobreza: « pobre, mas honesto » (Zaluar, 1985). É bastante plausível que tenhamos transitado da pobreza digna para a pobreza indigna durante o rápido processo de urbanização. Sobre a representação da pobreza urbana, ver Valadares, 1991.

[67] Devo a Roberto DaMatta, em seu seminário sobre « Antropologia da Pobreza », na UFF em 1996, a importância que passei a dar a essa questão.

da criminalidade. Na « República », Platão menciona essa correlação como se fosse um dado natural, que não parece exigir uma explicação ou um argumento. Apenas na modernidade, a *naturalidade* dessa correlação foi desconstruída em proveito de uma tentativa de explicação causal. Do mesmo modo, a sanção social a transgressores sempre foi *naturalizada* e apenas na modernidade a punição passou a ser objeto de um cálculo de resultados na dissuassão ao crime. A convivência, no Brasil, entre argumentos *naturalistas* e argumentos racionais tem crescentemente tendido em direção aos últimos, nos discursos cotidianos sobre o assunto. Mas observa-se, nas práticas sociais, um razoável grau de permanência da atitude naturalista, demarcando uma ordem legítima de expectativas de criminação e punição diferente e até mesmo contraditória com o argumento moderno da ordem legal. O conteúdo *vingativo* não desapareceu da punição moderna, apenas foi deslocado para a demanda de incriminação, e mantêm-se convivendo com os argumentos racionais (Misse, 1998).

Alguns autores vêm nessa disjunção uma *descrença* (e portanto uma potencial deslegitimação) na capacidade do Estado de administrar a justiça segundo suas próprias leis modernas. Essa descrença seria permanente, constituida na experiência social de século e meio de complementaridade entre uma cultura tradicional, patrimonialista e hierárquica e uma cultura moderna, individualista e igualitária (Matta, 1979 ; Kant de Lima, 1995); ou teria se desenvolvido mais recentemente, em função da inadequação do Estado em acompanhar o rápido processo de urbanização e modernização do país (Coelho, 1986, 1987 ; Paixão, 1991) ou em função da histórica exclusão dos direitos civís da maior parte da população (Caldeira, 1991, 1992; Adorno, 1991). De qualquer modo, essa descrença é percebida como uma razão para que o processo de criminação-incriminação não se realize, para a maior parte dos casos, de forma igualitária e moderna, como previsto nos textos legais (Adorno, 1995). Nesse sentido, a perspectiva analítica tende a privilegiar a « ausência do Estado » como principal recurso de explicação para o aumento da violência urbana. Mesmo onde o Estado atua judicialmente, não é desprezível a representação de que a punição é fraca, pequena ou insuficiente.

A percepção de um aumento constante da violência nas grandes cidades brasileiras, e no Rio de Janeiro em particular, a partir da década de 70, é socialmente representada como decorrente do crescimento e adensamento das « classes perigosas »

[68] O mesmo significado que Simmel (1987) isolou em seu capítulo sobre o pobre.

nas grandes cidades, e da impunidade dos bandidos, que permitiu o alastramento do tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, representa-se a polícia como apenas interessada em prender pobres, o que tornaria espúria a correlação causal entre pobreza e criminalidade. Assim, para criticar a associação pobreza/crime é preciso se contradizer a respeito da impunidade dos bandidos de origem pobre, que são, afinal, os presos preferenciais da polícia e os condenados preferenciais da justiça[69].

Proponho, neste trabalho, examinar a dinâmica que permitiu essa específica acumulação social da violência no Rio de Janeiro de uma outra perspectiva, que incorpora a contribuição das abordagens anteriores, mas privilegia uma dinâmica social específica, a dinâmica da sujeição criminal. Parto da hipótese de que *há* uma associação entre pobreza urbana e sujeição criminal, mas que essa associação não é causal e sim *constitutiva*[70]: como numa síndrome, ela reúne vários fatores que *ligam*, de um modo dinâmico e não-linear, a expectativa social de associação causal da pobreza urbana com a seleção social da incriminação que aí se desenvolve, acumulando uma adequação de sentido (não diretamente motivada pela pobreza, mas pela privação contingente ou relativa) entre certo tipo de práticas criminais e certos tipos de recursos, com agentes provenientes de segmentos das populações das áreas de pobreza urbana. O ponto focal que escolhi para desenvolver essa perspectiva é o da interrelação entre estratégias econômicas ilegais e seus efeitos de poder, particularmente envolvendo o recurso à força, sobre o processo social de incriminação a nível local e mais abrangente. Por seleção dos tipos sociais que são representados como *propensos à desnormalização*, pretendo examinar como se desenvolveu uma específica *condensação criminal* entre pobreza urbana e criminalidade violenta no Rio de Janeiro. Não se trata nem de um processo de « profecia que se cumpre a si mesma », nem apenas do efeito de « roteiros típicos », baseados em estereótipos, da ação da polícia, que produziram uma associação estatisticamente espúria entre pobreza e crime[71], mas de um processo social complexo, que interliga *cursos de ação* (estratégias de sobrevivência, estratégias aquisitivas, mercados informais ilícitos, modos de operar poder, status e identidades em condições

[69] Para um exame crítico desses argumentos, ver Misse, 1995.

[70] Chamo de associação constitutiva, toda associação entre variáveis cujos efeitos realimentam uma ou mais variáveis que participam da mesma associação. Esses efeitos realimentadores podem ser considerados como causais apenas na medida em que não se os abstrai do completo processo, de modo análogo à noção de « síndrome » (e não no seu sentido patológico). Voltarei ao assunto no último capítulo.

[71] Os argumentos principais de Coelho (1978), de muita influência na constituição desse campo temático no Brasil.

subalternas) com *processos* sociais preferenciais de incriminação e suas formas locais, correspondentes, de atenuação ou neutralização da acusação social.

Para isso, tomo como constante uma baixa taxa de incriminação (ou alta taxa de representação social de impunidade) para todos os delitos em todas as classes e camadas sociais, no período 1960-1995, até porque não há ainda como medi-la. Não o fizesse, seria obrigado, de qualquer modo, a considerar o problema da sua antecedência ou preeminência causal sobre a acumulação social da violência, o que deixo, com satisfação, a outros colegas. Mas não posso negar sua interveniência. Na impossibilidade de controlá-la, preferi tomá-la como constante. Enfatizo, assim, mais o que foi criminado e incriminado, do que o que não o foi, embora saiba que esse recorte possa suscitar críticas de interpretação. Essa opção deveu-se também à disjunção que observei nas próprias representações de « justiça » (e, portanto, de « impunidade »). De um modo geral, a demanda de punição segue uma orientação de sentido « tradicional », baseada na idéia de justiça como reciprocidade negativa: a vingança; enquanto a demanda de incriminação segue uma orientação « racional-legal », formal e processualística, a cargo exclusivo do Estado. A representação de uma extraordinária impunidade pode estar assim condicionada à diferença entre uma demanda tradicional de punição e a capacidade média do Estado de processar, de modo racional-legal, o volume de criminações registradas. Não se trata, apenas, de uma « impunidade de Estado », mas de uma demanda de punição que não pode, estruturalmente, ser atendida plenamente por nenhum Estado democrático moderno.[72] Além disso, a incriminação nas classes subalternas jamais foi baixa, exceto quando o processo de criminação se tornava complexo demais.[73]

Por outro lado, como a associação que pretendo propor não decorre de uma causalidade linear, mas de um abrangente e complexo processo social, que produziu tipos dominantes de sujeição criminal (a partir de um poder de definição que isola os tipos sociais e as práticas que manipulam os recursos que devem preferencialmente ser perseguidas), não penso que a questão da impunidade, nesse recorte, interfira com a

[72] A mesma representação, em graus diferentes, comparece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a capacidade de processamento criminal do Estado jamais foi posta em dúvida. Mais de um milhão e meio de presos nos Estados Unidos em 1998 (para 150 mil no Brasil, em 1996) não parecem diminuir a demanda de punição e de por em xeque a esfera pública.

[73] Muitos mortos sem identidade, muitas mortes sem pistas, ou por balas perdidas, muitas mortes de bandidos em suposto confronto legal com a polícia, além da atuação de grupos de extermínio com apoio policial ou da elite local, muitos inquéritos por homicídios sem solução resultam dos mesmos fatores que levaram à acumulação social da violência e à representação dominante de impunidade, e não propriamente da impunidade enquanto tal.

argumentação. Pelo contrário, são as formas de incriminação-punição dominantes que interferem acumulativamente sobre práticas e representações da violência. Nesse sentido, não é tanto a « ausência do Estado », mas sua *presença* específica que me interessa. A expropriação da soberania e dos poderes do Estado para fins privados, que ocorre em todas as classes, adquire aqui uma específica capacidade de *produzir violência*, inclusive pela autonomização do poder de definição das violências e da capacidade de lhes dar « solução ».

Finalmente, penso que é possivel reunir - ainda numa escala micro - cursos de ação que rompem com o « núcleo forte », a produção da sujeição criminal e as « razões » (*accounts*) que mobilizam internamente muitos agentes originários de áreas da pobreza urbana de uma grande cidade como o Rio de Janeiro para os mercados ilícitos, em um « modelo macro », apresentado nas conclusões deste trabalho. A ampliação da modernização, a partir dos anos 50, com a consequente extensão, às classes subalternas, de expectativas de mobilidade social, acesso a bens materiais e simbólicos, entre os quais a extensão da sua cidadania e a normalização dos comportamentos, não se fez acompanhar, nas três décadas seguintes, de uma distribuição de *recursos* (materiais, políticos e simbólicos) que projetasse expectativas positivas de que essas demandas poderiam ser satisfeitas no tempo de uma vida. Muitos insubmissos individualizaram pragmaticamente sua concepção da Vida, sua concepção do Outro e do Mundo em que vivem e foram à luta.[74]

[74] Daí minha insistência de que não houve um momento específico em que « aparece » a violência urbana, mas que todo o processo que resultou na atual representação da violência urbana vem de uma continuada acumulação social, atravessando diferentes - mas interligados - modos de operar o poder, nos segmentos insubmissos das classes subalternas, com vistas às metas culturais produzidas pelo processo de modernização. O núcleo fundamental em relação ao qual era preciso « tomar uma posição » - o trabalho como um valor em si mesmo - permaneceu sempre produzindo tensão entre a normalização moral, os recursos (materiais e simbólicos) para legitimá-la e as expectativas de melhoria de vida e acesso aos bens em condições de continuada segregação social e bloqueio à mobilidade social ascendente, principalmente centrada na 'zona de contenção' entre trabalho manual/ não manual. Para uma importante análise dos padrões da mobilidade social no Brasil, ver Scalon, 1999.

Capítulo 2

A ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

A violência é uma noção tão amorfa quanto a noção de poder.[75] Dependendo do contexto em que é empregada, ela *carrega* outras noções implícitas, adjudicativas ou políticas, que tornam a discussão sobre o seu conteúdo uma disputa sobre *outras questões*. Um exemplo é a célebre polêmica de F. Engels com E. Duhring (Engels, 1968). Este defendia a perspectiva de que a violência era quem verdadeiramente movia a história da civilização. Mas qual violência? Duhring a definia como « o poder conquistado pela força » e suas ilustrações empíricas referiam-se principalmente às guerras. Engels o critica por considerar que este tipo de violência não esgotava todos os tipos, e pelo fato de a violência, em si mesma, ser vazia de significado, ser apenas instrumental para outros fins, os que justificavam (tecnicamente) seu emprego. Além disso, Engels chamava a atenção para uma diferença de recursos de violência que era anterior ao emprego desses recursos, que muitas vezes determinava ou a decisão de empregá-los, ou - caso o fossem - o resultado da contenda. Com isso, Engels pretendia *refutar* Duhring. Mas o significado de violência que estava sendo disputado era o mesmo, a violência *política*, a violência militar e a violência coletiva, e não qualquer outra. Todo o problema da legitimidade da violência passava ao largo da discussão.

Hoje, quando se emprega a noção, tende-se a distribuí-la em três grandes conjuntos de significados: o primeiro continua sendo a « violência política », seja na forma de guerras, de genocídios, seja na forma do « terrorismo » (Wiewiorka, 1988); o segundo é relativamente recente, abrange ou substitui o antes autônomo discurso sobre a criminalidade, e aparece ligado ao cotidiano das grandes cidades contemporâneas sob a noção (também amorfa) de « violência urbana ». O terceiro, finalmente, é um signo genérico, que acusa em seu núcleo forte uma insegurança ontológica, um fantasma da sociabilidade e da humanidade civilizadas, e que serve de referencial-limite para os dois primeiros conjuntos. Como tal, ele é *estritamente moderno*, algo como a contra-parte

[75] O que tornam essas noções amorfas é exatamente o fato de que se apoiam em qualquer "fundamento": "todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem por alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada" (Weber, 1991, p. 33). Sobre o caráter amorfo da noção de poder, ver Weber, 1991, p. 33, parágrafo 16, nota 1.

fantasmática do processo civilizador da modernidade. Em seu conteúdo universalizante, ora ético, ora religioso, ele se confunde com o debate sobre a definição do Mal.[76]

Como não existe um lugar superior à modernidade, de onde se possa - com o olhar dos deuses - escrutinar toda a sua objetividade, não é possível falar da violência na contemporaneidade sem uma perspectiva recortada a partir do signicado que adquire na constelação cultural de nosso tempo. Se é verdade que essa perspectiva começa com um julgamento de valor - aquele, por exemplo, que têm horror a todas as formas de violência -, é verdade também que ele possa eleger uma forma de violência sobre todas as outras. Assim, posso defender implicitamente em meu discurso a violência legítima e legal da polícia e da justiça contra a violência, que considero ilegítima e que é ilegal, do banditismo urbano. Denuncio a violência ilegítima onde quer que ela se esconda e não me dou conta que estou me envolvendo com o objeto em sua esfera *ideal*, ou, dito de outra maneira, que estou me assegurando de seus mitos para construir uma análise da diferença entre eles e a realidade que os transfiguram. Ao contrário de investir na multiplicidade do objeto (e em suas representações) para denunciar os mitos, invisto nos mitos para denunciar o objeto (e suas múltiplas representações). Tomo as representações dominantes não como *parte* do objeto, mas como o único objeto social possível, ou tomo parte das representações sociais como adequadas aos mitos e às outras como seu desvio, sua alienação e seu descalabro, que me sinto no direito de denunciar. Não posso ficar de fora das representações, como um deus, logo não posso equacioná-las com uma realidade *externa* a elas, mesmo porque estou certo de que essa realidade não existe, essa realidade é constituida *essencialmente* por essas representações. O melhor que posso fazer é jogar representações contra representações, denunciar mitos demonstrando que eles não são congruentes com outros mitos.

A violência é um desses mitos, uma representação-limite, contra o qual jogo meu mito ontologicamente mais seguro e mais adequado: uma cidadania plena, igualitária e socialmente justa. Ao fazê-lo, no entanto, me dou conta de que o significado de violência, nesse caso, precisa se dilatar, alcançar alguma coisa que antes, no Brasil, chamavam de « violência institucionalizada », e que pareceu de uso

[76] Cf. principalmente as obras de Ricoeur, Girard e Lévinas. Uma parte significativa do debate atual sobre o Mal reflete sobre a experiência do Holocausto dos judeus na Alemanha nazista, mas pode chegar a estabelecer comparações dramáticas e banais, como, por exemplo, aparece em recente artigo anti-tabagista de um médico especialista, que afirma que « genocídio muito mais odioso que o dos judeus pelos nazistas [é o provocado pela indústria tabagista], porque de cabeça fria, com pleno conhecimento da verdade, sem atenuante da paixão doentia semeada por um líder moralmente desequilibrado » (O Globo, 28/8/1999, Suplemento « Vida sem fumo », p. 2.

inadequado com o fim da ditadura militar e a reconstrução democrática do Estado. Percebo também que a toda violência corresponde um sentimento de reparação, e que essa reparação adquiriu na modernidade o estatuto de uma administração estatal, legitimamente monopólica, da justiça e da repressão à violência, cujo efeito prático foi o de equacionar violência ilegítima e ilegal com crime. Nesse caso, qualquer ampliação de significado da violência que atinge a cidadania ideal exige uma *reparação impossível*. Não posso, por exemplo, incriminar a injustiça social, levar à cadeia os responsáveis pela exclusão da maioria dos brasileiros dos direitos civís mais elementares, etc. Nesse caso, troco a demanda impossivel de incriminação pela denúncia política e pela luta por direitos. Percebo, igualmente, que apenas alguns cursos de ação são passíveis de criminação legal. E percebo, também, que dentre esses, apenas alguns tipos, advindos de algumas classes, são efetivamente criminados e seus agentes incriminados. E que há uma demanda de que mais desses tipos, dessas mesmas classes, sejam ainda mais incriminados. Quando chego a esse ponto, concluo que a realidade está tão distante de minha cidadania ideal, que sou obrigado a concluir que a violência não é uma noção muito adequada para compreender o que está se passando. A violência parece ser, antes, uma representação, uma representação cujo poder de definição não pertence à sociologia, mas a seu objeto em sua multiplicidade de inserções, práticas e estruturas.[77]

Como fazer para tomar a violência como objeto sem decair para esses vários poderes de definição que a representam socialmente? Se não tomá-la como conceito ou operador analítico, posso, no entanto, utilizá-la apenas para designar as práticas e os modelos de conduta que são definidas socialmente como violência?

Investiguei o uso comum da noção entre diferentes pessoas, de diferentes classes e com as mais diversas inserções sociais e concluí que seu significado mais recorrente aponta para uma ação coercitiva de uma ou mais pessoas sobre outra ou outras, baseada no emprego da força física (ou de suas extensões técnicas) e que ameaça provocar ou provoca algum dano ao corpo e à integridade física das pessoas. É uma definição « instrumental » e « micro-sociológica », que tende a isolar o agente não pela sua transgressão mas pelos recursos que emprega, e a sua vítima pelos seus danos corporais efetivos ou virtuais. Há, na representação social, como na lei, agravantes e atenuantes, em função do *comportamento*, das *intenções* e do *contexto singular* em que se deu um evento. Mas entre essa representação praticamente consensual e as representações das

[77] É a posição que têm defendido Machado da Silva em seus trabalhos recentes (1994; 1997).

práticas que costumam ser classificadas de *violência urbana*, que aparecem em expressões como « essa violência toda de hoje em dia », ou « a violência chegou ao nosso bairro », há uma diferença nítida: a segunda aparece sempre acompanhada de maior *generalização* e de signos de *aumento,* crescimento, expansão. A violência urbana é representada como um « sujeito social » que envolve um conjunto de práticas de violência que se *expande* pelo tecido social em função de alguma razão *social*, macro-sociológica, e não mais exclusivamente individual. A violência urbana aparece sempre como um *fantasma*, um sujeito social anti-social.

Identifiquei quatro tipos principais de cursos de ação que comparecem nos exemplos de violência espontaneamente dados por meus informantes: assassinatos e agressões físicas; roubos e assaltos; sequestros; e estupros. No primeiro tipo, os agentes lembrados são chamados de bandidos, policiais e « pessoas (ou homens) violentas »; no segundo e terceiro tipos, unicamente bandidos; e no último, « maníacos », « anormais » e « monstros ». A categoria de « bandido » prevalece em todos os exemplos, inclusive sobre a categoria de « polícia ». Mas quem são os bandidos? São os que « vivem de crime », os « ladrões e assassinos », os « que não respeitam ninguém », atualmente os « traficantes ». Em geral, « começam muito cedo », são ou foram « pivetes ». Está aumentando? Sim, « aumentou muito », « continua aumentando », « ninguém sabe onde vai parar », « não dá mais para viver aqui » e daí sucedem as várias explicações « sociais ». A representação de violência urbana depende essencialmente da representação de que houve uma ruptura na sociabilidade anteriormente existente, que essa ruptura constitui um « perigo social » e que possui « causas » específicas.

Decidi, então, não tomar como objeto a « violência », mas esse conjunto de práticas e agentes representados como um « perigo social », cujo aumento constante é atribuido a uma série de « causas » sociais cujos efeitos retornavam como causas reiteradas de mais violência: uma específica « acumulação social da violência ». Na representação social, essa acumulação social da violência é medida pelo volume de mortes, de lutas e agressões, de roubos, assaltos e sequestros, pela insegurança em deixar uma filha andar à noite em seu próprio bairro, em deixar uma casa fechada, um apartamento num prédio sem porteiro, um veículo estacionado na rua. Os agentes dessa acumulação são representados, principalmente, como « bandidos », « marginais », « vagabundos », « traficantes ». Mas também são acusados, principalmente nas áreas urbanas pobres, a « polícia » (especialmente a Polícia Militar), e os « alcaguetes » ou « delatores ».

Neste capítulo, examinarei inicialmente a representação do volume de violência que é socialmente selecionado para representar essa acumulação no Rio de Janeiro; em seguida, as transformações nas representações sobre os tipos de ação classificados como violentos e finalmente, as « razões sociais » que são atribuidas ou que servem de explicação para seu aumento. O meu interesse é detectar a passagem, via seleção social, da representação de uma acumulação social da violência para a representação de seu sujeito social.

1. Números e Representações

Números-representações são recursos empíricos da observação e da análise sociológicas. Números que organizam palavras, palavras que organizam ou imaginam números, mas também palavras sem número, inúmeras, cujo significado é disputado em várias instâncias, da etnográfica à hermenêutica. Se deixarmos de lado por enquanto essas últimas, verificaremos que a violência encontra na sua representação quantitativa uma de suas dimensões significativas mais notáveis. Aumento ou diminuição da violência, quantidades de violência, mas também tipos de violência classificados em função do maior ou menor número de vítimas, do maior ou menor emprego da crueldade, das variações quantitativas desses tipos e dessas formas que a expressão jurídica classifica nos códigos que formalizam e racionalizam legalmente o moderno processo de incriminação.

Na modernidade, uma específica conexão entre certo tipo de números e certo tipo de palavras, chamada de estatística criminal, é parte indissociável dos dispositivos que regulam o controle e a distribuição legal do monopólio à violência legítima na administração da justiça. Toda a desmonopolização ou desconcentração - ilegítima - da violência e da criminalidade deverá ser vasculhada e informada, de modo a permitir o aperfeiçoamento de desempenho dos dispositivos. Verificou-se, no entanto, que há uma diferença insanável nessas estatísticas, que não pode ser resolvida tecnicamente: aquela entre a « criminalidade real » e a criminalidade « aparente » e « legal ». Uma « cifra obscura » (*dark number*) de crimes jamais registrados ou detectados, de criminosos jamais identificados, de vítimas silenciosas e ocultas. Apenas essas poderiam ser, talvez,

contabilizadas, através de pesquisas de vitimização.[78] A contabilidade dos crimes que essas vítimas reportariam, no entanto, já seria, no entanto, uma amostra seletiva dos crimes que foram detectados, que fizeram vítimas detectáveis. Além disso, verifica-se que as estatísticas policiais (e principalmente as judiciais), além de seletivas, são socialmente contaminadas, isto é, *mostram apenas o que foi incriminado*. Para os dispositivos de controle essa diferença é uma lástima, como é uma lástima moderna não se poder registrar, processar e contabilizar todas as ilegalidades de todas as classes assim como todos os crimes e todos os criminosos efetivamente existentes. A cidadania ideal exigiria isso.

VIRAR CRIME: a seleção social das ilegalidades

Para o nosso objetivo, essa diferença entre criminalidade « real » e « aparente » é, por outras razões, particularmente significativa. Ela, na verdade, recobre as principais dimensões da representação social do crime e da violência. O que tende a ficar de fora das estatísticas seriam as ilegalidades mais complexas ou indiretas, realizadas por agentes que têm vários recursos alternativos ou, então, aquelas de incriminação leve ou conjuntural, geralmente negligenciadas, como algumas ilegalidades dentre as chamadas « contravenções ». O núcleo da incriminação deve ficar retido, não em seu número absoluto, mas em suas tendências sociais, nas ilegalidades socialmente representadas como perigosas, violentas, evidentes e mais facilmente devassáveis. Supostamente, as ilegalidades que comparecem menos nos boletins de ocorrência policial em que se baseiam essas estatísticas, são também as menos importantes e as menos frequentes. Pela frequência e importância, são escalados os crimes cuja contabilidade oficial *sinalizará* o aumento, a estagnação ou o recuo da violência urbana. No Brasil, como em muitos outros países, a representação social de uma escalada da violência urbana é uma variável dependente da escalada da *criminalidade violenta*. Crimes violentos culposos ou que não se utilizam da violência tendem a se subordinar aos crimes cometidos intencionalmente, à *mens rea* que instrui a gravidade do delito na tradição do Direito romano. O homicídio doloso é o mais grave e para o qual são reservadas as penas mais severas. Seguem-no o infanticídio, o latrocínio, o estupro com morte, a agressão com

[78] As primeiras pesquisas de vitimização são relativamente recentes e começaram nos Estados Unidos no pós-guerra. Na Inglaterra, elas começaram a ser feitas apenas na década de 70 e na França nos anos 80.

lesões, o sequestro, o assalto e o roubo e o estupro. Essa classificação, no entanto, tende a homogeneizar e descontextualizar, nas estatísticas, *cursos de ação* muito diferentes, com motivações as mais diversas. A complexidade do processo de criminação-incriminação dificulta tanto a produção quanto a *leitura* dessas estatísticas, mas não impede que o objeto principal - a violência - , seja como for, venha a ser contabilizada como uma representação social do que deve e precisa ser evitado. Entre a violência e todas as demais ilegalidades, abre-se uma ruptura central, delimitadora de grande parte das diferenças entre os estudos de violência urbana, criminalidade, ilegalidades, corrupção e comportamentos desviantes ou divergentes.

De qualquer modo, *todas* as ilegalidades e todos os comportamentos considerados desviantes ou divergentes, dependem, para sua entrada nessa faixa estatística, de um processo determinado de seleção social dos cursos de ação *incrimináveis*, que passo a chamar de « seleção criminal ». Esta se desenvolve a partir de três dimensões de representação social-quantitativa desse núcleo seletivo da incriminação: 1) a que acusa socialmente um curso de ação como crime ou contravenção, que *crimina*; 2) a que põe esse crime (i.é, esse curso de ação já criminado) na *demanda de incriminação* (ou em sua expectativa); 3) a que responde a essa demanda, enquadrando esse curso de ação e seus agentes na *incriminação* efetiva, criminalizando institucionalmente, segundo os códigos jurídico-penais, certos tipos de curso de ação e realizando seu processamento oficial nos agentes acusados, cuja última instância é a adjudicação e a pena. Nesse sentido, a seleção social que privilegia a incriminação de certos cursos de ação, privilegia também a seleção social dos agentes a serem potencialmente incriminados, e vice-versa.

Evidentemente, dada a regularidade que alcance esse processo de seleção social dos cursos de ação passíveis de acusação criminal, uma população (ou segmentos desta) tende a estender a representação para antes da demanda efetiva, transformando-a em *expectativa de demanda* e, com isso, detectando uma criminalidade real mesmo quando não há representação de crime na suposta vítima ou em seu suposto agressor, ou quando a criminação do evento ainda está sendo disputada. Essas representações interligam-se e fortalecem, socialmente, a percepção mais abrangente de que há sempre mais coisas e pessoas incriminávels do que as que efetivamente o são. A seguir a letra da lei, teríamos que considerar criminalidade real que uma criança retirasse algum dinheiro do bolso da

---

No Brasil, a primeira (e até agora única) pesquisa nacional foi feita em 1988, pelo IBGE. Cf. PNAD, « Participação político-social 1988», v. 1: Justiça e Vitimização. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.

camisa do pai, sem seu conhecimento, para comprar umas balas. Tendo se informado do que ocorreu, esse pai poderá interpretar o ato como um desvio de conduta, uma desnormalização, e aplicar alguma punição a seu filho, mas raramente o incriminará e o denunciará à polícia ou ao juizado.[79] Aqui, como em parte significativa das situações, é a distância social o principal fator que irá ponderar a decisão da incriminação, e não apenas a letra da lei. Violências privadas, domésticas, passionais ou entre vizinhos ou amigos poderão ou não serem incriminadas, embora todas possam ser interpretadas, na letra da lei, como « crimes » e exijam a intervenção policial. Diferentes razões, cálculos, conveniências ou mesmo irracionalidades intervêm na definição ou não da situação ou do evento/drama como crime, e certamente a letra da lei e a representação social do que seja um ato criminalizável faz parte dessa definição, mas não a esgota. Só haverá socialmente crime se o ato for criminado, isto é, interpretado-representado como crime e se, uma vez subjetivamente criminado, houver mobilização interna da vítima ou de alguém próximo ou que a represente (ou represente o Estado) em demandar a incriminação de alguém (de sua contra-parte, de seu desafeto, de seu adversário ou - na distância social maior - do 'bandido').

O crime, sociologicamente, não existe senão no processo social da *criminação-incriminação, que também compreende todas essas representações e demandas,* e que constitui o processo de seleção social dos cursos de ação que se enquadrarão em *ilegalidades* e cujos agentes poderão ser selecionados e incriminados. Mas as estatísticas (se razoáveis os registros) mostram apenas os crimes e os criminosos efetivamente incriminados (perdoe-se a aparente tautologia). O que não foi criminado (por diferentes razões), não entra nas estatísticas, pois fugiu ao monopólio da violência legítima, escapou da completa criminação, ficou como mais um ilegalismo não capturado como crime, ou como um crime (supondo-se consenso na sua definição local) que não *virou* crime (no âmbito policial ou judicial).[80] Essa disjunção, interna ao

[79] Um exemplo semelhante é dado por Nils Christie para argumentar contra a naturalização de um processo social cujo contexto definirá ou não a necessidade de incriminação (Christie, 1993). Quando o controle familiar não parece capaz de normalizar tal criança, recorre-se frequentemente a outras autoridades, mas raramente à polícia.

[80] Chiaramonti (1991) chega a propor que não se fale mais em « cifra negra », já que « não se pode medir um real que não existe senão em seu próprio contexto social » (p.16). Se o cidadão não se queixa ou denuncia, não há cifra negra porque não há crime. Chiaramonti apenas abre uma exceção para as vítimas crianças pequenas, que não podem, sozinhas, registrar queixa. Evidentemente, ele deixa de lado, mesmo sendo francês, a hipótese, comum no Brasil, de que a polícia interrompa, por uma série de razões, o processo de criminação ou simplesmente não o registre, mesmo quando há queixa ou flagrante.

moderno processo de criminação, entre definição social e definição institucional responde por uma parte significativa da representação de *impunidade*.

A experiência social, por isso mesmo, antecipa a designação, trazendo o processo de criminação para a esfera subjetiva, constituindo-o em processo de interpretação indexada de um evento cujo significado contextual reduz-se imediatamente ao que é próprio ao processo de incriminação. A modernidade só fez alargar essa diferença entre a sensibilidade jurídica local e a decisão jurídica racional-legal, mesmo nos países ocidentais onde a presença do Estado nessa área não é objeto de qualquer dúvida. É por esse motivo que os crimes e os criminosos podem ganhar uma *objetividade* e uma realidade *anterior ao processo estatal de incriminação,* constituindo, dinamicamente, na própria subjetividade dos agentes, o ponto de encontro usual entre estruturas, dispositivos estratégicos e cursos de ação. É também por isso que se pode encontrar uma diferença quantitativa (analítica e suposta) entre criminalidade real e criminalidade aparente ou legal, já que se toma aquela objetividade como *parte pendente e residual* do processo real de incriminação. Assim, e pelo mesmo motivo, pode-se verificar que, em todas as sociedades modernas, como em todas as suas estatísticas, há mais vítimas que crimes. A representação social antecipa-se à criminação do Estado, preparando-a.

Na verdade, a chamada criminalidade real é, ela também, uma representação social, a representação de que há um déficit entre tudo o que poderia (ou deveria) ser criminado-incriminado (segundo a letra da lei ou a sensibilidade jurídica local) e o que efetivamente é. Assim, curiosamente, na representação social, o que é *realmente* criminado transforma-se em criminalidade *aparente*, em aparência insuficiente de uma essência (definida juridicamente) que jamais poderá ser capturada, e que vem a ser a criminalidade *real.* A incriminação realmente realizada é representada como apenas a ponta do iceberg, e todos os ilegalismos não incriminados como seu volume verdadeiro.

Para nós, essa diferença é importante não porque relacione uma pretensa criminalidade « real » a outra « aparente », mas porque permite comparar representações de disjunções das « definições de situação » em esferas distintas dos ilegalismos: taxas de vitimização e taxas de criminação, por exemplo, quando comparadas, permitiriam aferir a dinâmica que relaciona diferentes representações quantitativas da violência, a difusa e a dos dispositivos que operam o monopólio estatal da violência legítima, bem como sua legitimidade junto à população. Essa dinâmica é complexa e interliga vítimas e o processo de criminação, com seus registros de

ocorrências e de sujeitos incriminados. Se não houver denúncia ou se a vítima não der queixa ou, mesmo dada a queixa, o dispositivo não a registrar, a criminação não prossegue e só haverá crime ou um criminoso anônimo na lembrança local de um evento: poderá haverá criminação na representação local, mas não na representação institucional, e efetivamente haverá apenas vítima.[81]

VIRAR VÍTIMA: mensurações médicas das violências

Vítima é a contraparte concreta - o corpo subtraído, ferido, violado ou morto - das representações e classificações de um combate assimétrico ou perdido. Por analogia com as representações e metáforas da guerra e do enfrentamento, há corpos invadidos por vírus e bactérias, vítimas de *doenças*; há corpos feridos ou mortos ceifados não se sabe bem se por acidentes, se por irresponsabilidade de outros ou se intencionamente, vítimas de *violência*; há corpos que se auto-infligiram a morte, vítimas de *suicídio*; há, finalmente, corpos violados de diferentes maneiras, contra a sua vontade, por alguma intencionalidade incriminável, vítimas de *crimes*. Crimes, aqui, são o registro social não apenas de incriminações efetivas, mas de representações de eventos que *deveriam* ou *poderiam* ser objeto de incriminação, mas que restaram apenas, quando muito, localmente criminados.

Mas enquanto a contabilidade das guerras é a de mortos e feridos *em combate legítimo*, ou a contabilidade instrumental de vencedores e perdedores num enfrentamento legítimo, a contabilidade das vítimas é, nos outros modos, a contagem das mortes representadas como evitáveis, dos feridos e mortos desnecessários, vítimas de doenças ou de causas que se poderia evitar ou combater. Nesse combate, as metáforas da guerra são operadas para produzirem a idéia de uma luta contra a existência de vítimas, portanto uma luta contra a produção e a acumulação de vítimas,

[81] Evidentemente que minha argumentação não é jurídica, mas sociológica. Há uma incriminação primária, moral, quando a vítima classifica o que lhe ocorreu (ou a alguém) como « crime », até porque ela « sabe » que tal evento é assim classificado no Código Penal. Se essa incriminação não alcançar os dispositivos (ou for por eles ignorada ou abandonada), a incriminação permanecerá em seu nível primário, podendo gerar diferentes efeitos morais: a descrença na polícia e na justiça e a decisão pela vingança privada, por exemplo. Se essa vingança não ultrapassar, por sua vez, o nível da incriminação primária, ela também não será crime, senão no seu sentido moral, para quem assim a designar. Meu interesse, aqui, é evitar incluir a própria *lógica da incriminação*, que é meu objeto, nos meus conceitos, já que a diferença entre criminalidade real e criminalidade legal ou aparente é um produto dessa lógica, e não um resultado analítico satisfatório. O problema da impunidade faz parte também dessa lógica (do objeto), é uma representação social (com todos os seus efeitos possíveis), é uma categoria *política*, mas não uma categoria sociológica, como muitas vezes se pensa.

um braço da luta contra a insegurança ontológica num mundo social que fez da segurança privada um dos seus valores centrais.

O puro reconhecimento de um sujeito[82] como « vítima » já comporta uma « definição de situação » e, ao mesmo tempo, uma acusação social difusa contra outros sujeitos, cuja especificação poderá ou não dar lugar à incriminação. A interpretação de que há uma « vítima », por sua carga reativa e significado passivo, denota, já em sua origem, a representação de uma violência inespecífica, de uma ação contra a qual deve-se dar combate. As taxas de vitimização dessa violência ainda inespecífica constituem, nos eventos aos quais se reportam, um dos principais indicadores da representação social da violência moderna e da dinâmica das demandas de incriminação.

As classificações das mortes, da perspectiva da saúde pública, em uma cidade moderna, seguem essa mesma ordem, de fundo causal: óbitos por « doenças » vs. óbitos por « causas externas ». Entre os óbitos por causas externas, distinguem-se os provocados por « acidentes » (isto é, que não têm responsáveis humanos) dos que são interpretados como resultantes de « negligência » e incluídos judicialmente nos chamados crimes « culposos » - como os que resultam do desrespeito às regras de circulação de veículos, principalmente os atropelamentos com vítimas e, mais raramente, os acidentes de trabalho; os que foram intencionalmente inflingidos às vítimas - crimes « dolosos » -, e os que as próprias vítimas se infligiram - suicídios - . Entretanto, as estatísticas de mortalidade produzidas por órgãos de saúde pública, com base nos atestados de óbito firmados por médicos, mesmo quando apoiadas também em organismos da área de segurança pública, como os Institutos Médico-Legais, sempre encontraram dificuldades em *definir* se um óbito causado por atropelamento, por um tiro de revólver ou por uma queda deveria ou não ser classificado como homicídio ou como resultante de uma agressão, ainda que não se sabendo se intencional ou acidentalmente provocada.

A dimensão quantitativa da acumulação de vítimas, sua contagem e classificação, seguiu diferentes padrões no Rio de Janeiro neste século e não permite a construção de uma única série histórica. No entanto, é possível encontrar nessas

[82] Tomo aqui a categoria de « sujeito » no sentido de um agente social que, na modernidade, é representado como portador inalienável de direitos e obrigações livremente pactados (cidadão) ou pré-contratuais (membro de uma comunidade afetiva, moral ou religiosa), cuja observância pode tensionar com seus interesses ou sua independência de escolha (individualismo), fazendo-o sujeito (passivo ou ativo) dos efeitos sociais e jurídico-políticos da resolução que se dê (ou que ele dê) a essa tensão. Para uma discussão recente dos paradoxos que entrelaçam individualismo e cidadania na modernidade, ver Leca, 1991, pp. 159-209.

mudanças de padrão e nos números-palavras que são utilizados, os indicadores de alguns grandes ciclos de vitimização. Só recentemente começaram a ser feitas estatísticas ou surveys de vitimização em eventos representados como incriminâveis, o que constitui, por si só, um forte indicador da relevância que esse tipo de vitimização alcançou nos últimos anos. Em geral, as classificações variam seja por seguirem padrões médico-sanitários internacionais ou então por se utilizarem de categorias jurídico-penais. « Óbitos por violência » constituem, assim, um subconjunto dos « óbitos por causas externas », característico da classificação médico-sanitária; « Vítimas de Homicídios » ou simplesmente « Homicídios », a classificação correspondente num registro médico-penal e policial. Não são classificações intercambiáveis, mas já indicam duas inflexões distintas: uma que enfatiza a « violência » como *causa mortis*, outra que enfatiza o « homicídio », que nesse contexto tem a figura jurídico-penal e policial da *criminação*. A mistura desses dois tipos de classificação, em diferentes graus, constitui a matriz da variedade classificatória, como também indica, na representação social, a associação privilegiada entre a noção de violência e a noção de crime.

A contagem do número de óbitos por violência ou homicídio no Rio de Janeiro, segundo classificações mais genéricas ou mais detalhadas remontam ao final do século passado. Para os propósitos deste trabalho, reunimos duas séries de dados, produzidos entre 1950 e 1998, agregados de acordo com as categorias utilizadas nessas contabilidades oficiais. Uma primeira série representa o volume de óbitos classificados como tendo sido provocados por « causas externas », isto é, « acidentes, envenenamentos ou violência », que na classificação internacional recebeu o código « E-800/E-999 » e fornece a série 1950/1974.[83] Ela compreende todas as mortes que não foram provocadas por doenças. Outra série de « causas externas » passou a ser adotada desde 1976, pelo Ministério da Saúde (Sistema de Informação sobre Mortalidade), com base nas declarações de óbito, e segue a mesma Classificação Internacional de Doenças, adotada antes na primeira série, aumentada e revisada (9a. e 10as. revisões). No Brasil, no entanto, o preenchimento das declarações de óbito em hospitais e institutos médico-legais muitas vezes é excessivamente omissa e não permite a contabilização dos tipos diferentes de mortes por « causas externas », deixando muitas dúvidas quanto à classificação, por exemplo, entre « homicídio », « acidente de trânsito » ou « suicídio ». Um atropelamento, por exemplo, pode ser classificado em qualquer um dos três tipos,

[83] Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID) adotada em 1948 e revista até 1974 (6a. à 8a. revisão).

dependendo de informações da perícia policial e da tomada de depoimento de testemunhas. Nem sempre a definição médico-legal é suficiente para determinar se cabe ou não criminação do tipo de óbito ocorrido e nem sempre já existe uma definição policial-judiciária quando a declaração de óbito precisa ser lavrada, por exigência legal, para o sepultamento da vítima. Além disso, os médicos evitam se expor a processo legal ou retaliações por êrro na determinação da causa da morte (ainda que essa pareça muito evidente) [84]. Tudo isso diminui a qualidade da informação sobre a mortalidade por homicídios, mas demonstra suficientemente o quanto a *criminação* de um evento/drama não é sempre evidente, mas o resultado de um complexo processo social. O gráfico abaixo reúne as duas séries históricas:

[84] Cf. Souza, Njaine e Minayo (1996). Como essas autoras observam, o problema é que os dados fornecidos nas declarações de óbitos, inclusive pelo IML do Rio, não distinguem com rigor homicídios intencionais de óbitos por acidentes e suicídios. O que na primeira série era apenas classificado pelos códigos E-980 a E-999, sob a denominação geral « homicídios e traumatismos devidos a operação de guerra », e distinguidos de óbitos por acidentes de trânsito (E-810/E-835), de todos os outros acidentes (E-800, E-802, E-840 e E-956), de suicídios (E-970 e E-979), na segunda série passa também a especificar sub-grupos específicos: E-980/E-989: óbitos que se ignora se acidental ou intencionalmente infligidos; E-985: Óbitos por meio de arma de fogo que se ignora se acidental ou intencionalmente infligidos; E-988.9: Óbitos por meios não especificados que se ignora se acidental ou intencionalmente infligidos.

Gráfico 1

Fonte: Primeira série : Série do Distrito Federal, in Anuários Estatísticos do Distrito Federal, 1953 e 1955; Série do Estado da Guanabara, in SES-RJ, « Óbitos do antigo Estado da Guanabara - 1957/1974 », Rio, 1978; Série do antigo Estado do Rio de Janeiro, in Anuários do Serviço de Estatística de Saúde, 1965, 1966-67, 1968, 1969-70, 1971. Segunda Série : os dados posteriores a 1979 foram contabilizados pela Secretaria de Estado da Saúde-RJ e Datasus-SIM, 1998. Os cálculos, tabulação e crítica dos dados são de minha responsabilidade.

A primeira série (1950/1974) desagrega os óbitos por causas externas em quatro tipos: homicídios; acidentes de trânsito; outros acidentes; e suicídio. Na segunda série (1979/1998), essa classificação é mantida e especificada, mas os problemas, como observamos, se agravaram, principalmente no caso do IML do Rio, que não distingue sempre todos os óbitos segundo a classificação dos diferentes tipos de violência, mas

segundo causas clínicas. Além disso, no período 1963-1978, a desagregação dos dados por tipos de óbitos por causa externa da Secretaria de Estado da Saúde (primeiro da Guanabara, depois do novo Estado do Rio) é praticamente abandonada, e substituida por dados clínicos (óbitos por traumatismos, etc.) Apesar disso, e como há continuidades importantes, reunimos as duas séries com a série do IML (para os anos 1969-1977, não cobertos pelas duas séries bioestatísticas), exceto os anos que não permitiram a desagregação em acidentes de trânsito, homicídios e outras « causas violentas » de óbito (gráfico 2):

Gráfico 2

Fontes: Serviço Federal de Bioestatística (1950-1962); Secretaria de Estado de Saúde, 'Óbitos do Antigo Estado da Guanabara (1957/1974); Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto, Relatórios dos anos 1969-1977; Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Mortalidade-Datasus (1979-98).

O crescimento dos óbitos por causas externas em relação à totalidade dos óbitos registrados no município do Rio de Janeiro (ex-Distrito Federal e ex-Estado da Guanabara), é constante na primeira série: em 1974, o último ano dessa série, sua taxa dobrou em relação a 1950, o primeiro ano da série. O principal responsável por esse

crescimento, entre 1950 e 1962, foi o aumento de « acidentes », de todos os acidentes e dos acidentes com veículos a motor. Como se trata do mesmo período em que se instalaram as fábricas de automóveis, que assinala um extraordinário incremento do mercado interno de automóveis, ônibus e caminhões, bem como da expansão da rede rodoviária, e como também se trata de um período de forte industrialização e incremento da construção civil, atribui-se geralmente ao incremento das máquinas, das obras e dos carros o aumento correspondente de acidentes. Não é o caso, aqui, de se fazer a crítica desse argumento, já que seria preciso demonstrar que a taxa *já era alta*, proporcionalmente, em relação a outras regiões com o mesmo grau de desenvolvimento, o que foge ao escopo deste trabalho. No entanto, tende-se a subestimar o quanto parte ponderável desses *acidentes* poderiam ter sido interpretados como crimes culposos.

Em compensação, pelo menos entre 1970 e 1974, fica evidente que o incremento dos óbitos por causas externas é atribuído, pelo Instituto Médico-Legal (IML), aos « homicídios », na sua maior parte por arma de fogo.[85] Em 1970, a taxa de homicídios é cerca de três vezes maior que a taxa de homicídios em 1950, e o dobro da taxa do ano anterior, 1969. No entanto, na segunda série das « causas exógenas », também com dados do IML, as maiores taxas de óbitos por causas externas continuam a ser por acidentes, especialmente por acidentes com veículos, cujas taxas praticamente dobram entre 1962 e 1971. Uma nova categoria de classificação, inexistente na primeira série bioestatística, aparece na série do IML, a de « mortes suspeitas », isto é, óbitos de que não se sabe de sua « causa jurídica » (suicídio, homicídio doloso ou culposo ou acidente) e representa também um significativo fator para o incremento das taxas de óbitos por causas externas no período.

A partir de 1979, quando começa a terceira série bioestatística, a cargo do Ministério da Saúde/Datasus, as taxas de homicídios praticamente encostam nas taxas de óbitos por acidentes com veículos automotores e, se somadas, nos anos seguintes, às taxas de óbitos provocados por arma de fogo, mas que se ignora se acidentais ou intencionais, as ultrapassa crescentemente, tornando-se o principal fator de incremento das taxas de óbitos por causas externas até hoje.

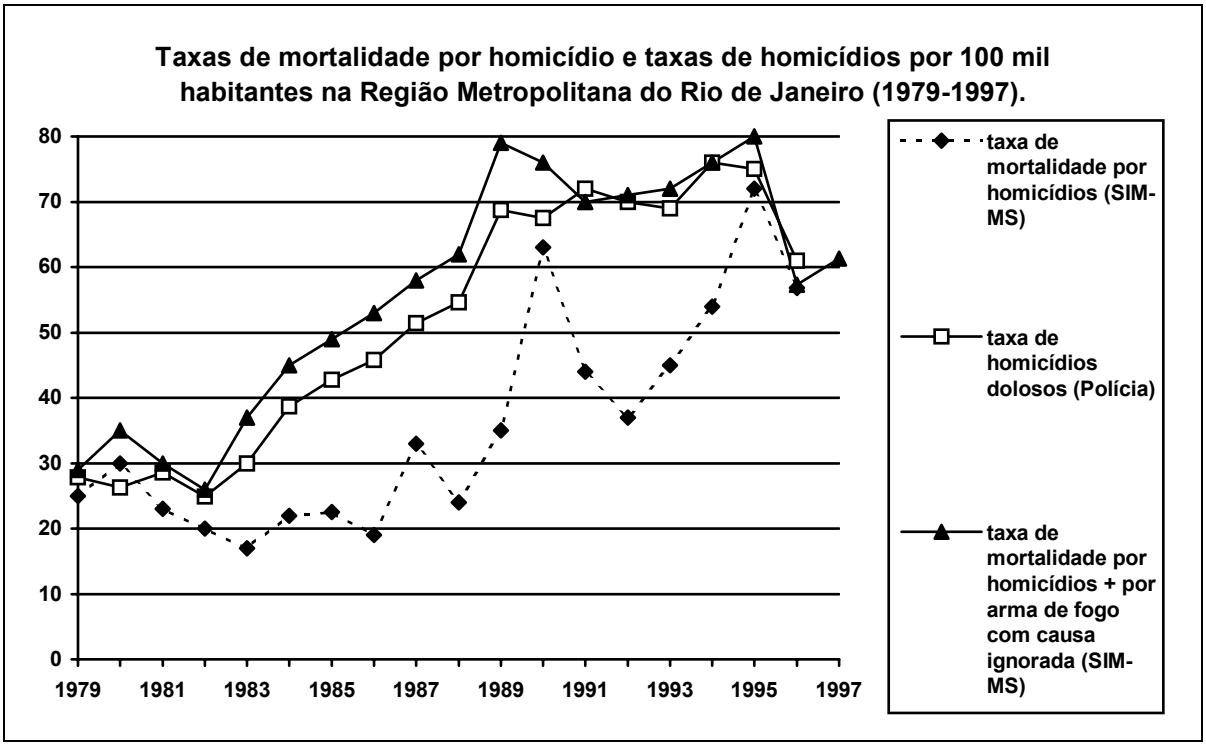
Na Região Metropolitana, excetuado o Rio de Janeiro, as curvas são semelhantes às do Rio, embora os percentuais dos óbitos por causas externas sobre o total de óbitos sejam inferiores aos do Rio entre 1960-1967 e superiores aos do Rio a partir de 1979,

[85] Em 1971, 54% dos homicidios « por crime », segundo o boletim do IML, foram praticados por arma de fogo.

faltando dados para os outros anos. Em taxas por 100 mil habitantes, os óbitos por causas externas são sempre maiores no Rio que na Região Metropolitana e as curvas, antes de 1979, não seguem um mesmo padrão, como se verifica a partir de 1979. Tanto no Rio de Janeiro quanto na Região Metropolitana, as taxas de suicídio declinam quando aumentam as taxas de homicídio: antes de 1964, elas superam largamente as taxas de homicídio. Declinam a partir de 1959, praticamente empatam em 1961 e são sobrepujadas crescentemente pelas taxas de homicídios desde então.

Os registros policiais de ocorrências de homicídios dolosos no Rio de Janeiro entre 1979 e 1995 permitem a comparação com o número de óbitos registrados como homicídio pelo IML e Secretaria estadual de Saúde para a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, modificações na classificação dos óbitos, desde 1979, impedem que uma única categoria seja considerada satisfatória. Os óbitos registrados como « homicídios » não parecem cobrir todos os óbitos praticados com arma de fogo mas com causa ignorada ou que não se sabe se intencionalmente produzidos. A soma dos dois tipos parece conveniente, por falta de outra alternativa, como sugerem Souza, Njaine e Minayo (1996). No gráfico 3 apresentamos as duas alternativas em taxas por 100 mil habitantes para a região metropolitana do Rio de Janeiro, comparados com os dados policiais:

Gráfico 3



Fontes: Ministério da Saúde, SIM/Datasus e Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
Nota: a partir de 1991, nas estatísticas policiais, passa-se também a contabilizar vítimas de homicídios dolosos, o que permitiu - no gráfico - sua utilização a partir daquele ano, em lugar dos registros. A diferença média entre registros e vítimas, segundo Soares et al (1996) é de cerca de 8%.

Apenas a partir de 1991, a polícia passa a informar, em cada registro de ocorrência de homicídio doloso, o número de vítimas, o que nos permite melhor comparar as estatísticas policiais de vítimas com os registros de ocorrências nos últimos sete anos na cidade do Rio de Janeiro, em taxas por 100 mil habitantes (Tabela 1) :

Tabela 1

	Homicídios dolosos (registros)	Homicídios dolosos (vítimas)	Tentativas de Homicídio (registros)	Tentativas de Homicídio (vítimas)	Homicídios culposos (registros)	Homicídios culposos (vítimas)
1991	60,7	63,3	11,1	11,9	20,0	21,3
1992	60,7	64,5	9,3			
1993	67,8	69,4				
1994	74,1	75,7				
1995	67,6	67,6	11,9		18,9	
1996		55,5				
1997	46,6	51,2	13,1		22,0	

Fontes: Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

LUGAR DO CRIME: onde ocorrem os homicídios?

Antes de 1990, havia muitas diferenças entre os registros de homicídios dolosos feitos pela polícia e os registros de vítimas de homicídios dolosos feitos pelo IML e pelos serviços bioestatísticas de mortalidade, assim como entre esses dois últimos. É evidente que as unidades são diferentes: « ocorrências » registradas pela polícia unificam num mesmo registro uma, duas ou mais vítimas, computadas enquanto tais pelo IML e pelos órgãos bioestatísticos. No entanto, essa diferença de unidades de análise não parece ser suficiente para explicar a diferença variável das curvas. Soares et al (1996), analisando boletins de ocorrência por homicídio doloso no ano de 1992, observaram que ela nunca ultrapassava 10%. Como não existem dados comuns às duas séries em todos os anos, decidi reunir os dados sobre os anos em que existiam dados, seja da série policial, seja da série bioestatística, seja de ambas, que permitiam analisar a distribuição dos homicídios por zonas de ocorrência ou de registro policial, no período mais largo possível. Dois problemas devem também ser considerados: uma parte significativa dos óbitos (entre 38 a 45%) ocorreu em hospitais e o bairro do hospital (e não o « local do crime ») é que figura nas estatísticas como « bairro de ocorrência » do homicídio. Transformar os números absolutos em taxas por *n* habitantes do bairro de ocorrência implicaria desconhecer a diferença entre população residente e população em trânsito ou que trabalha naquele bairro mas nele não reside, bem como a diferença entre local de residência da vítima e local de ocorrência do homicídio. Bairros como o Centro, Penha, Lagoa,Vila Isabel, que possuem hospitais públicos de grande porte, especializados em atendimentos de urgência cirúrgica, e grande população em trânsito, são um exemplo da dificuldade encontrada. Cruzando-se os dados sobre bairro de ocorrência e local de ocorrência, bem como sobre bairro de residência da vítima e bairro de ocorrência do homicídio em hospital pode-se avaliar, apenas aproximativamente, a margem de erro para cada bairro.[86] Diante da dificuldade, e considerando como provável (exceto no caso das transferências de feridos para hospitais públicos especializados do Centro da cidade) que a vítima é encaminhada ao hospital mais

[86] Não é possível a tabulação dos dados do Datasus cruzando bairro de ocorrência com bairro de residência de cada vítima. Apenas aproximativamente, pode-se concluir que os bairros com maior volume de óbitos por homicídio ou lesões por arma de fogo *ocorridas em hospital* e com *não-residentes* foram o Centro (Hospital Souza Aguiar), a Penha (Hospital Getúlio Vargas, que atende também à Baixada),

próximo, geralmente - mas não necessariamente - no mesmo bairro ou bairro próximo à ocorrência; e que se poderia trabalhar com números absolutos e não com taxas, desde que se avaliasse a curva da sua população residente, embora não pudesse também compará-la ao incremento da atividade econômica no bairro (por falta de dados consistentes sobre absorção de força-de-trabalho por bairro), decidi apresentar os dados comparados, agrupando bairros por « zonas homogêneas ». Decidi também não utilizar taxas por 100 mil habitantes devido à não-coincidência, em algumas zonas importantes (zonas da Central e da Leopoldina, principalmente), entre a área abarcada pelas regiões administrativas (para as quais existem estimativas da população residente) e a área abarcada pelas delegacias distritais. A distribuição das delegacias por grupos ou zonas de bairros seguiu o seguinte critério, que levou em conta desmembramentos e a criação de novas delegacias no período :

Zonas (grupos de bairros)	Delegacias abarcadas :
Centro	1a. (Pça Mauá), 2a. (Saúde), 3a. (Castelo), 4a. (Pça. República), 5ª. (Mem de Sá), 6a. (Cidade Nova), 7a. (Santa Tereza) e 8a. DP (Rio Comprido, até 1986).
Zona Sul	9a. (Flamengo), 10a. (Botafogo), 12a. (Copacabana), 13a. (Ipanema), 14a. (Leblon), 15a. (Gávea).
Zona Norte	17a. (São Cristóvão), 18a. (Pça. Bandeira, inclusive Rio Comprido, desde 1986), 19a. (Tijuca), 20a. (Vila Isabel/Grajaú).
Zona da Leopoldina	21a. (Bonsucesso), 22a. (Penha), 27a. (Vicente de Carvalho), 38a. (Irajá).
Zona da Central	23a. (Méier), 24a. (Piedade), 25a. (Inhaúma/Engenho Novo), 26a. (Todos os Santos/Encantado), 28a. (Campinho/Madureira), 29a. (Magno) e 30a. (Marechal Hermes).
Zona Oeste-Sul	16a. (Barra da Tijuca) e 32a. (Jacarepaguá).
Zona Oeste-Norte	31a. (Ricardo de Albuquerque), 33a. (Realengo), 34a. (Bangu), 35a. (Campo Grande) e 36a. (Santa Cruz).
Anchieta e Pavuna	39a. (Pavuna) e 40a. (Honório Gurgel).
Ilha	37a. (Ilha do Governador).

Uma análise preliminar permitirá, ao menos, estabelecer algumas conclusões gerais. A série policial cobre 12 anos, entre 1971 e 1995, com alguns anos falhos, e os registros de homicídios dolosos estão distribuidos por delegacias distritais, que não correspondem exatamente à circunscrição de cada região administrativa; a série do Datasus cobre todos os anos entre 1979 e 1997, refere-se ao número de vítimas (e não de registro de ocorrências), distribuídas segundo a região administrativa onde se deu o óbito, inclusive o hospitalar, e não às circunscrições das delegacias distritais[87]. Ao

Campo Grande (Hospital de Campo Grande), a Lagoa (Hospital da Lagoa) e Vila Isabel (Hospital Pedro Ernesto e Hospital do Andaraí).

[87] Embora pudéssemos tentar uma compatibilização aproximada entre as áreas urbanas cobertas pelas delegacias e as cobertas pelas regiões administrativas, como fez Coelho (1976), preferimos não fazê-lo em virtude de as áreas resultantes terminarem por ser muito abrangentes e ainda menos elucidativas.

menos algumas tendencias gerais poderão ser encontradas, apesar dos problemas a que me referí. As duas séries são apresentadas, separadamente, por grupos de bairros, nos gráficos 4 e 5:

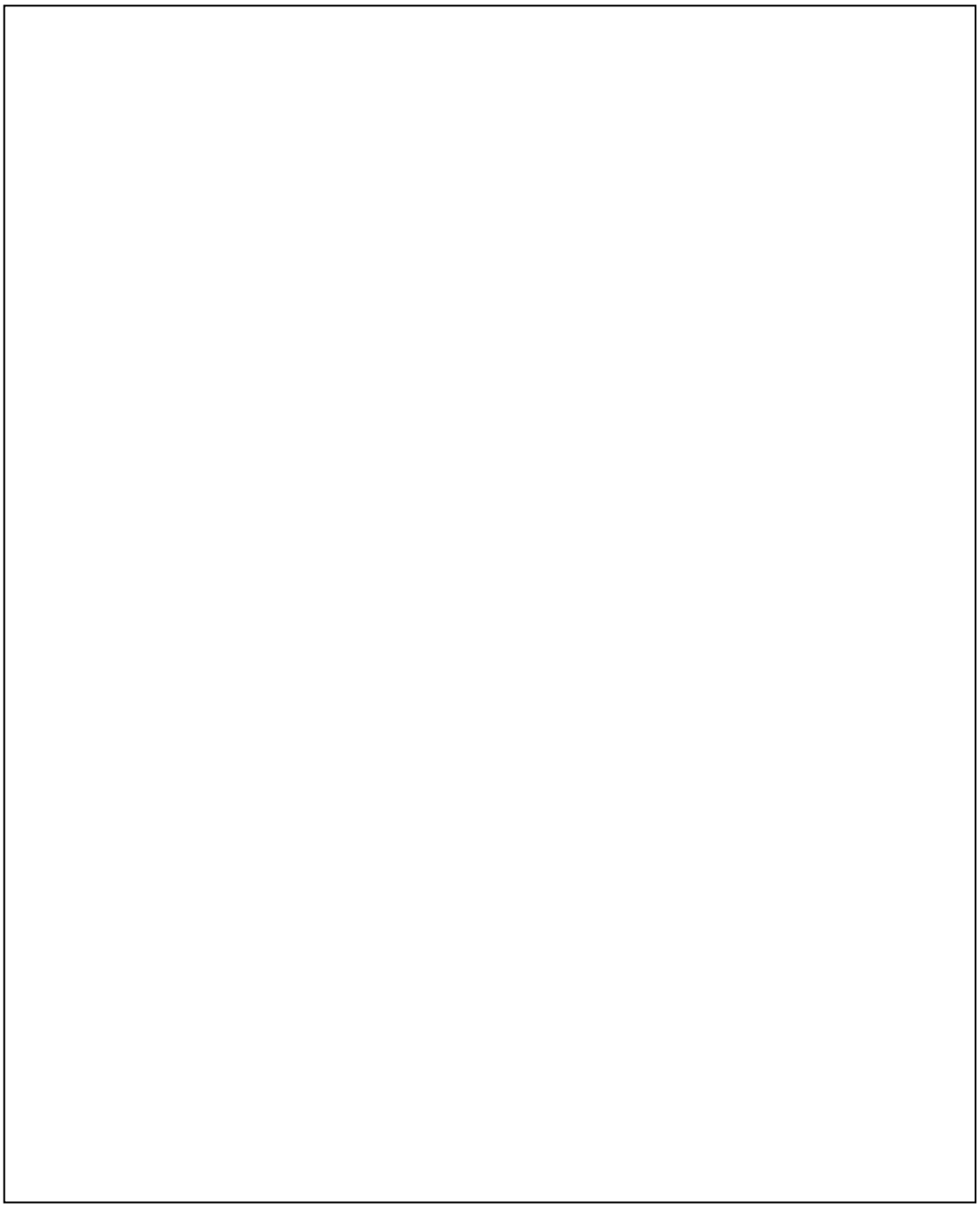


Gráfico 4

Fontes: Anuários Estatísticos do Estado da Guanabara (1971-1973); Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (1977-1995).

Segundo a série policial, as duas zonas onde ocorreram maior número de registros de homicídios dolosos no Rio desde 1971 e até 1995 foram a da Central do Brasil e a da Leopoldina, seguidas pela Zona Oeste-Norte e Zona Norte, praticamente empatadas durante toda a série e apenas superadas, em 1989 e somente neste ano, pela Zona Oeste-Sul. Esta e a Zona Sul foram as áreas onde ocorreram o menor registro de homicídios na cidade, entre 1971 e 1981; a Zona Sul manteve-se nessa posição até 1995, mas a Zona Oeste sul apresenta crescimento dos registros desde 1987. O gráfico 5 apresenta o número de vítimas de homicídios e lesões provocadas por armas de fogo, que não se sabe se acidentais ou intencionais, contabilizado pelo Datasus a partir de 1979, segundo zonas da cidade que agregam as regiões administrativas correspondentes (mas com áreas não equivalentes). A agregação das regiões administrativas por zonas da cidade seguiu o seguinte critério:

Zonas do gráfico	Regiões Administrativas do Rio de Janeiro
Centro	I – Portuária; II – Centro; III – Rio Comprido; XXIII – Santa Tereza
Zona Norte	VII – S.Cristóvão; VIII- Tijuca; IX – Vila Isabel
Zona Sul	IV- Botafogo; V- Copacabana; VI - Lagoa
Zona da Central	XII – Méier; XIII- Engenho Novo; XV-Madureira
Zona da Leopoldina	X-Ramos; XI-Penha; XIV-Irajá; XXVIII – Jacarezinho; XXIX – Alemão; XXX - Maré
Zona Oeste Norte	XVII-Bangu; XVIII-Campo Grande; XIX-S.Cruz; XXVI - Guaratiba
Zona Oeste Sul	XVI – Jacarepaguá; XXIV-Barra da Tijuca; XXVII - Rocinha
Anchieta e Pavuna	XXII – Anchieta; XXV – Pavuna
Não incluídas no gráfico	XX – Ilha do Governador; XXI - Paquetá

Gráfico 5

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade, DATASUS, Ministério da Saúde, 1999.

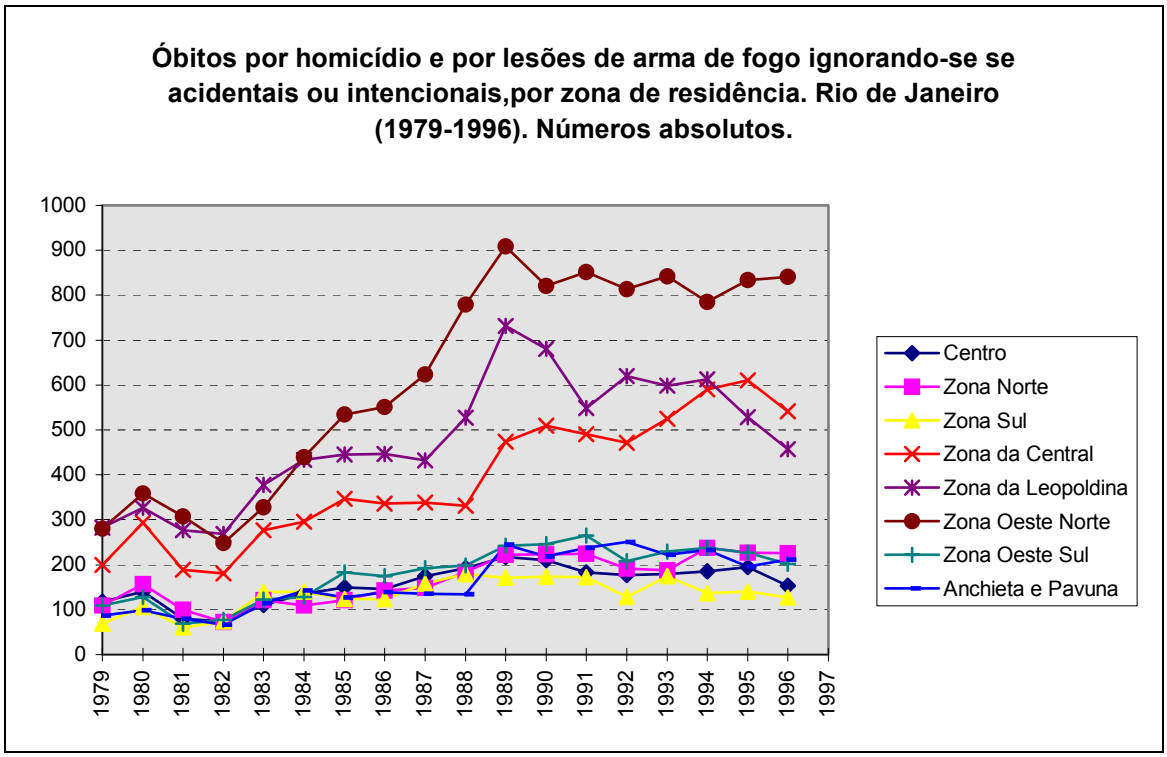
Pelos dados do DATASUS, o maior número de homicídios na cidade, até 1987, ocorria na Zona da Leopoldina, secundada pela Zona Oeste Norte. Esta passa, a partir de 1988, para a primeira posição, ficando a Leopoldina em segundo lugar até 1995, quando é superada pela zona da Central. A Zona Sul aparece disputando o último lugar em homicídios com a Zona Norte e a Zona Oeste sul até 1983. A partir de 1984, a curva de homicídios da Zona Oeste Sul aumenta relativamente e, a partir de 1989, também a Zona Norte apresenta aumento continuado, consolidando a última posição para a Zona Sul até 1996. Em 1997, a Zona Norte substitui a Zona Sul na última posição.

Como se pode interpretar os dois gráficos? Em primeiro lugar, é importante assinalar que em ambos o volume de homicídios *cresce em todos os bairros* e em nenhum apresenta declínio continuado. Mesmo bairros que apresentaram queda na população residente, como os do Centro e da Zona Sul, apresentam curvas crescentes de homicídios até 1995 (provavelmente por interveniência dos óbitos hospitalares). A posição quase sempre predominante da Zona da Leopoldina pode ser atenuada levando-se em conta sua maior população relativa e a presença, na região, de um grande hospital público especializado em cirurgias de emergência (Hospital Getúlio Vargas), que atende também aos municípios próximos da Baixada fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti).[88]

Outra conclusão é a posição da Zona Oeste-Norte, que nos registros da Polícia comparece em posição bem inferior do que nos registros do Datasus, onde aparece como a área de maior número absoluto de homicídios na cidade a partir de 1987. Mesmo levando-se em conta a diferença de unidades, registros e vítimas, e a não coincidência completa entre os limites das delegacias e os limites das regiões administrativas, não encontrei uma explicação suficiente para tamanha diferença, ainda mais se levarmos em conta que a maioria dos óbitos por homicídio no Rio de Janeiro é também de residentes da Zona Oeste-Norte. O gráfico 6 apresenta a evolução dos óbitos na série do Datasus segundo a região de residência da vítima :

[88] Realmente, após comparar esses dados com a distribuição de homicídios não ocorridos em hospitais por grupos de bairros da cidade, pude constatar apenas uma inversão importante: a Zona Oeste-Norte passa para a primeira posição desde 1979, ficando a Leopoldina em segundo lugar desde então.

Gráfico 6



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Mortalidade-DATASUS, 1998.

Os gráficos policial e do Datasus não coincidem sequer no caso da Zona da Central, que aparece disputando o primeiro lugar em homicídios com a Leopoldina, no gráfico policial, enquanto nos gráficos (de ocorrência e de residência) do Datasus ambas as zonas são superadas amplamente pela Zona Oeste-Norte. A região que apresentou maior crescimento demográfico no período analisado, a Zona Oeste-Norte, foi também a que apresentou, no mesmo período, as maiores taxas de crescimento e os maiores

índices de homicídios e óbitos por lesões provocadas por arma de fogo, acidentais ou intencionais.

Os homicídios dolosos e as vítimas de homicídios e de lesões por arma de fogo, ignorando-se se intencionais ou não, uma das modalidades de criminação mais graves na percepção social, não são ainda séria e suficientemente contabilizados nem pela Polícia, nem pelos órgãos públicos de saúde, mesmo se deixamos de lado os cemitérios clandestinos e as vítimas com identidade desconhecida. Sabe-se mais sobre as taxas de inflação semanais da cidade do que sobre as vítimas de homicídios, o seu bairro de residência, o lugar do crime, seu perfil social e circunstâncias típicas que cercam esses homicídios. O que dizer das demais criminações ?

2. A criminação no Rio de Janeiro (1942-1997)

Quando cursos de ação são definidos, nos registros oficiais, como crimes, delitos ou contravenções, o processo social de criminação ganha a esfera pública; retorna, por assim dizer, à letra da lei. As estatísticas oficiais de ocorrências criminais na cidade, feitas pela polícia, remontam à República Velha, mas foram interrompidas por várias décadas. Neder et al, (1981), Adamo (1983), Bretas (1988, 1991, 1997) e Menezes (1996) citam geralmente as mesmas fontes:[89] a série produzida no Anuário Estatístico da Polícia da Capital federal (1907-1913 e 1915-1918) e a série publicada nos relatórios do DFSP, de 1907 a 1913 e de 1926 a 1929. Não consta existirem novas séries estatísticas policiais comparáveis nas décadas seguintes, até os anos 70.

Entre 1942 e 1970, existem apenas as estatísticas do SEDMP[90] (com exceção do período 1941-1945, quando o DFSP[91] publicou também algumas estatísticas, assim mesmo incompletas). As únicas estatísticas policiais aparentemente publicadas no período referem-se, entre 1949 e 1962, às prisões efetuadas pela « Polícia de Vigilância » (também chamada, nos anos cinquenta, de « rádio-patrulha ») e entre 1970 e 1975, à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (e não a da Guanabara). Esta segue os mesmos critérios da antiga Polícia de Vigilância (prisões e detenções por tipo

[89] Adamo (1983) se equivoca ao classificar como « estatísticas policiais », em algumas de suas tabelas comparativas, os dados de inquéritos tombados no judiciário e que fazem parte da série do S.E.M.P.D. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Esses dados não pertencem à série das estatísticas oficiais da polícia.

[90] SEDMP = Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

de infração), mas não são absolutamente representativas do volume de ocorrências registradas em todas as delegacias distritais no mesmo período.[92]

Apenas em 1970 reaparecem as estatísticas baseadas nas delegacias, interrompidas em 1930, mas duram apenas até 1974[93]. Em 1975-1976, durante o período da fusão entre Guanabara e Estado do Rio, as estatísticas são muito resumidas quando não incompletas e não desagregam os dados para o Rio de Janeiro (agora Capital do Estado do Rio de Janeiro, após a fusão). Os dados estão agregados apenas para a região metropolitana, o interior e todo o Estado. Somente em 1977 as estatísticas reaparecem na Polícia Civil, e também na Polícia Militar do novo Estado, muito melhor organizadas, numa série que dura até 1979. Entre 1980 e 1984, as séries estatísticas são resumidas aos « principais » delitos e uma nova série é organizada, a partir de 1985, em bases bem mais razoáveis, que dura até agora. A partir de 1991, passou-se a contabilizar também as vítimas por registro de ocorrência.

A década inicial do Estado da Guanabara, não coberta por estatísticas policiais e cujas estatísticas judiciais apresentam evidente desorganização e declínio (1960-1970)[94] pareceu-me exigir algum tratamento. Por falta de outra opção, decidi trabalhar com o noticiário jornalístico de crimes, sabendo que este é uma seleção (e não uma amostra representativa) das ocorrências registradas pela polícia, uma amostra seletiva e contaminada pelo interesse jornalístico, retirada de outra seleção social da criminação, a produzida pela polícia.[95] Ainda assim, pareceu-me melhor contar com ele do que com nada. Selecionei o diário « O Dia » como referência principal do noticiário, em razão da maior especialização desse periódico em notícias criminais sobre o Rio de Janeiro, se

---

[91] DFSP = Departamento Federal de Segurança Pública, do antigo Distrito Federal.

[92] Donnici se equivoca ao utilizar os dados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, antes da fusão (1971-1975), como se valessem também para a cidade do Rio, então Estado da Guanabara (Donnici, 1976, p.213-214).

[93] Essa série, da Polícia Judiciária, foi analisada em Coelho (1976). Utilizei dessa série apenas os dados publicados no Anuário Estatístico da Guanabara (1971-1973). Localizei estatísticas esparsas, não-sistemáticas, referentes à década de 60, nos « Boletins (diários) da Polícia do Rio de Janeiro », arquivados na Biblioteca da Academia de Polícia « Silvio Terra », mas não foi possível utilizá-las como uma série.

[94] Rubens Porto, diretor do Serviço durante a maior parte da série, afirma na introdução ao volume referente ao ano de 1962 que o aumento no número de homicídios naquele ano, em comparação com os três anos anteriores, deveu-se a « modificação operada no processo de coleta », que passou a ser feito diretamente nos Tribunais de Júri, « abandonando o levantamento dos dados pelo boletim individual, em virtude do grande atraso da sua remessa a esse Serviço ». O registro de apenas 9 homicídios dolosos em toda a cidade do Rio de Janeiro durante todo o ano de 1959 e de 19 em 1960 levou o próprio diretor a desconfiar de sua base de dados...

[95] Utilizei também, em alguns anos, o jornal « Última Hora ». O interesse da amostra jornalística não é pequeno, se considerarmos sua *representatividade qualitativa*, que a faz, inclusive, participar da construção social da criminação-incriminação através da seleção do que seja odioso, cruento, ou do que seja trágico. Em todos os casos, a imprensa participa diretamente da construção da sujeição criminal, ao eleger, muitas vezes nomear, e quase sempre selecionar os bandidos que devem ser destacados.

comparado com outros periódicos também interessados em notícias criminais, como « Luta Democrática », que visava principalmente a Baixada fluminense, e « Gazeta de Notícias », de menor porte e abrangência que « O Dia ».[96] Coletei, em 1998, com a ajuda de toda uma turma de alunos, dados sistemáticos referentes apenas aos crimes representados como mais graves (homicídios dolosos, latrocínios, roubos ou assaltos, e estupros), completados por notícias referentes a « uso ou tráfico de entorpecentes » e outras informações relevantes (prisões efetuadas em « batidas » em favelas e outras áreas consideradas « perigosas », notícias sobre crimes cometidos por grupos de extermínio, reclamações ou notícias sobre arbitrariedades policiais, etc.). A análise de parte desse material será apresentada no próximo capítulo e nos demais.

Com o fim de avaliar a consistência dos dados entre as várias séries estatísticas sobre crimes na cidade do Rio de Janeiro, selecionei dois tipos agregados de delitos que são geralmente adotados nas classificações policiais e judiciais e considerados como os mais importantes: « crimes contra a pessoa » (homicídios dolosos e culposos, tentativas de homicídios e lesões corporais dolosas ou culposas); e « crimes contra o patrimônio » (roubo e furto em geral, inclusive latrocínio, roubo e furto de veículos, receptação e estelionato). A tabela 2 compara os resultados obtidos, ano a ano, em taxas por cem mil habitantes:

	Crimes contra a Pessoa				**Crimes contra o Patrimônio**			
Anos	Vigilância*	Polícia Civil	Pol. Militar+	Judiciário	Vigilância*	Polícia Civil	Pol. Militar+	Judiciário
1942	108,6			180,6	49,5	93,1		32,8
1943	82,7			228,1	35,0	173,7		53,4

[96] Fiz, com a colaboração de alunos, um estudo piloto comparativo quanto à escolha do periódico num ano em que todos os periódicos do Rio já tratavam regularmente de assuntos criminais (1995), mesmo aqueles, como o « Jornal do Brasil » e « O Globo » que tradicionalmente dedicavam pouca atenção ao assunto nas décadas anteriores. Concluí que « O Dia » ainda era o que melhor retratava o cotidiano de « faits divers » e crimes na cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, acrescentei informações de outros diários, como « Última Hora », « Jornal do Brasil » e « O Globo », bem como de livros-reportagens publicados por jornalistas de cada época.

1944	69,5			258,4	35,1	171,0		53,2
1945	52,3	335,8 (**)		222,8	26,7	89,9 (**)		49,2
1946				239,1				44,4
1947				265,9				54,3
1948				361,7				67,5
1949	61,0			452,5	29,8			77,3
1950	54,7			382,5	27,5			70,6
1951	55,1			409,2	27,1			72,2
1952	58,5			389,4	28,9			78,0
1953	42,9			340,0	27,2			78,9
1954	40,4			338,0	27,7			91,8
1955	44,9			375,0	28,6			139,2
1956	36,7			236,2	29,6			82,7
1957	33,3			265,2	21,1			87,4
1958	24,1			347,0	17,9			122,3
1959	24,5			284,3	17,8			125,2
1960	23,7			186,8	15,9			58,0
1961	20,3			178,1	9,9			65,0
1962	20,2			189,5	7,6			83,1
1963				180,9				83,2
1964				166,0				83,4
1965				166,7				92,3
1966				154,4				94,6
1967				143,1				72,5
1968				159,1				75,5
1969				168,8				72,4
1970				123,0 (#)				54,3 (#)
1971(***)		536,8				540,1		
1972(***)		564,7				538,3		
1973(***)		587,6				628,4		
1974								
1975								
1976								
1977		562,4				852,7		
1978		570,9				846,8		
1979		715,9	168,8			1207,3	197,0	
1980		648,7	169,9			1299,9	169,5	
1981		654,8	169,7			1145,8	166,5	
1982			221,3				161,7	
1983			279,2				245,1	
1984		599,2	287,1			1158,2	307,4	
1985		709,0	323,1			1550,7	362,2	
1986		745,4	339,4			1599,4	327,6	
1987		663,1	303,9			1533,1	316,3	
1988		672,9	274,8			1758,6	332,7	
1989		686,5	237,8			1734,4	325,3	
1990		641,1	191,8			1541,5	173,9	
1991		691,8	210,8			1515,0	247,6	
1992		600,6	187,4			1644,7	199,4	
1993		630,9	172,3			1492,9	198,5	
1994			167,0				154,6	
1995		577,5				1281,2		
1996								
1997		720,8				1488,0		
1998								

(*) Refere-se a prisões efetuadas e não a ocorrências registradas. (**) Refere-se a ocorrências em que houve indiciados.
(***) Na coluna da Polícia Civil, a taxa é uma estimativa que só inclui a Delegacia de Homicídios quando seus números são superiores aos das delegacias distritais. Nesse caso, subtrai um do outro e somei o resultado com o total das delegacias distritais, incluindo latrocínios. (#) Dados publicados como incompletos. (+) Os dados da PM, desagregados apenas para o Rio, compreendem a soma apenas das rubricas: homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais e encontro de cadáver (crimes contra a pessoa) e roubo, furto, e roubo ou furto de veículos (crimes contra o patrimônio).

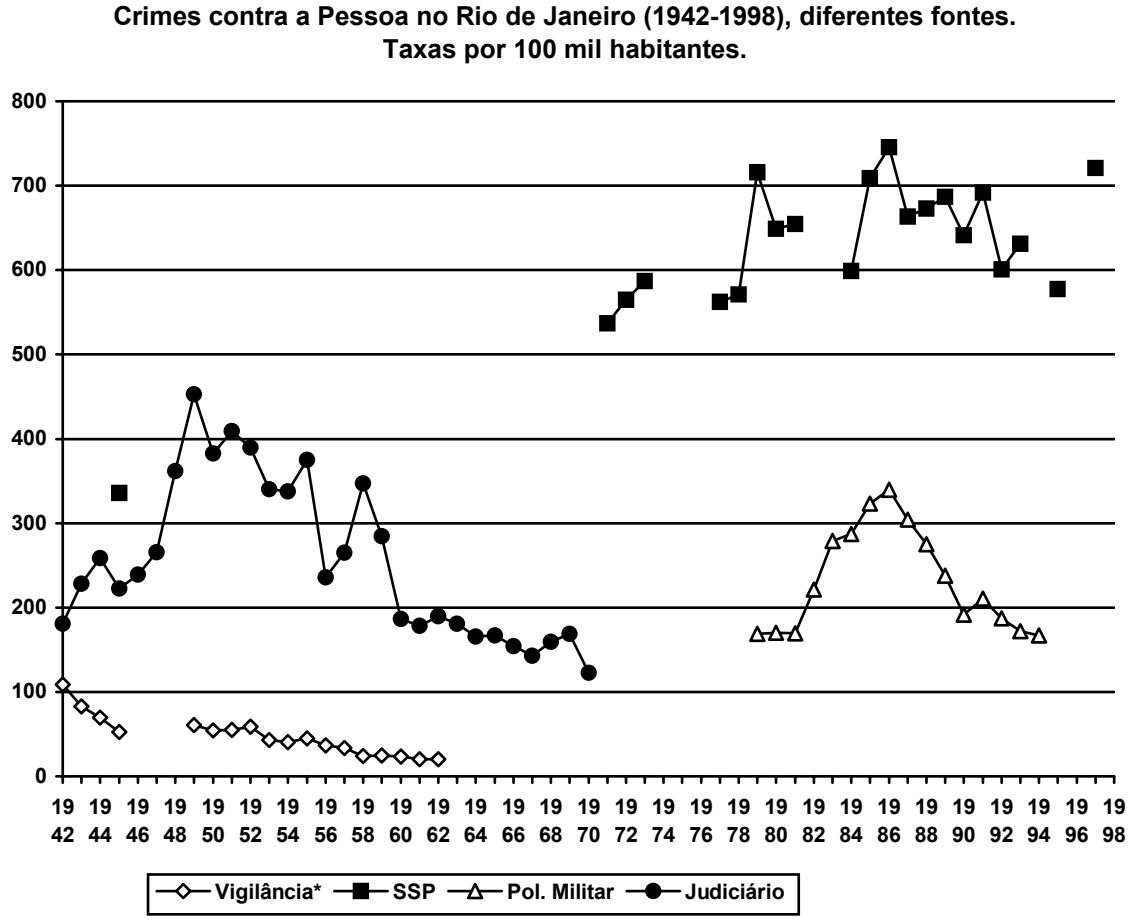
Os dados de prisões efetuadas pela Polícia de Vigilância são decrescentes quando os dados do judiciário são crescentes, o que demonstra não apenas que a estatística oficial da Vigilância não representa o volume do processo de criminação na

cidade, como também que se trata de um órgão basicamente repressivo cujas funções estavam sendo gradualmente substituídas - principalmente após o Estado Novo - pelas delegacias distritais e delegacias especializadas.

Os dados produzidos pela Polícia Judiciária, a partir de 1970, parecem relativamente consistentes na série que se estende até 1974, permitindo sua utilização, sempre com cautela, na comparação com as séries 1977-1979, 1980-84 e 1985 em diante.[97] É interessante observar a diferença entre o registro policial de ocorrências em 1971 e a média de crimes processados *no judiciário* em toda a década de 60, o que ajuda a pensar que, pelo menos na década de 60, os números do judiciário representam, na área de crimes contra a pessoa, provavelmente 1/3 das ocorrências registradas pela polícia e na área de crimes contra o patrimônio ainda menos, cerca de 15% das ocorrências conhecidas da polícia. O que pensar então da década de cinquenta, quando os números de crimes contra a pessoa processados na justiça quase se aproximam dos números policiais de 1971? Estaria a justiça, nos anos 50, processando percentualmente mais crimes que na década seguinte, ou poderíamos imaginar um volume de ocorrências policiais, em taxas por 100 mil habitantes, quase igual ou até maior que na primeira metade da década de setenta?[98] Qualquer que seja o caso, o gráfico 7 permite visualizar melhor a relação entre as várias séries de dados oficiais contabilizados sobre crimes contra a pessoa no período de mais de meio século no Rio de Janeiro. Os números-representações da Polícia Militar comparecem apenas para dar a medida do quanto não podem ser levados a sério (exceto quando se trata de « encontro de cadáver »), provavelmente por uma rotina habitual de não-preenchimento dos boletins de ocorrência para vários tipos de ocorrências:

[97] Comparações que fiz com números parciais publicados na coleção diária de « Boletins de Serviço » inicialmente publicada pelo Departamento Federal de Segurança Pública e posteriormente pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara confirmam a consistência geral dessas estatísticas. A coleção completa desses Boletins, que cobre mais de setenta anos da polícia carioca, encontra-se na Biblioteca da Academia de Polícia.

Gráfico 7



Fontes : Polícia de Vigilância : Anuários estatísticos do Distrito Federal e do Estado da Guanabara ; SSP (Secretaria de Segurança Pública) : Estatísticas da Polícia Judiciária (1971-73), in Anuários Estatísticos da Guanabara e Estatísticas da SSP (séries 1977-79, 1980-84, e a partir de 1985), in Estatísticas da SSP, Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública e Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro.

Uma comparação geral entre os dados judiciários do período não-coberto pelas estatísticas policiais e os dados policiais do período seguinte, para as duas áreas (patrimônio e pessoa), permite, de qualquer modo, sustentar que houve uma maior e mais crescente criminação na área de patrimônio que na área de pessoa a partir do início da década de 70 (gráfico 8):

[98] Enquanto não se fizer uma pesquisa sistemática nos boletins de ocorrências criminais arquivados em delegacias ou microfilmados na Secretaria de Segurança Pública, essa questão não encontrará uma resposta convincente.

Gráfico 8

Fontes: SEDMP, “Crimes e Contravenções”, D.F. e GB, vários anos; Relatórios anuais e estatísticas da Secretaria de Segurança Pública (GB, 1971-73; RJ, 1977-79; 80-84; 85 e seguintes).

Baseados apenas nessas fontes, e considerando que as taxas de criminação no judiciário acompanhem as tendências das taxas de criminação policiais, podemos supor que a inversão de curvas entre as duas séries teria ocorrido provavelmente em 1971,

com os crimes contra o patrimônio superando crescentemente os crimes contra a pessoa na contabilidade oficial da criminação no Rio de Janeiro.[99]

Mais uma vez, é preciso sublinhar que não importa, nessa comparação entre dados do judiciário e da SSP, as taxas, mas as proporções e tendências. Tanto nas curvas do judiciário quanto nas da SSP verifica-se que a tendência de inversão situa-se naqueles anos, e não antes ou depois. A tendência especificamente moderna de um maior volume relativo de crimes contra o patrimônio em relação a crimes contra a pessoa (incluídos nesses mesmo os homicídios culposos e lesões corporais culposas) parece realizar-se no Rio de Janeiro apenas na virada para os anos 70. O mesmo ocorre com as contravenções, que passam para uma posição secundária na mesma época, como veremos no próximo capítulo.

As principais criminações na área de crimes contra a pessoa são os homicídios dolosos, as tentativas de homicídio e as lesões corporais dolosas (agregados como « crimes dolosos »). Vejamos como se comportam suas curvas, separadamente nas duas séries, a judiciária e a policial, em comparação com os crimes culposos (homicídios e lesões corporais culposas, em sua ampla maioria ocorrências de trânsito), nos gráficos 9 e 10 :

[99] Talvez a inversão tenha ocorrido antes, já que todos os dados anteriores a 1967 são exclusivamente do judiciário (com exceção de 1945). A Corregedoria de Justiça da Guanabara comunicou, no início de abril de 1968, um aumento no número de homicídios em 1967 comparado ao ano anterior: 637 contra 548 homicídios (*O Dia*, 1/4/1968). O curioso é que o número de inquéritos por homicídio apreciados pela justiça em 1966 foi de 92 e de 75 em 1967, o que demonstra que o SEDMP continuava não conseguindo receber todos os boletins individuais em meados dos anos 60 e que a coleta direta junto aos tribunais do Júri não garantia representatividade ao volume efetivamente processado de inquéritos.

Gráfico 9

Fonte: Ministério da Justiça, Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (SEDMP).Crimes e Contravenções, Distrito Federal e Estado da Guanabara, vários anos. Anuário Estatístico da Guanabara, 1974.

Na série judiciária, os crimes dolosos sempre superam os crimes culposos. Ambos aumentam até 1948-1949, declinam até 1956, voltam a aumentar em 1957-58 e declinam, estabilizando-se durante a década de sessenta. Em 1966-67, os crimes culposos ultrapassam os crimes dolosos pela primeira vez. A inversão das curvas a partir de 1967 pode tanto ser atribuida a um incremento dos acidentes de trânsito e

atropelamentos, decorrente do extraordinário aumento da frota automobilística a partir de meados dos anos sessenta, como também dos problemas apontados para as estatísticas judiciárias nesses mesmos anos, particularmente na área de homicídios dolosos e outros crimes dolosos contra a pessoa, cujo processamento legal, mais lento, pode ter prejudicado a contabilização (quando não impedido o recebimento dos « boletins individuais transitados em julgado ») pelo SEDMP até 1967 e por seu sucessor, a « Assessoria de Estatística da Guanabara », até 1970. No entanto, quando passamos para as séries policiais de registros, a partir de 1971, verificamos que a inversão se confirma e se mantêm, até que, novamente, a partir dos anos 80 (principalmente a partir de 1988), os crimes dolosos voltem a superar os crimes culposos (gráfico 10):

Gráfico 10

Fontes: Anuários Estatísticos da Guanabara (1971-1974); Relatórios Anuais de Atividades da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (1977-1995).
(*) No ano de 1983, as taxas referem-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e não apenas ao município do Rio (Capital), por falta de uma parte dos dados da Capital no Relatório da SESPRJ daquele ano.

Na série policial, os crimes culposos já superaram os crimes dolosos desde o início, em 1971, e a inversão só se dá a partir de 1980-1983, mantendo-se até 1995. Curiosamente, as taxas dos crimes dolosos em 1980, muito elevadas em termos internacionais, superam apenas um pouco (cerca de 20%) as taxas judiciárias de 1949! Levando-se em conta que na série judiciária foram contabilizados apenas os inquéritos apreciados no judiciário e na série policial a totalidade dos registros de ocorrência, inclusive os que jamais foram apreciados pelo judiciário, pode-se supor que, em taxas

por 100 mil habitantes, os registros policiais das décadas de 40/60 - se existissem - registrariam muito mais crimes dolosos e culposos que os da década 70/90. Ora, isso parece ir contra toda a evidência e contra toda a percepção social da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. O ano de 1958, « o ano que não deveria ter acabado », segundo o nostálgico título de um livro que o rememora, idealizando-o como um ano pacífico e tranquilo na cidade do Rio, apresentou taxas elevadíssimas de crimes dolosos, *considerando-se apenas os registros judiciários*. Mesmo supondo que o judiciário daquela época processasse *todos* os registros policiais, e que atualmente isso não mais acontece, ainda assim as taxas são surpreendentemente próximas para anos que a representação social considera muito distantes e diferentes. É possível que a *quantidade e o tipo* de violência física encontradas nas lesões corporais dolosas processadas numa época e noutra é que faça toda a diferença, mas não existem dados que permitam verificar essa hipótese. A prevalência crescente das armas de fogo nos homicídios dolosos é, no entanto, suficiente para validá-la.[100]

Uma análise das estatísticas oficiais apenas sobre os crimes contra o patrimônio no mesmo período permite observar o aumento relativo do estelionato sobre o furto, na série judiciária de 1945/1969, a permanência do furto como principal crime na série policial de 1971/1998 e a predominância do roubo apenas em 1980 (gráfico 11):

[100] Os dados estatísticos mais antigos sobre essa prevalência encontram-se nos relatórios do Instituto Médico-Legal. Em 1971, já era muito acentuada: 430 óbitos por crime cometido com arma de fogo, 114 com arma branca, 9 por estrangulamento e 243 por outros meios. Cf. Anuário Estatístico da Guanabara, 1972.

Gráfico 11

Fonte : SEDMP.

Para que se tenha uma idéia da enorme diferença entre a série judiciária e a série policial, incluimos os dados judiciários de 1997-1998 (inquéritos por furto e roubo tombados e distribuídos na entrância da Capital - Rio de Janeiro). A confiar na criminação judiciária, o roubo supera o furto apenas em meados dos anos 90 (gráfico 12):

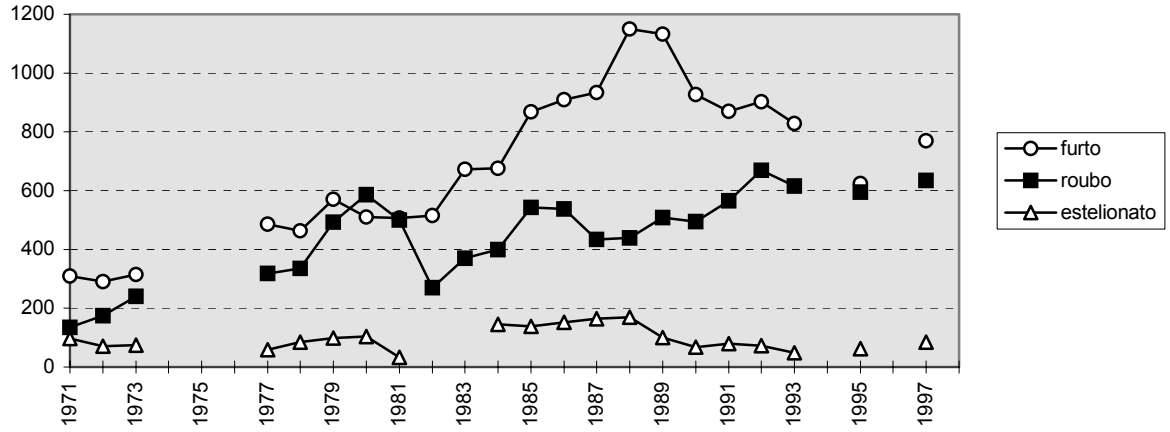
Gráfico 12

Fontes : SEDMP (inquéritos criminais transitados em julgado) e Corregedoria Geral de Justiça da Comarca da Capital (Estatísticas de distribuição, feitos criminais tombados em 1997-98).

Parte significativa dos registros de estelionato, que aumentam a partir de 1963, deve-se à emissão de cheques sem fundo, punida pelo Código Penal como « fraude no pagamento por meio de cheque » e que nas estatísticas geralmente era agregado a estelionato, sob a rubrica « estelionato e outras fraudes ». Na série policial, volta-se a incluir essas fraudes em estelionato até 1981, quando novamente deixa de ser somada a estelionato (gráfico 13) :

Gráfico 13

Furto, roubo e estelionato no Rio de Janeiro (1971-1995). Série Policial. Taxas por 100 mil habitantes.

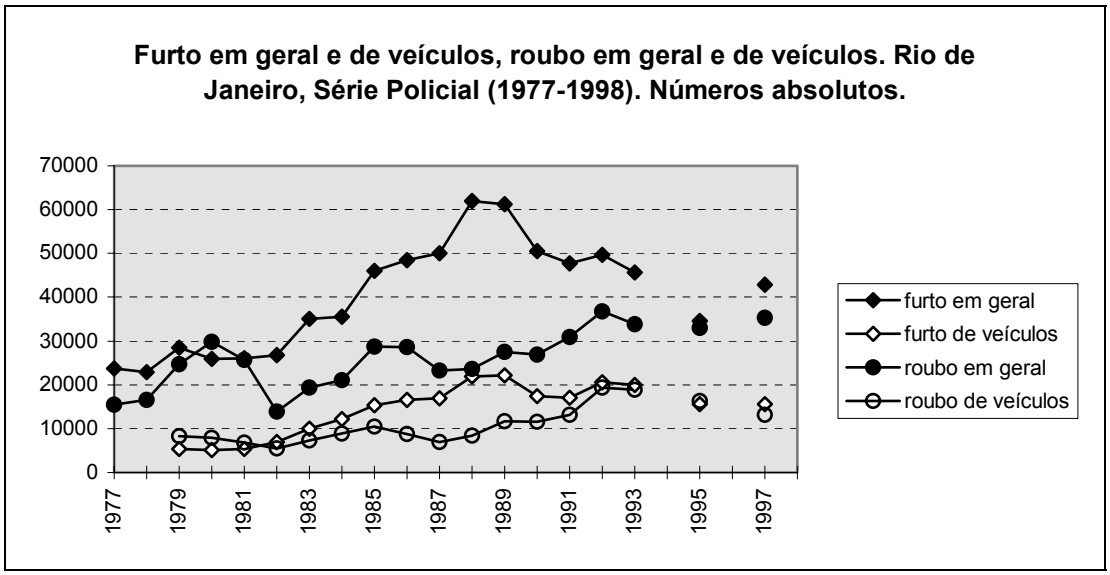


Fontes: Estatísticas da Polícia de Segurança da Guanabara (1971-73), in Anuário Estatístico da Guanabara, 1974. Estatísticas da SSPRJ (1977-79). Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (a partir de 1980).

Apesar das taxativas representações de que o roubo superou o furto a partir da década de 70, as estatísticas policiais apenas assinalam o crescimento relativo do roubo e, com exceção de 1980, o furto permanece até 1997 como a infração mais registrada pela polícia. Tanto o furto quanto o roubo crescem regularmente, embora suas taxas se aproximem em 1973, em 1979 e em 1981. O estelionato cresce também, mas cai para taxas inferiores às de 1971 a partir de 1989. É importante não esquecermos que o roubo tende, em todos os lugares, a produzir mais demanda de incriminação que o furto e que os registros de roubo tenderiam, portanto, a superar os de furto nas estatísticas policiais. A hipótese de que o furto de veículos, sempre notificado à polícia, possa ser responsável

pela permanência do furto em primeiro lugar não parece suficiente. Comparemos a evolução das taxas de criminação de furto e roubo de veículos com as taxas de furto e roubo em geral (inclusive veículos) nos anos em que elas foram produzidas (gráfico 14):

Gráfico 14



Fontes: Estatísticas da SSP (1977-79) e Relatórios anuais da SSP (1980-84 e 1985 em diante), já citados.

A diferença entre furto ou roubo em geral e furto ou roubo de veículos, com exceção de 1982, mantem-se relativamente a mesma até 1989 (cerca de três vezes, um pouco mais, um pouco menos) e só se amplia um pouco após 1990. Levando-se em conta que o furto ou roubo de veículos são, em sua grande maioria, registrados na polícia, verifica-se que as ocorrências de furto continuam a liderar na área de crimes contra o patrimônio, apesar do aumento relativo acentuado das ocorrências de roubos registrados. A criminação no Rio de Janeiro parece seguir um padrão diferente da

percepção social das vítimas e da representação social dominante, embora o incremento de crimes e violências seja continuado, atravessando décadas e alcançando forte proporção na década de 80. Ainda assim, houve maior incremento de furtos que de roubo em toda a série judiciária e também na série policial, apesar das queixas por furto serem sabidamente menores que as queixas por roubo e da percepção social haver apontado a tendência crescente do roubo em substituir o furto nos crimes contra o patrimônio. Essa tendência realmente comparece nas estatísticas judiciárias (1942-1969) e nas estatísticas policiais (1970-1997), mas não se concretizou porque o volume de furtos registrados aumenta sempre mais que o aumento dos roubos, transferindo a tendência sempre para a frente (para os anos seguintes). Quando se sai dos registros policiais e se passa para os *surveys* de vitimização, pode-se avaliar melhor a diferença entre os números da criminação legal e os números da criminação social e as razões que fazem aumentar ou diminuir a demanda de incriminação em algumas áreas.

3. O buraco negro da vitimização

A primeira pesquisa nacional de vitimização, realizada pelo IBGE em 1988, infelizmente não apresentou resultados desagregados por estados e grandes cidades brasileiras. Os números-representações vêm organizados por regiões e apresentam as respostas da amostra de entrevistados para quesitos que dificultam comparações sistemáticas com as estatísticas criminais. Além disso, a coleta de dados no Rio de Janeiro apresentou problemas que, segundo os coordenadores da pesquisa, acarretou uma « subenumeração » dos dados da Região Sudeste e, portanto, do Brasil.[101] Não se sabe qual a razão que levou os coordenadores dessa pesquisa a induzirem os entrevistados a distinguir, dentre todos os conflitos em que esses se envolveram, aqueles que constituiam um « problema criminal », sem contabilizar os seus tipos, vítima ou acusado. O que significa ter estado envolvido, na justiça, com um « problema criminal »? Ter sido indiciado ou ter sido testemunha? Ter feito uma queixa-crime ou ter pedido um *habeas-corpus*? A representação social do que pode e do que não pode ser um « problema criminal » ficou assim prejudicada pela indefinição prévia do que seja isso. Além disso, o questionário agregava, em outra parte, dados de furtos e roubos

[101] Curiosamente, os coordenadores da pesquisa atribuem a inconsistência nos dados a uma « distorção no entendimento do conceito teórico de 'problema criminal' por ocasião da entrevista, seja pelo entrevistador, seja pelo entrevistado » no Rio de Janeiro (e apenas no Rio de Janeiro!).

num só item, quando se sabe que em todas as grandes cidades modernas o furto provoca muito menos demanda de incriminação (e, portanto, queixas à polícia) que o roubo. Isso aumentou, provavelmente, o percentual dos que afirmaram não ter recorrido à polícia ou ter dado queixa, principalmente entre os que apenas foram vítimas de furto, mas que comparecem agregados às vítimas de roubos ou de ambos.[102]

Ainda assim, essa pesquisa é de importância ímpar para a avaliação da cidadania brasileira.[103] Ela permite, por exemplo, demonstrar quantitativamente os hiatos entre vitimização, criminação e incriminação e suas justificações entre os cidadãos brasileiros no período de um ano, entre outubro de 1987 e setembro de 1988.

Verificou-se que, no período entre outubro de 1983 e setembro de 1988, houve 5,35 milhões de cidadãos maiores de 18 anos, na Região Sudeste, que afirmaram ter se envolvido em algum tipo de conflito, cerca de metade de todos os cidadãos envolvidos em conflito no Brasil, no mesmo período. Desse total de cidadãos envolvidos em conflito, cerca de um milhão afirmou ter estado envolvido com « problemas criminais » (cerca de 20% do total de cidadãos envolvidos em conflitos, envolvendo cerca de 2,7% do total de cidadãos da região). De todos os cidadãos que estiveram envolvidos, ao menos uma vez, com « problemas criminais » num período de cinco anos, mais de 72% não moveu ou sofreu ação judicial em seu último e mais recente conflito e apenas 15% afirmou ter movido ação judicial em seu último conflito. Mas do que estiveram envolvidos com a justiça por « problemas criminais » no último conflito, quase a metade afirmou que foi envolvida por ações judiciais movidas *contra si* (cerca de 12% do total de cidadãos com problemas criminais). Isto significa que, *em toda a região sudeste*, cerca de 112 mil cidadãos afirmaram ter sofrido ação judicial por « problema criminal » num período de cinco anos (1983-1988). Ora, *apenas no Rio de Janeiro*, entre 1985 e 1988, foram distribuidos às varas criminais cerca de 167.369 inquéritos e processos envolvendo « problemas criminais », um número maior que o de todos os cidadãos do sudeste que afirmaram ter sido envolvidos por ações criminais contra si. Como explicar essa diferença, sabendo-se que o número de indiciados é sempre relativamente maior que o número de inquéritos (ainda que um mesmo indiciado possa constar em inquéritos diferentes)?

[102] Pode parecer muito que cerca de 60% não tenham dado queixa por furto ou roubo no Brasil em 1987, mas na Inglaterra, em 1985, esse percentual foi de 69% para furto e 53% para roubo qualificado (Hough e Mayhew, 1985).
[103] Para uma análise acurada de seus resultados mais abrangentes, ver Santos (1992).

Na pesquisa sobre vitimização na região sudeste, ficamos também sabendo que, no período de um ano (de outubro de 1987 a setembro de 1988) cerca de 3 milhões de pessoas (de um total de cerca de 6 milhões em todo o Brasil) foram vítimas de furto ou roubo e pouco mais de 550 mil (de um total de um milhão e 153 mil em todo o Brasil) sofreram algum tipo de agressão física nos estados que compõem o Sudeste brasileiro. Isso dá, para o sudeste, uma taxa de furto ou roubo de 4.296 por 100 mil habitantes *em um ano*, e uma taxa de agressões físicas (ou lesões corporais dolosas) de 950 por 100 mil habitantes *para toda a região sudeste do Brasil*.[104] Quais foram as taxas de furto ou roubo e a de lesões corporais dolosas *registradas pela polícia*, apenas no município do Rio de Janeiro nesse mesmo período? A tabela 3 mostra a comparação possível (em taxas por 100 mil habitantes em 1988):

Tabela 3 : Vitimização no Brasil e na Região Sudeste e Ocorrências registradas pela polícia no Rio de Janeiro (1987-1988). Taxas por 100 mil habitantes.

	Vitimas no Brasil por 100 mil hab. (out 1987 a set 1988)	Vítimas no Sudeste por 100 mil hab. (out 1987 a set 1988)	Ocorrências registradas pela polícia no Rio em 1988 por 100 mil hab.(*)
Furto ou roubo	4.290	4.296	1.590
Agressões ou lesões corporais	828	950	307

(*) Infrações ou ocorrências registradas e não vítimas.

Ainda que a comparação com a última coluna seja entre unidades distintas, vítimas e registros policiais, a diferença é muito grande: quase três vezes, se considerássemos que a taxa de vítimas no Rio fôsse semelhante à taxa de vítimas na região sudeste (o que provavelmente não foi). No entanto, na pesquisa da PNAD, 34,5% das vítimas de roubo ou furto na região sudeste (contra 41,6% das vítimas de agressão física) *recorreram à polícia* e, desses, a maioria (cerca de 83% em caso de agressão física e 87,2% em caso de furto ou roubo) *registrou queixa*. Nesse caso, a comparação entre volume de queixas registradas e volume de registros seria a seguinte (mantida a suposição implausível de equivalência de taxas entre a região sudeste e o município do Rio de Janeiro), no ano de 1988:

[104] A taxa de ocorrências não equivale à taxa de vítimas porque uma mesma ocorrência registrada pode se referir a mais de uma vítima. Essa comparação é, como outras desse tipo, apenas indicativa de uma diferença que não pode ser explicada apenas pela diferença entre as unidades de análise.

Tabela 4 : Queixas registradas pelas vítimas no Sudeste e ocorrências registradas pela polícia no Rio (1987-88). Taxas por 100 mil habitantes.

	Queixas registradas pelas vítimas por 100 mil habitantes (Sudeste)	Ocorrências registradas pela polícia por 100 mil habitantes (Rio de Janeiro)
roubo ou furto	1.476	1.590
agressão física	327	307

Aqui, a coisa muda. Há menos queixas registradas por roubo ou furto, por 100 mil habitantes, na região sudeste, entre setembro de 1987 e outubro de 1988, que ocorrências de roubo ou furto registradas pela polícia do Rio de Janeiro, também em taxas por 100 mil habitantes, durante todo o ano de 1988. E a diferença, a favor das queixas, no caso de agressão física, é relativamente pequena. A enorme diferença encontrada antes parece agora derivar mais da ausência de queixa ou denúncia dos cidadãos do que da indiferença policial em, pelo menos, registrá-las. Mas a comparação foi obrigada a abstrair a diferença entre vitimização no Rio de Janeiro e vitimização na região sudeste, por falta de dados adequados.

O hiato entre a vitimização, a demanda de incriminação e a criminação social e legal pode ser esclarecido quando a pesquisa pergunta às vítimas da região sudeste que *não recorreram* à polícia, as suas razões:

Tabela 5 : Razões de não recorrer à polícia. Percentuais sobre o total de vítimas da região Sudeste.

Razões oferecidas:	Vítimas de roubo ou furto (em percentual)	Vítimas de agressão física (em percentual)
Falta de provas	15,8	4,5
Não era importante	23,2	17,5
Não acreditavam na polícia	32,5	16,5
Não queriam envolver a polícia	10,0	17,4
Medo de represália	5,1	14,0
Recorreram a terceiros	1,9	4,9
Resolveram sozinhos	5,5	17,6
Outros motivos	5,4	7,0
sem declaração	0,5	0,5

Fonte: PNAD-IBGE, Participação Político-Social, 1988.

Ao analisar esses mesmos dados, Wanderley Guilherme dos Santos (Santos, 1992 : 103) agrega as respostas « falta de provas » e « não era importante » com as respostas « não acreditavam na polícia » e « não queriam envolver a polícia », obtendo um percentual de 66% (roubos e furtos) e 51,2% (agressão física) para o que ele interpreta como indicadores agregados da dimensão: « descrença; não quis

envolvimento; indiferença », comparando-a a outras dimensões de sonegação do conflito e de indiferença cívica: o desinteresse pela participação eleitoral, partidária, sindical ou comunitária. Embora concorde com sua argumentação central, não me parece que as motivações, no caso criminal, sejam sempre do mesmo tipo. As taxas de registro de queixas por furto (delito muito mais frequente que o roubo) em poliarquias « clássicas », como a França, a Inglaterra e a Suiça não são muito diferentes das nossas, e as razões que levam os cidadãos a não registrarem queixas são parecidas com as brasileiras, pela ordem: não se julga que o delito seja suficientemente grave; julga-se que nada pode ser feito; o caso é tratado como um assunto pessoal; e não se acredita que a polícia vá resolver (Cusson, 1990 :19).

A principal diferença ficaria por conta do baixo índice brasileiro de recurso à polícia nos crimes considerados mais graves (quando a taxa de queixas se eleva, naqueles países, para até 97%) e pela maior descrença na polícia entre nós, o que seria justificado face à diferença entre o volume de registros de queixas e de ocorrências registradas e o volume de inquéritos abertos pela polícia. Voltaremos a esse último ponto mais à frente, no caso do Rio de Janeiro.

No entanto, é interessante observar que do total de vítimas de furto e roubo que tiveram como bens roubados ou furtados seja dinheiro, seja jóias ou relógios, 67% não recorreram, enquanto dos que tiveram seu carro furtado ou roubado, 83% recorreram à polícia. É evidente que a questão não envolve *apenas* dimensões da cidadania ou descrença na polícia, mas também diferentes cálculos sobre a relação custo/benefício quanto a « dar queixa » (no caso dos carros, envolvendo seguros ou sua recuperação; no caso de dinheiro e jóias, envolvendo baixa expectativa de sua recuperação) e isso também vale para poliarquias « clássicas »: 99% de ingleses, vítimas de furto ou roubo de seus carros em 1985, deram queixa, contra apenas 31% de ingleses que deram queixa quando foram furtados em outros bens (Cusson, 1990 : 19).

No caso de agressões físicas, a « indiferença » ou não em dar queixa pode seguir também padrões que não têm a ver *apenas* com cidadania: se o agressor era parente ou pessoa conhecida, ou se era uma pessoa desconhecida, praticamente o mesmo percentual (41 a 42%) de pessoas *recorreu* à polícia, o que parece indicar uma estabilidade na separação entre público e privado e entre *familismo amoral*[105] e

[105] Uso o termo num sentido um pouco mais abrangente que o utilizado por Banfield (1967) e Reis (1998), incluindo também o controle hierárquico, no interior da família, da visibilidade pública de cursos de ação que poderiam ser interpretados como ilegais ou criminais.

individualismo moral, ainda que a maioria das vítimas (cerca de 58%) não tenha recorrido à polícia. Mas também em poliarquias « clássicas » as diferenças existem e são grandes. Na Inglaterra, em 1985, apenas 10% de vítimas de delitos sexuais deram queixa na polícia (17% em 1987) e no que se refere à diferença com as pesquisas de vitimização, o número de queixas por agressão ou lesões dolosas registradas na Inglaterra, tanto em 1982 quanto em 1987, foi de menos de 40% (Hough e Mayhew, 1983).

Mas, no Brasil, quando o agressor foi um policial, a taxa de recurso à polícia sobe para 56% , o que não é pouco num país onde se *teme ou não se confia* na polícia, e se o agressor foi um agente de segurança privada a taxa atinge 100% (dados para a região sudeste). Quando se escrutina o status social dos que não recorrem à polícia, segundo indicadores de instrução, verifica-se que, na região sudeste, eles se distribuem em equivalência à distribuição por classes de instrução da população da região. Mas quando se considera a cor das vítimas, a população de « pretos » e « pardos » está sobre-representada entre as vítimas de agressão, assim como nessa população verifica-se o maior número de agressores parentes ou conhecidos (63,8% contra 49% entre os « brancos »). A população de « pretos » e « pardos » é também a mais agredida por policiais (4,5% contra 3,3% entre os « brancos »).

O que se sabe é que, em numerosos países, a polícia é informada de menos de 1/3 dos cursos de ação que são interpretados como « delitos convencionais », como agressão física, furto e roubo, e em 15 países que participaram do ICS (*International Crime Survey*)[106], em 1988, *menos da metade do total de vitimizações foram registradas na polícia* (Van Djik, 1991, p. 40 *apud* Robert, 1994).

Uma comparação entre os dados de vitimização em alguns dos países que participaram do ICS e os dados da pesquisa da PNAD (ambos por amostragens) é possível apenas parcialmente e na medida em que considerarmos que *a maioria* dos delitos reportados pelas vítimas, no estudo internacional, referem-se *principalmente* às diversas modalidades de furto, roubo, agressão (ou sua ameaça), mas inclui a categoria de « vandalismos », enquanto no estudo brasileiro a vitimização se refere *também* às diversas modalidades de furto, roubo, tentativas de furto ou roubo e agressão, mas sem incluir vandalismos. Para fazer o ajuste tomei como referência o peso relativo da

[106] Países participantes: Inglaterra e País de Gales, Escócia, Irlanda, Holanda, Alemanha, Suiça, Bélgica, França, Espanha, Suécia, Finlândia, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Cf. Van Djik, P; Mayhew, M; Killias e Kluwer, 1991.

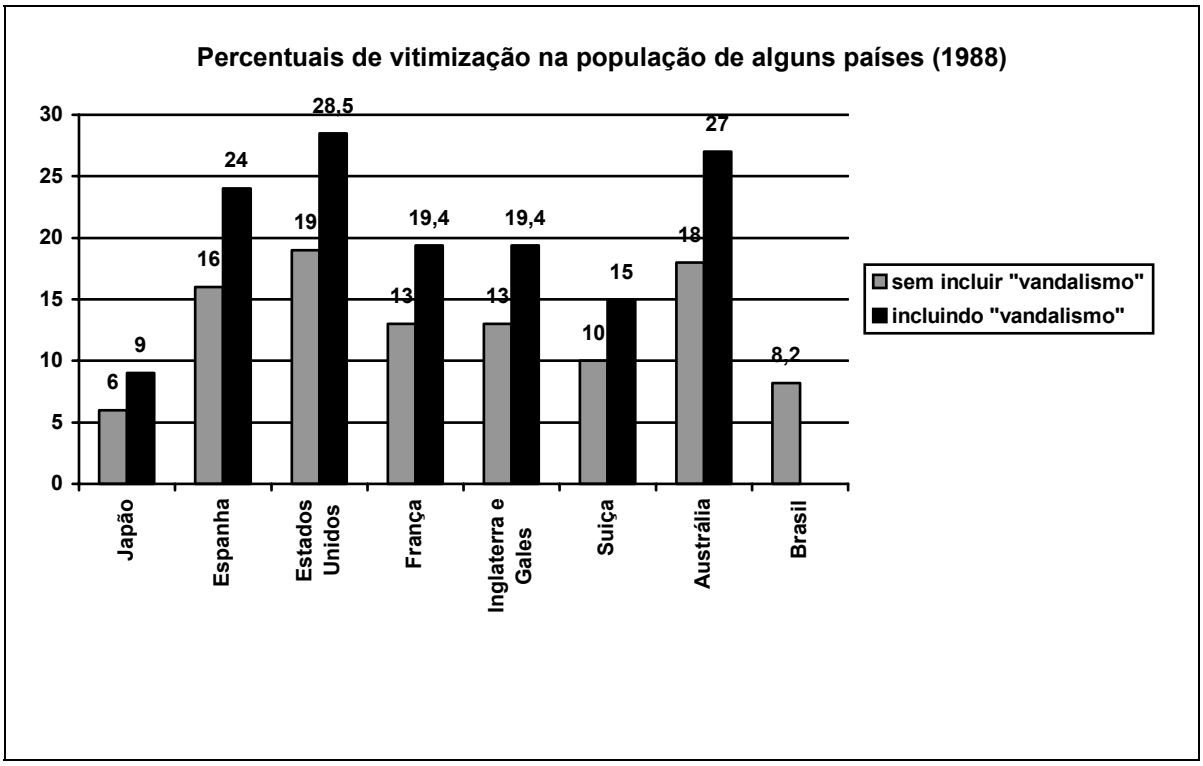
vitimização por « vandalismo » na Inglaterra (cerca de 1/3 do total de delitos), em 1987, em relação aos demais delitos cobertos pela pesquisa. Apresento os dados com e sem o ajuste. A unidade de análise e o período são os mesmos: amostra representativa nacional de respondentes que reportaram delitos num período de um ano (1988). Apesar da pesquisa brasileira cobrir toda a população, consideramos aqui apenas a vitimização entre os que tinham mais de 10 anos em 1988, para nos aproximarmos da pesquisa do ICS, que cobre a população com mais de 16 anos de idade.

O resultado comparativo (gráfico 15) é aproximativo e provavelmente problemático, mas ilustrativo de uma diferença surpreendente, que embora possa ser derivada das diferentes metodologias e do volume diferencial do vandalismo nos países da pesquisa do ICS, ainda assim deixa uma suspeita de que, em escala nacional, teríamos ou uma taxa de vitimização relativamente menor que naqueles países ou uma representação « menos grave » de vitimizações entre os entrevistados, que as negligenciaram em relação aos entrevistados do estudo do ICS. [107] A própria ausência de « vandalismo » - destruição intencional de bens (vidros de janelas, pintura ou lataria de carros, atos incendiários, grafites, danos materiais, etc) - no questionário brasileiro pode ser indicativa de sua pequena gravidade (ou importância quantitativa) na representação da vitimização no Brasil :[108]

[107] A pesquisa do ICS considerou 11 tipos de delitos sofridos ao menos uma vez por indivíduos com mais de 16 anos durante o ano de 1988. Na pesquisa inglesa de 1987, foram classificados os dez tipos mais frequentes em percentuais sobre o total de delitos relatados: vandalismo (37%), furto ou roubo em veículos a motor (26,7%), tentativa de roubo em residências ou de pessoas (8,5%), agressões com golpes e lesões (7,3%), roubo a residencias ou pessoas (6,6%), furto ou roubo de veículo a motor (5%) e furto ou roubo de bicicletas (4,9%). Cf. Mayhew et al, 1989).

[108] Também na Inglaterra o « vandalismo » é, de todos os delitos relatados, o que menos resulta em queixas à polícia: 90% das vítimas não recorrem à polícia (Mayhew et al, 1989).

Gráfico 15



Fontes : PNAD, 1988 (Brasil) ; International Crime Survey (1988), demais países.

Uma outra pesquisa pioneira de vitimização por amostragem, realizada pelo CPDOC e ISER entre julho de 1995 e junho de 1996 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, permite que se compare, com cautela, as taxas nacionais, regionais e da região metropolitana do Rio de Janeiro sobre vitimização e demanda de incriminação (tabela . Ainda que separadas por sete anos, essas estatísticas (tabela 6) permitem comparar *proporções* de vitimização/incriminação numa década que já apresentava altos índices de criminalidade registrada em todos os estados do sudeste:

Tabela 6 : Percentual de vitimização no Brasil e região Sudeste (1987/88) e no Grande Rio (1995/96) e percentual das vítimas que recorreram à polícia no Brasil e região Sudeste (1987/88) e no Grande Rio (1995/96).

	Percentual sobre a população total			Percentual sobre o total de vítimas		
	Vítimas no Brasil (set.1987 a out. 1988)	Vítimas no Sudeste (set. 1987 a out. 1988)	Vítimas no Grande Rio (julho 1995 a junho de 1996)	Vítimas que recorreram no Brasil (set.1987 a out. 1988)	Vítimas que recorreram no Sudeste (set. 1987 a out. 1988)	Vítimas que recorreram no Grande Rio (julho 1995 a junho 1996)
tentativa de furto ou roubo	1,3	1,5	7,8 (*)	-	-	-
Furto ou roubo	4,2	4,9	17,9	31,7	34,6	19
Agressão física	0,8	0,9	4,2	38,9	41,6	23

(*) Não inclui tentativa de furto, apenas tentativa de roubo.

Se considerarmos agora o total de pessoas que recorreram à polícia na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1995/96 com o total de ocorrências registradas pela polícia, no grande Rio, em 1995, em taxas por 100 mil habitantes, obteremos o que é apresentado na tabela 7 :

Tabela 7 : Vítimas que recorreram à polícia, vítimas registradas pela polícia e registros policiais de ocorrências, no Grande Rio (1995/96). Taxas por 100 mil habitantes com mais de 15/16 anos.

	vítimas que recorreram à polícia (por 100 mil hab. c/ + de 16 anos) - 1996	vítimas registradas pela polícia (por 100 mil hab. c/ + de 15 anos) - 1995	registros policiais de ocorrências (por 100 mil hab. c/ + de 15 anos) - 95
furto	1.939	-	526
roubo	1.387	-	537
agressão (lesões dolosas)	956	275	314

Fontes: CPDOC-ISER, « Lei, Justiça e Cidadania », 1997. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1997. População de vítimas com mais de 16 anos na região metropolitana entre julho de 1995 e junho de 1996; população da região metropolitana com mais de 15 anos em 1996; registro policial de vítimas e ocorrências em todas as faixas etárias da população.

Esses dados parecem evidenciar que na região metropolitana do Rio de Janeiro se recorreu muito menos à polícia, em 1995/96, que a população da região sudeste em 1987/88: pouco mais da metade, percentualmente, dos que recorreram na região sudeste, enquanto o grande Rio teve cerca de quatro vezes mais vítimas, em 1995/96, que a média da região sudeste em 1987/88. Além disso, apenas 28,8% dos que recorreram à polícia por agressão foram computados como « vítimas » nas estatísticas policiais do grande Rio, embora 1/3 (33%) das ocorrências tenham sido registradas (menos vítimas que ocorrências!). Apenas 38,7% das vítimas de roubo e 27% das vítimas de furto que recorreram à polícia tiveram sua ocorrência registrada pela polícia. Comparemos agora (tabela 8) as razões dadas pelos entrevistados, nas duas populações de vítimas (Sudeste, 1987/88 e Grande Rio, 1995/96), para *não recorrerem à polícia*:

Tabela 8 : Motivos apresentados pelas vítimas para não recorrer à polícia. Percentuais sobre o total de vítimas da Região Sudeste (1987/88) e do Grande Rio (1995/96) :

Motivos de não recorrer à polícia :	Sudeste 87/88 furto/roubo	Rio 95/96 furto	Rio 95/96 roubo	Sudeste 87/88 agressão	Rio 95/96 agressão
Não acredita, não quis envolver ou tem medo da polícia	42,5%	30,5%	42,4%	33,9%	29%
Medo de represália	5,1%	2,7%	5,1%	14%	6,5%
Não era importante	23,2%	22,5%	18%	17,5%	16,1%
Resolveu sozinho ou recorreu a terceiros	7,4%	11,2%	6,3%	22,5%	27,4%
falta de provas	15,8%	21,4%	13,3%	4,5%	4,8%
Outros motivos	5,4%	10,7%	14,9%	7%	14,5%
sem declaração	0,5%	1,1%	-	0,5%	1,6%

Fontes : PNAD, 1988 ; CPDOC-ISER, 1997.

Novamente aqui comparecem diferenças significativas entre o Rio de 1995/1996 e o Sudeste de 1987/1988. No Rio se tem menos medo de represália e tende-se mais a resolver sozinho ou com ajuda de terceiros, quando se trata das razões para não recorrer à polícia por causa de agressão. Tanto no Sudeste quanto no Rio, taxas próximas a 40% das vítimas de furto, roubo e agressão não acreditam ou não querem envolver a polícia, embora no Sudeste essa razão seja apontada com mais frequência (diferença média de mais 4%) que no Rio.

Acrescente-se que a pesquisa do CPDOC-ISER constatou que a ação policial no Rio levou a polícia a pedir documentos a 27% da população masculina da região metropolitana e a revistar 20% dos seus habitantes masculinos com 16 anos ou mais, no período de um ano (quase um milhão de pessoas!). Cerca de 10% dos homens com 16 anos ou mais afirmaram que foram ameaçados, agredidos ou detidos pela polícia no mesmo período, 70% dos quais eram não-brancos, e com menos de 30 anos de idade. Ainda assim, a pesquisa constata que 80% da população concorda ou tende a concordar que « quanto maior a presença de policiais nas ruas, menor a criminalidade », enquanto mais de 40% afirmam que sonegar impostos é justificável em alguns casos. Perguntados sobre que atitude tomariam se vissem alguém destruindo um telefone público, quase 43% disseram que « não gostam, mas ficam calados » e 6% disseram « que não é da sua conta ». Sobre o uso de métodos violentos pela polícia para conseguir confissões de suspeitos, cerca de 40% afirmaram que é justificável em alguns casos e 4% que é sempre justificável. Finalmente, *setenta por cento* dos habitantes com mais de 16 anos

do Grande Rio concordam ou tendem a concordar que « os bandidos não devem ter os seus direitos respeitados ».

3. Os « núcleos fortes » da demanda de incriminação

A partir de entrevistas aleatórias que realizei com diferentes pessoas - inclusive policiais - e tomando por base a gravidade das penas no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais, procurei definir os núcleos em torno dos quais a demanda de criminação e incriminação torna-se mais forte e é objeto de atenção seletiva tanto na percepção social da violência quanto na atuação dos dispositivos encarregados da administração estatal da justiça. Agrupei as categorias com que são designados os diferentes cursos de ação criminalizados no Código Penal em cinco grandes rubricas analíticas, segundo a afinidade de sentido da reação moral aos cursos de ação passíveis de criminação: 1) Enfrentamentos e violências; 2) Saques com violência; 3) Expropriações mediante astúcia; 4) Participações em mercados ilícitos; 5) Desnormalizações, desordens ou incivilidades. Dentro de cada rubrica, uma escala de gravidade é proposta segundo a representação social e as penas previstas. O quadro 1 resume a tipificação proposta, que procura cruzar representações morais e lei penal:

Quadro 1 : Tipos de criminação segundo a gravidade na representação social e nas leis.

Gravidade comparativa na representação social (por colunas)	Tipos propostos	Penalização judicial comparativamente máxima (por linhas)	Penalizaçãojudicial comparativamente média (por linhas)	Penalização judicial comparativamente mínima (por linhas)
Máximo de Gravidade	**Enfrentamentos e Violência**	**Homicídio doloso e tentativa de homicídio**	**Lesões corporais por agressão física armada ou enfrentamento armado**	Homicídio culposo e lesões corporais leves por enfrentamento desarmado
Máximo de Gravidade	**Saques com violência**	**Latrocínio, sequestro e estupro**	**Assalto a mão armada**	roubo por arrombamento
Gravidade Média	Expropriações sem violência	**Furto qualificado e estelionato**	Furto simples, fraude, apropriação indébita	Receptação
Gravidade Média	Participação em mercados ilícitos	**Tráfico de drogas**	Lenocínio, contrabando	Jogo do bicho, jogos de azar
Gravidade Mínima	Desnormalizações e desordens (incivilidades)	vandalismos, danos materiais, porte de arma	uso (posse) de drogas	vadiagem, embriaguês, mendicância

O *núcleo forte* da criminação compreende os dois primeiros tipos e as células de gravidade máxima e média, destacados em negrito na tabela. Para cada célula da tabela, no entanto, existem diferentes representações de gravidade, de acordo com o *sentido* que é atribuido ao delito. Esse sentido vincula-se seja à motivação suposta do curso de ação, seja à distância social, seja ao que se considera como « falta de controle » (baixo auto-controle) do agente. Nas entrevistas que realizei, pude perceber que um suposto baixo auto-controle pode servir para neutralizar a gravidade em crimes e agressões passionais. Em compensação, a « frieza », isto é, o forte auto-controle das emoções, pode servir para agravar a representação do agente do delito. Um homicídio passional pode ser lido como « trágico » enquanto um homicídio planejado e executado com frieza pode ser lido como cruel e bárbaro. Neste último caso, também avaliações distintas podem ocorrer segundo a representação que se faça da vítima: um homicídio executado por vingança considerada justa pode ser moralmente neutralizado enquanto um homicídio executado por ambição dificilmente o será. Todas essas variações nas avaliações e justificativas de delitos tendem à sua singularização quando a distância social é menor (inclusive por mecanismos de identificação) e à generalização ao nível da tabela quando a distância social é maior. A questão de se o motivo foi « fútil » ou não também é determinante na avaliação moral e penal do curso de ação. A influência da mídia também pôde ser observada, mas não será tratada neste trabalho.[109]

Embora o processo de incriminação comece por denúncia, queixa ou testemunho, ele é muitas vezes iniciado pela ação policial, mesmo que não haja denúncias ou testemunhas. A ação ostensiva da polícia nas ruas, sob a forma de « blitzes », « arrastões », « invasões », dá geralmente início a um processo de incriminação preventiva *sem criminação*, isto é, sem crime e sem vítima, mas com detenções, principalmente nas áreas que abarcam os delitos de menor gravidade, como os mercados ilícitos e as desnormalizações.

Uma análise do processo de incriminação no Rio de Janeiro, no período 1942-1967, já foi feita (Coelho, 1986), da perspectiva do funcionamento da administração da justiça. Com base na classificação proposta acima, examinarei, no próximo capítulo, alguns anos selecionados em função da existência de dados estatísticos, complementando a análise com material jornalístico. Dada a seleção do núcleo forte, verificaremos quais os 'tipos sociais' que lhes estão principalmente associados.

[109] Sobre a relação mídia e violência no Rio de Janeiro, ver Rondelli, 1997 e Luçan (1998).

Capítulo 3
METAMORFOSES DO FANTASMA

A violência urbana parece comportar, na representação social, um *sujeito social difuso*. Ele é constituído por tipos sociais, identificados geralmente como moradores de determinadas áreas de "localização" da pobreza urbana: favelas, conjuntos residenciais de casas e/ou apartamentos populares, bairros formados por casas de alvenaria inacabadas, sem acabamento e pintura, conjuntos de casas de cômodos em bairros suburbanos e da periferia, prédios deteriorados do centro da cidade, barracos construidos sob viadutos ou próximos a grandes terrenos baldios ou aterros sanitários. Esses tipos comportam os indivíduos que, numa situação em que não são conhecidos (o *conhecimento* é a informação que neutraliza o estigma e diminui a distância social), tragam determinadas "marcas" que estão associadas a esses tipos e que geralmente provocam apreensões naqueles que se representam como sua possível vítima. Em sua generalização, torna-se, efetivamente, um fantasma social.

Como se desenvolveram essas imagens que delineiam esse fantasma e como a experiência social dos habitantes da cidade tende a decifrar sua presença em certos « tipos », os seus riscos e sua potencialidade criminosa? Aos estereótipos somam-se regras da experiência comum, geralmente baseadas nos tipos sociais que tendem a ser preferencialmente incriminados. A cada um dos tipos sociais de incriminados correspondem determinadas características, cuja generalização, em qualquer situação social, se condensará nos estereótipos (Chapman, 1968; Schur, 1971). O fantasma do submundo criminal exclui certos tipos e inclui ou seleciona outros, mas o fantasma da violência urbana, embora conserve o seu núcleo dentro das fronteiras sociais do que é representado como um "submundo", tende a ser mais difuso, generalizado e incontido: por isso mesmo, é mais surprendente, perigoso e incontrolável. Um exame de alguns indicadores sociais do processo de incriminação no Rio de Janeiro, neste último meio século, poderá servir para demarcar as transformações que serviram à acumulação desse fantasma.

1. A incriminação no Rio de Janeiro

O duplo processo de criminação-incriminação atravessa várias etapas no interior do moderno dispositivo estatal de administração da justiça. Grosso modo, o processo pode ser reduzido a três etapas: a policial, que *interpreta* ou *reinterpreta* e *registra* um evento como crime (ou contravenção) e *indicia* seus possíveis autores; a etapa judicial inicial, que *mantêm* o registro do evento como crime (ou o anula ou arquiva) e *acusa* formalmente os indiciados (ou os libera, quando anulados ou arquivados os inquéritos policiais que os acusava); e a etapa judicial final, o *julgamento*, que estabelece a criminação efetiva (para a qual haverá possibilidade de recurso e revisão) e estabelece uma *sentença* para o sujeito acusado da ação, o *réu* (sentença que também pode absolvê-lo da acusação e anular a incriminação). Se a incriminação for mantida na sentença, o indivíduo incriminado poderá *cumprir* a condenação: pagar uma multa, ser conduzido à reclusão por um tempo fixado na sentença ou ficar detido em prisão simples e/ou também pagar uma multa. A complexidade desse processo é, no entanto, capaz de alterar essa linearidade simplificadora: a detenção pode, muitas vezes, anteceder à sentença efetiva, nos casos em que se julgue ser necessária uma prisão preventiva, por exemplo, ou nas abundantes detenções *normalizadoras* da polícia. Uma pena pode ser substituida ou acrescida, no julgamento, por uma « medida de segurança ».[110] Uma pena de multa, que o réu não pode pagar, pode se transformar em detenção. E em todos os casos, cabe recurso, apelação da sentença e revisão.

De certa maneira, o processo de criminação-incriminação só se conclui com a *extinção da punibilidade*, mesmo após o cumprimento da pena, já que uma condenação que seja posteriormente considerada injusta pode terminar pela revisão de todo o processo e sua anulação, com possíveis consequências reparadoras. Os efeitos sociais, no entanto, já começam a ganhar relativa autonomia desde a primeira etapa, na fase policial. A criminação-incriminação *sociais* podem, assim, seguir cursos diferentes dos seus resultados legais e uma absolvição (ou um arquivamento) legais pode vir a ser socialmente condenada ou uma condenação ser socialmente repudiada ou lamentada. Novamente a disjunção entre demanda social de punição e processo estatal de incriminação parece determinar um campo de representações sociais que colide (ou ao

menos tensiona) com a racionalidade moderna da justiça. Pode-se estudar o processo social de criminação-incriminação recortando-o, *da perspectiva do Estado*, como um subsistema de « administração da justiça ». Mas pode-se também recortá-lo, de uma perspectiva menos político-legal e mais sociológica, como uma seletividade hierarquizada do que é efetiva e preferencialmente incriminado. A sua estrutura institucional seria assim *atravessada* por práticas de seleção social da incriminação que, ao contrário de constituirem desvios não-igualitários do texto legal-igualitário, operam realisticamente a incriminação como uma *relação de poder* entre classes, categorias sociais, agentes institucionais e tipos sociais de indivíduos (Kant de Lima, 1994).[111]

Neste capítulo examinaremos os dados existentes sobre a incriminação legal no Rio de Janeiro no último meio século, com o objetivo de descrever a *seleção social* dos cursos de ação e os tipos sociais de agentes que foram efetivamente objeto de interesse para a criminação-incriminação, a distribuição das penas e as « características » sociais dos indiciados e dos condenados, isto é, as principais variáveis que participam da construção de seus tipos sociais. Ao final, discutiremos as possíveis razões para que essa seleção social reproduzisse, ao longo dos anos, o padrão que herdou e que não se distingue dos demais padrões de desigualdade social no Rio e nas demais cidades brasileiras.

Em 1940 foi assinado o Decreto-Lei que instituía o novo Código Penal da República, então sob o regime do « Estado Novo ». Com algumas modificações e acréscimos, é, ainda hoje, o Código Penal vigente no país. Ele define legalmente, isto é, *criminaliza*, os cursos de ação que podem ser interpretados como crimes ou contravenções pelos agentes da *criminação* e cujos autores podem ser objeto de *incriminação*. A lista é extensa para ser resumida aqui, mas pode ser sumarizada se construirmos conjuntos relativamente homogêneos (para a representação social e jurídica) de cursos de ação segundo indicadores do grau de sanção (ou pena) prevista para cada um dos que formam seus subconjuntos. Diferentes tipos de atenuantes ou agravantes incidirão sobre a *interpretação* do evento e, portanto, sobre a margem do grau de sanção previsto na lei. Baseados nas dimensões construídas no capítulo

[110] Sobre o problema da « medida de segurança » ver Serra, A. (1981).

[111] A ênfase na seleção preferencial dos crimes contra o patrimônio, especialmente furto e roubo, parece universal à modernização capitalista, demonstrando-se desde as enquetes de Quetelet, em meados do século passado. Cerca de 2/3 de todos os delitos registrados, de 25% de todos os condenados (inclusive por contravenções menores) e cerca de 40% dos encarcerados franceses em 1990 o foram por furto ou roubo (Robert et al, 1994, pp.160 e 192). Em 1996, os diferentes tipos de roubo (arrombamentos, assaltos,

anterior, passamos a analisar os dados segundo a distribuição das penas e segundo os *tipos de incriminação* principais. Em seguida, descrevemos, a partir das variáveis existentes na contabilidade oficial, os tipos sociais que lhes correspondem.

Os indiciados (1950-1967)

Comparamos aqui, sempre que possível, dados policiais, judiciais e penitenciários reunindo várias séries, com o objetivo de analisar o processo estatal de incriminação no Rio de Janeiro num período histórico largo. Seria importante saber quantas pessoas e por quais delitos foram indiciadas e incriminadas no Rio de Janeiro no último meio século, quantas foram condenadas à reclusão ou à detenção e quantas à prisão simples, quantas cumpriram pena nas penitenciárias e presídios e por quais delitos. Infelizmente, isso não é possível porque não existem séries completas desses dados para todo o período. Vejamos, por parte, descritivamente, algumas das séries (ou mesmo anos) existentes.

Reunimos inicialmente (gráfico 16) duas séries de registros judiciários: uma do SEDMP, de inquéritos por crimes e contravenções apreciados e transitados em julgado, ano a ano (1942-1970); outra de feitos criminais tombados nos cartórios e distribuídos à justiça no Rio de Janeiro (1971-1979), incluindo principalmente crimes e contravenções (mas também queixas-crime, ações penais privadas e representações judiciais, todas essas sempre em número muito reduzido). A essas duas séries, acrescentamos os feitos criminais e contravenções distribuídos pela Corregedoria Geral da Justiça da Comarca da Capital nos anos de 1997 e 1998. Embora conste que existam dados do mesmo tipo para o período 1987 a 1996, não conseguimos obtê-los na Corregedoria (gráfico 16).

---

etc) representavam 65,5% de todos os delitos registrados na França (Ministère de l'Interieur, 1997) e, um pouco mais ou menos, nos demais países europeus e nos Estados Unidos (Short, Jr., 1997, p. 16).

Gráfico 16

Fontes: SEDMP, "Crimes e Contravenções", vários volumes (1942-1967); "SEDMP e Assessoria Estatística da Guanabara", in Anuário Estatístico da Guanabara (1968-70); Corregedoria Geral da Justiça da Guanabara e do Rio de Janeiro (Comarca da Capital), anos 1971-1979 e 1997-98.

A tendência da curva ascendente de crimes transitados em julgado entre 1942-1958 é interrompida entre 1960 e 1970 e abruptamente retomada a partir de 1971, muito provavelmente por falhas na apuração (ou distribuição aos agentes estatísticos) dos

« boletins individuais » que acompanham, por exigência legal, cada inquérito ou processo tombado.[112] O problema começa, sintomaticamente, no ano em que se inicia a transferência da administração federal do Rio de Janeiro para Brasília. A interrupção do serviço estatístico em 1970, ano em que os dados são publicados como "incompletos", e sua substituição por outra série, referente aos dados da Corregedoria Geral de Justiça da Guanabara a partir de 1971, confirmam que os dados do SEDMP produzidos na década de sessenta *não correspondem* ao volume de feitos criminais efetivamente distribuídos naquela década. A curva deveria ser lida, portanto, *como se* saltássemos a década de sessenta: a tendência acumulativa de feitos criminais apresenta-se coerente, então, nas quatro décadas.[113]

Curiosamente, no caso das contravenções, o mesmo recurso não parece necessário. Intuitivamente, pode-se perceber uma correlação positiva entre a curva de crimes e a de contravenções entre 1942 e 1956 e entre 1970 e 1973. As contravenções continuaram normalmente a ser estatisticamente processadas na década de sessenta, mantendo a tendência geral das décadas anteriores mas com crescente independência em relação à curva de crimes, modificando-se, numa direção declinante, e em correlação negativa com a curva de crimes, após 1973 (até 1977). A maior rapidez processual no processo de incriminação das contravenções (geralmente por flagrantes) talvez explique a diferença com os crimes quando se tratava de encaminhar, a cada ano, os boletins individuais « transitados em julgado » ao serviço de estatística. A partir de 1970, os boletins individuais passaram a ser encaminhados ao Ministério da Justiça, em Brasília, e não se produziu mais nenhuma estatística nessa série. A partir de 1977, contamos, no entanto, com o volume anual de registros de ocorrências de crimes e contravenções nas delegacias e com o volume de procedimentos instaurados pela polícia judiciária e de feitos criminais tombados na justiça da Comarca da Capital em alguns anos. O gráfico 17 apresenta as duas séries:

---

[112] Pode-se supor, também, que como a estatística só considerava o boletim após o processo estar « transitado em julgado », o aumento do volume de processos « em andamento », mesmo após cinco anos de sua distribuição, explicaria essa diferença entre os registros do SEDMP e os da Corregedoria.

[113] Isto não significa que não possa ter havido uma diminuição de feitos criminais tombados na década de sessenta, em relação à década de cinquenta. A hipótese apenas sugere que essa diminuição não foi tão grande, como o noticiário jornalístico do período permite inferir. Uma outra confirmação dessa hipótese pode ser proposta se compararmos a curva ascendente da população penitenciária em todo o período com a relativa estagnação dos dados judiciais na década de sessenta. Coelho (1986) interpreta a queda e estagnação com a hipótese de que o judiciário « refreou » o fluxo de condenações em função do esgotamento da capacidade do sistema penitenciário.

Gráfico 17

Fontes: Relatórios anuais da Secretaria de Segurança Pública e Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro.

A diferença entre a curva de registros policiais e a curva de procedimentos instaurados e feitos criminais tombados na justiça geralmente é interpretada como uma dimensão da « impunidade ». Essa diferença é geralmente interpretada como decorrente da « autonomia da polícia » em decidir sobre a seleção do que será ou não legalmente processado (Donnici, 1984; Kant de Lima, 1994) ou da incapacidade do judiciário e do sistema penitenciário de processar eficazmente toda a demanda de incriminação (Coelho, 1986). A diferença, no entanto, existe em todos os países e parece ser tanto menor quanto menor for a taxa de registros policiais de ocorrências criminais. Nos

Estados Unidos, que parece ser uma importante exceção nessa suposta regra, o alto grau de incriminação não parece associado, em geral, a uma diminuição da incidência criminal.[114] Essa questão demandaria um outro estudo, da perspectiva político-legal da « administração da justiça », que se afastaria do recorte que me propus para este trabalho, razão pela qual não a tratarei aqui.

Uma outra diferença aparece quando são comparados os feitos criminais tombados com a população penitenciária numa longa série temporal. Embora as unidades de análise sejam diferentes, e os ciclos de cada série também, as curvas mantêm um padrão ao longo de décadas (na série judicial o padrão se interrompe apenas a partir de 1988), como pode se verificar no gráfico 18:

[114] A existência de 1,5 milhões de presos cumprindo pena nos Estados Unidos em 1998 não parece incidir drasticamente na diminuição das práticas criminais registradas a cada ano, embora não se possa afirmar que uma taxa menor de incriminação não pudesse agravar ainda mais o quadro.

Fontes: SEDMP para feitos criminais tombados “transitados em julgado” (1945-70); Corregedoria Geral de Justiça da Guanabara e do Rio de Janeiro (Comarca da Capital), para feitos criminais tombados e distribuídos às varas criminais (1971-79); Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, para feitos criminais tombados na Comarca da Capital (1980 a 1998, faltando alguns anos); Anuário Estatístico do Distrito Federal para a população penitenciária sentenciada do Distrito Federal (1945-50 e 1954-55); Anuário Estatístico do Brasil, para a população penitenciária sentenciada do Distrito Federal (1958-59) e da Guanabara (1962, 1964-69); Relatórios da SUSIPE, 1973-75); Relatórios do DESIPE (1976 a 1980); Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro, para os anos seguintes; Censo Penitenciário de 1988.

Essa diferença é reiteradamente atribuida à mesma dimensão da « impunidade », tratada antes: inquéritos mal instruidos pela polícia, incapazes de levar a uma condenação. Outras dimensões da impunidade, que não serão observadas aqui, dizem respeito à representação de um « liberalismo » das penas no Brasil, que permitiria a liberação precoce dos condenados. Em 1962 um total de 2.863 pessoas foram condenadas pela justiça a penas privativas de liberdade. Desse total, cerca de 2% (n = 55) foram condenadas à reclusão por 10 ou mais anos; 10,5% (n = 301) a penas de reclusão de 4 a menos de 10 anos; 21,7 % a reclusão ou detenção de 2 a quatro anos (n = 619); e 65,9% (n = 1886) a penas inferiores a dois anos. A tabela 9 apresenta, *em anos de pena cumprida*, a população penitenciária do Rio em 1973, em 1980 e, em *anos de condenação*, a maior parte da população penitenciária do Rio em 1988:

Tabela 9: Anos de pena cumprida ou de condenação da população penitenciária do Rio de Janeiro em 1973, 1980 e 1988. Percentuais sobre a população penitenciária total.

Ano	População penitenciária total (números absolutos)	Cumprindo penas há dez ou mais de dez anos (em percentuais)	Cumprindo penas há cinco, mais de cinco e menos de 10 anos (%)	Cumprindo pena há dois, mais de dois e menos de cinco anos (%)	Cumprindo pena há menos de dois anos ou por tempo ignorado (%)
1973	6658 (100)	6,4	9,9	19,5	64,2
1980	8853 (100)	7,1	19,8	28,2	44,9
Ano	População penitenciária total	estimativa de condenados a mais de 10 anos	condenados a penas entre 5 e 10 anos	condenados a penas de no máximo 5 anos	
1988	8556 (100)	40,5	31,0	28,5	

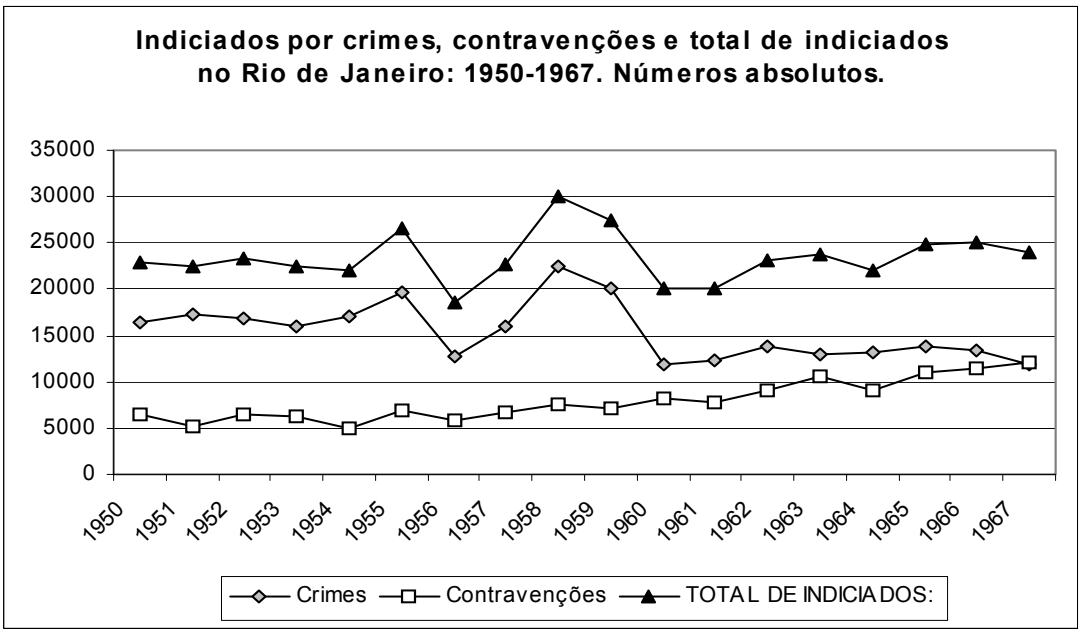
Fontes: Relatório da SUSIPE, 1973; Relatório do DESIPE, 1980; Censo Penitenciário de 1988.

Pelo menos quanto às penas, os dados sugerem o seu incremento *em anos de condenação* entre os condenados de 1962 e a população penitenciária existente em 1980 e a condenada em 1988. Neste último ano, 28,5% foram condenados a no máximo cinco anos, contra 70% dos que já tinham cumprido esses anos de pena em 1980. Por outro lado, em 1980, 19% já tinham cumprido pena de 5 a 10 anos enquanto em 1988 esse percentual passa para 31% das condenações. Não foram computadas as condenações a mais de 10 anos em 1988, mas sua estimativa pode ficar em 40%, quando em 1980 elas representavam 7% do total de presos que já a tinham cumprido. Como quase sempre, as

estatísticas policiais e penitenciárias nos obrigam a comparar unidades de análise diferentes, nesse caso anos de pena cumprida e anos de condenação. Mas a diferença não é suficiente para invalidar a conclusão de um incremento em anos das penas e, por conseguinte, de um *agravamento* das áreas infracionais dos penitenciários entre 1962, 1973, 1980 e 1988. Mesmo com esse agravamento continuado das penas, os anos seguintes a 1980 e 1988 não apresentaram um declínio nas taxas de crimes considerados graves na cidade. O mesmo pode ser dito, com respeito à série judiciária de indiciados (1942-1967), quando se indaga sobre suas taxas de condenação no período. Verifiquei que as que taxa de condenação, nesse período, a penas privativas de liberdade e a medidas detentivas de todos os indiciados por crimes e contravenções no Rio de Janeiro passa de 17% em 1942 para 20% no período 1952-56, alcança 23% em 1958, 30% em 1962, 35% em 1963 e 38% em 1965. Não consta que o aumento relativo das condenações a reclusão e detenção em todo esse período tenham produzido resultados na década seguinte. Pelo contrário, os anos 70 assinalarão

As curvas dos indiciados por crimes, por contravenções e do total de indiciados, no período 1950-1967, em números absolutos, apresenta-se como no gráfico 19:

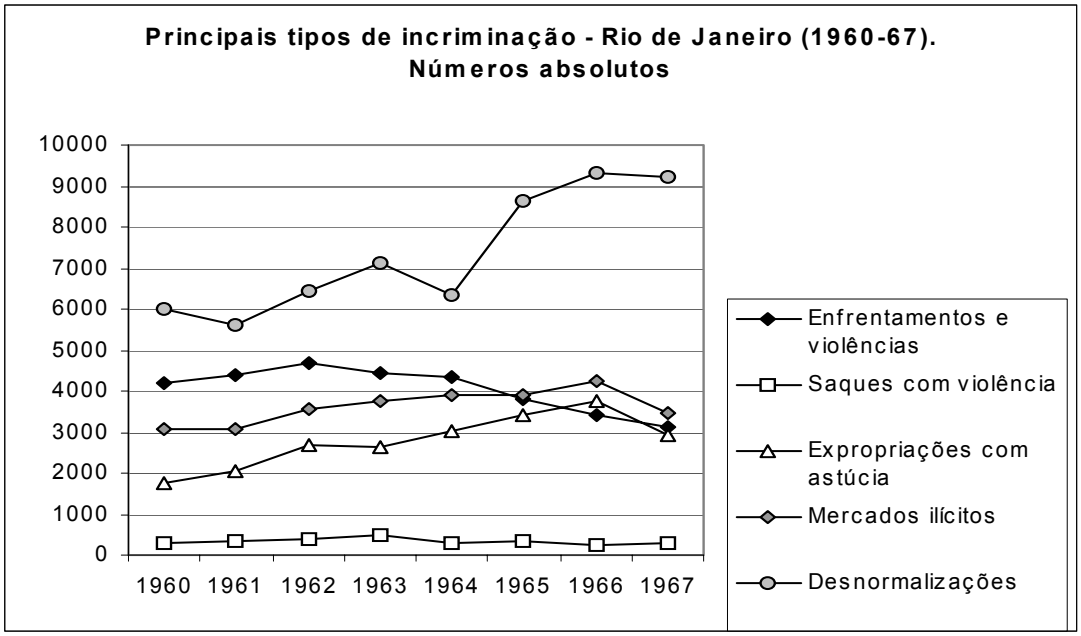
Gráfico 19



Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções – Estado da Guanabara (1966/67)", 1972.

A distribuição dos indiciados na justiça criminal na década de 60 segundo as principais áreas infracionais agrupadas nos cinco tipos de criminação (ver capítulo 2) apresenta-se como no gráfico 20:

Gráfico 20



Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções no Estado da Guanabara", 1960 a 1966/67

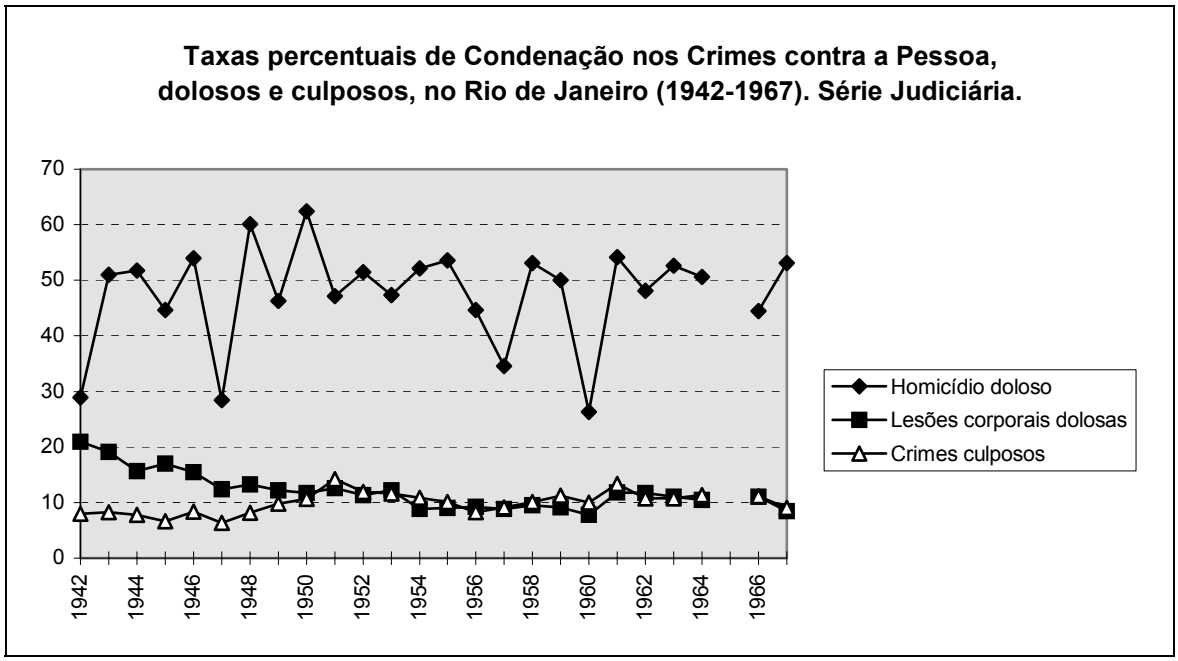
O tipo de incriminação que produziu maior número de indiciados nos oito primeiros anos da década de sessenta foram as "desnormalizações" (principalmente a vadiagem, o porte de arma e a falta de habilitação para conduzir veículos , nessa ordem). O segundo tipo com maior volume de incriminações, "enfrentamentos e violências" (principalmente lesões dolosas), caiu para a terceira posição em 1967, sendo superado pelo tipo "participação em mercados ilícitos" (jogos de azar, jogo do bicho, uso ou comércio de entorpecentes, lenocínio e receptação, nessa ordem), que vinha em terceiro lugar no início da década. O tipo "expropriações com astúcia" (principalmente o furto e o estelionato), que se mantinha na penúltima posição, sobe regularmente e disputa a terceira posição a partir de meados dos anos 60. Os "saques com violência" (basicamente os diversos tipos de roubo) mantêm-se na última posição em volume relativo de incriminados durante toda a década.

Os indiciados por enfrentamentos e violências (1950-67)

Os dados judiciários da série 1942-1970 classificam as incriminações que incluí no tipo: "enfrentamentos e violências", em oito sub-tipos dos delitos agregados pelo Código Penal em « Crimes contra a pessoa » e um subtipo dos delitos agregados pelo Código Penal como "Crimes contra os Costumes" (estupro). Selecionei os delitos que provocam maior reação moral e implicam em penas mais graves: homicídios dolosos (na série se distingue os dolosos dos culposos), tentativas de homicídio (apenas a partir de 1960), lesões corporais dolosas (na série se distingue as dolosas das culposas) e, reunidas numa única rubrica, os « crimes culposos » (homicídios e lesões corporais culposas). Deixei de considerar os subtipos "estupro" e "atentado violento ao pudor", embora importantes, por sua pequena representatividade no conjunto (1%).

Analisando-se a distribuição das condenações na série judiciária verificamos que um mesmo padrão se mantêm. Homicídios dolosos são objeto de maior volume de condenações, enquanto lesões corporais dolosas e crimes culposos ficam bem abaixo em número de condenações e suas curvas tendem a se aproximar. Obtivemos a « taxa de condenação » em cada tipo de delito considerando o percentual de condenados sobre o total de indiciados em cada grupo, em números absolutos (gráfico 21):

Gráfico 21



Fontes: SEDMP, "Crimes e Contravenções: Distrito Federal e Guanabara", vários volumes.

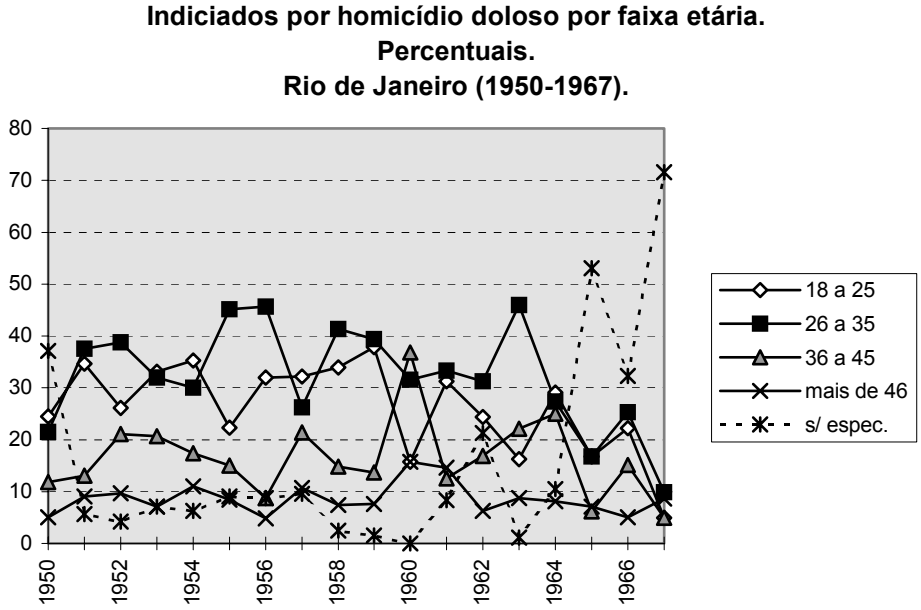
Embora existam dados sobre o perfil social de todos os indiciados, infelizmente não existem dados semelhantes sobre o perfil dos condenados, para o mesmo período, desagregados por áreas infracionais, o que impede uma análise da seletividade social da incriminação no registro judiciário. Os padrões das principais características sociais de indiciados, no período 1942/67 (série do SEDMP), bem como de algumas características sociais da população prisional em vários anos das décadas de 70 e 80 foram já analisados por Campos (1978; 1983;1986; 1993).[115] Analisando-se apenas os principais crimes dolosos da área de crimes contra a pessoa, podemos acompanhar os padrões de algumas variáveis na série temporal do SEDMP, ano a ano, no período 1950-1967.

Os anos de 1950, 1962 e 1965-67 apresentam um número elevado de indiciados por homicídios dolosos sem especificação de idade. Nos demais anos da série, os grupos de faixa etária 18 a 25 anos e 26 a 35 anos se alternam como os principais, com a

[115] Cf. também Miralles et al (1978), Nogueira (1981) e Lemgruber (1995) para uma análise da população penitenciária feminina no Rio de Janeiro.

predominância geral deste último. Embora significativa a posição do grupo de faixa etária de 36 a 45 anos em toda a série, sua predominância em 1960 não deve ser superestimada: trata-se exatamente do ano em que foram contabilizados apenas 19 homicídios, por retardo no encaminhamento de dados ao SEDMP, como já foi observado antes. Também neste ano o grupo de 18 a 25 anos apresenta uma queda acentuada, que deve ser desconsiderada pelos mesmos motivos (gráfico 22):

Gráfico 22

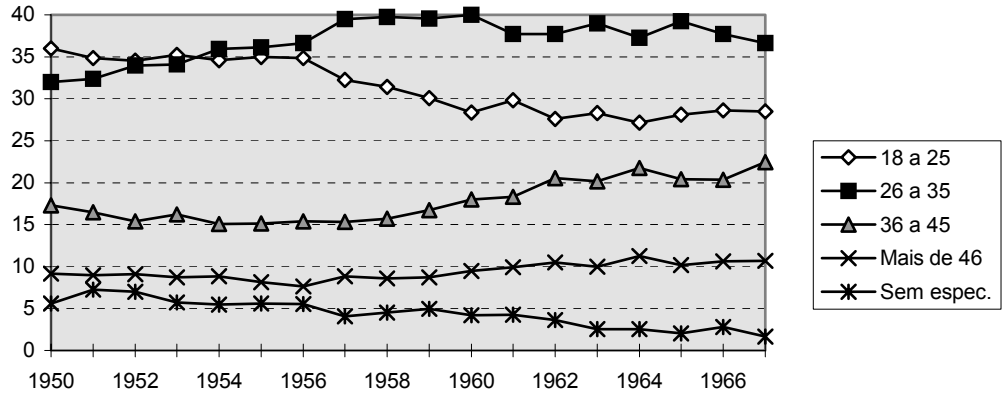


Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções", Distrito Federal e Guanabara, vários anos.

Na área de lesões dolosas os padrões são bastante estáveis em 17 anos e a única mudança foi a predominância da faixa de 26 a 35 anos a partir de 1954 sobre a faixa de 18 a 25 anos que predominava antes. É possível que se possa interpretar essa mudança, em que a queda da faixa dos 18 a 25 parece compensar o aumento da faixa dos 26 aos 35, como decorrente da presença predominante, entre os indiciados de todo este período, da geração nascida nos primeiros anos após a Revolução de 30. Observe-se que também aumenta o percentual da faixa dos 36 a 45 anos a partir de 1958, o que corresponde à mesma geração que predominara em 1950-53 na faixa dos 18-25, e que predominou crescentemente a partir de 1954, na faixa dos 26 a 35 anos. Do mesmo modo, pode-se interpretar que a queda constante da faixa dos 18-26 anos a partir de 1957, corresponde à diminuição relativa da participação da geração nascida durante o Estado Novo no conjunto dos indiciados (gráfico 23):

Gráfico 23

Indiciados por lesões corporais dolosas por grupos de idade.
Rio de Janeiro (1950-1967). Percentuais.



Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções", Distrito Federal e Guanabara, vários anos.

A predominância, entre os indiciados por homicídios dolosos, de não-brancos em quase todo o período (exceto a partir de 1963) é ainda maior se considerarmos que em 1950 eles correspondiam a menos de 30% da população da cidade (Censo de 1950). O aumento dos indiciados sem especificação da cor, também a partir de 1963, pode ter influido na aparente mudança de padrão ocorrida a partir deste ano. Desde 1950, os não-brancos são muito mais incriminados que os brancos por homicídios dolosos (gráfico 24):

Gráfico 24

Fonte: SEDMP, "Crimes e contravenções", Distrito Federal e Guanabara, vários anos.

Em toda a série, os brancos predominam sobre os não-brancos entre os indiciados por lesões corporais dolosas. Ainda assim, a participação dos não-brancos é alta, se considerada sua presença na população da cidade. A predominância dos pardos ou mulatos sobre os pretos em alguns anos (principalmente a partir de 1955) corresponde ao seu incremento relativo na população da cidade, mas também é alta em relação à sua proporção na população geral (gráfico 25):

Gráfico 25

Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções", Distrito Federal e Guanabara, vários anos.

Vejamos agora como se distribui o grau de instrução dos indiciados por homicídios dolosos, também em números absolutos, na série 1950/67 (gráfico 26):

Gráfico 26

Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções", D.F. e GB, vários anos.

A instrução "primária" (que provavelmente inclui primário incompleto) predomina amplamente em todo o período, representando, em média, cerca de 60% dos indiciados do período. Os "sem instrução" vêm em segundo lugar, bem abaixo dos que possuem instrução primária, com cerca de 15% , em média, dos indiciados. A curva dos "sem especificação de instrução" é alta em alguns anos, e em média representa cerca de 20% dos indiciados, mas não chega a comprometer a tendência geral, exceto se incluísse majoritariamente (o que não é improvável) os indiciados "sem instrução". Mas nada pode ser afirmado a respeito, embora reste a suspeita de que a "falta de informações" sobre indiciados pode estar correlacionada a seu baixo status social. Os

indiciados por homicídio doloso com instrução secundária e superior não chegam a representar, em média, mais do que 3,5% de todos os indiciados nesse delito.

Os padrões não são muito diferentes quando se trata da instrução dos indiciados por lesões corporais dolosas, embora o seu volume absoluto seja muito grande (gráfico 27):

Gráfico 27

Fonte: SEDMP, "Crimes e Contravenções", D.F. e GB, vários anos.

Novamente os indiciados com instrução primária lideram amplamente em todo o período, representando em média cerca de 75% de todos os indiciados do período. Em segundo lugar, vêm os indiciados "sem instrução", que representam em média cerca de 12,5% de todos os indiciados do período. Embora em alguns anos a curva dos "sem especificação da instrução" seja alta, em média ela não ultrapassa 7,5% de todos os indiciados. Os indiciados com instrução secundária e superior representam apenas 5,5% de todos os indiciados do período.

Os condenados no Rio de Janeiro (1967-97).

Uma comparação entre esses padrões e os observados nas estatísticas da SUSIPE (1967-69 e 1972-75) e do DESIPE (1976-1980), nos Censos Penitenciários de 1988 e de 1995,1996 e 1997, permite verificar também o que se mantêm e o que se modifica no perfil social de todos os incriminados cumprindo penas nas penitenciárias do Rio de Janeiro.Vejamos inicialmente como se distribuem as condenações pelos cinco tipos de incriminação (gráfico 28):

Gráfico 28

Fontes: SEDMP, Condenados no Estado da Guanabara (1967-69), in Anuário Estatístico do Estado da Guanabara, 1970; Relatórios da SUSIPE, 1972, 1973, 1975; Relatório do DESIPE, 1979-80; Censo Penitenciário do Rio de Janeiro de 1988; Censos Penitenciários do Rio de Janeiro, in Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro, 1995; 1995-96; 1997.
Nota: os dados de 1967-69 referem-se apenas à população existente de condenados, enquanto os demais referem-se à população existente de internos, inclusive os que estão aguardando sentença. Geralmente a data do levantamento é referente ao mês de dezembro de cada ano. Comparam-se também dados do antigo Estado da Guanabara com o atual Estado do Rio de Janeiro, o que deve ser levado em conta quanto aos números absolutos da série.

Além da diferença entre indiciamentos e condenações (condena-se mais em algumas áreas infracionais que em outras, como se viu no gráfico 18), essa diferença entre as taxas de condenação pode inverter padrões entre indiciados e condenados quanto aos tipos dominantes de incriminação. Mas certamente também reflete mudanças nos padrões de incriminação entre os tipos ou dentro de cada tipo, num largo período. Assim, a maior parte dos indiciados por "enfrentamentos e violências" na série 1950/67 era por "lesões corporais", mas na série penitenciária 1967/97 a maior parte dos condenados nesse tipo é por "homicídio" (principalmente doloso, mas também culposo). Enquanto na série de indiciados dominava o tipo "desnormalizações", na série penitenciária pós-1967 ele praticamente desaparece. As condenações por vadiagem, porte de arma, sedução, adultério, direção sem habilitação reduzem-se repentinamente entre o final dos anos 60 e o início dos 70, se comparadas ao indiciamento nesse tipo nas décadas anteriores. É provável que a polícia tenha continuado a incriminar pessoas nesse tipo, como se pode deduzir pelo noticiário jornalístico e pelas estatísticas policiais de 1971-73, mas muito provavelmente foram condenadas a multas ou detenções de curta duração, não aparecendo na população penitenciária contada ao final de cada ano. As condenações concentram-se nos tipos de incriminação que carregam as novas marcas do fantasma: "saques com violência", principalmente o roubo, "enfrentamentos e violência", principalmente o homicídio, e "participação em mercados ilícitos", onde as condenações por jogos de azar e do bicho são rapidamente substituidas pelas condenações por porte ou comércio de entorpecentes, a partir do final dos anos 60. O tipo "expropriações com astúcia", dominado pelo furto e o estelionato, mantêm a

segunda posição entre as condenações durante todo o período, até ser crescentemente superado pelos mercados ilícitos do tráfico de drogas, já em 1995.

Não é possível um exame das características sociais dos incriminados presos segundo os tipos ou as áreas de infração penal, já que esses dados não se encontram cruzados nas estatísticas existentes. Tomarei, então, o conjunto da população penitenciária em alguns anos para uma avaliação do seu tipo social. Quanto à faixa etária, essa população está distribuída como no gráfico 29:

Gráfico 29

Fontes: Relatório da SUSIPE, 1973; Relatório do DESIPE, 1976 e 1979/80; Censo Penitenciário do Rio de Janeiro (1988); Censos Penitenciários de 1995, 1996 e 1997, in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, 1998.

Também como na série dos indiciados (1950/67) a faixa etária de 26 a 35 anos predomina na série dos penitenciários (1972-1997), seguida de perto até o final dos anos 80 pela faixa dos 18 aos 25. Nos anos 90, alarga-se a predominância da primeira sobre a segunda, provavelmente pela interveniência de penas mais longas que mantêm um peso relativo maior na distribuição das faixas etárias. De qualquer modo, não parece que tenha se confirmado a tendência à diminuição da faixa etária entre os penitenciários como se pensava em meados dos anos 80 (Campos, 1987). Os quase 6 mil penitenciários de 1997, cerca de 60% do total da população penitenciária do Rio de Janeiro, nasceram entre 1962 e 1970 e chegaram ao mercado de trabalho na "década perdida", os anos 80.

Quanto à cor dos penitenciários, a predominância dos não-brancos é ainda maior e mais duradoura que na série dos indiciados (1950/67), o que indicaria tanto uma maior presença do racismo no processo de incriminação (Silva, 1994; 1998) quanto uma acumulação de desvantagens sociais, com maior dificuldade de acesso aos direitos civís e a recursos econômicos e sociais capazes de propiciar uma equitativa capacidade de defesa nos tribunais, em relação aos brancos.[116] Em 1997, eram cerca de 8 mil os não-brancos presos ou condenados no Rio de Janeiro (gráfico 30):

[116] Sobre essa mesma desproporção no início do século, ver Ribeiro (1995).

Gráfico 30

Fontes: Relatórios da SUSIPE (1973), do DESIPE (1975, 1976 e 1979/80), Censo Penitenciário de 1988, Censos penitenciários de 1995, 1996 e 1997, in Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Os dados sobre a instrução dos condenados na série temporal são também muito significativos. A população penitenciária com grau de instrução média (secundário completo e incompleto) aumenta regularmente desde o início dos anos 70, modificando sensivelmente o perfil tradicional do penitenciário do Rio, mas sem alterar a predominância, nas duas séries, do grau de instrução primário (completo ou incompleto) e a ainda significativa, embora declinante, presença dos "sem instrução" ou dos que "jamais frequentaram uma escola" na população prisional (gráfico 31):

Gráfico 31

Fontes: SEDMP, "População condenada da Guanabara" (1967-69), in Anuário Estatístico da Guanabara, 1970; Relatórios da SUSIPE (1973), do DESIPE (1976, 1979-80) e Censo Penitenciário do Rio de Janeiro (1988).

Crianças e adolescentes infratores

A "incriminação" de crianças e adolescentes infratores, no Brasil, é tratada diferentemente da incriminação dos adultos. Considerados penalmente de responsabilidade limitada, os "menores" de 18 anos são, no entanto, ao contrário do que o senso comum imagina, objeto de um processo muito mais sumário que o destinado aos "maiores". Uma vez detidos pela polícia, são encaminhados ao Juizado de Menores onde se instaura um "auto de investigação social", com os pareceres da polícia e do serviço de assistência social, que entrevista os acusados que são em seguida encaminhados ao Juiz para que se defina a sentença (Misse et alii, 1973 ; Alvim, 1989). A classificação dos delitos segue a mesma classificação do Código Penal e a pena aplicada pode ir da liberdade vigiada, sob responsabilidade dos pais, até o internamento por alguns anos, nos institutos especializados (inicialmente o S.A.M. – Serviço de

Amparo ao Menor), depois a FUNABEM e FEBEM, atualmente a Fundação da Criança e do Adolescente).

Baseados nos livros de tombo do Juizado de Menores do Rio de Janeiro, Misse et alii (1973) e Figueira (1973) reconstituiram as estatísticas do número de acusados por áreas infracionais entre 1960 e 1971. A partir de 1970, o próprio Juizado passou a produzir estatísticas anuais[117], o que permite construir uma série histórica mais longa que a da polícia ou a do judiciário para os crimes com responsabilidade penal. No gráfico 32, apresentamos a distribuição por ano, em números absolutos, da frequência de crianças e adolescentes infratores sentenciados no Juizado de Menores segundo o tipo de infrações de que foram acusados:

Gráfico 32

O aumento da curva de roubo, a partir de 1974, que encosta na histórica predominância da curva de furto em 1978 e a ultrapassa em 1984 é muito significativa.

[117] Faltaram dados para alguns anos, que foram cobertos com as estatísticas da DSPM (Departamento de Segurança e Proteção ao Menor, que sucedeu à antiga Delegacia de Menores), da Secretaria de Segurança Pública, e do DPCA (Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente (órgão que sucedeu o DSPM e que faz a triagem dos acusados antes de encaminhá-los ao Juizado) e com o trabalho de minha então

O rápido crescimento, em 1995, e a predominância, a partir de 1996, da curva de porte ou tráfico de entorpecentes, que se mantêm até hoje, indica a infantilização ou juvenilização crescente do perfil social de grande parte dos traficantes em vários morros e favelas do Rio a partir dos anos 90, com as sucessivas prisões dos traficantes das faixas etárias de 18 a 35 anos (gráfico 29), bem como o maior interesse policial, nesses anos, na prisão de infratores nessa área de delitos. A frequência de homicídios entre os acusados é relativamente baixa e, após um aumento significativa nos anos 80, voltou a declinar nos anos 90.

O perfil social da criança e do adolescente infrator segue, em geral, o mesmo padrão da população penitenciária, mas têm suas especificidades. Comparando algumas variáveis de uma amostra representativa de 1971 (Misse et alii, 1973) com dados estatísticos mais recentes, Misse (1995) e Nascimento (1997) verificaram que o percentual de jovens infratores alfabetizados caiu de 89,5% em 1971 para 76% em 1993 e 60,7% em 1994. Em 1971, o percentual de reincidentes era de 10,7% e em 1994 passou a 29,5%. O percentual de infratores com até 14 anos aumentou de 8%, em 1971, para 19,4% em 1994, mas a maior incidência continua na faixa dos 17 anos (37,5% em 1971 e 38,6% em 1994). Quanto à procedência, houve um considerável aumento nos percentuais dos jovens infratores procedentes do Centro e dos "sem residência". Em 1971, os que moravam na rua representavam 1,2% do total, em 1993 atingiam 8% enquanto em 1994 passavam a representar cerca de 11,7%. Finalmente, o número de crianças e adolescentes mortos em confronto com a polícia, ou por bandidos, grupos de extermínio ou balas perdidas, supera amplamente o número de homicídios dolosos de que menores de 18 anos foram acusados. O tipo social dominante de "menor infrator" nos anos 70-80, o tradicional "pivete", parece ter sido substituído, em grande parte, nos anos 90, pelo pequeno traficante, o "vagabundo" ("aviões", "vapores", "olheiros" e "soldados"), mas não desapareceu.

2. Os números-representações e a questão da impunidade

Nada como analisar o modo como se fazem as estatísticas criminais e judiciárias para nos darmos conta dos problemas de representação (e as tensões e conflitos) envolvidos na definição do processo de criminação. Desde o preenchimento de uma

---

orientanda, bolsista do CNPq para iniciação científica, Denise Nonato do Nascimento (Nascimento,

declaração de óbito pelo médico, passando pelos exames do IML, até o preenchimento do boletim de ocorrência pelos policiais, ou a exaração da sentença pelo juiz, muitas vezes a criminação escapa para a sombra, a indefinição e o obscuro. O sórdido pode ficar visível e definido, no corpo da vítima, mas a capacidade de distinguir no evento as marcas e os sinais que levam o sórdido à criminação tornou-se uma especialidade complexa, um sistema-perito, que precisa trabalhar uma escala que vai de indícios tênues à total impossibilidade de decisão. Uma etnografia desse processo indicaria a presença de uma *banalização* e de uma *rotinização* de esferas de sentido que afetam emocionalmente as mesmas sinapses de representações que operam, na maioria das pessoas, o sentimento do horror e da crueldade e, portanto, da violência. A banalização do homicídio nas conversações entre bandidos estende-se muitas vezes aos funcionários que lidam com esses crimes, como policiais, pessoal hospitalar e agentes funerários, até chegar a ocorrer mesmo entre transeuntes ou vizinhos da vítima. Quando a vítima do homicídio é um bandido, mesmo que jovem ou considerado não-perigoso, vão se tornando cada vez mais comuns comentários como « já foi tarde », « menos um pra nos roubar », « o serviço foi bem feito », etc. Não há como desvincular esse processo de rotinização do modo de lidar e representar os efeitos da violência com o incremento da representação social de impunidade. As sinapses de signos que denotam, em cada caso, a violência (ou que a definem situacionalmente) são interrompidas e os signos são metamorfoseados por poderes de definição específicos, que podem denegar a impunidade da contra-violência ilegal, considerando-a legítima e reservar os signos da impunidade apenas à sujeição criminal. Um duplo movimento que realimenta a idéia de que os bandidos ficam impunes com a idéia da legitimidade (geralmente sob a forma de uma "necessidade" de não-punibilidade) dos que os matam ou torturam, tratados como "justiceiros". Embora a imprensa e o senso comum "culto" sempre tenham denunciado essa "política do extermínio", não é pequena a proporção de cidadãos que a apoia.

O problema da impunidade

Desagregando apenas os homicídios classificados como distintos dos óbitos por acidentes ou atropelamentos, da série do Serviço de Bioestatística, e comparando-os

---

1997).

com o volume de inquéritos “transitados em julgado” no judiciário do Distrito Federal entre 1950 e 1960 e classificados como « homicídios dolosos », obtive o gráfico 33:

Gráfico 33

Fontes: Serviço Federal de Bioestatística e SEDMP, “Crimes e Contravenções”, D. F. e GB, vários volumes.

Segundo os dados do Serviço de Bioestatística do Distrito Federal, os homicídios não provocados por acidentes de trânsito, atropelamentos e todos os outros acidentes, no Rio de Janeiro, cresceram entre 1951 e 1954, passando de cerca de 8 para cerca de 13 por cem mil habitantes, e mantiveram-se relativamente estáveis no restante da década (em torno de 12 por cem mil habitantes), mas o seu processamento judicial apresentou uma queda vertiginosa, passando de uma taxa muito próxima daquela do Serviço de Bioestatística em 1950 para uma taxa quase dez vezes menor no final da década.

Naturalmente, estamos comparando número de vítimas de homicídios classificados como não decorrentes de acidentes de trânsito e outros acidentes com o número de processos judiciais de homicídios dolosos “transitados em julgado”, mas a diferença entre essas unidades de análise não é suficiente para explicar a montante de afastamento das duas curvas: a queda acentuada na segunda curva indicaria, assim, ou um volume crescentemente menor de incriminação relativa no Rio de Janeiro naquele

período, e/ou um volume relativo maior de vítimas por cada inquérito judicial de homicídio.[118] Este é também o período histórico em que se representa, na imprensa e na polícia, um aumento da violência criminal na cidade e uma mudança histórica do padrão de criminalidade, em relação às décadas anteriores. É também o período em que começa a aparecer, com alguma frequência, a representação social de *incompetência* do Estado na administração da justiça, com o consequente aumento das *demandas de incriminação*.[119] O aumento da criminalidade *não é representado ainda como decorrente da impunidade*, mas, ao contrário, a demanda de incriminação aparece como a *variável* que *precisa* ser atendida (preventiva ou repressivamente) através da ação competente do Estado. Tudo se passa como se uma ordem regulada anterior (variável dependente) estivesse sendo modificada pelo *aumento da criminalidade* (variável independente), contra o qual a polícia e a justiça da ordem regulada anterior *não estivessem mais dando conta* (variável interveniente). Cada instituição terá sua própria auto-justificativa para esse resultado: a imprensa demandará maior ação policial, a polícia dirá que « prende, mas a justiça solta »; a justiça dirá que a instrução policial dos inquéritos é frágil para produzir condenações (Kant de Lima, 1994).

Entre 1963 e 1969 só dispomos dos dados judiciários. O Serviço de Bioestatística do Distrito Federal deixa de atuar no Rio de Janeiro, com a transferência da Capital para Brasília, sendo substituído pelo Serviço de Estatística da Secretaria de Saúde (que não contabiliza mais os homicídios separadamente) e, principalmente, pelo Instituto Médico Legal, cujos relatórios, até 1968, não consegui obter. Não localizei, também, qualquer estatística policial oficial sobre homicídios (ou outra qualquer infração penal) entre 1963 e 1969.[120] Geralmente atribui-se à transferência da Capital federal para Brasília esse descontrole nas contabilidades oficiais do recém criado Estado

[118] É evidente que o aumento da diferença entre registro de vítimas e registro policial de homicídios dolosos decorre de que um registro pode conter várias vítimas, ao invés de apenas uma. Mas o aumento tanto pode significar um incremento do número de vítimas por cada registro policial de ocorrência quanto um aumento do número de vítimas *não processadas* na justiça como homicídio doloso, ou processadas como homicídio culposo. Uma comparação entre registros policiais de vítimas e de registros de homicídio doloso, a partir de 1991, mostrará que a diferença, em torno de 8%, relativamente estável em sete anos, não é tão grande a ponto de explicar a defasagem crescente entre as duas curvas. Para este último ponto, ver Soares et al, 1996, p. 254. Como já observamos antes, pelo menos a partir de 1960 a diferença pode ser explicada pelo sub-encaminhamento dos boletins individuais ao processamento estatístico do SEDMP. Mas, e antes?

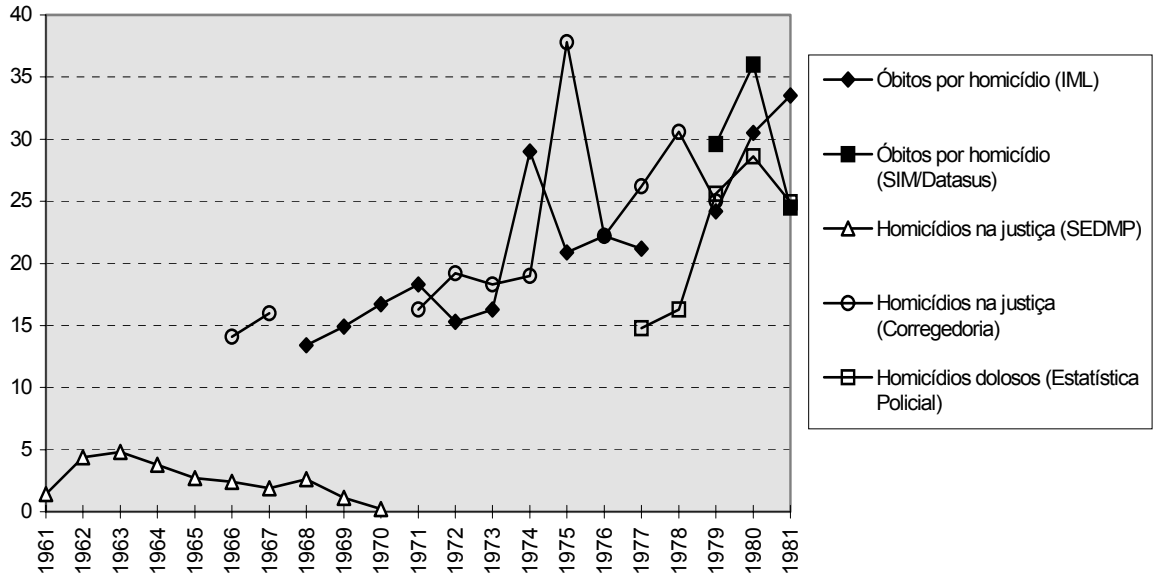
[119] Edmundo Coelho compara taxas de indiciamento, taxas de condenação e proporções de aplicação de penas mais duras entre 1942 e 1967, com base nos dados do SEDMP, e conclui que havia mais condenações por contravenções e crimes leves que por crimes graves, com penas de longa duração. Ver Coelho (1986).

[120] A única exceção são os dados da Corregedoria da Justiça para os anos de 1966 e 1967 sobre « óbitos por homicídio » publicados na imprensa. Ver « O Dia », 1/4/1968, p.1

da Guanabara, já que no antigo Estado do Rio de Janeiro os serviços estatísticos continuaram a ser mantidos no mesmo padrão, pelo menos até 1974, quando são interrompidos pela « fusão » entre os dois estados. As estatísticas oficiais do IML, publicadas a partir de 1971, podem, no entanto, ser comparadas com as estatísticas oficiais de inquéritos distribuídos para júri, pela Corregedoria da Justiça, ano a ano, que indicam tratar-se de todos os inquéritos por homicídio doloso. Obtive, assim, o gráfico 34, complementar ao gráfico anterior, embora constituído por outras séries:

Gráfico 34

Homicídios dolosos no Rio de Janeiro: registros de óbitos, judiciário e polícia (1961-1981). Taxas por 100 mil habitantes.



Fontes: SEDMP (1961-1970);Anuários Estatísticos da Guanabara, 1971-1974; Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro (1978-81); Relatórios anuais da Corregedoria de Justiça do Rio de Janeiro (1971-79); Relatórios anuais do Instituto Médico Legal « Afrânio Peixoto », do Rio de Janeiro (1968-72); SIM/Datasus, 1998.

Um aumento de pouco mais de 1/100 mil para pouco mais de 4/100 mil entre 1960 e 1963, de homicídios dolosos processados no judiciário, não modifica o declínio quase linear verificado na década anterior, com as taxas de 1969 se aproximando das taxas de 1960, apesar da imprensa noticiar constantemente um aumento da violência na

cidade. O « salto » da curva de homicídios dolosos processados pelo judiciário entre 1970 e 1971 não pode, isoladamente, ser atribuída a qualquer mudança na justiça, mas antes à diferença das fontes em que se baseiam os dados. A série judiciária do SEDMP, que vai até 1967, completada nos três anos seguintes pela Assessoria de Estatística do Estado da Guanabara[121], é baseada nos boletins individuais *transitados em julgado* anexados aos inquéritos, enquanto os dados judiciários entre 1971 e 1979 são baseados nas estatísticas de inquéritos *distribuídos* pela Corregedoria da Justiça do Rio de Janeiro. Isso talvez explique uma parte importante da diferença entre as duas séries, já que a série do SEDMP começa a apresentar problemas de recebimento dos boletins individuais a partir de 1960, o que compromete seriamente sua confiabilidade desde então.

Parece evidente (embora não possamos demonstrar, a não ser ilustrativamente pelo noticiário jornalístico)[122], que o hiato entre o número de óbitos por crime doloso e o número de inquéritos por homicídio doloso « transitados em julgado » na justiça e distribuídos ao SEDMP manteve-se também na década de 60, apesar do crescimento de homicídios processados entre 1962 e 1964. A partir de 1970 não se produzem mais dados judiciários equivalentes aos das décadas de cinqüenta e sessenta. As estatísticas judiciárias passam a depender de uma contabilidade geral da Corregedoria da Justiça, que informa sobre o volume de inquéritos policiais distribuídos às diferentes varas, sem qualquer especificação. Levando-se em conta, no entanto, que, por lei, todo inquérito de homicídio doloso é distribuído, no próprio ano em que é instaurado, para tribunais do júri, pode-se, como fez Donnici (1984), supor que seu número represente o número de processos por homicídio doloso efetivamente apreciados na justiça a cada ano. O IML, por sua vez, em suas estatísticas, nem sempre sabe imediatamente - e nem sempre é instruído pela polícia técnica para isso - da « causa jurídica » de um óbito. Um óbito por « enforcamento », por exemplo, pode ter sido um homicídio doloso ou culposo, pode ter sido um suicídio ou mesmo um acidente. Ossadas encontradas nem sempre permitem

[121] Nas estatísticas do ano de 1970, publicadas no Anuário Estatístico da Guanabara de 1972, há referência ao caráter incompleto dos dados referentes àquele ano, ainda passíveis de modificações que jamais foram feitas.

[122] Na tabela 9, abaixo, comparamos os dados do judiciário com os homicídios dolosos ocorridos no Rio e noticiados pelo jornal « O Dia », nos anos de 1958, 1962 e 1964, e confirmamos a defasagem:

Anos	Judiciário (SEDMP)	« O Dia »
1958	155	237
1962	154	202
1964	141	260

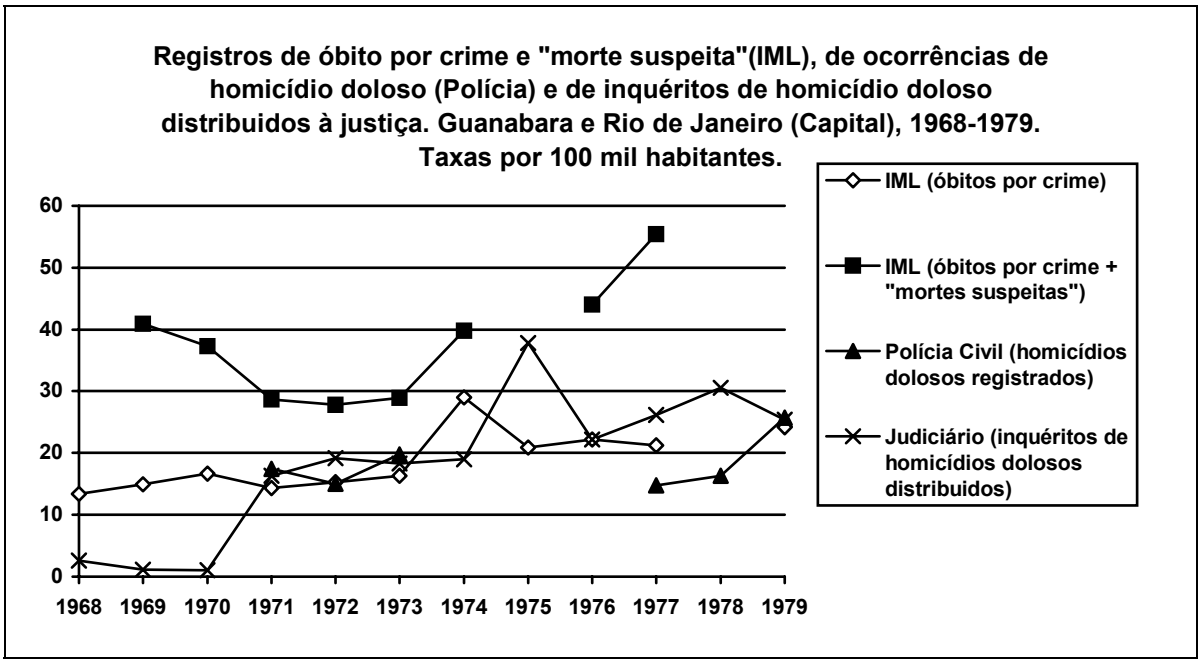
determinar a *causa mortis*, a não ser após completado o laudo pericial, que pode demorar meses ou simplesmente ficar « sem solução ».[123] A exigência imediata de declaração de óbito para o sepultamento obriga o IML a preenchê-la, muitas vezes, antes que se elucide a « causa jurídica » (e não a causa clínica) do óbito.

Esse problema ilustra, a contento, a diferença entre interpretações de um óbito baseadas na sensibilidade jurídica local e aquelas que devem atender às exigências legais. A criminação não é sempre derivada de uma evidência empírica, mas o resultado de interpretações legais. A partir de 1968, o número desses casos aumenta e o IML os relega a uma classificação burocrática, como « Outros », ou « óbitos sem causa jurídica », ou ainda os coloca na fila dos que « dependem de exames complementares », o que indica que o próprio IML não sabe como classificá-los.[124] Passaram, então, a ser classificados pela expressão « mortes suspeitas ». Como o seu número é significativo, decidi também inclui-los numa comparação com os dados de homicídios dolosos registrados pela Polícia, produzidos a partir de 1971. Comparados os dados do IML (classificados como homicídios dolosos e como « mortes suspeitas ») com as ocorrências de homicídios dolosos registrados pela Polícia e os processos por homicídios dolosos distribuídos a tribunais do júri entre 1968 e 1979, obtive o gráfico 35 :

[123] Escrevendo sobre a Baixada fluminense, Percival de Souza (1980) contabilizou nas Varas Criminais de Nova Iguaçu, em 1978, 4.100 processos à espera de julgamento, por homicídio e tentativa de homicídio, dos quais 1.600 se referiam a crimes de « autoria desconhecida ». Em pesquisa que realizei em 1979-1980, em Nova Iguaçu, constatei, numa amostra de processos por homicídio doloso, que 54% tinham acusado ignorado ou acusado e vítima ignorados (Misse, 1982; 1983).

[124] Nos Anuários Estatísticos da Guanabara de 1972, 1973 e 1974, as estatísticas do IML não oferecem a classificação « mortes suspeitas » que aparecem em Donnici, 1984, p. 206. Aparecem classificadas como « outros ».

Gráfico 35



Fontes: Anuários Estatísticos da Guanabara, Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro e Corregedoria de Justiça (Capital), *apud* Donnici, 1984.
Nota: Nos anos 1968-1970 as informações do SEDMP referem-se a « processos transitados em julgado » e são incompletas para o ano de 1970. Nos anos de 1975, 1978 e 1979 não obtivemos dados do IML sobre « mortes suspeitas ».

Evidentemente, os dados do gráfico não são completos e nem pertencem todos a uma mesma série. Ainda assim, a diferença entre o número de óbitos registrados no IML como tendo sido produzidos por crime ou classificáveis como « morte suspeita », todos exigindo procedimento judicial, e o volume de inquéritos apreciados ou distribuídos à justiça criminal do Rio de Janeiro, continua ainda muito grande para ser explicada apenas pela diferença entre as unidades comparadas. No entanto, *a diferença parece menor que a apresentada na década de cinquenta e sessenta*. Levando-se em conta que uma parte das « mortes suspeitas » terminaram entrando na rubrica de « homicídio doloso », outra parte em « homicídio culposo » (aqui não analisada) e que a maior parte, provavelmente, não foi processada judicialmente, em alguns anos a diferença parece, inclusive, diminuir. Dificilmente poderíamos tirar maiores conclusões desses dados, mas pelo menos uma se impõe: a de um hiato *histórico* entre vitimização e incriminação por homicídio no Rio de Janeiro, que se alargou num ciclo (1953-1970) e parece ter diminuido um pouco (ainda que conservando-se muito grande) e se

consolidado, num certo patamar, no ciclo seguinte (1971-1979). Comparando-se as médias dessa diferença (taxas por 100 mil habitantes de registros de óbitos em relação a inquéritos distribuídos à justiça, ambos por homicídios não decorrentes de acidentes), a diferença aumenta constantemente entre 1949 e 1971, até se inverter a favor do judiciário, apresentando taxas positivas a partir de 1972-1974. Mas isso só pode ocorrer quando não se considera *todas as « mortes suspeitas » como homicídio doloso* (o que é tão problemático quanto considerá-las). O que parece que se pode concluir é apenas que a maioria das mortes classificáveis como suspeitas não vão ao judiciário ou, então, terminam entrando na categoria de homicídios culposos, cujo processamento pelo judiciário jamais foi inteiramente contabilizado em separado. A análise da tabela 10 sugere essa hipótese:

Tabela 10: Óbitos por homicídio e 'morte suspeita' e inquéritos por homicídio distribuídos à justiça no Rio de Janeiro: 1949-1960 e 1969-1974. Taxas por 100 mil habitantes.

Anos	óbitos por homicídio não acidental (Bioestatística e IML)	inquéritos por homicídio doloso distribuídos a tribunais do júri	diferença por unidades/100 mil habitantes	diferença quando somadas todas as « mortes suspeitas »
1949-1951	8.8	8.1	-0.7	
1952-1954	11.3	6.9	-4.4	
1955-1957	12.3	3.8	-8.5	
1958-1960	11.6	2.5	-9.1	
1969-1971	16.6	5.9	-10.7	-31
1972-1974	20.2	18.8	-1.4	-13.4
1975-1977	21.4	28.7	+7.3	-20.7

Fontes: Anuários Estatísticos da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro e Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Faltam dados oficiais sobre óbitos registrados entre 1963 e 1968. Faltam dados de « mortes suspeitas » em 1975. Construí os intervalos em função dos anos em que existiam dados disponíveis sobre ao menos duas variáveis.

Observe-se que as críticas de subestimação que podem ser feitas às estatísticas judiciais, podem também ser dirigidas aos registros do IML ou da Secretaria de Saúde do Estado.[125] Se esses dados significam alguma coisa, poder-se-ia afirmar que o hiato entre vitimização e incriminação por homicídio doloso cresce regularmente entre 1950 e 1970 e se consolida, num certo patamar, na década de 70 no Rio de Janeiro. Não há registros judiciários comparáveis na década de 80 e na maior parte da década de 90 que

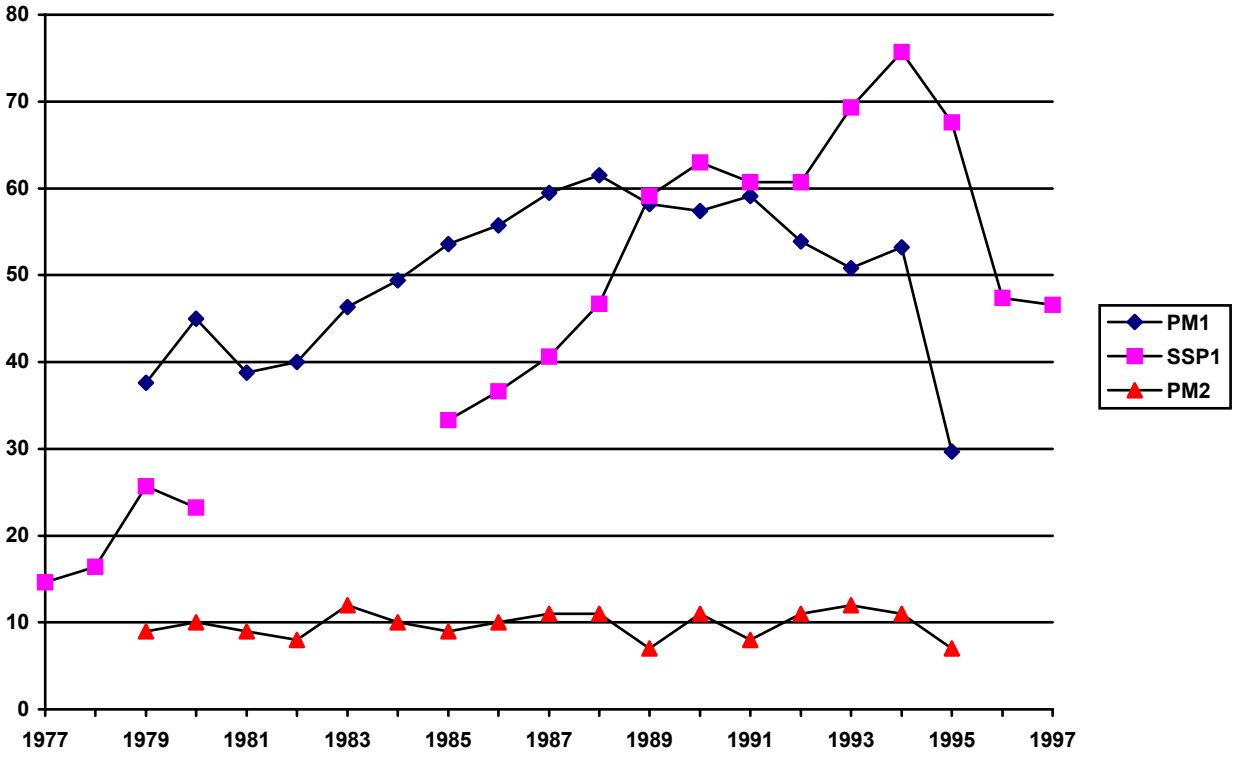
permitam continuar essa análise histórica do hiato entre vitimização e processamento judicial por homicídio doloso. Em 1997, a polícia contabilizou 2597 homicídios dolosos no Rio de Janeiro, mas foram tombados na justiça, no mesmo ano, 1033 processos penais (com denúncia acolhida ou pelo arquivamento).[126] Os demais, provavelmente, continuam ainda na fase de inquéritos, nas delegacias.

O hiato, no entanto, pode ocorrer também *entre duas fontes policiais* de registros de ocorrências que envolvam homicídios dolosos. Até 1985, a Polícia Militar do Rio de Janeiro registrava mais homicídios dolosos somados à rubrica « encontro de cadáver » que os homicídios dolosos registrados pela Polícia Civil e depois de 1989 passou a registrar cada vez menos (gráfico 36):

[125] Ver Souza, Njaine e Minayo (1996), que propõem que os registros de óbitos por homicídios da Secretaria de Saúde são subestimados no Rio de Janeiro, ao analisarem a série do Datasus que começa em 1979.

Gráfico 36

Homicídios dolosos: taxas por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro (1977-1997)



Fontes: Boletins Estatísticos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM) e Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP).

PM1 = total da rubrica "homicídios" + total da rubrica "encontro de cadáver" nos registros da PM
SSP1 = total da rubrica "homicídios dolosos" da SSP
PM2 = total da rubrica "homicídios" sem agregar o total da rubrica "encontro de cadáver" da PM.

Que a Polícia Civil ou a Secretaria de Segurança Pública registrem mais homicídios dolosos que a Polícia Militar, nada há de surpreendente, já que a Polícia Militar não alcança - como as delegacias distritais e as especializadas -, todas as ocorrências policiais da cidade. Mas que o inverso aconteça entre 1977 e 1989 é não apenas estranho, mas espúrio, se considerarmos que se trata do mesmo período em que a Secretaria de Segurança Pública organiza as suas estatísticas, produzindo relatórios mais satisfatórios.[127]

---

[126] Baseio-me nas estatísticas que me foram encaminhadas, através do ofício 402/GJAUX/CGJ/99 da Corregedoria Geral da Justiça, em atendimento a pedido que formulei ao Juiz responsável pela distribuição geral da Entrância Especial (Capital).

[127] Trato com mais detalhes essa comparação em Misse (1997). Agradeço a Jorge da Silva pela sugestão dessa comparação.

A diferença, como se pode observar no gráfico, fica por conta da inclusão ou não do ítem « encontro de cadáver » ao ítem "homicídios" contabilizado pela Polícia Militar. À primeira vista, poderia parecer que esse ítem não se refere necessariamente (nem principalmente) a homicídios dolosos, mas a toda sorte de mortes acidentais, suicídios, atropelamentos, não fosse o fato de que todos esses itens são registrados em separado e oferecem uma série aparentemente coerente no mesmo período. Em conversa com oficiais da PM que trabalharam nas estatísticas nesse período e que conheciam os hábitos de preenchimento dos boletins que serviram de base para a elaboração dessa contabilidade, fiquei sabendo que uma parte significativa dos registros de « encontro de cadáver » referiam-se a um homicídio « suspeito », isto é, que não caberia ser registrado em nenhum dos outros itens (o mesmo problema do IML a partir de 1968). Estaria a Polícia Civil, antes de 1989, esquecendo-se de computar as « mortes suspeitas » em suas estatísticas e deixando de abrir inquéritos a seu respeito?[128]

Toda essa confusão de dados, principalmente antes de 1989, indica o quanto não era oficialmente importante saber o volume de óbitos por homicídio, a relação entre essas mortes e sua criminação pela polícia como homicídio doloso e seu processamento no judiciário. Têm razão os que afirmam que houve e há impunidade. *Mas desde quando?* A tabela 11, baseada em dados de *1945*, não parece mostrar uma « taxa de impunidade » muito menor que a de hoje:

Tabela 11 : Crimes, indiciados, denunciados e condenados em 1945 no Rio de Janeiro.

Crimes	Indiciados pela polícia em inquéritos	Denunciados em processos no judiciário	Condenados pela justiça
Homicídio	356	96	58
Lesões corporais e tentativas de homicídio	6498	1397	507
Roubo	121	37	19
Furto	1360	619	355

Fontes: Departamento Federal de Segurança Pública, dados de indiciados no Distrito Federal por crimes e contravenções, in Anuário Estatístico do Distrito Federal, 1946. SEDMP, "Crimes e Contravenções – Distrito Federal – 1945".

[128] Nos anuários estatísticos de 1977-79, da SSP, constam na rubrica « ocorrências administrativas », 254 'mortes suspeitas' em 1977, 177 em 1978 e 205 em 1979. Após 1979, essa informação desaparece das estatísticas.

O que se entende, então, por « impunidade »? Que o número de condenações não seja próximo ao número de indiciamentos? É evidente que isso é absurdo, da perspectiva da cidadania moderna, já que *apenas a* condenação, do ponto de vista legal, *encerraria o sentido* do processo de incriminação. Quem define, em última instância, se cabe incriminação, é a última e inapelável sentença de um poder, o poder judiciário. A diferença entre a demanda de incriminação e seu processamento legal não pode ser um índice de impunidade, a não ser quando se coloca sob suspeita toda a administração legal da justiça, o que também parece excessivo. Novamente, o hiato entre a sensibilidade jurídica local e o sistema legal de incriminação, que resulta de uma disjunção entre *poderes de definição,* responde por grande parte da representação social da impunidade. Mesmo nos países onde o poder judiciário ou a polícia não são representados como ineficientes, como ocorre no Brasil, esse hiato existe, mas onde a *separação* entre a letra da lei e as condições sociais de sua efetivação é percebida como muito grande, a denúncia pode se transformar em delação, o medo de testemunhar pode invocar razões legítimas, o desinteresse social pelas vítimas desafiliadas, excluídas ou praticamente sem acesso à cidadania pode transformar a investigação de suas mortes num "favor", a ser disputado através de "pistolões" amigos ou parentes dentro da polícia, ou simplesmente se manter como um desinteresse conformista, como um lugar-comum. É sobre essas questões que incide a representação social da impunidade no Brasil.

O que parece produzir esse grande hiato entre vitimização e processamento legal pode decorrer de cinco fatores: 1) aumento dos homicídios que não se consegue elucidar, geralmente envolvendo "excluídos sociais", sem identificação civil e relativamente desafiliados, muitos até sem parentes que os procurem; 2) aumento dos homicídios praticados pela polícia; 3) aumento dos homicídios praticados por grupos de extermínio; 4) desinteresse policial em investigar homicídios em que as vítimas são bandidos, parte dos quais são registrados como "mortos em confronto legal"; 5) aumento dos homicídios provocados por bandidos em condições de anonimato (latrocínios em via pública, balas perdidas, pistolagem sob encomenda) ou entre agentes do tráfico de drogas e armas onde impera a "lei do silêncio", que dificulta a investigação. Mas o mais provável é que o *desinteresse* policial pela investigação (espontâneo, subcultural ou demandado por outros) seja o fator mais importante, recorrente e historicamente acumulativo na representação social da impunidade no Brasil.

Outra questão é a associação, na representação social, da impunidade ao aumento da violência. Ela depende de uma associação causal entre as duas variáveis. Ora, a impunidade de 1945 não parece relacionada a qualquer crescimento de homicídios dolosos no Rio nos anos seguintes (houve, mesmo, declínio até 1953), nem, à época, comparecia nas representações sobre as causas do aumento da criminalidade. O alargamento do hiato entre vitimização e indiciamentos, principalmente a partir do aparecimento da categoria de "mortes suspeitas", parece indicar, no entanto, uma base para a representação de uma crescente impunidade desde então. Mas não dispomos de dados suficientes para confirmar essa hipótese. Ela pode ter sido sempre alta, e é melhor, nesse caso, considerá-la, no mínimo, constantemente alta, constantemente atuante sobre os agentes sociais.[129] Seu crescimento entre 1950 e 1960, pelo menos quanto a homicídios dolosos, coincide com o aumento dos crimes violentos, mas não parece ser percebida como sua causa, antes um e outro parecem em espiral viciosa, acompanhando-se mutuamente e respondendo a fatores comuns.

Se na área sensível dos homicídios não dispomos, até há pouco mais de sete anos, de dados mais confiáveis e elucidativos, o que dizer então dos dados sobre outros delitos considerados graves? Nesse sentido, é plausível a hipótese de que o problema da impunidade (ou de sua representação entre os agentes sociais) não parece depender de um incremento quantitativo significativo de homicídios dolosos no Rio, entre 1950 e 1960, que tenha atravancado o judiciário, mas de dificuldades *qualitativas* de incriminação, ainda na fase da investigação policial e da instrução judicial. Em 1979 verifiquei que *mais da* metade dos inquéritos distribuídos por homicídio nas varas criminais de Nova Iguaçu *desconheciam quem acusar ou* incriminar (inexistência de acusado ou acusado ignorado).[130]A maioria das vítimas, como hoje, provinham de segmentos socialmente excluídos, várias não tinham sequer registro civil e uma parte importante foi morta por ação de policiais ou de grupos de extermínio que as desfiguravam para impedir sua identificação.[131] Quando identificadas, não havia interesse (ou condições) da polícia em incriminar os seus assassinos, vários deles seus

[129] Em 1992, segundo Soares et al, « apenas 8,1% dos inquéritos policiais de homicídios dolosos e 8,9% daqueles referentes a roubo seguido de morte (latrocínio) converteram-se em processo até junho de 1994, isto é, num prazo médio de *dois* anos » (Soares et al, 1996, p.219, grifo meu). Em 1945, somente 27% dos indiciados por homicídio pela polícia foram denunciados em ação penal pelo judiciário até *cinco* anos depois (cf. tabela 11).

[130] Nos inquéritos por roubo, o percentual de « acusados ignorados » chegava a 40%, mas nos inquéritos por furto o percentual caía para quase zero! Cf. Misse (1981).

[131] Em 12,5% dos inquéritos por homicídio em Nova Iguaçu, em 1979, a polícia não foi capaz de *identificar* nem as vítimas, nem os autores. Idem, ibidem.

colegas.[132] A « lei do silêncio » corporativa, na polícia, pode ter ajudado a ação de esquadrões e grupos de extermínio que apareceram em meados dos anos 50. Essa dimensão da impunidade dos « justiceiros », talvez a mais importante, por se alimentar da representação de « impunidade » dos bandidos e por reforçar soluções particularistas na esfera dos agentes do Estado, incorpora-se às representações dominantes da « violência urbana », ajudando a homogeneizá-la num mesmo fantasma, que inclui a representação de « impunidade » de crianças e adolescentes.[133] Mas essa é uma faca de dois gumes: a única impunidade, nesse caso, é a da polícia, já que o extermínio - muito mais do que a punição legal - dissuadiria os bandidos a continuarem ou a ingressarem no crime. O que se viu, no entanto, foi o contrário. Quanto mais atuavam os esquadrões da morte e os grupos de extermínio, mais cresciam os homicídios nas estatísticas, mais crescia a criminalidade comum e mais violenta essa ia ficando, como numa reação em cadeia ou num círculo vicioso. A violência da polícia antecede, na memória social, ao incremento da violência entre os bandidos. A violência preventiva, muitas vezes arbitrária e ilegal, pode ter sido um dos principais fatores que acionaram o círculo vicioso que interliga a representação de impunidade legal ao reforço da demanda de punição arbitrária e ilegal e, finalmente, ao reforço da resposta violenta dos criminosos.

Já no período seguinte aos anos 70, o aumento significativo do número de homicídios dolosos parece acrescentar ainda mais problemas às instituições encarregadas da administração da justiça. A hipótese de que o problema da impunidade possa ser explicado como dependente desse aumento absoluto de homicídios é tão plausível quanto a hipótese contrária, que o põe como causa desse aumento. Na verdade, ambos parecem derivar de um processo social *comum,* que fez ao mesmo tempo aumentar crimes de um lado e diminuir a capacidade de incriminação legal de outro, praticamente na mesma proporção. Este processo coincidiria com a transferência de parte da incriminação legal para a incriminação arbitrária dos esquadrões e grupos de extermínio, que « executaram sentenças » por conta própria, aumentando o número de homicídios dolosos registrados e diminuindo, ao mesmo tempo, o volume de

[132] Sobre a ação desses grupos de extermínio, formados por policiais e ex-policiais, na Baixada fluminense, ver Sousa (1997) e Alves (1998).

[133] Ao contrário das varas criminais, as varas de menores processavam rapidamente os indiciados, como demonstra Josefina Figueira: 55,8% chegavam para a audiência com o juiz em menos de 48 horas após seu contato com a polícia e mais de 60% eram sentenciados em menos de duas semanas após seu contato com a polícia (Figueira, 1973). A crítica à impunidade passa, então, a enfatizar o « tratamento diferencial » dispensado aos menores, quando comparados aos adultos. As constantes revoltas nos institutos da FEBEM indicam, no entanto, o contrário. Sobre essa questão ver Altoé (1985), Violante (1985); Alvim (1989); Silva & Milito (1995); Batista (1998) e Assis (1999).

incriminação legal e, portanto, sua contabilidade oficial. Até aqui, apenas pesquisas de vitimização poderiam suprir de informação comparativa a diferença entre o « real » e o « legal », e as razões que produzem essa diferença.

Demandas de punição e contra-violência

A percepção social de um aumento do número absoluto de crimes, sem que se faça acompanhar de uma percepção de impunidade alta, não faz por si só aumentar a demanda de incriminação, mas pode fazer aumentar a demanda de agravamento das penas. Mas quando também há percepção de impunidade alta *no aparelho judicial*, a demanda de incriminação aumenta *condensando* a demanda de maior volume de incriminação com a de maior e mais grave punibilidade, legal ou ilegal. A disjunção entre demanda tradicional de punição e demanda legal de incriminação tende também a aumentar, abrindo espaço para uma demanda de « justiçamento » que duplica a ordem legítima.

É o que parece ter ocorrido na representação social de um segmento crescente da população do Rio de Janeiro em meados dos anos cinquenta, bem como num segmento análogo no interior do aparelho policial. O aparecimento, quase simultâneo, de campanhas pela instituição da pena de morte, e de grupos de extermínio formados por policiais e ex-policiais, no Rio de Janeiro e em sua periferia, nos anos cinquenta, é apenas a ponta mais cruel e visível de uma demanda difusa e violenta de incriminação que percorre transversalmente os diferentes segmentos e classes da população da cidade, pelo menos desde então. A « campanha pela pena de morte », desfechada no início dos anos 60 no parlamento, e que até hoje, volta e meia, reaparece, possui uma ambivalência que exige um exame mais cuidadoso. À primeira vista, é uma demanda legítima, de um segmento da população, por uma mudança nas leis que permita o agravamento das penas, como meio de dissuação criminal. Dado, no entanto, que ela é desfechada praticamente na mesma época em que aumentam os linchamentos e aparecem os chamados « esquadrões da morte », passa a comunicar alguma legitimidade às práticas arbitrárias e punitivas da polícia e de pequenos grupos da população, ao mesmo tempo em que argumenta pretender controlá-las legalmente. O principal argumento usado é que uma vez que ela existisse, a pena de morte aumentaria a deslegitimação das práticas arbitrárias dos policiais envolvidos com o extermínio de bandidos. Por outro lado, a defesa da pena de morte entra em contradição com a percepção social de que a

impunidade (mesmo sem pena de morte) decorre da incapacidade (ou do desinteresse, ou da dificuldade objetiva - como se queira) da polícia em instruir competentemente os processos. Como vimos antes, é baixo o percentual de homicídios dolosos que se transformam em penas de prisão para seus autores. Os esquadrões e os linchamentos, no caso de a pena de morte ser legalizada - argumentam seus opositores -, não diminuiriam, mas, pelo contrário, encontrariam maior respaldo para suas práticas.

Quando setenta por cento da população de uma das maiores áreas urbanas do país afirma que concorda ou tende a concordar que os bandidos "não devem ter seus direitos respeitados", é evidente que instalou-se (ou consolidou-se) um tipo de demanda de incriminação que incorpora, na sua contra-violência afirmada, um *poder de definição* da violência e da incriminação que *não exige as mediações estatais* da incriminação moderna. Como se chegou a isso? Se examinarmos os vários ciclos de representações do « perigo social » representado pelo banditismo, verificaremos que há uma afinidade de sentido entre a deslegitimação da pobreza urbana como causa representada da criminalidade e a exigência crescente de maior e mais grave punição aos bandidos.

A deslegitimação da pobreza como causa da criminalidade começa a crescer quando a dimensão de « violência » começa a substituir a dimensão de « astúcia » nos cursos de ação criminá veis; quando também o agente isolado, ou em pequenos grupos, começa a ser substituído por redes e quadrilhas mais organizadas; quando a visibilidade social de que as populações urbanas pobres são as principais vítimas do banditismo substitui a representação de que elas é que forneciam seus filhos ao banditismo; quando, finalmente, a percepção, nas classes médias, de uma polícia incompetente começa a superar a percepção de uma polícia esforçada, que apesar de seus parcos recursos, garantia a segurança dos "cidadãos de bem" contra os morros e favelas da cidade. A deslegitimação da pobreza como causa representada da criminalidade é contemporânea da percepção de um aumento incontrolável da violência na cidade, sem que as condições sociais tivessem se deteriorado na mesma proporção.[134] Essa transformação não se deu aos poucos, estabeleceu-se rapidamente em meados dos anos oitenta, provavelmente durante a campanha para o governo do Estado que elegeu Moreira Franco, em 1985, em que ele prometera « acabar com a violência em seis meses ». A acusação ao brizolismo de ter sido conivente ou omisso com o tráfico de drogas nas favelas e conjuntos habitacionais facilitou a reviravolta. O discurso da impunidade

[134] Veja-se, por exemplo, os argumentos de Coelho (1980).

venceu o discurso da justiça social no seu próprio campo, o da esquerda carioca, e a demanda de incriminação, desde então, ganhou uma legitimidade e uma relativa autonomia em relação aos problemas sociais (inclusive junto à população urbana mais pobre) que parecem justificar a opinião dos setenta por cento que concordam ou tendem a concordar que os bandidos não devem ter os seus direitos respeitados. Ao aumento da criminalidade seguiu-se um aumento da abrangência do poder de definição *preventivo* da contra-violência.

3. Pobreza e Crime

Quando a representação da existência de um « perigo social » adquire a consistência de um « inimigo comum », capaz de unificar a sociedade para combatê-lo - de um modo análogo ao que representa a « guerra » e o « estrangeiro » na arregimentação clássica e preventiva da contra-violência - ; e quando, por outro lado, essa representação identifica esse inimigo comum no interior da própria sociedade (local, nacional ou abrangente) - tomada como *locus* normativo da identificação ideal de todos os seus membros, pode-se supor que uma específica delimitação *de quem* seja e *onde* vive esse perigo se torne indispensável. De um modo geral, o *inimigo interno* tenderá a ser representado também como: 1) *traiçoeiro*, manipulador da confiança comum ou agindo sob condições de surprêsa ou quebra de expectativas; 2) *evanescente*, isto é, capaz de não ser regularmente encontrável em ou de desaparecer de uma posição (seja ela social, um posto profissional ou um vínculo familiar, por exemplo, seja também essa posição um espaço fixo, um local de trabalho ou de residência). Como também parece liberar forças que muitos indivíduos conhecem em si mesmos mas que auto-controlam de algum modo, ele exerce fascínio ambivalente e produz socialmente medo, precaução e desconfiança. Na arte, ele toma muitas vezes a forma de um fantasma ou de um monstro, e essa última metáfora é tão mais apropriada quanto maior for a representação de horror que ele possa desencadear. Marx e Engels utilizaram, no *Manifesto*, a imagem irônica do *espectro* para caracterizar a representação do comunismo na Europa do século XIX, já então apresentado como um inimigo comum *interno* a todos os povos. Freud aplicará a metáfora à sua concepção de *forças internas*

agindo a despeito da consciência do paciente neurótico e a psicanálise contemporânea a absorverá como signo principal do imaginário.[135]

Quando o crime sai da esfera individual da pura incriminação para servir à construção de tipos sociais de sujeição criminal, constitui-se, na representação social dominante, o que se poderia chamar de um fantasma *social*, um inimigo interno específico cujo perigo será representado como tanto maior quanto maior for sua incorporação por membros da sociedade. Movimentos místicos como os de Antônio Conselheiro, em Canudos, e José Maria, no Contestado, assim como o banditismo rural representado pelo cangaço constituíram diferentes fantasmas sociais em suas épocas. Um específico *fantasma criminal urbano* se constitui também de diferentes maneiras e seus tipos sociais - num largo período histórico - passarão por metamorfoses que o identificarão às mudanças registradas em suas motivações, em seu comportamento, em seus recursos de poder e em sua periculosidade. Construído por oposição à mera e contingente incriminação de indivíduos que eventualmente cometeram um crime, e agregando em tipos sociais uma heterogênea massa de indivíduos que praticam (ou que se supõe que praticam) habitualmente crimes, o fantasma tende a ampliar a identificação da sujeição criminal a grupos sociais inteiros, tomados como *sujeitos sociais* potencialmente criminais, mantendo, no entanto, para cada um de seus membros, a expectativa de sua regeneração, conversão ou reintegração à sociedade abrangente. A máfia siciliana talvez seja o exemplo típico desse tipo de ampliação, que deu origem à expressão « crime organizado ».

Dentre os diferentes fantasmas sociais possíveis, o fantasma criminal possui também a característica singular de participar, por oposição, da construção social da normalização do individualismo. Por extensão, o fantasma criminal tende a ser identificado com as categorias, tipos e sujeitos sociais cuja normalização seja objeto de *preocupação* pública, os « pobres ».[136]

No Rio de Janeiro, e, por extensão, em todo o Brasil urbano, as demarcações dos ciclos normalizadores se fizeram acompanhar também da demarcação do fantasma criminal que lhe era adequado. Em sua análise das representações da categoria de

[135] Para uma descontrução da categoria em Marx e na relação da filosofia contemporânea com o marxismo e a psicanálise, ver Derrida (1996).

[136] Como apontou Simmel, a pobreza começa por ser demarcada por sua « exclusão » da normalidade, como aquele indivíduo ou família que « precisa de atenção », « precisa de ajuda », como uma « deficiência ». Numa sociedade que não dignifica a pobreza ou que emula, como valor central, a riqueza, a pobreza tenderá a ser objetivada em comportamentos invariavelmente comparados a um curso ideal e

« pobreza » nos meios urbanos brasileiros, com especial ênfase no Rio de Janeiro, Lícia Valladares (1991) propôs uma classificação das sucessivas representações da pobreza urbana em três ciclos:

Quadro 2: Representações da pobreza urbana

Virada do Século	Trabalhadores x Vadios « Classes Perigosas »	Cortiço
Décadas de 50-60	População Marginal Subemprego População de baixa renda	Favela
Décadas de 70-80	Setor Informal Estratégias de Sobrevivência moradores Trabalhadores pobres x Bandidos	Periferia

Extraído de Valladares, L. (1991).

A « pobreza », no primeiro ciclo, é atribuída às fraquezas individuais, à baixa adesão ao ethos do trabalho e à disciplina necessária à produção capitalista. O trabalhador é oposto ao vadio (ou ao « indolente » rural, na metáfora do Jeca Tatu). No segundo ciclo, marcado pela industrialização e urbanização aceleradas, pelas migrações internas e pela legislação trabalhista, a « pobreza » passa a ser atribuída não a razões individuais, mas a problemas sociais, como o subemprego, a desqualificação da mão de obra, a marginalização econômico-social. Finalmente, no terceiro ciclo, quando emergem movimentos sociais urbanos que lutam contra a precariedade de vida nas periferias das grandes cidades ao mesmo tempo em que crescem as adesões criminais, assiste-se ao reforço da categoria de « trabalhador pobre » em oposição à categoria de « bandido ».[137] Evidentemente, o recorte proposto por Valladares não estava interessado, quando delimitava a oposição normativa, em investigar o contraponto da normalização. Se o fizesse, provavelmente teria chegado a uma complexificação maior da tipologia, mas também à percepção de uma *continuidade* básica que orientava o sentido das descontinuidades verificadas. Pois na virada do século, o vadio não era apenas indolente mas *malandro*, isto é, buscava ganhos por fora do ethos do trabalho e na década de 50/60, a oposição passa a ser entre trabalhador e marginal (no sentido criminal), isto é, entre a maioria que aderiu ao mundo do trabalho assalariado, ainda que

normalizado de ação aquisitiva (“ser bem sucedido”) e as sucessivas demarcações representarão diferentes concepções das « causas » das diferenças encontradas. Cf. Simmel (1977) e Merton (1968).

[137] Valladares atribui a alguns autores e correntes a expressão teórica dos três ciclos. de Alba Zaluar...

em condições de subemprego e marginalização sócio-econômica, e uma minoria que insistia em buscar ganhos por fora do mundo do trabalho. Não é surpreendente, assim, que a oposição trabalhador honesto vs. bandido, característica emergente dos anos 70-80, não faça senão *evidenciar* uma continuidade na oposição básica, que atravessa as diferentes transformações na representação social da pobreza urbana: a rejeição ao trabalho assalariado precário, mal pago e sob condições hierárquicas inadmissíveis para muitos. A assimetria da tipologia, que oferece duas oposições - no primeiro e no último ciclo - mas não a apresenta no intermediário, decorreu do recorte que privilegiou a normalização a partir das representações de « causas » da pobreza, no primeiro e segundo ciclos, e de « efeitos » da pobreza no terceiro ciclo. O estudo alcança seu objetivo e a tipologia é bem fundamentada, principalmente na comparação entre os dois primeiros ciclos, mas precisaria ser complementada por uma outra tipologia que separe representações de « causas » e « efeitos » da pobreza e seus « tipos sociais » opostos ou negativos, tal como comparecem nas representações sociais dos três ciclos, ampliados, por sua vez, para enfatizar mais as representações sociais que as teorias que as antecipam. Além disso, a complexificação da relação entre trabalhador precário e traficante, com a generalização do mercado de drogas, exigiria o acréscimo de um novo período, a partir dos anos 90:

Quadro 3: Representações de causas, efeitos e tipos sociais da pobreza urbana

Período	« Causas »	« Efeitos »	Tipo Positivo	Tipo Negativo
Virada do Século até década de 40	Resistência individual ao trabalho assalariado	Pobreza > classes perigosas	Trabalhador honesto e disciplinado.	Vadios, desordeiros e malandros
Décadas de 50/70	Subemprego, marginalização econômico-social	Pobreza > desnormalização, revolução	Operário qualificado; Funcionário público	Marginais, bandidos, comunistas
Décadas de 80/90	Setor informal, precariedade de trabalho e de vida, exclusão de direitos	Pobreza > estratégias de sobrevivência, luta por direitos de cidadania, estratégias aquisitivas	Trabalhador autônomo ou por conta própria	Desempregados, assalariado precário, vagabundos (traficantes) e bandidos

Não há, entretanto, homogeneidade nas representações demarcadoras de cada ciclo senão quando se as considera segundo o recorte normalizador mais geral, baseado nas representações da *sociabilidade urbana civilizada.* É nesse registro que, a meu ver, se condensam os auto-controles necessários à convivência num mesmo espaço *denso* de relações sociais heterogêneas, com as normalizações exigidas pelo mundo do trabalho assalariado. São as representações desse registro *que* produzem o « tipo negativo » e

uma específica « condensação » *criminal*. Minha proposição é que para cada ciclo corresponde um específico « fantasma criminal », cuja metamorfose acompanha as transformações na *sociabilidade urbana e nos seus fantasmas* (e não apenas as transformações do mundo do trabalho), embora reconheça a dependência mútua entre essas dimensões, bem como com outras dimensões, como a das lutas políticas nesses períodos e as mudanças nas formas de governo. Ainda assim, uma linha tênue de continuidade parece atravessar todas as metamorfoses, unificando o sentido geral do processo normalizador como processo tipicamente *ideológico* (funcional à dominação, portanto, e não apenas expressivo de um sistema de crenças culturalmente autônomo).

Uma análise das notícias, crônicas, reportagens, registros de ficção e outros materiais secundários que exprimem as imagens do banditismo e do mundo do crime no Rio de Janeiro pode permitir uma reavaliação densa da história social através da qual foram sendo construídas essas imagens e as principais representações do perigo social representado pelo aumento da criminalidade e da violência urbana. Alguns paradoxos precisam ser enfrentados com o objetivo de deixar vir à tona contradições sociais que tendem a produzir perspectivas unilaterais, levando muitos a combater mitos com outros mitos.[138] Para começar a realizar esse propósito, reuni farta documentação jornalística e ficcional, suficiente, a meu ver, para *iniciar* uma argumentação. Não pretendo negar mitos, mas traze-los de volta ao objeto, como sua parte legítima. Meu objetivo não é, portanto, enfrentar o objeto, mas compreendê-lo, compreender sua dinâmica interna. Nesse sentido, é necessário pôr as coisas no lugar, após tantos anos de embates que se obrigaram a *unilateralizá-lo.* [139]

O fantasma social mais persistente da modernidade tem sido, malgrado ele próprio, o que se costuma designar como « a luta de classes », e as sutilezas da melhor doxa acadêmica tendem a temê-lo (ou a desprezá-lo) mais que a qualquer outro. No bojo dos enfrentamentos que se fizeram com ou sem consciência de sua importância para a compreensão estrutural do capitalismo moderno, principalmente nos países da periferia do sistema, muitos exageros foram cometidos. Entre o reconhecimento de que a moderna sociedade industrial era baseada numa contradição constitutiva entre socialização produtiva e apropriação privada, e sua simplificação em representações de « duas classes antagônicas em luta », forjou-se um campo mitológico apropriado à

[138] Veja-se, por exemplo, a crítica à crítica dos mitos em Misse, 1995.
[139] Veja-se uma crítica preliminar dessa unilateralização mesmo nas perspectivas críticas, em Misse e Motta, 1979.

emulação do embate e coube, muitas vezes, ao campo acadêmico propor mais serenidade e atenção à complexidade do objeto. Mas o fantasma continuou intacto, como que a demonstrar, na sua persistência, que a complexidade, as segmentações e as sutilezas têm também seus limites. Um derivativo histórico desse fantasma têm sido a representação dos segmentos mais excluídos socialmente do sistema como constituindo « classes perigosas ». A associação entre marginalização econômico-social (ou exclusão social, como se prefere hoje) e criminalidade mantêm-se forte, apesar de todas as críticas que vem sofrendo há meio século. As crenças também têm um limite, principalmente numa sociedade que têm como valor central o *senso de realidade*, a certeza sensível, a experiência cotidiana. Os *negócios* não andam sem esse valor central e o limite das crenças - ainda que possa ser outra crença - é o limite de sua validez para esse valor central. Entre crenças e limites podem coexistir imagens contraditórias, desde que elas não atrapalhem os *negócios*, i. é, o senso prático que rege a vida cotidiana em nossa sociedade.

O fantasma das classes perigosas e o que já foi chamado, há algum tempo e com propriedade, de « criminalização da marginalidade » (Coelho, 1978), é uma dessas imagens contraditórias que se intersticiam entre crenças e seus limites. Qualquer um sempre soube, no Rio de Janeiro, que a maioria dos moradores de favelas e outras áreas urbanas pobres da cidade não têm propensão ao crime e nem apoiam bandidos. No entanto, e ainda assim, jamais deixaram de vincular o banditismo sofrido em sua experiência social à pobreza urbana concentrada nessas áreas, à marginalização econômica de grande parte de sua população e ao desemprego ou aos baixos salários. Convivem, de certa forma harmoniosamente, duas imagens contraditórias no núcleo do fantasma, a que colide a representação « pobres, porém honestos » (o « porém » é evidentemente denotativo de uma expectativa negativa de « não honestidade » potencial em relação à pobreza, como na fórmula « preto [porém] de alma branca »), com a representação igualmente denotativa de alguém que « ficou rico, *mas* honestamente ». A honestidade, nessas imagens, parece ao mesmo tempo moralmente autônoma em relação à classe social e, paradoxalmente, dependente dela. Pode-se ser pobre e ser honesto, pode-se ficar rico honestamente, *mas* ao mesmo tempo pobreza e riqueza podem *afetar* a honestidade, produzir arranhões nos valores e na autonomia moral do código do que seja uma conduta economicamente « honesta ». O que essas imagens reiteram são os limites normalizadores da *ação aquisitiva* numa sociedade cujas metas culturais centram-se (ou dependem significativamente) desse tipo de ação.

O que essas imagens, no entanto, confirmam é a existência de uma tensão, ou uma contradição constitutiva, entre *valores morais* e *valores materiais ou econômicos*, ou, mais rigorosamente, entre *normalização* e *interesses*, uma tensão muito antiga, que na sociedade moderna tornou-se abrangente, com a predominância do princípio do mercado e do individualismo utilitarista sobre o princípio hierárquico da comunidade moral, afetiva, tradicional ou carismática. Como praticamente observaram todos os autores clássicos, o grande perigo da modernidade sempre parece ter sido o seu próprio fundamento, o seu principal valor positivo, o individualismo, e a sua contenção *moral* igualitária sempre foi percebida como o grande desafio a ser enfrentado, inclusive (se não principalmente) nas lutas das classes trabalhadoras para arrancar do Estado proteção contra os excessos do capitalismo e do princípio do mercado.

A *motivação econômica* que aprisiona a pobreza ou o empobrecimento ao fantasma criminal é também a que vincula a riqueza ou a riqueza rapidamente obtida à desonestidade ou à corrupção. O fantasma, em qualquer classe, passa por ser possuído por estratégias aquisitivas *ilícitas*. Mas aqui acaba a autonomia frente às classes: a desonestidade do pobre é representada como diferente da desonestidade do rico, seguindo a mesma escala de avaliação de recursos que os diferencia socialmente e que também distingue os que estão excluídos (os que 'precisam de ajuda', os que 'preocupam') dos que não estão excluídos. Novamente aparece duas imagens contraditórias: pode-se "compreender" a desonestidade do pobre, mas não a do rico. Entretanto, e ao revés, o rico pode ser incriminado como corrupto ou assassino, mas raramente é representado pela categoria de *bandido.* E ainda mais: quando cai na definição mais próxima à de bandido, a ele fica sempre reservado o papel superior, de *mentor*, de *chefão*, de *mandante*. Tende a ser também representado como um « personagem escondido », « evanescente », que ninguém sabe quem é mas que todos sabem que existe e cuja culpa é muito difícil de provar. É sempre o que está « por trás de tudo », o que move os cordões das marionetes - essas sim, pobres manipulados, teleguiados, empregados. A estratificação social reproduz-se na estratificação criminal. Reconhece-se o tratamento diferente que a justiça dá a uns e outros numa escala semelhante à de seus recursos e de suas posições sociais, mas não é apenas disso que decorre a especialização de uso da noção de « bandido », comum também a sociedades mais igualitárias que a nossa. Quando, eventualmente, um dos poderosos cai nas malhas da justiça estatal, quando acontece de ser legalmente incriminado, a autonomia moral (ou amoral) de sua opção, em relação à sua posição de classe, ganha reforço, pois ele é

posto publicamente, e preventivamente, *contra* os ricos ou as elites e as classes médias, como um caso à parte, um *desviante*. No entanto, raramente se assujeita à sua identificação com o *bandido*, pois parece, de alguma maneira, *saber* da diferença. O que é isso que ele *sabe*, que lhe permite escapar à sujeição criminal ou que lhe permite (e permite aos outros) *saber* que 'ele não é *exatamente* um bandido'? A classificação dominante tende a pôr o mais rico na posição do desvio, da divergência ou da incriminação efêmera ou eventual, raramente na posição da sujeição criminal. Não se trata de um processo social especificamente brasileiro, marcado pela desigualdade de direitos civís e pela tradição hierárquica. Nos Estados Unidos, com toda a sua cultura igualitária, o mesmo problema tem sido apontado.[140]

Ao contrário do *bandido*, ele parece se representar como alguém que *não rompeu inteiramente com as regras do jogo da sociabilidade*, apenas *excedeu-se* na aposta *na esfera dos interesses*. Ultrapassou os limites no jogo de interesses, mas não na sociabilidade: é preferentemente um *corrupto*. Pode até mesmo ser chamado publicamente de « ladrão », por exemplo, mas a extensão do atributo é limitada e menos eficiente quando comparada ao tipo social de ladrão convencional. Quando acusado de servir-se de meios violentos, ou mandar utilizá-los contra outros, pode ser chamado de « assassino », mas diferentes atenuações confortarão sua identidade pública e íntima. Uma tradicional fusão da imagem do poder (e, portanto, do poderoso) com algum tipo de « legitimação » ancestral do exercício desse poder *acima da moral* comum, inclusive com recurso à força, parece protegê-lo do opróbio reservado ao seu equivalente « sem-poder ». A sua violência é, geralmente, indireta, executada por outros, ou mesmo desnecessária, inútil e indesejada. O indivíduo não é subjetivamente afetado, apenas sofre pelo fracasso de sua aposta e pela deterioração momentânea de sua identidade pública, mas ele tem recursos para manipulá-la mais à frente. Sabe-se fracassado, derrotado na aposta, mas sabe-se *capaz* de refazer a sua inserção social. Não é exatamente um bandido, seu tipo social não se condensa facilmente com a sujeição criminal. Apenas os que investem criticamente contra essa classificação ou aqueles que têm interesses em denegri-lo insistirão em chamá-lo - contra o senso comum - de « bandido ». Ele próprio rejeita essa classificação que o coloca não como criminalmente « condenável », o que é aceitável, mas sob a absurda (para ele) posição da sujeição criminal.

[140] Ver, por exemplo, Chamblis (1978); Chamblis and Zatz, eds. (1993); Henry and Milovanovic (1996).

O bandido, esse passará pelo inferno da falta de alternativas de auto-resgate social, viverá e morrerá no atributo, ainda que intimamente o rejeite, porque integra típico-idealmente o fantasma criminal, é sua ilustração ambulante. O bandido é, quase sempre, equacionado com algum tipo de violência ou desnormalização como *recurso ordinário, pessoal e direto*. Uma violência para a qual seu tipo social não carrega qualquer « legitimidade » ancestral. Ele não é corrupto, nem apenas criminoso ou condenável, é *bandido*. Aqui, o poder de definição recai principalmente sobre o uso da força física (e suas extensões técnicas, as armas) e apenas secundariamente sobre outros poderes de disposição. Mas não é só isso. A diferença parece seguir uma divisão semelhante àquela que levou Weber a distinguir sacerdotes e feiticeiros.[141] Num caso, está-se *sob um sistema*, é-se seu agente, a individualização é atenuada por racionalizações que remetem, de forma consciente, aos problemas internos do sistema que representam (ou onde agem com pretendida legitimidade).[142] No extremo do outro tipo, o bandido é identificado a uma força individualizante máxima, *orgiástica*, incontrolável e incapaz de submissão racionalizante. Ele opera *como se* possuido por forças mágicas que o tomam, que o sobressaltam, as quais ele busca controlar mas que não pode remeter a nenhuma instância racionalizadora organizada, a nenhum sistema legitimador. Ele opera essa força como um evento que não pode ganhar a transcendência, que ele não pode fazer crer (nem a si próprio) que ele « represente ».[143] Ele não representa nada nem a ninguém, a não a ser a esse seu si mesmo des-controlado, a essa sua orgiástica in-contenção, a esse seu perigo social e, algumas vezes, também a esse seu carisma negativo. Rituais de exibição dessa força são tradicionais, mas sua irrupção « para além da conta », como nos espetáculos de crueldade, também o assustam, também o convencem de sua singularidade, de sua diabólica maldade e de seu carisma negativo. A construção social do bandido alimenta-se da produção dessa sua diferença radical, na qual a violência não é mais apenas instrumental mas *constitutiva*, de um modo que parece lembrar a guerra para as mônadas tribais das sociedades primitivas.[144]

---

[141] Agradeço a Fátima Tavares pela sugestão dessa comparação, mas a isento de qualquer responsabilidade pelo que fiz com sua idéia.

[142] Veja-se por exemplo o que revelam as gravações clandestinas de conversas entre autoridades públicas e o reconhecimento que fazem de diferentes racionalizações para suas práticas.

[143] Para um contraponto e uma complementação mais abrangente da mesma questão, ver Montero (1994).

[144] Cf. Clastres, 1986. O argumento de Clastres pode ser transferido, com cautela, para individualidades cuja identidade depende, por sujeição, do seu confronto permanente com outras individualidades como a sua. Talvez a argumentação de Machado da Silva sobre a emergência de uma « sociabilidade violenta » de tipo novo, original, possa ser enriquecida com um investimento teórico nessa direção.

O fantasma criminal, assim como o fantasma do *gueto*, tem uma história que não deve ser denegada[145]: ela conta os detalhes de um processo histórico-social que produz cada vez mais agentes com a cabeça (e o saber moral) das classe dominantes, mas sem os seus recursos e a sua « legitimidade » ancestral. Uma história que também faz da incriminação desses agentes um tema estratificador muito mais eficaz, no interior das classes subalternas[146], que o tema da corrupção no interior das classes dominantes. A sujeição criminal e o seu fantasma realimentam a « moral da subalternidade » como um valor com dignidade própria, põe a subalternidade na defensiva nas lutas sociais ao mesmo tempo que transfere o horizonte social de muitos jovens das camadas populares para uma saída individualista, orgiástica, sedutora e mortal.

4. As várias aparições do fantasma

A primeira grande aparição do fantasma das « classes perigosas » no Rio de Janeiro deu-se com os capoeiras e suas maltas, principalmente após o advento da República. O tema da « desordem pública » foi sua primeira forma e durou até aproximadamente os anos 20. O fantasma criminal está ainda associado à normalização repressiva do uso da violência no cotidiano e às políticas « civilizadoras » da cidade do Rio. A emergente visibilidade social do « malandro », sua ambivalente positivação moral, representa e neutraliza crescentemente esse fantasma, substituindo-o, por volta dos anos 20, pelo fantasma revolucionário, trazido pelos imigrantes anarquistas e posteriormente neutralizado pela hegemonia do Estado Novo junto às massas mais pobres da classe trabalhadora. Entre um e outro, a crescente visibilidade dos mercados ilícitos e do « desocupado », do « vagabundo », do « vadio ». A *vadiagem* é o artigo legal que permite reprimir a parcela mais fraca e vulnerável da mão-de-obra desses mercados ilícitos: campanhas contra o lenocínio, os inferninhos e os bordéis, as mercadorias de macumbas, as práticas abortivas, o jogo do bicho e os cassinos clandestinos, a cafetinagem, a gatunagem, o contrabando, os camelôs e as feiras clandestinas, as drogas e as « bocas-de-fumo », enfim as mercadorias das vantagens e dos prazeres ilícitos, as mercadorias do "vício". Atravessando todos esses mercados, os agentes de proteção, os leões-de-chácara, os valentes, os rufiões, os bambas, os

[145] Cf. Wacquant (1996)
[146] Estava certo Foucault (1977) quando enfatizou a função estratificadora da delinquência dentro das classes subalternas.

malandros, os pistoleiros, muitos dos quais policiais, ex-policiais ou mediadores subculturais com ligações militares, policiais, judiciárias e políticas na velha capital federal.

Mas há um fantasma permanente que atravessa toda a primeira metade do século, que não se localiza especialmente em nenhum mercado, em nenhum partido e em nenhuma classe social. Um fantasma *familiar*, que se ampliou com a própria normalização dos costumes, fazendo-lhe contraponto incômodo e ao mesmo tempo, em seu desfecho, apontando para a tragicidade de seu sujeito, socialmente contraditório. Um fantasma tão mais perigoso quanto menos localizável ou socialmente controlável, cujo produto uniforme são os *crimes da paixão* (Corrêa, 1981), os crimes e os suicídios passionais. Seu volume continua muito grande até meados dos anos sessenta e apenas a revolução de costumes, entre os jovens dessa época, começará a diminuir sua abrangência. Nélson Rodrigues é o seu maior dramaturgo não porque viu nele apenas o seu *universalismo*, mas principalmente porque detalhou seu *particularismo* carioca e brasileiro. O crime passional se mantêm ainda hoje e atua, com maior frequência, recoberto, nas representações sociais do fantasma, por outras atribuições motivacionais, localizando-se principalmente nas áreas urbanas pobres que apresentam grandes quantidades de violência doméstica. Declinou mas não desapareceu nas classes médias e elites, ao menos se comparado ao período anterior à década de sessenta. Uma normalização das *paixões* pelos interesses que só se realiza com uma biopolítica extensiva, inicialmente nas elites e depois nas classes médias, cujo estudo foge aqui aos nossos propósitos.[147]

Um novo e persistente fantasma aparecerá na década de cinqüenta, usando revólver e fazendo assaltos à mão-armada: o *marginal*. Com ele, aparece também a *quadrilha* ou a *gang*, que substitui os *bandos* de origem rural no imaginário popular ou os *ajuntamentos* de malandros e capoeiras do início da República. Em 1960 a representação dessa mudança comparece na imprensa, através das medidas que a polícia pretende adotar para "salvar a cidade":

> "Operação crime da Polícia Militar para salvar a cidade. Onda alarmante de assaltos e homicídios

[147] Nas primeiras décadas do século ainda era muito comum o crime passional nas elites. Orestes Barbosa cita, confrontando-os aos crimes populares, os « casos » que envolveram Euclides da Cunha, Gilberto Amado, Medeiros e Albuquerque, o almirante Batista Franco, Mendes Tavares, Irineu Machado, entre muitos outros (Barbosa, 1993 [1923], p. 99). O « caso Doca Street », na década de setenta, pela sua já então raridade, exigiu uma defesa astuciosa baseada, sob protestos feministas, na alegação postiça de « legítima defesa da honra ».

> sem solução leva a operosa milícia estadual a tomar a dianteira na guerra à delinquência. Reuniões secretas da alta oficialidade daquela força resultaram em um plano de ação quase concluído – cooperação das demais polícias. Preocupados com a onda de assaltos ocorridos diariamente nesta capital, oficiais da polícia militar estariam planejando por conta própria..." (O Dia, 10 de junho de 1960).

Também em meados dos anos 50 aparecem os « playboys », jovens de classe média que faziam da desnormalização de convenções sociais a sua deriva adolescente. Formavam « turmas de rua » (hoje, « galeras ») e jamais foram chamados de bandidos, a distinção social o impedia. « Pegas », furtos - por uma noite - de automóveis, motocicletas e lambretas, brigas entre as « turmas » de ruas de Copacabana ou da Tijuca, furto de peças de veículos, de aparelhos de rádio portáteis, « noitadas » em inferninhos da zona sul das quais derivavam brigas, consumo de drogas e até mesmo estupros e « cafajestadas ».[148] Cultivavam alguns signos reatualizados da malandragem tradicional, que os marginais pareciam estar crescentemente perdendo. A contravenção do jogo do bicho continua, no entanto, a disputar com a vadiagem, com os crimes passionais e agora com os marginais a franja principal do interesse policial e da imprensa sensacionalista popular. As classes médias e as elites « ouvem falar », mas não se vêm ainda envolvidas diretamente pela violência nos morros. Apenas alguns bandidos ganham maior notoriedade pública, como Mineirinho e Tião Medonho, mas são representados como casos isolados, relativamente distantes, embora já interessantes para roteiros cinematográficos.[149]

Com o golpe militar de 64, o espectro do fantasma comunista - que se manteve acoitado, numa semi-clandestinidade, durante toda a década de cinquenta - ocupará quase todos os espaços. A criminação dos esquerdistas ultrapassará a dos bicheiros, mas

---

[148] A maior parte dos estupros ou "curras", como se dizia na época, tinha como vítimas moças pobres e empregadas domésticas. O « caso Aída Cúri », embora não representativo dessas « turmas », ganhou, por isso, repercussão nacional. A formação das turmas coincide com o sucesso nas telas do filme « Juventude Transviada », nome pelo qual essas turmas passaram a ser designadas. As últimas chanchadas (e depois 'pornochanchadas') incorporaram, na época, personagens típicos dessas turmas, alguns jovens atores representando na tela o que faziam na vida real.

[149] Nas chanchadas, os « bandidos » eram representados como contrabandistas ou pertencentes a quadrilhas internacionais. Uma nova safra de filmes, como « Amei um Bicheiro », de Jorge Ileli, « Boca de Ouro », de Nelson Pereira dos Santos (baseado em peça de Nelson Rodrigues), « Mineirinho, vivo ou morto », e « Assalto ao Trem Pagador (Tião Medonho) », de Roberto Farias, começam a romper com essa tendência. "Tenda dos Milagres", de Nelson Pereira dos Santos (1976) e "A Rainha Diaba" aprofundam a violência criminal nas telas, na década seguinte.

atingirá principalmente uma parcela politicamente visível da juventude de classe média, principalmente estudantes universitários. Enfrentando a clandestinidade e aderindo à luta armada, muitos experimentarão a prisão ilegal, a tortura e a morte, farão a experiência comum da marginalidade, ainda que sabendo de sua *diferença* em relação aos bandidos. Seus bem-sucedidos assaltos, politicamente motivados, a empresas financeiras, produzem um *efeito-demonstração* junto aos marginais, que consideravam esse tipo de empreitada quase impossível.[150] No final dos anos sessenta e início dos setenta, avolumam-se os assaltos a bancos economicamente motivados, praticados por quadrilhas organizadas sob base familiar ou de amigos de infância ou parceiros de confiança, provenientes da classe média baixa suburbana, como os praticados pelo grupo de Lúcio Flávio Villar Lírio.[151] O regime instaurado pelo AI-5 envolve a todos - quadrilheiros e terroristas - na mesma Lei de Segurança Nacional, tentando inutilmente igualar os *bandidos* com os *terroristas*. A arbitrariedade tradicional da polícia, que inventara o « esquadrão da morte » ainda em meados dos anos 50, se estenderá aos órgãos repressivos da ditadura militar. A tortura e as execuções sumárias tanto de militantes da esquerda armada quanto de criminosos comuns produzirão um fantasma *condensado* da repressão, envolvendo, talvez pela primeira vez na história da República, os militares e a polícia.[152] A substituição da antiga polícia (civil) de vigilância pela Polícia Militar, nas operações de repressão e policiamento ostensivo, ilustra generalizadamente essa condensação. A extração social dos policiais militares, quase sempre originários das mesmas áreas de pobreza urbana e da mesma filiação étnica que constituíam as « classes perigosas » completará o esboço do novo fantasma em gestação.

---

[150] No entanto, já existiam assaltos a banco antes que a esquerda armada começasse a faze-los. « O Dia », por exemplo, noticia dois desses assaltos ainda em 1958 e outros no início da década de sessenta. É provável que a reforma do sistema bancário, após o golpe de 1964, e a generalização de pequenas agências em todos os bairros das grandes cidades esteja associada com a tendência crescente ao assalto a bancos pelas quadrilhas, mesmo antes do "efeito-demonstração" produzido pela esquerda armada a partir de 1968.

[151] A quadrilha de Lúcio Flávio mereceu amplo destaque na imprensa durante mais de cinco anos e forneceu argumento para um 'best-seller ' policial, « Lúcio Flávio - O Passageiro da Agonia », de José Louzeiro, posteriormente levado às telas. As relações perigosas do grupo com o ex-policial Mariel Mariscott e o assassinato de Lúcio Flávio na prisão forneceram elementos para outro filme de sucesso, « Eu matei Lúcio Flávio ».

[152] Mesmo no período do Estado Novo essa condensação não ocorreu de forma tão explícita. Ainda que a tradição de se escolher militares para chefiar a polícia tenha prosseguido, a condensação só se desenvolveu quando organismos militares de inteligência e segurança passaram a trabalhar junto com a polícia civil e federal, e principalmente quando a polícia militar passou a substituir a antiga polícia de vigilância.

O fantasma criminal que se acumulara com os marginais dos anos cinquenta adquire um novo fôlego, mais agressivo, mais especializado e mais abrangente, durante os anos setenta, com a entrada em ação das quadrilhas de assaltantes armados com metralhadoras, com o aumento dos roubos a residências e empresas, com a generalização do furto por crianças e adolescentes - os « pivetes », já com esse nome desde a República Velha - , com sua passagem para o roubo e o porte de arma, enfim, com a entrada da cocaína nas bocas de fumo que também tinham crescido com o aumento da demanda de maconha nos anos sessenta. Será em torno da cocaína e de sua alta taxa de lucro que o fantasma se consolidará nos anos oitenta, produzindo efeitos de violência por toda a cidade e fazendo da segurança pública a principal demanda de seus habitantes.

Esses sucessivos fantasmas não parecem desdobramentos e rupturas de um único fantasma senão quando se os liga à pobreza urbana e às enormes desigualdades sociais incrementadas com a urbanização crescente, com o crescimento econômico e com a maior oferta e oportunidade de « bens de saque » que se generalizou em conseqüência. O fantasma único que se mantêm solidamente atuante no imaginário das elites e das classes médias assustadas, é o mesmo fantasma das « classes perigosas », agora muito mais perigosas porque armadas com uma tecnologia de ponta. Uma imagem glauberiana contínua substituiria o cangaceiro Corisco pelo guerrilheiro solitário de “Terra em Transe” e este pelo cangaceiro “urbano” de “Os dragões da maldade”, sinalizando algo como o antigo malandro Madame Satã armado agora com uma AR-15, imagem que será finalmente realizada no filme “A Rainha Diaba”. A sentença de Guimarães Rosa, “o sertão está em toda parte”, poderia servir de epígrafe à reconstituição da expressão estética das metamorfoses e sínteses produzidas no imaginário dessa época.

Ao examinarmos o processo de criminação no Rio de Janeiro no último meio século, tal como ele comparece na imprensa e na ficção, poderemos melhor situar empiricamente as trilhas seguidas nas metamorfoses desse fantasma. A perseguição que lhe foi movida pela polícia e sua representação na imprensa e nas obras de ficção ajudarão a fixar melhor seus contornos em detalhe. Ainda mais: permitirão desenvolver minha tese de que o fantasma não poderia ter alcançado seu atual poder de assombração sem uma acumulação histórica de longo curso.

O fantasma marginal (1950-70)

É comum na literatura especializada (tanto quanto na representação social) opor-se « o » malandro e « o » bandido ou "marginal', segundo alguns critérios mais ou menos consensuais, de uma perspectiva normalizadora, resumidos no quadro abaixo:

Malandro	**Marginal**
Inteligente, astucioso, simpático, « não perde o controle »	Ignorante, agressivo, antipático, descontrolado
Prezado pela sua comunidade	Desprezado pela sua comunidade
Individualista	Quadrilheiro
Evita o enfrentamento direto	Busca o enfrentamento direto, com armas de fogo
Crimes: Estelionato, sedução, lenocínio, furto qualificado, contrabando e contravenção (jogos de azar, jogo do bicho, porte de arma)	Crimes: Roubo, assalto a mão armada, estupro, latrocínio, tráfico de drogas.

Embora essa distinção seja geralmente aceita, ela é muito mais matizada quando saímos do universo normalizador e passamos para o universo social do « mundo do crime ». Aqui as categorias se confundem e o que o universo normalizador chamará de « marginal » raramente comparecerá com esse nome no « mundo do crime ». A persistência do malandro nas nomeações invariavelmente sobrepassam suas diferenças em relação ao tipo social do malandro tradicional em referência ao qual a perspectiva normalizadora crivara os critérios de diferenciação. Segundo esses critérios, o objeto do marginal é a vítima e não o otário, como na mitologia do malandro. Mas para a constituição do fantasma « marginal », o malandro precisava sair de cena ou ser empurrado para as franjas do mundo crime ou, então, para as esferas superiores da estrutura de classes. Como na famosa canção de Chico Buarque, o antigo « barão da ralé » vai subindo na escala social, tornando-se malandro « oficial », enquanto o tipo social que compunha o malandro tradicional « cai » no trabalho precário ou na marginalidade.[153] A oposição que põe o marginal do lado da violência, reservando ao malandro a posição da astúcia ou do ardil, é já o produto do « aparecimento » do marginal. A antiga ambivalência do malandro, que nunca favorecera a sua representação social como « bandido », encaixava-se melhor, agora, com as ilegalidades astuciosas das classes médias e superiores, dos funcionários públicos e da polícia civil, enquanto

aos contraventores e criminosos das áreas urbanas e dos extratos sociais representados como *socialmente* marginais cabia adequadamente o novo sentido do banditismo urbano. A mesma representação dividirá, inicialmente, dois tipos de policiais civis na mitologia carioca, o tipo representado pelo detetive Perpétuo, o "Índio", vinculado à malandragem, e o tipo representado pelo detetive Le Cocq, vinculado ao uso extremo da força e apontado como o criador do Esquadrão da Morte, sob a proteção do então chefe de polícia Amaury Kruel (o mesmo "comprade" de Jango Goulart que o trairá no momento decisivo do golpe militar). Em seguida, a distinção passará a dividir os "civís", mais malandros, e os "pms", mais violentos. O tipo histórico do malandro, o "marginal" dos anos 20 e 30, que desaparecia, começa a ser idealizado como "não-violento". A "invenção" do malandro por oposição ao marginal é um acontecimento dos anos 60.

A metamorfose do malandro em marginal constitui, a meu ver, uma das dimensões mais importantes da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. O « marginal » da perspectiva normalizadora é uma *condensação* de um tipo social e de várias formas de banditismo urbano, antes integradas indistintamente ao *malfeitor*. O termo « marginal » aparece com crescente freqüência nos anos cinqüenta, interligando marginalidade sócio-econômica e banditismo, mas inicialmente não se opondo à caracterização geral do malandro ou do malfeitor. A oposição entre marginal e malandro parece ser um produto posterior, uma representação que se realiza pela *ampliação* de um tipo social historicamente quase desaparecido para uma *forma de comportamento* idealizada e adequadamente « limpa » de qualquer traço ou representação de violência. O malandro começa a ser retirado, na década de sessenta, do seu antigo habitat e ali substituído - na representação social dominante - pelo marginal. O processo social dessa « remoção » do malandro coincide curiosamente com a intensa mobilização pela remoção das favelas da zona sul. Pode-se dizer que a generalização da malandragem, com sua remoção simbólica das favelas e sua extensão, como atributo positivo, às classes médias e elites, coincide historicamente com a consolidação da figura do marginal para substituir, nas áreas socialmente marginalizadas, o tipo social antes representado pelo malandro. A valorização da malandragem colidia com seu passado marginalizado e não se adequava à crescente precarização de seu tipo social nas áreas urbanas pobres. Por outro lado, o fantasma que se queria remover com as favelas

[153] Sobre esse mesmo tópico, veja-se Oliven (1989).

não podia ter mais apenas os atributos do malandro, cuja ambivalência se estendia e passava a ser valorizada em outras classes; precisava ser mais do que isso, e estava sendo - era o marginal. O final da década de cinqüenta já assinala a transição, quando o então chefe de polícia, general Amaury Kruel cria o « grupo de diligências especiais », sob o comando do detetive Le Cocq, transferido do « Esquadrão Motorizado » (E.M.) da antiga Polícia Especial para a Polícia de Vigilância. A autorização para matar os bandidos « irrecuperáveis » eqüivalia, na prática, ao reconhecimento do « fim dos malandros »: o esquadrão da morte visava agora « acabar com os marginais ». A transição pode ser observada nas mudanças no emprego das categorias de malandro, malfeitor, valente e marginal pela imprensa sensacionalista da época. Ainda em 1962, a reportagem de « O Dia » podia ainda se referir, em manchete, a uma associação entre malandro e violência: « Morta pelo malandro! ». A matéria referia-se ao assassinato de uma prostituta, em plena rua de Ipanema, a golpes de punhal, por um « cafetão profissional ». Na década de 50, eram comuns manchetes como « Descarregaram a arma no peito do peixeiro - Crime covarde de um malandro em Inhaúma » (« O Dia », 25/11/1958). Mas outras expressões ganhavam relevância, como « facínora », « maconheiro », « pistoleiro », « assaltante », ou simplesmente « ladrão » e « bandido ». O « marginal » ainda não aparece significativamente, é preciso antes que o malandro saia de cena, o que ocorrerá - pelo menos se confiarmos na freqüência com que esses termos são utilizados pela imprensa - no início dos anos 60, principalmente após o golpe militar de 1964.

1958 - Um ano tranquilo?

A constante comparação entre a « cidade pacífica », que seria o Rio dos anos 50 e 60, com a « chegada da violência » nos anos setenta parece apoiar-se mais na idealização dos anos cinqüenta que na efetiva acumulação da violência que veio se verificando a cada década. Reuni em tópicos o conjunto do noticiário policial de « O Dia » no ano de 1958. Ainda que numa escala muito menor do que a que se tornará visível nos anos 70 e 80, os principais ingredientes temáticos da atual representação da violência urbana já estão presentes e sua freqüência, concentrada praticamente nas áreas de pobreza urbana da cidade, não é relativamente pequena. Mas o “asfalto”, a “cidade”, ainda não se dá conta ou não se interessa, os crimes são ainda representados como

"intersticiais", "marginais", na escala do "fait divers", assunto de empregada, motorista de táxi e jornaleiro. Com exceção do noticiário sobre o tráfico de drogas, que será inventariado no capítulo 7, relaciono abaixo o resumo das principais notícias publicadas em 1958 pelo jornal "O Dia".

INVENTÁRIO DE NOTÍCIAS CRIMINAIS EM « O DIA »

1958

Insegurança - O jornal denuncia que a falta de policiais gera onda de assaltos no subúrbio, especialmente em Bangú, Campo Grande e Marechal Hermes (OD, 2 e 6/4).

- O jornal denuncia que « a delinquência juvenil é um grave problema no subúrbio » (OD,13/4)
- Manifesto de taxistas que pretendem suspender suas atividades às 20 horas devido à falta de segurança (OD, 22/4)
- Carta de leitor denuncia que reina a insegurança no morro do Cantagalo, em Copacabana, com assaltos à luz do dia. « Malandros » e « Maconheiros » tiram dinheiro até de crianças e os guardas que policiam o morro « não tomam qualquer atitude ». (OD, 3/7)
- Fuzilado na Lapa com um tiro na cabeça. « A facilidade com que se adquire um revólver ou outra arma qualquer nesta cidade deve ter contribuído para o revoltante crime » (OD, 3/9)
- Onda de assaltos leva terror a Brás de Pina. « O policiamento é falho e ocorrem assaltos nas residências e mesmo na via pública. Muitas queixas não foram registradas por descrédito nas autoridades ou por medo de represálias. Os assaltantes são bem conhecidos da polícia, motivo por que não compreendemos permaneçam eles em liberdade » (há mais informações) (3/10);
- Ladrões levam pânico a Laranjeiras. Dois assaltos no mesmo local. Os gatunos usavam barras de ferro (7/10);
- Os moradores do Andaraí darão combate aos ladrões, alarmados com a onda de assaltos naquele bairro. Não há policiamento e a zona é infestada por meliantes (30/10);
- O Rio de Janeiro está se tornando o paraíso dos ladrões e desocupados (1/11);
- Grajaú entregue aos ladrões. Assaltada a residência de um deputado. Moradores « patrulham » à noite (9/12):
- Assalto matinal: os larápios não esperam mais a noite para agir no Engenho Novo (13/12);
- Desocupados levam desassossego aos moradores de Bangu (20/12);
- Assaltantes armados em plena luz do dia no Centro (24/12);
- Natal de sangue e assaltos no Rio (26/12).

Freqüência e principais tipos de homicídios – No primeiro semestre de 1958 contabilizei 92 homicídios dolosos ocorridos no Rio e noticiados por "O Dia", dos quais cerca de 30% foram atribuídos pelo jornal a questões passionais. Entre as vítimas havia 15 bandidos ou foragidos da polícia, 4 policiais, 4 bicheiros, 11 pessoas mortas pela

polícia e três por balas perdidas. No segundo semestre foram contabilizados 145 homicídios noticiados como tendo ocorrido no Rio (excluída a Baixada fluminense), 40% dos quais considerados passionais, 12 latrocínios e sete casos de balas perdidas. Cinco mendigos foram incendiados quando dormiam na rua e foram noticiados 167 suicídios (incluindo a Baixada), a maior parte por questões passionais, além de 49 tentativas de homicídios, de um total de 124 tentativas (incluindo a Baixada), foram atribuídas a questões passionais. Embora significativo, o crime passional jamais ultrapassou 40% das causas atribuídas aos homicídios nesse ano.

Violência e corrupção policiais - Homem é espancado por policial em banheiro de estabelecimento comercial (1-2/1); Guarda municipal mata comerciante (8/1); Ladrão de posto de gasolina é linchado pela polícia (9/1); Oficial mata assaltante em tentativa de assalto na Pavuna (11/1); Guarda civil atacado por grupo de marginais no Mangue reage e mata um deles e fere outros (12-13/1); Policiais torturam estivador que, para fugir, se suicida pulando da janela (16/1); Doméstica acusa policiais de violência no posto policial da Gávea (25/1); Soldado mata favelado a tiros por causa de jogo, na Tijuca (3/2); Grupo de policiais chantageava protéticos (6/2); Bicheiro acusa policiais de receberem suborno e terem forjado flagrante (OD, 13/2); Motorista é morto misteriosamente no Cachambi. Suspeita-se de agentes da Delegacia de Vigilância (OD, 27/2); Homem é espancado por policiais em distrito; Menor é preso e espancado por policiais na Urca (28/2); Guarda balea jovem sem motivo aparente (11/3); Homem é espancado por policiais em delegacia (15/3); Guarda assalta jovem em Niterói (8/4); Policiais depredam bar (24/4); Guardas noturnos acusados de assalto e tentativa de homicídio, em Santa Cruz (16/5); Investigador mata preso em delegacia a golpes de palmatória (4/6); Policial tenta estuprar mulher dentro da delegacia em Caxias (5/6); Homem morre à mingua, em plena rua, após ser brutalmente espancado por policiais de São João de Meriti (3/7); Um jovem de 15 anos, preso na 16a. DP (São Cristóvão) sob a acusação de roubar um rádio, sofreu tortura e até choque elétrico para confessar. O rádio era da mãe e ele só o estava levando para o conserto (3/7); Desvio criminoso de metralhadora. Estava escondida sob o banco de uma viatura em desuso, da Rádio Patrulha do 3o. Batalhão (12/7); Presos 2 cabos e 1 tenente, desmontavam bicicletas da PM e vendiam as peças (23/7); Catete mandou soltar ladrões: cometeram assalto, porém um dos assaltantes era conhecido de um fiscal de imposto da Prefeitura, que solicitou liberdade para os ladrões. O Gabinete do chefe de Polícia depois mandou recolher novamente os ladrões ao xadrez (31/7); Demitidos da polícia a bem da moralidade. Vivendo no submundo do vício, « Rochinha » e « Valdir da P.E. » comprometiam o DFSP (7/8); Morto a chutes por guardas da Ilha Grande. Outro detento teve os dentes arrebentados a coronhadas de fuzil. Incitam fugas de presos para que seja desviada verba destinada ao serviço de capturas. Alimentos e cobertores são divididos entre o diretor, funcionários e um armazenista (8/8); Corrupção no gabinete do chefe de Polícia, Gen. Amaury Kruel, em julgamento: jogo, suborno e inquéritos. Jurados aceitam a denúncia do jornalista Geraldo Rocha (31/8); Barbaramente espancado por guardas noturnos. Tomou trem errado e foi espancado por policiais que não acreditaram na história, na Parada de Prata, em Nova Iguaçu (3/9); Guarda noturno na quadrilha de assaltantes em Nova Iguaçu (5/9); Brutalmente assassinado por três policiais. O homem foi preso pelos policiais para averiguações e nada se encontrou. Solto, foi novamente encontrado na rua pelos policiais que então o mataram em Nova Iguaçu (10/9); Assassinado com um tiro no pescoço. Guarda é suspeito (11/9); Roubava os colegas de farda e foi expulso (13/9); Marcado a fogo e moído a bordoadas. Cinco horas de tortura. Monstruosidade praticada por sete policiais. A vítima, um ex-presidiário, discutia com

um homem que voltou acompanhado dos policiais (17/9); Violências de um soldado da PM. Teria batido no preso até causar-lhe ruptura da bexiga, rins e baço. A 1a. DP registrou a denúncia (26/9); Vários trabalhadores foram espancados por policiais da 27a. DP (2/10); Benedito Lucio, pardo, 31 anos teria sido morto por soldados da PM quando bebia numa tendinha do morro de São Carlos. Antes de aparecer morto, ele tinha sido detido por esses soldados por motivos não esclarecidos (3/10); Soldado da PM, como que alucinado, ameaçou metralhar o povo e praticou outros desatinos. O caso foi registrado na 23a. DP (5/10); Complicada a história de um menor acusado de furto - teria sido espancado no 10o. DP. Desapareceu por encanto e foi reencontrado contando outra história (7/10); Vítima acusa polícia de proteger um anormal. Graves declarações de um menor: « quem tem dinheiro não fica preso ». Sofreu ameaça de morte na 9a. DP (12/10); Crueldade e roubo na Delegacia de Mendicância. Graves irregularidades estariam ocorrendo nessa importante repartição da polícia. Cidadão, preso como mendigo, descreve em carta a « O Dia »o que se passa ali com os que pedem esmolas (16/10); Espancamento no posto da guarda noturna do Jacarezinho. Retirada de casa, despida e surrada por aqueles policiais. A menor sofreu violência porque protestou. Hospitalizada uma das vítimas (1/11); Tiros, canivetadas e feridos: violento conflito provocado por guardas noturnos em São João de Meriti. Baleado um militar (4/11); Violentada pelos soldados da PM, na rua do Matoso, Tijuca. Identificados e presos os algozes (26/11); Assassinado o fuzileiro no conflito com os militares: a vítima intercedera em defesa de um popular maltratado por soldados da PM, no Centro (27/11); Violência policial na Central: motorista acusa de espancamento diversos elementos daquela milícia (2/12); Baleado pelo guarda, por causa de dez centavos a mais que o botequinheiro lhe cobrou no preço do cigarro. Quase linchado o policial criminoso (2/12); Arrastado pelo povo até a DP: o guarda, furioso, tentava fuzilar transeuntes. Espancou uma senhora e foi algemado ao agredir autoridades em Marechal Hermes (3/12); Vítima de monstruosidade na 25a. DP: intimado para prestar depoimento, ex-soldado do Exército foi preso e espancado até morrer (4/12); Guardas noturnos assaltantes praticaram uma série de crimes. Violência contra a esposa de um dos assaltados. Ameaçada a população pelos delinquentes que se infiltraram naquela corporação. Têm agido no DF, Meriti, Caxias, Nova Iguaçu e Niterói (16/12); Espancado pelo « Rapa ». O queixoso acusa os policiais do Centro de tentativa de extorsão (19/12); Trucidamento covarde: três militares abateram a tiros e pontapés um homem pacato em Magalhães Bastos (23/12); Espancados brutalmente na delegacia. Esbordoaram o mecânico até que lhe romperam as vísceras. Internado à morte (28/12);

Batidas e Blitz - Polícia faz blitz em Caxias e prende vários marginais e prostitutas (OD, 21/1); Polícia faz blitz contra fraudes nas padarias; Polícia faz blitz em vários pontos da cidade para combater o jogo do bicho. Vários bicheiros são presos (OD, 24/1); Polícia faz nova blitz visando repreender o tráfico de drogas e o jogo do bicho. Vários marginais são presos em vários pontos da cidade (OD, 25/1); Blitz em vários pontos da cidade prendem assaltantes (OD, 4/2); Blitz em subúrbio prende vários marginais (OD, 12/2); Polícia faz blitz no Pavão-Pavãozinho e prende vários marginais (21/3); Polícia faz batida e prende vários marginais (maconheiros e assaltantes) (OD, 11/4); Proveitosa batida dos policiais do 23o. DP prende sete assaltantes, alguns já procurados (19/7); Polícia declara guerra aos « playboys ». Proibição de estacionamento de lambretas e vistoria de documentos. Moradores revoltaram-se contra lambretistas e fazem a « batalha das garrafadas » em Copacabana (23/7); Presos 16 marginais que vagavam pela rua, em blitz da 14a. DP (11/10); Ronda da 21a. DP prende 3

maconheiros e assaltantes (17/10); Fracassou a blitz do Juizado de Menores. Apenas 5 prisões foram efetuadas na área que vai do Centro até à Barra da Tijuca (18/10); Mais de 100 detidos numa blitz da 16a. em São Cristóvão (20/11); Cêrco e « blitz »policial no morro Santa Marta. Vasculhadas ainda Pça. XV e adjacências. Armas militares vendidas por um ladrão. Foram feitas 25 prisões (23-24/11); Blitz noturna em Copacabana desbarata cassino clandestino. Também prende 3 assaltantes e várias mundanas. Resultados positivos na 'operação limpeza'do bairro elegante (28/11); « Blitz de limpeza » no Méier, Madureira e imediações prende um assassino perigoso e vários mendidos e vadios (3/12); Blitz policial cercou a favela do Esqueleto. Efetuadas 600 prisões. Enorme quantidade de facas, punhais, revólveres e garruchas foi apreendida pelas autoridades (OD, 11/12); Operação de limpeza de extensa zona suburbana. 12 delinquentes e malandros « entraram » na « blitz » feita pela 5a. Subseção de Vigilância (17/12); « Faxina » policial no Morro do Alemão. Preso um assassino e diversos marginais. Quatro assaltantes « entraram » (20/12); Presos 4 marginais na batida feita pela 16a. DP (23/12); Numa blitz de grande alcance, a Delegacia de Vigilância operou a « limpeza » de extensa área do Centro. Vasculhados os pontos de concentração da vadiagem. Fechamento do « bas-fond ». Elementos perigosos recolhidos ao xadrez. 370 prisões efetuadas no Centro da cidade (Central do Brasil, Lapa e Zona do Baixo Meretrício-Mangue) (31/12).

Reações e Linchamentos - Ladrão de residências é surrado por populares após praticar crime na Tijuca (OD, 21/1); Motorista e trocador são espancados por passageiros revoltados com a falta de troco (OD, 23/1); Bandidos famosos (Cabo Nilo, Pernambuquinho) quase são linchados pela população após tiroteio na localidade de Sapê (OD, 24/1); População caça grupo de larápios em Deodoro, porém eles conseguem escapar (OD, 31/1); Homem atira a êsmo na multidão, causa morte de menina e quase foi linchado pela população, depois foi preso (OD, 20/2); Ladrão após assalto quase é linchado pela multidão. Ao final foi preso (27/2); Estuprador de menores é linchado e depois entregue à polícia (28/2); Inocente é trucidado por populares que pensavam ser ele um marginal (28/5); Dois ladrões tombaram no tiroteio com o povo (6/7); Amarrado ao poste e castigado o ladrão, na Tijuca (14/8); Fuzilado na Lapa com um tiro na cabeça. Esmurrado e quase linchado o criminoso por populares em fúria (OD, 2/9); Surrado e amarrado ao poste, o biscateiro (1/10); Quase linchado pelo povo enfurecido, em São Gonçalo (5/10); O povo queria fazer justiça em Sapucaia (5/10); Amarrado por populares e surrado o ladrão, em Copacabana (9/10); Caxias em pé de guerra - tentativa de linchamento de um suspeito por mais de 100 guardas noturnos. Secretário de Segurança envia um choque da PM fluminense (7/11); Esbordoado o ladrão e amarrado no poste por populares (26o.DP) (20/12). Cadáver e mistério na Estrada de Vigário Geral (25/12); Mataram a pau o assaltante na favela de Manguinhos (30/12);

Extermínio - Homem foragido da polícia é fuzilado e abandonado em cemitério (OD, 1-2/1); Homem morto a socos e pontapés dentro do Hospital Psiquiátrico (OD, 5-6/1); Dois bandidos são mortos no Joá (OD, 15/1); Homem não identificado é morto e tem o corpo jogado em um matagal (OD, 8/5); Encontrado no Engenho Novo cadáver de bandido procurado (20/5); Encontrado cadáver de menino em Bento Ribeiro (23/5); Negociante é assassinado em Caxias por homem que o esperava tocaiado (24/5); Desconhecido é morto, tem corpo ocultado em um pântano em Honório Gurgel. Crime pode estar ligado ao jogo (27/5); Um assassino conhecido como « Sansão » é fuzilado em Manguinhos (7/6); Cadáver é encontrado no mar. Sem identificação da vítima ou de um suspeito (24/6); Crime misterioso no morro da Caixa d'água. Abatido o ex-detento

na porta da tendinha (19/10); Cadáver encontrado em abismo do morro Santa Marta (30/10); Ossada misteriosa às margens do rio Marapendi. Investigação a cargo do 1o. DP (6/11); Cadáver boiava no rio em Manguinhos (22/11); Ossada humana encontrada no mangue do Guandu, em Santa Cruz (23/11); Cadáver no valão. No Jardim Sulacap, o misterioso fato (27/11); Executado o facínora. Tinha a cabeça varada por uma bala. O cadáver foi encontrado à porta de uma tendinha, no morro do Juramento: era o « Veludo », Aldaci dos Santos, com movimentada vida de crimes e assaltos naquela área (3/12); Tentaram fuzilar toda uma família em São Cristóvão (26/12);

Jogo do Bicho - Homem é morto por bicheiro em tentativa de assalto (OD,1-2/1)**;** - Fortaleza do jogo do bicho é estourada no Centro. Presos três bicheiros e 24 apostadores (OD, 5-6/1); Fortaleza do jogo do bicho é estourada e descobre-se depósito de maconha. Alguns contraventores foram presos (7/1); Fortaleza do jogo do bicho estourada em Vila Isabel, alguns contraventores presos (10/1); Presos contraventores em Madureira e com foi apreendido farto material (15/1); Fortaleza do jogo do bicho é estourada no Centro. Contraventores são presos (18/1); Presos bicheiros que anotavam apostas em plena rua, na Taquara (OD, 23/1); Polícia faz blitz em vários pontos da cidade para combater o jogo do bicho. Vários bicheiros são presos (24/1); Fortaleza do jogo do bicho é estourada e contraventores são presos no Estácio (OD, 5/2); Fortaleza do jogo do bicho é estourada em Botafogo, alguns contraventores são presos; Bicheiro acusa policiais de receberem suborno e terem forjado flagrante (13/2); Bicheiro mata homem por « queima-de-arquivo », no Riachuelo (OD, 20/1); Bicheiro é assassinado ao cobrar dívida de malandro, em Barros Filho (OD, 6-7/4); Bicheiro é assassinado em Realengo por marginais a cavalo. Gangue roubava os animais para cometer crimes (OD, 19/4); Bicheiro é morto para depois ser roubado, no Rio Comprido (13/5); Bicheiro é vítima de extorsão por conhecido e é morto por ele (8/6); Fortaleza do jogo do bicho é estourada. Bicheiros fogem com o dinheiro, somente material é apreendido (29/6); Pânico e correria em pleno centro da cidade, durante o « estouro » do Castelo Lotérico. À somba da casa lotérica, funcionava a contravenção, presos os bicheiros juntamente com os apostadores (9/7); Fuzilado pelo bicheiro. Motorista recusou-se a dar carona ao contraventor pois estava com passageiro. Julião Pimentel, o « Julião Barulho » vingou-se depois (12/7); Banqueiros do jogo do bicho faziam « caixinha » de 1 milhão para subornar policiais. Gen. Amaury Kruel envolvido (31/8); Depois de assaltar os bicheiros, cobriram a fuga à bala. Tentativa de linchamento na 21a. DP (30/10); Tramada pelo 'banqueiro ' a morte do contraventor. « Ferrugem » fôra atraído ao antro de tavolagem de « Miro », para quem se voltam as pistas da polícia. « Coqueiro » seria o executante do crime, no Grajaú (2/11); Acertou no bicho e levou uma facada. O bicheiro « Bira » agrediu o jogador. Registro feito na 24a. DP (7/11); Acusados de achacar bicheiros presos e autuados pela 23a. DP (23/12);

Contrabando - Desbaratada rede de contrabando de armas (9/1); Polícia Marítima apreende contrabando milionário em posto de gasolina (8/3); Apreendido contrabando gigantesco em navio vindo de Honduras, dentre a muamba havia cigarros e bebidas (OD, 11/3); Contrabando é interceptado pela polícia no Aeroporto (2/4); Movimentada prisão de contrabandistas. Arrecadavam em lanchas os volumes atirados do « Bretagne ». Só a tiros foi possível deter a marcha da embarcação (5/7); Apreendido na alfândega vultoso contrabando de relógios e perfumes (20/8); Escandaloso processo de contrabando: « Fernandinho » acusou « Zica » e « Ezinho » na 24a. Vara Criminal. Envolvido o chefe de Polícia nos depoimentos (29/8); Comprava e vendia contrabando

no Leme (11/9); Preso em Botafogo o rufião que traficava mulheres em Minas, Rio e Espirito Santo (27/9).

Violências nas favelas - Chefe de gangue atira em menino na favela (18/1); Grave tiroteio entre marginais na favela do Esqueleto. Vários feridos e ninguém foi preso (OD, 25/1); Jovem mata espancador de sua mãe no morro da Babilônia. Homem é agredido a faca por desconhecido na Mangueira (6/2); Bandido mata operário a facadas na favela e depois foge (13/2); Morto em duelo na Cruzada São Sebastião (4/3); Briga entre bandidos em Magalhães Bastos causa duas vítimas fatais e ninguém foi preso (6-7/4); Briga de marginais em bar em Vigário Geral mata todos os frequentadores, um dos matadores, China, é preso (OD, 8/4); Guarda mata homem que ameaçava outro homem, na favela do Esqueleto (30/5); Homem é baleado ao defender irmão no morro da Cachoeirinha (5/6); Crianças são feridas a tiro no morro do Borel (6/6); Morto com 4 tiros em Parada de Lucas (13/7); Cravou a faca no ventre do companheiro de bebida, numa birosca do Morro do Cruzeiro (16/7); Assassinado ao sair do baile, no morro do Tuiuti (29/7). Matou para não morrer: esclarecido o crime do morro do Tuiuti (30/7); Baleado o garoto na favela do Jacarezinho (5/8); Roubaram e incendiaram o barraco, espancando brutalmente o casal de operários no morro dos Macacos (8/8); Mineirinho atira em mulher com criança no colo, no morro dos Prazeres (30/8); Assassino profissional meteu a faca no desafeto (favela de Manguinhos); Morto o chofer a golpes de « peixeira », no Turano (2/9); Dois indivíduos, vadios e assaltantes, há tempos praticando uma série de proezas delituosas, foram localizados ontem no morro da Mangueira, sendo levados para a 3a. Subseção de Vigilância (2/9); Crime no morro Santa Marta: abatido a tiros o assaltante conhecido como « Nove horas » (2/9); Enfrentaram a polícia à bala. Os malandros jogavam ronda quando chegou a Rádio Patrulha. Em meio ao serrado tiroteio um saiu ferido e outro preso (28/9); Terminou em tiro a tocata de violão na casa do padeiro, no morro do Sossego (4/10); Assaltado e roubado ao pé do morro da Mangueira (4/10); Dois assaltos à luz do dia, na favela da Baixa do Sapateiro. Uma das vítimas além de roubada levou um tiro e uma facada (17/10); A jovem travou luta contra o monstro. Atacada no morro do Turano, ao voltar da delegacia onde apresentara queixa. O anormal portava punhal e grande quantidade de maconha (57 'dólares') (19/10); Duelo à faca em jogo de ronda no morro da Favela (25/10); Espancamento no posto da guarda noturna do Jacarezinho. Retirada de casa, despida e surrada por aqueles policiais. A menor sofreu violência porque protestou. Hospitalizada uma das vítimas (1/11); Tiroteio entre policiais e bandidos em Parada de Lucas (15/11); Pai e filho em duelo a bala: disputavam a tiro o comando das « gangs » do Morro de São João, no Engenho Novo (16/11); Fuzilado bandido no tiroteio com a polícia em Acari (18/11); Fuzilado na janela do barraco (30/12)

Principais tipos de roubos e assaltos – Assaltos cometidos contra taxistas, inclusive com latrocínio, são o principal tipo. Entre as notícias referentes a roubos e assaltos, selecionei as seguintes: Quadrilha de ladrões de carro é desbaratada (6-7/4); Ladrões de automóveis são presos quando fugiam em veículo roubado (16/4); Homem tenta assaltar banco e é preso (25/4); Descoberta quadrilha de ladrões de lambreta que atuava na Zona Sul, roubando e desmontando-as para vender as peças (29/6); Arrombada e assaltada uma fábrica em Olaria (24/7); Assaltados os comerciantes e abatidos a barra de ferro no Centro (26/7); Assaltada e abatida a tiros pelos ladrões, na Gávea (28/7); Joalheria assaltada em pleno centro da cidade (11/8); Quadrilha de pivetes tentou narcotizar uma senhora para roubar, em Copacabana (26/8); Assaltado o Banco Comércio e Indústria em plena luz do dia, em Bonsucesso (30/8); Assaltantes mascarados saquearam a

panificação e alvejaram policial, em Irajá (5/9); Latrocínio monstruoso: aposentado agonizava na linha férrea, em Oswaldo Cruz (11/9); Policiais e assaltantes num violento tiroteio: dois agentes tombaram feridos (12/9); De arma em punho assaltava no trem da Central do Brasil (21/9); Roubaram quase 5 milhões em jóias e pratarias, no Centro (7/10); Ladrões levam pânico a Laranjeiras (7/10); Arrombavam automóveis para roubar, em Botafogo (11/10); Outro Banco assaltado: fundiram a maçarico as fechaduras, no centro (14/10); Perseguição espetacular aos 'gangsters' em fuga: tiroteio no assalto, vítima e populares sob saraivada de balas, em Ramos (25/10); Assaltaram um caminhão na Av. Brasil (22/11); Assaltado o Almirante, na investida dos bandidos: levaram o carro do militar para prosseguir na série de crimes (25/11); Latrocínio frio e covarde no Andaraí (27/11); Assalto ao depósito da Kibon, no Grajaú (4/12); Desvirtuava menores para o roubo de veículos: um delinqüente comandava a quadrilha de pivetes, no Centro (6/12); Quadrilha de ladrões de fios: vendiam o cobre para o ferro velho (10/12); Assaltou, baleou e foi surrado pelos populares, em Cordovil (12/12); Apreendidas várias armas roubadas do Arsenal de Guerra por "Lilico", que fora expulso do Exército por assalto a mão armada (13/12); Guardas noturnos assaltantes: praticaram uma série de crimes (16/12); Assaltado um ônibus: cerco e fuzilaria contra o coletivo, em São Cristóvão (17/12); Foragido do SAM pretendia roubar armas do Exército para vender (18/12); Assaltantes armados em plena luz do dia, no Centro (24/12); Natal de sangue e de assaltos à mão armada no Rio (26/12).

Bandidos, quadrilhas e suas áreas - Cabo Nilo e Pernambuquinho, bandidos famosos, quase foram linchados pela população do Sapê (OD, 24/1); Desbaratada quadrilha que assaltava nas proximidades da Estação Barão de Mauá (Leopoldina). O líder Neném Diabo não foi preso (OD, 24/1); Assaltante conhecido como Mineirinho é recapturado após praticar assalto em Jacarepaguá (6/2); Presos homens que faziam parte da quadrilha de assaltantes que atuava na Via Dutra (14/2); Mangueirinha, bandido procurado, é assassinado. Não se sabe o autor (OD, 23-24/2); Preso bandido procurado chamado Fu Manchu (OD, 1/3); Preso Chico Preto, líder da gangue de assaltantes que atuava na Penha e Brás de Pina (23-24/3); Polícia procura o bandido Cabeleira (30/4); Barriga se rende. Bandido procurado pela polícia (3/4); Bartinho é prêso (21/5); Desmontada quadrilha do Jacarezinho que extorquia os comerciantes ao oferecer « proteção » às lojas (27/6); Bartinho enforcou-se no xadrez (16/7); A gang do bandido Macaé traz em sobressalto o bairro do Jacaré, enfrentando a polícia a tiros (17/8); Fernandinho acusa Zica e Ezinho no processo de contrabando na 24a. Vara Criminal (29/8); Preso um foragido da Ilha Grande, vulgo Pará (10/9); Presa uma quadrilha de assaltantes de hotel. Comprido entregou seus 3 comparsas na 3a. DP (18/9); Preso Chimarrão, em Coelho da Rocha. Tem várias mortes e milhões em assaltos (23/9); Na prisão, Caveirinha apontou o assaltante. Preso pela 16a. DP, confessou-se culpado (26/9); Russo da Maloca abriu fogo contra a polícia e tombou na fuzilaria em Nilópolis. Ferida também a companheira do facínora. Entrincheirado na própria residência, respondeu à voz de prisão disparando a sua arma automática. Com seis ferimentos à bala foi recolhido ao ser arrombada a casa. Fugitivo da Penitenciária de Niterói e chefe de perigosos assaltantes. Havia fugido pela quarta vez da delegacia. Tinha como seu « lugar-tenente » seu irmão, conhecido como Gaúcho (22/10); Morre outra vítima do bando sinistro. Preso, China confessou as façanhas na noite sangrenta (1/11); Pernambuquinho voltou à prisão. Havia fugido em 1957, juntamente com o bandido « Pará », a nado, da Ilha Grande, num « feito sensacional » (8/11); Assassinado com 5 tiros pelas costas Carvão da Mangueira, os criminosos pretendiam eliminar um outro malandro na zona do Mangue (8/11); Caçada a Pavão na Praia do Pinto. Presos dois

comparsas e a companheira do facínora (11/11); Apresentou-se o assassino do marginal Jair da Mangueira (13/11); Fuzilado o investigador numa cilada no 'cantão'. Tudo preparado numa tendinha para surpreender os caçadores de Zezinho, protetor de jogo e chefe de bando criminoso. O assassino conseguiu fugir após o tiroteio (13/11); Russo é condenado e está foragido da prisão (14/11); Preso Falcão, matador do investigador (15/11); Coice de Mula requereu liberdade condicional (22/11); Fuzilado o assaltante César da Ladeira, do Morro dos Cabritos. Companheiro de crime teria liquidado o facínora numa roda de jogo (26/11); Tinda, terror do Andaraí, denunciado pela vítima antes de morrer. Latrocínio frio e covarde. Tinda vingara-se do denunciador de sua quadrilha (27/11); Zé Macaco, o covarde assassino da Ladeira do Borel (29/11); Toda a polícia fluminense no encalço do perigoso bandido, chefe de quadrilha e assaltante Manoel Antonio da Silva, 23 anos (2/12); Executado Aldaci dos Santos, o Veludo, com movimentada vida de crimes e perigoso assaltante do morro do Juramento (3/12); Jorge Negrinho, assaltante do banco de Olaria, foi preso em Bento Ribeiro (6/12); Preso o conhecido ladrão de veículos Paulistinha (9/12); Apreendidas várias armas roubadas do Arsenal de Guerra por Lilico (Manuel Mendonça Sereno), expulso do exército por assalto à mão armada. O marginal praticara os roubos quando ainda soldado (13/12); Zé Macaco, traficante da 'erva' e perigoso assaltante preso por policiais do 21o. DP (17/12); Ceguinho (Agostinho Porto), mercador da morte conduzia a 'erva' e foi preso em flagrante. Ladrão e assaltante (17/12); Bicicleta, foragido do SAM e fornecedor de intrujões, pretendia roubar armas do Exército para vender. A polícia atrapalhou o grande negócio. Ele foi preso juntamente com seu cúmplice, também foragido do SAM (18/12); Preso no Méier com dinheiro e munições um perigoso comparsa de Falcão Negro (19/12); Crivado de facadas no antro da jogatina, numa roda de « ronda » no morro da Favela, Indio, o criminoso, fugiu (21/12); Perereca investiu contra a polícia (31/12).

Delinquência juvenil - Menores matam idoso para assaltá-lo em Queimados (OD, 14/2); « A delinquência juvenil é um grave problema no subúrbio »(OD, 13/4); Menor infrator é assassinado por companheiros do crime no Lins (S.A.M.), (OD, 29/4); Homens são espancados por grupos de garotos (22/6); Corrompiam meninos comprando-lhes roubo, em Caxias (8/7); Meninos incendiaram mendigo que dormia na calçada em Copacabana (12/7); Corrompia menores para roubar, no Engenho Novo (30/7); Rebelião e fuga no SAM, em Lins de Vasconcelos (16/8); Blitz do juizado de menores prende 50 menores bebendo em boites da Zona Sul (8/8); Quadrilha de pivetes tentou narcotizar uma senhora para roubar, em Copacabana (26/8); Quadrilha de menores assaltava residencias. Um dos integrantes do grupo é irmão do marginal Lilico (26/10); Preso o comprador de roubo. Negociava com menores no depósito de ferro-velho de Mesquita (6/12); Desvirtuava menores para o roubo de veículos. Um delinquente comandava a quadrilha de pivetes. Preso em flagrante ao furtar uma lambreta no Centro (6/12); Agredido o tenente a garrafadas pelos menores na Av. Atlântica (12/12);

Rebeliões e Fuga de Presos - Presos tentam fugam da 10a. DP e são recapturados (1/3); Complô de morte na Ilha Grande. Maus tratos e abandono geram terrível movimento secreto dos detentos. Lista dos que vão morrer nas mãos dos condenados (25/7); Fugiram do xadrez ao som da batucada. Espetacular fuga de três maconheiros da Delegacia de Costumes e Diversões(2/9); Xadrez vazio no 2o. Distrito. Fuga espetacular de 10 presos. Fome, ociosidade e promiscuidade continuam sendo causas das evasões (rua Frei Caneca) (11/9); Foragido da Ilha Grande, perigoso ladrão detido, sacou da arma e resistiu à prisão no Maracanã (28/10);

Noticias criminais mais importantes - Banco é assaltado na rua Uranos. Os bandidos fugiram (31/1); Polícia realiza cêrco a « Cabeleira » no Éden. Ele fere policial em troca de tiros (1-2/5); Morre policial ferido por Cabeleira (3/4); Cabeleira se encontra totalmente cercado (4-5/4); Cabeleira se entrega (6/4); Mineirinho matou o motorista - caminha a polícia em direção ao covarde crime da Av. Mem de Sá (16/7); Mineirinho vai apresentar-se à polícia para esclarecer homicídio (18/7); Assaltado o Banco do Comércio e Industria de Minas Gerais à luz do dia, na Pça. das Nações, em Bonsucesso (30/8); Façanha covarde de Mineirinho no morro dos Prazeres (30/8); Toda a polícia mobilizada contra os assaltantes do banco em Bonsucesso (31/8); Entricheirada numa chácara em Nilópolis, a « gang » abriu fogo. Caçavam para matar em pleno dia o homem que denunciou a quadrilha (12/9); Presa quase toda a quadrilha que contrabandeava automóveis há dois anos (25/9); « Doutor Juiz, condene-me pelo amor de Deus! » - dramático apelo do ladrão tuberculoso e sozinho no mundo (3/10); Roubaram quase 5 milhões em jóias e pratarias, no Centro (7/10); Outro banco assaltado. Fundiram a maçarico as fechaduras. Arrombaram a porta da entrada do estabelecimento em plena rua Camerino, no Centro. Dois milhões no caixa-forte (14/10); Perseguição espetacular aos 'gangsters' em fuga. Tiroteio no assalto. Vítima e populares sob saraivada de balas. Lances cinematográficos mantiveram em suspense o subúrbio de Ramos (25/10); Pedida a prisão preventiva dos membros da quadrilha de cocaína (18/11); Encarcerados em Bangu os traficantes de cocaína (28/11); Assalto ao depósito da Kibon, no Grajaú (4/12);

Estatísticas do Ano – "As estatísticas da Delegacia de Vigilância vêm provar que o Rio de Janeiro está se tornando o paraíso dos ladrões e desocupados. Aquela especializada, no corrente ano, de janeiro a setembro, sob a orientação do Deleg. Diógenes de Barros, efetuou 1.493 autos de flagrantes. Foram presos 596 punguistas, 490 vadios e 86 maconheiros" (1/11).

Não se trata, evidentemente, de comparar o resumo acima com qualquer possível resumo de notícias publicadas sobre crimes na atualidade. O propósito, aqui, foi o de demonstrar que a sensação de insegurança, a percepção social e o medo do crime têm uma história, passaram também por metamorfoses e não podem ser reduzidos apenas à sua ampliação junto às elites e classes médias, o que só veio a ocorrer nos anos 70. Se houve uma acumulação, e essa é a nossa hipótese principal, essa começou em meados ou no final dos anos 50, a partir da transição (tanto na seleção criminal quanto nas práticas criminais e nos tipos sociais da sujeição criminal) do "malandro tradicional" para o "marginal". É preciso que se faça a história social das representações que se sucederam, desde então, sobre o caráter mais ou menos tranquilo do Rio em comparação com outras grandes cidades brasileiras, para que se possa avaliar, com rigor, o quanto podemos ainda estar lidando com uma tradição "inventada" nos anos 80

pelas elites (particularmente as intelectuais), segundo a qual antes dos anos 70 os criminosos do Rio eram principalmente punguistas e a grande maioria dos homicídios dolosos eram de tipo passional. Não há dúvida que houve uma grande mudança, inclusive na tecnologia das armas, mas essa mudança não começou do zero, havia já um processo social de violência criminal em acumulação. Diminui-lo ou relativizá-lo torna a análise das mudanças simplificada demais. A ruptura, representada hoje como tendo ocorrido nos anos 70, resultou de uma continuidade nas metamorfoses acumulativas das práticas criminais, dos tipos sociais de seus agentes e da seleção criminal ainda nos anos 50 e 60, que levou primeiramente a polícia, e depois os bandidos, à escalada do emprego de recursos violentos em suas atividades. As elites intelectuais daquela época tinham assuntos mais importantes com que se preocupar; talvez por isso, ainda idealizam comparativamente a criminalidade dos anos cinqüenta e sessenta, sugerindo que o problema apenas começa, como um raio em céu azul, no final dos anos 70 ou até mesmo nos anos 80. O atraso no desenvolvimento dessa área temática na sociologia brasileira (se comparado à norte-americana e à européia), é também sintomático do *rebaixamento* ideológico desse objeto à posição de *faits divers*.[154]

[154] Entre as poucas exceções, registre-se toda a obra de Nelson Rodrigues, escrita principalmente nos anos 50 e 60, o teatro de Plinio Marcos, escrito nos anos 60 e 70 e a obra de João Antônio, escrita também nos

Capítulo 4

A SUJEIÇÃO CRIMINAL

É comum, na literatura especializada, a separação analítica entre representações normativas de cursos de ação e representações normativas a respeito de seus agentes.[155] Essa separação, no entanto, parece ultrapassada quando se observa, acompanhando Garfinkel (1963) e Goffman (1970), que o fato social (no sentido durkheimiano) é sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado « normal » ou « desviante » se produz nesse mesmo processo e não antes dele. Evidentemente, há uma pauta classificatória dos crimes (o Código Penal, por exemplo) que é anterior e exterior ao evento e que é tomada como referência, mas essa pauta não existe senão no processo social que a aplica, que a interpreta, que a contextualiza ou que a despreza. Quando se passa da pauta para o processo, percebe-se o quanto qualquer escala ou continuum de representações normativas de cursos de ação se complexifica ao se tentar julgar ou acusar um agente e encaixá-lo nessa pauta. Examinemos, por exemplo, o continuum de Wilkins (1964), criado sobre uma curva de Gauss e muito citado na literatura especializada (ver gráfico 37). Embora seja quase consensual entre os sociólogos que a definição de uma ação como desviante (divergente, problemática, desnormalizada ou que nome se lhe queira dar) depende de um julgamento baseado numa *certa idéia de normalidade*, e que as idéias sobre normalidade são lábeis e *produzidas contextualmente entre os agentes envolvidos*, são poucos os que reconhecem que nesse caso uma pauta relativamente fixa de significados de normalidade é apenas culturalmente referencial e as definições de cada situação um processo social que ganha relativa autonomia em relação a essa pauta. Nesse caso, *incluir um agente* em algum ítem de uma pauta legal reconhecida, como por exemplo o Código Penal, que é o que estamos chamando aqui de « incriminação », não é uma ação simples e direta de encaixamento, mas um complexo processo de interpretação baseado

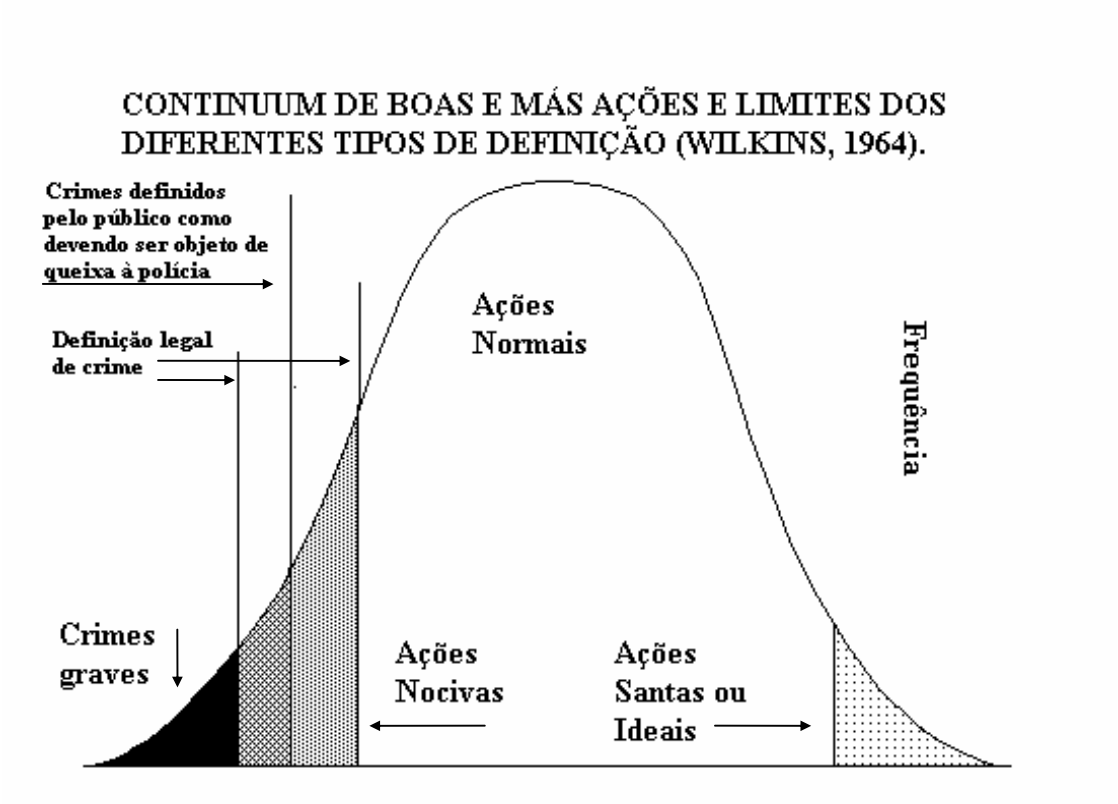
---

anos 60. Na sociologia, praticamente isolado, resta o pequeno estudo de Roger Bastide, de 1960, hoje praticamente esquecido, sobre criminalidade e cor em São Paulo (Bastide, 1968).

[155] Veja-se, por exemplo, toda a discussão suscitada sobre a adequação de se tentar posicionar agentes (ou subculturas) numa escala de Gauss de representações normativas de normalidade e desvio, como as propostas por Wilkins (1964) e Cavan (1962), em trabalhos como os de Wolfgang e Ferracuti (1970), Faugeron (1975) e, mais recentemente, Ogien (1995).

também em *poderes* de definição da situação. Quando se passa de um continuum referencial de ações representadas como normais, boas ou más, como o proposto por Wilkins, para o plano dos agentes, percebemos que estes podem atuar, nos segmentos do curso de suas vidas, em vários dos limites de Wilkins e que a idéia que poderei fazer a seu respeito dependerá muito da distância social em que me encontro deles, bem como da maior ou menor desconfiança que for gerada nessa interação (efetiva, virtual ou imaginária).

Gráfico 37



Macedo e Castro cita o caso do bandido *Cavalcante*, que nos anos 80, segundo afirmaram moradores de um morro do Rio, « andava com uma bíblia num braço e no outro um som. Ele matava e depois rezava. Ele tentava resolver tudo ao modo dele » (Macedo e Castro, 1998, p. 114). *Como* atribuo uma identidade a ele, como interpreto a identidade pública que ele parece ter e como ele vê seu próprio self ou sua própria experiência de combinar diferentes e contraditórios cursos de ação? A sujeição criminal, enquanto permanece no registro do atributo, é uma forma de simplificar e reduzir essa complexidade: ele é « bandido », assim me dizem e assim eu constato e interpreto. Mas

pode ser também um « bandido legal », um « bandido cruel », « um bandido malandro », um « bicho louco », um « bandido formado », ou o *bandido Cavalcante*, uma singularidade[156], um nome que acompanha o atributo, o identifica em sua diferença e se basta. Ou simplesmente ser um indivíduo que já foi incriminado mas que ninguém pensa que seja um « bandido ».

A sujeição criminal, no plano das relações inter-individuais, pode assim ser atenuada ou metamorfoseada segundo uma menor distância social ao agente e um maior conhecimento de sua vida, de sua trajetória e do sentido mais ou menos ambivalente de sua ação criminável. Essas formas de atenuação e neutralização, bem como as formas de agravamento e culpabilização *singularizam*, em cada indivíduo, um processo social que tende, pelo contrário, à generalização e homogeneização. Nesse sentido, a sujeição criminal numa escala micro poderá buscar em tipos sociais tanto os aspectos negativos que precisam ser reforçados, quanto os positivos que precisam ser emulados. Como poderá também se desenvolver sem maior interesse por qualquer justificação de sentido. O continuum de Wilkins pode adquirir, em cada sujeição criminal, o formato de um holograma, em que cada « pedaço » (os espaços entre os pontos limites da definição da ação) pode conter o continuum inteiro. « Fulano é bandido, *mas*... é gente boa, melhor que a maioria das pessoas que conheço », ou « Ninguém diz que sicrano é bandido, mas eu, que o conheço, sei que é, e é um sujeito perigoso, você não pode relaxar com ele ». A congruência ou incongruência de papéis no sujeito criminal pode, assim, contribuir para complexificar a sujeição criminal ou, simplesmente, eliminá-la como atributo.

O mesmo pode ocorrer com a auto-representação do agente a respeito de suas ações ou de si mesmo, e tanto mais quanto melhor o seu contexto social e subcultural lhe oferecer significados de « normalidade » para cursos de ação que em outro contexto (por exemplo, no contexto cultural dominante ou abrangente) são definidos como criminais, violentos ou corruptos. Ele compreenderá, nesse caso, sua sujeição criminal como « externa » à sua identidade e não se assujeitará a admiti-la como inteiramente válida. Assim, por exemplo, « Escadinha », acusado como bandido, pôde, numa entrevista, argumentar que ele apenas era traficante, mas que jamais fôra ladrão: « Nunca assaltei um banco, meu negócio é 'brizola' (cocaína). Pode trazer qualquer vítima aí que ninguém vai me reconhecer ». (UH, 18/1/1983). Do mesmo modo,

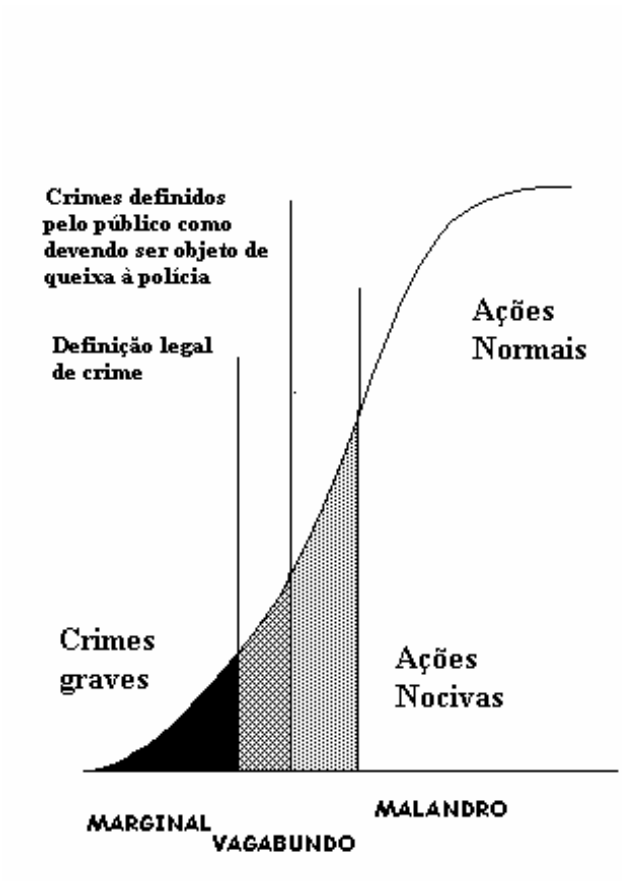
[156] Veja-se, por exemplo, o estudo de Carrara (1991).

« Broto », nas entrevistas que me concedeu, tratava-se como malandro e valente, o bandido « ficava implícito », e fazia questão de dizer que nunca fôra ladrão. Uma estratificação subcultural, que reproduz as acusações abrangentes, distingue o que a distância social (e a desconfiança e o medo) tende a homogeneizar sob a categoria de « bandido ». Mas é inequívoco que a sociabilidade entre sujeitos criminais tende a centrar-se no princípio da desconfiança recíproca, até alcançar - através de vínculos fortes e comprovados de amizade, lealdade ou respeito mútuos - uma estruturação suficiente para permitir sua associação e para generalizar seus processos de fortalecimento da identidade. Aqui, as narrativas de trajetórias, peripécias e façanhas frequentemente emulam uma positivação da identidade que lhes for atribuida.

Embora num contexto subcultural seja mais fácil para eles apoiarem esses significados, têm sido cada vez menos raro que indivíduos muito mais desafiliados suportem a sujeição criminal sem assimilá-la para si. Sua tendência será então metamorfoseá-la em « superioridade moral ». Jack Katz, com razão, observa essa tendência entre diferentes tipos de criminosos (Katz, 1988). Eu também a encontrei, muitas vezes, entre meus entrevistados. Não se trata apenas de uma superioridade *compensadora* do estigma criminal, nem mesmo apenas uma neutralização da culpa, mas, antes, uma aquisição *constituinte* da auto-leitura que o agente faz de sua diferença social.

No Rio de Janeiro deste século, selecionei três designações abrangentes, persistentes e vinculadas entre si e a outros tipos sociais que me pareceram suficientes para saturar o significado que a sujeição criminal adquiriu na história social da cidade: o *malandro*, *o marginal* e o *vagabundo*. Esses rótulos não são apenas estereótipos, mas representações consistentes de *tipos sociais* historicamente datados. Ao mesmo tempo que esses tipos parecem se suceder no tempo - o malandro desapareceria no final dos anos cinquenta, substituido pelo marginal e este, por sua vez, seria sucedido pelo vagabundo a partir dos anos oitenta, eles parecem se definir por contraposição a outros tipos ou mesmo entre si. Não são designações simétricas e cada uma pode conter diferenciações importantes embora, mais uma vez, a generalização tenda a fixar, na representação social, uma imagem unívoca cujo significado também se modifica no tempo. O *vagabundo,* com o significado de vadio, é tão ou mais antigo que o *malandro* do início do século e o *marginal* só aparece muito depois. Mas o emprego atual do designativo *vagabundo*, no mundo do crime, é praticamente equivalente ao significado que o emprego do atributo *malandro* adquiriu a partir da década de setenta, acrescido no

entanto das qualidades do *marginal*, enquanto o significado de malandro hoje ganhou uma idealização que não existia no início do século, produzida por contraposição ao *marginal* e ao bandido. São, no entanto, muitas vezes utilizados como sinônimos, com significado intercambiável ou complementar. No seu significado mais fixado, os três tipos ocupariam, na atualidade, três posições relativas na Curva de Wilkins, que sugerem suas principais diferenças quanto ao seu emprego como atributo:



No entanto, esse significado atual resulta de transformações sucessivas do significado desses tipos que podem ser rastreadas como índices das metamorfoses da sujeição criminal no Rio de Janeiro nesta última metade do século.[157]

Do mesmo modo, a oposição, na representação dominante, entre trabalhador e bandido passou por metamorfoses importantes, que não retiraram, no entanto, o seu sentido nuclear de continuidade próprio à diferenciação fundamental. A oposição básica, que ganhou relevância nos estudos pioneiros de Alba Zaluar (Zaluar, 1985;1994), acompanha o processo de normalização das classes subalternas desde a

[157] Tratarei especificamente dessa questão no próximo capítulo.

Abolição. O samba que se escondia nos terreiros e que era mais perseguido que o próprio candomblé (Fry, 1986), incluia rituais e jogos de luta corporal e uma dimensão orgiástica que entrava em tensão com os princípios da não-violência e da civilidade da família burguesa que começavam a ganhar adesões crescentes no interior das classes subalternas. A própria criação das escolas de samba, segundo o depoimento de vários de seus fundadores, pretendia civilizar os cordões agressivos, permitindo às famílias pobres frequentá-los.[158] A participação ativa de lideranças sociais - intelectuais orgânicos - das classes subalternas na incorporação desse processo de normalização abriu caminho para o crescente isolamento social dos antigos jogos agressivos, finalmente ritualizados em passos e gingas que aludiam às suas origens mas que ficavam agora desprovidos de quaisquer signos de enfrentamento real. Não sei se é verdadeira a história, muito conhecida, segundo a qual a expressão « botar a baiana pra rodar », para significar « partir para a luta », teria se originado do fato de que algumas « baianas » de cordões e ranchos carnavalescos (inicialmente homens travestidos) traziam, costuradas na bainha de suas saias, afiadas navalhas com seus gumes voltados para fora.[159]

De todo modo, a normalização carregava consigo contradições cuja superação prática dependia de processos sociais muitas vezes *externos* ou *independentes* dos atores. A oposição vadio/trabalhador, por exemplo, não podia ser resolvida por quem não encontrasse trabalho, a não ser pela incorporação de uma submissão dos seus interesses aos valores dominantes de tal modo evidente que legitimava, para os que resistiam a isso, chamar-se de *otário* (bobo, tolo, ingênuo, irracional) a quem a preferisse. Tensões como essas do mundo do trabalho apareciam também na esfera do lazer: o auto-controle na exteriorização das emoções, próprio à civilidade burguesa típico-ideal, proveniente do maneirismo aristocrático (Elias, 1973), não podia ser seguido pelos adeptos do candomblé, da batucada, das rodas de samba e da « orgia », cujos rituais ou práticas permitem ou incluem essa exteriorização. A « orgia », com esse nome mesmo, comparece na música popular das décadas de vinte a cinquenta, para representar a farra notívaga e um estilo de vida boêmio e briguento ou valente, por contraposição ao trabalho e à família burguesa.[160] Enquanto foi se ampliando a incorporação da força-de-trabalho no início do processo de urbanização e industrialização da cidade, o processo de normalização foi alcançando crescentemente

[158] Ver, por exemplo, os depoimentos de Carlos Cachaça, Cartola e outros fundadores, nas diversas biografias publicadas sobre eles.
[159] Ouvi essa história de vários sambistas do Rio, alguns de idade avançada.

essas áreas, mas não foi assimilado passivamente. Diferentes adaptações emergem e variados modos de operar o poder foram se desenvolvendo *ao lado* da valorização pública dos princípios normalizadores. Não há sujeição criminal sem que a normalização tenha alcançado hegemonia, mas a separação entre trabalhador e bandido não deve ser confundida com outras distinções, universalizantes, como as que decorrem dos enfrentamentos produzidos por saqueadores, ou pela oposição, também universal, entre pacatos e agressivos ou entre « pessoas de bem » e « abusados ». Essas distinções genéricas continuam existindo, mas ganham uma significação especificamente normalizadora e moderna no modo de produção capitalista, adequada funcionalmente seja à economia de repressão própria ao Estado que monopolizou o uso legítimo da violência, seja à economia propriamente dita - da reprodução da força de trabalho. Mas assim como a sujeição criminal não pode ser compreendida sem referência a seu envoltório político e econômico-social, ela também não pode ser reduzida a ele, nem ser considerada como uma expressão direta de suas contradições.[161] A sujeição criminal *distancia*, separa, autonomiza, diferencia gravemente, preventivamente. A autonomia relativa da sujeição criminal está enredada não apenas na hegemonia da normalização e da civilidade mas nas condições concretas que fazem as práticas sociais, até por economia de esforço, *valorizarem* mais a paz civil, baseada na confiança recíproca, do que a guerra de todos contra todos. Assim como o Escravo hegeliano prefere a paz do trabalho alienado aos riscos do enfrentamento (Misse, 1996b), o bandido é aquele que, por contraposição, « substitui o trabalho pela coragem e o capital pelo risco », na feliz descrição de Edgard Allan Poe. É contra o *ethos* do trabalho que age o bandido. O caráter *aventureiro* do bandido será atenuado pelo cálculo racional quando ele o puder incorporar, mas não se perderá inteiramente - como não se perdeu inteiramente nos capitalistas mais ambiciosos. Mas o caráter mais ou menos violento da dimensão orgiástica que lhe é próprio possui uma autonomia complexa quando se a observa nas formas de individualismo que se desenvolveram em resposta aos apelos da sociedade de consumo e nas condições em que se encontra a reprodução da força-de-trabalho nas áreas que atingiram a etapa pós-industrial do capitalismo.

---

[160] Veja-se, por exemplo, algumas contraposições típicas nas letras dos sambas de Ismael Silva,

[161] Infelizmente, a recepção de meu livro (Misse e Motta, 1979) por alguns leitores da época produziu sérios equívocos em suas interpretações. Heleno Fragoso, em resenha que publicou sobre o livro (Revista de Direito Penal, 1980), embora elogiosa, escreveu que os autores reduziam a criminalidade à luta de classes, e o criticava por isso. Jamais afirmamos tal absurdo...

Todos os meus entrevistados, sem exceção, aludiram a essa dimensão orgiástica com diferentes expressões: « piração », « empolgação », « me senti o 'rei da cocada preta' », « o mundo é meu », « emoção e violência ». Essa experiência é tanto mais desnormalizadora quanto menos depende da certeza de que pode ser repetida, racionalizada e regulada, ou quanto mais sente-se descomprometida de qualquer preservação da identidade pública « familiar » ou « civilizada » ou de uma « reputação ». Essa articulação entre individualismo, desafiliação social, poucos recursos alternativos (inclusive de « ocultação » social), baixo auto-controle e liberação compulsiva das paixões sugere uma sensação de *potência* extremamente sedutora, embora no limite também seja percebida como auto-destruidora. Forças dionísiacas, na expressão consagrada por Nietzsche, emergem instantaneamente, provocando profundas turbulências na sociabilidade convencional e, no paroxismo, sob a influência do ambiente e do álcool (e/ou das drogas), liberam uma energia que é interpretada depois como « do mal », um « mal » sedutor e desejado, liberador e absolutamente potente. A essa dimensão orgiástica e aos seus efeitos sociais reúnem-se signos que repõem seja sua separação absoluta dos signos do « bem » - o que levará à conversão e ao expurgo do mal que os invadiu -, seja à sua constituição ambivalente e neutralizadora da separação absoluta - o que levará à necessidade de « saber navegar » por entre essas forças, a positivá-las e a preservar um espaço legítimo para o apelo ao mal.

Não são poucas as referências - embora francamente minoritárias - a um signo religioso que incorpora essa ambivalência numa direção que, de algum modo, *legitima* o mal mas também o põe sob controle ritual. Sua imagem, no entanto, é tão saturada dos significados dessa dimensão orgiástica, que ganha a autonomia de um tipo ideal, ou melhor, de um 'ego ideal'. Seja como « personagem » (Berger), seja como « tipo social » (Schutz), essa « entidade » da Umbanda *satura* o significado ambivalente pelo qual o *mal* pode comparecer legitimamente numa ordem social. Trata-se da figura de « Zé Pelintra », muito conhecida no Rio de Janeiro e já estudada por vários pesquisadores.[162] Zé Pelintra é cultuado por muitos adeptos da umbanda e da quimbanda como uma das 'qualidades' de Exu e sua imagem, em gesso, é muito vendida, em diferentes tamanhos, em qualquer casa de artigos das religiões afro-brasileiras, assim como imagens de outras entidades correlatas, como « Maria Molambo » e « Maria Padilha ». Eu mesmo fui a três lojas especializadas tentar comprar

[162] Cf. principalmente Augras, 1989. Zaluar (1985) cita um famoso bandido da Cidade de Deus que era devoto de Maria Padilha. Assis (1999) cita vários jovens traficantes devotos de "Seu Zé".

sua imagem e nas três o artigo - por sua grande demanda - encontrava-se esgotado. Haveria reposição de estoque em uma semana. Ele é representado sempre do mesmo modo : como um jovem malandro se vestia nas décadas de trinta, com seu terno de linho branco, chapéu 'panamá' meio de lado, lenço ou gravata vermelha ao pescoço...[163] Essa fixação do « Malandrinho », do « Seu Zé », como uma das qualidades do mercuriano Exu é, a meu ver, extremamente representativa da *permanência* e da *continuidade* do significado mediador que certo tipo social de banditismo almeja, entre ou *acima* do bem e do mal catolicizantes (e agora pentecostais).

A construção social das condições que permitem definir a sujeição criminal é a mesma que permite definir a normalização dos cursos de ação. Não se trata de opor, abstratamente, « norma » a « desvio », mas de compreender um processo histórico pelo qual constituiram-se ordens sociais legítimas e diferentes modos de operar o poder e de encaminhar os conflitos (coletivos ou individualizados) no interior dessas ordens e segundo os recursos que a distribuição do poder em classes oferece ou permite.

A normalização refere-se a um processo de « compensação » do individualismo possessivo, por meio do qual emulam-se corpos e mentes disciplinados para o auto-controle das paixões e dos desejos imediatistas, fazendo com que o interesse egoísta racionalmente projetado seja considerado legítimo e planeje, aguarde, poupe e adie satisfações. Sua formulação, com esse mesmo nome, na obra de Foucault, não esgota toda a complexidade histórica que lhe deu origem (Elias, 1973 ; 1975) e cuja análise, *post festum*, parece projetar uma teleologia onde, na verdade, existiram campos de forças, conflitos permanentes, turbulências nas ordens legítimas e, principalmente, afinidades de sentido que terminaram por canalizar todas as disputas na direção do que hoje, retrospectivamente, Foucault chamou de « normalização » e Norbert Elias, numa perspectiva histórica, de « civilização ». Não se trata de um processo realizado e acabado, mas de um campo de forças que continua a atuar sobre as tensões produzidas, na esfera cultural, pelo capitalismo tardio e cujas transformações acompanham as metamorfoses do individualismo « pós-moderno ».[164]

No Brasil, em razão do escravagismo e da sobreposição estamental de culturas muito diferentes, a normalização só aparece como um problema em meados do século

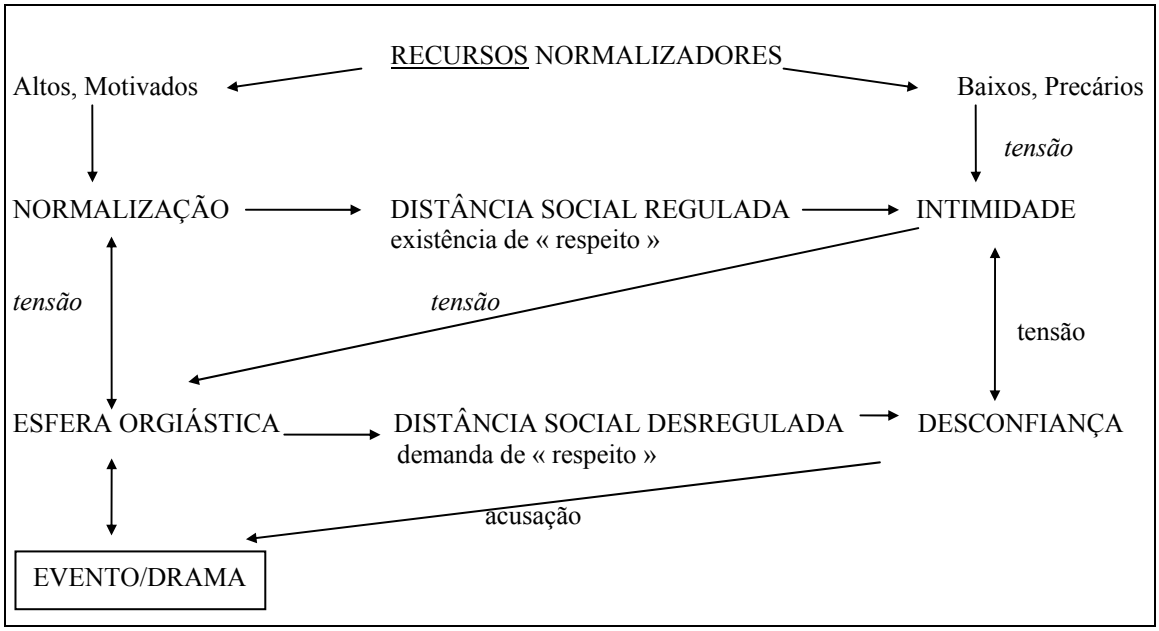
[163] Cf. Alkimin, Z. (1992), Zé Pilintra: dono da noite, rei da magia. Rio de Janeiro, Pallas. Cf. também o Dicionário dos Cultos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro, Vozes.

XIX, quando o sistema escravista começa a declinar e os patrões começam a se preparar para transitar do individualismo hierárquico para o individualismo da mão-de-obra livre. A normalização dos conflitos entre familias e clãs e do individualismo propriamente urbano torna-se, gradativamente, uma tarefa estatal, na mesma dimensão em que o monopólio da violência legítima pelo Estado torna-se uma necessidade crucial. Campanhas religiosas e morais, repressão aos capoeiras, movimentos higienistas, reorganização e saneamento do espaço urbano, planejamento de ações policiais com base em estatísticas, enfim uma multifacetada demanda de civilidade e bons costumes marcarão, no Rio de Janeiro, as três décadas (1890-1910) que são epicamente lembradas como as da abolição da escravatura, da proclamação da república, do florianismo, da revolta da vacina e da urbanização da cidade com o prefeito Pereira Passos. Sob a denominação genérica de « desordem pública » são classificadas a maioria das prisões nesse período (Bretas, 1997).

Em tensão com o processo de normalização, mas não necessariamente *contra ele*, as festas populares, o carnaval, a bebedeira e as brigas de rua, enfim, as diferentes manifestações do que - por contraposição ao mundo familiar burguês e ao mundo disciplinar do trabalho - será chamado de « a orgia », a « boemia », a « farra » tornam-se crescentemente vulneráveis a uma acusação social que se amplia, inclusive nas classes subalternas. É preciso *distinguir* os limites do que pode ser ou não incorporado à regulação normalizadora, ou ao menos do que pode ou não conviver com ela. O processo ocorre em todas as classes e em todas elas adquirirá características próprias. Mas caberá à polícia um papel importante - e específico - no processo pelo qual as classes subalternas apropriaram-se criativamente da normalização. A perseguição à vadiagem e aos malandros, como também a perseguição às associações sindicais e políticas, produzirá uma identidade *defensiva* e *ambivalente* nas frações mais precarizadas da classe operária nascente, assim como corroerá progressivamente qualquer positivação dignificadora da pobreza entre as famílias pobres e miseráveis da cidade. As classes perigosas no Rio de Janeiro vão se constituindo não só por diferenciação em relação à classe trabalhadora, mas também numa estranha ambivalência com ela. Uma auto-identificação *defensiva* como « trabalhador » (com vistas à exigência policial de « prova de trabalho ») emula a diferença em relação ao « não-trabalhador » (que não é necessariamente um 'vadio', mesmo na perspectiva

[164] Reservo a designação de « pós-modernidade » apenas à esfera cultural do capitalismo tardio. Sobre a noção, cf.

dominante), assim como uma auto-identificação defensiva como *pobre* precisa adjetivar-se no complemento « porém honesto ». Dizer que se é trabalhador torna-se *defensivamente* uma identidade de honestidade, normalidade e disciplina, por oposição à qual igualam-se todos os demais na dimensão orgiástica ou na sujeição criminal. Um dos mecanismos principais que regulam a distinção entre uma situação normalizada e uma situação desnormalizada é o controle da distância social nas relações face-a-face entre os indivíduos e o seu signo mais corriqueiro, no Brasil, comparece como uma demanda implícita de « respeito » seja nas relações interindividuais, seja entre grupos e agentes institucionais. Dominique Vidal (1996) observou, em sua tese sofre uma favela do Recife, o mesmo que muitos outros pesquisadores têm apontado em estudos sobre áreas urbanas pobres: a demanda de « respeito » parece mediadora entre a noção hierárquica de « honra », como no ambiente familiar (Fonseca, 1984) e a ideologia dos homens livres (Viveiros de Castro, 1974). Mas eu encontrei um emprego da demanda de respeito, nas favelas do Rio, que indica uma demanda igualitária de cidadania. Aqui, a existência de respeito significa o reconhecimento de uma distância social regulada e « respeitada » como regra, enquanto a inexistência de respeito ou sua demanda representa uma desregulação da distância social e acusa um desvio à norma igualitária e uma « invasão » do espaço íntimo e da autonomia individual. Nesse caso, a distância social não representa apenas a distinção hierárquica, mas uma demanda de igualdade de tratamento por comparação a outros (os ricos, por exemplo, cujos direitos são respeitados). Quando prevalece a desregulação da distância social, a desconfiança aumenta nas relações sociais e pode levar à interpretação de um evento como um *drama* « criminal ». Tanto num caso (distância hierárquica, respeito como mediação entre honra e individualismo) quanto no outro (distância igualitária, respeito como 'dever de seguir regras', de « respeitar » limites na interação entre indivíduos livres e iguais), a questão passa pela representação da maior ou menor « educação » de uma pessoa, i. é, do seu grau de normalização. Recursos normalizadores baixos ou precários produzirão tensão com a intimidade e a alteridade do Outro normalizado, enquanto recursos normalizadores altos ou motivados tenderão a exigir regulação na distância social. O fantasma aqui é a violência e a dimensão orgiástica, o ultrapassamento dos limites da interação que transforma o Outro em puro objeto.



Defino sujeição criminal como um *processo* social que incide sobre a identidade pública e muitas vezes íntima de um indivíduo. Para que haja sujeição criminal, é preciso que certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas interpretados principalmente como *criminais*, inclusive pelo agente, se reiterem na expectativa social a próposito desse agente; que esses tipos de curso de ação condensem significações de ruptura com representações de normas sociais de validez abrangente e, principalmente, rompam ou ameaçem romper com um « núcleo forte » *emocional dos agentes sociais*, sobre o qual se concentram as representações sociais da normalidade, do crime e da violência. Em oposição ao « não fiz por mal » do negligente e do « fui levado a isso » do neutralizador, ele pode chegar, no limite, a assumir publicamente sua identidade como « mau ». Impor-se pelo medo é uma das formas mais elementares e universais de operar o poder em condições de desconfiança recíproca. Nessa identificação-limite, e ainda aí, ele não desconhece a classificação social do que sejam boas ou más ações na esfera mais abrangente dos valores. Constituido como sujeito pleno no registro do atributo e no registro de suas próprias identificações e de sua vivência, no registro da moral e do direito, a ele se indaga: por quê esse caminho? Agrupei suas variadas respostas em três tipos-ideais de auto-justificação: o acaso ou o destino; a escolha racional; e a « vontade de... ». Diferentemente também da sujeição criminal que busca neutralização (íntima ou

pública), embora ele geralmente veja razões para auto-controlar ou modificar seu destino, suas escolhas e sua própria vontade, pensa que poderá fazer isso « mais à frente », « algum dia talvez », « quando chegar a hora ». Ele assume, de certa maneira, um livre-arbítrio que não nega a necessidade das normas e valores sociais, mas que o coloca, por assim dizer, « por algum tempo » acima deles.

Nesse sentido, o « perigo » que tal agente passa a representar reforça a crença de que ele possua uma *subjetividade peculiar*, algo como um « carisma de valor negativo », mas que denota uma diferença que pode ser interpretada por ele como de « superioridade moral ». Trazê-lo de volta à norma e à sociabilidade convencional representaria, portanto, um processo da magnitude de uma «conversão » ou « reconversão », e não é raro que esse processo se realize estritamente sob a forma de uma « conversão religiosa ».[165]

A maior ou menor coincidência ou tensão entre a atribuição social e a auto-identificação do agente a um tipo ou a uma combinação de tipos sociais de sujeição criminal pode indicar diferentes dimensões tácitas de um jogo que envolve diretamente os agentes postos na posição acusatória, que formam para ele um *out-group*, os agentes postos na posição de parceiros ou iguais, ainda que de grupos rivais, que formam um *in-group* abrangente, e os agentes cuja posição combina ou oscila entre os dois grupos (*mediadores*, tanto em sentido positivo quanto negativo na diversa apreciação dos grupos de agentes). A *entrada* no « mundo do crime » é muito variada e muitas vezes ocasional. Para os objetivos deste trabalho, o que mais importa não é a entrada, nem mesmo a « adesão » ou a «opção» pelo crime, mas, na sua *reiteração*, tornar-se passível de *incorporação* numa identidade social negativa e sua consequente acomodação a um tipo social.[166]

Não há sujeição criminal sem incriminação, mas pode haver incriminação sem sujeição criminal. O que distingue radicalmente a incriminação de um indivíduo de sua

[165] Exemplos recentes abundam no Rio de Janeiro, sempre deixando « dúvidas » no ar, como no caso de Gregório 'Gordo', que veremos em seguida.

[166] A « entrada » no « mundo do crime » (e, portanto, a incorporação da sujeição criminal) segue, muitas vezes, um padrão análogo (e culturalmente oposto) ao seguido pelo adolescente Zuni - estudado em célebre ensaio por Lévi-Strauss -. O adolescente, acusado de feitiçaria, « se tornou » feiticeiro à medida em que procurava tacitamente explicar-se, perante os juizes, da acusação: « o acusado, preservado como testemunha, traz ao grupo uma satisfação de verdade, infinitamente mais densa e mais rica do que a satisfação de justiça que teria proporcionado a sua execução » (Lévi-Strauss, 1985, p. 201). O padrão é análogo e oposto porque, em nosso caso, o agente acusado submete-se à sujeição, « torna-se » bandido, muitas vezes por não conseguir escapar dessa identidade testemunhando-a, recusando-a e atestando assim « a realidade do sistema que a tornou possível » (p. 200). Cf. Lévi-Strauss, 1985, cap. 9: « O feiticeiro e sua magia ».

sujeição criminal é representado socialmente, grosso modo, pela distinção entre « bandidos » e não-bandidos. O significado de « bandido », embora remeta a « integrante de um bando », ganhou autonomia individualizante, passou a ser aplicada ao agente cuja sujeição criminal já está em curso ou que se considera consolidada. Na representação jurídica, a « reincidência » poderia aparecer como um indicador dessa distinção, e geralmente o é, mas não é suficiente[167]. Pode haver reincidência criminal e não haver sujeição criminal, como pode haver sujeição criminal sem reincidência judicialmente registrada. De um modo geral, a diferença é construída pela ênfase maior que se dá *ao sujeito*, no caso da sujeição criminal, com a expectativa social de que o agente é, de algum modo, *subjetivamente ligado* à transgressão; e pela ênfase maior na transgressão que no sujeito, no caso da mera incriminação, com a expectativa social de que aquela transgressão não é *subjetivamente ligada* ao agente (ao seu caráter, às suas origens e ao seu meio social, à sua biografia, etc). O mesmo processo ocorre
na assimilação da sujeição criminal pelo agente, isto é, no seu « assujeitamento » ao atributo social e pode servir, através das auto-justificações (ou na sua recusa) que são oferecidas pelo agente, para escrutinar uma tipologia da sujeição criminal:

Quadro 5 : Tipologia da sujeição criminal

	Autojustificação	Recusa de autojustificação
destino	NEUTRALIZADO R« não sou assim, mas... »	TRÁGICO « eu sou assim, não tem explicação... »
cálculo	INSTRUMENTAL « não sou diferente de ninguém... »	SUPERIOR « quem sabe de mim sou eu »
« vontade de... »	VICIADO « não consigo parar »	ORGIÁSTICO « não quero parar agora »

[167] Os dados sobre reincidência criminal no Rio de Janeiro são pouco confiáveis e oscilam muito. Na tabela abaixo podemos verificar – nos anos em que foi possível contabilizá-los – o quanto variam de um ano a outro (ou no mesmo ano) os possíveis critérios que são utilizados para contá-los:

	1945 (1)	1945 (2)	1967	1968	1969	1979	1980	1988 (3)	1988 (4)
Taxa de Reincidência	46,8	60,9	28,9	23,2	26,2	37,6	26,9	54,9	30,7

(1) Condenados existentes na Penitenciária Central do Distrito Federal; (2) Presos entrados no Presídio do Distrito Federal; (3) População recenseada no sistema penitenciário do Rio, pelo IBGE, que afirmou ter passado por mais de uma prisão; (4) Cálculo de Lemgruber (1989), com base no critério de mais de um "cumprimento de pena" e não apenas de prisão anterior, com base em amostra representativa da população penitenciária do DESIPE em 1988.

Não são, evidentemente, tipos empíricos, mas possibilidades limites de auto-justificação ou repúdio que nascem na experiência social e que podem, inclusive, conviver juntas no *self* do agente socialmente acusado. Por fora da tipologia, encontram-se as situações de repúdio da acusação, muito comuns mas precárias, através da « negação » da acusação/interpelação (« eu sou inocente », « não fui eu que fiz ») ou de sua « denegação », através do silêncio absoluto.

Os tipos da autojustificação são os que mais tensionam sua sujeição criminal e os tipos que a recusam os que mais se tornam vulneráveis a ela. O « neutralizador » terá suas razões para buscar explicações individuais (« premência », « necessidade », « ódio ») ou sociais (« pobreza », « injustiça », « revolta », « más companhias », etc.), mas o « instrumental » buscará a neutralização na sua não-diferença em relação aos que não são punidos, assumindo-se apenas como mais um agente mobilizado por fins aquisitivos, mas sem recursos alternativos (inclusive quanto aos poderes que permitiriam sua 'absolvição'). O tipo « trágico » atribui ao destino ter seguido o caminho que seguiu, mas não aceita ser interpelado a dar explicações individuais ou sociais para isso; o tipo « superior » admite ter feito suas escolhas, as assume e não vê razões para justificá-las perante si mesmo ou aos outros. O frequente recurso ao « silêncio » diante da interpelação tanto pode assumir um ar de inferioridade, como « culpa » (cabeça baixa, lágrimas, gestos contidos), ou « medo » (olhar assustado, choros convulsivos, postura corporal desconfiada) quanto de superioridade (cabeça erguida, queixo levantado, olhar agressivo ou relaxado, etc). Os signos de « frieza » podem ser emulados para representar sua autonomia e o auto-convencimento da « inevitabilidade » dos efeitos sociais do curso de ação de que é acusado como também da recusa em oferecer autojustificações. Não são poucos os que dizem que « só quem vive no crime pode compreender ». A « vontade de... » fazer isso ou aquilo pode buscar auto-justificação no « viciado », para quem o crime é « um vício », que você quer mas não consegue parar. É o tipo mais próximo à conversão. Finalmente, a vontade de fazer isso ou aquilo é especificamente « irracional », « orgiástica », sedutora em si mesma e não demanda explicação que não seja a de querer continuar vivendo assim: a farra da vida (e da morte).

De qualquer modo, quando o agente « sabe » que ao empreender determinado curso de ação ele poderá « cair » dentro de uma classificação social acusatória, que ele

---

Fontes: Anuários Estatísticos do Distrito Federal e da Guanabara; Relatório do DESIPE, 1980; Censo Penitenciário do Rio de 1988; Lemgruber (1989).

conhece e com a qual até pode partilhar, logo uma auto-avaliação se impõe: a que indica o quanto ele está (ou não) *ligado subjetivamente* a esse tipo de curso de ação e de que modo ele a interpreta. A maior ou menor capacidade e interesse do agente em *fazer essa ligação* e *interpretá-la* é a dimensão principal da sujeição criminal, e as tensões entre a imputação à subjetividade feita pelo acusador e pelo acusado (seja internamente ao agente, seja externamente entre agentes) permitem construir indicadores fecundos da variedade de situações em que os *poderes de definição* da sujeição criminal são operados, seja para neutralizá-la, assimilá-la, incorporá-la ou agravá-la.

Além disso, diferentes representações sociais da diferença social entre o ilícito, o ilegal e o criminal permeiam a estratificação bandido/não-bandido. Como toda sujeição criminal tende a produzir uma condensação com determinados tipos sociais e esses, por sua vez, podem conferir à sujeição criminal algumas de suas características, pode desenvolver-se uma específica « subcultura da sujeição criminal » que incorpora traços afins a outras subculturas. O fato que, de um modo geral, a representação social possa distinguir « crime » de « mundo do crime » e a lei distinguir, por exemplo, « crime » de « contravenção », exige que também a diferença entre incriminação e sujeição criminal se apoie na maior ou menor socialização do agente criminal numa subcultura representada como, no mínimo, *desnormalizada* e como, no máximo, *criminal*. Não basta, portanto, à sujeição criminal, que ela ligue a subjetividade do agente à expectativa de reiteração da transgressão; é necessário também que essa ligação se dê em determinadas condições *sociais*, que definirão algo como uma estratificação social dos agentes passíveis de sujeição criminal. Pode-se, então, propor a hipótese de uma *seleção social* da sujeição criminal, que o processo de incriminação reproduz ampliadamente. Essa seleção social acompanha tendencialmente as linhas da estratificação social mais abrangente. Do mesmo modo, as linhas de reiteração das práticas criminais dependem também de recursos de poder que, geralmente, acompanham a estratificação social, por dependerem de diferentes « poderes sociais de disposição » (Weber, 1991) de bens materiais ou simbólicos. Certos tipos de criminação são condensados em certos tipos de agentes tanto por seleção social atributiva (*adscripted)* quanto por sua aquisição motivada (*acquired*). Mas não basta absorvê-la numa teoria dos papéis sociais: é preciso atentar para a profunda dimensão ideológica envolvida na constituição desse tipo de *sujeito*, que parece envolver um tipo-limite da própria noção de sociabilidade.

ASSALTANTES E TRAFICANTES

No Rio de Janeiro a sujeição criminal cristalizou-se, nas últimas décadas, em torno de certos tipos de práticas criminais: o roubo, o assalto à mão armada, o latrocínio, o sequestro e, principalmente, o tráfico de drogas. Para escrutinar esse universo, selecionamos 50 detentos para serem entrevistados na Penitenciária « Milton Dias Moreira »[168], uma instituição penal que abrigava, em média, em junho de 1999, cerca de 900 presos, quase todos por tráfico ou roubo (inclusive latrocínio). Este presídio é « controlado » por duas 'organizações' de presidiários: o « Comando Vermelho » e o « Comando Vermelho Jovem », uma dissidência recente do primeiro e considerada mais violenta que ele. Há cerca de 13 traficantes presos considerados « independentes » ou « neutros ». A seleção dos respondentes foi aleatória e o entrevistador - aluno meu e estagiário da defensoria pública no presídio - deixava claro que não registraria o nome do entrevistado e que a entrevista não produziria qualquer resultado, positivo ou negativo, em sua situação penal. Dos cinquenta escolhidos, 36 concordaram em responder e 14 não concordaram. Os resultados referem-se, portanto, a 36 questionários aplicados. Cada entrevistado foi identificado por um número e a tabela abaixo resume seus dados penais:

[168] Após a realização da pesquisa, quase todos os presos foram transferidos para uma nova Penitenciária, em Bangu, e o presídio está sendo reformado e utilizado para outro tipo de função penal ("Casa de Custódia").

Tabela : Presidiários entrevistados, segundo tipo de crime, reincidência e idade.

Respondente	Crime	Reincidência	Idade
1	Tráfico	Não	21 (1978)
2	Tráfico	Sim	25 (1974)
3	Tráfico	Sim	26 (1973)
4	Assalto à mão armada	Não	28 (1971)
5	Tráfico	Não	22 (1977)
6	Latrocínio	Sim	28 (1971)
7	Tráfico	Não	20 (1979)
8	Tráfico	Não	43 (1956)
9	Tráfico	Não	24 (1975)
10	Tentativa de homicídio	Não	29 (1970)
11	Tráfico	Não	38 (1961)
12	Homicídio	Sim	25 (1974)
13	Assalto à mão armada	Sim	22 (1977)
14	Roubo qualificado	Sim	44 (1955)
15	Tráfico	Não	22 (1978)
16	Roubo qualificado	Sim	28 (1971)
17	Roubo	Sim	27 (1972)
18	Assalto a mão armada	Sim	34 (1965)
19	Tráfico	Não	22 (1977)
20	Tráfico	Não	23 (1976)
21	Tráfico	Não	21 (1978)
22	Tráfico	Não	24 (1975)
23	Roubo	Não	20 (1979)
24	Tráfico	Não	23 (1976)
25	Latrocínio	Sim	43 (1956)
26	Roubo	Não	19 (1980)
27	Tráfico	Sim	22 (1977)
28	Tráfico	Sim	39 (1960)
29	Tráfico	Não	22 (1977)
30	Tráfico	Não	21 (1978)
31	Roubo	Não	25 (1974)
32	Tráfico	Sim	não sabe
33	Roubo	Sim	29 (1970)
34	Tráfico	Não	23 (1976)
35	Roubo	Sim	27 (1972)
36	Latrocínio	Não	26 (1973)

Dos trinta e seis entrevistados, 20 foram condenados por tráfico de entorpecentes (55,5%), 14 foram condenados por roubo qualificado, assalto a mão armada ou latrocínio (38,9%) e 2 por homicídio ou tentativa de homicídio (5,5%). O mais velho dos entrevistados tinha 44 anos e o mais novo tinha 19 anos de idade e ambos foram condenados por roubo qualificado. A média de idade dos que foram condenados por roubo, assalto ou latrocínio era de 28,6 anos e dos que foram condenados por tráfico era de 25,3 anos (excluido o que não sabe sua idade). Dos 14 condenados por roubo, assalto ou latrocínio, 9 eram reincidentes na folha penal (64,3%) e dos 20 condenados por

tráfico, 5 eram reincidentes (25%). Entre todos os condenados entrevistados, a taxa de reincidência era de 41,7%. Quatro dos condenados por tráfico tinham condenação prévia também por tráfico e um por roubo; seis dos condenados por roubo tinham condenação prévia também por roubo e um por homicídio; os dois condenados por latrocínio tinham também condenação prévia por roubo e o condenado por homicídio doloso tinha condenação prévia por tráfico.

Características

Apenas 6 respondentes, do total de 36, tinham completado o 1o. grau ou ingressado no 2o. grau mas sem completá-lo. A maioria (63,9%) possuia o primeiro grau incompleto e 4 respondentes afirmaram não ter qualquer instrução. A ocupação das mães da metade dos respondentes era o emprego doméstico e a ocupação dos pais da metade dos respondentes, quando conhecidos (22% de todos os respondentes desconheciam seu pai), era a construção civil, os serviços manuais desqualificados ou o trabalho de ambulante, mas 39% dos pais exerciam profissões manuais semi-qualificadas. Cerca de 47,2% das mães eram evangélicas, 36,1% católicas e 5,5% não tinham religião. Cerca de 30,5% dos respondentes não tinham profissão quando foram presos e entre os que tinham, 41,7% eram ambulantes, biscateiros, operários da construção civil e trabalhadores manuais não-qualificados. Cerca de 58,3% dos respondentes estavam desempregados quando foram presos e entre os 42% empregados, apenas um tinha carteira assinada. A maioria dos respondentes afirmou ser católica (38,9%), seguidos pelos sem religião (30,5%) e pelos evangélicos ou recém-convertidos a seitas pentecostais (25%). A maioria começou no crime com menos de 18 anos de idade (38,9%), seguidos pelos que entraram entre os 18 e os 20 anos (27,8%), mas 22,2% não quiseram responder (ou disseram não se lembrar) com qual idade ingressaram no crime. A maioria (63,9%) afirmou ser solteira e um terço (33,3%) dos entrevistados disseram que são « ajuntados » ou que, embora solteiros, têm filhos.

Avaliações da própria trajetória

Perguntados sobre se o que fizeram era, em sua própria opinião, um « crime », os respondentes condenados por tráfico tenderam a dizer que não, enquanto os condenados por assalto tenderam a dizer que sim:

O que você fez é mesmo um crime?

	Sim	Sim e não	Não	Não sabe/n.r.
Tráfico	5	4	6	5
Roubo	4	0	1	2
Assalto armado	4	0	0	0
Latrocínio	3	0	0	0
Tent. Homicidio	1	0	0	0
Homicídio	0	1	0	0
Total	17	5	7	7

As explicações dos condenados por tráfico que duvidam que o tráfico seja crime (cerca de 70%) opõem o texto da lei à sua própria opinião: « a lei acha que é, mas eu não. Não obrigamos ninguém a comprar »; « sim e não; só compra quem quer »; « na minha opinião não, mas existe uma Constituição que faz ser, no qual os 'graúdos' passam por cima dela. Me sinto usado ». Entre os assaltantes, com exceção de um, que considerou que o que fez (foi condenado por roubo qualificado) é « menos grave », e de dois que disseram « não saber », todos não duvidaram que se tratava de um crime: « sim, roubei o que não era meu »; « sim, porque tirei a vida de uma pessoa por um motivo fútil »; « sim, porque tentei tirar uma coisa que, de repente, a pessoa lutou muito para conseguir ». Um condenado por latrocínio concorda, mas relativiza: « pela justiça da terra, é... porque ela cobra ». Um condenado por homicídio respondeu que « sim e não » : « Quando tiver que tomar uma atitude independe de crime ou não. Isso é pessoal ».

Quando se pergunta sobre o crime de maior gravidade na opinião dos condenados, a escolha recai principalmente sobre o estupro, seguido pelo homicídio:

Crime mais grave, na opinião do respondente:

	Estupro	Homicídio	Outros	Não sabe	Não respondeu
Tráfico	9	6	0	5	0
Roubo	7	1	2	2	0
Latrocínio	1	0	0	1	0
Homicídio	1	0	0	0	1
Total	18	7	2	8	1

No entanto, oito condenados (22,2%) afirmaram não saber qual o crime mais grave que existe. Entre os condenados por roubo ou assalto, um escolheu o sequestro e outro o « abuso de poder ».

Perguntados sobre como entraram « nessa vida », a maioria afirmou que foi por iniciativa própria, sem influência reconhecida de ninguém:

Como entrou nessa vida:

	iniciativa própria	chamado por amigos da rua	chamado por colegas escola	outros	não respondeu
Tráfico	11	3	1	3	2
Roubo	8	4	1	1	0
Homicídio	0	0	0	2	0
Total	19	7	2	6	2

Entre os condenados por tráfico, 4 (20%) reconheceram a influência de amigos ou colegas de escola contra 11 (55%) que decidiram por iniciativa própria. Entre os condenados por roubo ou assalto, 5 (35,7%) reconheceram a influência de outros contra 8 (57%) que se decidiram por iniciativa própria.

Quando perguntados sobre se realmente precisavam ter seguido essa vida ou terem feito o que fizeram, a maioria afirmou que sim:

Precisava fazer o que fez?

	Sim	Pensara que sim	Não	Não sabe/n.r.
Tráfico	12	1	1	6
Roubo	3	4	7	0
Homicídio	1	0	1	0
Total	16	5	9	6

Entre os condenados por tráfico, 60% disseram que sim, que precisavam ter feito o que fizeram e 30% não souberam (ou não quiseram) responder. Entre os condenados por roubo ou assalto, metade disse que sim ou que pensara (na época) que sim e a outra metade respondeu que não, que não precisava ter feito o que fez. No quadro abaixo, apresento as auto-justificativas, separadas segundo o tipo de resposta e de condenação:

Precisava fazer o que fêz? Por quê?
SIM
Sim, queria dinheiro (tráfico)
Sim, porque precisava de dinheiro (tráfico)
Sim, queria mais mulher e dinheiro (tráfico)
Sim (tráfico)
Precisava, estava desempregado (tráfico)
Sim, apesar de termos várias alternativas. Ninguem precisa praticar crime (tráfico)
Sim, por causa do abuso da vítima (homicidio)
Sim, não tinha opção nenhuma de nada (assalto a mão armada)
Sim, estava sem dinheiro (tráfico)
Sim, na condição financeira que me encontrava, poderia ficar bem pior do que estava (tráfico)
Sim, porque estava sem dinheiro (tráfico)
Sim, estava 'duro' (tráfico)
Sim, queria poder (tráfico)
Sim. Porque sim.(tráfico)
Sim, queria mais grana (roubo)
PENSARA QUE SIM
Hoje penso que não. Porque é melhor viver com pouco do que não viver, a viver tirando o dos outros (latrocínio)
Agora precisava (roubo)
Precisava não. Não tinha como arrumar dinheiro (roubo)
Hoje vejo que não, podia me virar de outro modo (tráfico)
Na hora sim, precisava da droga (assalto a mão armada)
Na época pensava que sim, não conhecia Deus (latrocinio)
NÃO
Não, porque por mais que as coisas estejam dificeis não é motivo para você cometer um delito (assalto)
Na verdade não. O que tinha dava pra viver.(tráfico)
Não.(tentativa de homicidio)
Não, estava bem mas queria mais (assalto a mão armada)
Não, era novo, queria um carro, etc (roubo)
Não, deixei me levar por más influencias (roubo)
Não (roubo)
Não, eu tinha pouco mas tinha (latrocinio)
Acho que não (roubo)

Agrupei no quadro abaixo, as diferentes auto-justificações para a pergunta: « como você explica para você mesmo a razão de ter escolhido essa vida? »:

Auto-justificação para ter escolhido essa vida:

	Premência, sobrevivência	Aquisitivo, facilidade	Orgiástico, vício/gosto	Poder, segurança	Revolta, vingança	Destino, a vida	Não sabe/ não resp.
Tráfico	4	2	3	4	2	2	3
Roubo/Latrocínio	5	3	4	0	0	1	1
Homicídio	1	0	0	0	0	1	0
Total	10	5	7	4	2	4	4

Agrupei em « premência » respostas sobre dificuldades financeiras e necessidades de manutenção da família; em « aquisitivo », as respostas que se referiam a « querer mais dinheiro », « dinheiro fácil »; em « orgiástico » agrupei respostas como « gosto da grana, mulheres, carros, drogas », « queria mais dinheiro para ter mais mulheres e drogas ». Agrupei em « revolta », respostas como « tive parentes mortos », « vingança porque mataram minha mulher »; em « poder », agrupei respostas como « poder », « me sentir mais poderoso », « sensação de poder na época da minha idade » ; em « destino » reuní respostas como « pode acontecer com qualquer um », « a vida que me leva a isso », « coisa da vida mesmo ».

As autojustificações de premência e necessidades financeiras são a maioria (27,8%), seguidas pelas explicações orgiásticas (19,4%) e aquisitivas (13,9%). Como as duas últimas incluem disposições financeiras, a « grana » sob escolha racional e com suas várias motivações e significados representa mais de 68% das auto-justificações apresentadas. A vingança e o destino, as auto-justificações mais deterministas e menos racionais, representaram menos de 19% das respostas. O poder em si mesmo, pela ameaça do uso da força e pelo que ele pode proporcionar ou representar foi escolhido como resposta por 12,5% dos entrevistados, o mesmo percentual dos que não souberam dizer ou não quiseram apresentar uma auto-justificação.

Duas conversões

Playboy nasceu e cresceu na « Vila Proletária do Brasil », na Zona da Leopoldina, no Rio de Janeiro, e lá morava quando o entrevistei em 1996. Virara « crente », todos diziam, e se afastara da vida no crime, agora tinha um pequeno comércio ambulante na praça principal da Vila. Fui até seu « carrinho », na rua principal, onde vendia doces, refrigerantes e fazia pipocas num novíssimo forno de

microondas. Combinou comigo a entrevista no apartamento próximo de nossa conhecida comum, que passarei a chamar de D.

Chegamos ao apartamento na hora combinada e lá veio ele, extremamente nervoso, trêmulo mesmo. Sentou-se no sofá, procurei deixa-lo à vontade dizendo que não me interessava saber o seu nome, nem seu endereço, apenas a história de sua vida. Perguntei se podia gravar nossa conversa e ele concordou.

Muito inseguro, entrecortando suas frases ora com rompantes, ora com balbucios, disse-me que nunca trabalhou para o « movimento », que sempre fôra « autônomo », que jamais quis ter patrão e compromissos com o tráfico. Fôra assaltante, principalmente de residências na Zona Sul. Assaltou, entre outros, alguns apartamentos de artistas e de desportistas famosos. Esteve muito tempo preso, sofreu muito na prisão, me disse que eu não poderia entender. Seus olhos se encheram de lágrimas quando me relatou as condições em que vivia na prisão.

Nasceu em dezembro de 1965. Quando foi preso, em 1989, tinha 24 anos. Cumpriu 4 anos e meio de pena, por tentativa de assalto, saindo da penitenciária em 1993. Na prisão, convertera-se à Assembléia de Deus. Tentou três vezes a fuga em regime semi-aberto, uma delas « serrando uma gaiola de ferro » onde, segundo ele, estava encerrado. Filho de um policial militar descrito por ele como « honestíssimo » e « batalhador » e de uma dona de casa. Seu irmão mais novo, que também assaltava, foi morto por companheiros. *Playboy* começou a furtar aos 8-10 anos de idade, inicialmente no caixa de sua escola (caixa escolar). Furtou depois um relógio de alguém e passou a furtar na praia (ele próprio se chamou de 'rato de praia'). Furtou, depois, recorrendo à astúcia, uma papelaria onde trabalhou como "boy", retirando dinheiro e cheques de pagamentos de grandes clientes da papelaria. Descoberto pelo patrão, chantageou-o ameaçando dizer às firmas clientes « o que se passava lá », o que poderia fazer com que elas abandonassem a papelaria como fornecedora. Depois passou a assalto a mão armada (pessoas, residências, malotes inter-bancários, bancos). Lembra-se de ter assaltado as residências de artistas como Clóvis Bornay (onde levou uma bala no antebraço) e Roberta Close e do jogador Roberto Dinamite. Foi preso em flagrante no que seria seu maior e mais fácil assalto, por "azar". Afirma jamais ter matado, embora tenha tentado matar "por vingança" os assassinos de seu irmão, explodindo bombas caseiras no prédio onde residiam, no centro da cidade. Acabou tendo que conviver com um dos assassinos na Penitenciária (passou pela Lemos de Brito, Esmeraldino Bandeira

e Bangu), sem poder matá-lo, devido ao controle mantido no presídio pelo Comando Vermelho.

Por quê essa vida?, perguntei. Não havia qualquer premência, « lá em casa não faltava nada » - disse-me. Perguntei-lhe novamente por quê?: « A cobiça, o vício, as más companhias e a vaidade », me respondeu o novo crente. « Você começa a fazer, sente que é fácil, continua e depois não quer mais largar ». Entrou para grupos de assaltantes ainda menor de idade e aprendeu com eles o modo de fazer, as habilidades, recursos, etc. Afirmou que havia confiança entre eles, como amigos, e uma certa ingenuidade. Aprendeu muito mais foi na cadeia, mas perdeu a ingenuidade. Os grupos de que participou eram da Vila Proletária do Brasil e de outros lugares, conhecidos e conhecidos de conhecidos. Passou a ser chamado pelos « vagabundos » (a expressão foi dele) que atuam na praia como "Playboy", por causa de seu tipo físico (boa aparência, moreno claro, forte, bem vestido). Descreveu-se a si mesmo, várias vezes, como uma « serpente » (no sentido de "maquiavélico"), por saber ocultar de pais, vizinhos e parentes que « era assaltante », utilizando a astúcia de montar negócios "de fachada" na feira da Vila Proletária), e também pela argúcia e malícia com que realizava seus feitos e se relacionava com os companheiros.

Descreveu-se a si (e principalmente ao irmão) como pessoa que "se você passar a mão na minha cabeça, terá meu melhor carinho; se me fizer mal, viro uma fera". Disse que o roubo é, em si mesmo, um « vício » - que você vê facilidade, tenta uma vez, não acontecendo nada, você se entusiasma, repete, e vai aumentando a audácia. Negou que fizesse isso por necessidade material ("meu pai trabalhava, lá em casa tinha tudo, eu também podia trabalhar, vender bala na rua, etc."). Segundo ele, ninguém faz isso por necessidade, mas por ambição, por cobiça e influência de más companhias. Diz que já era assim desde pequeno, e que - como sua mãe dizia - "porco na lama se afina com os iguais e não com os porcos limpos". Os grupos se separam por afinidades internas, os ruins de um lado, os bons de outro. Disse que foi levado a roubar por vaidade, porque gostava de se vestir bem, de ter tênis Nike, relógio de ouro, mulheres a granel. Aqui ele ressalta que pensava que era gostoso, mas era "gastoso". Enquanto tinha grana e levava as mulheres para motel, não lhe faltavam mulheres. Depois que saiu da vida do crime, elas sumiram. Elas só o queriam enquanto tinha dinheiro e ele lhes dava.

Enfatiza o vício da cocaína, como uma das causas principais de se assaltar e se ligar ao tráfico. Afirma que não entrou para o « movimento », embora tenham lhe oferecido até a gerência em outro morro (um colega da mesma idade, da Vila Proletária

do Brasil, que tornou-se dono de outra área, e morreu pouco depois), porque não gosta de trabalhar para os outros, prefere ou ser dono ou então trabalhar por conta própria, porque « senão o dinheiro vai todo pro dono ». Afirmou que realizou vários assaltos em associação com mulheres ou filhos dos próprios assaltados, com quem dividia o ganho, e que eram geralmente viciados.

Embora de formação familiar evangélica, não praticava qualquer religião. Só começou a converter-se (Assembléia de Deus) na prisão e hoje luta consigo mesmo para não voltar à vida do crime. Chorou muito na minha frente e mostrou muito sofrimento e desespero quando descreveu as condições sub-humanas da prisão. Ficou num subsolo onde passavam ratos, baratas e havia muita sujeira. Dormia de dia e ficava semi-acordado de noite, "porque é a lei na cadeia, você não pode dar mole".

Enfatizou que usava de sua boa aparência para roubar e não ser percebido como ladrão. Roubava dos "gringos" na praia e se « dava bem », ninguém desconfiava. Aproximava-se de porteiros de prédio, que nada desconfiavam, e depois os rendia e os obrigava a acompanhá-los aos apartamentos dos mais ricos. Assaltava a mão armada, rendendo os moradores, principalmente na Zona Sul. Disse que nunca roubou na Vila Proletária do Brasil e que lá quase não tem roubo. Só quem rouba lá, pequenos roubos, é quem tá muito desesperado (« é pouca grana, e na sua própria área ») por causa do « vício do tóxico ». Descreveu-se como "manso como uma pomba, esperto feito uma serpente".

Quando perguntei se ele era um 'revoltado' e por isso roubava, afirmou que ninguém rouba por revolta, que a revolta é sempre pessoal, que se mata por revolta, por vingança ou para roubar, mas não se rouba por revolta. Rouba-se por cobiça, « olho grande ». O roubo é impessoal, a revolta (e o matar por vingança) é pessoal. Disse também que não existe qualquer dificuldade para quem quer largar a "vida do crime". É só sair, desde que o cara não esteja "devendo". Todo mundo respeita, não tem problema. Diz que o cara acaba ficando por vício, análogo ao que ocorre quando o sujeito bebe, tem prazer quando bebe, depois vem a ressaca de manhã, a dor de cabeça, a promessa de não tomar mais porre, e depois se esquece, volta a tomar outro porre, outra ressaca, e assim por diante. O cara não larga a vida do crime da mesma maneira que o viciado nao larga seu vicio.

Conta que se sente meio responsável pela morte do irmão. Inicialmente deu conselhos para ele não entrar na vida do crime. Ele dizia que se entrasse, entraria para fazer um grande roubo, nada pequeno. Quando entrou, ficaram em grupos separados,

porque "se um não voltasse, o outro vinha" (para a família): estratégia para os dois não cairem ou morrerem juntos. Apresentou o irmão a seus amigos-comparsas e, por disputa de mulher e de roubo (há muita disputa do roubo entre os comparsas, afirmou-me), um desses conhecidos matou seu irmão. Chora copiosamente, outra vez, na minha frente. Fico constrangido, pergunto se ele não prefere interromper a entrevista. Ele se recompõe, agradece minhas palavras e pede autorização para fazer uma prece conosco. Levantamo-nos, eu e D. e lhe demos as mãos, em pé, em volta da mesa da sala do apartamento de D. Durante a prece, com a Bíblia aberta sobre a mesa, *Playboy* entra rapidamente num estado de semi-transe, fala palavras emboladas, que não entendo, como se estivesse numa experiência de possessão e em seguida se recompõe, encerra a prece pedindo a Deus proteção para a pesquisa que estou realizando e que Deus nos atraia para o Seu caminho. À saída, ele combina comigo fazer contatos com conhecidos seus para que eu possa entrevistá-los, um deles ainda preso e um outro que teria feito parte de grupos de extermínio. Despedimo-nos. Nunca mais voltei a vê-lo.

Quase dois anos depois soube por D. que *Playboy* não estava mais na Vila Proletária do Brasil, que ninguém sabia dele. Teria se mudado? Teria morrido ou sido preso novamente? Ninguém na Vila Proletária do Brasil sabe mais de seu paradeiro. Nem seus amigos da Assembléia de Deus local.

Gregório Gordo é muito conhecido como um dos fundadores do « Comando Vermelho » e toda a imprensa noticiou sua conversão ao pentecostalismo há alguns anos. Seu depoimento, gravado numa igreja e distribuido em cópias feitas em casa, chegou-me às mãos no ano passado. A gravação começa com sua apresentação e, entrecortada por apelos e preces religiosas, recorda as principais peripécias e os muitos sofrimentos pelos quais passou. Causa alguma estranheza a simultaneidade dos reiterados apelos à conversão, a compungência do relato e a descrição pormenorizada de seus feitos, num misto de tristeza narrativa e orgulho pessoal:

> « Em primeiro lugar, eu quero dar a paz do Senhor a todos os da Igreja, irmãos e não-irmãos. Meu nome é José Carlos Gregório, conhecido nas décadas de 80 e 70 como 'Gregório Gordo', um dos líderes do 'Comando Vermelho'. Eu vivi uma vida delituosa por 39 anos, até que encontrei um Ser maior, um Rei e um General que eu pensei só existir na minha vida de crime, quando um 'general' [significava] aquele que comandava todas as cadeias do Rio de Janeiro e todo o crime no Rio de Janeiro através do Comando Vermelho. Até aí, quando eu pensava assim, eu não imaginava que existia um Rei de direito e de fato, esse Rei era o Nosso Senhor Jesus Cristo. Eu, como disse, vivi uma vida muito forte dentro do crime, uma vida que fiz muito mal, implantei o terror no Rio de Janeiro.

> Eu fiz sofrer e sofri também, principalmente à minha família, porque quando levava um tiro, eu sorria, quando eu levava um sôco, quando era torturado, eu sorria, mas não sabia eu que naquele momento alguém chorava, e esse alguém era a minha mãe, minha esposa, meus filhos. Eles sim, realmente sofriam com os meus atos, eles sim realmente vegetavam com a minha vida, eles sim sofriam tudo aquilo que não sofri, tudo aquilo que não senti, eles sentiram por mim. E foi assim que eles me ajudaram a chegar a hoje, onde estou, a encontrar Jesus num dia, no cubículo 25 de 'Bangu I', quando realmente fiz um propósito para com Deus, quando realmente pela primeira vez na minha vida eu orei a Deus, pela primeira vez na minha vida eu acreditei que Deus era Poder, Deus era o General... ».

Gregório equaciona o 'General', o Chefe do Comando Vermelho, todo o Poder, com Deus, a quem reconhece ser Superior a tudo o mais. Sua experiência de conversão é narrada em detalhes: após 23 anos (intermitentes) de experiência carcerária, na noite de 31 de dezembro de 1990, na solitária da Penitenciária de segurança máxima 'Bangu I », Gregório ouviu a voz de sua sogra, « uma cristã radical » da Assembléia de Deus, que sempre lhe repetia: « Gregório, curva, dobre o seu joelho e fale com Deus que ele vai te ouvir ». Ele sempre lhe respondia: « Dona Zelita, como é que eu vou dobrar o joelho para o teu Jesus, eu não o dobro pra Polícia, não dobro pra homem nem pra bandido, não dobrarei para o teu Jesus ». O depoimento continua e 'Gregório Gordo' ora passa para a terceira pessoa, ora se mantêm como sujeito da narrativa :

> « Pensava eu ali que ali estava o 'Gregório Gordo', que o 'Gregório Gordo' era um ser superior. Não!, estava enganado, e vi que estava enganado nesse dia em Bangu I, quando fui transferido em 10 de abril de 1990 para Bangu I » (...), que era o terror de todos os presos do Rio de Janeiro, preso nenhum queria ir pra lá. Os meus companheiros que lá estavam, Escadinha, Bagulhão, Celsinho da Vintém, Dani do Jacarezinho, Bill do Borel, Caveirinha, Porta Russa, Isaías do Borel, uma infinidade de pessoas que delinquiam comigo naqueles instantes, eles diziam pra mim: 'Gregório, aqui o filho chora e a mãe não vê'. Eu dizia, 'será?, não era na Ilha Grande que tinha essa frase?'. Mas Bangu I conseguiu a proeza de ser pior, de ser mais torturador, fisica e mentalmente, do que a Ilha Grande. Então, quando lá cheguei passei a acreditar no que meus companheiros me diziam. O Escadinha costumava me dizer: 'Gregório, são oito portas eletrônicas, elas só faz 'cleck, cleck', tu olha pra trás e a porta se fechou, aqui você esquece do mundo e o mundo esquece de você. Você é esquecido até pelas pessoas que te amam.' Realmente é verdade, porque muitos amigos eu vi ser abandonado pela família lá dentro».

No relato, Gregório deixa claro que o sofrimento, a solidão e o fim da esperança de uma fuga o deixaram à beira da loucura, e foi nessas circunstâncias que ele terminou por « dobrar os joelhos »:

> « Eu cheguei [em Bangu I] em abril de 1990, quando chegou novembro eu estava desesperado. Um preso acostumado a fugir na hora que queria, acostumado a assaltar o presídio de metralhadora na mão, de granadas e fugir armado, invadir delegacias, tomar camburão no meio da rua pra libertar companheiros, estava ali sem esperança de fuga, sem esperança de liberdade, pra dizer melhor, sem esperança de sobreviver, que eu cheguei lá e encontrei os meus amigos mais velhos em 100 anos do que quando os deixei pela última vez, há dois anos passados. Então vi que teria o mesmo destino. Então, foi quando comecei a pensar na minha sogra ou então tinha uma outra saída: agarrar um guarda e ser metralhado pelo outro, porque não tinha oportunidade de fugir. Então comecei a pensar em novembro, quando chegou o dia 31 de dezembro de 90, eu tive uma luta muito grande, mas muito grande mesmo, dentro do meu cubículo. A voz da minha sogra falava: 'Gregório, dobra o teu joelho, conversa com Jesus que Jesus vai te ouvir!' [emocionado] E me lembrava dela e toda a hora na minha cabeça: « dobra o teu joelho! » e eu respondia mentalmente: 'Não vou dobrar, não dobro! ». Aí escutei vozes, era o Escadinha, o Bagulhão, o Tiguel: 'Qualé, Gregório, não vai nos dar um abraço?' Esse abraço que nós dávamos, pela passagem de ano e pelo natal, era um abraço mental, existiam duas portas no cubículo, uma era de grade e a outra era de chapa, essa de chapa você era trancado quando cometia alguma indisciplina, então você ficava no escuro. Nessa noite, eu queria ficar no escuro mas não conseguia, tinha uma claridade no meu cubíbulo... Eu queria ficar no escuro, resolver o meu problema de uma maneira ou de outra e não sabia que o meu problema seria resolvido com um simples dobrar de joelhos. E lutei 'não vou dobrar, não vou dobrar'. E alguma coisa por dentro dizia: « dobra, dobra! ». Quando eu me flagrei, eu estava ajoelhado na minha cama de concreto e pedindo a Deus. Eu nunca orei na minha vida, porque pensava eu ser Deus, porque [eu] tudo mandava no Rio de Janeiro, bastava uma simples ordem minha e era executada em qualquer ponto do Rio de Janeiro, do Brasil e, porque não dizer, do mundo, porque muitas vezes nós transpomos barreiras, fronteiras, para atingir um outro país. Esse era o poder do Comando Vermelho. Então nesse dia, dia 31, eu me rendi ao Senhor. »

Após essa experiência, Gregório dormiu o « sono dos justos », « sono que não dormia desde a adolescência ». No dia seguinte seus companheiros, na galeria, queriam saber porque ele recusara lhes dar o abraço e a amizade. Ele respondeu: « Eu estou abandonando o crime... Daqui por diante, hoje, nesse momento, vocês estão ouvindo da minha boca, saindo do meu coração: 'Gregório Gordo' já era!, aqui está nascendo o Zé Carlos da minha mãe, da minha esposa, dos meus filhos. O 'Gregório Gordo' vai ficar

pra trás. » Condenado há mais de 50 anos nos processos já transitados em julgado, e com outros 16 processos pendentes, José Carlos Gregório está hoje em prisão semi-aberta e continua a dar seu testemunho nas igrejas de Assembléia de Deus de todo o Rio de Janeiro, retornando diariamente à sua cela. Mas ainda há quem pense que tudo foi apenas uma estratégia para sair de Bangu I e que 'Gregório Gordo' não acabou. A sujeição criminal pode ter vencido Roberto e continua a rondar José Carlos, como um fantasma difícil de se livrar.

Quando vivida de forma extrema, a experiência da sujeição criminal, ao constituir um tipo de sujeito-limite ou um sujeito-em-ruptura com a ordem legítima dominante, aprofunda sua *individuação* e sua *desafiliação* numa direção que o torna passível de vivenciar, muitas vezes de forma radical, a *incomunicabilidade* dessa experiência social. De um modo análogo (e apenas análogo) à experiência do místico e do esquizofrênico, sua participação no registro da intersubjetividade parece-lhe, de algum modo, desnecessária, superficial ou mesmo impossível. Talvez por isso, várias das conversões que reintegram esse indivíduo à ordem social legítima, o reintegram também como um *indivíduo especial*, cuja vivência incomum é representada como passível de ter-lhe permitido acessar registros ontológicos incomuns. O carisma negativo se metamorfoseia em carisma positivo. Não basta que haja conversão, é necessário dar-lhe o *testemunho público*. Não são poucos os casos em que o ex-bandido se transforme no seu tipo oposto, em pastor, sacerdote ou mesmo em « santo ». Sartre representou a radicalidade dessas opções limítrofes em sua peça *O Diabo e o bom Deus*, em que o personagem principal, Goetz, experiencia alternativamente a posição do « mal absoluto » e do « bem absoluto », antes de reconhecer sua relatividade para si próprio e para os outros.

Quando a experiência da sujeição criminal não é tão radical assim ou é atenuada por uma subcultura que lhe confere intersubjetividade suficiente para arrefecer essa individuação extrema, o indivíduo, que geralmente também não se desafiliou tão completamente dos vínculos que o integram à ordem legítima, poderá abandonar a sujeição criminal utilizando-se de recursos sociais mais variados e menos extremados. Ainda assim, sua experiência anterior lhe servirá para demarcar-se do homem comum. Em muitos casos, por falta de recursos de reintegração ao mercado de trabalho, ele migrará para as franjas da sujeição criminal, explorando as possibilidades de navegação entre o que aprendeu com a experiência anterior e o que poderá fazer agora, no interior e ao mesmo nas fronteiras da ordem legítima dominante.

No Rio de Janeiro, uma das « saídas » mais comuns a ex-presidiários condenados por roubo, homicídio ou crimes contra os costumes tem sido a de entrar para os mercados ilícitos, especialmente, durante muito tempo, a chamada « contravenção » do jogo do bicho. A relativa diminuição desse mercado, a partir de meados da década de 70, quando surgiram outras modalidades de loteria federal ou estadual, como a Loto, a Sena e, mais tarde, a Raspadinha, ao mesmo tempo em que aumentava a lucratividade do mercado de drogas com a maior oferta (e demanda) da cocaína, fizeram com que o tráfico se transformasse também numa « saída » confortável, embora continuasse a ser crime e não apenas contravenção. A organização da cúpula do jogo do bicho, no Rio de Janeiro, a partir do início dos anos 80, quando os negócios começavam a declinar, diminuiu sensivelmente os efeitos de violência que antes caracterizaram esse mercado. Em contrapartida, esses efeitos aumentaram nas áreas de tráfico, o que produziu maior sujeição criminal e menor atratividade para os que não pretendiam continuar vivenciando esse tipo de experiência. Esse foi o caso com Bapu, a quem fui apresentado em 1997.

Bapú : nas franjas da sujeição criminal

Bapú é morador num conjunto habitacional da COHAB nas adjacências do bairro da Penha, na Zona da Leopoldina, no Rio de Janeiro e tem hoje 53 anos. Quando me foi apresentado, ele estava na rua do conjunto, em bermudas e sem camisa, com aquela « pinta de malandro » que os cariocas celebrizaram em todo o país. Conversava com a « rapaziada » do conjunto, entre os quais um rapaz que, segundo me disse, é assaltante e tinha acabado de ganhar uma condicional. Conhece muita gente no seu bairro e nas favelas próximas. Ele nasceu e morou durante 28 anos no Parque Proletário da Gávea, na Zona Sul da Cidade. Veio, em 1970, na remoção realizada na época, para este conjunto habitacional onde ainda hoje reside. Há mais de 25 anos ele trabalha no « jogo do bicho », mas ele foi preso, nos anos 70, por receptação de roubo e por tráfico. Numa certa época, ele tentou « botar o movimento » no conjunto onde mora, mas acabou desistindo. Hoje ele é « gerente » de vários pontos de bicho e se auto-definiu ocupacionalmente para mim como um «contraventor ».

Eu o entrevistei em sua residência, um bom apartamento de dois quartos, muito bem mobiliado, num dos melhores blocos de apartamentos do conjunto (que possui outros blocos em péssimo estado de conservação). Deixei claro desde o início que ele

poderia decidir se devo ou não nomeá-lo na minha pesquisa e se devo ou não usar o gravador. Ele me autorizou a gravar, mas não mostrou-se interessado em tratar da questão do anonimato. Ainda assim, para protegê-lo, dei-lhe esse nome de Bapú :

> « Eu sou do Rio. Nasci em 1946 e morei no Parque Proletário da Gávea, do lado da PUC, até os 24 anos. Meu pai era polícia, PM, e comunista doente. Assim que eu comecei a me entender como gente eu era até jornaleiro, eu que apanhava o jornal « Tribuna Popular », que não podia ser vendido e tal, apanhava e levava na casa de um, dois, três, quatro... Isso aos 9, 10 anos. Ele reformou da PM quando eu fiz o admissão. Fui até à 4ª. série, terminei mais por causa da rebeldia do meu pai. Ele acordava às 4 horas da manhã, tinha que ir pro quartel, tinha que carregar água, depois ía pro colégio que era de 7 ao meio-dia, aí saía do colégio, a gente ficava meia-hora na janela logo ele botava a gente pra sentar e ficamo no estudo, sabe, a gente só almoçava, não jantava, um lance meio de país de « humilha e atura ». Tinha muitos irmãos, mas só que pai tinha aquela idéia que o filho, 14 anos, ia pro trabalho, sabe, ficava com a migalha, dava o dinheiro na mão dele, e comprava um sapato e uma calça e aquilo tinha que durar um ano, sabe, te vigiava : « ô, onde você arranjou o sapato e porquê ? », aí era motivo pra bater, aí era um problema sério, ignorância de polícia e de paraíba, né, polícia, paraíba e comunista, quer mais o quê ? Meu problema surgiu assim tipo um lance de um favor, quando eu tinha uns 16 anos [1962]. Com esse negócio de idade [próximo de servir o Exército], a gente achou de parar, eu e mais uns amigos. Aí meu pai e meus irmãos me chamaram e falaram, mas nós continuamos na nossa, ele trabalhando, a gente indo muito à praia do Leblon. A gente não se metia com nada, a nossa vida era assim tipo mais liberdade... De repente, eu com 18 anos, um amigo me pediu para empenhar uma televisão que a familia dele tava precisando, a irmã precisava daquele dinheiro, eu falei « pô, empenhar eu não empenho não, eu te empresto o dinheiro... », aí ele disse, « não, então deixa a televisão aqui porque fica como garantia, depois eu venho buscar ». Passou uns 15, 20 dias, aí a polícia, um aparato muito grande, foi lá em casa e me perguntou da televisão, eu disse : « tá aqui, pode apanhar », aí eles panharam a televisão. Mas depois, mais uma semana, eles vieram e deram o bote : me levaram para a 15a. e chegou, foi lavrado : « o negócio é o seguinte, tá limpo, tô com a bicicleta, tô com o ferro velho, vai tirar o retrato ali que foi desbaratada uma quadrilha de comprador de roubo, porque essa bicicleta e a televisão foi roubada do trailer da filha do Carlos Lacerda, na época, 1965, era o governador. « Mas o que, rapaz ? » Pô, o cara era governador, tava fundando o Galpão [Presídio Evaristo de Morais]. Mas vê bem, quando eu fui lá era um inquérito, não foi flagrante, né, eu sou « réu solto », mas aí advogado e coisa e mais, só que o advogado me falou : « ó, cê foi condenado a um ano ». Aí de lá pra cá eu agora vou botar o time em campo... Na consideração, ganhei um ano. Eu fui pro Galpão

> me apresentar, mas eu era réu solto, aí a captura tinha que me pegar. Eles não conseguiram me pegar porque eu sumí. Meu irmão, o falecido Rubi, conhecido mais como Pelé, ele gerenciava uns pontos de bicho em Copacabana, fui pra lá trabalhar. Aí [anos depois] eu pensei que tinha prescrito, já tinha três anos e pouco, mas faltava um mês pra prescrever, eu trabalhando em Copacabana, aí eu conheci um amigo que me disse que estava namorando a filha de um advogado, me perguntou « quer que eu te apresente ? », aí confiei e resolvi passar a procuração pra ele, fui na Presidente Vargas entregar, ele me disse : « não, pode deixar que a gente vai ver isso ». Passou uns dois meses, eu fui trabalhar num ponto de bicho na Xavier da Silveira, na beira da praia, era um terreno onde devia tá o Sheraton, então o L. [cita um nome] passou por mim « ô Bapu, como é que vai, eu tô numa parada aí, segura aí pra mim que eu já volto ». Na volta ele já passou lá pelo outro lado, daqui a pouco vem a polícia e tum ! « Tu tá na contravenção, vamembora ». Me botam lá dentro do carro, o inspetor pergunta pelo armamento, me pergunta pra eu dizer onde é o paiol, onde tá a maconha, a cocaína... Aí é quando houve o bote, me levaram pra delegacia, eu disse que não vou, queria falar com o meu advogado [diz o nome], aí me disseram « ele não é advogado não, é um falso advogado e ele é que é o homem, é o « matuto ». « Pô, mas eu não tenho nada com isso, amigo ». Eles não quer saber, me botaram lá na quadrilha de traficante que vinha do Paraná... Eles assinaram o inquérito e eu fui indiciado, mas como eu estava condenado aí me pegaram. Aí dalí mudou tudo... »

Toda a história das duas condenações contada por Bapu parece inverossímel, não se sabe se ele me está ocultando sua sujeição criminal ao me contar apenas sua injusta incriminação, ou se foi duas vezes condenado sem motivo. De qualquer modo, ele cumpriu quase dois anos pela primeira condenação (por receptação e roubo), entre 1972 e 1974, um pequeno período de liberdade e a segunda condenação, a 12 anos de reclusão, dois de « medida de segurança », um de « colônia agrícola », quinze anos no total, que ele começou a cumprir em fins de 1974, no Setor B da Penitenciária Lemos de Brito. Cumpriu quatro meses na Ilha Grande, no ano seguinte, e voltou para os presídios do continente em seguida. Conheceu muitos bandidos famosos da época, inclusive os que teriam fundado o Comando Vermelho. Com toda essa trajetória e com a experiência penitenciária, achei que seria interessante perguntar-lhe sobre a atual violência no Rio, o que ele achava que a causava. De saída, ele responsabilizou o atual Estatuto da Criança e do Adolescente, equacionando-o com a impunidade. Sua explicação em nada difere das veiculadas nos editoriais da imprensa mais conservadora do país :

« Quando [o jovem] é preso, ele assina lá que é adolescente, assina e vai embora. Prá mim, desde o momento em que ele pegou uma arma pra assaltar, ele está sabendo... Então, ele está fazendo aquilo porque ele está sabendo que ele é impune : « Ah, eu vou assaltar mesmo, isso não vai dar em nada pra mim ». Os caras falam : « não, você vai lá, assalta, mata, e qualquer coisa você depois vem embora ». Ele faz aquilo porque ele está superprotegido pela Proteção do Menor. O dia que botarem assim : « é o seguinte, bem tu é menor, você tem dezesseis anos, pegou uma arma, sabe o que é assaltar, sabe o que que é isso, muito bem, então vamo respeitar a sua menoridade, tá ? Vai ser preso, vai ser qualificado, vai ser identificado, seja lá o que for, e se ele for condenado a 10, 15 anos, é o seguinte : dos dezesseis até os dezenove, ele tira « o de menor ». O resto ele vai tirar no « de maior ». Aí tu vai ver a trava do que vai acontecer ! Porque esses meninos aí são tão abusados, que eles, aí nesse tal de Padre Severino [Instituto da antiga FUNABEM]... Antigamente, o pessoal ía pra ali, ficava severamente preso. Agora eles botaram esse Estatuto da Criança, que se vai lá com os mesmos, tipo curador, vai lá e conversa dois três dias, o pai vai lá e assina, tudo fica legal e pronto. E aí quando ele vem pra rua, ele fica empolgado, naquele entra e sai, ele fica naquele círculo vicioso.

> *[Então, você acha que a questão é a impunidade...]*
> A impunidade, sabe... O malandro, o marginal, o vagabundo, ele aprendeu a fazer conta, sabe, ele comete o crime fazendo conta, ele sabe que a cadeia pra ele, o máximo que ele pode tirar é trinta anos. Ele faz o cálculo, o garoto novo não, esse tá embriagado pelo sucesso. Aí ele sabe que com bom comportamento vai Ter revisão, aí cai pra 20, aí ele tirou mais um ano, já tem um terço da pena, aí ele mete um... Tinha que ser o seguinte : desde o momento que o cara foi condenado a 240 anos de prisão, é prisão perpétua ! No Brasil, o máximo é trinta anos. Porque lá fora, não, lá fora só sai no caixão. Agora, aqui eu não sei, mesmo que tivesse prisão perpétua, mesmo que tivesse pena de morte, eu não sei se diminuia não... »

Bapú não cumpriu toda a sua pena, cumpriu menos de um terço, por bom comportamento. Quando saiu, tentou, com um primo e um « compadre », botar o *movimento* no conjunto em que reside. Mas achou que aquilo, para ele, « não adiantava nada ». Voltou ao jogo do bicho, que ele me diz ser ainda a saída para muitos ex-presidiários que não querem mais arriscar a vida no crime. Mas ficou-me na memória a sucessão e a aparente equivalência com que ele usou os termos « malandro », « marginal », « vagabundo ».

A acumulação social da sujeição criminal

Embora a sujeição criminal « retire » o indivíduo do seu contexto social comum para transferí-lo a um *lugar socialmente separado* (o « submundo », a « boca », o « ponto », o « antro » e, enfim, a « prisão »), esse « retiro », essa « exclusão criminal », nunca é completa. Ao contrário, apenas demarca uma posição nas relações sociais, que continuam a se desenvolver sob a inflexão (ou não, pois depende de sua visibilidade social) da nova posição. Em alguns casos, mais extremos, a desafiliação poderá ser muito grande, mas raramente o contato social direto com vários tipos de indivíduos « não-demarcados » deixará de existir. O desenvolvimento de subculturas que vinculam indivíduos que ocupam posições demarcadas pela sujeição criminal com os demais pode ser interpretada como uma « ampliação » ou uma « generalização » da sujeição criminal, primeiramente para o grupo que vivencia a sujeição e posteriormente para indivíduos e grupos que circulam em seu entorno ou que mantêm relações relativamente regulares com os que se encontram socialmente (ou são representados como) sob « exclusão criminal », mas que não são « bandidos ». Por razões de confidência e de reconhecimento recíproco, mas também por um processo identitário, desenvolvem-se códigos e linguagens próprios, cuja generalização aos grupos de entorno e até mesmo a segmentos da sociedade mais abrangente indica já o grau de sua sedimentação social, de sua antiguidade, de sua continuidade, de sua influência, bem como de suas metamorfoses e rupturas, ao se produzirem novos significados apoiados em significantes antigos ou ao se condensarem vários significados, algumas vezes ambíguos, num mesmo significante. Esses códigos e linguagens também são demarcados socialmente como « pertencentes » ou « originários » do submundo do crime e da contravenção e, quando utilizados em contextos sociais inadequados, podem estigmatizar quem os veicula.

A normalização dos modelos de conduta construiu-se também pela produção do auto-controle na utilização desses códigos e linguagens ou mesmo na sua negação durante o processo de socialização, através de fortes recriminações ao seu uso por crianças e adolescentes. Linguagens chulas, « populares », expressões de gíria, palavrões, gestos, determinados movimentos corporais, exteriorizações de paixões como a cólera, a inveja, o ciúme, o despeito, etc, através dessas expressões e desses gestos codificados como « baixos », « sujos », mantêm, no entanto, uma abrangência social

maior que a de seus « lugares » de origem ou de utilização mais frequente.[169] Essa ampliação ou generalização dos códigos e linguagens do submundo para outras áreas da sociedade abrangente, se por um lado tende a ser parcial, seletiva e quase sempre contextualizada (entre homens e rapazes, entre amigos ou em família), por outro lado tem migrado mais rapidamente e com maior abrangência e frequência de uso, nas últimas décadas, para mais longe do entorno social da sujeição criminal, alcançando mesmo inúmeros segmentos da sociedade que anteriormente se fechavam mais a seu emprego. Signos antes contidos às representações que os próprios agentes se faziam de suas práticas «desviantes », « divergentes » ou mesmo « criminàveis », passaram a ser utilizados pelo homem comum com uma frequência inusitada, se comparada a épocas anteriores, inclusive em filmes e músicas de grande alcance público.

O crescimento da representação social de um « aumento da violência » acompanhou-se também de uma generalização e banalização no emprêgo de códigos e linguagens antes contidos aos segmentos sociais que os criaram e que eram vistos como constituindo um mundo à parte. Se isso indica alguma coisa além da mera banalização desses códigos ou linguagens, não é improvável a hipótese de que o submundo, tal como existia antes, está desaparecendo enquanto um *lugar separado*, tornando-se cada vez mais poroso e menos delimitado do que antes. Isso poderia sugerir uma « ampliação » da sujeição criminal « para fora » de sua antiga demarcação espacial e social, uma « acumulação social da sujeição criminal » que estaria retirando progressivamente o sentido ao próprio processo de sujeição criminal. Essa acumulação, pelo menos quanto aos agentes de algumas práticas criminàveis, poderia estar indicando a tendência ao «desaparecimento» da sujeição criminal, isto é, à produção de uma crescente zona sombreada entre a antiga demarcação da sujeição criminal e a demarcação do universo normalizado. Ordens legítimas coabitando e emergência de zonas de « sociabilidade violenta » convivendo com a ordem legítima normalizada

[169] Dicionários das linguagens de gírias e palavrões são muito antigos. Localizei, por exemplo, um "Dicionário dos Malfeitores", editado em Lisboa em 1908. Em 1968, Carlos Lacerda, ex- governador do Rio, prefaciou um "Dicionário dos Marginais", de autoria de Ariel Tacla. Nele, Lacerda rememora a sucessão de dicionários do mesmo tipo publicados no Brasil desde o início do século e acrescenta o "Bambambã", de Orestes Barbosa, comentando: "continha um glossário dos malandros e gatunos hoje reunidos na denominação legalística e forencesca de marginais". Ficamos sabendo, entretanto, que foi ele, Lacerda, quem demoveu Tacla de intitular seu livro de "Linguajar das prisões", substituindo-o pelo título finalmente adotado, de "Dicionário dos marginais". Para justificar seu interesse pelo assunto, Lacerda encerra o prefácio com uma nota sintomática: "Este livro não é apenas curiosidade, é uma contribuição séria à evolução do idioma, que em sucessivas fases recebeu contribuições desse gênero, vindas lá de baixo, de fora da boa sociedade, a qual afinal incorpora, não raro destorcida, a gíria dos inconformados e incompossíveis" (Tacla, 1968).

(Machado da Silva, 1996) não poriam fim à sujeição criminal, mas a encolheriam e a restringiriam às práticas mais « duras » do « núcleo forte ».

O uso de expressões de gíria emula uma imagem social de « malandro » tanto quanto o uso do palavrão está associado às imagens do « macho » e da « virilidade ». Se o uso dessas expressões generaliza-se para além de seus contextos de uso frequente, isso pode indicar que os « valores » contidos nessas imagens sociais ampliaram-se para mais segmentos sociais do que antes. Do mesmo modo, os « valores » contidos seja nos significados contextuais das gírias e palavrões, seja em seu significado ambíguo-metafórico (Misse, 1979), ganharam também maior abrangência social ou, pelo menos, deixaram de ser demarcados e contidos no submundo da sujeição criminal. Não se trata apenas da substituição de expressões com um mesmo significado contextual, como usar « filho da puta » em lugar de « canalha », mas de uma apropriação ampliada de significados *novos*, que relativizam ou banalizam outros significados anteriormente contidos pelo auto-controle pessoal e pela reação moral. Chamar, por exemplo, numa conversação amena, ao cadáver de alguém assassinado, de « presunto », denota uma relativização moral que ecoa significados anteriormente contidos no submundo criminal ou policial e para os quais a sociedade abrangente criava processos pouco flexíveis de demarcação moral. Pode denotar, também, para quem o fala, uma identificação com essa relativização moral, emulada como uma « superioridade » e uma indiferença *blasé* que anteriormente ficava contida aos *peritos* do submundo (bandidos, contraventores, policiais, carcereiros, técnicos médico-legais, escrivães, jornalistas policiais, etc).

A emulação pública desse tipo de « superioridade moral » pela utilização dos códigos e imagens de ‘malandro’ (no emprego abundante de gírias) ou de ‘macho’ (no emprego abundante de palavrões) possui algumas afinidades com as representações de superioridade moral que participam da auto-leitura que agentes de práticas criminais podem fazer de si mesmos num dos tipos de sujeição criminal. Afinidades também transmitem significados a cursos de ação que interligam a malandragem ao uso da força, via machismo, transformando o sentido tradicional da « astúcia » (próprio à idealização do malandro) em « astúcia no emprego da força » e, depois, simplesmente, em « emprego da força », principalmente quando os recursos alternativos (e não-violentos) de astúcia (certas habilidades, por exemplo) ficaram escassos ou são hoje menos socializados que antes.

O que antes participava de uma *ilegitimidade sistêmica*, vai ganhando alguma legitimidade em certos segmentos sociais até transformar-se numa ordem legítima

paralela à ordem legítima dominante, de que se faz uso quando necessário (o contexto demarcará a necessidade, a adequação de sentido e a legitimidade). A emulação pública da « superioridade moral », nesse caso, contribui para a reprodução social da sujeição criminal, principalmente em ambientes sociais onde crianças e adolescentes partilham sua socialização com grupos de referência vinculados ao submundo. Paulo Lins, em seu romance etnográfico « Cidade de Deus », oferece inúmeros exemplos desse processo pelo qual significados de superioridade moral são associados à sujeição criminal através de códigos e linguagens que « passam » essa informação. A valorização do « proibido », do « clandestino », tão comum nos primeiros anos da adolescência de diferentes gerações normalizadas, facilita essa transmissão quando se associa ao consumo de drogas consideradas ilícitas. Se para a geração de classe média que nasceu nos anos quarenta ou cinquenta, fumar um mero cigarro – mercadoria lícita -, aos 10 anos, emulava uma « superioridade » em seus grupos juvenis de referência, por denotar um significado de « maioridade », de « adulto » e de « homem », para a geração que nasceu nos anos 60, a maconha cumpriu esse papel e, nos anos 80, também a cocaína. Como essas são mercadorias ilícitas, aprofundou-se o significado da « clandestinidade », associando não-intencionalmente, no consumidor, o mundo do consumo ao mundo do tráfico. A antiga linguagem do tráfico se generaliza, ganha mais expressões e vocábulos e é, muitas vezes, partilhada « clandestinamente » por muitos dos meros consumidores. A criminalização do consumo facilita também essa conexão de sentido, quando não produz diretamente a sujeição criminal através do encarceramento do consumidor nos espaços fechados da sujeição criminal que são os institutos para « menores », os presídios e as penitenciárias. Em condições sociais em que os recursos para a aquisição da droga são escassos, criam-se novos canais através dos quais o consumidor pode se transformar, também, em traficante e se submeter à sujeição criminal. De certa maneira, pode-se dizer que o processo social que constrói a sujeição criminal cria também os próprios dispositivos de sua reprodução ampliada.

Além das penitenciárias e internatos de menores, um dos principais dispositivos desse processo social é a polícia, e a sua maior ou menor vulnerabilidade ao « mundo do crime » é um seguro indicador do grau de ampliação, acumulação ou extensão da sujeição criminal para além dos limites sociais de sua demarcação convencional. Identifiquei, no caso do Rio de Janeiro, três momentos através dos quais uma parte significativa de agentes policiais confundiram-se com seu objeto de perseguição, dissolvendo na prática a sua própria sujeição criminal potencial sob uma legitimidade

paralela construída em nome da eficácia contra os bandidos. Esses momentos são historicamente simultâneos, mas se produzem também como uma « acumulação » sucessiva e ampliada, que « extermina » a sujeição criminal ao se confundir com ela. A frase de Lúcio Flávio Villar Lírio, um assaltante de bancos do final dos anos 60 e início dos 70, demandando a separação dos papéis (« bandido é bandido, polícia é polícia, senão vira zona ») é extremamente importante e significativa, principalmente à vista do que está ocorrendo hoje no Rio de Janeiro. Mas a confusão já estava estabelecida muito antes que Lúcio Flávio a percebesse, pois apenas se acumulara. Há muito ela decorria da apropriação privada dos meios estatais de incriminação.

A apropriação privada dos meios de incriminação

Minha proposição principal, nesse ponto, é que a apropriação privada dos meios de incriminação é um dos principais fatores da acumulação social da sujeição criminal, contribuindo para as suas metamorfoses e, por conseguinte, para a acumulação social da violência. Essa apropriação tanto pode ocorrer entre cidadãos (justiçamentos, linchamentos, criação de grupos de proteção) como entre diferentes agentes do Estado vinculados à administração estatal da distribuição de justiça, mas foi na polícia que ela sempre ganhou maior visibilidade pública e importância. Os sucessivos « esquadrões da morte » formados por policiais com conhecimento de seus superiores incentivou a disseminação da « polícia mineira », ligando comerciantes a policiais e ex-policiais no « justiçamento » de assaltantes. A extorsão ao lenocínio e ao jogo do bicho abriu caminho para a « mineira », a extorsão aos traficantes do varejo. Não são processos estanques, isolados em sua época, mas uma estrutura de redes e de subculturas que interliga duas ou mais gerações de bandidos e policiais. Como me disse Bapu, o gerente de bicho, « isso é manjado há muito tempo, o cara já entra lá e já sabe ».

A demanda, entre o início do século e os anos sessenta, para que a polícia cumprisse uma função normalizadora dos costumes fez com que se elegesse a pobreza urbana, as minorias étnico-culturais e os comportamentos representados como « incivilizados » e « imorais » como o principal foco da atenção policial, ao mesmo tempo alargando e autonomizando a função de polícia para esferas de ação que permitiam um gradiente de interpretações e representações mais abrangentes que o da criminalidade legalmente sancionada. A disputa entre juristas, nos anos 50 e 60, sobre o significado (e os limites de interpretação) da « vadiagem », do « lenocínio », do « uso

de entorpecentes », da « prisão preventiva », entre tantos outros ítens, já indicava o quanto o *poder de definição* da polícia se antecipara à jurisprudência e até mesmo influíra sobre esta.É importante, no entanto, ressalvar que não foi a polícia quem inventou isso. Ela apenas *condensou* em seu trabalho cotidiano as representações dominantes que vinculavam os comportamentos não-normalizados ou desnormalizados à potencialidade criminal. A legitimidade de suas interpretações, no entanto, começou a diminuir quando os excessos de poder de sua autonomia, através do uso continuado da tortura e da confissão como *meios de incriminação* preferenciais, começaram a produzir reações nas elites da classe média urbana, principalmente durante a ditadura Vargas e, especialmente, na ditadura militar. As mudanças nas representações dominantes a respeito da « cultura popular », com a crescente aceitação do « malandro » idealizado como um dos « símbolos culturais » da nação, ampliaram e contextualizaram a ambivalência moral de determinados cursos de ação para a perspectiva normalizadora convencional. Por outro lado, a criminalização do jogo do bicho, uma loteria muito popular, aumentava a ambivalência moral em perseguí-lo, abrindo espaços para negociações que não podiam se realizar legalmente. O mesmo, mais tarde, se passou com os usuários da maconha na classe média, cuja incriminação produziu também reações nas elites das classes médias. A diferenciação legal entre rufião e prostituta, entre prostituta e seu cliente, entre bicheiro e seu cliente, como, depois, entre traficante e usuário de drogas, criminalizava a oferta mas não o consumo, privilegiava a oferta da mercadoria ilícita e não mais a desnormalização que caracterizava seu consumo. A sinalização moral perdia posição para a sinalização econômico-aquisitiva na mesma medida em que as classes médias ampliavam sua participação nos mercados ilícitos e criavam, com isso, um sério problema de interpretação para o que seria apenas um desvio de conduta, um comportamento divergente ou uma contravenção e um crime. A revolução de costumes dos anos 60 e 70 completou o processo através do qual a polícia pôde *fixar* determinadas áreas de comportamento como passíveis de uma apropriação diferencial dos meios de incriminação : prendiam-se os malandros por alguns dias, negociava-se com os bicheiros, extorquia-se rufiões ou « maconheiros », matava-se os bandidos e marginais. Esses três momentos se completam quando vários agentes policiais passam também a *oferecer* mercadorias ilícitas, principalmente « mercadorias políticas », como a venda de armas reservadas às forças armadas nos morros, a venda de liberdade a presos comuns sentenciados por assaltos a banco e a troca de proteção nas áreas do varejo de drogas, que cresciam rapidamente nos anos 70.

Exploração e extermínio da sujeição criminal

A exploração dos ilegalismos pela polícia (não pela instituição, é óbvio, mas por muitos de seus agentes), com base em seu próprio poder de definição, é usual no Brasil há muito tempo. A propina em troca de uma multa fiscal ou a propina em troca de uma multa de trânsito é tão generalizada que já se incorporou à « normalidade ». Mas a exploração contínua da sujeição criminal aparentemente nasceu com o lenocínio, o jogo do bicho e o contrabando. A proibição do rufianismo, da cafetinagem e do jogo do bicho permitiu que se desenvolvesse um mercado de « proteção » através do qual trocavam-se imunidades à detenção e à multa por dinheiro ou favores. Ainda na década de 30, Noel Rosa expressa toda a ambiguidade com a frase, anotada em seu caderno : « Um gatuno seria um ótimo policial se fôsse bem pago ». A acumulação dessas práticas com a violência das torturas nas delegacias jamais se interrompeu. Quando o malandro sai de cena e « aparece » o marginal, a extorsão e a proteção se desenvolvem na relação com os banqueiros do bicho, reservando-se ao marginal a política do extermínio. Nada mais ilustrativo disso que a notícia veiculada por « O Dia », em 1/9/1958 :

> « Corrupção no gabinete do chefe de polícia. Os jurados não encontraram razão para repelir a denúncia do jornalista Geraldo Rocha – Jogo, suborno e inquéritos abordados pelo advogado Araújo Lima. Banqueiros do « jogo do bicho » faziam « caixinha » de 1 milhão de cruzeiros para subornar policiais. General Amaury Kruel envolvido »

Nesse mesmo ano, Kruel havia criado o « Grupo de Diligências Especiais », um eufemismo para o que a imprensa passou a chamar de « Esquadrão da Morte ». O extermínio dos bandidos começa oficialmente nesse ano, e prossegue nos anos seguintes. Em 1967, Santos Lemos publica um livro-reportagem que reconstitui a política do extermínio na Baixada, particularmente em Duque de Caxias, na década de 50. O sub-título do livro dá a medida do seu conteúdo : « Presos, vivos ou mortos, desapareciam do xadrez, tomando destino ignorado. O repórter, inspirado no cadáver de uma criança, desvendou o grande mistério ». (Santos Lemos,1967). A associação entre extermínio e extorsão encontrará nova visibilidade pública por ocasião da criação de novo grupo especial da polícia, os « Homens de Ouro », do qual farão parte policiais que serão mais tarde acusados de pertencerem ao Esquadrão e de viverem da extorsão de bandidos e estelionatários, o mais célebre dos quais foi Mariel Mariscott.

Durante a ditadura militar, uma parte desses e de outros policiais civís (inclusive em outros estados) vincula-se à organização da cúpula do jogo do bicho. Outros constroem uma ligação entre as rotas do contrabando, o roubo de carros e o tráfico de cocaína, que começava a crescer. Cargos de delegados em determinados bairros da cidade, onde já existiam redes de exploração da sujeição criminal, são « comprados », transformam-se em capital para quem detinha o poder de nomeá-los. Até mesmo conseguir ser colocado, como guarda de trânsito, numa esquina movimentada já implicava pagamentos regulares aos seus superiores imediatos de parte da propina arrecadada. Comandar um batalhão da PM num certo bairro poderia significar acessar um capital potencial de « mercadorias políticas ».

Diferentes notícias na imprensa num período longo, além de entrevistas que realizei com jornalistas, policiais, bicheiros, traficantes, advogados criminais, permitem a reconstrução geral dessas ligações, no topo do « mundo do crime » (i. é, na sua parte com menor visibilidade pública e menor sujeição criminal), entre *extermínio* de bandidos e *queimas de arquivo* ; entre homicídios dolosos e *extorsão policial* ; entre jogo do bicho e contrabando ; entre contrabando e roubo de carros ; entre carros roubados (que funcionam como « moeda ») e tráfico de armas e de cocaína a partir da Bolívia e do Paraguai. Como sempre, ao varejo dessas mercadorias fica reservada a sujeição criminal e a fragmentação dos contatos com os intermediários do atacado. A entrada dos colombianos no mercado de cocaína, no final dos anos setenta, apenas dá continuidade e aprofunda uma tendência que se acumulara nas décadas anteriores, com diferentes mercadorias e « serviços ». A venda de liberdade aos « lei de segurança nacional », em troca de muito dinheiro, e, em seguida, o fornecimento de armas e mesmo de drogas apreendidas ao varejo do tráfico completará o processo de acumulação da sujeição criminal. O crescimento « para cima », na estratificação social, das ligações indiretas com o topo do « submundo » do tráfico decorreu do crescimento da oferta e da demanda de drogas e de sua alta lucratividade, já nos anos 80. Mas as condições de sua reprodução ampliada já estavam criadas há muito tempo. A entrada da Polícia Militar nessas redes data dessa época e acarretará um maior volume de « violência a varejo » na relação com as comunidades postas sob o alargamento da sujeição criminal nas bases visíveis da sua demarcação social.

Capítulo 5

MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS

É-se tentado a buscar continuidades subculturais entre as primitivas formas urbanas do banditismo no Rio de Janeiro e as formas que ele veio assumindo ao longo do tempo.Apesar das evidentes diferenças, não são poucos os que investem numa « memória social » cuja continuidade, indiferente às mudanças de geração, à mobilidade geográfica e social de moradores de cada morro, favela ou conjunto habitacional, e às enormes transformações da cidade, reafirma um significado « objetivo » que poderia conferir um sentido comum às especificidades do banditismo urbano carioca.[170]

Há, mesmo entre os atores que, mais velhos, podem ainda referir-se ao passado, reconstruí-lo para o entrevistador e apontar as diferenças entre uma época e outra, uma linha de continuidade tipicamente « histórica », i.é, aspirante à construção de uma « tradição » e de um « significado objetivo » transgeracional a uma « petite histoire ».

Foi absolutamente casual, quando eu almoçava num bar com « Broto », um ex-presidiário de quem voltaremos a falar, que nos encontrasse um seu velho amigo. Este se aproximou de nossa mesa, em plena Cinelândia, com uma velha revista « O Cruzeiro » sob os braços, e começou a puxar conversa sobre « aquele tempo » (final dos anos cinquenta), comparando histórias que ouvira quando criança (sobre as décadas de trinta a cinquenta) e o que se passava atualmente em sua favela. Broto e ele lembraram vários nomes, várias quadrilhas, várias peripécias de outros tempos, várias prisões e

[170] Não são poucas as referências, diretas ou indiretas, a esse significado « objetivo ». Ver, por exemplo, os argumentos de Campos (1998). G. Neder, em pesquisa sobre os detentos no Rio de Janeiro entre 1890 e 1940, conclui que « a idéia de que o 'morro pode descer', que povoa a fantasmagoria do imaginário carioca hoje, tem origens históricas que não podem ser desconsideradas nos estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro » (Neder, 1994, p. 104). A própria comparação com o passado, para ressaltar as diferenças, faz parte dessa mesma estratégia. O « paradoxo das conseqüências » de Weber, ou os « efeitos perversos » de Boudon, rompem radicalmente com o imaginário de um « sentido objetivo », por introduzirem, como eixo central da idéia de história, a noção de « resultados não-intencionais ». No entanto, pode-se pensar, como fez Engels, que ainda assim a história retornará aos seus eixos e que, apesar dos resultados não-desejados, um « sentido objetivo » se realiza, quando as condições estruturais se mantêm basicamente as mesmas e uma mesma constelação cultural se aprofunda. Ver, a propósito, Albert Hirschman (1976). Não acho que a coisa seja assim tão simples, mas não suponho também uma história invertebrada. Como se trata de um campo de disputa meta-histórico, o embate é na verdade entre valores últimos, o do princípio-esperança e o do destino trágico, um embate cujo « significado objetivo » para o nosso tempo transcende

torturas, e quem passasse por ali naquele momento e só pegasse a conversa no ar pensaria que velhos militantes políticos da esquerda recordavam suas antigas aventuras.

A confusão não passaria despercebida, mas menos pelo que pudesse haver de comum com a esquerda nas suas experiências com a repressão e mais pelo que havia da idéia de um « significado objetivo », de uma « linha de continuidade », de acumulação e legitimidade culturais, ainda que marcadas por rupturas e saltos. O que poderia conferir unidade a múltiplas narrativas de fatos, que lhes permitisse saltar do meramente biográfico ou « heróico », para uma interligação comparada de feitos, significados e gerações diferentes - uma primeira « forma » de história?

A idéia de um « sentido objetivo » histórico, que concatena eventos independentes numa direção comum, e que foi absorvida e redimensionada no imaginário histórico moderno, é uma derivação do tempo profético, e, portanto, tem um fundo mítico formalmente comum. Aquilo que Hobsbawn chamou de « invenção da tradição » é, parece-me, uma interpretação também moderna, marcadamente crítica e cética, de reordenações de matrizes de sentido que, não obstante sua historicidade, não podem ser inteiramente assimiladas à sua apropriação *ex post facto*, à sua reconstrução ideológica meramente funcional para o que a tradição inventada pretende reforçar. Não fosse isso, e seriamos obrigados a sucumbir, contra toda a tradição hermenêutica, no abandono da reinterpretação pela invenção, da compreensão pela explicação funcional e da genealogia pela descontinuidade relativista. Não estou sendo justo com Hobsbwan porque sei que sua preocupação era outra, mas a recepção de sua obra[171] entre nós pode estar inventando uma outra tradição.[172] Reinvestimentos em matrizes de sentido trans-históricas não são puramente arbitrários e nem funcionam para qualquer coisa: é preciso que eles « façam sentido ».[173] Por que será que no Rio de Janeiro uma tradição imaginada teima em afirmar que « faz sentido » histórico interligar ou comparar tipos de

---

o próprio campo sociológico, mas cuja filiação (ou afinidade) a interesses é objeto legítimo de grande parte da tradição desse campo.

[171] Hobsbawn e Ranger, 1984.

[172] A invenção do samba (Vianna, 1995) e do carnaval (Queiroz, 1992) seguem de perto a preocupação crítica e fecunda de Hobsbawn, mas incorrem também em seu reducionismo hermenêutico. Afinal, nem o samba foi só uma invenção funcional para a constituição da tradição de uma « cultura nacional », nem o carnaval popular foi apenas um incremento recente de um carnaval originalmente elitista. Evidentemente, nenhum dos dois autores disseram que o samba e o carnaval foram apenas isso, mas o recorte do objeto permite que essa interpretação recalque as outras, mais complexas.

[173] Como afirma R. DaMatta, « toda tradição nos diz o que deve ser lembrado (e, quase sempre, quando e com que intensidade) e o que deve ser esquecido » (DaMatta, 1993, p. 129).

banditismo separados quase um século, ou ao menos mais de meio século, uns dos outros? Por que no Rio se anseia por ter do banditismo urbano uma « história »?[174]

A idéia de que no passado a cidade era pacífica também se repete ciclicamente, desde meados do século passado, alternando-se com os fluxos e refluxos da repressão policial e das sucessivas « pacificações » e « restabelecimentos da ordem pública » na cidade.[175] Mesmo a idéia de que antes só havia gatunos, e agora há mais violência, se repetiu em pelo menos tres ou quatro conjunturas, neste século, acumulando-se a apreensão de que a cada nova conjuntura a coisa piorasse. A oposição entre « malandros » e trabalhadores ou homens « sérios », que marcou o início do século, transferiu-se, com novas dimensões, para a oposição entre trabalhadores pobres e humildes e bandidos ou « marginais » e, atualmente, para a oposição entre trabalhadores honestos e bandidos, traficantes ou « vagabundos ». O incremento, na representação social, da dimensão de « violência » e de « organização » atribuidas a esses diferentes tipos sociais e conjunturas « de época » têm servido para alimentar, em cada período, seja a idéia de uma « acumulação » da violência ou também a idéia oposta de uma ruptura significativa entre as características do banditismo de uma época em relação à anterior. Ainda assim, e ao mesmo tempo, quando aumentava, significativamente, em comparação a décadas anteriores, o número de crimes registrados e de indiciados em inquéritos nas varas criminais[176], pretendia-se que não havia quadrilhas nem domínio organizado nos morros no Rio de Janeiro.[177] A história de uma aspiração de continuidade histórica, de um « sentido objetivo » para o banditismo urbano carioca e de sua denegação cíclica, sob os mais diferentes tipos de argumentos, pode ajudar a esclarecer a intricada teia que seleciona, nos temas da cultura popular, as reinterpretações de matrizes de sentido de cuja acumulação se alimenta, em sua dimensão cultural, o nosso objeto.

---

[174] Não são poucos os livros que se remetem a essa história. Eles comparecerão neste e em outros capítulos. Basta citar como exemplo mais recente o livro « Cidade Partida », de Zuenir Ventura, cujos primeiros capítulos cuidam de situar comparativamente o que ocorre hoje com o que ocorreu antes, décadas atrás, ainda que superficialmente, para poder melhor ressaltar a idéia que dá título ao trabalho. O imaginário da cidade segmentada é antigo na cidade, e pode ser rasteada até mesmo em João do Rio, na primeira década do século. Para uma análise crítica desse imaginário, inclusive na historiografia dos anos 70 e 80, ver Maria Alice Rezende de Carvalho, 1984; 1986.

[175] Ver Holloway, Neder e Bretas.

[176] O indiciamento por crimes violentos no Rio de Janeiro passa de 134 por cem mil habitantes em 1942 para 262 por cem mil habitantes em 1958. Cf. Crimes e Contravenções - Distrito Federal, 1942-1959. IBGE, 1963.

[177] Argumento semelhante foi defendido pelo ex-chefe de polícia do Rio, delegado Hélio Luz, em inúmeras entrevistas à imprensa. Para ele, não há crime organizado nos morros, apenas « bandos » relativamente desorganizados. Ver, por exemplo, Revista da Folha de São Paulo, 3/10/1995.

Em 1913, num livro intitulado « Menores abandonados e criminosos », João Bonuma, já então juiz em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, recorda os tempos em que estudou Direito no Rio, exercendo ao mesmo tempo funções na Polícia da então Capital Federal. Sua experiência com os menores abandonados e infratores leva-o a desenvolver em todo o seu livro o argumento de que « cumpre à sociedade lançar a taboa de salvação a esses desgraçados e não mergulhal-os mais na miséria em que se debatem: não é de cadeia que elles carecem, mas de proteção e auxílio » (Bonuma, 1913, p. 19).

Que relação podem existir entre os argumentos de João Bonuma, em 1913, sobre os « menores abandonados » do Rio em sua época, com os argumentos de Nogueira Baptista em seu livro sobre o « Serviço de Amparo ao Menor » (SAM), de 1956, com as críticas à sua sucessora, a FUNABEM, nos anos 70 e com a recente discussão sobre os « meninos de rua » no Rio de Janeiro?[178] Em 1914, no livro « O banditismo e associações para delinquir (especialmente no Brasil) », de C. Chaves de Gusmão, um trabalho típico da época, sob forte influência das teorias de Lombroso, o autor argumenta que « as associações ou quadrilhas (...) aqui no Rio de Janeiro são perigosíssimas e constituem um meio de renda grandissimo. São formadas, geralmente, por criminosos habituaes, cujas habilidades para o crime se intensificam e aperfeiçoam gradativamente. A ellas é commum ficarem alliados meninos e rapazes, intitulados *pivetes*, cuja aprendizagem no crime se faz, assim, desde a mais tenra edade, em épocha em que a maleabilidade d'um intelecto, já de si mal formado, é capaz de a tudo se adaptar; são os futuros *príncipes* da criminalidade associativa » (Gusmão, 1914, p.203). O diagnóstico não parece muito diferente das sucessivas e reiteradas análises do tema na cidade nos últimos cinquenta anos.

Em artigo publicado em 1951, Silvio Terra, que hoje dá nome à Academia de Polícia do Rio de Janeiro, afirmava que « praticamente não existe no Brasil criminalidade organizada »(Terra, 1951). Após comentar sobre os bandos rurais, em particular os cangaceiros, já desaparecidos por essa época, e lembrar as gangues norte-americanas e a máfia siciliana, ele argumentava:

> « Não temos quadrilhas de infratores da lei, nunca as tivemos, que pudessem, efetivamente, merecer essa designação. Tivemos e temos

[178] Cf. Bonuma, 1913; Nogueira Baptista, 1956; Sabóia Lima, A., 1946. Este último relaciona 84 estabelecimentos, a maioria privados, que abrigam crianças necessitadas no Distrito Federal. O S.A.M. teria, em 1945, segundo ele, cerca de 700 internos.

> bandos de delinquentes sem organização, sem tirocínio e sem chefes. Temos grupos escassos de malfeitores, aos quais a polícia, por sua falta de habilidade e orientação confere « cartaz ».

Cita alguns bandidos da época: « Carne Seca », « Ciganinho », « Bidar », « Angorá » e acrescenta: « todos malandros de ínfima categoria social ». E estende sua análise:

> « Não temos aqui quadrilhas assaltadoras de bancos; não temos bandos armados com a decidida deliberação de atacar e roubar a qualquer preço; não temos fascínoras armados de metralhadoras, senão pobres diabos desambientados, mais fruto da ignorância e do desamparo do que mesmo de taras comprometedoras; fruto da falta de ensino, fruto do desinteresse social, crias dos morros e das favelas lúgubres e pestilentas, onde grassa a peste branca, a fome, o desespero e a miséria mais corrosiva. Examinemos atentamente os « Carnes-Secas » e havemos de chegar à conclusão de que lhes falta físico, ferocidade criminosa, imaginação, inteligência, brio profissional, porque na realidade não são criminosos de sangue, senão heróis falhados de um processo de glorificação que corre por conta da imprensa e da polícia, porque ambas constroem com o sensacionalismo habitual a auréola dentro da qual acabam os míseros por se acreditar , efetivamente, grandes personagens, « bambas » de verdade, glórias autênticas, quando são apenas mulambos servindo de matéria prima para a construção de discutíveis e funestas reputações profissionais, em ambos os campos, o publicitário e o repressivo ».

Comparado às gangues de Chicago, de Nova Iorque, à máfia siciliana, o banditismo das favelas cariocas é « simples », « rústico » e « fraco », apenas aumentado pela imprensa e pela polícia. Silvio Terra termina o artigo com otimismo:

> « O problema não é dos mais pesados, nem oferece a resistência que muitos supõem, antes a própria índole do nosso povo, inclusive do povo humilde das favelas concorre, concorrerá mesmo, para o ajustamento das consciências tresvairadas. (...) « Zé da Ilha », há pouco massacrado, foi um produto típico. Deram-lhe fama de valente, e ele acreditou-se realmente um valente(...). Crime primário, desorganizado, e turbulento, antes dispersivo do que homogeneamente coordenado (...). Neste fato, na convivência de péssimos meios e no desamparo da infância está a gênese criminal carioca ».[179]

[179] Silvio Terra, « Criminalidade incipiente e juventude desamparada », *Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública,* Rio de Janeiro, v. XI, ano VI, n. 23, 1951, pp. 35-41.

Não é estranho que ele não tenha se referido às « maltas » de capoeiras que tornaram-se célebres no Rio até o final do século passado. Poucos ainda se lembravam delas e a medida das comparações se tornara mais próxima com a repercussão do cangaço, num período de incremento da migração nordestina em direção ao Rio e a São Paulo, e com o « crime organizado » difundido pelo cinema norte-americano e francês a partir dos anos 40. O Rio de Janeiro do final do século passado foi se dissipando aos poucos na República, mas somente após a redemocratização do país, em 1946, ganhou velocidade a percepção da *diferença* irremediável entre uma e outra época, que Luís Edmundo consolidou literariamente na expressão « o Rio do meu tempo ».

1. Tradições sociais do banditismo urbano carioca

Entre 1850 e 1890, a zona urbana mais densamente ocupada do Rio de Janeiro era dividida em territórios controlados pelas « maltas », grupos organizados formados por capoeiras, que tinham suas roupas, suas insígnias e sua identidade. As duas principais maltas, os « Nagoas » e os « Guaiamus », formaram-se a partir de várias falanges ou grupos de capoeiras que dividiram as freguesias da cidade entre si, no início do Segundo Império.[180] Mantinham entre si rivalidade intransigente, fazendo guerra uma à outra e chegaram a reunir, em seu apogeu, milhares de escravos, negros libertos, brancos de diversas origens e jovens imigrantes portugueses. « Formada por três, vinte ou até mesmo cem indivíduos, a malta era a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres pobres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX » (Soares, 1994 : 40). Nesse mesmo período, é grande a quantidade de sentenciados ou presos no Rio de Janeiro: em 1850, sao 1676 presos (813 por 100 mil habitantes), sem contar os sentenciados por crimes mais graves, cujo número é desconhecido; em 1868, são 6 mil (3 mil por 100 mil habitantes); em 1874, são mais de 8 mil (3.500 por 100 mil habitantes) e em 1876 alcançam quase 13 mil (5.200 por cem mil habitantes), diminuindo nos anos seguintes até estabilizar-se, na década de 80, numa média anual de 6 mil presos.[181]

[180] Os principais estudos recentes sobre as maltas de capoeiras são: Soares, 1994 e Bretas, 1991.
[181] Cf. Holloway, 1997, pp. 182, 230 ss. Em 1996, havia 16.468 presos no Estado do Rio de Janeiro, cerca de 124 presos por 100 mil habitantes do Estado. (Cf. Ministério da Justiça, Censo Penitenciário de 1995).

Com a proclamação da República, o novo Código Criminal transforma a prática da capoeira de simples contravenção em crime, agravado se existir formação de grupo ou malta. Em seguida, as maltas foram maciçamente reprimidas no primeiro governo republicano pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz e mais de mil capoeiras foram desterrados em Fernando de Noronha. As maltas desapareceram, mas não os capoeiras, que reaparecem na Revolta da Vacina, em 1906, embora cada vez mais isoladamente. Hernani de Irajá ainda fala deles agindo no Rio dos anos vinte, principalmente na Lapa (Irajá, 1960).

Pouco mais de uma década após o desaparecimento das maltas, João do Rio transcreve uma conversa com um antigo capoeira. Este diz ao cronista: « V. Sa. não conhece a arte? Hoje está por baixo. Valente de verdade só há mesmo uns dez ». João do Rio comenta: « Oh! suave ironia dos malandros ».[182] Alguns anos depois, Benjamin Costallat e, em seguida, Orestes Barbosa descrevem uma das principais áreas da cidade cujo acesso era controlado por malandros e valentes, o morro da Favela (que deu origem à metonímia « favela », aplicada a todas as localidades semelhantes da cidade e, depois, do país). As regiões consideradas perigosas da cidade, segundo esses autores, eram o Mangue, a Lapa, o Estácio, o morro da Favela (atual morro da Providência, próximo à « Central do Brasil », no centro), o « Buraco Quente » na Mangueira, a D. Clara, o Portugal Pequeno, o Recreio das Paraguaias... Benjamim Costallat, em « Mistérios do Rio », assim descreve a « Favella » em meados dos anos 20:

> « Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da Polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas. Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócios - os negócios de honra como os negócios de dinheiro » (Costallat, 1995 [1930], p. 37).

Orestes Barbosa descreve em « Bambambã », de 1923, como a Favela « ficou uma lenda na cidade »:

> « Pouca gente já subiu aquela montanha - raríssimas pessoas chegaram a ver e a compreender o labirinto de baiúcas, esconderijos, sepulturas vazias e casinholas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8o. distrito não vai. Os *chauffeurs*,

[182] Rio, 1987, p.80-81. Neder contabilizou 54 detenções por capoeiragem em apenas três meses de 1917 e apenas 2 em igual período de 1927. Cf. Neder, 1994, p. 99-101.

> depois de dez horas da noite, não aceitam passageiros para a rua da América. Os bondes depois dessa hora passam a nove pontos, e o motorneiro e o condutor levam nas mãos as suas pistolas engatilhadas » (Barbosa, 1993 [1923], p. 111).

Nas décadas de 30 e 40, os sambas narram segmentos de cotidiano nos morros e nas novas favelas que foram surgindo, referindo-se muitas vezes a tipos sociais como o malandro, o valente, o malfeitor. O teatro de revista, desde a última década do século passado, os esquetes humorísticos do rádio e, posteriormente, nos anos 50, da televisão, as crônicas dos jornais populares, a novela, enfim, a mais variada produção cultural fixou, entre os anos vinte e os cinquenta, alguns desses tipos que constituiram essa tradição. Encontra-se lá toda uma narrativa que ainda hoje « faz sentido », é « familiar » e que até ultrapassou os limites da tradição da cidade para se incorporar ao vocabulário brasileiro. A figura do « malandro » é, de todas, a mais significativa, abrangente e complexa, e também a mais persistente.

Dei-me conta do quanto ainda desconhecemos das trocas e interações das imagens mínimas que constituiram esse universo de sentido que chamamos de « malandro », quando viajava, em 1989, de trem, de Lisboa a Paris. Em minha cabine instalaram-se um português de Lisboa, que jamais veio ao Brasil e nem parente tem por aqui, e um uruguaio que também não nos conhecia. A tantas, o lisboeta me perguntou de qual bairro gostara mais em sua cidade. Respondí-lhe que me fascinara o Bairro Alto, onde reencontrara aspectos do que imaginava ter sido o Rio antigo. Ele comentou rapidamente, rindo, que lá, até há pouco tempo, era a área dos « rufías ». Fiz-me de desentendido e perguntei-lhe o que eram « rufías ». Ele levantou-se na cabine, e gingando feito um malandro capoeirista tipicamente carioca, que ele nunca encontrou, me mostrou a ginga dos antigos rufías do Bairro Alto. Fiquei sabendo também que alguns vestiam-se com camisas listradas, que portavam navalhas e exploravam o lenocínio. Eram perigosos, matavam facilmente e viviam tendo problemas com a polícia. O uruguaio falou também « de los rufiones » de Montevideo, mas deixou claro que não andavam balançando, eran « machones », duros, rígidos, brilhantinados, o que deixava claro que estava por fora do que eu e o português partilhávamos naquela conversa. Fiquei matutando sobre, e me dei conta que o « malandro » carioca pode ter vindo de Lisboa, dos fadistas e dos rufías, e não apenas dos negros libertos e brancos pobres do Segundo Império, como muitas vezes se pensou. Esses apenas reinvestiram uma tradição, cujas matrizes, perdidas, podem recuam para muito mais tempo antes. Os

tipos literários do romance picaresco desenvolvem algumas das principais representações desse estilo de vida individualista pré-moderno, intersticial, que a língua italiana fixou na expressão « malandrino », de onde se originou a palavra portuguesa. Há condensações variadas entre o malandrino italiano, o mandrião espanhol, o patife português, o « apache » e suas variantes: o malin, o coquin, o vaurien e o vagabond francês, o vagabundo simplesmente (do antigo latim, *vagativu* = vadio): todos são representados por atributos que *condensam* os atributos de ocioso, de insolente, de maroto, de esperto, de velhaco e, no limite, de canalha e de bandido. No seu significado brasileiro contemporâneo a ênfase recai sobre significado ainda mais ambíguo, que reúne atributos de esperteza e talento (positivamente apreciados) com os atributos negativos acima resenhados. O malandro, em seu sentido semântico original, foi substituido hoje pelo « picareta », que não é ambíguo, mas que reduz a abrangência complexa do termo, tal como empregado no Rio desde os anos 30. Todas essas representações alimentam-se de indícios históricos de interações subculturais que efetivamente produziram, no Rio, tipos de individualismo urbano (e de banditismo) que se alargaram, se disseminaram e se metamorfosearam, mas cujas figuras originais ainda povoam o imaginário brasileiro desde então, difundidos a partir do Rio?[183]

Tipos sociais e sujeição criminal

« Eu até hoje nunca vi nenhum
Tipo vulgar tão fora do comum »
Tipo Zero, Noel Rosa.

A epígrafe é extraída de uma letra de música de uma opereta de Noel dos anos 30, que começa assim: « Você é um tipo, que não tem tipo/ com todo tipo você se parece... ». A representação desse tema, no Rio, distinguia o « ser um tipo » do « ter um tipo » e do « fazer um tipo ». No primeiro caso, « ser um tipo » é ser um indivíduo cujas qualidades são reunidas no predicado, geralmente prestigiante; no segundo caso, « ter um tipo » representa uma individualidade assimilada a uma classe de indivíduos, de caráter semelhante; no terceiro caso, « fazer um tipo », o significado desliza para uma observação crítica da dramaturgia social do primeiro ou do segundo caso, pela

[183] Uma interessante associação entre a origem dos *capoeiras* (e não da 'capoeira') e a mouraria lisboeta e os fadistas portugueses pode ser encontrada em Soares, 1994, cap. 4. Neder (1994, p. 106) cita um currículo da Escola de Polícia proposto por Elysio de Carvalho (*circa* 1912), onde aparece um curso intitulado « Lisboa natural dos malfeitores ».

manipulação individual que pode ser feita daqueles predicados. A música brinca com esses vários significados para concluir que o sujeito do último caso, cuja personalidade se resumiria apenas à dramaturgia e à mera imitação, por ser alguém sem qualidades, é « um tipo esgotado » (Noel Rosa, « Tipo Zero »).

O que é um tipo? Todo tipo é, em alguma medida, um estereótipo, uma generalização superficial, um clichê discriminante, mas o típico não é sempre estereotípico, pode ser muitas outras coisas. Tipos ideais, tipos médios, tipos empíricos, mas há também o típico estético: o padrão dos diábolos, nas igrejas góticas; dos anjinhos renascentistas e barrocos; do herói na epopéia medieval-tardia; dos santos, na hagiografia bizantina e católica, como também há o típico na construção do personagem na narrativa moderna. Lukács, num ensaio hoje meio esquecido, põe o « típico », ao modo hegeliano, como um particular, mediador do universal e do singular e considera o personagem do romance, seu exemplo do típico, o grande feito da narrativa moderna (Lukács, 1974). No romance moderno, o típico seria a propriedade estética que permite a um personagem « representar » muitos outros, representar um « tipo social ». Numa direção análoga, embora sob controle analítico, há uma tendência na historiografia recente em considerar uma biografia ou algumas trajetórias de vida como objeto a partir do qual podem desabrochar para a análise certas situações sociais típicas do cotidiano e das representações de uma época.

Podemos falar em tipos sociais completamente isentos de estereótipos? Parece-me impossível, e no entanto o que significa o emprego de noções como « aristocratas », « pequeno-burgueses », « camponeses », « bandidos », tão abundante na literatura sociológica? Como distinguir um tipo ideal como, por exemplo, o « profeta » em Max Weber, do estereótipo que a modernidade tem do « profeta »? A principal diferença que o tipo ideal guarda em relação ao tipo médio é que ele não é uma média empírica de atributos de caráter, mas a acentuação de certos traços de conduta considerados decisivos para a compreensão de um curso de ação.

O cuidado principal parece ser o de não confundir a construção das características comuns, que são *ideais,* derivadas das regras de experiência social dos cursos de ação comuns a vários indivíduos, com forças e agentes *reais*, como também não permitir que essa construção se envieze ao incorporar perspectivas normativas e juízos de valor implícitos, unilaterais, no recorte das características. Evidentemente isso não é fácil, mas o « tipo social » não precisa ser complexo, como são os homens reais, apenas é preciso que ele seja mais complexo que o tipo empírico e menos unilateral e

mais « real » que o tipo ideal. Os tipos sociais existem na representação social, exprimem relações sociais e podem ser diretamente derivados daí quando se está nesse plano da análise. Certos estereótipos se prestam, com maior facilidade, para a construção social dos tipos. Compreendidos como pertencentes ao objeto e não como instrumentos de análise ou tipos ideais, os tipos sociais podem ser úteis à análise por reunirem e condensarem em *indivíduos* o que pertence ao nível das *diferenças* nas relações sociais e nos modos e estilos de operar o poder por diferentes grupos. É desse modo que Alfred Shutz (1979) os compreende geralmente, quando propõe a análise da tipificação social a partir da atenção seletiva e das zonas de relevância. No entanto, enquanto Shutz põe o acento nos tipos como formas de estocar conhecimento social, prefiro enfatizar o que neles há de normativo, de avaliador de modos de conduta e de operação de poder, como neles se representa a avaliação ou a emergência de códigos sociais de conduta. Isso porque investigo tipos sociais construidos sobre *desnormalizações*, sobre cursos de ação socialmente acusados como desnormalizados.

O « malandro » e o « valente »

Há quem faça do « malandro » um tipo ideal mais geral, o que me parece um resultado tardio.[184] O tipo social, histórico, aparece representado, pela primeira vez em nossa literatura, nas « Memórias de um Sargento de Milícias », de Manoel Antonio de Almeida (1856). Antonio Cândido observou, a propósito, em seu clássico ensaio sobre as « Memórias », que « [ele exprime] a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das idéias, das atitudes mais díspares, criando uma espécie de terra de ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime » (Cândido, 1978 :340-341).

A fixação literária e ideológica do tipo ocorrerá mais tarde, entre 1920 e 1940, na obra de Lima Barreto, no samba emergente, nas crônicas de Orestes Barbosa e de outros jornalistas e escritores como Viriato Correa, geralmente frequentadores dos meios boêmios do Rio do início do século. Além do malandro, reaparece paralelamente uma outra figura, complementar e menos ambígua, o « valente », o « bambambã », o « bamba », que ora se sobrepõe ao malandro, ora dele se diferencia.

[184] Ver a grande obra de Roberto da Matta, « Carnaval, Heróis e Malandros » (DaMatta, 1979).

Ambas as figuras, no entanto, se tipificaram (quando não se originaram) nas maltas dos capoeiras do século XIX e, como elas, deslizam constantemente para o seu rótulo semântico original, provavelmente italiano, do « malandrino », que reúne o atributo de « gatuno » à « vadiagem ».[185] Constituem grande parte dos incriminados cotidianos da polícia carioca na rubrica judicial da « vadiagem » desde meados do século XIX até muito recentemente. A idealização do malandro o identifica inicialmente à recusa ao trabalho[186] e à sua substituição por atividades ilícitas, expedientes de « ganho » como o jogo, o furto e o estelionato, ou à sua preeminência em mercados ilícitos, que exigem certos talentos e habilidades, principalmente a prostituição e o jogo, ou em situações delicadas, como nas estratégias de sedução. Mas no 'capoeira' ele é também assimilado ao « desordeiro ».

Bastaria que se comparasse as representações do malandro no romance « Clara dos Anjos », de Lima Barreto, escrito em 1922, com as que comparecem nas composições de Sinhô, Noel Rosa, Ismael Silva, Wilson Baptista e Geraldo Pereira, na década seguinte, para que se evidenciassem as nuances de juízos de valor que o constituem. Lima Barreto o apresenta em vários personagens, mas com especial antipatia no « canalha » Cassi Jones, da classe média baixa do subúrbio. O malandro de Lima Barreto nada tem do malandro « simpático » de décadas depois:

> « Nunca suportara um emprêgo e a deficiência de sua instrução impedia-o que obtivesse um de acôrdo com as pretensões de muita coisa que herdara da mãe; além disso, devido à sua educação sôlta, era incapaz para o trabalho assíduo, seguido, incapacidade que, agora, roçava pela moléstia. A mórbida ternura da mãe por ele, a que não eram estranhas as suas vaidades pessoais, junto à indiferença desdenhosa do pai, com o tempo, fizeram de Cassi o tipo mais completo de vagabundo doméstico que se pode imaginar. É um tipo bem brasileiro ». (Barreto, 1948, p. 50).

Ao apresentar os « comparsas » de Cassi, com os quais « mantinha fama de valente », Lima Barreto carrega nas tintas:

> « Não julguem que [Cassi Jones] tinha estima e amizade por esses rapazes que andavam sempre com ele. Ele não os amava, como não amava ninguém e com ninguém simpatizava. Era uma coorte digna dele que o iludia do vácuo feito em torno dele, por todos os rapazes daquelas bandas » (Idem, ibidem, p. 52).

[185] Para um estudo aprofundado das relações da malandragem com a capoeiragem, ver Salvadori, 1990.
[186] Ver Oliven, 1980. Uma valsa do início do século demonstra que, no gênero feminino, o malandro se dociliza na « malandrinha », cuja beleza a eximirá do trabalho: « és malandrinha, não precisas trabalhar ».

Ataliba do Timbó « tirava proventos do jogo de dados ou campista e também do foot-ball... Ultimamente, era agente de jogo de bicho ». Zezé Mateus « era um verdadeiro imbecil..., a sua única mania era beber e dizer-se valente ». O Franco Souza, « este era um malandro mais apurado..., vivia de embrulhar os crédulos clientes que lhe caíam nas mãos ». Quanto a Arnaldo, « a sua profissão consistia em furtar no trem » (Idem, ibidem, p. 54).

Nos sambas de Noel, Ismael, Geraldo Pereira e Wilson Baptista, o malandro aparece principalmente sob um registro mais boêmio, mulherengo, orgiástico. Wilson Baptista, um fluminense de Campos que chegou ao Rio adolescente, em 1930, se descreve positivamente, na primeira pessoa da narrativa musical, com « um chapéu de lado, tamanco arrastando, lenço no pescoço, navalha no bolso, passo gingando », desafiando, com o « orgulho em ser vadio », os que « falam mal do meu proceder ». E se auto-dignifica: « pois vejo quem trabalha viver no miserê/ sou vadio/ sempre tive inclinação... », arrematando com a sua vocação: « nos meus tempos de criança/ já tirava samba-canção/ cumequié, meu irmão? » Já é o « malandro de morro », que se atenua agora como sambista e que começa a se opor positivamente ao negativo « malandro » suburbano de Lima Barreto, herdeiro das maltas e do clientelismo político do antigo regime.[187] Essa primeira diferença acentua, pelo seu lado boêmio, uma positividade que Lima Barreto descartara e que Orestes Barbosa, sem meias tintas, recuperará. Pode-se encontrar em Noel uma resistência a esse elogio ao malandro, como se todos estivessem disputando, na ambivalência do tipo, as nuances de um processo de normalização burguesa cujos contornos morais deviam ser mais ou menos universalizados ou particularizados. A sociabilidade da cidade está mudando: após ter « socializado » o malandro, tornando-o comum, está agora empurrando-o de seu centro e de suas casas suburbanas para as suas margens urbanas, as favelas, e para suas margens normativas, a transgressão e o crime. O malandro passa da navalha para a pistola, mas continua malandro. Este parece ser o tema de Orestes Barbosa em « Bambambã »:

> « Com a evolução da cidade, o malandro largou a bombacha, a botina de salto alto, o chapéu desabado e a *moca* - bengala de grossura ostensiva, como também usavam os policiais... Mas, se o vagabundo do Rio endireitou a roupa, confundindo-se com o resto da população, o que também fizeram as profissionais do amor, não abandonou de todo a faca, embora também usando a bengala de estoque e o boxe, que são armas da última moda... A faca, arma antiga, é, na opinião dos criminosos, a única compatível com um homem que se preza... « - Homem é no *ferro*! »

[187] Sobre a relação entre o samba e a malandragem, ver Matos, 1982.

> Ainda há valentes que pensam assim. Acham a arma de fogo covarde. Querem a luta à arma branca. Mas o revólver e a pistola não dão ouvidos aos raros capoeiras e ficam com esta opinião: « É no *fogo*! ». O ideal do malandro hoje é uma pistola *para-bellum*. É mesmo para a guerra que eles vão... Ouvi certa vez do Patola, que está condenado, a descrição do assassinato de um espanhol, na Ponta do Caju: « - Dei-lhe o primeiro tiro, ele *desceu*. Aí *baixei* fogo nele, a *para-bellum* parecia uma máquina de escrever. Despejei-lhe os 24 na cabeça ». Vinte e quatro tiros. Ele falava com volúpia do valor da arma. Em volta do Patola estavam outros criminosos - todos de olhos cobiçosos, sonhando com a *máquina de escrever*... » (Barbosa, 1993 [1923], p. 99-101).

O mesmo tema comparece numa entrevista de Noel Rosa a « O Debate », em 1935 : « O morro do Castelo foi abaixo e a polícia "espantou" os malandros inveterados e "escrachou as cabrochas". Mas o malandro não desapareceu. Transformou-se, simplesmente, com a sua cabrocha, para tapear a polícia. Ele já está de gravata e chapéu de palha e ela usa meias de seda » (*apud* Máximo e Didier, 1990 : 357). Paradoxalmente, Noel saúda, num samba famoso, a chegada do revólver « para acabar com a valentia » (« O Século do Progresso », samba de 1934). Mas desenvolvem-se sub-tipos, com o alargamento de significado, já agora positivo, do tipo original. O « malandro de morro », por oposição ao « malandro de asfalto », é identificado principalmente ao samba e distinguido do « valente ». Em 1935, um grande diário do Rio lançou um concurso para escolher os melhores compositores de samba dos morros. Por ocasião do lançamento do inédito concurso, o jornal estampava: « Nunca até hoje o malandro do morro e sambista que passa a vida inteira lá em cima, a olhar as luzes que banham essa cidade maravilhosa, teve a coroa de um reinado, de um grande triunfo. É o que « A Nação » vai fazer agora ».[188]

O « malandro-de-morro » é representado como um personagem talentoso, cuja vida se desenrola principalmente na sua favela, e que pouco desce ao asfalto. Tem com o tipo-matriz do malandro a semelhança de estilo de vida, mas aparece fundido com outro tipo social, o « boêmio », um rótulo antes aplicado aos egressos da classe média e do asfalto, frequentadores dos cabarés musicais e da vida noturna da Lapa. O « malandro de morro » é definido, assim, como « da orgia »: ócio, dinheiro fácil, sedução, mulheres, brigas, « ganhos », bebida, o que é considerado « natural ». A ele é assimilado, algumas vezes, um certo tipo de banditismo urbano, o do « descuidista », do « punguista », do pequeno dono de uma « boca-de-fumo » e do « contraventor », do

[188] A Nação, Rio, 14.3.1935, citado por Barbosa da Silva & Oliveira Filho, 1989, p. 58

« bicheiro », mas na favela ainda haveria resistência em confundi-lo simplesmente com o « ladrão » ou com o « bandido », como na enfática diferença estabelecida por Cartola, o grande compositor mangueirense:

> « Malandro é quem gosta de briga, farra, mulher e bebida. *Isso é natural*. Ladrão, maconheiro ou jogador é bandido. Disso eu tenho vergonha ».[189]

Mas entre malandro e bandido, havia a mediação ambígua do « valente ». O que distingue o malandro do valente? Geralmente, o malandro se associava à contravenção e ao furto, enquanto o valente era associado ao uso ou ameaça do uso da força, à « proteção » de bocas de fumo e pontos de jogo, mas também a « ganhos » que exigem a ameaça da força, como o roubo. Ambos são respeitados em suas áreas, mas por motivos diferentes. O malandro não é sempre valente, vale-se principalmente de ardís; o valente não é necessariamente malandro, depende de produzir o « medo » no outro, mas respeita os iguais e as mulheres e crianças. O malandro mantêm relações instrumentais com policiais, o valente geralmente não. Entretanto, muitos malandros e valentes têm em comum o conhecimento da capoeira, e a junção e disjunção dos dois tipos varia segundo a maior ou menor presença das características contrastantes. Mas há uma oposição nítida: o contrário do malandro é o otário, jamais o valente; o contrário do valente é o covarde, jamais o malandro. Em muitos casos, malandros e valentes são tipos complementares e os atributos são usados indiferentemente, a ponto de existir uma dupla definição do malandro: o « malandro-artista » e o « malandro-valente ».

Ambos os tipos são anteriores ao desenvolvimento das favelas nos anos 30-40, pertencem ainda ao imaginário popular que vem das maltas, dos cortiços, das cabeças-de-porco e do estilo de vida das rodas de batucada, do jongo, do maxixe, dos cordões carnavalescos, dos pequenos cassinos de segundo andar, cabarés e casas simples de prostituição que abundavam na área da cidade compreendida entre a Lapa, a Praça Tiradentes e a Cidade Nova, ou entre o Mangue e o Estácio até os anos 40.[190] Antonio Fraga escreve uma novela em 1943, publicada dois anos depois, que retrata o malandro dessa época, nos personagens Desabrigo, Cobrinha e Miquimba, frequentadores de um bordel do Mangue e de um boteco-bilhar no Estácio.[191] A semelhança dos tipos com

[189] Última Hora, Rio, 11/10/1976, citado em Barbosa da Silva & Oliveira Filho, 1989, p. 84, grifos meus.
[190] Ver referências em crônicas e memórias de Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Anibal Machado, Mario Lago e Luis Jardim.
[191] Fraga, 1995.

alguns personagens de Lima Barreto, do início do século, e com personagens de João Antonio, já na década de sessenta e setenta, é impressionante e exigiria um estudo à parte.[192] Mas todos *não* parecem beneficiar a perspectiva normalizadora de Cartola. A idealização do malandro por oposição ao crime e à violência é um produto da década de 50, quando é fixado um novo tipo contrastante, o *marginal*. No romance « Os párias da cidade maravilhosa », de 1950, em que descreve o ambiente social e o cotidiano de favelas como a da « Praia do Pinto » e da « Catacumba » (ambas na Zona Sul e removidas nos anos 60), Dilermando Duarte Cox faz um delegado expor a um médico a « malandragem que impera aí dentro », mas acrescenta:

« O malandro, no entanto, não é produto da 'favela'. Antes delas se formarem, já eles existiam, e os famosos capoeiras, malandros de uma época não muito remota, hoje desaparecidos, tornaram-se célebres pelas arruaças que provocavam, enfrentando a própria polícia, uma fase em que ninguém sonhava com as habitações coletivas nos morros. Atualmente, a malandragem, no sentido de « desordem », está muito mais amenizada que na época anterior às favelas. Hoje, a cidade não possui um desordeiro da força e do prestígio do célebre « Camisa Preta ». O capoeira, por exemplo, era um desordeiro na verdadeira acepção do vocábulo. Esses desclassificados ou eram cabos eleitorais mantidos por politicos sem escrúpulos ou seus guarda-costas e, às vezes, as duas coisas juntas. Esses sim, eram malandros conhecidos e respeitados, provocadores de conflitos, de « sururus » perigosos, onde o porrete e a navalha eram manejados com maestria e crueldade. Agora, entretanto, existe nos morros a vagabundagem que é praticada pelos indivíduos sem profissão e que, por isso mesmo, se tornaram ladrões, algumas vezes assassinos, jogadores, etc., mas não passam de criminosos primários, sem astúcia e sem inteligência » (Cox, p.95-96).

Observe-se que o tema do « desaparecimento do malandro » e sua substituição por « criminosos primários, sem astúcia e sem inteligência » já está fixado em 1950 (a mesma época do artigo de Silvio Terra, anteriormente citado), mas o designativo se mantêm ainda nas manchetes dos jornais populares, como a estampada por « O Dia »,

[192] Barreto, 1953; Antonio, 1973. O « malandro » como uma imagem básica que atravessa a história da cultura popular no Rio e se universaliza nos ilegalismos das classes médias e da elite continua pouco tratada na literatura sociológica. Como sempre, a arte chega antes: o conhecido samba de Chico Buarque, « Homenagem ao Malandro », dos anos 70, trata brilhantemente desse tema. Seu outro samba, « A Volta do Malandro », retoma a temática de um outro ângulo, que parecia encerrado, definindo o malandro como « o barão da ralé ». Essa componente aristocrática do « malandro » comparece em todas as suas imagens

em 30/9/1962: « Morta pelo malandro!». A associação do malandro com a favela também se mantêm, como na manchete: « Malandros recebem a polícia à bala no túnel. No túnel João Ricardo, estavam os policiais quando aconteceram os disparos provindos da favela » (« O Dia », 2/4/1963).

O aparecimento da « Favella », no final do século XIX, e o crescimento de aglomerações análogas, em outros morros, a partir da primeira década do século XX, que recebem o mesmo nome e consolidam a metonímia hoje nacional, marca também uma movimentação de habitantes na cidade, com as sucessivas reurbanizações da Cidade Velha, entre 1906 e 1940, e o incremento do movimento migratório, principalmente de Minas Gerais, do Espírito Santo e de vários estados do Nordeste em direção ao Rio. Descrevendo o banditismo da « Favella », Orestes Barbosa não separa o malandro do bandido e esboça um tipo de « domínio » local, em 1930, que insinua no leitor de hoje uma impressionante perspectiva de continuidade histórica:

« Os gatunos, às horas mortas, sobem ali e durante o dia por ali ficam, porque o chefe de polícia da Favela não é desembargador nem general - é o José da Barra, com quem o chefe de Polícia da capital da República não quer conversa. Macaco é outro. Quem quiser que pegue em rabo de foguete. O José da Barra é cabo eleitoral de gente importante, e, além disso, se ele quiser, ninguém sobe lá. (...) Quando o policial é novato, fica cheio de vento e vai ver mesmo a coisa de perto. E morre - o que já tem acontecido a uma porção. O comissário fica fresquinho na delegacia, fazendo a parte e tomando café. O chefe da polícia, José da Barra, é um personagem que se impôs pela valentia e pelo aparente bom senso das suas decisões.(...) O criminoso tem os seus princípios. Um gatuno pode roubar um cidadão, menos um gatuno... É preciso ser leal na carreira do crime. Vá assaltar a casa do relojoeiro Laboriau, em Santa Tereza. Estrangule o negociante Castro Guedes, na rua Canabarro, mas deixe em paz a roupa nova do Moleque Tancredo, que custou um susto e uma carreira. Não está direito? José da Barra existe por isto: é o chefe celerado dos celerados. E os criminosos compreendem a utilidade pública do José da Barra, porque sem o José da Barra o Três de Copas afanaria aquele terno de roupa do Moleque Tancredo e seria um nunca mais se acabar. O José da Barra dirige tudo e a vida corre sem pertubação. Se a polícia achar que aquilo deve mesmo acabar, leve para lá uma força de linha e bombardeie... A Favela, quando vê que não pode matar a polícia, não aceita a luta e foge para todos os

---

culturais. Ver também o tipo ideal do malandro na obra de DaMatta , construído com uma finalidade mais abrangente.

lados em que tem saída... E quando a força de linha desguarnecer a região conflagrada, a população voltará toda, bela e formosa (...) Sem imunidades parlamentares, sem dinheiro para comprar juízes, promotores ou desembargadores da Corte de Apelação, a Favela mata sempre que é preciso matar ». (Barbosa, idem, ibidem, 112-115).

Trinta anos depois dessa descrição, um policial podia indistintamente falar em « malandro » e « marginal », como o fez Benevides Andrade, em seu livro de depoimentos « Chave de Cadeia », de 1963:

> « Certa ocasião, na Ponta do Caju, no interior de um botequim, em companhia de dois colegas que compunham uma turma de ronda, tomamos conhecimento de que ali havia um *marginal*, armado com duas pistolas calibre 45. Fomos avisados de que tomássemos cuidado, pois o *elemento* era perigoso e, com certeza, seríamos recebidos a bala. (...) No momento de minha chegada, o *temível malandro* virava um copo com dois dedos de cachaça, daqueles que se medem com o mínimo e o indicador » (Andrade, p. 157, grifos meus).

O malandro, inicialmente, é um « desclassificado ». Ganha algum prestígio na música popular e um subtipo é criado, o 'malandro-de-morro', folclorizado nas camisas listradas do Bando da Lua e nos sambas românticos dos anos 30 e 40. O herdeiro criminal do malandro vai então se constituindo, por diferenciação com o tipo folclorizado, como *marginal*. A separação se completa em meados dos anos 60, quando praticamente desaparece da imprensa a denominação de « malandro » para designar bandidos, substituída inteiramente por denominações genéricas (também antes usadas), como « fora-da-lei » (sob influência do *western* norteamericano) ou « malfeitor ». Mas a denominação mais recorrente, mais temível e mais diferenciadora é mesmo a de *marginal.* O antigo personagem do *bicheiro* preserva as características externas do malandro e, por ganhar a autonomia « moral » de ser apenas contraventor e não necessariamente criminoso, preserva-se de decair inteiramente na *marginalidade*. A associação entre certo tipo de pobreza urbana e a malandragem transita, nos anos cinquenta, para a sua associação com a *marginalidade econômico-social*.

O « bicheiro » é também um tipo social originalmente carioca, que corre num paralelo um pouco superior ao do malandro, mas que raramente se confunde com o do valente. O tipo comparece fartamente na literatura e sua fixação no teatro, no cinema e na televisão dos anos 40 a 60 o consolida como um personagem ao mesmo tempo

perigoso e « folclórico »[193]. É uma designação geral que não esconde as diferenças entre um apontador, um gerente e um banqueiro do jogo. Em geral, o tipo se fixou inicialmente em torno do banqueiro, depois transferiu-se para o gerente e o apontador e só mais tarde, a partir da organização da cúpula do jogo no Rio, no final dos 70, é que o tipo passou a re-enfatizar exclusivamente o banqueiro. O tipo foi perdendo alguns atributos da malandragem, que possuiu até os anos 40, para incorporar crescentemente, principalmente nos anos 50, os atributos de homem poderoso, violento e perigoso, que se tornará dominante nos anos 70. A representação do bicheiro como poderoso e organizado o afastava da representação do marginal. O enriquecimento dos banqueiros e a organização da cúpula, sua preeminência nas principais escolas de samba da cidade e sua circulação entre políticos e personalidades esportivas e artísticas nos anos setenta e oitenta o aproximarão do moderno tipo « mafioso » norte-americano, que também mantem vários negócios e empreendimentos legais. O tipo social vem esmaecendo desde o início dos anos 90, apesar do reforço negativo que lhe trouxe a prisão, em 1994, dos seus principais representantes na cidade.

O « marginal »

Quando Cartola distinguiu o malandro do bandido, por volta dos anos 70, ele já repetia uma diferença que se desenvolveu principalmente a partir dos anos 50, difundida pela imprensa. O « marginal » não é, de início, um rótulo local, partido das comunidades faveladas, mas um rótulo externo, do « asfalto », indistintamente aplicado também ao malandro. No entanto, alguma coisa « nova » parece pressentida pela imprensa no início dos anos cinquenta, que Silvio Terra não diferenciou em seu artigo. A lenta passagem, a partir dos anos 30, do gatuno para o assaltante armado, do malandro e do valente tradicionais para o marginal, da arma branca para a arma de fogo, a ação em grupo substituindo a ação individual, o nervosismo e o revólver substituindo a astúcia e a navalha, atinge maior visibilidade nos anos 50. Já havia aparecido também um outro rótulo, o de « paraíba », fusionando no imaginário a saga dos cangaceiros, os valores de honra e virilidade das comunidades rurais de onde provinham os migrantes nordestinos, com as estratégias familísticas de desconfiança, defesa e proteção que muitos migrantes nordestinos adotaram, na primeira geração, para lidar com o estilo de

[193] Compare-se, por exemplo, o principal personagem da peça "Boca de Ouro", de Nelson Rodrigues, com o personagem "Tucão" na novela "Bandeira Dois", de Dias Gomes, transmitida em 1972.

vida urbano dos cariocas e com suas formas de recepção social. O crescimento urbano da Baixada Fluminense a partir dos anos 60 condensará o tipo social do marginal, em parte, em ligação com o do « paraíba », embora isso nada tenha a ver ainda com a representação (principalmente em São Paulo) de que a maioria dos marginais sejam paraíbas. No Rio, o marginal sempre foi representado, pelo menos desde os anos 50, quando o rótulo entrou definitivamente na imprensa, como principalmente negro ou mulato, cachaceiro e maconheiro, organizado em grupos, bandos ou quadrilhas de três a dez parceiros, alguns dos quais adolescentes (o « pivete », do francês 'pivet', denominação que pode ser rasteada ao início do século), com um chefe cujo apelido dá nome « externo » (para a imprensa e a polícia) ao grupo. Apenas mais tarde, essa nomeação será incorporada pelos próprios quadrilheiros como símbolo de prestígio e força, o que antes só ocorria com os grupos mais temidos ou respeitados (como a quadrilha de Mauro Guerra, na Mangueira dos anos 53-55). Essas passagens e diferenciações entre tipos acompanham a primeira década da redemocratização do país após o Estado Novo, o incremento da industrialização, da construção civil e da urbanização da cidade e comparecem nos números de indiciados pelo judiciário, de presos pela polícia de vigilância, de registros de óbitos dos órgãos médico-legais. Comparecem também na imprensa, como se pode verificar na seguinte manchete jornalística:

> « Blitz policial cercou a favela do Esqueleto - Efetuadas 600 prisões - Enorme quantidade de facas, punhais, revólveres e garruchas foi apreendida pelas autoridades » (O Dia, 11 de dezembro de 1958).

A questão que mobilizou os contra-argumentos de Sílvio Terra era a da crescente « periculosidade » e « crescente organização » dos bandidos cariocas, levantada pela imprensa e pela polícia, e que se difundia nas representações sociais.[194] Mas a tradição do banditismo urbano do Rio não parece ter sido jamais comparada, antes, como fez Terra, ao padrão norte-americano de gangues ou ao padrão siciliano da máfia, senão a partir dos anos cinquenta, quando aumentam os registros de assaltos à mão armada e de formação de quadrilhas. Em junho de 1960, em manchete principal, o jornal « O Dia » noticiava:

[194] Ver, por exemplo, o aumento de referências, crônicas e editoriais em jornais tradicionais e o incremento de uma imprensa crescentemente « especializada » em noticiário criminal a partir dos anos 50.

« O Rio de Janeiro se transforma em cidade do crime. O gangsterismo que deu triste celebridade a Chicago, começa a exibir-se nesta outrora pacífica metrópole - o Governo tem o grave dever de dotar a Polícia de meios suficientes para defender a população . Diante da pressão da opinião pública impressionada com a onda de crimes que vem alarmando a população da cidade, as autoridades estão cogitando de lançar uma campanha enérgica de prevenção e repressão . O povo não quer mais promessas, o que se exige é ação . A população nao pode continuar à mercê dos criminosos , que veem no Rio o paraíso para as suas atividades ».

A imprensa passa a falar, no final dos anos cinquenta, em « sindicatos do crime » para designar quadrilhas de pistoleiros de aluguel que serviam à luta entre bicheiros pelo controle de pontos e territórios no Rio e em Caxias. O que compunha, então, no imaginário popular, a tradição perdida do banditismo urbano carioca anterior aos anos cinquenta? Sobre o que se poderia imaginar alguma descontinuidade entre a primeira metade do século e o que começava a produzir sensação na polícia e na imprensa dos anos cinquenta? Qual a razão de Terra enfatizar a inexistência de um novo problema criminal, assimilando-o à continuidade da malandragem « de ínfima categoria social » e à infância desvalida, isto é, à mesma linha normalizadora que vinha do início do século, quando a imprensa e a representação social já passavam a investir em categorias fortes de acusação social como « gangsterismo », « crime organizado » e « quadrilhas de marginais »? Os jornalistas Adriano Barbosa e José Monteiro, escrevendo já em 1980, referem-se assim à criminalidade do final dos anos cinquenta :

> « No ano de 1958, o Rio vivia dias muito difíceis em termos de segurança pública. Homens perigosos, numa até então desconhecida ousadia, assaltavam, roubavam, matavam e ainda enfrentavam a polícia. As autoridades admitiam até mesmo que a criminalidade se organizara em bandos ou quadrilhas, tal a desenvoltura e eficiência com que levavam a termo seus objetivos » (Barbosa e Monteiro, 1980).

A definição jurídica do que sejam bandos ou quadrilhas tende a distingui-los principalmente pela dicotomia rural-urbano (Araújo, 1977). Mas a assimilação da quadrilha, cuja nomeação jurídica já se encontrava no Código Penal desde 1890, à « gangue » e ao « crime organizado » é muito mais recente, e aparece com mais

intensidade no final dos anos 50.[195] O emprego desses atributos é feito a partir da comparação entre grupos de pistoleiros ligados ao jogo do bicho e de quadrilhas de assaltantes armados, com a recepção dos filmes norte-americanos sobre Scarface, Al Capone e à criminalidade cinematográfica de Chicago e New York nas décadas anteriores. A alcunha, pela imprensa, de « sindicato do crime » a um desses grupos, em 1960, é contemporânea do sucesso do filme de nome semelhante, dirigido por Elia Kazan, distribuido no Rio de Janeiro naquele ano. O mesmo Adriano Barbosa, em outro livro, descreve assim a criminalidade no final dos anos 60 :

> « Assaltos a bancos, roubo de carros, tráfico de tóxicos e assassinatos de motoristas da bandeira dois. A cidade abandonada à mercê dos marginais. O Rio estava quase na temperatura de Chicago na década de trinta. O crime organizado surpreendia e superava a ação repressiva » (Barbosa, 1971).

A temática da criminalidade sofre uma nítida inflexão nos anos cinquenta, mas sua expressão estética e cultural, à esquerda, recupera a tradição positivamente apreciada dos malandros e valentes. Em 1958, o teatrólogo G. Guarnieri lança a peça « Gimba, Presidente dos Valentes » (Guarnieri, 1967), no interior de um projeto cultural da UNE de valorizar a cultura popular e suas formas de resistência à tradicional normalização repressiva das favelas. A permanência da expressão « valente », nos morros, para designar segmentos do tipo que a imprensa e a representação social já chamavam de « marginal » é aproveitada por Guarnieri para contrastar os estereótipos do asfalto com o cotidiano da favela. Gimba, um negro recém-saído da cadeia, volta ao morro, mas a tensão em torno de uma nova batida policial que o pudesse novamente prender tece a trama e os diálogos, em tom neorealista, que definem a situação de onde o principal personagem sai enaltecido como um herói injustiçado.

Em 1959, no romance premiado « Menino João », Santos Moraes descreve a trajetória de um menino de morro carioca que passa da malandragem e da valentia tradicional para a experiência traumatizante do reformatório (o célebre S.A.M.) e finalmente para a organização de uma quadrilha, para o crime violento e a morte (Moraes, 1959). No cinema, filmes como « Mãos Sangrentas », de Carlos Hugo Christensen (1956) e « O Assalto ao Trem Pagador » (1961), de Roberto Farias, levam aos expectadores um tipo de banditismo especificamente violento, sem precedência nas produções nacionais.

---

[195] As « quadrilhas » descritas por Gusmão em 1914 são, principalmente, associações para a prática do

Em 1968, o ex-delegado e então juiz criminal Waldyr de Abreu comenta, no livro « O submundo da prostituição, vadiagem e jogo do bicho », a diferença « esboçada na linguagem vulgar » entre vadio, vagabundo e malandro, que « traria vantagens no campo jurídico e criminológico » :

> « Aceitando a diferenciação esboçada na linguagem vulgar, traria vantagens no campo jurídico e criminológico, dar-se maior precisão aos conceitos de vadio, vagabundo e malandro. Vadio como gênero e vagabundo e malandro suas espécies. O vadio definido em todo o art. 59 da Lei de Contravenções Penais. O vagabundo na primeira parte do dispositivo e o malandro na final. O vagabundo se avizinha do mendigo, trapo humano, indolente, retraído, vivendo que encontra no lixo ou lhe esteja ao alcance da mão, sem prevenção contra o trabalho, apenas sem ânimo para a ele se entregar. A aversão absoluta [*ao trabalho*] só se encontra no consumado vagabundo, por devoção ao que chama liberdade. O malandro é bem mais perigoso. Não esmola e não parece indigente (...) É ativo, bem vestido e alimentadop, tem dinheiro no bolso, é atrevido e considera o trabalho comum infamante. É o « apache » francês, bem descrito por Locard, ou o nosso capoeira de outros tempos, como o retratou Paulo Várzea (...) A aversão ao trabalho é comum em todos os denominados *criminosos profissionais* – ladrões, vigaristas, bicheiros, rufiões, contrabandistas, traficantes de entorpecentes e outros. Alguns se aplicam a extremas especializações. Estas dão um certo estilo do *modus vivendi* do crime... » (Abreu, 1968 ; 2a. edição, 1984 : 165).

Do marginal ao vagabundo

Os últimos marginais foram os assaltantes que, na virada dos 60 para os 70, em paralelo, mas também sob o efeito-demonstração da eficácia da guerrilha urbana nos assaltos a banco, passaram a adotar também essa modalidade de assalto. Ao contrário do que afirmam diversos autores, já existiam assaltos a bancos antes da empreitada guerrilheira do final dos anos sessenta. Eram, é verdade, esporádicos, mas indicavam já um tendência, que evidentemente se completou com a reforma do sistema bancário em 1966 e a proliferação de agências, em função da aceleração da economia. Em 1958, ocorreram três assaltos a banco no Rio de Janeiro e pelo menos um, a uma agência de Olaria, foi comandado por um típico « marginal » da época, que a imprensa inicialmente

furto e da receptação. Cf. Gusmão, 1914, pp.

denominou de « Jorge Negrinho », preso em Bento Ribeiro (O Dia, 6/12/1958), mas cujo verdadeiro apelido, « Jorge da Donga », ficou conhecido vinte anos depois, quando participou da criação da Falange Vermelha. As quadrilhas de « marginais » como Fernando C.O. e Lucio Flávio Lirio, especializadas no roubo de carros e egressos da classe média baixa suburbana, ou as de Nanai Apolinário, Saldanha e « Caçarola », de Japonês e Paulo Grande, especializadas no roubo a bancos e egressos da Baixada ou dos Conjuntos da CEHAB, atuaram principalmente entre 1969 e 1975 e foram incursas na mesma Lei de Segurança Nacional aplicada à esquerda armada. Nas penitenciárias, eles se distinguem dos marginais sob o rótulo interno de « os lei de segurança ». Estão numa posição intermediária entre o marginal dos anos 50/60, de extração social favelada, e o guerrilheiro « terrorista » dos anos 70, oriundo da classe média, uma posição que vai obtendo, dentro das penitenciárias, o respeito receoso dos antigos marginais e um misto de curiosidade, medo e desprezo por parte dos guerrilheiros.

A partir de 1969, no período mais repressivo do regime militar, desenvolve-se um tipo de literatura policial, de grande vendagem, escrita principalmente por ex-jornalistas, que reúne ficção e romance documentário. O romance « Esquadrão da Morte », de Amado Ribeiro e Pinheiro Jr., dois dos mais importantes jornalistas policiais do Rio de Janeiro na década de cinquenta, publicado em 1969, marca o início dessa corrente. Reconstrói, com os personagens policiais reais (e com um *marginal* que, segundo os autores, « *não é ficção pura* », o negro « Minuano ») o ambiente social e policial do final dos anos cinquenta, início dos sessenta, que deu origem à alcunha que se celebrizou, em todo o mundo, para designar grupos de policiais orientados para matar bandidos. « Lúcio Flávio, o passageiro da agonia », de José Louzeiro e « Infância dos Mortos », do mesmo Louzeiro, transformam-se em filmes de grande recepção popular e sucesso da crítica. Livros como « A República dos Assassinos », de Aguinaldo Silva, revelam, no estilo do romance documentário, a atuação dos esquadrões da morte no Rio de Janeiro do início dos 70. O tema dos esquadrões renderá centenas de reportagens na imprensa e vários livros-reportagem de Adriano Barbosa em defesa dos policiais acusados de ligações com o esquadrão. O primeiro, de 1971, com prefácio de Nelson Rodrigues, intitulava-se « Esquadrão da Morte, um mal necessário? ». O segundo, também de 1971, uma biografia do ex-policial Mariel Mariscott, intitulava-se « Mariel, um Ringo a sangue frio », cuja narrativa começa em Pedro Juan Caballero, cidade já famosa na rota internacional da cocaína. Em 1980, esse jornalista lançou, em co-autoria com José Monteiro, « Do esquadrão ao mão branca », que consistia na biografia

apologética de 65 policiais ligados à Scuderie Le Cocq. A temática do banditismo urbano e de sua repressão policial violenta sai definitivamente dos jornais populares e sensacionalistas, onde estivera contida até os anos 60, para as publicações lidas pelas elites. Jornais que jamais destacaram a criminalidade comum, como o « Jornal do Brasil », passam a contratar repórteres especializados e a aumentar a editoria de polícia.

A tradicional violência da polícia carioca começa a atravessar etapas de acumulação que competem com as do banditismo urbano: o esquadrão criado por Kruel em 1958, o aparecimento de novos esquadrões no início dos anos 60, a criação dos « Homens de Ouro » em 1964 e da « Scuderie Le Cocq » em 1962, a matança de bandidos em Caxias e no Rio em 1963, documentada por Santos Lemos no livro « Sangue no 311 », de 1967, os rótulos jornalísticos aplicados às chacinas de bandidos, atribuídas ao «Mão Branca » e a outras alcunhas macabras (« Rosa Vermelha », « Lírio Branco », etc), entre 1964 e 1971, a proliferação da « polícia mineira » na Baixada, na década de 70, documentada por Percival de Souza (Souza, 1980), são as principais referências.

A representação da violência como ligada ao tráfico de droga ainda é pequena, mesmo em 1980, mas a dimensão da violência de bandidos, policiais e ex-policiais já se encontra em outro patamar, absolutamente inédito na cidade. Antes de ser associada ao tráfico da cocaína, a representação de um aumento incontrolável da violência urbana no Rio (e mesmo em outras grandes cidades brasileiras) já está consolidada em meados dos anos 70, exatamente quando a guerrilha urbana está completamente derrotada. A violência é representada, por um lado, pela progressão de assaltos a bancos, a residências, de furtos e roubos de automóveis, pela atuação dos « pivetes » nas ruas, pelas rebeliões e mortes nos presídios e pelos sequestros e extorsões a comerciantes e empresários. Mas é também diretamente associada à atuação dos grupos de extermínio, aos esquadrões da morte e à « polícia mineira » na Baixada fluminense, no Rio de Janeiro e em São Paulo.[196]

Em 1972, o delegado de polícia Carlos Monclaro, do Rio de Janeiro, apresenta uma comunicação ao V Encontro Nacional dos Delegados de Polícia, realizado em Goiânia, em que afirma que, no caso do assalto à mão armada, « o tradicionalismo tomou novas feições, mudou de roupagem, adaptou-se » :

> « Os habitantes da Baixada, na época da grande corrida migratória, tinham laços frouxos, eram desprovidos de

[196] Sobre os grupos de extermínio na Baixada fluminense, ver Sousa (1997) e Alves (1998).

> coesão social, não havendo identidade subjetiva entre eles, desleixando-se por conseguinte os hábitos e costumes, e, talvez, seja essa uma das mais importantes razões para que em futuro aparecesse o surto de crimes que hoje presenciamos em toda a região do Grande Rio (...) É sobejamente sabido que até os nossos dias existe um comércio ilegal que polula por todos os cantos da Baixada, feito por pessoas, as vezes, delinquentes: a venda de laranjas, de caranguejos dos lodaçais próximos ; de pentes, balas, colares, dentro dos trens da Central do Brasil. É nesse ambiente de angústia e pobreza, de frustração, de dificuldades, que vai medrar o marginal, o futuro hediondo e destemido maconheiro, o perverso assaltante que transborda com um só gesto de revolta a taça do ódio e do desespero social contra todos aqueles que detem uma pequena parcela de patrimônio estável, adquirido com o suor de seu trabalho fecundo » (Monclaro, 1973 : 56).

Com o crescimento das « bocas-de-fumo » nas favelas e nos novos conjuntos habitacionais da CEHAB, a partir de meados dos anos 60, o « valente » praticamente desaparece junto com o « marginal », ambos tornam-se rótulos residuais, mas seus tipos sociais são crescentemente metamorfoseados em novos tipos, que sintetizam sintomaticamente os significados dos tipos anteriores, acrescentando-lhe novas doses (que serão progressivamente crescentes) de organização e de violência: são os « vagabundo », rótulo que se aplica indiferentemente ao traficante, ao assaltante, ao pivete, ao sequestrador. Esse novo tipo social, curiosamente, é designado por um atributo muito antigo, mas ressignificado: é um rótulo usado indiferentemente nas comunidades pobres, pelos próprios bandidos e pela polícia, como equivalente a « bandido », mas raramente pela imprensa e pela representação social. Essas preferem o rótulo « traficante » ou simplesmente « bandido ». O rótulo de « marginal » cai, aos poucos, em desuso, e a partir do início da década de 80 praticamente desaparece, sintomaticamente na mesma época em que as teorias sociológicas da marginalidade estão também começando a entrar em declínio. O romance « Boca de Sapo », de Wanilton C. Affonso, lançado em 1983, já incorpora o termo em seu novo significado, como também incorpora uma crueldade nos principais personagens que os distingue da violência pregressa dos « marginais ». O filme « A Rainha Diaba », da mesma época, choca as platéias com seus banhos de sangue, mas, curiosamente, reinventa no personagem principal uma *fusion* do célebre malandro « Madame Satã », com o marginal de morro dos anos 60, do bicheiro dos anos 70 e do traficante que começa a

ganhar visibilidade no início dos anos 80. De certa maneira, é uma tentativa de expressão estética do que é representado como o novo tipo social em emergência, o « vagabundo ». É uma composição que impressiona pela verosimelhança e pela extrema crueldade com que o novo tipo é representado. Uma crueldade que parecia, uma década antes, confinada apenas às penitenciárias.

Quem são os « vagabundos»? São principalmente, mas não só, os participantes do « movimento », nome dado ao mercado de venda a varejo de drogas e à generalização de redes de bocas de fumo e de quadrilhas nas favelas e conjuntos da cidade, que se deu a partir de meados da década de 70. O termo aplica-se tanto ao gerente, como aos vendedores diretos, e pode ter um significado « neutro » ou « pejorativo », quando quer se referir aos que trabalham no « movimento » e também assaltam ou empregam a violência desnecessariamente. Assim como ocorreu com o malandro, diferencia-se o « vagabundo legal » do « vagabundo bandido ». De certa maneira, como veremos adiante, o rótulo de « vagabundo », aplicado indiferentemente a traficantes ou assaltantes, ou até mesmo pelo próprio rotulado em relação aos parceiros, perde parte do significado pejorativo original de « vadio » para incorporar segmentos de sentido antes pertencentes aos rótulos de malandro, valente, marginal e bandido. Mais do que isso: as diferenças entre malandro e valente e entre ambos e marginal se apagam, condensadas num rótulo que também as ultrapassa, pois que assume ampliadamente a « normalidade » do banditismo. Como me disse um ex-traficante, em 1995, « ‘vagabundo’ agora ficou normal ».

2. *Broto* e o « trama » : uma trajetória de vida

Aos tipos sociais, correspondem estilos de vida, « ethos » que os ultrapassam: a « malandragem » ultrapassa o tipo histórico do « malandro », a « marginalidade », o tipo histórico do « marginal », a « bandidagem », o tipo atual do « vagabundo ». Dessa forma, os atributos positivos do malandro se conservam e se ampliam na « malandragem », mesmo nos tipos que historicamente se lhes opunham. O bandido pode agora ser também malandro, num sentido relativamente positivo, e o tipo atual do « vagabundo » realiza (ou busca realizar), de certa forma, essa condensação. Ser malandro, uma das designações do bandido no início do século, transformou-se, com o tempo, numa « neutralização » do « ser bandido ».

Sempre houve, na representação social das áreas pobres da cidade, bandidos « bons » e bandidos « maus », « sangue bom » e « sangue ruim ». Essa classificação dicotômica do banditismo urbano carioca acompanha a definição dos três tipos bem como a sua fusão posterior no « vagabundo ». É preciso estender a análise da ampliação da subcultura da sujeição criminal aos tipos, de modo a obter as principais linhas de demarcação da acusação social e da incriminação nas populações e áreas onde emergem as demandas informais de legitimação nas diferentes épocas.

Encontrei em Broto, a quem fui apresentado em 1995, uma trajetória de vida que atravessa e reúne os três tipos: o malandro, o marginal e o vagabundo. O malandro atenua o marginal, o vagabundo incorpora o malandro, resta o antigo bandido, que hoje se apresenta como trabalhador e sambista. Mas antes de bandido, o operário. Depois de bandido, o trabalhador. Novamente bandido, novamente trabalhador. Em Broto, como em muitos outros entrevistados meus, a oposição prevalecente na representação social entre « trabalhador » e « bandido » se complexifica. A oposição funciona quando se trata de distinguir tipos sociais, mas não serve sempre para ser aplicada a indivíduos ou a sua trajetória de vida. A trama que separa e reúne os tipos sociais começou com um trauma, o drama que deu início à fama de Broto.

Em fevereiro de 1960, a « Luta Democrática » estampa na manchete da primeira página: «Fortifica a favela do Esqueleto. Quadrilha de "Broto" recebem a bala os desconhecidos ». A notícia dá conta do seguinte :

> « Prevendo um encontro com a polícia, a quadrilha ocupou pontos estratégicos e deu ordem para fuzilar qualquer elemento suspeito ».

Na edição do dia seguinte, a manchete :

> « Em seu reduto na favela do Esqueleto, o bandido fala ao jornalista. Marcado para morrer, Broto acerta encontra com a reportagem da « Luta ». Confessa seus crimes, porém não quer pagar pelos crimes de outros. Na favela, até criança compra maconha. Disposto a entregar-se, mas só depois de brincar o Carnaval ».

Como era comum naquela época, Broto era chamado pela reportagem ora como « malandro », ora como « marginal ». A transição entre uma e outra época cabia perfeitamente ao personagem. Broto tinha sido bandido conhecido no final dos anos cinquenta, com direito a matérias de primeira página na imprensa popular. Preso em fins de 1960, amargou dezenove anos de sentença, totalmente cumprida em vários presídios,

principalmente na Ilha Grande. Conheceu várias gerações de bandidos cariocas até ser solto da Ilha Grande e, sem alternativa de emprego legal, como me revelou, retornou à vida do crime, mas por pouco tempo. Desvencilhou-se da « recaída » e hoje tem emprego formal, além de ser um dos membros da ala de compositores de uma escola de samba de seu bairro.

Orgulhoso de suas aventuras, ele me recebe em seu modesto quarto, fumando um « baseado » e me cantando um de seus pagodes. Conversamos uma tarde inteira sobre sua vida, as pessoas que conheceu e suas opiniões. Voltamos a nos encontrar mais duas vezes, uma delas no almoço na Cinelândia que comentei no início desse capítulo. Aos 62 anos, Broto cultiva ainda o tipo « malandro », recorrendo à ginga e ao uso de um sem número de expressões de gíria, atuais e do passado, como se não houvesse qualquer descontinuidade entre essas épocas. Broto pareceu-me o que poderia ser uma figura típica da hipótese da tradição e da continuidade entre duas épocas muito distintas: os anos cinquenta e os primeiros anos dos oitenta. Sua presença e suas músicas assemelham-se ao estilo do cantor Bezerra da Silva, um migrante nordestino dos anos quarenta, de grande sucesso popular nas últimas décadas, e que deu continuidade ao estilo malandro-carioca tradicional de Moreira da Silva, o famoso cantor cuja carreira começou ainda nos anos trinta. Num de seus sambas de breque, Moreira da Silva define o que percebi ser o « ideal de ego» de Broto:

« malandro que é malandro não perde o controle ».

.

Encontrei Broto pela primeira vez na casa de sua mãe, em Vila Kennedy, onde mora com a mulher e filhos. Seu filho mais velho, criado até os 14 anos na Funabem, foi quem me levou até lá. No quarto dos fundos que é o seu, entramos eu, seu filho (que hoje dirige uma importante entidade social do Rio de Janeiro) e minha assistente de pesquisa, que já o conhecia. O quarto, pequeno e simples, é dominado por uma cama de casal, uma mesinha e paredes repletas de recortes e fotos de jornal de outros tempos. Broto nos recebeu com excelente humor e nos instalamos no quarto. Ele e eu sentados na sua cama larga, seu filho e a assistente em banquetas próximas. Perguntei se podia gravar uma entrevista com ele e, com sua concordância, coloquei o pequeno gravador na cama, entre nós dois. Ao ligar o aparelho, e antes que desatássemos a conversa, ele começou a cantar:

« Vou contar pra você o que aconteceu lá na minha jogada (bis)
Um malandro esperto botava em cana a rapaziada
O careta era considerado da linha de frente
andava trepado com marra de cão, e do movimento ele era o gerente.
Ele era o gerente, mas acontece que o braço direito do grande chefão
Gostava de bater papo, cumpádi, com a turma do camburão!
Bastava um troco pra ter a lei na mão,
A mesma lei que lhe levou para a prisão.
No DPO, o sargento sabendo da situação
Mandou prender o pilantra pra ficar tudo legal
Caguete que é bom, caguete
Cagueta malandro e polícia também.

Perguntei quem « era » o malandro da composição e ele me respondeu sorrindo : « malandro é o vagabundo, entendeu ? » Ele me explicou a letra da música, que é de sua autoria, e em seguida me mostrou fotos em que ele aparece junto com antigos integrantes da Ala de Compositores da Mangueira, recortes de jornal com notícias de compositores seus conhecidos e me falou da entrevista que concedeu à « Luta Democrática », em 1960. Parecia orgulhoso de falar de sua vida. Em seguida, cantou outras músicas suas e a entrevista começou. Conversamos mais de três horas, numa tarde quente de verão, e combinamos de nos encontrar outra vez, no centro da cidade.

Neste segundo encontro, resolvemos almoçar no « Amarelinho », na Cinelândia. Dividimos um churrasco com fritas enquanto conversávamos, e desta vez não levei gravador. Logo um conhecido seu aproximou-se, cumprimentou-o efusivamente pelo nome e, convidado a sentar conosco, tomou uma cadeira e participou do final da conversa. Broto me apresentou como um « professor que está escrevendo sobre a minha vida ». Esse seu conhecido, então, tirou um exemplar da revista « O Cruzeiro », que trazia sob os braços, com a manchete sobre a rebelião dos presidiários da Lemos de Brito, em 1961, liderada por « Mineirinho », na capa da revista. Naturalmente, a conversa voltou-se para aquela época e esse seu velho conhecido, ainda morador da Mangueira, contou-me da fama de Broto naquele tempo, de sua valentia, e do respeito que todos lhe tinham. Lembrou outros bandidos da época, vários ainda vivos e moradores da Mangueira. Criticou a «rapaziada » de hoje em dia, que « não respeita mais ninguém ». Terminado o almoço, despedimo-nos, combinando que, caso fosse necessário, eu voltaria a lhes contatar.

Broto nasceu na rua Visconde de Niterói, 500 - Morro da Mangueira - , em 1937, filho de Abigail, doméstica e lavadeira, e de Vicente, baiano, ex-funcionário da Marinha. Seu pai era conhecido no morro como « mulato de ferro », e bancava o jogo no Largo do Caraca. Broto estudou até os onze anos na Escola Olímpia do Couto, na rua Oito de Dezembro esquina com Rua São Francisco Xavier. Quando tinha entre dez e onze anos, seu pai trocou tiros e foi ferido a bala, numa discussão num jogo de ronda, por Mauro Guerra, chefe de uma famosa quadrilha de assaltantes da Mangueira[197]. Aos onze, doze anos, a família se transfere para a favela do Esqueleto, no Maracanã, onde montam uma casa e onde Broto viverá até os quatorze anos. Com esta idade, começa a trabalhar na Indústria de Calçados M. Rocha, onde ficará até os dezessete anos, com um salário de 1200 cruzeiros. Ainda garoto, aos oito, nove anos, conheceu vários « valentes »: Renato, Valti Policário, Itamar, Chico Preto, Orlando Pretinho, Leleda, Mancha (já chamados de « marginais » pela imprensa). Aprendeu capoeira com Juvenil, preto afro e dez anos mais velho que ele, então morador do Esqueleto e ainda vivo, hoje com mais de setenta anos. Aos dez anos conhece o pessoal da « boca de fumo » da Mangueira. A dona, já há muito tempo, era Dona Wilma e o seu irmão, João Criança, com quem ele compra a mercadoria. Trabalha, nos anos seguintes, como outros meninos, como « olheiro » do jogo do bicho.

Em 1955, quando tinha dezessete anos, é preso pela primeira vez e levado para a cadeia da Rua da Relação, embora fosse menor de idade. Transferido para o SAM, é solto pouco tempo depois. Forma, então, e chefia, uma quadrilha com Manoel Quarenta e Cinco, Galo Cego, Jair, Gordo e Valdemarzinho do Tuiuti. Em 1958 ele passa a controlar o « movimento »[198] no Esqueleto, junto com « Manezinho », tomando o lugar de « Cremão », o antigo dono. Em 13 de dezembro de 1959 é preso (« preso não, capturado, que eu já tava fugido e fui recapturado ») com toda a quadrilha, exceto Valdemarzinho, pela PM e levado para a 26a. DP, no Méier, mas foge quando estava

[197] Há várias referencias na literatura secundária e na imprensa da época à quadrilha de Mauro Guerra. Em seu livro « Barra Pesada », Otávio Ribeiro transcreve entrevista com um bandido da época. Diz ele: « Mauro Guerra foi uma fera em Mangueira, meu trato. (...) No final de 1953, montou uma quadrilha com os « irmãos » Balico, Gazinho, Mimi, Misael, Cutu e Batatinha. Meteu bronca nos assaltos, apavorou a população. Perpétuo resolveu prender o bando. A caçada durou uns seis meses. A turma não dava refresco, atirava pra matar. » (p. 255). Segundo Broto, que o conheceu e a vários integrantes da quadrilha (Balico era afilhado de Seu Vicente), « eles eram uma quadrilha mesmo...que era respeito mesmo, eles usavam uma boina que era preta e vermelha, e as mulher deles usavam uma boina rosa ». Mauro Guerra foi preso por Perpétuo e, depois de cumprir a pena, foi trabalhar como segurança do bicheiro Castor de Andrade. Voltaremos a Mauro Guerra mais à frente.

[198] Foi com este termo que ele designou a « boca-de-fumo » da época, mas não soube dizer se a expressão já era usada então com o mesmo sentido de hoje.

sendo transferido para a Delegacia de Vigilância. Após uma passagem por Barra Mansa, onde liquida um contato antes que esse o matasse, retorna à Mangueira, onde é recapturado no dia 22 de setembro de 1961. Encaminhado para a Penitenciária Lemos de Brito, participa da rebelião de presos em dezembro de 1961, liderada por « Mineirinho ». Depois, é transferido para a Colônia Penal da Ilha Grande, onde cumprirá toda a sua pena, saindo apenas no final de 1979. Na Ilha Grande trabalha como colono e, depois, como pescador, ganhando pontos por bom comportamento. Mantêm contato apenas social com os outros presos, sem maiores envolvimentos em planos de fuga ou atividades criminais nas galerias. Sabe dos presos políticos, mas não os conhece pessoalmente. São de mundos diferentes, uniformizados pela lei.

Livre, sem trabalho e sem documentos, pede emprego para um antigo amigo, um « ladrãozinho de bala », quando criança, Paulo Roleta, que ele chama de « irmão de criação », pois foram criados juntos no Esqueleto, e que agora era « dono » de movimento no Borel. Paulo, migrante nordestino, fôra « candango », tinha ajudado a construir Brasília como pedreiro, metera-se em alguns negócios por lá e voltara ao Rio com algum dinheiro. Ligou-se a uma quadrilha no Borel que controlava o movimento no início dos 70 e acabou tornando-se o « dono », pois « os caras se acovardaram lá numa guerra ». Com o novo emprego, Broto passa a ganhar, segundo conta, 120 mil por dia, quando, segundo ele, « um operário ganhava 8 mil ».[199] Paulo possuía também um sítio no Estado do Rio, duas casas em Realengo, uma na praia de Mauá e um puteiro em Itatiaia, embora ainda morasse no Borel. Anos depois, um bandido chamado Chicão (que Broto conheceu na Ilha Grande) o desalojou a tiros do morro do Borel e tornou-se o novo « dono ». Broto lutou contra ele e retomou o morro para Paulo, mas lhe recomendou que abandonasse o movimento, pois « já não precisava disso ». O Borel passou para o controle de Isaías, com a ajuda de Broto. Este se afastou por conta própria, deixando a Isaías o controle que aparentemente ele mantêm até agora.

Broto não ficou muito tempo nem com Paulo, nem com Isaías. Foi trabalhar, no início dos 80, para um português, responsável por uma obra na Av. Brasil, que estava sendo extorquido por uma quadrilha de rapazes. Ganhou carteira assinada de « vigia » e manteve a quadrilha à distância. Resolveu fazer consigo o que sugeriu ao amigo Paulo, afastou-se do « movimento ». Tornou-se compositor e vive hoje, pacificamente, em

[199] Eu não o instei a fazer tal comparação, que foi espontânea. Observei comparações análogas e espontâneas em *todos* os meus entrevistados, o que indica a prevalência do cálculo entre salário formal e « ganho » ilícito na maioria das escolhas criminais.

convivência com as familias de Vila Kennedy, onde todos o conhecem, pertencendo à Ala de Compositores de sua escola de samba. Seu filho conseguiu-lhe um emprego formal no Centro da cidade e ele pode ser encontrado, para um simpático bate-papo, no final de seu expediente.

Analisando-se a narrativa de Broto nas suas entrevistas gravadas, verifica-se que ele não demonstra se sentir culpado nem temeroso, ele « já pagou », como me disse. Parece orgulhoso do seu destino, apesar de continuar pobre; sua relevância principal é seu « nome », ele sobressaiu do anonimato: é ainda respeitado como « valente », como « malandro », « conhecido de todos », como « boa praça » e como músico. Na narrativa, não se vê qualquer descontinuidade significativa entre o período anterior à sua prisao (1960) e o periodo posterior (1980). Quando estimulado a falar, ele apenas se refere ao maior poder de fogo de agora (cita a metralhadora, o fuzil automático) e à existencia de « soldados » no movimento, o que não existia anteriormente. Mas não parece notar nenhuma grande diferença: o dono, a rapaziada, tudo parece seguir um mesmo padrão, *que se acumulou, se especializou, cresceu muito - mas continua fazendo o mesmo sentido de antes.* Concordou com seu amigo, na Cinelândia, quanto à diferença entre a « rapaziada » de hoje e a do seu tempo apenas quanto à « falta de respeito » com os moradores locais, mas acrescentou que isso não ocorre em todas as áreas.

Perguntei-lhe: Broto, como foi que você virou bandido? Ele selecionou, de toda a sua trajetória quando adolescente, o período em que trabalhava na fábrica, em que era operário, para responder à minha questão. Não considerou outros eventos anteriores, *mas as causas da primeira prisão*, quando tinha dezessete anos e foi mandado para o SAM. Havia comprado sapatos novos (tipo « estrelinha », feitos sob encomenda), um relógio e um cordão de ouro que muito prezava quando, subindo a Mangueira, foi cercado e roubado:

> « Trabalhei até os meus dezessete, quando fui abordado por dois elementos no qual eu conhecia um que foi criado comigo dentro da Mangueira. Daí pra lá eu não tirava aquilo do meu pensamento. Muitos diziam: « vai dar queixa », mas *naquela época um caguete, quem era falador morria.* Mas aí não quis denunciá-lo. Então fui guardando aquilo comigo. Até que uma época nós nos encontramos e aí eu tive que decidir a minha parada, aonde nós trocamos uns tiros, *e daí pra cá eu fiquei mal falado*. Fui na fábrica, apanhei meus documentos e pedi retirada e fui

> embora. Então minha mãe: « vai trabalhar, vai trabalhar », e eu: « Eu não mãe, não vou mais trabalhar mais não. *Já comecei então vou ficar* ».

A disjunção entre denúncia ou queixa e delação ou caguetagem aparece para separar da possibilidade legal de reparação a auto-percepção de justiça. Dado que conhece o assaltante, precisa acertar as contas pessoalmente. Enfrenta-o e fica « mal falado ». Demite-se do emprego e « vira bandido »: 'já comecei então vou ficar '. Mas antes tenta uma alternativa, a carreira militar.

Broto ainda não está na idade de servir, em 1954, mas mesmo assim se alista como voluntário na Aeronáutica, terceira zona aérea, no centro da cidade:

> « Eu me alistei na Aeronáutica como voluntário. Mas quando eu cheguei no quartel eu encontrei um cara cheio de estrela lá, e eu cheguei atrasado no quartel e entreguei meus documentos. O coronel falou prá mim e mais uns cinco lá comigo: « olha, é melhor mandar a mãe de vocês vir aqui! » Aí aquilo alí me afetou. Acho que eu tava com *a cabeça mais quente* e não aceitei, e falei: « minha mãe, não! ». Aí ele disse: « não sei aonde que eu tou que eu não mando te prender ». E depois levou nossos papéis lá prá dentro e voltou e me deu um cartão no qual dizia que eu era um soldado da aeronautica. E nós ficamos ali. Aí eu desci o corrimão, falei pro sentinela e pedi pra fazer umas compras ali. Aí o sentinela não quis deixar eu sair, aí eu falei: « pôxa, tá vendo, tu não quer deixar eu sair ». Eu era um cara, um moleque esperto, não era bobo: « você não deixa eu sair, amanhã quando eu tiver aí que você quiser pular, eu meto bala também em você, não deixo ». Aí ele deixou eu sair, eu fui me embora pra casa, peguei e enganei minha mãe, [dizendo] que o homem disse que só iria servir no outro ano. *E nisso fiquei*, aonde depois vim a encontrar o Marujo, Francisquinho, que se tornaram meus amigos; *aí a gente começamos a fazer aquilo que não devia fazer*. Mas eles eram meus amigos... ».

Não gostou do quartel, não gostou que o tratassem daquele modo, « era um cara, um moleque esperto, não era bobo não », sentia-se já um homem, por quê trazer a mãe?, « minha mãe, não! », ameaçou o sentinela e percebeu que não dava pra voltar ali. Diz

pra mãe que só vai servir no ano seguinte e *nisso* ficou. Ficou em quê? Depois, Broto forma a quadrilha com Marujo e Francisquinho e trocam tiros com a quadrilha rival, que o assaltara [Barril, Fonfon e Ivan]. Pergunto-lhe como é que ficou sua vida:

> « A minha vida ficou horrível. Horrível porque eu tive que lutar não só contra ele [o seu assaltante], mas também contra a polícia. Porque eu era operário e tinha medo de ser preso...o medo de ser preso e o medo também dos bandidos que eu tava começando... Então eu entrei na guerra com eles, eu, Marujo, Francisquinho, por obra da natureza outros mataram eles [os seus assaltantes, a quadrilha rival], não precisou nós, né, outros mataram, e *eu fiquei aqui tipo assim um cara procurado vivo ou morto*, derivado da fama dos meus amigos que eu acompanhava. Que mamãe dizia assim: « quem com porco se mistura, farelo fica », né? Então, chegou uma época [1959] que a polícia matou o finado Francisquinho, em cima do telhado e eu consegui ir me embora porque eu sempre tive uma proteção ».

Os eventos se misturam na memória de Broto e na minha compreensão. Durante a conversa, percebo que havia mais coisas entrelaçadas no mesmo período dos dezesseis, dezessete anos, antes dele formar sua primeira quadrilha com Marujo e Francisquinho. Ele esclarece, então, os eventos anteriores aos que acabou de narrar:

> « Antes não era quadrilha, a gente vivia de bicheiro, a gente vivia de bicho. O bicheiro que « aí, fica tomando conta aqui, não deixa ninguém bagunçar aqui... ». Aí ninguém panhava mesmo porque quem panhava mesmo era os polícia e os segurança. Eu também vivi disso, meus amigos. Não de achaque nenhum não, eles gostavam de mim e gostavam do meu procedimento. Por que sabe o que acontece? A minha mãe, ela me trouxe num caminho assim, « pôxa, cara, não mexe em nada de ninguém », vê tudo e não vê nada. Então eu fiquei naquele negócio antigo; andei com amigo que fazia assalto, ele me dava um dinheiro, não vou dizer que não me dava uma parte... »

Para Broto não foi aí que ele começou, o « mito » de origem fica fixado no assalto que sofreu e que desencadeou seu ódio:

> « Eu ainda trabalhava na indústria M. Rocha. Aí eu ganhava 1.200 cruzeiros e dava o dinheiro na mão da minha mãe. A minha mãe tirava aquela mesadinha e me dava aquilo que era pra mim. Naquela época [1953-54] tinha uma sapataria que era a tal, « Sr. Freitas », que com 100, 200 cruzeiros você comprava aqueles sapatos tudo bonitão. E eu andava bonito; o meu trabalho, comida eu não precisava que quem me dava era a minha mãe e o meu pai. Mas eu comprava roupa pra mim. Então nesse época que eu fui assaltado, esses caras me levaram meu cordão de ouro, meu relógio e meus 300 cruzeiros; aí depois cismaram de levar meu sapato. Eu briguei pelo meu sapato, porque eu trabalhei três quinzenas pra comprar o sapato.[...] Eu disse: « meu sapato, não! ». Aí briguei pelo sapato porque por ele eu paguei mil - aquelas notas amarelas. Aí briguei, leva, não leva, leva, não leva, eles puxam daqui, rasgam dali e deram um tiro. Depois me soltaram, porque ali tinha a fábrica de chapéus Mangueira, que era de frente, na rua Oito de dezembro, aí o pessoal tavam trabalhando ali e foi na hora que o pessoal estava indo pro almoço. Aí começaram a gritar « ladrão, ladrão, ladrão » e deram o tiro e correram pro morro. Um deles eu conhecia, foi garoto comigo - onde eu falei que nasci, em Mangueira -. *Aí que eu fiquei com ódio daquele cara, porque ele foi garoto comigo*, ele jamais poderia fazer aquilo comigo, né? Mesmo que o outro quisesse, ele tinha que dizer « não, dispensa o rapaz ». Mas ele não me dispensou. *Foi aonde eu comecei a pensar em correr atrás dele, atrás do meu prejuízo. Porque se eu fosse caguete, eu ia morrer; delator morria.* E se eu fosse e pá... então eu tive que correr atrás *por minha espontânea vontade*. Aonde mamãe ficava chorando, gritando « meu filho, não, não », mas eu...[...] É, comprei uma arma, escondi da minha mãe, sem minha mãe ver. *Aí comecei, depois me enturmei com o cara que era dono do movimento lá e aí eu já tô perdido mesmo...* ».

Abro um parentêses para perguntar pelo movimento das bocas de fumo, de quando ele o conhecia. Transcrevo a resposta incluindo, entre colchetes, minhas intervenções:

> « Eu conheço esses negócios, modestamente falando, desde os dez anos [1947]. A primeira dona aqui na Mangueira foi a Vilma, tia Vilma, antes d'eu nascer. Que eu conheço o que é o negócio da maconha. Que eu via, entendeu, os caras fazendo uso. *Mas aí tinha mais respeito*; como garotinho, eu não podia estar perto, eu tomava um cascudo e saía dali. [Quem dava os cascudos?] Os malandros da antiga. Já dava um cascudo pra sair dali, pra não ver. Então já era *uma época que se você viesse naquele ambiente é que você era mesmo*... [Mas o movimento mesmo só era com o pessoal do morro, não vinha gente de fora comprar...] Não, *vinha, vinha, isso era normal*. Isso não só aqui não, isso já vem desde a época, vamos dizer assim, da época africana. Você sabe que o escravo, pra ele ser posto no tronco, primeiro ele mastigava uma folha que aquela folha era pra... você nunca soube que o escravo gritava?, ele não gritava, ele uivava. Sabe por causa de quê? Porque ele recebia a lambada e aquela folha que justamente ele tinha comido e dessa folha de maconha...hoje em dia nêgo fala a « mal falada » em geral; pra uns não. [Como é que você sabe dessa história?] Não, porque eu sou poeta e eu estudo, entendeu. A história do Brasil é contada, mas não é contada por dentro... »

A origem das bocas é equacionada com a escravidão, com os suplícios, vem de longe, tia Vilma já tinha a boca há muito tempo, antes dele nascer, os compradores vinham de outras partes, « era normal ». Mas havia « mais respeito », as crianças eram afastadas pelos malandros, mas « já era uma época que se você viesse naquele ambiente é porque *você já era mesmo*... ». Já era mesmo *o quê*? A conversa recuou para sua infância, as lembranças mais antigas Pergunto pelos malandros que conheceu, pergunto se ele era ainda muito pequeno:

> « Pequeno! Meus oito, nove anos. Sou de trinta e sete. É, na Mangueira, Leleda, Mancha...É, e conheci vários valentes também, não é só artistas

> não, porque tem artistas e tem valentes! Como Renato, Valti Policário, Itamar, Chico Preto, Orlando Pretinho, esses eram os valentões, e tal. E eu, garoto, tô vendo aquilo. Depois fui pro Esqueleto [em 1945]. Ah, quarenta e cinco, quarenta e cinco, eu ainda me lembro do exército ganhou a guerra, com os expedicionário aonde vinha « a cobra fumou ». E eu garotinho no morro, aí eles vinham marchando cheio de alegria, e jogando aquelas carteiras pra botar maço de cigarro. Eu era garotinho e saía atrás... Eu saía do Buraco Quente e ia acompanhando até perto da Candelária, que o quartel era lá, eles iam passando e jogando aquele negócio pra trás. E a gente apanhando, cartelinha pra botar cigarro e tal, eles ganharam a guerra, « a cobra fumou »...pra você ver! »

Em toda a narrativa, reconheço o valor central da valentia, da honra de « não levar desaforo pra casa », em oposição à figura vil do caguete, do delator, que ele ironiza no samba com que me recebeu em sua casa. Malandro e valente não se opõem, se complementam, esperteza e coragem se metamorfoseiam na identidade, a malandragem quando convêm, a coragem e a força quando não há outro remédio. Há artistas e há valentes. Imerge a minha mente na fusão imaginária de tipos de banditismo tão diferentes quanto os de Lampião, Madame Satã, Mineirinho, Escadinha e Jorge Negão e me dou conta que o que os aproxima, ultrapassando todas as suas diferenças e seus diferentes contextos sociais, é algo como um « carisma », um pequeno carisma popular, que amalgama uma imagem de valentia, a coragem de um guerreiro imaginário e de seus valores, com o seu tipo contrário, o malandro e sua astúcia e molecagem, dois tipos de « superioridade », dois tipos de individualidade afirmativa, dois tipos de *expressividade* de um indivíduo que quer se distinguir do homem comum, mas cuja construção não pode se apoiar nele, mas em outros tipos *com qualidade*, ainda que com qualidade *negativa*: o covarde e o delator, para o valente, e o otário, para o malandro. Essa busca de um ideal de individualidade, de um ideal de *homem*, parece tornar-se obsessiva e ao mesmo tempo muito vulnerável nesse adolescente, no « moleque-homem ». Emerjo do breve delírio para ouvir Broto narrar sua primeira prisão, em 1954:

> « Eu era de menor, mas eu fiquei do lado de maior, eles queriam me desmoralizar! Já viu você ser menor infrator, mas eles botarem você do

lado de maior pra te esculachar? Aí eles já me botaram ali, me mandaram pra Vigilância, me botaram no meio daqueles maior lá, pensando que aqueles maior iam me esculachar. Mas eles não iam me esculachar que eu era moleque-homem, eles iam me matar mas não iam me esculachar. Eu tive primeiro no cubículo de menor. Aí depois eu encontrei um polícia que foi daqui da área da Mangueira. Então ele via minhas sacanagens - « o Broto era valente, na rua dava uns tiro, então vamos ver agora, aqui é que eu quero ver ele ». [...] Então eu morava nesse primeiro cubículo [de menor], aí briguei com um cara por causa da Angela Maria, agora você vê! Por causa da Angela Maria. Que eu tinha uma foto da Ângela Maria só de shortinho, de maiô, diz que ela morou no Jacarezinho, aí eu peguei o pôster e botei na parede. O cara falou que a mina era muquirana, que não sei o quê, aí eu fiquei com raiva, aí falei « ô rapaz, como é que você vai falar que a cantora é...tu não conhece essa aí, essa aí é a Ângela Maria, rapaz ». E a Ângela Maria na época explodia, arrebentava mesmo, aí briguei com ele, bati nele. Aí o polícia, com bronca, veio e me tirou daquele cubículo e disse « pô Broto, agora eu vou te botar lá na direita. Era 'direita' e 'esquerda'; aí me botaram pro lado dos valentes, cumpádi. Aí cheguei. Tô vendo aqueles caras de barba comprida, eu também sou flor que não cheira, eu sou novinho, eu sou brigão também, aprendi um pouco de capoeiragem com Juvenil, hoje ele tá velhinho, andando pela cidade, de vez em quando eu encontro, preto; preto afro. E ele me ensinou alguns lances, algumas defesas, aonde eu parti lá pra cadeia e graças a Deus a minha moral - *porque o homem tem que ter a moral, porque às vezes o cara é homem aqui na rua mas na cadeia é...* Aonde eu consegui, depois da briga, que a gente dormia tudo no chão, aí chegou lá a Polícia Especial - que naquela época era Polícia Especial - era Dornelles, Salvador, tudo chefes de polícia, o Amaury Kruel... Aí chegou a Polícia Especial e aquela de meter o cacete, porque todo mundo é metido a valente mas na hora que chega também, todo mundo vai pro canto... Aí eu todo pequenininho, magrinho, raquítico! Aí um tenente magrinho lá me chamou, « rapaz, vem cá! Qual a tua idade? », « Tenho dezessete », « Tem nada, é o Broto, não sei o quê, tem vinte », e eu « não senhor, tenho dezessete, posso provar », « Tu prova mesmo,

> rapaz? Porra, tira esse garoto daí, esse garoto não pode ficar aqui não, bota esse garoto aqui no corredor », aí chamou um tal de Mozart e falou: « toma conta aí do cubículo senão eu volto e baixo o cacete em vocês ». E pro delegado: « o senhor não pode prender esse garoto aí não, ele é menor », aí chegou minha mãe e justificou que eu era mesmo de menor. *Aí foi que passei a conhecer mais o mundo* ».

Os dezessete anos de Broto não acabam aí, começam aí. Solto do SAM, ele vai trabalhar na Estamparia Esperança, em Vila Isabel, mas ele está tomado por uma obsessão, reitera-se o ritual de pedir demissão e « correr atrás do prejuízo »:

> « Eu trabalhei mais um ano ali, mas sempre com meu pensamento voltado naqueles caras que me assaltou. Foi quando com mais de um ano de casa eu pedi minhas contas, o patrão me deu o meu dinheiro, ainda falou prá mim que se eu quisesse voltar, a casa estava aberta pra mim. Eu pedi as contas porque eu queria correr atrás do meu prejuízo, sabe por quê? Se eu fôsse dormir, eu via o cara, se eu fôsse no banheiro, eu via o cara. Então, eu não perdi aquela, aquela imagem. *O meu trama*. Porque em todos nós, o assaltante, ele deixa um *trama* em você Sabe por causa de quê? Porque você vem pela rua, *despreocupado*, aí o cara pega um revólver, bota na tua cabeça, você se espanta. Tem assaltante que fala pra você: « baixa a cabeça! », você abaixa a cabeça, mas *você já filmou ele*. Então eu tinha aquele *trama*; enquanto eu não resolvia com ele... até que a gente deparamos, que foi que eu disse pra você aonde foi aquele bangue-bangue, ele correu prum lado, eu corri pro outro, e tal, aí ele se ajuntou com a quadrilha dele lá, a quadrilha dele era com força de quatro e eu por enquanto eu era sozinho. Eu sozinho e ao mesmo tempo o Cremão, um cara que era dono da área. E um dia depois com Marildo e Francisquinho onde nós começamos um bangue-bangue com eles lá. *Foi onde começou a minha fama*, nêgo dizia: « porra, Broto, Broto, Broto... ». Então, os distinto conhecia a minha família, porque sabia que a minha familia era honesta, mas dizia pra eles: « o único que não presta na família é o Broto », *que era eu*. *Porque eles me botaram assim*, né? E dali eu vim correndo. Mas quando eles procuravam no morro, eu não

> tava no morro, eu tava lá na cidade, eu tava na boate, eu tava no baixo meretrício, entendeu? Até que um dia eles me acharam. A gente foge, foge, foge, mas um dia, né? ».

Broto virou bandido - ele diz - porque ficou com « *trama* » de uma experiência de assalto, ficou com ódio dos bandidos que o assaltaram, especialmente um, que era seu conhecido. *Trama* é um engano linguístico de Broto para dizer « trauma », mas sugere, pelo recurso explicativo à psicologia, uma forte condensação não-intencional que resume todo o seu mito de origem do « virar bandido »: *trama* é urdidura, trançado, enredo, teia, intriga, conluio, conspiração, negócio, barganha, ladroeira, velhacaria. Ele quis dizer « trauma », choque emocional, ferida aberta no espírito, mas saiu um som parecido com « drama », espetáculo que reproduz uma « trama » que foi, para ele, um verdadeiro « trauma ».

Por quê o assalto foi tão traumático para ele, quando ele mesmo afirmou, negando rodeios, que andava com um amigo que « fazia assalto », que lhe dava um dinheiro, uma parte do assalto? Ele negou na entrevista ao jornal, em 1960, ser assaltante, como reiterou para mim: « eu nunca roubei ninguém, nem vou roubar », mas aceitava receber dinheiro de assalto. A identidade de « ladrão » não lhe convinha, reabria seu « *trama* »: « Em todos nós, o assaltante, ele deixa um *trama* em você. Sabe por quê? Por que você vem pela rua, despreocupado, aí o cara pega um revólver, bota na tua cabeça, você se espanta... mas você já filmou ele. Então eu tinha aquele *trama*, *enquanto eu não*... » O trama é a fusão da ferida do assalto propriamente dito com a necessidade de « correr atrás do prejuízo », uma demanda retributiva de « ir à forra ». Aconselhado a « dar queixa », a incriminar o assaltante, ele recusa essa saída: isso o transformaria em caguete, em delator, « que naquela época morria », uma identidade que também não lhe convinha. Ele queria ser malandro e valente, não ladrão ou caguete. Mas o principal do *trama* é que o assaltante era conhecido seu desde criança, « foi garoto comigo ». E *o trama* aparece inteiro: « Aí eu fiquei com ódio daquele cara, porque ele foi garoto comigo, ele jamais poderia fazer aquilo comigo, né? Mesmo que o outro quisesse, ele tinha que dizer « não, dispensa o rapaz ». Mas ele não me dispensou. Foi aonde eu comecei em pensar em correr atrás dele... ». O trama subordina, numa mesma rede de significados, o trauma do assalto ao trauma da deslealdade, ao rompimento de uma regra fundamental, « ele tinha que dizer « não, dispensa o rapaz », mas ele não me dispensou ».

A mãe de Broto é, constantemente, o contraponto da trajetória que ele segue na narrativa. Ela comparece várias vezes advertindo-o, admoestando-o, lamentando, protegendo-o. Ela representa os valores compartilhados, « vai trabalhar, vai trabalhar », mas oferece também uma carta de navegação: « a minha mãe, ela me trouxe num caminho assim, « pôxa cara, não mexe em nada de ninguém », e vê tudo e não vê nada » ou « quem com porco se mistura, farelo fica ». Não seja ladrão e não seja caguete. O pai comparece como o « mulato de ferro », « ex-funcionário da Marinha », que « não gostava de levar desaforo para casa », « baiano cabra macho, morou?, aquele *não era de meio dia não, aquele era de hora mesmo* ». Um valentão esperto que vivia de jogo, bancado num « ponto » de ronda na Mangueira. Padrinho de « Balico », braço direito do temido Mauro Guerra, foi assim mesmo baleado numa troca de tiros após um desentendimento no jogo de ronda,[200] e restou uma sensação de que era preciso « tomar uma atitude ». Broto se dispõe a tomar a si a satisfação, mas o pai não deixa:

> « Aí o Mauro puxou a 45 junto com a quadrilha dele e trocou com o meu pai, aonde o meu pai foi baleado...eu tava o quê? Eu devia tá com meus onze, dez anos. [...] Aí meu pai foi internado no hospital da marinha que meu pai era funcionário da Marinha. Aí depois meu pai voltou pro morro. Que meu pai era baiano, mas baiano cabra macho, morou? - aquele não era de meio-dia não,

[200] Veja-se a etnografia de um « jogo de ronda », na Mangueira, nos anos 70, feita por Otávio Ribeiro: « O baralho tem 36 cartas, não entram os naipes de dois, sete, nove e dez. *O dono da jogatina sempre é um marginal de respeito, não perde nunca. Desconhecido quase não ganha, só se tiver com muita sorte*. Aí tá arriscado a ser assaltado, desmoralizado lá no alto... Malandro só joga com baralho marcado, aposta sempre na boa, não conhece azar nem sorte. A maior trapaça na ronda é o chamado 18-por-18. O marginal separa 12 cartas. Exemplo: quatro ases, quatro oitos e quatro valetes. Essas são consideradas as 12 cartas quentes. Com uma lixa de unha, desbasta um pouquinho os quatro cantos de cada uma, ficam mais altas no meio. As 24 restantes são chamadas frias e são lixadas nas extremidades da largura de cada, ficam mais estreitas. O malandro não gosta quando o adversário « serra », enfia uma parte das cartas na outra, no momento de embaralhar. O macete fica mais dificil. Se o baralho não for cerrado a trapaça não falha nunca. O baralho é desfiado, as 12 quentes ficam juntas, o malandro entrega as cartas pro parceiro cortar. Se o corte for nas quentes, o carteador pode ganhar uma bolada. Basta o adversário apostar na podre. Exemplo: a « boca » do baralho fica escondida, de cabeça pra baixo: ás e rei, o ás é quente. Os outros ases estão juntos, próximos. Se o parceiro parar no rei, a podre, o cara desafia: « quem é mais barbudo? Com a cara ganha remela, com a bunda ganha manchuba! Quem é mais rei? Ninguém vai mais? »O jogador vira a « boca » pra cima, se a primeira carta não for ás nem rei, vai descartando uma por uma. Se vier primeiro o ás, ele ganha. Se a primeira for rei, o vencedor é o parceiro. Mas como o ás é quente, vem logo um. Aí o malandro já sabe que os outros dois ases estão perto, na frente dos tres reis. Ele esconde a « boca », instiga: « vamos pro mata, quem é mais rei? ». O otário pensa que tem chances de ganhar. Novas apostas, o marginal carteia, vem outro ás, limpa a mesa de barro, desnorteia os otários. Se o parceiro parar na quente, no ás, aí o malandro não aumenta as apostas, carteia logo gritando: « jogador não é surdo, não chamei mais ninguém! Outras trapaças: malandro marca as costas das cartas com pintinha de nanquim » » (BP, 18).

> aquele era de hora mesmo. Aí meu pai quê qui fez? Voltou pro morro também! Aí quando eu tinha uns doze anos, aí eu « pôxa pai quem deu tiro no senhor? », aí ele falava « Meu filho, deixa isso pra lá, deixa pra lá, deixa isso comigo ». Então ele mesmo achava que tinha que tomar uma atitude. Foi quando eu encontrei o Mauro, eu já encontrei o Mauro na cadeia, entendeu? [após 1960]. Eu e Mauro passamos a ser amigo, mas eu não sabia que Mauro tinha baleado meu pai. [...] Aí quando o meu pai veio me visitar aí eu « Pai, olha o Mauro alí! ». Ah, quando o meu pai olhou o Mauro que o Mauro olhou meu pai, já ficou se cagando, aí eu disse « Pô, vem cá: o quê qui tá havendo? ». Aí meu pai falou pra ele: « Pô, qual é, rapá? Eu não ti caguetei não, moleque » [...]. Aí eu falei « pô pai, foi ele que baleou o senhor? », aí meu pai falou « foi, foi ele que me baleou... ». Eu digo: « porra, esse cara é meu amigo, porra Mauro..., porra cara...te procurei...não sabia que era você, te procurei na rua, cumpádi ». [...] Eu disse « tá certo, prá você ver, porra, foi tu que pegou meu pai. Mas a gente não tem bronca tua não. Ele é maneiro, pai ». E dali a gente foi criada aquelas amizades. E dali eu fui logo cercando um canto, ficando logo por ali, aí fiquei com eles o quê? Nem um ano. Dali eu fui pra penitenciária... ».

O homem que não era « de meio dia » não denunciou nem processou Mauro Guerra. Broto se tornou amigo de Mauro na cadeia sem saber que ele é quem tinha baleado seu pai, mas quando soube já havia uma amizade, um reconhecimento mútuo. Não havia deslealdade nem razão para manter mais qualquer trama nesse caso: « ele é maneiro, pai ». Táticas, valores, interesses, vínculos afetivos, tudo parece estar junto, extremamente bem elaborado na experiência social de Broto, o que lhe permite decidir encerrar o caso, em nome do pai. Já não é mais um moleque homem, já é um homem. Broto ficará preso de 1960 a 1979, a maior parte do tempo na Ilha Grande. Mas ele já tinha « virado bandido » desde os dezessete, desde o *trama*. Bandido-pivete, « olheiro do bicho », « dono » de boca, depois operário, novamente bandido-malandro, malandro-valente, marginal-operário, bandido preso, vagabundo-traficante após a prisão, vigia de obras, sambista e agora, finalmente, empregado « terceirizado » num órgão de

assistência social. Conheceu de Gregório Fortunato a Mineirinho, de Mauro Guerra a Lúcio Flávio, de Perpétuo e Le Cocq aos PMs do BOPE que invadiram o Borel, boca que ele abandonou para Chicão e Isaías. Este, o mesmo ainda preso em segurança máxima em Bangu.[201], continua ainda hoje a ser considerado o « dono » do Borel. Broto também conheceu os « lei de segurança », só não conheceu os presos políticos, via-os à distância, apenas ouviu falar deles.

[201] Tentei entrevistar Isaías, mas não obtive autorização.

Capítulo 6

O MOVIMENTO

Mercados ilícitos e violência*

Na ampla revisão que tem caracterizado os estudos recentes sobre a economia informal[202], novas e interessantes perspectivas têm se desenvolvido sobre a economia informal criminal (Reuter, 1986; Gambetta, 1992; Catanzaro, 1992; 1994; Kopp, 1992, 1997; Leclerc, org.,1996). A propósito da América Latina, os estudos sobre as principais formas de violência do mercado informal ilícito ou criminal têm se concentrado sobre as grandes regiões produtoras e/ou distribuidoras de drogas, como a Colômbia e o Peru, em suas articulações com a guerrilha e a « violência generalizada » (Jaramillo, 1992; Pecaut, 1994;1996; Betancourt e García, 1994; Laserna, 1995). No Brasil, cujas grandes metrópoles urbanas têm assistido a um incremento do consumo e da distribuição de cocaína desde meados dos anos 70, a questão do mercado informal de drogas ganhou relevância pelo fato de que lhe é imputada a principal responsabilidade pelo notável aumento da violência nas grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, desde o final dos anos 70 (Zaluar, 1994 ; Misse, 1995).[203]

Proponho-me neste capítulo desenvolver o que considero como duas das principais dimensões da acumulação social da violência no Rio de Janeiro: 1) a acumulação de redes de venda à varejo de mercadorias ilícitas (jogo do bicho, bens roubados e drogas) com base na sujeição criminal acumulada ao longo de décadas nas áreas pobres da cidade; 2) o aumento da oferta de « *mercadorias políticas* » [204], que levou à acumulação de determinadas « ligações », produzidas historicamente, entre diferentes mercados informais ilegais, primeiramente com o jogo do bicho e,

---

* Parte deste capítulo retoma artigo publicado anteriormente (Misse, 1997).

[202] Ver, por exemplo, Benton, Castells e Portes (1989), Mingione (1991), Lautier et alii (1991) e Lautier (1994).

[203] Cf. Misse, 1995. Sobre a bibliografia brasileira sobre criminalidade urbana violenta desde os anos 80, ver Adorno, 1993.

[204] Chamo de « mercadorias políticas » ao conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos « políticos » (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de « corrupção » é um dos tipos principais de « mercadoria política » ilícita ou criminal. O « clientelismo » é, por sua vez, uma forma de poder baseada na troca de diferentes mercadorias (políticas e econômicas), geralmente legal ou tolerada, mas moralmente condenada por seu caráter hierárquico e sua estrutura

posteriormente, com outros mercados ilícitos, principalmente o da cocaína, pela sobreposição de diferentes tipos de *mercadorias ilegais* com *mercadorias políticas*. Penso que essa sobreposição de mercados tem maior importância para a compreensão do problema da violência no Rio de Janeiro, do que a relação estereotipada (e hoje universal) entre consumo de drogas e crime. Pretendo, também, avançar a hipótese de que essas « ligações » se alimentam de uma contradição entre as políticas de criminalização adotadas e a *avaliação estratégica* que emerge das bases criminais e policiais em sua implementação. Essa contradição, ao reforçar a percepção social de « impunidade » e, por conseguinte, a reação moral da sociedade (que exige novas e mais fortes políticas de criminalização), pode reproduzir as condições específicas em que se desenvolvem essas mesmas « ligações perigosas ». As trajetórias de um antigo integrante de quadrilha de assaltantes de banco, do início da década de 70, que se transformará em « dono » de uma boca nos anos 80, e de seu filho, que é quem reconstituiu para mim suas histórias-de-vida, serão reconstruídas ao final, com vistas a detectar os principais indicadores das duas dimensões.

1. O Rio como um Bazar

Atravessando diferentes ciclos econômicos da cidade e constituindo-se, em cada conjuntura, por uma continuidade de práticas e habilidades específicas, capaz de incorporar ou absorver o trabalhador precário, nativo ou imigrante (e mais tarde migrante), há toda uma história submersa de mercados ilícitos no Rio de Janeiro: mercados de regateio que oferecem mercadorias contrabandeadas ou roubadas e serviços « indesejáveis »; mercados de prazer e vício, que envolvem drogas, mulheres, jogos de azar, comércio de direitos autorais, revistas pornográficas; mercados que exploram a desproteção econômica, que envolvem agiotagem, receptação, cautelas, penhores, empréstimos, consignações. Deixando de lado o comércio fraudulento de empresários estabelecidos, alguns dos quais financiadores de áreas desses mercados ilícitos ou seus receptadores, o Rio de Janeiro - porto importante, capital federal e pólo principal das comunicações via rádio e, depois, televisão -, oferecia mais alternativas ao trabalho precário que a maioria das cidades brasileiras, pelo menos até a década de 60, o que o tornou uma cidade atraente para diferentes tipos de migrantes internos.

---

assimétrica. As fronteiras entre « clientelismo » e « corrupção » por serem moralmente tênues, no Brasil, tendem a reforçar e ampliar o mercado informal político ilegal e criminal.

As transformações no mundo do trabalho na cidade, a partir da recessão que se seguiu à transferência da capital federal para Brasília, à febre de obras públicas e construções imobiliárias dos anos 60-70, aproveitando a enorme oferta de trabalho precário migrante na construção civil, e finalmente à incorporação da cidade, como capital, ao Estado do Rio de Janeiro afetarão, de diferentes maneiras, esses mercados. Se antes, até os anos 50, ele se concentrava no Centro da cidade, na Cidade Nova e nas imediações de algumas importantes estações das linhas de trens dos subúrbios da Central e da Leopoldina, ele agora vai se deslocando em direção à Zona Sul da cidade, que vinha sendo ocupada rapidamente por uma classe média alta desde os anos 40. Esse deslocamento coincide, em meados dos anos 60, com o aumento do consumo de drogas nas classes médias e elites (principalmente psicotrópicos, barbitúricos e maconha, e numa escala ainda menor, mas já detectável, a cocaína).

A antiga prática dos malandros-camelôs, com seus produtos originais e sua arengação sedutora, uma atividade que exigia habilidades individuais específicas, entre as quais principalmente a persuasão e a astúcia, vai dando lugar, no início dos anos 70, ao crescimento do comércio em tendas, barracas, mesinhas desmontáveis, que ofereciam produtos importados ou exóticos a preço fixo menor que nas lojas. Embora possa não existir uma ligação maior entre esse tipo de mercado ilegal e os mercados de bens ilícitos, ambos se expandem na mesma época (meados dos anos 70), aparecendo como alternativa aquisitiva importante à precarização do trabalho e aos baixos salários, e ambos são (embora diferencialmente) perseguidos pela polícia. Seria preciso analisar as correlações entre os ciclos econômicos da cidade e o comportamento desses mercados, para que se pudesse compreender melhor os fatores que estão envolvidos em sua expansão, o que foge ao escopo deste trabalho.

A verdade é que os mercados informais e os mercados ilegais e ilícitos, que sempre existiram no Rio e ficavam confinados a algumas áreas (como a prostituição popular, no Mangue e as « bocas de fumo » nas favelas), expandem-se extraordinariamente desde meados dos anos 70, coincidindo com a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. O que antes pertencia a um espaço social reservado (territorializado ou não) e era representado (até mesmo espacialmente) como um « submundo » expande-se pelo tecido social, ganhando uma dimensão muito mais generalizada, difusa e publicamente conhecida. O ex- « rei da Boca do Lixo », a antiga zona de prostituição de São Paulo, Hiroito Joanides, percebeu a mudança quando afirmou:

> « Hoje, prostitutas, donas de casa, estudantes, trabalhadores, delinquentes, artistas e vadios misturam-se pelos quatro cantos da cidade, em convivência igualitária, quando não em promiscuidade. Hoje, a moça pura e imaculada (espécie em extinção), ao sair do seu colégio, onde estuda à noite, há de cruzar com o traficante de plantão na esquina, cumprimentá-lo talvez pelo hábito da educação. E ao chegar à sua residência, lá pelos Jardins, para entrar em casa terá que pedir licença a três ou quatro prostitutas que fazem *ponto* no portão de sua casa, à espera dos fregueses motorizados. Pura e imaculada, até quando? A ocasião faz o ladrão e faz outras coisas também » (*Boca do Lixo,* São Paulo, Edições Populares, 1977, p. 74).

É importante ressaltar que é próprio desses mercados, pelo fato de desenvolverem atividades ilegais ou ilícitas, sem recurso à regulação estatal, utilizar recursos que envolvem signos de violência e demandar (ou se submeter à oferta) de outras mercadorias ilícitas especificamente « políticas », como as diferentes formas de extorsão e compra de « proteção ». A expansão de um e outro desses mercados estão intrinsecamente ligadas.

Ruggiero e South (1997) propõem chamar de « bazar » a esse fenômeno recente, em que a cidade ocidental adquire as feições de um enorme mercado oriental, com sua multiplicidade de tendas e « pontos », com sua barganha incessante, suas dimensões tácitas, manobras próprias e habilidades específicas. Uma « feira pós-moderna », que ultrapassa todas as regulamentações convencionais. Para esses autores, é próprio à cidade moderna-tardia, que as fronteiras morais entre legalidade e ilegalidade se atenuem ou sejam constantemente negociadas. Como suas referências são as grandes cidades européias e norte-americanas, a diferença com a cidade moderna clássica, fabril, fordista e organizada, fica ressaltada. No caso do Rio de Janeiro (como de outras grandes cidades brasileiras e do chamado 'terceiro mundo'), no entanto, que em certo sentido sempre hospedou (ainda que diferencialmente) um « bazar » de mercados desse tipo, a análise deve privilegiar menos a oposição ao tipo ideal de cidade moderna, que por aqui não se realizou completamente, que as diferenças de conjuntura e territorialidade de sua história. Sabe-se, por exemplo, que as sucessivas tentativas de expulsão das prostitutas da zona do Mangue, no Rio, resultou - para a representação social da época - no alastramento da prostituição e do *trottoir* para quase todos os bairros da cidade, sem que a própria zona do Mangue se extinguisse completamente.[205]

[205] Waldyr de Abreu, ex-delegado e juiz criminal, assim descreve « a agonia e a morte da zona do Mangue », em 1984: « Começou em 1943. Era chefe de polícia, em plena ditadura Vargas, o coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen... Por muitas reclamações ocorridas, o coronel baixou Portaria,

Em 1960, estimava-se que havia 20 mil prostitutas espalhadas pelos vários bairros do Rio de Janeiro (Paezzo, 1965), cifra que Abreu (1984) considerou modesta, « pois dois anos antes (1958) só a Delegacia de Costumes havia prendido 14 mil apenas no « trottoir » (Abreu, 1984 : 132).

No « bazar » das mercadorias ilícitas do Rio de Janeiro, com suas subculturas próprias, sua malandragem e seus tipos sociais, mas também com suas violências específicas, o pesquisador sente a tentação de buscar padrões e uma certa uniformidade na continuidade histórica desses mercados e a estabelecer uma nítida separação com os mercados legais e regulados. Ora, nas 'esferas' informais e formais da economia, essa separação não é nem nítida, nem realmente decisiva para uma perspectiva analítica: é, antes, uma representação social normalizadora. Não há exatamente « setores » nesses mercados (Lautier, 1994), já que as fronteiras com os mercados legais e regulados são basicamente tênues e negociáveis. Pragmaticamente, um dos principais fatores que os diferencia é o seu maior ou menor grau de demanda ou submissão à oferta de « mercadorias políticas », isto é, a bens e serviços codificados de segurança, proteção e garantias de confiança nas transações que tensionam com a soberania das regulamentações estatais.

Diversos trabalhos, publicados nos últimos dez anos, vêm revisando tanto a questão mais geral do chamado « setor informal » (Lautier et alli, 1991; Mingione, 1991; Benton, Castells e Portes, 1989), quanto especificamente das organizações criminais do mercado informal ilegal (Leclerc, org. 1996) e da « economia da corrupção » (Arora, 1993; Cartier-Bresson, 1995 ; Della-Porta, 1995; Hodgkinson, 1997). Do mesmo modo, vinculando-se ou não à questão da « informalidade » e das « classes perigosas », um volume crescente de publicações interessa-se pela « nova

---

determinando que em 30 dias as pensões do meretrício da Glória se localizassem também no Mangue. No decorrer do prazo, havendo indagado de alguém, supostamente jurista, lhe foi informado que a lei não cogitava de meretrício. Então, com a simplicidade que o caracterizava, liquidou o problema *manu militari* quer na Glória, quer no Mangue (...). Pôs na via pública 14 mil mulheres do Mangue e mil da Glória. Pudemos ver logo as conseqüências da insensata decisão. As mulheres de melhores condições econômicas passaram a outros bairros, principalmente Copacabana e Cinelândia, como também aos cabarés e escolas de dança. Outras, mais modestas, buscaram outros Estados, de preferência a antiga capital fluminense... Mas o rebotalho ficou mesmo pelas ruas miseráveis do Mangue... Três anos depois do fechamento renascia o Mangue, mas reduzido em proporções... Em 1954, as cafetinas foram expulsas e foi instituído um novo sistema, conhecido pelo nome de « república do mangue ». Cada prostíbulo elegia uma das meretrizes para um certo período dirigir o bordel... A segunda investida contra o zoneamento do Mangue ocorreu em 1971. Arrasou 10 das 40 casas de prostituição então existentes, ocupadas por mil e quinhentas mulheres. Seguiu-se outra em 1974, quando o número já havia crescido para duas mil. A próxima, mais violenta, veio três anos depois, deixando de pé apenas 6 casas » (Abreu, W., 1984, pp.129-131). Em 1998, a Prefeitura transferiu « definitivamente » o que restava da « Vila

pobreza urbana », a « exclusão social » e as áreas de concentração da pobreza urbana nas grandes metrópoles (Wilson, 1987; Jencks e Petersen, 1991; Morris, 1994 ; Castel, 1995; Paugam, 1996).

Toda essa revisão participa - como se sabe - de uma profunda mudança de paradigmas, em que as desigualdades econômico-sociais, a centralidade do emprego e do trabalho, antes equacionadas numa perspectiva de exploração e dominação de classe, e que tiveram ênfase heurística até o final dos anos 70, parecem ter perdido capacidade explicativa, a partir dos anos 90, em proveito de diferentes dialéticas de inclusão/exclusão social, nas novas tentativas de compreensão da sociedade contemporânea. A antiga ênfase nas lutas de classe, por exemplo, perde centralidade sob a multiplicidade de fenômenos de violência, muitos dos quais desenvolvendo-se pulverizadamente, sem qualquer referência seja a conflitos sociais estruturados, seja em demanda de identidades coletivas com algum nível de unidade simbólica e ideológica, ou objetivando um projeto coletivo de mudança social. Entretanto, a maior parte dessa violência é enquadrada apenas como mais um aspecto da criminalidade contemporânea, o que, ao contrário de esclarecer, confunde ainda mais os termos do problema, dado o profundo conflito de paradigmas e referências teóricas que acompanham a história dessa noção e da disciplina que se desenvolveu para tratá-la, a criminologia. A interligação de mercados ilícitos e sujeição criminal não pode ser esclarecida se subjugamos e nivelamos sua especificidade à generalidade ideológica do objeto criminológico.

O que distinguiria um mercado « formal » de um mercado « informal » seria, em geral, a sua maior ou menor participação num conjunto de regulamentações estatais. No entanto, a lógica econômica do mercado produz relações complexas (e muitas vezes contraditórias) com essas regulamentações legais. Entre essas regulamentações, está a regulamentação das mercadorias cuja oferta (e, em alguns casos, consumo) é *criminalizada*, isto é, passível de ser enquadrada legalmente como delito ou crime. O *mercado criminalizado* é, assim, duplamente informal: ele é necessariamente um mercado informal de trabalho, porque a criminalização das mercadorias que ele produz ou vende o alivia da possibilidade de qualquer regulamentação formal das relações de trabalho e das obrigações tributárias, além de ser um mercado de circulação de mercadorias ilícitas, cuja atividade é, em si mesmo, criminalizada.

Mimosa », no Mangue, para bairro periférico, até porque, em suas imediações, ergue-se a sede administrativa do Poder Municipal, que o povo, irônico, apelidou de « Piranhão ».

A designação criminal de um certo tipo de mercadoria depende do seu significado contextual para a ordem pública, para a reação moral da sociedade e por suas possíveis (ou imaginárias) afinidades com outras mercadorias e práticas criminalizadas. A mercadoria « jogo de azar », por exemplo, é regulamentada contextualmente de diferentes maneiras, embora sua proibição legal tenha, quase sempre, se baseado em justificativas morais. Se o lucro for para obras sociais e a atividade não for regular, pode ser tolerada ou até permitida; se circunscrita a determinados espaços privados, sem configurar empreendimento, é legalmente tolerada; se desenvolvida apenas em certas regiões, previamente designadas e sob controle, como no projeto que prevê a liberação de cassinos nas estâncias hidrominerais, pode ser legal; finalmente, se controlada pelo Estado e sem fins lucrativos, como na « Loto », na « Sena », na « Raspadinha », ou - supostamente - no caso dos « bingos » de empreendimento privado sem fins lucrativos, tem sido considerada legal. Fica evidente que o componente criminalizador do « jogo de azar », neste caso, é o seu « caráter lucrativo privado », isto é, a sua transformação em mercadoria e empresa. Essa contextualização da designação criminal, evidentemente, segue certos cursos de interesse a expensas de outros, o que permite a diferentes atores sociais uma avaliação estratégica do « jogo de azar » como uma « mercadoria especial » e não apenas como um problema moral.

Esse enfraquecimento da dimensão « moral » da designação criminal de uma mercadoria, a mesma dimensão que justificaria, em última instancia, sua criminalização, abre inúmeros espaços sociais de manobras mais ou menos legais ou simplesmente ilegais (mas moralmente toleradas) para sua comercialização. É o que parece ter acontecido com o « jogo do bicho », com a « pirataria » de fitas e softwares, mesmo com o contrabando « varejista » de bebidas, eletrodomésticos e outros produtos comercializados no « mercado formal », inclusive a venda de remédios sem receita médica, prática ilegal generalizada no « mercado formal », e com o empresariamento da prostituição (enquadrável legalmente como « lenocínio », mas não perseguida pela polícia atualmente), anunciada nos principais jornais da cidade na seção de « serviços pessoais ». Processos análogos ocorrem com outros tipos de mercadorias ilegais, como jóias, peças e veículos furtados ou roubados, armas, contrabando « atacadista », drogas leves e pesadas, e serviços de « proteção » (desde « tomar conta de um carro na rua », pelo « flanelinha », até diferentes formas de segurança privada ilegal). A variedade de mercadorias criminalizadas é imensa, como tambem a escala relativa de gravidade de

sua criminalização, como se evidencia na proliferação de artigos sobre situações diferenciais de criminalização nos Códigos Penais de todos os países. No entanto, o grau de *criminação-incriminação* de práticas e agentes é diferencial e depende, em grande parte, de uma concentração de *interesse* (material ou ideal) sobre determinados temas.

Entretanto, existe um mercado informal cujas trocas combinam *especificamente* dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) *político* seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de *regateio* que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilibrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de « mercadorias políticas ».

Trata-se de um mercado *necessariamente* avesso a qualquer regulamentação estatal ou pública, já que sua dimensão política *compete politicamente* com a dimensão política pública ou estatal. Em suma, constitui-se como o fundamento último (e o tipo-ideal) de todo *mercado informal* e só poderia existir, de forma pura, como atividade *no mínimo ilegal* frente ao Estado. Em geral, é um mercado *criminalizado*, e não apenas ilegal. Os mercados informais de mercadorias legais (força-de-trabalho, bens e serviços) se afastam concretamente desse tipo-ideal porque *atenuam* a dimensão política competitiva com o poder estatal sob variadas legitimações sociais que não iremos aqui analisar.

São muito diferentes entre si os tipos de « mercadorias políticas », e a chamada « economia da corrupção », com toda a sua variedade interna de tipos, é talvez o principal deles. O que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para a produzir ou a oferecer é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência, cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo Estado. A corrupção policial, que negocia a « liberdade » de criminosos comuns, contraventores e traficantes, é um exemplo de mercadoria política produzida por expropriação de um poder estatal (no caso, o « poder

de polícia »), fazendo uso de recursos políticos (a autoridade investida no agente pelo Estado) para a realização de fins privados.

O emprego não-legítimo da violência (ou de sua ameaça) para a produção de mercadorias políticas pode ter diferentes objetivos. Quando esses objetivos são políticos (« terrorismo político ») e não privados, geralmente a troca se efetua por bens políticos, sob avaliação estratégica de custos principalmente políticos. Neste caso, abre-se a discussão política sobre sua legitimidade. Mas quando são objetivos econômicos e privados que mobilizam o emprego não-legítimo e ilegal da violência, a mercadoria política adquire valor economico específico e se sujeita também às leis do mercado e à concorrência. É o caso da oferta da mercadoria política « proteção » pela máfia siciliana, como é também o caso das negociações de preço pelo resgate de sequestrados no Rio de Janeiro dos anos 90. O assassinato pago por encomenda, realizado por diferentes « grupos de extermínio » ou pistoleiros, é outra forma de mercadoria política.

Os diferentes estudos sobre a chamada « economia da corrupção » parecem preocupados em distinguir, dentre essas mercadorias « especiais », as que se desenvolvem por mediação da expropriação de recursos do Estado por alguns de seus agentes (« corrupção ») daquelas que se desenvolvem sem essa mediação (« máfias », « crime organizado », etc). A mercadoria « fazer vista grossa », para a venda de drogas ou de jogos de azar, por exemplo, « vendida » ou trocada pelo policial ao « banqueiro » do jogo do bicho ou ao traficante, por dinheiro ou poder, é uma mercadoria que é fabricada pela « privatização » da autoridade investida pelo Estado no/pelo agente policial, privatização de uma autoridade publicamente regulada, produzida por um curso de ação que, por sua vez, é também criminalizado.[206] O que está em jogo nessas distinções é o tipo de « fabricação » de uma mercadoria « política », que, como no caso da « corrupção », é uma mercadoria cujos recursos de produção dependem da posição ocupada pelos agentes no interior do Estado, detentor monopólico de certas prerrogativas, dentre as quais a principal é o emprego legítimo da força.

A « extorsão », como na chantagem e no sequestro, é o caso-limite de uma mercadoria cuja lógica econômica é baseada exclusivamente numa relação extra-econômica, que lhe dá origem e razão de existência : a expropriação de um bem privado

[206] Toda a questão da « economia da corrupção », da « lógica do clientelismo » e até mesmo da possibilidade de se propor um modelo abrangente das organizações típicas desse mercado informal, como sugere Morrice, não será tratada aqui, mas em outro trabalho. Parece-me que a reconstrução de Morrice privilegia formas de operar e justificar o poder *em condições de dominação*, que embora paralelas, se distinguem das que se dão em condições subalternas (Morrice, 1991)

altamente valorizado (a liberdade do corpo, o controle da informação pública de práticas privadas, a segurança pessoal do extorquido, etc). A bem dizer, já não é mais apenas uma mercadoria econômica, mas uma *mercadoria política* (com efeitos econômicos). No entanto, como não se desenvolve necessariamente pela mediação de agentes do Estado, não entra necessariamente na lógica da « economia da corrupção ». O que parece distinguir, aqui, esses dois tipos de mercadoria « política » não é, evidentemente, o fato de que se produzam sobre recursos políticos, mas que esses recursos (a violência, por exemplo) sejam ou não « expropriados » das prerrogativas estatais. Se em ambos os casos, a força física (e suas extensões técnicas) é usada para fins econômicos privados , seja ela « roubada » do monopólio do Estado pelo funcionário, seja produzida por conta própria *contra* esse monopólio, ela igualmente se constitui numa « mercadoria política ». A sobreposição de uma « lógica da corrupção » com a lógica geral de toda mercadoria política decorre da reserva da noção de « político » para o que é específico do Estado, e só faz obscurecer sua identidade mercantil não-regulada. Ora, uma atividade mercantil que não se submete à regulação do Estado não se desenvolve sem apelar para recursos políticos próprios. É essa dimensão de poder ilegal, legítima ou ilegítima, que condiciona seu desenvolvimento e que a torna passível de constituir redes de dominação não-legítima.

Como já observara Polanyi, o conteúdo típico-ideal do mercado supõe já uma regulamentação social que impede que a violência privada *imponha* preços e transações. Daí a necessidade do monopólio, por uma agência única de proteção, da capacidade de designação ilegal ou criminal de um curso de ação no mercado ou fora dele. Weber observou que o *princípio* do mercado se opõe tipico-idealmente ao « pragma da violência ». Entretanto, por ser « a relação social mais impessoal possível », o mercado, *deixado a si mesmo*, tende (típico-idealmente) a dissolver e relativizar a dimensão moral que organiza e regulamenta as trocas. Mingione propõe, por isso mesmo, que se considere o mercado, em si mesmo, como uma « força desorganizadora », atenuada ou limitada pelas « forças organizadoras » da reciprocidade, de tipo comunal, e da redistribuição, de tipo associativo:

> « A idéia que o mercado é um sistema organizacional confunde os possíveis resultados (efeitos) de um *set* de interações atomizadas - definido sob condições abstratas que não podem existir na realidade *social* - , com as condições operacionais desse *set* verdadeiro de interações » (Mingione, 1991, p. 4).

Cada sociedade histórica constrói formas de « tratar » essas tensões postas pelo mercado sobre a sociabilidade, cujos limites individualistas, como se sabe, Tocqueville e Marx preocuparam-se em apontar. No entanto, a tensão entre valores morais e a propulsão própria à lógica do mercado tende tambem a criminalizar mercadorias que, de outro modo, poderiam ter livre curso sem qualquer conflito com o princípio do mercado, já que não supõem necessariamente, *da perspectiva do mercado*, o recurso à violência. É o caso do jogo e das drogas, do contrabando, do comércio de armas, do aborto e da prostituição, por exemplo. Como se sabe, a criminalização aqui, ao produzir a clandestinidade, diminui a possibilidade de regulamentação pública das transações desse mercado, reforça a possibilidade de oligopólios e cartéis, tende a diminuir a concorrência legítima, a proteção do consumidor e a aumentar a desconfiança recíproca entre os agentes da troca, além de favorecer a oferta de mercadorias « políticas ». A experiência da « Lei Seca » nos Estados Unidos é o exemplo mais característico. No entanto, algumas dessas mercadorias são criminalizadas em função de uma *perspectiva normalizadora* do individualismo, provavelmente para evitar que este rompa, com base no princípio ideal do mercado, com as condições de possibilidade da reprodução social de uma dominação legítima na esfera econômica.

Por ficarem excluidos da proteção legal do Estado em suas transações econômicas, os agentes desse mercado tendem a desenvolver suas próprias agências de proteção, ou a se colocarem sob a proteção de cursos de ação ilegais de agentes estatais (policiais, servidores civis, juízes, políticos, militares, etc). As ligações « perigosas » possíveis entre a oferta de mercadorias políticas e o mercado informal ilegal de mercadorias criminalizadas abre assim um leque de opções quanto ao emprego da violência.

A droga é apenas uma das mercadorias criminalizadas, que por sua alta taxa de lucro nos últimos anos, tem atraído maior número de agentes para sua oferta. Mas as relações de trabalho nas suas redes de comercialização clandestina transformam seus operadores, sua força-de-trabalho, em potenciais « mercadorias políticas », na exata medida em que essa força-de-trabalho opera sob condições de « relações de força e poder » ilegais e arbitrárias e sob a ameaça, o perigo e a desconfiança próprias da sujeição criminal. A alta lucratividade da sujeição criminal, nesse caso (como antes no jogo do bicho), aumenta a possibilidade de atração de agentes que oferecem (ou aceitam vender) outro tipo de mercadorias « políticas », aquelas que são expropriadas da função pública investidas nesses agentes. Tanto a apropriação privada dos meios de

incriminação quanto a expropriação de recursos políticos monopolizados pelo Estado para a obtenção de vantagens econômicas constituem mercadorias políticas. A sobreposição desse mercado, que se alimenta da sujeição criminal, com o mercado ilegal das drogas, que depende da oferta tanto da mercadoria política « força de trabalho em condições de poder arbitrário e sujeição criminal » quanto da possibilidade de compra de bens políticos monopolizados pelo Estado, é um dos principais fatores da acumulação social da violência. A circulação de agentes entre os dois mercados, transformando policiais em traficantes de armas e drogas apreendidas, políticos e juízes em capitalistas políticos e traficantes em « donos » de um território, completa o processo através do qual a sobreposição inicial dá lugar a uma estruturação de redes cuja organização, maior ou menor, como no caso das organizações criminais de tipo mafioso (Betancourt, 1997), dependerá de que se alcance a oligopolização e o controle político dos principais operadores dessas redes e de seus territórios.

Importa refletir sobre as características de um tipo de mercado ilegal que existia antes do atual sucesso econômico das drogas e que, provavelmente, existirá depois, com outras mercadorias lucrativas. Trata-se de um mercado que, quando desenvolvido em condições de abrangente e continuada pobreza urbana e desigualdade social, como opção de acumulação lucrativa intensiva, adquire características muito diferentes daquelas que são próprias dos segmentos de mercado análogos que se desenvolvem nos grupos sociais dominantes. Por estar mais exposto à sujeição criminal e por controlar menos recursos alternativos à violência como meio de operar o poder, e ainda por contar com mão-de-obra selecionada pela capacidade de emprego direto da força em situação de forte privação relativa, é um mercado que tende, ao mesmo tempo, a se *ligar* à sujeição criminal e a estabelecer redes com as *bases* policiais, alargando a demanda de « mercadorias políticas » e o número de agentes envolvidos - também com recurso à violência - em sua oferta.

2. Mercadorias Políticas e Criminalização

Mercadoria política é toda mercadoria cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos políticos, para produzir um valor-de-troca político ou econômico. O emprego de uso da força (ou a sua ameaça) para a realização de fins econômicos privados é a sua modalidade historicamente mais abrangente. Caberia falar em « capitalismo político », como propôs Weber, quando essa

atividade é exercida no interior de uma mesma formação social hegemônica, regulada estatalmente pelo monopólio do uso legítimo da violência e caracterizada pela mercantilização regulada e pacífica da propriedade privada dos meios de produção? Caberia também falar em « dominação não-legítima », como propôs Weber para outro contexto histórico ?

Embora a oferta legal de « proteção » por empresas privadas seja uma mercadoria econômica, um serviço privado, ela tende a adquirir uma dimensão política, já que efetivamente descentraliza operacionalmente o emprego da força física, numa direção que pode fugir à regulamentação estatal. Nesse sentido, o que importa na definição « política » de uma mercadoria é, acima de tudo, o caráter de poder (e portanto de capacidade de força não-necessariamente legítima) que constitui e se constitui em objeto de troca e o domínio da diferença entre « amigos » e « inimigos » que pode aí se desenvolver.[207] Por ser uma dimensão essencial da modernidade, o monopólio estatal do emprego da violência (a questão da legitimidade de seu emprego é tão complexa quanto a questão da própria legitimidade desse monopólio), e por estar o próprio princípio de mercado condicionado, em larga proporção, pela manutenção monopólica desse poder, qualquer alteração que implique distribuição efetiva de poder armado (ou seu não-controle) pelo Estado pode representar uma alteração nas próprias condições que separaram historicamente o conceito de *mercadoria* do conceito de *política*. Como se sabe, o conceito weberiano de « capitalismo político » referia-se a um tipo de ação econômica que não envolvia ainda completamente essa separação moderna e racionalizadora entre « esfera econômica » e « esfera política » e onde o poder constituía uma dimensão econômica direta.

O comércio de drogas constitui, enquanto tal, uma atividade econômica criminalizada, mas não produz tipicamente mercadorias políticas, apenas tende a comprá-las. Apenas a utilização ou a ameaça de utilização da chantagem ou da força física (e suas extensões técnicas) contra outrem *em troca* de algum bem econômico ou político pode constituir uma mercadoria « especial ». A inexistência de consentimento livre das partes, a não-equivalência entre o valor do bem comprado e o que a sua compra pode proporcionar, e o caráter compulsório da transação afastaria, de início, sua caracterização segundo o princípio do mercado, seria uma mera « extorsão ». No entanto, a *liberdade* de vender sua força-de-trabalho é *compulsória* para quem não tem

[207] Nesse ponto, cedo à argumentação de Carl Schmitt de que a única coisa que é universal na definição do "político" é a distinção entre "amigo" (ou aliado) e "inimigo" (Schmitt, 1995).

capital, e não há equivalência econômica entre o que a força-de-trabalho produz e o que ela recebe em troca. Apesar disso, nem a compulsoriedade é percebida no plano da interação social, pois não há qualquer violência interativa, nem a não-equivalência é suficiente para impedir a troca: o mercado da força-de-trabalho se legitima em sua própria reprodução social. Como no caso das mercadorias politicas, trata-se de uma troca que pode ser percebida como *ilegítima* para uma das partes, que só a realiza porque racionalmente a prefere. Não importa ; se a troca se realiza, há *mercadoria*.[208]

Não é, no entanto, exclusivamente uma mercadoria econômica, já que não se trocam apenas bens econômicos, mas bens econômicos por bens extra-econômicos.[209] Bens extra-econômicos são constituídos, em última análise, pela valorização da própria vida e da sua segurança ontológica e pela liberdade individual, isto é, por *valores sociais*, cuja proteção ou recuperação pode, sob constrangimento, transformar-se em cálculo monetário. A máxima moral : « a vida não tem preço », tensiona-se, assim, com a máxima econômica : « todo homem tem seu preço ». Na sociedade moderna, o principal bem extra-econômico é *o prolongamento da vida e da liberdade de um corpo cuja materialidade suporta a consciência e a subjetividade*, seja pelo poder de controlar o próprio corpo, a sua segurança real ou ideal, seja para *escolher os valores* que justificariam pô-lo em risco ou sacrificá-lo. Toda a definição de violência na modernidade gira em torno desse eixo, já que a pugna física - legítima e comum até à morte em muitas sociedades - foi, no processo civilizatório que culminou na modernidade, inteiramente deslegitimada na resolução de conflitos *fora da esfera dos interesses da razão de Estado*.

---

[208] O problema principal da teoria marxista do capitalismo, a teoria da mais-valia, decorre, a meu ver, do fato de que Marx considerou necessário construi-la sobre a teoria econômica clássica do valor para denunciar o que seria uma troca « injusta » (exploração), entre não-equivalentes (valor da força de trabalho, valor posto pela força de trabalho e apropriação privada do sobrevalor). Ocorre que Marx subestimou a *legitimidade* social dessa troca, que é baseada no valor moral moderno da propriedade privada e na legitimidade do mercado, o que não impediu, paradoxalmente, que se interpretasse a argumentação de Marx como não-econômica, mas moral. Curiosamente, isso aconteceu por Marx ter enfatizado excessivamente apenas a dimensão econômica da mais-valia. É no entanto o caráter *político* da mercadoria « força-de-trabalho » que ele põe em questão (« ao assalariado *não lhe resta outra alternativa* senão vender sua força-de-trabalho »), quando sua legitimidade social a transformava em mercadoria puramente econômica e, portanto, legítima. Ora, uma mercadoria que é *trocada* sem ter sido produzida com essa finalidade e sob o constrangimento da falta de outra alternativa, é uma « mercadoria política » e não econômica. Ver Misse (1987).

[209] Para a teoria econômica neo-clássica, que ilumina atualmente os modelos de análise estratégica na ciência política e na economia, toda mercadoria é, por definição, econômica, já que a definição de bem econômico (privado ou coletivo) não inclui o custo de produção senão após sua subsunção à lógica da escassez e da utilidade marginal. Essa perspectiva permitiu tratar o crime sob uma « lógica econômica », como na corrente inaugurada por Becker (1983), mas sob o custo de abstrair excessivamente as outras esferas de sentido envolvidas (política, moral, jurídica), exatamente aquelas que historicamente demandam o controle do mercado e a criminalização de certas práticas econômicas.

Citei propositalmente alguns exemplos que configuram mais uma situação de « extorsão » do que de « troca », como pretexto para ressaltar o meu interesse em distinguir as mercadorias políticas das mercadorias em geral. Mas em momento algum deixei de tratar o conceito de mercadoria como uma « relação social ». Penso que o fato de que compartilhemos os valores de uma razoável sociabilidade pacífica sob regulação monopólica legítima de uma agência de proteção democrática (o Estado moderno), não deve nos impedir de reconhecer, de uma perspectiva sociológica, relações de força e novas formas de sociabilidade baseadas no recurso potencial à violência física direta, particularmente quando esse recurso adquire formas econômicas e parece fugir crescentemente, na modernidade tardia, ao controle monopólico do Estado. As grandes transformações econômicas, tecnológicas e políticas que se sucedem neste final de século, que ferem crescentemente a capacidade regulatória do Estado democrático moderno, exigem o abandono das delimitações rígidas das diversas esferas de ação social que a modernidade, segundo Weber, racionalizou como crescentemente autônomas entre si.

Essas diferentes lógicas de ação, separadas pela modernidade clássica, voltam a se mesclar, ainda contraditoriamente para o ponto de vista moderno, mas acusando uma tendência complexa de aparecimento de novas formas de sociabilidade que parecem afins aos temas culturais que alguns autores compreendem em noções como « modernidade tardia » ou « pós-modernidade ». A distinção entre « extorsão » e « troca livre regulada » possui uma dimensão moral aparentemente universal para a modernidade e para os nossos valores, mas autores clássicos como Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber não deixaram de apontar para os « perigos », « as contradições » e as « tensões » que a separação crescente entre as esferas de sentido no bojo do desenvolvimento do individualismo moderno poderia significar para a o futuro da sociedade e da política.

A partir da constatação de que há crescentemente uma desvalorização da « política » e dos « políticos », com uma consequente crise dos postulados de representatividade política, como a tendência a se considerar amplamente que a elite política só trabalha para seus próprios interesses, estaríamos na iminência de uma re-leitura de Maquiavel a partir da subjugação do « político » (definido como bem coletivo) ao « interesse privado » e, portanto, a uma ampliação de seu sentido para englobar mesmo as práticas ilegítimas de poder. Embora as abordagens normativas tentem preservar a dignidade própria da política, o que se esboça na contemporaneidade

é a perda dessa autonomia do político, que passa a se submeter a redes complexas de sentido « não-representativo » e sem interesse ou simbolos coletivos. Ainda que haja demanda de dominação legítima por essas novas forças, elas se apoiam efetivamente sobre cursos de ação muitas vezes contraditórios com essa demanda, em geral baseados na tecnologia da força, da corrupção, isto é, da ampliação das redes e « territórios » - e território significa agora não apenas terra, sítio, local, mas principalmente controle de agentes que operam num espaço social, mesmo sem o controle militar do território físico - . Nesse caso, não é preciso necessariamente pensar que o domínio precisa de território *físico* (como em Weber).

Por essa razão, o conceito de *político* tende a se alargar para a esfera não-legítima, privada e individual, reatualizando a reflexão de Carl Schmidt sobre o político como o campo que estabelece a diferença entre « amigo » e « inimigo », o que permitiria propor a categoria de mercadoria *política* tambem em seu sentido especificamente não-legítimo e não-estatal. A cidade, como um espaço de relações sociais que pode propiciar dominação não-legítima, permitiria o controle de segmentos territoriais durante os cursos de ação, sem controle direto e permanente do território (controlando somente os operadores de relações num espaço social).

3. Os mercados ilícitos no Rio de Janeiro

A sobreposição de mercados ilícitos no Rio de Janeiro é antiga e sua história foge ao propósito deste trabalho. Pela sua importância para o nosso objeto, selecionamos os dois principais mercados que transacionam mercadorias políticas no último meio século: o « jogo do bicho » e o « movimento ». Esse recorte é puramente analítico, já que as conexões entre diferentes tipos de mercados ilícitos é muito comum, e sempre que a conexão for importante para nossa análise ela será recuperada. Um terceiro e importante mercado ilícito - o de bens furtados ou roubados - será lembrado, mas não constituirá o foco da análise, devido à sua heterogeneidade e principalmente pela dificuldade de se obter dados a seu respeito.

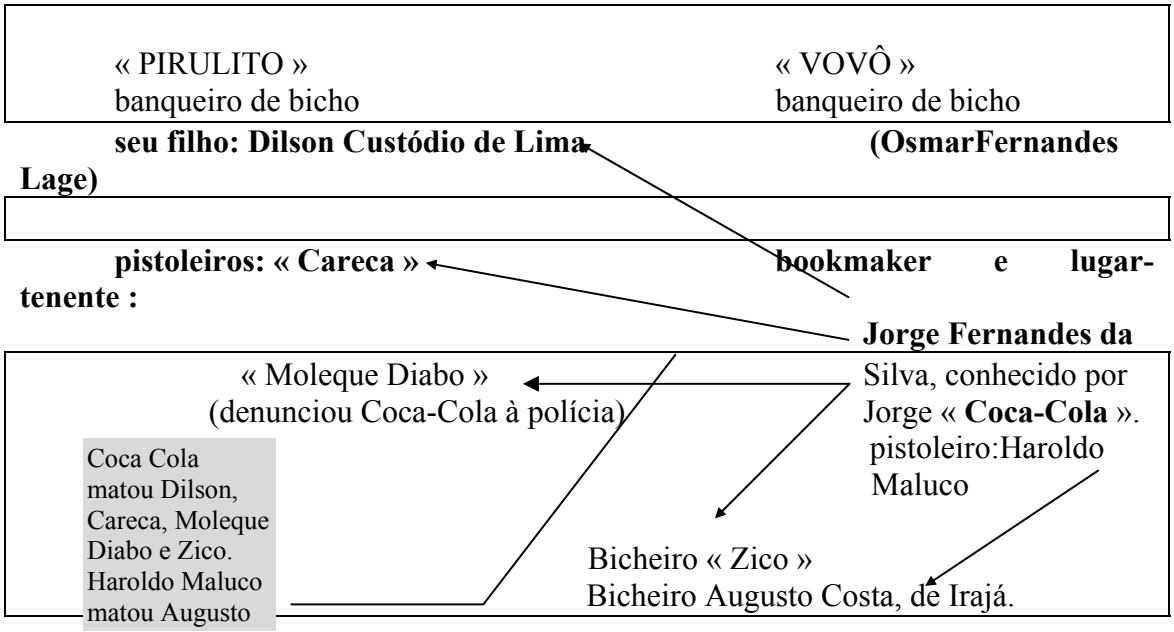
Até que o « movimento » se transformasse no principal foco de interesse da segurança pública no Rio, o « jogo do bicho » foi o mercado ilícito mais importante, tradicional e poderoso. Sua capacidade de atração de força de trabalho proveniente do « submundo » criminal sempre foi grande, principalmente oferecendo emprego e proteção a ex-presidiários. Foi também durante muito tempo uma alternativa de ganho para crianças e adolescentes pobres, que eram recrutados como « olheiros » dos pontos e « garotos de recado » entre gerentes e apontadores. A estrutura desse mercado permaneceu segmentada em territórios rivais até o final dos anos 70, quando os principais banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro (e em outros estados) fecharam um acordo que deu origem à atual « cúpula » do jogo do bicho, cujo poder parece estar agora entrando em declínio, com a proliferação de alternativas legais de jogo. Sua rede social, sua capacidade de dominação e sua expressão política local transformaram-na numa organização algo semelhante à máfia norte-americana do jogo, ainda que em bem menores proporções. Para que se tenha uma idéia de um dos principais tipos de conflito que caracterizaram a violência na cidade nos anos 50, basta que se reproduza - a partir do noticiário jornalístico da época - a série de crimes que foram cometidos em apenas um mês no enfrentamento entre dois banqueiros do Rio. O conflito envolveu organização de pistoleiros de cada lado, chamados pela imprensa de « Sindicato do Crime », e as redes familiares de cada banqueiro:

> « Batalha de extermínio entre contraventores. « Moleque Diabo » foi morto para vingar a prisão de Jorge

> « Coca-Cola ». Contraventores rivais da Zona Norte » (O Dia, 22/1/1961).
>
> « Declarada guerra ao 'Sindicato do Crime'. « A polícia resolveu atacar sem meias medidas o chamado 'Sindicato do Crime', cujos componentes têm a função principal de defender ou vingar contraventores do 'jogo do bicho', estabelecendo dessa maneira uma sangrenta sucessão de lutas nesses últimos tempos, que têm alcançado proporções alarmantes ». Borer e o del. Diógenes de Barros, cumprindo ordens do Chefe de Polícia, atacaram ontem dois dos principais redutos da contravenção no Rio: a 'fortaleza' de *Pirulito* (na zona do Rio Douro) e a 'fortaleza' da Estrada do Barro Vermelho, em Irajá, prendendo 6 dos mais conhecidos bicheiros daquela zona. » (O Dia, 26/1/1961)

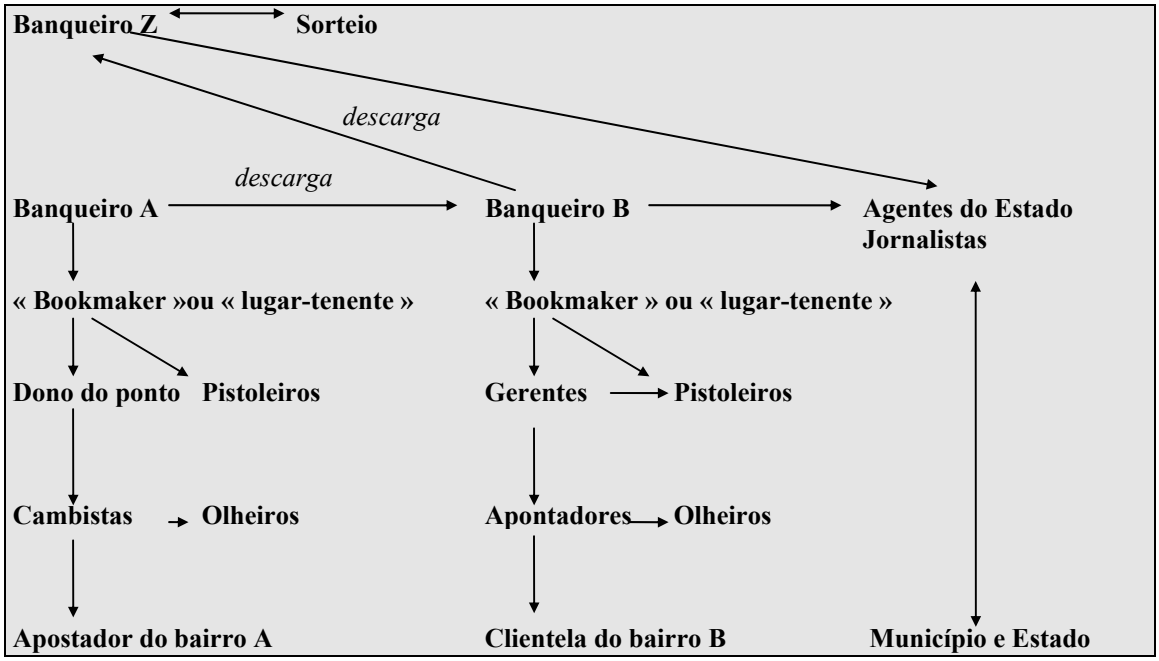
Reconstituí o cenário descrito nas reportagens de « O Dia » sobre a 'batalha de extermínio' no quadro 7 (as setas indicam assassinato):

Quadro 7 : Disputa entre dois bicheiros em 1961



A estrutura econômica e política do jogo do bicho, em um « território » hipoteticamente controlado pelo Banqueiro Z pode ser esquematicamente resumida como no diagrama abaixo:

Quadro 8 : Hierarquia de cada área de um banqueiro do jogo do bicho



O apostador procura o apontador para fazer seu jogo. Os apontadores ficam em lojas ou em vias públicas, como um camelô, quando a repressão é maior. Paga a adolescentes alguns trocados para ficarem de « olheiros » e avisarem da chegada da polícia.[210] O apontador recebe comissão sobre os jogos que ele aponta e sobre os prêmios sorteados em seu ponto, mas pode ser assalariado. Um gerente administra vários pontos e apontadores, pode pagar salários a esses e ficar com as comissões, como pode também ser ele próprio assalariado do banqueiro. Pode manter ou ter a seu encargo um ou mais pistoleiros, para a proteção dos pontos em caso de tentativa de invasão por outros gerentes ou banqueiros. O banqueiro é quem paga o prêmio e recebe o dinheiro das apostas. Ele pode « descarregar » parte das apostas de sua área em outro banqueiro do mesmo nível ou no banqueiro mais rico e poderoso, o « dono » da área ou do município.

O mesmo diagrama se reproduz em vários « territórios » e a maior ou menor tensão entre banqueiros (alianças precárias de um lado, conflito aberto de outro) marcou grande parte da história do jogo do bicho neste século no Rio de Janeiro, até que se alcançasse, sob a liderança inconteste de Castor de Andrade, filho de banqueiro dos

[210] Na época em que a disputa entre bicheiros era grande, eles avisavam também sobre a chegada de algum « tomador de dinheiro » ou de uma « invasão de área ». Entre os anos 50 e 70, por exemplo, eram comuns notícias como essa, que selecionei em "O Dia": "Fuzilaria no ponto do bicho. A vítima era tomadora de dinheiro em pontos de bicho" (29/11/1958).

anos 40-50 e seu herdeiro no controle do bicho nos bairros de Bangu e Padre Miguel, uma aliança estável entre todos os principais banqueiros da cidade no início dos anos 80.[211]

A luta pelo controle de pontos e áreas do jogo no Rio de Janeiro, da década de 40 até o final dos anos 70, foi um importante fator da representação social da violência na cidade, mas foi a ligação que se estabeleceu entre esse mercado ilícito e a « proteção » policial o principal responsável pela representação crescente de corrupção policial na cidade (ao lado da exploração do lenocínio) até que o « movimento », no início dos anos 80, passasse a receber a principal atenção. Todos os banqueiros de jogo do bicho e alguns gerentes que enriqueceram mantiveram e mantêm empreendimentos econômicos legais, ao lado de sua atividade ilícita principal. Castor de Andrade, por exemplo, entre outros empreendimentos, chegou a instalar fábrica de processamento de pescados no sul da Bahia, no início dos anos 70.

O que distingue, em geral, uma atividade econômica « formal » de outra « informal » é a sua maior ou menor subordinação à regulamentação estatal. Não se pense, no entanto, que essas atividades são inteiramente separadas, constituindo « setores » bem demarcados (Lautier, 1992). Diferentes formas de « flexibilização » informais participam da constituição de empresas econômicas « formais » e a informalidade ilegal de certas atividades economicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para « fachadas » formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais. Multiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando « mundos » que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si.

Todas essas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, exploração de mercadorias políticas (propinas, chantagens, redes de proteção) e exploração ilegal de mercadorias de oferta regulada ou criminalizada (como, por exemplo, o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem « setores », mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico. Quando algum contorno espacial-comunitário se desenha, quando uma « territorialização » pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão

[211] A bibliografia sobre o jogo do bicho não é tão extensa quanto seria desejável. Entre os estudos mais importantes estão: Machado da Silva e Figueiredo (1978), Pereira de Mello (1989), Chinelli e Machado da Silva (1993), Soares (1993), Pereira de Mello (1989) e DaMatta e Soárez (1999).

política completamente diferente daquela que se encontra na criminalidade pulverizada, seja ela convencional ou não. Se por um lado essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro *passa a constituir efetivamente* novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios.

A extrema visibilidade do problema do tráfico de drogas no Rio de Janeiro decorre, a meu ver, exatamente de sua reificação comunitária abrangente numa grande metrópole. O caráter territorial-político-militar do comércio de drogas no Rio de Janeiro, que praticamente se confunde com os limites de centenas de comunidades urbanas pobres da cidade, transforma esse mercado ilícito e seus efeitos de violência em ponto de convergência seja do sentimento público de « insegurança », seja em foco privilegiado das políticas de criminalização.

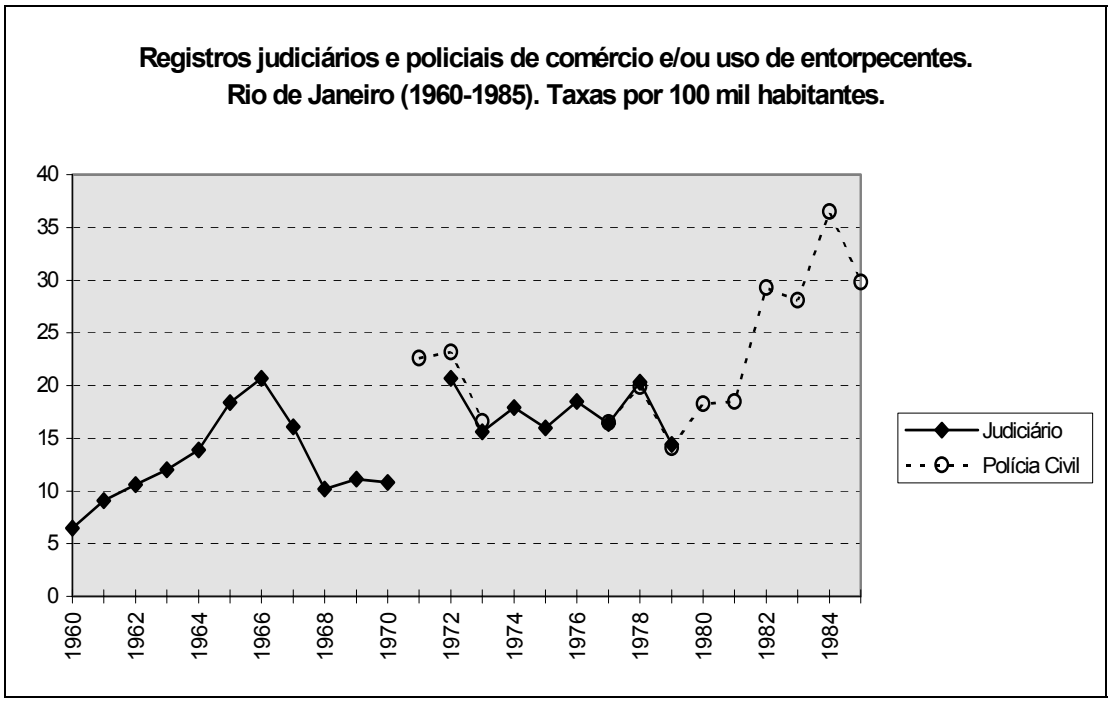
O « Movimento »

Movimento é o nome que se deu ao mercado local de drogas - inicialmente a maconha - nas favelas, conjuntos habitacionais, vilas e outras áreas da periferia urbana habitadas por populações de baixa renda. Seja como sinônimo de « boca-de-fumo », seja como uma ampliação de seu significado original, de « movimento de vendas », a expressão apareceu pela primeira vez como jargão no jogo do bicho. Atualmente, o *movimento* comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos desse mercado. « Pôr um *movimento* » significa instalar o comércio num determinado local, como também ocorre na expressão « botar uma boca ». O « *movimento* aumentou » significa tanto que a boca é grande, com grande freguesia, como que a venda e a circulação monetária cresceram num ou vários locais. « Aonde que tá o *movimento*? » é uma pergunta sobre a localização da « boca » e dos vendedores. Raramente a expressão é usada para vendedores individuais ou autônomos, mas para indicar um grupo social num determinado território. « Pôr o *movimento* na Rocinha » não significa, entretanto, que o grupo que o pôs controla toda a favela da Rocinha, mas que há movimento lá, em determinados locais ou pessoas, conhecidos da clientela.

A venda ou a guarda de « entorpecentes », no Brasil, jamais foi apenas uma contravenção. Passou a ser criminalizada pelo Código Penal de 1940, no título VIII: « crimes contra a incolumidade pública », capítulo I: « dos crimes de perigo comum »,

artigo 281. A pena prevista era de reclusão, de um a cinco anos, além de multa. Em 1968 (Decreto-Lei no. 385) e depois em 1971 (Lei no. 5.726), alterações foram feitas, introduzindo o processo sumário nos casos de flagrante (a grande maioria) e endurecendo as medidas penais, como o aumento da reclusão para até seis anos, o aumento da multa para até cem salários mínimos e o aumento das penas no caso da venda ser feita por bando ou quadrilha. Em 1976, nova legislação distingue usuários de traficantes, reservando aos últimos penas mais duras, mas conservando ampla ambiguidade quanto à definição do que seja *consumidor* e *traficante*, cabendo à polícia, com total autonomia, o enquadramento num ou noutro tipo. Parece evidente que data, portanto, do final dos anos sessenta o incremento da repressão ao *movimento* , como pode ser observado no gráfico 38, que compara dados judiciais e policiais do período 1960-1985:

Gráfico 38



Fontes : SEDMP, « Crimes e Contravenções », Guanabara, 1960/70 ; Estatísticas da Polícia de Segurança da Guanabara (1971-1974) ; Estatísticas da Corregedoria Geral de Justiça da Guanabara (1972-75) e do Rio de Janeiro (Capital) – 1976/79 ; Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Curiosamente, o que se observa é que as taxas judiciárias de 1966 são apenas igualadas em 1972 e 1978. O endurecimento das penas, em 1968, encontra uma criminação análoga à de 1962. As taxas policiais são muito próximas das judiciárias em todos os anos em que foi possível comparar as duas séries. O período em que se considera que aumenta significativamente o tráfico de cocaína (1979-81) apresenta

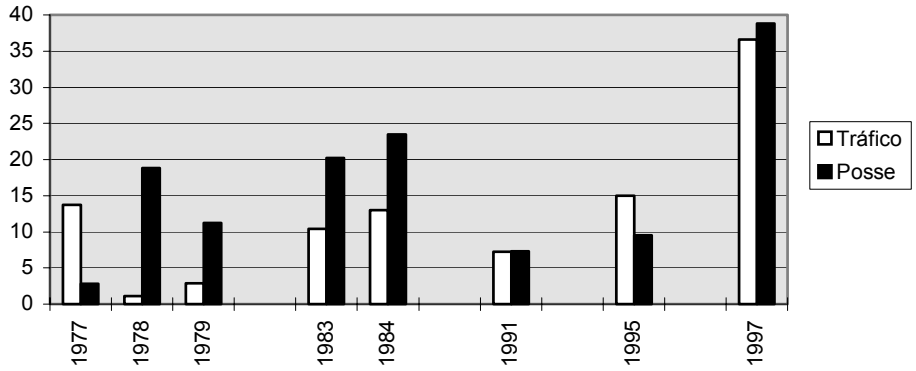
taxas menores que as de 1966. Apesar de, na lei, até 1976, não existir distinção entre usuários e vendedores, os dados representam toda a fatia do mercado de drogas que foi criminalizada nesse período. O que parece mais importante é a mudança na tendência ascendente da curva a partir de 1966, exatamente no período em que aumenta a visibilidade social do mercado de drogas e, por conseguinte, legislações penais mais duras se sucedem. A hipótese mais plausível é que a diferença entre a criminação até 1966 (que cresce regularmente e projeta uma tendência) e a criminação posterior a 1966, que inverte a tendência ou, no máximo, a estabiliza numa faixa inferior à taxa de 1966, poderia ser explicada não pelos seus efeitos de dissuação, mas pelo alargamento das transações ilícitas entre policiais e usuários, inicialmente, e depois entre policiais e traficantes. Exatamente no período em que a legislação endurece, o mercado ilícito de achaques e propinas torna-se mais atraente, diminuindo o volume de incriminações. Não me parece plausível que esse endurecimento das penas possa ter dissuadido consumidores e vendedores pela simples razão de que uma nova mudança na legislação, ainda mais dura, decretada em 1980, não impedirá a tendência de aumento da criminação do *movimento* nos anos 82-85, um período em que também aumenta a incriminação de policiais acusados de exigir propinas de acusados por tráfico de entorpecentes.[212]

A partir de 1987 as taxas caem abruptamente e entre 1989 e 1993 o volume de incriminação por entorpecentes deixa de ser incluído nos Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública, aparentemente sobrepujado pela mobilização do interesse estatístico da Secretaria de Segurança para o grande aumento de homicídios dolosos e outros crimes violentos na cidade. Entretanto, desde o final dos anos 70 existem dados oficiais que distinguem registros policiais por uso de drogas dos registros por tráfico, o que permite desagregar os dados de incriminação apresentados no gráfico anterior, em alguns anos (gráfico 39):

[212] O período 1983-1987 compreende o primeiro governo de Leonel Brizola, geralmente acusado de negligência nessa área. Curiosamente, os dados indicam um volume muito maior de incriminação na área de entorpecentes em seu governo do que nos dois governos que o antecederam.

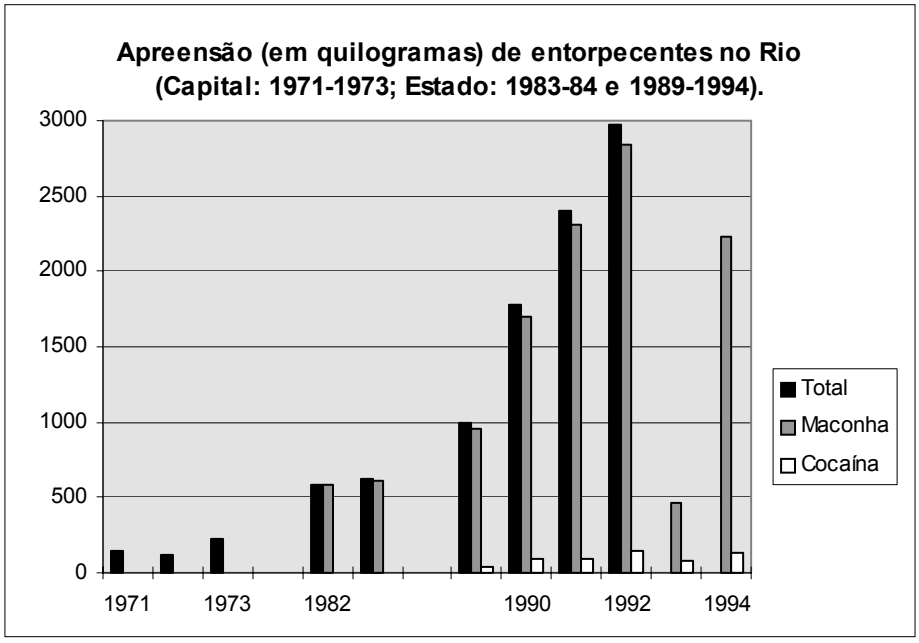
Gráfico 39

Flagrantes de posse e tráfico de entorpecentes no Rio de Janeiro (Capital). Alguns anos entre 1977 e 1997. Taxas por 100 mil habitantes.



Fica evidenciado que havia menor incriminação pelo porte (ou uso) de entorpecente em 1977 (e talvez antes) em comparação com os anos seguintes, quando haverá maior incriminação relativa, mas o tráfico voltará a ser o principal incriminado na década de 90. Outro indicador relevante do crescimento vertical do « movimento » é o volume de apreensões de drogas nos anos em que esses dados foram contabilizados (gráfico 40), bem como o crescente comparecimento da cocaína entre as drogas apreendidas:

Gráfico 40



Finalmente, destaca-se a ampliação horizontal, territorial, do *movimento* em toda a cidade. Um relatório do Serviço Reservado da Polícia Militar do Rio de Janeiro calculava, **em 1994**, a existência de **344 pontos de tráfico** de drogas no Rio, com venda de duas toneladas de maconha e cocaína por mês. Segundo esse Relatório, os quinze pontos de « maior movimento » em 1994 seriam: Complexo do Alemão (Ramos), Morro do Dendê (Ilha), Morro do Adeus (Ramos), São José Operário (Campinho), Jacarezinho (Jacaré), Vila Cruzeiro (Penha), Parque Rubens Vaz (Bonsucesso), Nova Holanda (Bonsucesso), Vila Esperança (Bonsucesso), Vila Carioca (Campo Grande), Praia da Rosa (Ilha), Parada de Lucas, Favela de Acari, Morro do Juramento (Vila da Penha) e Manguinhos.[213]

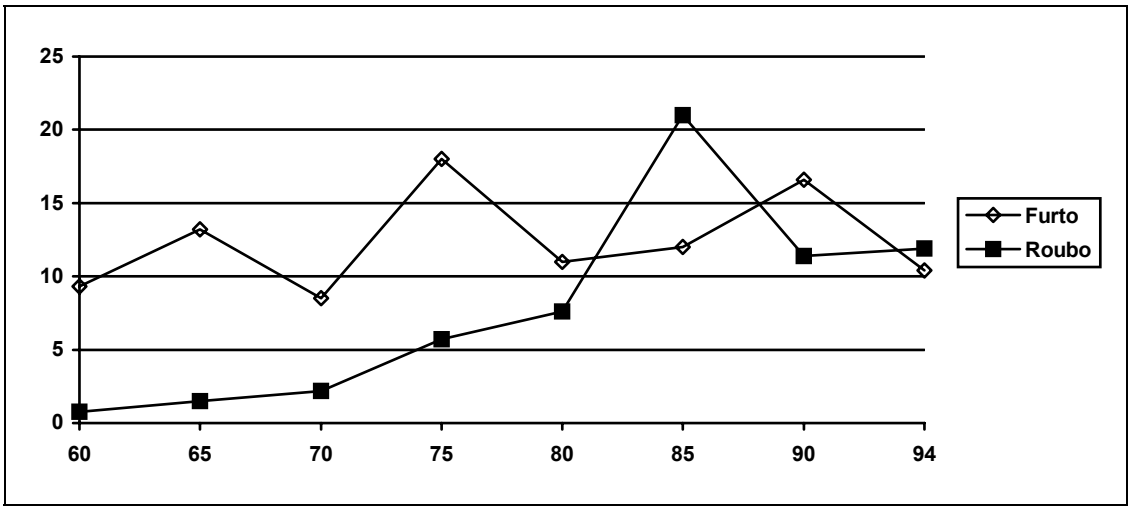
[213] Apud Rezende (1995).

4. Dos assaltos ao tráfico: a constituição das redes (« comandos »)

O que fez a classe média carioca, desde o início dos anos 70, se cercar em seus prédios e condomínios, não foi inicialmente provocado pelo desenvolvimento do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres da cidade, mas decorreu do aumento dos assaltos, com ou sem arrombamento, de bancos, carros, residências e apartamentos, bem como dos furtos e assaltos nas ruas antes que o tráfico de cocaína se implantasse. Embora esse aumento da criminalidade convencional vá se associar, a partir de meados dos anos 80, ao crescimento do tráfico, ainda está para ser demonstrado que o « medo da violência », no Rio, começou apenas a partir do tráfico. A maioria dos analistas concorda que a « sensação de insegurança » na cidade se instalou a partir do final dos anos 70, mas uma breve leitura dos jornais de época demonstra que o problema já se colocava antes, na primeira metade da década. Não existem estatísticas de fonte policial razoavelmente confiáveis para o período anterior a 1977, mas é significativo que, na área da delinquência juvenil, para a qual existem estatísticas judiciárias desde o início dos anos 60 até hoje, se verifique uma extraordinária mudança de padrão de infrações contra o patrimônio a partir da primeira metade dos anos 70. O furto, infração amplamente dominante até o início dos anos 70, vai sendo substituído tendencialmente pelo roubo, a partir do mesmo período, até que as curvas se invertam em meados dos anos 80. A queda da curva de roubo, a partir do auge de 1985, coincide com o período de crescente visibilidade (e efetiva ampliação) do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres, indicando a migração do investimento dos adolescentes infratores de uma a outra área (gráfico 41):

Gráfico 41

Número de Infratores, com menos de 18 anos, acusados por Furtos e Roubos na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990). (Infratores por 100 mil habitantes)



Fonte: Juizado de Menores da Cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Os dados de roubo incluem tambem latrocínio.

A tendência pode ser observada, também no mesmo período, para a criminalidade convencional de adultos - o aumento regular e sistemático dos assaltos e do furto e roubo (a residências, a veículos e a instituições financeiras). Essa mudança de padrão ocorre, grosso modo, na primeira metade dos anos 70, associando-se ou substituindo-se, em seguida, ao crescimento do mercado, mais lucrativo e ainda menos arriscado, do tráfico de cocaína.

É bastante plausível a hipótese de que houve uma mudança de investimento criminal, muitas vezes entre os mesmos agentes criminais, que levou dos assaltos a bancos e residências ao tráfico de drogas, num período de dez anos, e a um reforço posterior dos assaltos em associação ou não com o tráfico. Do ponto de vista econômico, a opção entre a transação dessas diferentes mercadorias criminalizadas (bens roubados e drogas) oscilou provavelmente, seguindo uma avaliação de custo/benefício, em função das relações com segmentos das bases policiais envolvidos nas políticas de repressão adotadas em diferentes conjunturas desse período.

Uma análise de custos, nesse caso, não deve subestimar, os efeitos econômicos da dimensão moral envolvida na comparação entre negociar com « assaltantes », com « bicheiros » ou com « gerentes do tráfico ». A famosa frase de Lucio Flavio Villar Lirio, chefe de uma quadrilha de assaltantes de bancos desmantelada no início dos anos 70: « bandido é bandido, polícia é polícia », dirigia-se exatamente à já enorme confusão

de papéis que resultava da sobreposição de mercados que transacionavam mercadorias ilegais de diferentes tipos.[214]

Até a década de 80, o mercado informal ilegal no Rio de Janeiro era dominado pelo jogo do bicho.[215] Somente a partir do final dos anos 70 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado em grande escala no Rio, e sua importância só se consolidará no período em que este foi efetivamente controlado pela rede de quadrilhas denominada de « Comando Vermelho » (aproximadamente entre 1984 e 1986). O período seguinte, caracterizado pela decadência do « controle externo » do « Comando » sobre muitas áreas do tráfico e a segmentação dos territórios, com constante guerra entre diferentes grupos do « movimento », continua até hoje, mas atingiu o seu ápice, até o momento, entre 1986 e 1994. É a fase mais violenta, marcada pelo extraordinário aumento da desconfiança entre lideranças e grupos, pelas lutas intestinas pela liderança no interior de um mesmo território ou entre territórios diferentes e pelo aumento da repressão policial violenta (principalmente a partir de 1994). Seu principal. resultado foi a entrada maciça de crianças e adolescentes no tráfico, a partir daquele ano, e o consequente aumento de mortes nessa faixa etária.

Ao se estudar de perto uma « boca » do « movimento », pode-se tentar esboçar algumas linhas de interação (Zaluar, 1995 ; Souza, 1996 ; Misse, 1997) que constituem as redes do mercado informal ilegal em muitas comunidades de pobreza urbana carioca. Apresentarei aqui apenas alguns resultados, mas que já permitem uma apresentação sistemática.[216]

5. O Movimento no Atacado e no Varejo

[214] A frase de Lúcio Flavio dirigia-se, segundo muitos jornalistas da época, ao detetive Mariel Mariscot, que oferecia « proteção » a bicheiros e fazia extorsão a assaltantes de bancos.

[215] Uma análise específica desse mercado não pode ser feita aqui, mas é de fundamental importância para a compreensão dos meios de operar o poder que se desenvolveram na primeira fase do tráfico. Uma tentativa pioneira e muito fecunda de "modelagem" das redes, a partir da teoria dos grafos, foi proposta por Souza (1996). Sua avaliação das redes como "cooperativas" e não "organizações de tipo mafioso" coincide com a minha experiência no trabalho de campo. Continuo a pensar que não há verticalidade organizada acima do "dono" e interligada a ele. As redes interligam-se a partir de donos e gerentes, horizontalmente, e sua relação com os produtores andinos é intermediada por atacadistas de porte médio e pequeno, alguns inclusive ex-donos ou ex-policiais.

[216] Em diversos trabalhos, Alba Zaluar apresentou, pela primeira vez, uma bem fundamentada caracterização do « movimento » com a qual a minha coincide em muitos pontos. Ver Zaluar, 1995.

O tráfico de drogas nas áreas pobres do Rio de Janeiro é fundamentalmente varejista. A mercadoria principal é a cocaína, que tem apresentado, desde 1980, a melhor composição custo/benefício, em relação a outras mercadorias ilegais. A cocaína é vendida, em geral, por unidades chamadas de « papelotes » ou « papel », que são pequenos envelopes ou pacotilhas tipo « bala » ou do tipo de embalagem que acondiciona remédios homeopáticos em veículos como o « talco », com quantidade pequena e variável (geralmente meia grama) e preço variável. O trabalho de acondicionar a cocaína nos « papéis » é chamado de « endolação ». Trezentos « papéis » formam uma « carga », cerca de 150 gramas de cocaína. O preço por papel depende da qualidade (« pureza ») e das condições da oferta. A informação de que haverá repressão policial na área pode tanto precipitar uma « liquidação » do estoque quanto um aumento de preços. O aumento pode decorrer de perda de estoque por apreensão policial ou de aumento de custos por extorsão policial. O preço do « papel » varia, dependendo da « área », entre dois e sete reais[217], e a mistura da cocaína com outros produtos (fermentos químicos, aspirina amassada, etc) é comum nos « papéis » mais baratos.

O movimento de venda também varia segundo a área e a época. Assim, cada « boca » pode ter grande movimento num ano e perde-lo para outra boca no ano seguinte, mantendo um comércio medíocre até voltar a « ganhar movimento ». Preços, qualidade do produto, repressão policial e o custo das mercadorias políticas de « proteção » explicam em grande parte a sazonalidade do movimento nas diferentes áreas. Calcula-se que havia, em 1996, no Rio, cerca de 500 « bocas » de tráfico, entre pequenas e grandes, das quais 30 a 50 com movimento médio diário de mais de 3 mil « papéis » por dia, podendo chegar ao dobro nos finais de semana. As principais bocas podiam chegar a vender, quando « ganham movimento », cerca de 10 mil « papéis » por dia, ou mais. Cada consumidor compra, em média, entre cinco e dez papéis em cada transação. Há vários compradores que compram « cargas » para revender fora da « área », mas que não mantêm qualquer relação regular com a área e com o « movimento » local, flutuando por elas em função da qualidade e do preço.

Até onde pude verificar, o atacadista que fornece a cada área não tem qualquer relação orgânica ou organizada nem com o « dono » do tráfico local, nem com o « gerente » encarregado de fazer a transação com ele. Não há uma organização centralizada que distribua a cocaína em todas as áreas e controle o poder em todas as

[217] Fora das « bocas », por exemplo nos bares da Zona Sul, o preço do « papel » pode chegar a quinze reais. Esses valores são de 1996.

áreas, como muitas vezes se pensa. A distribuição é descentralizada, sazonal, e nem sempre depende de contatos e intermediários mais ou menos organizados. Um fornecedor de cocaína, de maconha ou de armas pode simplesmente subir a favela, procurar o « movimento » e vender seu estoque, desde que « já apresentado » por um contato de confiança. Mas, em geral, um gerente da área fica encarregado de « sondar o mercado » e escolher a melhor oferta ou se submete à sua rede de atacado, localizada em outra área. É provável, no entanto, que, a partir de um certo nível de « acumulação » (de capital e contatos), o « dono » possa se deslocar até às regiões produtoras para encomendar partidas regulares, a um custo menor, e transformar-se em distribuidor local.[218] Mas não existem ainda informações consistentes sobre essa possibilidade e seu emprego abrangente pelos principais gerentes do mercado. A prisão do ex-contrabandista Toninho Turco, em 1988, demonstrou que ele controlava o atacado de uma parte significativa do varejão carioca, mas não lhe detinha o monopólio e nem o controle político das « bocas » espalhadas pela cidade. Atualmente, a mesma posição de atacadista tem sido atribuída, pela polícia, a Fernandinho Beira-Mar, ex-traficante de favela que se encontra foragido provavelmente na Bolívia (outubro de 1999).

Era comum, até há alguns anos, o « dono » de uma ou mais áreas, tendo conseguido um estoque grande, de boa qualidade, comprar toda a partida do fornecedor e revender parte dela para outras áreas, capitalizando assim o monopólio desse contato na relação política e econômica com as áreas de menor acesso ao mercado atacadista. « Escadinha », por exemplo, parece ter cumprido esse papel na rede que formou com seu irmão, no Juramento, com « Meio-Quilo », no Jacarezinho, com « Caçarola », no « Morro da Conceição », além de outros.

Os atacadistas que vendem para os traficantes das áreas pobres do Rio podem ser muito diferentes, e obtêm a droga de variadas maneiras: meus informantes relacionam principalmente policiais e ex-policiais, grandes traficantes de outras « bocas » e de outros Estados (principalmente São Paulo), mas tambem « tipos » desconhecidos, que chegam com a mercadoria e procuram o « movimento » local. A origem da droga também é diferenciada: droga apreendida pela polícia, droga comprada na fronteira por

[218] Foi o que aconteceu com Toninho Turco, um dos principais atacadistas de cocaína no Rio entre 1977 e 1988. Donos de algumas áreas, como Uê, podem ter acessado diretamente contatos nas áreas produtoras. Celsinho da Vila Vintém e Fernandinho Beira-Mar tentaram se transformar em atacadistas mais recentemente e, segundo a polícia, este último já estaria controlando entre 30 e 40 por cento do fornecimento de cocaína na cidade.

caminhoneiro não-vinculado diretamente ao tráfico internacional, « pedaços » de partidas que passam pelo Rio ou São Paulo com destino a outros países, através de intermediários vinculados ou não aos distribuidores e produtores latino-americanos. Não parece, até aqui, que os gerentes ou « donos » locais das principais áreas viajem constantemente até os centros produtores ou distribuidores (Bolívia, Peru e Colômbia) para realizar compras regulares. Tudo leva a crer, pelo contrário, que eles são muito mais desvinculados do narcotráfico internacional do que se imagina, embora essa possa ser uma tendência em declínio. O mesmo se aplicaria ao mercado ilegal de armas. Meus informantes asseguram que no período inicial do « Comando Vermelho » (1984-86), as armas eram vendidas por policiais e militares, que as roubavam dos quartéis. O contrabando de armas teria se organizado depois, mas seria também inteiramente desvinculado do « movimento », que é apenas seu principal mercado consumidor. Obtive relatos de que as armas chegam às áreas em carros de passeio e camionetes, sem encomenda prévia conhecida e a transação é feita na hora, à vista de todos os transeuntes.

Quanto à maconha, cujo comércio, embora volumoso, é lucrativamente irrisório se comparado ao da cocaína, ela chega às áreas pobres do Rio, como se sabe, através de partidas provenientes do Nordeste brasileiro, grande produtor da erva e isto, embora em escala menor, desde o início do século. O grau de organização desse comércio também parece medíocre e descentralizado. Qualquer comparação com a máfia siciliana e norte-americana ou com os cartéis colombianos é completamente despropositada, embora o volume comercializado seja relativamente grande. O responsável pela sua venda no « movimento » (o gerente do « preto »), tem, desde a entrada do « pó » no mercado, um status menor que o responsável pela venda da cocaína (« gerente do branco »).

A organização local do tráfico

O mercado de drogas (inicialmente a maconha) existe desde o início do século nas áreas de pobreza urbana do Rio. Era, no entanto, muito limitado e dirigido principalmente a consumidores locais. As « bocas de fumo » sobreviveram nessa escala até que o consumo se espalhou pela juventude de classe média no final dos anos sessenta. A acumulação proporcionada pelo aumento da venda de maconha, nessa época, o início da onda de assaltos a bancos e residências a partir do final dos anos sessenta e durante toda a década de 70, a oferta (e a nova demanda) de cocaína a partir de meados dos anos 70 e a organização de presidiários, que se estrutura na Ilha Grande (« Falange Vermelha », depois « Comando Vermelho ») e na Penitenciária da Frei Caneca (« Falange do Jacaré »)[219], marcam a transição da « boca de fumo » baseada no comércio da maconha para o « movimento », baseado no comércio de cocaína.[220] Mas a estrutura da divisão de territórios em « bocas » se mantêm, embora cada boca tenha ganhado uma complexificação ocupacional compatível com a maior demanda, a maior repressão e a maior taxa de lucratividade.

Vários ex-assaltantes de banco condenados e cumprindo penas de longa duração « compram » sua liberdade e saem da cadeia já organizados para o tráfico, entre 1983 e 1984. Este se desenvolve inicialmente em continuidade espacial e social com as « bocas de fumo » tradicionais, em algumas favelas e conjuntos da Cehab principais: Juramento, Jacarezinho, Serrinha, Mangueira, Borel, Dendê, Pavão, Cantagalo, Rocinha, Zebu, Lucas, Vigário Geral, Cidade de Deus e Cidade Alta. Vários donos de bocas tradicionais entram para as redes e dinamizam seus contatos. Muitos moradores dessas áreas caracterizam essa « primeira fase » do tráfico (1983-86), sob controle da primeira rede denominada de « Comando Vermelho », em aberta descontinuidade com a « segunda fase », marcada pela segmentação do « movimento » e pelo « enfraquecimento » do Comando, com a prisão e morte de suas principais lideranças (a partir de 1986). Para esses moradores, a primeira fase foi dominada por lideranças « maduras », « experientes », « que tinham respeito », enquanto a segunda fase é

[219] Os assaltantes de banco eram incursos, nos anos 70, na mesma « Lei de Segurança Nacional » criada para combater a guerrilha da esquerda contra o regime militar. Para uma análise dessa fase de organização dos presidiários, ver Coelho (1987; 1988), Prates (1991) e o livro-reportagem, bastante documentado, de Amorim (1995).

[220] A expressão « movimento », que nasceu na época da « boca » e se generalizou para designar a organização mais abrangente da primeira fase, aplica-se hoje seja ao que restou dessa organização, seja à rede local do tráfico.

dominada pelos « meninos », « empolgados », « muito violentos » e « sem respeito pelas famílias ». Mas essa avaliação varia muito, de área para área. A articulação entre o « movimento » e os assaltos é admitida por todos, mas corresponde a diferentes formas de operar o poder no interior da organização local do tráfico. É comum, por exemplo, que armamentos do « movimento » sejam emprestados à « rapaziada » (geralmente aos chamados 'soldados') para a realização de assaltos, em troca de apoio interno ou de parte do botim.

A estruturação do « movimento » em redes começou com o « Comando Vermelho », mas atravessou diferentes etapas, mantendo no entanto uma estrutura local similar. A estrutura local se mantêm mesmo quando a rede mais abrangente - que articula diferentes áreas sob um mesmo dono ou com vários donos vinculados entre si - passa por modificações. Não há uma rede geral, única, como se pensou que houvesse em meados dos anos 80, nem jamais houve uma única liderança reconhecida em todas as áreas e por todos os « donos ». Há contatos intermitentes entre « donos » que se dizem « amigos » e contatos regulares entre um « dono » e seus gerentes nas várias áreas, como tambem permanentes conflitos entre « donos ».

Os primeiros « donos » do *movimento* já controlavam áreas desde o início dos anos 70, mas as redes se constituíram a partir dos presidiários do início dos anos 70 incursos na « Lei de Segurança Nacional » e de suas anteriores ligações, em suas áreas de origem, com assaltantes ou antigos donos de boca-de-fumo. A continuidade entre os últimos « malandros » e « marginais » dos anos 50 e 60 e os atuais « vagabundos » deve ser buscada nas relações de vizinhança ou parentesco, mas também deve-se à « fama » que os primeiros obtinham junto aos adolescentes (« pivetes » e pequenos « marginais ») nascidos nos anos 50 e 60, que buscaram imitar sua « valentia », sua « astúcia » ou que os transformaram em referência quanto ao estilo de vida. Foi, no entanto, a mediação da experiência dos assaltos a banco, na década de 70, que levou a uma melhor organização das quadrilhas e a uma acumulação primitiva de capital, logo transferida para o mercado de drogas a varejo. Em seu brilhante romance etnográfico « Cidade de Deus », Paulo Lins recupera essa dimensão de continuidade, ao mostrar como os bandidos da « Cidade de Deus », por volta de 1977, tinham como referência os « marginais » tornados famosos pela imprensa na década de 60 e começo de 70, como

« Charrão », do Morro de São Carlos, e « Grande », da favela Macedo Sobrinho, na Lagoa.[221]

O movimento proliferou com uma rede de capitalização baseada numa espécie de « empréstimo » com garantia em « vínculos de amizade » ou parentesco, mas sob a tensão do justiçamento sumário dos devedores. Mas foi a organização dos presidiários nos últimos anos da década de 70 que fortaleceu (o nome dado a esse projeto foi esse mesmo, « fortalecimento ») e tentou oligopolizar esse mercado a partir de 1983-84. O Comando bancava tudo à pessoa que se dispunha a « botar o movimento » numa área nova: dava-lhe armas, contatos para a compra da droga, dinheiro. Em troca, ele pagaria regularmente com uma parte ponderável de seu lucro à « caixa »comum do Comando e respeitaria as regras de apoio mútuo, aliança contra adversários, respeito, apoio e « proteção » aos moradores locais e, principalmente, aos « amigos ». Qualquer tentativa de fraudar a rede (« dar um banho »), em qualquer nível, seria punida com a morte. No topo, a rede jamais foi inteiramente vertical, possuindo antes uma liderança « colegiada » informal, com uma parte controlando o « movimento » de dentro do presídio e a outra parte controlando de fora. O desenvolvimento da « desconfiança » entre a parte de « dentro » e a parte de « fora », e a ambição dos novos participantes em ampliar suas áreas, constituem uma dimensão fundamental para a compreensão do fracasso da primeira rede (1984-86) e a segmentação subsequente (a partir de 1988-89). Mas em geral, muitos aspectos, que restam investigar, parecem aproximar essa primeira rede da que organizava o « jogo do bicho » nas décadas de 50 a 70, com a sua divisão de áreas, sua hierarquia entre gerentes e vendedores, seus olheiros e pistoleiros, seu poder local e seu interesse político com a « proteção » dos moradores sob o seu raio de influência. A busca de oligopolização por uma « cúpula », alcançada pelo jogo do bicho por volta de 1980, fez diminuir sensivelmente os efeitos de violência antes verificados nas disputas por « pontos » do bicho. A tentativa análoga, iniciada pelo Comando Vermelho na primeira metade dos anos 80, não alcançou sucesso e a prisão ou morte de suas principais lideranças, algumas delas relativamente « politizadas », deu lugar à continuidade da disputa por territórios que ainda se verifica hoje, com o consequente fracionamento das redes em novos « comandos » (reorganização do Terceiro Comando em 1990, « neutros » ou « independentes », Comando Vermelho Jovem, Amigos dos Amigos, etc.). Um dos primeiros líderes do « Comando Vermelho », o « Japonês », foi

[221] Lins (1996).

morto este ano (1999) na Penitenciária Milton Dias Moreira, segundo me disseram traficantes presos, por ordem do « Comando Vermelho Jovem ».

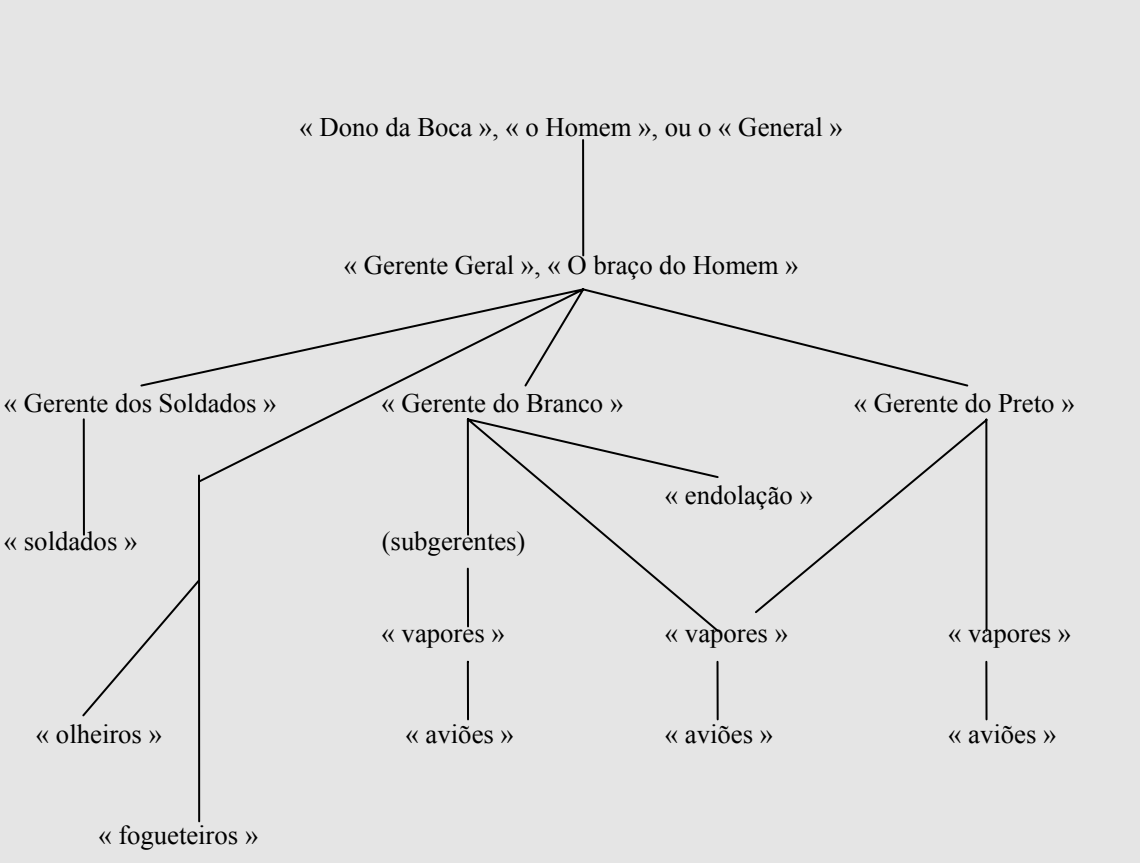
Quando o « dono » não era da « área » (o que passou a ocorrer com frequência com a proliferação do « movimento »), ele em geral vinculava-se diretamente a um contato privilegiado local, seja como « parente » ou « amigo ». Esse contato local poderia ser, por exemplo, a viúva ou a mãe do antigo « dono » de origem local, seus outros parentes ou mesmo o próprio « dono local » anterior, ainda preso.[222] Esses passavam a receber uma parcela do lucro, regularmente, sob exigência do Comando ou por decisão própria do novo dono. Com a prisão de um « dono », o controle do movimento passava, por indicação sua, para um parente próximo, um amigo de infância ou considerado de confiança ou um dos seus próprios gerentes, que merecia sua aprovação, e que deveria continuar a manter a ligação com o Comando. Quando isso não ocorria e a invasão não possuía contatos significativos com os bandidos da área, a tensão alcançava limites máximos e os traficantes perdiam qualquer simpatia de segmentos da comunidade relacionados com o tráfico. A organização social da confiança num ambiente social que transaciona, com recurso à violencia, vários tipos de mercadorias criminalizadas, é sempre muito problemática. Diferentes formas de violência articularão (ou desarticularão) as construções imaginárias de confiança e reciprocidade nesses ambientes, e o aumento de conflitos com morte, na segunda fase do tráfico, assinala a decomposição crescente da organização mínima de confiança recíproca prevalecente na primeira fase. A maior ou menor abrangência da confiança recíproca, baseada seja no equilíbrio de forças, seja na dissuação potencial que o emprego da violência por uma rede de « donos » pode significar, é uma dimensão importante de toda as redes sociais que transacionam mercadorias informais ilegais ou criminalizadas.

De um modo geral, pelo menos quanto à parte presidiária dessa organização, ela continuava relativamente forte « para dentro » dos presídios, mas vem se enfraquecendo a cada ano no controle do que está acontecendo « do lado de fora », com as alterações nas lideranças se impondo muitas vezes aos Comandos e com a montante de « traições » e desconfianças mútuas. A abrangência do Comando Vermelho e do « Terceiro Comando » (que sucedeu à Falange do Jacaré), embora ainda dominante nas penitenciárias, está hoje muito diminuída ou fragmentada. Concentração de poder em

[222] Tratarei especificamente deste ponto no próximo capítulo.

alguns « donos », que invadem e controlam novas áreas, e fragmentação de poder em outras, que se auto-denominam « neutras », um eufemismo para designar sua independência « à força » dos comandos penitenciários organizados. Reforçou-se, assim, a concepção « estratégica » de que cada « dono » ficará apenas algum tempo com o controle da área. Ele deverá acumular o mais rapidamente possível um capital que, paralelamente, ele transferirá para atividades econômicas legais. Frotas de táxi, imóveis residenciais, motéis, comércio são algumas das principais opções feitas pelos traficantes que, presos ou foragidos, perderam ou abandonaram o controle do comércio local de drogas. O mercado informal ilegal ou criminal aparece, aqui, como uma forma de « acumulação primitiva », uma estratégia aquisitiva de curto prazo para « donos » e « gerentes » de origem familiar pobre ou de baixa renda. Distingue-se inteiramente das « estratégias de consumo » ou mesmo de « mais-sobrevivência » que podem ser incorporadas pela maioria dos trabalhadores jovens do « movimento ». A rede social implantada a partir das penitenciárias ainda subsiste em algumas áreas, mas vem sendo desmantelada pelos « meninos », pela « rapaziada », que livram uma guerra contínua pela ocupação dos territórios ou para ter o controle contra seu antigo « dono ». Ainda assim, a estrutura interna em cada área (quadro 9) segue obedecendo a um mesmo padrão básico:

Quadro 9 : Estrutura do « movimento » em cada área de tráfico do Rio : hierarquia e divisão de atribuições



Essa estrutura pode ser decomposta em três níveis: o « dono » e seus « gerentes » (seus potenciais « herdeiros »), formam o primeiro nível da hierarquia; os « vendedores diretos » (« vapores » e « aviões ») e « soldados », um segundo nível. Os « endoladores », uma parte dos « aviões » de ocasião e os « olheiros » e « fogueteiros », o último nível.

As linhas indicam uma dupla hierarquia sobreposta: econômica e de distribuição de poder. O « General » ou « o dono », no topo, é aquele que « controla a área » (ou várias áreas). É conhecido pelo seu nome (geralmente um apelido) pelos moradores do local, onde ele vai (quando controla outras áreas) uma ou duas vezes por semana. Se estiver preso, poderá continuar seu controle através de parentes ou sócios não-presos. Seu poder baseia-se nos contatos com os fornecedores e na proteção de outros donos (« rede »). Sua principal relação é com o seu « braço », o gerente geral, que geralmente mora na área ou em várias áreas sob seu controle. O « gerente geral » é o principal responsável pela arrecadação geral, pela contabilidade, pelos pagamentos e pela distribuição da droga entre os demais « gerentes », embora ele possa manter um « gerente da grana » (gerente da contabilidade geral). A estrutura de passagem da

mercadoria é uma só, de cima para baixo: o « dono » compra de outro « dono », à vista ou em consignação, ou diretamente de diferentes fornecedores regulares ou de ocasião, à vista. Passa, em geral, por consignação contabilizada, ou por venda, ao « gerente geral ». Este passa a droga para o « gerente da endolação », que paga aos endoladores o trabalho de acondicionar o pó (ou a maconha) nos papelotes. Após a endolação, as cargas são conferidas pelo gerente da endolação e passadas, sob controle contábil e novamente por consignação aos « gerentes » da cocaína (« gerente do pó » ou « gerente do branco ») e da maconha (« gerente do preto »). Esses fazem o mesmo, também por consignação, ou a um subgerente (que terá seus « vapores ») ou diretamente aos « vapores ». Nessa etapa, a distribuição por « vapor » é de cerca de quatro ou cinco « cargas » (um total médio de 1200, 1500 « papelotes » por vapor), podendo aumentar e até dobrar em festas, bailes, finais-de-semana. O « gerente do branco », quando não há um gerente da endolação, é quem geralmente contrata e paga os trabalhadores que fazem a « endolação », muitas vezes pessoas sem outro envolvimento com o « movimento »: mães de família, parentes, amigos, uma parte dos quais tambem trabalhadores assalariados no « mercado formal ». Os « vapores » já recebem as cargas « endoladas », vendem uma parte diretamente (para fregueses habituais, que compram em maior quantidade) mas, em geral, passam a maior parte, também em consignação, para os « aviões » locais, e à vista para os « aviões » de fora. O termo « avião » pode se aplicar tanto ao último nível da escala de vendedores como à função de contatar o cliente e levá-lo ao « vapor », que fará a venda. O « gerente dos soldados » é quem contrata e paga os « soldados », isto é, o pessoal que mantêm a ordem interna, que protege o serviço dos gerentes e vapores, que defende a área quando necessário e que é mobilizado para invadir novas áreas. Ele controla o armamento, o lugar onde ficam guardadas as armas e munições (« paiol »), e é quem distribui as armas, segundo o calibre e a « responsabilidade », entre os « soldados ». É pago pelo « gerente geral » e, às vezes, liberado para utilizar ou emprestar as armas para assaltos, contra o pagamento de uma parte do botim. Muitos soldados são adolescentes, que utilizam parte dessas armas, emprestadas, para « serviços » ou « ganhos » (assaltos) fora da área e do mercado local da droga. Os « fogueteiros » são, em geral, crianças e adolescentes pagos pelo gerente geral para soltar fogos de morteiro para sinalizar seja a chegada de uma nova « partida » de cocaína, seja a aproximação da polícia ou de um grupo rival armado, de outra área (os « alemão », que num contexto geral significa « inimigo » e num contexto específico significa « soldados da polícia militar »). Os « olheiros »,

finalmente, que podem ser também « fogueteiros », inspecionam constantemente a área e informam aos gerentes qualquer situação de perigo.

Essa estrutura se repete em todas as áreas e não foi montada de uma hora para outra. Começou na « boca » tradicional e foi se hieraquizando em funções na divisão do trabalho à medida que o movimento se ampliava. Os « soldados » parecem ter surgido na fase em que o Comando Vermelho controlava não só os presídios como as principais áreas « de fora » (1984-86). Uma pesquisa de como se estabeleceu esse padrão ainda está por ser feita, mas ele parece resultante de alguma mistura de formas primitivas de organização no interior das penitenciárias com a estrutura territorial e intra-territorial das bocas tradicionais nas favelas e do jogo do bicho nos bairros, articuladas como estratégias aquisitivas « oportunistas » e « rápidas » de « acumulação primitiva » individualista (para « donos » e « gerentes ») ou de mais-sobrevivência, poder pessoal e consumo (para o resto do « movimento ») em « redes » mais ou menos abrangentes.[223] O potencial de permanência dessas estratégias deve-se menos à impunidade e mais à permanente rotatividade de quadros e ao grande poder de atração que exerce sobre muitos jovens pobres dessas áreas. Todos os meus informantes, dentre os que se afastaram do « movimento », explicam sua saída pelo fato de que « ou terminariam presos ou mortos », como muitos de seus amigos, o que não é exatamente uma representação de « impunidade ». Sobre os que ficam, e os que estão entrando, explicam que o « movimento » cria uma grande « empolgação » entre os jovens, que passam a ter acesso a bens e a um poder pessoal que jamais poderiam ter de outra maneira e que ficam « cegos » para o grande risco que correm.

Para sair do « movimento », segundo me contaram, « não há problema », desde que você não « esteja devendo ». Não há « fechamento » nem no acesso, nem na saída, mas regras de segurança na seleção de acesso e a exigência de inexistência de dívidas com o « movimento » na saída. As conversões religiosas, que afastam alguns jovens de envolvimento anterior, não se explicariam assim como um meio instrumental de

[223] Empregamos aqui a noção de « rede » no sentido indicado por Pécaut: « mode d'organisation que prévaut lorsque l'encadrement des populations se réalise en l'absence de toute adhésion à un objectif ou à une argumentation normative. (...) Groupe disposant de ressources de pouvoir diverses et imposant une régulation collective que comporte un fort degré de coercition, n'en appelle pas à une adhésion volontaire mais à une allégeance sous contrainte, suscite des délimitations territoriales spécifiques, ne renvoie à aucune élaboration symbolique.(...) Les interactions entre réseaux sont fondées sur un mélange de transactions et de confrontations » (Pécaut, 1996). A aplicação da teoria dos grafos, proposta por Marcelo Lopes de Souza (1996) parece-me bastante promissora, embora dependa de informações sistemáticas sobre contatos e relações entre os agentes que são muito difíceis de se obter nas condições de clandestinidade em que se mantêm essas redes.

« saída », mas como uma opção autêntica que, inclusive, é respeitada pelos demais. Mas ainda existem poucas pesquisas sobre o cotidiano da vida no tráfico e é cedo para qualquer generalização desses resultados.

O caráter relativamente precário dessas estratégias parece se confirmar quando se sabe que, desde o início, o « dono » da área aplica regularmente parte de seus investimentos no mercado formal, adquirindo imóveis, frotas de táxi, lojas, como forma de sair da « vida do crime » mais tarde. A provisoriedade de inserções e a rotatividade dos « donos » de negócios é uma característica geral do comércio ilegal da cocaína nas áreas de pobreza urbana do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, as inserções parciais de « endoladores », « fogueteiros » e parte dos « aviões », bem como as arriscadas (e geralmente definitivas) inserções de « vapores » e « soldados » parecem seguir outro padrão, não apenas mais subalterno e economicamente incapaz de produzir « saídas », como também mais vulnerável à ação policial. Entre os vendedores diretos, tudo o que se ganha se gasta rapidamente, e poucos são os que « melhoraram de vida ». Dos que entraram para o tráfico nos idos de 1984-85, a maioria absoluta está presa ou morta. Apesar disso, a grande esperança de alguns desses trabalhadores que permanecem é « virar patrão », controlar o movimento local, o que pode suscitar diferentes estratégias, seja de lealdade com o antigo dono, seja de traição e « tomada do poder ».

Outro grande problema na manutenção seja das redes mais abrangentes, seja da rede do grupo local, é a « cobrança » das diferentes consignações de mercadorias, aluguéis de armas e troca de favores. A protelação da dívida pelo credor pode se transformar em meio de chantagem e seu não pagamento após um « ultimato » em motivo suficiente de eliminação física do devedor. Parte ponderável de homicídios registrados deve-se a cobranças desse tipo. Outra parte decorre de tentativas de « banhos » (o furto de dinheiro ou droga no interior do mercado ilícito), da suspeita de « delação », de desrespeito a regras de convivência com os moradores da comunidade (como em casos de estupros) e de conflitos pessoais (que geralmente envolvem disputas de mulheres). Mas a maioria dos homicídios parece decorrer principalmente de acerto de contas intra e inter-grupos e nos conflitos com a polícia e com grupos de extermínio. Uma parte dos extorquidos é morta pelos policiais como « queima de arquivo ».

Nesse microcosmo ilegal e criminal, reproduzem-se algumas das formas de ação estratégica e « de risco » - precipuamente políticas e militares - comuns às esferas políticas globais, mas desprovidas de qualquer apoio em identidades coletivas, ideologias ou símbolos que não seja a lógica do próprio « movimento ». Essa « lógica »,

por se reproduzir por meio da ilegalidade, da desconfiança e da violência, tem fortes limitações (e ao mesmo tempo grande demanda) em constituir unidades coletivas. Tende, assim, a produzir solidariedade de interesses mais pelo seu confronto com a polícia ou com outros grupos que disputam o mesmo mercado do que pela capacidade de organização social interna da confiança recíproca. Os « alemão » - essa identidade coletiva do Outro que colabora na construção de alguma identidade mínima de pertencimento e solidariedade interna - são os policiais, mas podem ser também os inimigos de outra parte ou de outra rede. Como são inevitáveis, as transações com os policiais tecem novas formas de mercado informal ilegal e de violência, produzindo incessantes « ligações perigosas ». A chacina de Vigário Geral ocorreu, como se sabe, nessas condições. As principais mercadorias dessas « ligações perigosas » são « políticas »: a « proteção », « a liberdade », a « segurança ». Mas podem custar muito caro.[224]

Uma parte importante do lucro obtido no comércio varejista de drogas nas áreas de pobreza urbana é gasta com a compra de « mercadorias políticas »: a libertação de traficantes presos é um negócio lucrativo para os agentes policiais que participam desse mercado, a ponto de, em algumas áreas, as « batidas » já assumirem - para moradores e traficantes - o caráter de ação instrumental com vistas à produção de novas mercadorias políticas. A sobreposição do mercado ilegal de drogas com o mercado de mercadorias políticas gera formas novas de desconfiança, que reproduzem a raiva contra a polícia, a abertura de novas « frentes » criminais, o aumento da dependência dos traficantes libertados em relação ao « movimento » e uma demanda, ainda difusa, de uma agência de proteção criminal eficiente.

[224] Afirma-se que Celsinho da Vila Vintém, dono da boca dessa área, para obter sua liberdade teria gasto 1 milhão de reais. Cf. O Globo, 25/9/1999, p. 15.

6. Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e Mercadorias « Políticas »

Se todo mercado informal está necessariamente sujeito ao custo político de sua insubmissão à regulamentação estatal, o mercado informal que negocia com mercadorias ilícitas é fundamentalmente constituido, em seus custos e em seus benefícios, pela lógica de sua dupla ilegalidade. É um mercado criminalizado mais amplo que surge necessariamente quando seu núcleo informal criminal mais visível se expande. Não há como dissociar, funcionalmente, a expansão regular do comércio de mercadorias ilegais, o emprego da violência na base das relações de poder e a expansão do mercado potencial de mercadorias políticas. Diferentes redes sociais de violência e transação atravessam seja o « território », seus agentes criminais e sua população, seja os agentes encarregados pelo Estado de prover a ordem pública e a preservação efetiva do monopólio de emprego legítimo da violência. Enquanto « agência formal », o Estado não foge, entretanto, às mesmas condições econômicas que podem impor aos seus agentes o estabelecimento de um mercado informal de serviços e mercadorias, cujo fundamento seja exatamente o controle, individualizado e ilegal, dos meios de administração da violência a que dá acesso a posição de agente do Estado. A « economia da corrupção » constitui, assim, outras redes de economia informal ilegal que, diferentemente das redes do tráfico, negocia com « mercadorias políticas » ilícitas e não apenas com mercadorias econômicas criminalizadas.

No Rio de Janeiro, um padrão histórico estabeleceu-se com a mercadoria ilegal « jogo do bicho ». Esse padrão incluía, desde o início, uma contradição entre a política de criminalização mais geral, que atendia a uma parte importante da demanda moral da opinião pública, e a « percepção social » da atividade criminalizada e de seus agentes pelos seus consumidores, que incluiu, em diferentes épocas, também uma parte importante da população da cidade. Evidentemente, essa contradição facilitou o desenvolvimento da oferta de mercadorias políticas em todos os níveis, desde o clientelismo político até à corrupção mais desenfreada, com a consequente banalização seja da proibição do jogo, seja do poder dos bicheiros.

Essa banalização do duplo mercado informal ilegal, da mercadoria « jogo do bicho » e das diferentes mercadorias políticas trocadas sob a sua criminalização « de direito » mas não « de fato », parece ter se transferido, ainda que em condições mais difíceis, primeiramente para a mercadoria « maconha », a partir do final dos anos

sessenta, e depois, na primeira fase do tráfico, para a mercadoria « cocaína ». Como dissociar essa banalização constitutiva do mercado informal ilegal no Rio (que inclui também outras mercadorias ilegais, como mercadorias contrabandeadas, bens furtados ou roubados, peças de veículos roubados, etc) da contradição entre as políticas gerais de criminalização e as amplas bases sociais de « descriminalização » *prática* desses mercados? Não se trata, nesse caso, apenas de « impunidade », já que essa banalização confrontava, na prática, a própria legitimidade dessa « criminalização » e, portanto, o sentido último (e moral) da punibilidade. Muitos traficantes e não-traficantes não consideram o seu negócio um « crime ». Dizem que « ninguém é obrigado a comprar ». A mesma representação pode facilitar a adesão de agentes policiais à exploração desses mercados ou de sua sujeição criminal.

Não se trata, também, de fazer retroagir a relação com a impunidade para a origem do processo, ao se tentar explicar essa própria banalização, uma vez que essa impunidade não existiu sempre, ela foi se constituindo junto com a banalização, como resultado de uma política de criminalização do jogo e do contrabando que jamais ganhou universalidade moral, que sempre pareceu conjuntural e limitada. Mesmo depois que a violência criminal entrou em cena, já associada ao tráfico de cocaína, a grande demanda social de criminalização continuou a se dirigir aos furtos cometidos nas ruas pelos « pivetes » e « trombadinhas », depois aos roubos e assaltos de residências, apartamentos, lojas e carros pelos assaltantes. O índice de traficantes presos era, até cinco anos atrás, relativamente pequeno em relação aos presos por crime convencional, embora se saiba que grande parte do aumento de homicídios na cidade resulte da atividade do tráfico e de seus conflitos internos ou com a polícia. Hoje, o número de traficantes presos cresceu bastante e já começa a alcançar o de assaltantes. Mas não há qualquer prestígio em ser ladrão, enquanto esse prestígio tende a ocorrer entre traficantes.

A polícia, como pode se deduzir de suas estatísticas, continua a registrar sempre mais crimes contra o patrimônio do que delitos ligados ao comércio ilegal de drogas (exceção feita aos homicídios, a maior parte dos quais não apurados, porque - como « explicam » muitos policiais - resultantes de luta contra ou entre os traficantes). Como a maior parte desses crimes contra o patrimônio privado não são apurados pela polícia (por razões inteiramente diversas daquelas que são atribuíveis à mesma ineficiência no caso do mercado de cocaína), fica uma questão: o que pensam as bases policiais de tudo isso, quais as suas representações e justificações para isso? Como essas representações

podem justificar, direta ou indiretamente, a economia da corrupção policial e das ligações perigosas com o « movimento », assim como justificara antes a ligação com o jogo do bicho, elas são fundamentais para a investigação das contradições entre políticas e suas bases sociais de implementação e para o crescimento da oferta de mercadorias políticas.

Embora nenhum bandido importante justifique sua opção criminal pela sua pobreza familiar ou pessoal, é comum a muitos policiais justificarem a baixa eficácia da polícia ou a corrupção de muitos policiais pelos « baixos salários ». Essa justificativa, que é pública, assumida em discursos oficiais, não oculta a sua « lógica moral », a de que o acesso aos meios públicos de administração da violência permite constituir mercados informais de « mercadorias políticas » como um modo socialmente « compreensível » (o atributo « legítimo » fica na ponta da língua) de complementação dos salários. Entre essa representação e a lógica monopólica de toda política geral de criminalização abrem-se diferentes espaços informais de transação e realimentação entre mercadorias econômicas e mercadorias políticas ilegais e criminalizadas.

O padrão histórico de corrupção policial parece ter se desenvolvido a partir da criminalização do jogo e da prostituição, que atravessou diferentes conjunturas nesse século. Diferentes mercadorias políticas produziram, desde então, novas redes de troca, cuja banalização subsequente pode ter alimentado a passagem para as redes de transação que favoreceram a instalação do tráfico nas áreas de pobreza urbana como mais uma mercadoria ilegal potencialmente banalizável. É uma hipótese plausível considerar que a reação moral crescente à banalização desse novo mercado informal ilegal deveu-se principalmente ao incremento da criminalidade convencional a ele associada e ao extraordinário aumento da violência criminal. No entanto, essa nova reação não parece nascer diretamente apenas do crescimento do consumo de drogas entre os jovens de classe média, mas principalmente do « medo da violência » a ele associado.

A atual ruptura com a banalização evidencia a impunidade, *todas as impunidades*. Pela primeira vez na história da cidade, no fim da primeira metade dos anos 90, todos os grandes *banqueiros* do jogo do bicho foram para a cadeia. Mas as redes do mercado informal do jogo do bicho continuam a funcionar normalmente. Há os que afirmam que os bicheiros só foram para a cadeia quando o bicho « já não era mais o mesmo », mas isso me parece um exagêro. O mesmo padrão ocorre com o tráfico: a polícia prendeu sucessivamente, ao longo dos últimos quinze anos, *todos* os principais « donos » de áreas de tráfico da cidade, e o tráfico continua a funcionar normalmente. É

essa força intrínseca do mercado informal ilegal do Rio, que transaciona mercadorias lícitas ou ilícitas e que pode chegar a reunir cerca de 200 mil trabalhadores e muitas centenas de pequenos e grandes empresários, que continua a desafiar a maior parte das análises.[225]

Políticas Criminais e Demanda de Mercadorias Políticas

Em sua análise sobre a recente produção sociológica sobre a Máfia siciliana[226], R. Catanzaro se pergunta se a demanda de garantia das transações, dirigida à máfia, deriva da ausência endêmica de confiança, que encoraja a oferta da mercadoria « proteção » (tese defendida por D. Gambetta) ou, ao contrário, é a própria oferta de proteção que cria a demanda (Catanzaro, 1995). A questão de Catanzaro, importante para a compreensão do fenômeno mafioso na Itália, um fenômeno que comporta uma grande organização privada e criminal de oferta de « proteção », perde um pouco o sentido quando nos deslocamos para o caso do Rio de Janeiro.

Assim como o sentimento de insegurança e medo, crescente na cidade desde os anos 70, « produziu » inúmeras empresas privadas legais de proteção e segurança (um mercado formal de agentes privados armados que oferece a mercadoria « proteção »), muitos agentes do Estado encarregados do uso legítimo da violência « privatizaram » esse serviço, transformando-o em mercadoria política. Além disso, onde a proteção resultava problemática, pequenos e médios empresários apelaram à organização de pequenos grupos de extermínio. Mas esses grupos nunca chegaram a se expandir, como no caso da máfia, constituindo redes abrangentes. Pelo que se sabe, sempre mantiveram-se, direta ou indiretamente, vinculados a policiais, quando não eram inteiramente formados por policiais e ex-policiais e com um raio de atuação relativamente periférico. Alguns desses grupos começaram a aparecer ainda nos anos cinquenta, mas jamais se unificaram numa rede abrangente. Provavelmente a mercadoria « proteção » não tinha ainda grande demanda. Por outro lado, sua composição eminentemente policial não facilitou o desenvolvimento de « ligações

[225] Além dos cerca de 16 mil presidiários que superlotam atualmente as penitenciárias cariocas, calcula-se em mais de 50 mil os mandatos de prisão não cumpridos no Rio, o que dá uma idéia apenas aproximada do contigente de trabalhadores envolvidos com mercadorias criminalizadas e/ou com a criminalidade convencional no Rio de Janeiro atualmente.

[226] Principalmente os livros de P. Arlacchi, A. Blok e D. Gambetta. A principal tese de Gambetta é que a máfia siciliana tem por principal mercadoria a venda de « proteção » num mercado informal marcado pela

perigosas » com as redes criminais, exceto no caso do « jogo do bicho ». Neste, uma rede própria de proteção desenvolveu-se, inicialmente apoiada em pistoleiros e posteriormente em redes de informantes e grupos de policiais e ex-policiais.

No Rio, a oferta de proteção (nos dois mercados, o formal e o informal) não decorre nem de falta endêmica de confiança nas transações, nem cria demanda por si mesma. A extorsão e as transações de proteção, que incluem as propinas a policiais, dependem, pelo contrário, de uma abrangente rede de confiança (e de expectativas de « transação normal ») entre os negociantes, que deriva da sua comum ilegalidade. Ainda que existam exceções importantes, a troca se desenvolve, ainda hoje, com razoável confiabilidade de parte a parte, dispensando qualquer intermediação organizada. Os acertos de conta são privados, pessoais, e no máximo encomendados, após a decisão, a um grupo de extermínio ou a um pistoleiro, por meio de um contato tambem pessoal.

Qual a base dessa mínima confiabilidade recíproca, que permite que trocas como essas se estendam pelo tecido social? Em que sentido formas anteriores de mercado informal ilegal e até mesmo a organização do tráfico em sua primeira fase contribuiram para ampliar esse mercado? Que ele já estava constituído difusamente no imaginário contraditório das bases sociais, não resta dúvida. A coexistência de reação moral (que alimenta as políticas conjunturais de criminalização) e de compreensão ou justificação estratégicas desses diferentes mercados ilícitos, nos mesmos agentes, pode oferecer uma pista. *Como se articulam, num mesmo sujeito social, linhas de ação e cursos de sentido incongruentes entre si, amplamente reconhecidos por todos, sem que isso produza maior ruptura com a organização social da confiança recíproca?*

O recurso histórico à força individual e de quasi-grupos na resolução de conflitos, evitando-se recorrer à violência legítima do Estado; a convivência entre a violência desmedida, de « excesso de poder »[227] das classes dominantes e elites , de dentro e de fora do Estado, com políticas e práticas de conciliação, negociações em condições francamente desiguais e clientelismo político, podem constituir uma caução difusa dessa tradição e desse imaginário. O « homem cordial » sempre teve uma arma ilegal em sua mesa de cabeceira, o « malandro simpático » sempre trouxe uma navalha no bolso. O policial na rua, armado pelo Estado, negocia o valor da propina em troca da não-cobrança de uma multa de trânsito, com um justificado cidadão que poderia

---

insegurança e desconfiança nas transações. A Mafia seria um « tertium », garantindo as transações num mercado inseguro (ver Gambetta, 1992).

denunciá-lo, mas que lhe agradece. O cidadão odeia o policial corrupto, porque gostaria que esse o « compreendesse » e o deixasse impune, mas prefere pagar a propina a pagar a multa. À noite, em casa, lendo os jornais, critica a polícia pela impunidade dos corruptos e dos criminosos. Tudo se passa como se não houvesse incongruência e como se o mercado informal ilícito que ele frequentou de manhã fosse inteiramente diferente do que ele agora critica à noite.

Os dois, o policial e o cidadão, se entenderam, *a mesma representação* percorreu e legitimou a transação. Que representação é essa que atravessa nossos dois atores e legitima uma economia informal de « mercadorias políticas »? Tudo se passa como se a mediação entre Sociedade e Estado, que é constituida pelas diferentes unidades coletivas de solidariedade de interesses, não existissem. Indivíduos que « trabalham » para o Estado-Patrão, indivíduos que « demandam » ao Estado-Provedor, indivíduos que « privatizam » funções do Estado-Rico ou Protetor, indivíduos que « fogem » do Estado-Perseguidor. O Estado é representado e percebido como « forte », e os indivíduos como « órfãos ». Órfãos de diferentes classes, com diferentes recursos de « se livrar » do Estado, ou « de exigir » do Estado.

A economia das « ligações perigosas » entre mercados informais de bens econômicos ilegais ou criminalizados e mercadorias políticas se alimenta, assim, paradoxalmente, das próprias políticas de criminalização que demarcam esses mercados. Emanadas do Estado, em resposta à reação moral da sociedade (que demanda uma « solução » para a violência), essas políticas permanecem presas à lógica do « excesso de poder » de suas bases sociais de implementação, e não à lógica da violência legítima e legal. A reificação comunitária do tráfico no Rio facilita a percepção de que essas áreas precisam ser « invadidas » pelo poder público. Não se pensa em investigação técnica, em produção de provas de valor judicial, mas em « invasão militar ». O fantasma da sujeição criminal alarga-se, na representação social, ao ponto de compreender toda uma comunidade favelada, ou todo um conjunto habitacional ou áreas e bairros inteiros da cidade.

Entre uma invasão policial e outra, na rotina não-invadida do cotidiano, a economia das « ligações perigosas » se reorganiza no atacado, as mercadorias políticas aumentam de preço, o « movimento » se reestrutura em outro lugar, ou no mesmo com outros « donos », ou ainda nas penitenciárias, e o saldo perverso das « ligações

---

[227] A expressão, arendtiana, alcança um nível quase conceitual em instigante trabalho de José Vicente Tavares dos Santos (Santos, 1995).

perigosas » e das « invasões » continua a ser o aumento de homicídios nas estatísticas policiais, produzindo crescente « medo da violência », mais reação moral e demandas de mais « excesso de poder ». A perda de confiança na organização policial legítima tende a aumentar a demanda de violência ilegal tanto quanto a ruptura da precária organização da confiança recíproca entre os traficantes tende a aumentar o volume de « acertos de contas » e conflitos no interior das redes e dos grupos locais. As ligações perigosas entre os dois mercados informais ilegais podem desenvolver, em tal contexto, uma radicalização especificamente perversa dos custos de « proteção » dos agentes envolvidos em todos esses mercados e redes, com uma consequente generalização da violência. Foi o que aconteceu na estruturação da rede conhecida como « Comando Vermelho ». Pagava-se a agentes do Estado a liberdade de um presidiário. Este, em troca do favor, tinha que devolver dez vezes mais aos que financiavam sua fuga. Para isso, precisava assaltar cada vez mais. A estruturação da rede, desde seu início, baseou-se nessa sobreposição de esferas ilícitas, a que assaltava ou traficava, e a que vendia liberdade e outras mercadorias políticas, e uma parte muito significativa do lucro produzido na primeira esfera alimentava a segunda. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro ganhou, assim, um novo patamar, muito mais extenso e estruturado do que em qualquer época anterior.

Capítulo 7
ESTRUTURAÇÃO DAS REDES, DOMÍNIO LOCAL E SOCIABILIDADE

Circulei, visitei e conheci muitas áreas do « movimento » em vários bairros do Rio de Jáneiro e em municípios de sua periferia (São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias), em diferentes épocas.[228] A variedade de situações de « domínio local » é muito grande e mutável no tempo, mas alguns padrões podem ser estabelecidos.[229] Em algumas áreas a memória do domínio retroage até os anos 60 ou antes, na maioria aos anos 70 e 80, em outras começa nos 90. Diferenças comuns a todas as áreas e épocas, no entanto, são percebidas e representadas pelos seus moradores: o aumento do número e da organização do movimento; a divisão de tarefas dentro do tráfico; o aparecimento dos chamados «comandos»; a ostensividade dos traficantes; a juvenilização (e mesmo a infantilização) dos bandidos e traficantes desde o final dos anos 80, particularmente a partir de 1992; o "menor respeito" pelos moradores, atualmente, em comparação com o « passado » (o passado, dependendo do depõente, pode recuar aos 60 ou pode chegar a representar até os meados da década de 80, para os mais jovens); o maior « poder de fogo » e a maior violência, em relação aos anos 60 ou 70, para os mais velhos; ou em relação aos oitenta, para os mais jovens; a diferença entre bandidos nascidos no próprio local ou comunidade e bandidos vindos de fora; a diferenqa entre donos, gerentes ou bandidos « gente boa » e outros classificados como « maus, cruéis, violentos »; o comportamento classificado como violento da Polícia Militar (principalmente a partir dos anos 70); a permanente extorsão polícial; o crescente « controle » ou neutralização das associações de moradores a partir dos anos 90.

---

[228] Em 1971-72 participei da pesquisa sobre « delinquência juvenil na Guanabara ». Em 1974 desenvolvi projeto especificamente sobre crimes contra o patrimônio entre jovens. Em 1977-79, no *Socii,* desenvolvi trabalhos de campo no Rio juntamente com Dilson Motta. Entre 1979 e 1982, fiz trabalho de campo em Nova lguaçu. Entre 1980 e 1983, em Niterói e São Gonçalo. A partir de 1993 e até agora, tenho visitado vários bairros e morros do Rio, principalmente na região da Leopoldina, e em Niterói e São Gonçalo. Tive que abandonar pesquisas em várias áreas, por diversas vezes, em razão de conflitos armados que punham em risco minha segurança pessoal ou intimidavam meus entrevistados a continuar conversando comigo. Sobre dificuldades semelhantes no trabalho de campo em Nova Iguaçu, ver Loyola (1984), p. 9.

[229] Alguns dos principais padrões foram objeto dos trabalhos de Alba Zaluar (1995). Outro estudo que trata do tema é Rafael (1998).

Algumas perguntas dirigiam minha curiosidade: o que é o « domínio » do tráfico numa área? Quais os padrões mais gerais desse domínio e o que ele significa para a população local? Desde quando as «bocas », se existiam antes, passaram a « incomodar » e a se transformar em « territórios de domínio » do tráfico? Como se estruturavam as bocas de fumo e se estruturam agora as redes do movimento numa área ou em várias áreas conexas? Como se chega a ser « dono » ou « gerente » nesse negócio? Até quando se pode recuar no tempo alguma continuidade entre as antigas bocas, os malandros e valentes de outrora, a emergência do movimento no final dos anos 60-70, seu « fortalecimento » nos anos 80 e a situação atual? Uma reconstituição da passagem das bocas tradicionais à sua estruturação em redes é tratada no início deste capítulo. Selecionei algumas áreas - algumas das quais serão nomeadas por toponímios fictícios - para discutir também a relação de domínio do tráfico com a comunidade local e seus efeitos sobre a sociabilidade. Ao final deste capítulo, discutirei o emprego da categoria de « domínio local » e seus limites quanto a este objeto, bem como as representações a respeito das « causas » do « movimento ».

1. Metamorfoses do movimento

0 movimento é antigo nas favelas do Rio de Janeiro e a sua repressão ocupava grande parte do dispositivo polícial. Reuní todas as notícias veiculadas em « 0 Dia », em 1958, sobre tráfico de drogas e seu resumo pode surpreender aos que vêm sustentando que esse mercado ilícito apenas se dinamizou após o aparecimento do chamado Comando Vermelho.

Resumo do noticiário de « O Dia », no ano de 1958, sobre tráfico e uso de drogas no Rio:

Preso traficante de maconha na favela “João Turco” (14/1); Polícia faz nova blitz visando repreender o tráfico de drogas e o jogo do bicho. Vários marginais são presos em vários pontos da cidade (25/1); Políciais prendem maconheiro na rua Juquiri (28/1); Guarda penitenciário é preso por tráfico de drogas, que realizava entre os detentos do presídio (30/1); Preso comerciante que vendia maconha, na Tijuca (22/2); Polícia prende viciado em maconha em flagrante (5/3); Preso traficante ao fazer entrega de maconha em Bento Ribeiro (6/3); Indivíduo é preso enquanto fumava maconha (9-10/3); Homem é preso ao tentar passar maconha para amigos, na prisão, dentro de goiabada (25/3); Homem é preso portando maconha em blitz na Estação de trem (26/3); Maconheiros presos em Ramos e autuados na 21a. DP (4-5/4); Mulher e mãe de indivíduo preso tentam dar-1he maconha durante visita e são autuadas como traficantes

(8/4); Políciais surpreendem maconheiros na Praia do Pinto, um deles é baleado e preso (25/4); Senhora é atacada por dois maconheiros em Caxias. Os marginais foram presos (25/5); Preso homem que traficava maconha dentro da casa de saúde (12/6); Presa mulher que tentava passar maconha ao marido preso (18/6); Polícia desbarata rede de maconheiro ao prender chefe de quadrilha. Investigadores procuram saber a extensão do mercado de drogas (26/6); Tráfico de maconha foi a causa do crime - « Chuchu », apontado como homicida, continua desaparecido (24/7); A « batalha da maconha » começará no pr6ximo dia 11. Tráfico e consumo da "erva maldita" na mira das autoridades (5/8); Entrou com maconha na delegacia para levá-la ao amante no xadrez e foi presa (5/9); Geraldo e Anisio foram presos na favela do Esqueleto porque portavam e fumavam maconha. Em seus bolsos foram apreeendidos vários « sambas » em composição (6/9); 0 guarda noturno atirou no inspetor de polícia quando flagrado com 2 "dólares" de maconha em seu poder (6/9); Levava maconha na comida do preso (22a. DP) (9/9); Maconha de Recife para viciados do Rio: preso em Recife (PE) numeroso grupo em poder do qual foi apreendida grande guantidade de maconha e uma lista com 30 nomes de pessoas residentes no Rio (17/9); Preso o maconheiro fugitivo. Encontrado pela polícia na favela do Esqueleto, Manuel Moraes Neto, 28 anos, que havia fugido da Delegacia de Vigilancia (8/10); Atacada no morro do Turano, ao voltar da delegacia onde apresentara queixa. 0 anormal portava punhal e grande quantidade de maconha (57 "dólares") (19/10); Presos 2 maconheiros no morro do Querozene; «Código de morte» no tráfico de maconha no «Morro da Favela ». 0 mercador não denunciou a gang, temendo vingança. Oito quilos da "erva maldita" armazenados no barracão. Ladrão e traficante nas mãos das autoridades políciais (22/10); Preso o maconheiro Valdemar da Silva, 34 anos, no morro da Mangueira (I/11); Bandidos e maconheiros recolhidos ao xadrez. Responsáveis por um assalto no morro da Matriz. 0 casal escondia no quarto a "erva" destinada à clientela (6/11); Perigosa quadrilha do vício operava no Brasil. Traficantes de cocaína mantinha QG da gang na Praia do Flamengo. Um boliviano chefiava a preparação e distribuição dos entorpecentes. Diversas prisões e apreensão de grande quantidade da "poeira maldita". Apuraram as autoridades que o «Dr. Marcos » (Antonio Sancedo), proprietário da mercadoria, recebia o produto beneficiado e por beneficiar, em forma de sais da Bolivia. Em sua residência, foram apreendidos vários pacotes contendo cocaína em estado bruto e 160 gramas já beneficiadas (7/11); Os traficantes de cocaína disputavam os mercados do Rio e de São Paulo. Novas e importantes revelações sobre a gang que trazia da Bolívia o terrível entorpecente. Três grupos distintos lutavam entre si pelos « fregueses ». Os três grupos, embora pertencendo à mesma quadrilha, mantinham entre si acirrada disputa de «mercados». Eram chefiados respectivamente por Antonio Sancedo (o « Dr. Marcos »), José Alvis e pelo húngaro Eugenio Rosemberg. 0 Dr. Marcos mantinha um laboratório na ilha de Paquetá para beneficiamento da cocaína que 1he chegava em forma bruta (8/11); Impressionante confissão de um viciado em coca (9/11); Mulher de diplomata no bando da cocaína (13/11); Depravação e cocaína. Terríveis confissões das duas principais mulheres da quadrilha de traficantes (18/11).

0 que se pode depreender do noticiário é que o movimento se restringia à venda e consumo de maconha nas favelas, presídios e em alguns pontos principais (Zona do Mangue, Central do Brasil, Morro da Favela (Providência), Mangueira, etc) e que a cocaína, um produto ainda restrito a poucos consumidores das elites e classes médias, começava a servir de experimento para beneficiamento local, constituição de redes e

disputa de clientela. A rota da maconha começava no Nordeste e a da cocaína na Bolívia, em redes distintas. Selecionei, do noticiário do período 1960/66, algumas notícias entre as milhares que se referem ao tráfico no Rio de Jáneiro. Por exemplo, três notícias do jomal «Última Hora », no mesmo mês de março de 1960, indicam que o tráfico de maconha e cocaína já se transformava num « problema alarmante» para as autoridades políciais e para a diplomacia latino-americana:

> 3/3/1960 - Preso o "atravessador" com mais de 3 quilos de maconha. Atravessador ...e responsavel pelo comercio de toxicos na zona do Largo do Machado e adjacências. Foi observado durante muito tempo por políciais. A operação polícial tinha como finalidade prendê-lo, « bem como toda a organização que está sendo responsabilizada por verdadeiro fluxo de entorpecentes de toda a qualidade » (p.8).
>
> 23/3/1960 - Ofensiva Interamericana contra o tráfico ilícito de cocaína. Reunião Interamericana no Itamarati com a seguinte agenda de assuntos: 1) Relatório do Brasil (cocaína e folha de coca); 2) Relatório das demais delegações; 3) Medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de cocaína; 4) Prestação de assistência técnica por parte das Nações Unidas; 5) Outros assuntos. Da leitura dos relatórios, extrai-se: « dados concretos e alarmantes a respeito da realidade desse tráfico e provando ainda a existência do mesmo em várias partes do continente americano ». Relatório do Brasil apresentado por Décio Parreira salienta a urgência de um programa de repressão ao contrabando. (p. I 1).
>
> 28/3/1960 - « Combate mais severo ao tráfico de cocaína ». Encerramento da Reunião Interamericana sobre o tráfico ilícito de cocaína. Recomendação de que « sejam aplicadas penas de prisão mais rigorosas contra os fabricantes ilícitos, contrabandistas, distribuidores e traficantes de entorpecentes ». (p. 4).

Ainda em 1960, a « Última Hora » noticia grande apreensão de maconha no Rio de Janeiro:

> 16/8/1960 - « A maconha (60 kg) tinha vindo de Maceió ». Cerca de 60 kg de maconha, «discretamente» acondicionada em três malas e um grande amarrado de matéria plástica, foram localizados e apreendidos na noite de ontem. (...) Seguindo a pista de um atravessador, Ivanildo (...), detido nas proximidades do Arsenal da Marinha, a turma do detetive Bezerra conseguiu fazer a apreensão, a segunda em volume já ocorrida no Rio e cujo valor sobe a mais de quatrocentos mil cruzeiros. (p. 2)

Em 31/1/1961 o jornal « 0 Dia » noticia que foram presos traficantes de maconha em Rocha Miranda: « cercado e preso todo o bando em seu QG, 5 homens e 1 mulher. São também acusados de serem assaltantes à mão armada. Foram apreendidos 17 "dólares" (cigarros) confeccionados com "diamba", 1 revólver Taurus 38, quatro pentes de bala de fuzil, uma valise com meio quilo de maconha e Cr$8.450,00, dinheiro obtido com a venda». Em 17/2/62, «0 Dia » informa que a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes divuIgou as estatísticas de 1961: 161 pessoas foram processadas por tráfico de maconha e cocaína. Desse total, 145 eram homens e 127 não tinham profissão definida; 44 eram de cor branca e 29 de cor preta, 91 eram solteiros e 5 foram presos com cocaína. Não informam a área abrangida pela pesquisa. Em 23/7/62 o mesmo jornal informa que foi preso o maior distribuidor da erva na Guanabara. Recebia maconha do Maranhão e tinha em casa duas malas cheias. Em 15/3/63, «0 Dia » estampa em manchete: « Deflagrada guerra ao crime - 300 presos na blitz! - Fechadas mais de 100 "biroscas" que traficavam com maconha - 240 liberados e 160 pendentes - 49 são menores ». Em 4/11/64 a notícia é que «15 carros, grande quantidade de armas e cocaína são apreendidos pela polícia nas barreiras e "blitz" do final de semana. Apreenderam ainda o marginal conhecido como «Moleque », 21 anos, tudo ocorrido no Km 1 da Avenida Presidente Dutra e no subúrbio de Vigário Geral ». Em 27/12/64 outra notícia dá conta de que foi assassinado o assaltante "Ximbica", « um dos "vapozeiros" de maior projeção no morro dos Telégrafos. A polícia suspeita de partilha do roubo ou luta pela hegemonia da "boca de fumo". Em 9/7/65 a notícia é que foram « capturados os olheiros de « China Preto » e « Murilão », traficantes do Juramento e Cavalcante". Em 31/12/65 «0 Dia» informa que "Gustavinho da Maconha" fôra preso pela 2a. DP com 8 quilos de maconha que iria fornecer a viciados. A manchete de «0 Dia» em 2/7/66 informa que:

> Invernada está procurando traficante de cocaína que abastece a Zona Norte. Viciado preso com 10 gramas da droga denuncia "Careca" como o chefe da gang de traficantes da Zona Norte. "Careca" se abastecia na "boca de fumo" situada na Marquês de Sapucaí, intermediado pela viúva do marginal "Bom Cabelo", que distribuía a droga numa carrocinha de frutas. "Careca" é acusado de distribuir a droga em festas de menores.

Notícia de «0 Dia», de 20/11/66 informa que fôra presa «uma sexagenária, principal distribuidora de maconha no Jacarezinho, que confessou a participação de suas irmãs». Dois dias depois, o jornal noticia que a polícia prendera «dois maconheiros» em

Mangueira, armados com pistolas, mas que « não conseguiram localizar «Berico» e «Alvinho», donos de pontos de maconha naquele morro ». Em 3/12/1966 uma notícia de «0 Dia» indica que a maconha e a cocaína já estão sendo consumidas (e vendidas) por adolescentes de classe média da Zona Sul e que a distribuição partia das favelas da Praia do Pinto e da Catacumba.[230] As expressões «olheiro», «vapozeiro» (depois «vapor») e «avião», para designar as modalidades de varejista, já comparecem na imprensa desde meados dos anos 60. Tanto no jogo do bicho quanto no tráfico, o que nos anos 80 passou a ser chamado de «gerente» era então chamado de «lugar-tenente».

Entre as seis áreas consideradas as mais importantes do Rio de Janeiro, em 1999, em relatório reservado da Polícia Militar[231], pelo menos duas tem movimento desde, pelo menos, os anos quarenta: o morro da Providência e a Mangueira. 0 mesmo pode ser afirmado, a partir dos anos cinquenta, a respeito do morro de São Carlos, do Borel, da Maré, do Cantagalo, do Juramento, da Caixa d'Água, da Vila Vintém e de muitas outras áreas. A antiguidade também se « transferiu » para conjuntos habitacionais da CEHAB (Vila Kennedy, Vila Aliança, Cidade de Deus, Cidade Alta, Guaporé, etc) através das remoções das favelas da Praia do Pinto, Macedo Sobrinho, Catacumba e de outras extintas favelas, principalmente da Zona Sul, entre 1966 e 1970. Em 1966, notícia de « 0 Dia » informa sobre apreensão de maconha e cocaína em quantidade razoável:

> «Maconha e cocaína para abastecer a Guanabara. Uma grande apreensão de cocaína foi efetuada ontem, na boca de fumo do Morro da Candelária, pelas autoridades policiais, que prenderam 8 marginais e 2 mundanas trabalhando na manipulação da maconha. No local foram encontradas 10 malas com entorpecentes. A prisão foi feita por denúncia à 17ª Delegacia Distrital. Milton Luiz (solteiro, 26 anos - Irajá), é apontado como um dos "cabeças", porém testa de ferro de gente maior » (0 Dia, 23/7/66).

0 movimento é antigo no Rio, dinamizou-se com o aumento do consumo e com o aumento da oferta, em atacado, da cocaína – como ademais ocorreu em quase todo o mundo – a partir dos anos 70. Por outro lado, a « tradição » do "dono do morro", que inicialmente não se vinculava à dinâmica do mercado de drogas, e que seguia uma linha

[230] 0 tráfico na Catacumba é ligeiramente descrito em dois romances: « Os párias da cidade maravilhosa" de Dilermando Cox (1950), e « Espragata – 0 Pm General », de Pauloiram Caminha (1976), esse último situando a narrativa em 1968. 0 personagem do traficante é o do dono da birosca local, protegido por "marginais".

[231] 0 relatório a que me refiro destaca as seguintes áreas: «Complexo» do Alemão, Providência, Mangueira, Morro do Dendê, Borel e Conjunto Antares, em Santa Cruz.

de continuidade restrita aos valentes, aos malandros, aos bambas, é inicialmente apropriada pelos bicheiros. Esses se transformam em « donos de áreas » suburbanas, com um poder local reconhecido, como foi o caso de Natal da Portela, que fez pessoalmente, ainda nos anos 60, a transição do malandro tradicional e valente para o bicheiro respeitado e presidente de Escola de Samba.[232] Na peça « Boca de Ouro », de 1959, Nelson Rodrigues já representa o bicheiro como um poderoso local do subúrbio, com uma fila de pedintes dos mais variados tipos na sua porta. Tenório Cavalcanti, embora não fôsse um bicheiro, representou, nessa mesma época, outro tipo de « dono de área », uma espécie de « coronel » urbano, populista, que « mandava e desmandava em Caxias », baseado não apenas em sua valentia pessoal, em seus capangas e em seus relacionamentos políticos, mas também em sua popularidade junto à população mais pobre, que lhe dará vários mandatos parlamentares e uma forte candidatura ao governo do Estado da Guanabara.[233]

0 « dono de morro » nos anos 50-60 tanto podia ser um misto de bicheiro-valente-malandro, como foi o caso com Osmar Valença, no Salgueiro, como podia ser o "dono" da boca-de-fumo local e também assaltante, como foi o caso com o célebre "Mineirinho".[234] Em muitos casos, já naquela época, o "dono" da boca-de-fumo tinha o controle sobre a entrada de estranhos no morro. Broto, por exemplo, rememora quando se tornou dono da boca na favela do Esqueleto, em 1958-59:

> «0 chefe... o chefe ali era eu. Era eu que ordenava. Agora, eles eram o seguinte: faziam o lê-lê-lê deles lá; o que eles ganhavam lá vinham depositar a mim também, porque eu tinha que levar uma parte. (..) E olha, todo mundo gostava de mim, sabe por causa de quê? Porque não tinha agarramento, as filhas chegava com..., os namorado ficavam com medo, porque elas vinham, arrumavam um namoradinho filho de bacana, aí eles queriam entrar na favela e via a favela meio coisa, "não, não vou entrar aí não" [diziam os namorados]. "Não, pode entrar [elas diziam], pode entrar que o cara que é dali é o Broto, pode entrar que ele considera todo mundo"; "não, não vou não!" [diziam o namorados]. Aí eu vejo aquela cena, eu tava todo de preto, chego e "qualé, que qui há aí?"; "não é, [dizia a namorada] que eu tou falando pra ele entrar e ele tá com medo". "Ô cara, [disse Broto]

[232] Sobre sua trajetória, ver a entrevista que ele concedeu a "O Pasquim", editada em "As grandes entrevistas do Pasquim". Rio de Janeiro, Codecri, 1975. Sobre as relações entre o jogo do bicho e o carnaval, ver Pereira de Queiroz (1992), Chinelli e Machado da Silva (1993) e Cavalcanti (1994).
[233] Sobre Tenório Cavalcanti, afirmou Beloch (1986): "Sua faceta violenta, sua reputação de pistoleiro, não empanava a imagem positiva que dele tinham os habitantes humildes de Caxias. Foram, ao contrário (...) fatores de popularidade. Num paradoxo ético, dir-se-ia que à semelhança de Ademar de Barros, que "rouba mas faz", Tenório "mata mas faz", ou até "faz porque mata" (os maus)" (Beloch, 1986, pp. 76-77).
[234] Sobre a trajetória de "Mineirinho", ver Ribeiro (1977), que o entrevistou.

> pode entrar, vem cá, vem comigo que eu vou te levar lá na casa da mãe dela e depois quando você quiser sair, pode sair que não tem nada contigo não, pode falar que é meu primo, pronto". Aí não acontecia nada, entendeu? Conforme as famílias gostavam de mim lá ».

0 crescimento do movimento, sua lucratividade maior com a entrada da cocaína, o aumento da violência e dos achaques feitos por policiais militares durante a ditadura, a entrada de armas pesadas (inicialmente metralhadoras, depois os fuzís automáticos), a maior parte das quais vendidas por policiais, a constituição de redes entre quadrilhas de áreas próximas e sua posterior ligação com os presidiários da "Falange Vermelha", já nos últimos anos da década de 70, tudo isso de algum modo determinou uma transformação na forma do domínio local, em sua abrangência e em sua estrutura, mas numa linha que inicialmente continuava a fazer sentido para os moradores locais, pois não constituía uma novidade senão pelo continuado aumento do poder de fogo e pela crescente frequência do recurso à violência. Ainda assim, toda a questão do domínio continuava equacionada com a capacidade do "chefe", do "dono", de "manter o respeito" com os moradores e controlar seus próprios parceiros quanto a abusos, bem como proteger a área dos bandidos de fora e oferecer ajuda e arbitragem aos que o procurassem em situações de necessidade ou de conflito. Esse padrão não foi "inventado" na década de 80, apenas ganhou expansão, abrangência, generalização a muitas áreas. Aliado a um maior poder de fogo ganhou, consequentemente, maior centralidade no cotidiano e na sociabilidade da comunidade. Sua metamorfose, no entanto, conservou o padrão básico, o modo de operar o poder que já existia antes e que distinguia o "bandido social", geralmente nascido e criado na área - "gente boa"-, do "bandido ruim", cruel e detestado pela população, cuja morte ou prisão era comemorada, ao mesmo tempo que introduzia inovações quanto à racionalidade da gestão dos negócios. Não se pode, nesse caso, falar de ruptura entre uma época e outra senão após considerar-se o quanto há de continuidade. A estabilidade do domínio local depende mais da "memória" de continuidade do que da representação de "ruptura" com o passado.

2. 0 «domínio » nos morros e favelas: reconstituição a partir da imprensa

0 « movimento », antes circunscrito a algumas favelas, se espraia crescentemente a partir de meados dos anos sessenta, baseado principalmente no varejo da maconha. A lucratividade, no entanto, é relativamente baixa e a clientela, pequena, é principalmente local. Os traficantes, em sua maioria, são também assaltantes ou bicheiros. Mas a « aliança » entre traficantes e parte da população local já é percebida desde o início da década de sessenta, inicialmente com Mineirinho e, nos anos seguintes, com outros « donos ». Em reportagem de 7/12/1969, o jomal «0 Dia» relembra que « Murilão », « praticamente o dono » do morro do Juramento desde antes de 1966, "recebeu cooperação da comunidade frente à polícia". Segundo a mesma reportagem, ele teria morrido misteriosamente, provavelmente a mando de bicheiros a quem também vendia proteção. Buck Jones, outro bandido do início dos sessenta, seria «adorado pela comunidade do morro dos Macacos, em Vila Isabel», segundo a mesma reportagem: « conhecido como uma espécie de "Robin Hood, seu enterro foi uma apoteose. Tinha discurso social e dizia só roubar ladrão».

É de 1969 a música de Jorge Ben, de grande sucesso popular, em que ele homenageia «Charles», o «Anjo 45», «protetor dos fracos e dos oprimidos, rei da malandragem». Charles existiu e vivia no morro de São Carlos, em meados dos anos 60. Um dos personagens de Paulo Lins, em « Cidade de Deus», o tem como um modelo de valentia. Em março de 1970, a imprensa dá ampla cobertura à prisão de Luthero Ferreira, cujo apelido era exatamente «Robin Hood»: "Lutero Ferreira Marques, o famoso "Robin Hood", enfrentou uma caravana de políciais... e acabou tombando gravemente ferido.(...) 0 apelido vem do tempo em que ele praticava roubos de alimentos para distribuir com as pessoas pobres". Durante todo o mês, o caso de "Robin Hood" foi amplamente noticiado pela imprensa. Ele foi baleado, e a imprensa sempre dava notícias de seu estado de saúde, com fortes apelos sentimentais. Tornou-se uma figura carismática, uma espécie de "herói".[235]

0 primeiro grande surto do varejo de drogas se dará entre meados e o final dos anos sessenta, com a chegada da clientela de classe média, na sua maioria jovens, e o alargamento do mercado local pelo incremento do consumo da erva. Em junho de 1970, uma notícia de «0 Dia» dá conta das mudanças de investimentos que transformavam antigos bicheiros em traficantes:

[235] Luthero Ferreira converteu-se, posteriormente, ao protestantismo e publicou sua autobiografia: Luthero Ferreira, «0 'Robin Hood' de Três Rios. O homem que venceu o inferno de balas». Rio de

> "Setenta e um cigarros de maconha destinados à venda a estudantes foram apreendidos, ontem,... em poder do contraventor e viciado José Alves, o " Ruço" (46 anos), que os vendia ao preço de um cruzeiro novo... Ruço declarou ao delegado... que a venda de entorpecentes a menores é tão rendosa que ele resolveu abandonar a gerência de um "ponto de bicho" para se dedicar inteiramente à venda de maconha, tendo, inclusive com o sócio, "Capixaba", feito cigarros especiais, aos quais deram o nome de " fininho" (0 Dia, 7/3/70).

A confiar no noticiário de «0 Dia», em junho de 1968 o tráfico de maconha e de outras drogas já estava amplamente fixado nas favelas e outras áreas urbanas pobres (bem como em apartamentos de classe média), segundo a seguinte reportagem:

> «Guanabara tem 10 mil traficantes de tóxicos. Segundo a polícia, seriam 500 mil viciados e o principal traficante seria Alvaro José de Castro, conhecido como Alvinho Capenga ou Alvinho Galego. 0 "Rei do Tráfico" possuiria rede de importação e fabricação na Guanabara» (0 Dia, 2/6/1968).

A reportagem de «0 Dia» chega a apontar nominalmente 24 importantes traficantes que operavam no Rio antes de 1968. Apenas na favela do Muquiço, em Realengo, são apreendidos 50 kg da erva em 1968. Em 1969, um homem que descera na rodoviária, vindo do nordeste, e se dirigira à favela White Martins, foi preso porque trazia 30 kg de maconha em dois sacos (0 Dia, 25/9/69). Nesse ano já começam a se multiplicar notícias como as seguintes:

> **«Fuzilados os donos da « boca de fumo » no morro do Gado. Polícia acredita que a guerra pelo domínio do tráfico em parte do morro pode se intensificar » (0 Dia, 1/10/1969).**

> «Andrade, traficante de maconha e homicida, foi assassinado com cinco balas na favela Nova Brasília. 0 assassino levou a arma da vitima e deixou ao lado do corpo uma trouxinha de maconha. Desde que a vítima foi expulsa da Polícia Militar, passou a traficar maconha e inaugurar inúmeras bocas de fumo. Era uma guerra permanente. As autoridades que estudam o caso não têm dúvida de que Andrade foi vítima da guerra entre traficantes de maconha que disputavam com ele os melhores pontos de localização das bocas de fumo» (0 Dia, 9/10/69).

Janeiro, Shogun Arte, 1984. Na capa do livro, ele aparece abraçando o Cardeal Eugênio Sales. No exemplar que obtive, consta uma dedicatória do autor que se assina simplesmente "Robin Hoode".

Em 1970 foi preso Joaquim Português, de 45 anos, considerado pela imprensa, então, um « famoso traficante de cocaína». Adquiria o pó em Corumbá e abastecia outros traficantes do Rio. Em maio de 1972, « 0 Dia » noticiava:

> "Os detetives da 17ª DP efetuaram a prisão, em flagrante, de Isaías Pinto, o " Zaca" , 41 anos, responsável por 50% da distribuição de cocaína e maconha em todo o Estado da Guanabara. "Zaca" foi preso no morro da Mangueira, quando negociava a venda de maconha com um traficante que conseguiu fugir. " Zaca" fazia parte de uma quadrilha de contrabandistas de maconha e cocaína com ramificações na Argentina, Uruguai e Paraguai. Aqui no Brasil, precisamente no Rio, o marginal contava com a colaboração de vários comparsas que, um a um, foram tirados de circulação. Viajando constantemente ao Uruguai, " Zaca" voltava sempre à Guanabara pois era quem abastecia todas as " bocas-de-fumo" existentes nos morros e muitas outras situadas na Zona Sul, às quais abastecia não só de " erva" como de "pó".

No mês seguinte, o mesmo jornal informava:

> "Traficante preso pode desvendar rota da cocaína. Políciais do 4º Setor de Vigilância Norte iniciaram com a prisão do traficante Abdo José Raimundo, 39 anos – com quem foi apreendido meio quilo de cocaína -, o desmantelamento de uma gang que atua em vários bairros da Zona Norte, trazendo a mercadoria de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. 0 detetive Jaime de Lima, há tempos no encalço da gang, designou seus auxiliares para que ficasse na rua Ierê (Vicente de Carvalho) pois supunha – no que estava certo – que alí fosse o ponto de encontro da quadrilha de entorpecentes" (0 Dia, 21/6/1972).

A chegada da cocaína, em maior quantidade, data do início dos anos 70, quando o movimento se consolida em associação ou não com o mercado de bens furtados ou roubados, mas muito provavelmente em ligação com o contrabando de veículos roubados no Brasil e trocados por cocaína no Paraguai e na Bolívia. 0 principal distribuidor da cocaína, em 1977, segundo as fontes policiais citadas pela imprensa, já seria Toninho Turco, um antigo contrabandista, preso apenas em 1988, durante a célebre "Operação Mosaico" . Ele seria responsável por 50 a 60% do fornecimento de cocaína aos morros e conjuntos do Rio (Amorim, 1995). As ligações de Toninho Turco com a cúpula do jogo do bicho deixam dúvidas quanto às ligações de alguns banqueiros do bicho com o financiamento do tráfico de cocaína nessa época.

As antigas « bocas » saem da posição intersticial que ocupavam até os anos 50 e passam a se organizar em « territórios » guarnecidos por « pistoleiros » apenas a partir

de meados dos anos 60. A imprensa começa a noticiar, no início dos anos 70, as guerras entre quadrilhas do tráfico em muitas áreas do Rio. Tudo isso ocorre muito antes que os presidiários da llha Grande, ex-assaltantes de bancos, comecem a organizar o que veio a se chamar de «Comando Vermelho». Vejamos uma pequena amostra das disputas por «domínios » e « territórios », baseada no noticiário do jornal «0 Dia» dessa época, e algumas das sucessões entre os donos das áreas consideradas mais importantes, a partir da imprensa em geral e de entrevistas que realizei:

Juramento

No morro do Juramento, em Vicente de Carvalho, o primeiro nome de «dono» lembrado é o de Murilão, bandido respeitado pela comunidade já em 1965. Em 1969, Tião Nobura, seu provável sucessor, é morto em disputa pela boca de fumo local. Sérgio Grande, ex-marinheiro cassado, amigo do Cabo Anselmo e com cursos de guerrilha feitos no exterior, instala alí sua «boca», após executar, em 1971, os dois maiores traficantes da área, Isaque e Sidney, assumindo a partir de então o controle do Juramento. Escadinha, filho de um imigrante chileno de esquerda, garoto ainda, trabalha como olheiro de Sergio Grande. Grande ganhou a confianqa dos moradores ao ajudar na recuperação de barracos, ao proteger os caminhões de entrega em geral e ao impedir o banditismo na área, «pois o infrator pagava com a vida» (Amorim, 1995). Tentou também implantar um precário sistema de previdência na favela. Em 1973, outro traficante do Juramento, Bira Pestana, "dono" também do morro do Sossego, foi morto pela polícia. «0 Dia» noticiou sua morte:

> «Fracassou o assalto ao banco. Tombou na fuzilaria o chefão de dois morros, Bira Pestana, solteiro de 30 anos, morador do morro do Juramento, bandido homicida e traficante de maconha. Comandava o crime neste morro, onde suas decisões eram ditas como leis e contava com ajudante, um comparsa, que comandava também o morro do Sossego. Reinado curto, morreu com dois tiros durante um tiroteio que travou no morro, onde implantava a sua lei de facínora, com uma turma polícial de ronda» (0 Dia, 15/3/1973).

Sérgio Grande «dominou» a favela durante alguns anos até que, em 1975, após atacar a polícia em seu reduto usando inclusive granadas, o traficante foi perseguido e morto em São João de Meriti pelos policiais da 29a. DP (Madureira). Pequenos traficantes ocuparam seu lugar por pouco tempo até que, reunido ao amigo Washington

Poderoso da Silva, o Ostinho (morto pela polícia em julho de 1982) e ao seu irmão Paulo Cesar dos Reis Encina, o Paulo Maluco, Escadinha « tomou o morro ». 0 entrosamento de Escadinha com a Falange Vermelha, na llha Grande, veio através de Silvio Maldição (Amorim, 1995), que controlava a favela do Rebu, em Senador Camará, desde que a invadiu em 1974. Silvio Maldição também já praticava a "política social" de Grande muito antes da criação do Comando Vermelho.[236]

Após a última prisão de Escadinha, em 1985, o Juramento passou ao controle de Beto Maluco. Após alguns anos, o movimento já estava sendo disputado por várias quadrilhas de jovens, que desarticularam a rede montada por Escadinha. Hoje o movimento lá é considerado « fraco » e o lugar «muito visado» pela polícia.

Acari, Lucas, Vigário Geral e adjacencias

Uma notícia de « 0 Dia », de 6/11/1971 informa que "a polícia invadiu a favela de Acari e efetuou a prisão de 300 suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas". Em 1976, a região do Parque Acari, Vista Alegre, Beira Rio, morros da Pedreira e Lagartixa, Amarelinho e adjacências possuía várias «bocas» sob o controle, já há alguns anos, de Toninho Boiadeiro. Após este ter sido morto pela polícia, em meados dos anos 70, assumiu um novo «dono», Cy de Acari, e seu gerente geral, Tonicão, foi quem expandiu os negócios na área. Este foi morto dentro de casa pela polícia. Em seu lugar, assumiu Jorge Luiz, que teria se suicidado na prisão ou - como me argumentaram vários moradores - foi morto pela polícia «dentro da cadeia». Cy cumpriu pena e está atualmente em liberdade condicional, mas a imprensa afirma que ele jamais deixou de «controlar» a área de Acari, mesmo preso. Como Boiadeiro e os demais, Cy é nascido e criado na comunidade, parte da qual o respeita como a um líder. Na favela de Parada de Lucas e em Vigário Geral, Ferrinho controlava, em 1966, duas bocas de fumo e tinha como um de seus pistoleiros o famoso 'Chapéu de Couro'.[237]

---

[236] Sobre a "política social" e o "domínio" de Silvio Maldição no Rebu, ver o artigo de Nilson P. Madureira, in "PM: ações e reflexões". Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar, 1994. O autor, um oficial da PM, revela ter constatado que "na favela, [Maldição] era considerado um homem bom e admirado por todos, que a PM matou". Em sua enquete na área abarcada pelo 14o. Batalhão da PM, que abrange 37 favelas, ele verificou que 85,7% dos entrevistados afirmaram que os traficantes prestam auxílio aos moradores das favelas e que 71,4% responderam que o traficante reside normalmente na favela.

[237] Provavelmente o mesmo *Chapéu de Couro* reapareceu recentemente na imprensa, apresentado como antigo pistoleiro que agora denuncia os pistoleiros e mandantes do assassinato da deputada Cecy Cunha, em Maceió, no dia 16/12/1998 (Jornal do Brasil, 10/1/99).

Morro de São Carlos

Desde meados dos anos 60, Charrão[238] controlava as bocas do morro de São Carlos. Preso em 1971 no Manicômio Judiciário, fugiu e matou dois traficantes rivais, reassumindo seu posto. Passa a controlar também o morro do Turano. Outras bocas também existiam no morro. Notícia de 30/6/1972 dá conta de homicídio praticado em disputa de outra boca:

> "Bandido morreu com sete tiros. Políciais do 8º DP identificaram o homem que foi abatido no último dia 26, com sete tiros de revólver nas proximidades de uma boca de fumo localizada no morro de São Carlos. Trata- se de Jorge Bento da Silva, 21. Seus matadores: Adilson Xará, Preto Velho e Mineiro. Jorge Bento, conhecido bandido, deixara recentemente o presídio Hélio Gomes, onde cumprira pena por assalto. Dono de uma boca de fumo antes de ser preso, por diversas vezes trocou tiros com Adilson, Preto Velho e Mineiro que queriam tomar conta do lugar. Obrigado a afastar-se do morro para cumprir a pena, os referidos marginais prontamente afastaram os auxiliares de Bento e passaram a comandar o vício. Bento ficou sabendo de tudo no presídio. Ao ser libertado, a primeira coisa que fez foi armar-se e se dirigir para o morro, a fim de expulsar os intrusos da sua boca de fumo.Ocorre que Adilson, Preto Velho e Mineiro estavam à sua espera de tocaia, desfecharam–1he sete tiros"

Em 1973, Charrão mandou matar seu "gerente" Roberto (na época chamado pela imprensa de seu "lugar-tenente", como no jogo do bicho). Outra vítima, dias depois, foi José Cassiano, de 18 anos. A imprensa fala em «guerra da maconha» (0 Dia, 13/2/1973). Charrão é baleado em 18/4/73, em disputa com a quadrilha de Preto Velho. Charrão é novamente preso em 13/5/73. Preto Velho, de 20 anos, passa a controlar o tráfico em São Carlos, mas é preso (junto com mais 180 pessoas) em blitz realizada pela polícia em 28/6/1973. A disputa pelo controle do tráfico após a prisão de Charrão faz mais vítimas em setembro de 1973:

---

[238] Veja-se este trecho de « Cidade de Deus », de Paulo Lins, em que *Cabeleira,* bandido da área em meados dos anos 70, relembra sua infância no morro de São Carlos: «Lá no São Carlos, Cabeleira desde criança vivia nas rodas de bandidos, gostava de ouvir as histórias de assaltos, roubos e assassinatos.(...) Nunca negava-Ihes favores, fazia questão de matar aulas para ajudar a rapaziada que botava pra frente: limpava as armas; endolava a maconha...Quando ganhasse mais corpo, arrumaria um berro para ficar no asfalto...A felicidade, a segurança que sentiu quando Charrão Jhe pediu para entocar um revólver em sua casa, cresceu muito mais depois que este fôra assassinado. Aquele ferro bonitão ficou para ele de mão beijada » (Lins, 1996, pp. 50-51).

> «Guerra da maconha: luta e sangue no morro de São Carlos. Guerra entre traficantes que disputavam o comando dos pontos após a prisão de Charrão" (0 Dia, 2/9/73).

A partir do final dos anos 70, o domínio da parte alta do morro passa - segundo a imprensa - para Adilson Balbino, também presidente da Associação de Moradores local, que ainda hoje se mantem - segundo os moradores - no controle da área e é «muito respeitado» pela comunidade. Em 1998, quadrilhas pertencentes a duas redes distintas (Comando Vermelho e Terceiro Comando) dividiam as principais áreas do São Carlos, do Querosene e da Mineira.

Providência

Por volta de 1968, o comércio de maconha era dominado por Moacir. Um de seus gerentes, Tainha, o matou e assumiu parte do negócio. Duas quadrilhas dominavam o tráfico no morro da Providência – conhecido pela imprensa como «a Muralha da Maconha» - no final dos anos 60: a de Tainha e a de Zé Mineiro e Carlito. Em 1970, «0 Dia» noticia a apreensão de maconha na área controlada por Tainha:

> "Policiais apreenderam ontem cerca de 800 cigarros de maconha no barraco de Sebastião Correia dos Santos, o Tainha, no Morro da Providência" (0 Dia, 10/3/70).

Em maio de 1972 foi preso, após tiroteio com a polícia, o "lugar-tenente" de Carlito, conhecido como Mangu, de 24 anos. Em agosto do mesmo ano, Tainha foi baleado por um aliado de Carlito, mas afirmou à polícia que foi "por acidente" . Entre os seus "gerentes" mais conhecidos, despontava Jorge Maluco. Após o reinício da 'guerra' entre as duas gangues, Tainha mandou matar Carlito e foi preso. Mesmo preso, continuou a comandar a área. Em 26 de maio de 1972, « 0 Dia » noticiou:

> "Setenta e cinco quilos de maconha num total de 1800 "dólares", acondicionados em cigarros de 100 milimetros, 147 balas de calibre "45" e farto matérial de preparação dos "baseados" - tudo avaliado em mais de 100 milhões de cruzeiros, foram encontrados pelas autoridades da 2a. DP, ontem, no Morro da Providência, na chamada "Muralha da maconha", um muro que divide a área de ação de duas poderosas gangs de traficantes. Para alcançar o "paiol", os políciais, em número de seis, tiveram que travar cerrada fuzilaria com os elementos dos dois bandos, que lograram fugir abrindo caminho com rajadas de metralhadoras e tiros de pistola. São, em grande parte, antigos

> comparsas do famoso "Tainha" que foi um dos bandidos mais procurados pela polícia, tendo se entregado para não morrer, porque estava jurado pelo Esquadrão da Morte. A fuzilaria causou pânico no Morro, onde pacatos cidadãos eram obrigados a silenciar sob pena de morte".

Em confronto com a polícia, em outubro de 1972, o irmão de Tainha foi morto. Assumiu o tráfico o seu outro "lugar-tenente" , Italia:

> «Gangs zelam pelos seus domínios. Muralha da maconha decide vida no morro. 0 traficante de tóxico Italia, que dominava o tráfico no morro da Providência desde que o seu chefe Tainha foi preso como culpado da morte do seu rival Carlito, com quem disputava a supremacia na distribuição da maconha naquele morro, foi encontrado morto » (0 Dia, 27/5/1973).

Edson Playboy substituiu Tainha e Italia, nos anos seguintes, até ser preso e entrar para a rede do Comando Vermelho, no início dos 80. Seguiu-se o domínio de Bena, hoje preso em Bangu, e de seu gerente Zôio. Este expandiu os negócios e chegou a instalar onze pontos de venda na Providência, em meados dos anos 80. Passou a sublocar algumas das bocas (Amorim, 1995, p. 17). No final dos anos 80, um de seus " inquilinos", Naldo, já controlava o principal movimento no morro, com mais de 100 «soldados». A morte de Zôio, em 1991, levou Naldo ao domínio do morro. Atualmente quem controlaria toda a área pr6xima à Central do Brasil seria Vanilson, o Dão, com um faturamento semanal de 25 mil reais, segundo a polícia (JB, 3/10/1999).

Subúrbios da Leopoldina e da Central

São muitas as pequenas notas na imprensa sobre prisão de "maconheiros" e apreensão de "tóxicos" nos subúrbios da Zona Norte do Rio antes da década de 70. Em 15/1/1970, « 0 Dia » noticiava que:

> **"Traficante tinha um depósito de maconha. 252 "trouxinhas" de maconha, além de dois sacos plásticos contendo mais 300 gramas da erva, foram apreendidas na casa do traficante Luis Gomes Pereira, o "Luis da Maconha", na Estrada do Engenho Novo (...) Ele confessou que há 5 anos domina o comércio da maconha no lugar e que esta foi sua primeira prisão. Seu sócio era Ari Costa de Oliveira, que**

dominava as áreas de Bento Ribeiro, Marechal Hermes e Ricardo de Albuquerque ».

Em julho de 1970 é assassinado na favela Nova Brasilia o ex-PM conhecido como Diabo Louro, de 29 anos. A polícia atribuiu sua morte à disputa de pontos de comércio de maconha. Diabo Louro tinha sido excluido da PM havia oito meses, acusado de dois homicídios no morro do Alemão. Ainda em janeiro de 1970, a reportagem de «0 Dia» diz que Jorge Neguinho teria sido abatido pelo bando de Valdir Cabeleira, que possuía várias bocas de fumo nas favelas de Colégio, Engenho da Rainha e Irajá, pois temia perder seus "negócios" para "Neguinho", que pretendia ser o dono absoluto de tudo. Em fevereiro do mesmo ano, «0 Dia» informa que "Bandido recebeu a Polícia com rajadas de metralhadora: «Chiquito, sucessor de " Neguinho", "acusado de muitos crimes e condenado por "alguns deles a penas que totalizam 120 anos de prisão. A polícia o localizou em Coelho Neto, homiziado no Morro do Jorge Turco..."

Em março de 1970, « 0 Dia » noticia:

> "Policiais... pretendem prender... o bandido conhecido por Zoinha, lugar-tenente do traficante de maconha Antonio Batista, o Ferrinho, indivíduo que poderá esclarecer a morte dos traficantes Paulo Cesar Correa da Silva e Marcio Edmundo Costa Santos, ocorridas em Vigário Geral. "Ferrinho" e "Cabeção" são considerados os maiores fornecedores de maconha, não só na Guanabara como no Estado do Rio. A erva é atravessada para a GB pelo mangue de Caxias. "Cabeção" funciona nos subúrbios de Colégio, Rocha Miranda, Honório Gurgel e Barros Filho e, recentemente está agindo também na Tijuca. "Ferrinho" e "Cabeção" são muito ricos, proprietários de vários imóveis localizados em Cordovil, Caxias e Bonsucesso..."

Em 1971, Ferrinho controla o tráfico em várias áreas da cidade, principalmente na Zona da Leopoldina. Valdir Maluco, tenente de Ferrinho, foi morto pela polícia em Vigário Geral (O Dia, 8/3/73). Chico Preto controla as bocas do morro do Alemão. Em 8/7/1972 uma blitz realizada pela PM "apreende fardamentos e armas militares na Cidade Alta, em Cordovil". Em 24/8/1972 dois homens são executados, segundo o jornal «0 Dia», na «guerra pela supremacia do tráfico entre duas gangs de Vigário Geral», uma delas sob o comando de Ferrinho. Em 16/5/73, Ferrinho, com 30 anos, foi preso com 17 quilos de maconha. Já tinha sido preso antes, por tráfico, em 1960, 1965 e 1969:

> «Tóxicos a prazo no "Banco da Maconha". Ferrinho, preso há dois dias, deixou de ser um simples traficante para se tomar um poderoso "banqueiro", revelando que desenvolvia seus negócios ilícitos como se fosse dono de um estabelecimento de crédito que ele mesmo chamou de "Banco da maconha" . Falou à polícia que a erva vinha do Amazonas e de Alagoas.» (0 Dia, 17/5/1973).

Em junho, vários integrantes da quadrilha de um ex-PM, que competia com a quadrilha de Ferrinho no Cachambi, foi presa em flagrante numa kombi, «transportando maconha, cocaína e armas de alta precisão. A quadrilha atuava abastecendo bocas-de-fumo no morro do Tuiuti e em São Carlos, e em vários colégios da região» (0 Dia, 3/6/73) Também em junho do mesmo ano, noticia o jornal « 0 Dia »:

> «0 comissário Mario Piteiram da 39a. DP, não tem dúvida de que o tiroteio travado na madrugada passada em Vigário Geral foi entre traficantes de maconha. Na fuzilaria morreu Manoel Leonardo da Silva, que recebeu nove tiros de pistola de 9 mm, enquanto José Evaldo de Lima recebia ferimentos graves e era removido para o HGV. 0 tiroteio foi defrontre à boca de fumo do traficante "Fernandinho", que está foragido".

Em fevereiro de 1974, a polícia apreende 10 kg de maconha na Cidade Alta, em Cordovil.

Tijuca, Salgueiro, Andarai, Borel e Morro dos Macacos

Em 20/4/1972 o jornal « 0 Dia » noticiava:

> **"Uma gigantesca "blitz" realizada na manhã de ontem no Morro do Borel (Tijuca), pelo 6o. Batalhão da PM e agentes da 19a. DP, contando ainda com a colaboração de cães amestrados, resultou na prisão de 400 pessoas, entre as quais cinco condenados, vinte assaltantes e mais cinquenta vadios com antecedentes criminais, além da captura do menor J., 15, que há pouco menos de um mês, em companhia de outro, assaltou e assassinou um motorista".**

Em 18/5/1972 uma nova blitz na Tijuca é notíciada por «0 Dia »:

> «Apreensão de maconha e de armas de vários tipos, além de 150 prisões, foi o resultado de mais uma blitz realizada ontem por oficiais e soldados do 6o. Batalhão nos morros da Formiga, Salgueiro e Borel, que tiveram cercadas as saídas bem cedo. Duzentos e cinquenta homens e cães da polícia militar participaram da Operação no Morro do Borel. Os policiais pensaram encontrar traficantes de maconha, mas eles como que adivinhando que seriam incomodados, não se encontravam lá, onde há conhecidas bocas de fumo, como as de "Vinte e um" ou "Zaca", preso há dias e a de "Tião da Boina".

No ano seguinte, Wilsão e Bira, traficantes, assassinaram o bandido Russo, no morro da Casa Branca, no Borel. Um dos "donos", em 1973, era Joãozinho da Erva, assassinado por Bier e Paraibinha, da quadrilha de Dunda (0 Dia, 21/3/73). 0 principal traficante do Salgueiro e Borel, antes de 1973, foi Zaca, preso nesse ano, com "cargas" de maconha e cocaína. Havia também uma boca de fumo sob controle de Walter da Portela, onde foi assassinado, em 1973, um rapaz de 19 anos. Disputa o tráfico no morro Pedrinho, 27 anos, «considerado o terror da localidade, porque além de traficante, era também homicida e assaltante » (0 Dia, 9/1/73). Em 1979, quando Broto sai da cadeia (cf. cap. 5), quem mandava no Borel era Paulo Roleta, que 1he dá emprego. Lutam contra outro pretendente, Chicão, que Broto conhecera na penitenciária. Broto retoma o morro para o amigo, mas o convence a se afastar do movimento. Chicão controla o morro até 1982, quando é novamente preso. Sucede-1he Isaías, que, segundo a imprensa, controla parte do Borel até hoje, mesmo estando preso há vários anos em Bangu I. Sobre Chicão escreveu-se:

> «Chicão é o responsável pela venda de maconha no Borel. Domina a via principal da favela tijucana, a Rua São Miguel, onde montara um sistema irrepreensível de distribuição de entorpecentes a viciados. Os lucros são bons, os empregados muitos, o regime duro. Chicão domina o morro com inflexível energia, mas não sem alguma dose de justiça. Construiu seu império com violência - é essa a regra - sem, entretanto, furtar-se a momentos de compreensão e generosidade. Lá no alto, tinha mais amigos que inimigos... Até que o traficante-chefe foi preso... A captura de Chicão abriu um vazio de liderança no morro... Vários marginais, de logo, surgiram para disputar a coroa do rei impedido. Marginais sem grandeza degladiaram-se e trucidaram-se, em guerra sangrenta. Pivetes, de súbito, transformados em gente grande, com rev6lver na mão, atiravam a esmo. 0 tráfico de maconha esfacelou-se, dividiram-se os pontos, as bocas, não havia mais comando firme. Onde não há comando, onde uma liderança se esgota, abruptamente, a violência transborda... Travestidos de chefes de bando, alguns pivetes começaram a agir

> com mais desenvoltura. E, como não conseguiam senão pequenos ganhos no tráfico de erva e coca, apelavam para a cobranqa de proteção, a exigência do pedágio, recursos que Chicão havia abolido. A população do morro voltava à inseguranqa, muitas moças retornavam à situação de minas... Até que um marginal com moral voltasse a reinar, eliminando os pequenos bandos de predadores, não haveria paz na grande favela » (Pereira, 1984, pp. 74-75).

Zona Oeste

Na Zona Oeste, a disputa por territórios é noticiada desde meados dos anos 60:

> "A guerra pela supremacia do tráfico da maconha em Realengo continua fazendo vítimas. Ontem mesmo, o traficante Laércio de Oliveira Simões Raposo, mais conhecido como Apaixonado tombou com vários tiros à porta de sua residência... 0 criminoso foi o seu concorrente no comércio da erva, Homero Barbosa de Queirós, dono de 15 bocas de fumo e que pretendia desmontar algumas das 50 bocas de Laércio, existentes no morro do Capão».

0 que pretendo demonstrar, com essa seleção de notícias, é que a estruturação das redes do tráfico no Rio de Janeiro, com base nas áreas urbanas pobres, não resultou apenas da maior oferta de cocaína a partir do final dos anos 70, como muitas vezes se considera, mas decorreu de uma acumulação de experiências, de tentativas e de ligações entre tráfico e assalto, tráfico e polícia, contatos com fornecedores dos mais diferentes tipos e regiões do país (como também com fornecedores bolivianos e paraguaios), muito antes que os chamados cartéis colombianos passassem a liderar a distribuição da cocaína nos anos 80. A sobreposição entre os mercados ilícitos da droga e das mercadorias políticas também têm uma longa história e uma subcultura que começou com o jogo do bicho, o lenocínio, as clínicas de aborto da classe média e o contrabando, tendo depois se transferido para o tráfico de drogas e de armas. Muitos dos principais agentes que participaram da atual estruturação das redes vincularam-se às gerações anteriores seja através da subcultura policial, seja através da experiência penitenciária, seja, principalmente, pela transmissão de experiências acumuladas através de vínculos primários (familiares, de amizade nos grupos de referência, de vizinhança e compadrio).

3. A estruturação das redes como "comandos"

Como é por demais sabido, atribui-se à organização dos presidiários entre 1975 e 1979, o núcleo inicial de estruturação das principais redes de quadrilhas que controlavam, até recentemente, a maior parte das áreas de tráfico nos morros, favelas e conjuntos do Rio. Desde o final dos anos 80 firmou-se o mito segundo o qual teriam sido os presos políticos os responsáveis pela organização dos criminosos comuns, ainda que sua intenção fôsse política e o seu resultado - não-intencional - tenha sido o surgimento do crime organizado do tráfico e a violência na cidade. Parto da hipótese de que essa explicação não é necessária nem suficiente.

Em 1969, na segunda galeria B da Penitenciária Cândido Mendes (« Ilha Grande »), conhecida como « Fundão », ficavam os presos políticos de diversas organizações de esquerda que combatiam o regime militar. Em relatório retrospectivo, escrito em 1979, sobre o que ocorrera nos últimos dez anos, até à formação das « falanges », o então diretor da Penitenciária, Comandante Nelson Salmon, lembra que:

> « No início, embora na mesma galeria, não havia convívio entre os presos políticos e os bandidos comuns da LSN. Não tomavam banho de sol, não liam revistas ou jornais, não ouviam rádios, nem conversavam com outros detentos. Entretanto, pouco a pouco, os rigores da cadeia foram se afrouxando e aconteceu o convívio entre eles... Tal convívio perdurou até 1974, ocasião em que os presos políticos conseguiram sua transferência [para o Complexo Penitenciário da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro].[239]

Amorim (1995), em seu livro-reportagem sobre a « história do Comando Vermelho », põe em confronto depoimentos que indicam que a convivência dos presos comuns com os presos políticos, entre 1969 e 1974, no mínimo teria passado aos primeiros um « novo significado de solidariedade » e no máximo « modelado » suas primeiras 'falanges'. Broto, que estava preso na Ilha Grande nessa época, não se lembra de ter se relacionado ou de qualquer conhecido seu ter entrado em contato com qualquer preso político. O mesmo me garantiu o filho de « Caçarola », preso junto com Nanai Apolinário, um dos primeiros líderes do chamado « Comando Vermelho ». Certamente que houve contatos, mas tudo indica que foram pontuais e circunscritos a poucos presos comuns, principalmente os que já possuíam alguma socialização política. « M », preso político entre 1969 e 1973, e que passou a maior parte desse tempo na Ilha Grande (1970-1973), em depoimento que me prestou, afirma que:

[239] Relatório « Falange Vermelha - Uma Retrospectiva », *apud* Amorim (1995).

« Fomos transferidos para a Ilha Grande em 1970, éramos cerca de uns 120 presos das mais variadas organizações. Quando chegamos lá, logo no início, fomos colocados na mesma galeria dos presos da LSN e após alguns meses conseguimos que as portas das celas, na galeria, não ficassem mais trancadas. A convivência não foi boa, nós tínhamos um tipo de conduta na prisão que achávamos muito apropriada a presos políticos - continuar estudando marxismo, formar grupo de estudo na prisão, também fazer uma revisão crítica das nossas posições, sobre a guerrilha, a luta armada em geral. Isso fazíamos sob os olhares desses presos que não entendiam absolutamente nada disso. Eles eram refratários a isso: fumavam maconha, jogavam cartas apostadas, começou a sumir coisas, por exemplo um relógio, então nós achamos que aquela convivência não era uma coisa boa pra nós, uma coisa positiva. De alguma forma, tentamos transmitir pra eles alguma coisa no sentido de alfabetizar alguns que não eram alfabetizados e de explicar pra eles, a partir de uma análise da sociedade brasileira que nós tinhamos, mas isso de uma maneira muito informal, nunca houve uma deliberação nossa nesse sentido. Com os problemas que falei (começaram a sumir coisas, dinheiro), não quisemos mais ficar juntos com eles. Mas a burocracia demorava muito e as coisas continuavam acontecendo até que chegou ao ponto de uma ameaça física a um de nossos companheiros. Um dos presos comuns ameaçou um preso político. Então resolvemos dar um basta nisso e o basta foi através da violência. Pegamos um preso lá chamado Ricardo Duran, que tinha sido um militar, um homem assim tido como perigoso, estava preso lá por assalto a banco e assassinato, então tiramos o cara de lá na base da porrada. Fizemos uma longa greve de fome, de 17 dias, para que nos separassem dos presos comuns. Nós conseguimos então pôr uma parede dividindo as celas, separando a gente dos presos comuns. O contato com eles passou, então, a ser muito esporádico, na hora do rancho, e assim mesmo à distância. O clima entre nós passou a ser tenso entre nós, com exceção de dois ou três presos comuns, que eram pessoas com quem se desenvolveu algum afeto. Inclusive os mais perigosos sairam depois de lá, desceram pra Bangu.
Havia uma elite de presos comuns, uma elite bem conhecida e eu me lembro bem do Fernando C.O., do Lúcio Flavio, do Portuguesinho, e a nossa tentativa de « educá-los » (entre parênteses) foi informal e não teve nenhum planejamento deliberado. Inclusive na primeira greve de fome que a gente fez, eles aderiram junto conosco, mas desbundaram logo em seguida, dois dias depois. Eles sentiram fome e pararam, nós, movidos por outros interesses, continuamos.

[*Não teria havido um resultado não-intencional nesse 'trabalho educativo'?]*

> De fato, para os que eram politizados nós emprestamos livros, desde romances até livros elementares de materialismo histórico.[240] Nenhum livro de estratégias, de táticas, de organização. Nós tinhamos uma organização que chamávamos de « Coletivo », que encaminhava as reivindicações em geral. Eles perguntavam como a gente fazia uma ação, um assalto a banco e nós explicávamos. Explicávamos que tinha que haver planejamento, levantamento da área, etc., mas eles já eram assaltantes de banco, já sabiam disso. Em suma, nós tentamos inicialmente ter uma convivência amistosa com eles, não foi possivel em função da conduta deles. A separação, como não conseguimos pelas vias legais, fomos pelas vias de fato, massacrando e quase matando um preso comum, o « chefe » deles lá, que era o tal de Ricardo Duran, porque ele era uma pessoa muito violenta, transmitia no jeito de falar, de olhar, uma capacidade muito violenta (...) Esses grupos [de assaltantes], pelo que eu pude perceber conversando com eles, não tinham uma noção de solidariedade como outros grupos têm. A solidariedade deles vai até certo ponto: eles se juntam pra fazer uma certa coisa e em seguida separam-se, e a solidariedade não é uma coisa espontânea, quer dizer, a chefia dos comandantes, dos cabeças, mantêm o grupo unido apenas para realizar uma ação e sob coação: « - se você não fôr eu te dou um teco... ». E o cara vai. A desconfiança é permanente, qualquer um pode caguetar o outro, é uma solidariedade limitada, uma solidariedade ad hoc. Nas sessões que a gente realizou lá, não só na greve de fome que eles começaram conosco, que em alguns dias eles já tinham desistido, mas em outras coisas, como abaixo-assinados pela melhoria das condições na prisão, eles não assinavam, achavam que aquilo não surtia efeito, qualquer ação política, reivindicatória, eles não iam, eles achavam que podiam comprar o guarda, que era mais eficiente comprar o guarda... » (grifo meu).

Segundo Coelho (1987), em 1975, menos de um ano após a saída dos presos políticos da Ilha Grande, os presos assaltantes de banco comuns - cerca de sessenta homens - , incursos na Lei de Segurança Nacional, de 1969 (como os presos políticos), formaram um « Coletivo » para lutar por direitos perdidos naquela administração. Coelho (1987) cita o depoimento de um dos integrantes do « Coletivo »:

---

[240] William da Silva Santos cita os livros « História da Riqueza do Homem », de Leo Huberman e « Vietnã: a guerrilha vista por dentro », de um jornalista norte-americano (Santos, 1991, p.47). Amorim (1995, p. 71) cita o « Pequeno manual do guerrilheiro urbano », de Carlos Marighela, mas não indica a fonte; cita também « Revolução na revolução? », de Regis Debray, apreendido no apartamento de Saldanha (« Zé do Bigode »), que antes de ser preso comum tivera treinamento anti-guerrilha, segundo depoimento de Mateus a este autor; cita também, sem indicar as fontes, o « Manifesto Comunista », « Guerra de Guerrilhas », de Guevara, « A concepção materialista da história », de Afanassief e os « Conceitos elementares do materialismo histórico », de Marta Harnecker, todos livros editados no Brasil antes de 1968 e encontrados em qualquer livraria antes de 1969. Após o AI-5, tornaram-se « raros » até

> « Olha, em 1975 nós começamos a lutar porque inclusive começaram a tolher certos benefícios que nós tinhamos (...) Nós éramos separados da coletividade dos chamados presos comuns e éramos separados dos chamados presos políticos. Não tínhamos contato. Então ficamos, aqueles sessenta, encurralados onde nós chamávamos - aquele pedacinho de galeria - de « fundão ».

William da Silva Lima, o « Professor », apontado como o « ideólogo » do Comando Vermelho, e que já tinha sido preso por assalto em 1962 e por assalto a banco em janeiro de 1968, portanto antes da então inédita e grande 'ação expropriadora' do MR-8 contra o Banco Lar Brasileiro, a primeira ação guerrilheira contra bancos que ganhou as manchetes da mídia, era o que « M » chamava de uma pessoa « politizada », mesmo antes do encontro com os presos políticos pós-69. Em sua autobiografia, William afirma:

> « Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Sua influência não foi desprezível. Na década de 60 ainda se encontravam presos assim, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução. (...) Lembro-me, por exemplo, do velho João Batista, que, na rua, batia carteiras e, na prisão, ficava lendo e escrevendo pelos cantos do pátio, sempre disposto a orientar e ajudar os demais. Lembro-me também de Mardoqueu, etc ».

André Torres, outro preso « politizado » antes do contato com os presos políticos, transferido para a Ilha Grande em 1973, publicou sua autobiografia pela Editora Vozes em 1979, tendo-a escrito, portanto, na mesma época em que surgiram as falanges. É interessante verificar que num livro de 218 páginas, não há qualquer referência seja a falanges seja a contatos com presos políticos. No entanto, compara-se a um dos mais célebres malandros do Rio de Janeiro, o « Madame Satã », que ele encontrou quando estava sendo transportado para a Ilha Grande:

> « Na passagem, vi Madame Satã que já era livre e morava na Ilha Grande. Ficou me olhando e imaginei que pensava: 'É jovem, vim pra Ilha Grande com a tua idade, agora estou velho. Você também ficará velho, sempre viajando no porão desse barco e na carroceria do caminhão, com as metralhadoras apontadas para

---

mesmo para militantes de esquerda que viviam na legalidade. « M », em seu depoimento a mim, nega que tivessem emprestado livros ou apostilas sobre táticas de guerrilha aos presos comuns.

> você'. Maldição! Minha vida não será assim. Prefiro morrer lutando » (Torres, 1979, p. 150).

Na « Introdução » ao seu livro, ele procura construir uma explicação de seu destino:

> « Não importa que minha história seja ótima ou péssima. O que interessa é que seja lida e julgada como documento de nossa época. Todos esses jovens que partem para a violência individual à procura de status social são fruto desta sociedade que aí está. Na maioria são filhos de operários. A década de 60 teve muito disso. O poder vigente não abriu muitos horizontes para a minha geração. Ou se partia para a política ou se assumia a alienação. Daí surgiu uma geração que, com todo um potencial de revolta, resolveu, através de crime organizado, contestar as estruturas sociais que oprimem a todos ».

Mas o depoimento a meu ver definitivo foi o prestado por Francisco Viriato Oliveira, o « Japonês », considerado pela imprensa - quando foi assassinado no primeiro semestre de 1999 - como o « líder inconteste » do Comando Vermelho. Como o ex-traficante e atualmente gerente do bicho Bapu, o pai de Viriato também pertencera ao Partido Comunista:

> « Lá no presidio [Ilha Grande] convivi diretamente com diversos presos políticos, como o Gabeira e o padre Alípio. Se eu sofri a influência deles? Não, isso não chegou a me influenciar politicamente, porque eu já vinha influenciado de infância: meu pai adotivo chegou a ser presidente do Sindicato dos ferroviários lá em Fortaleza, onde eu e minha família morávamos. Já na infância eu lia o jornal « Novos Rumos », e frequentava com meu pai as reuniões do sindicato. Ele era marxista-leninista, membro do Partido Comunista. (...) Eu, que já tinha uma noção de política, claro que melhorei o meu estágio nesse convívio na Ilha Grande (...) Olha, rapaz, esse negócio de 'Comando Vermelho' se tornou um mito (...) Mas o 'Comando Vermelho' nunca chegou a ser uma organização. Vontade até que existia. A maioria de nós se politizou no contato com os presos políticos. A gente tinha vontade de lutar contra o governo. Mas, mesmo que nós quiséssemos, não teríamos conseguido [criar uma organização (nota do entrevistador)], porque a perseguição era grande demais».[241]

Japonês fala em politização, não em organização. Como também veremos em seguida, Japonês transitou da posição de trabalhador para a de bandido. Tinha o segundo ano ginasial, curso de torneiro mecânico e eletricista de automóveis no Senai e

veio ao Rio, aos dezoito anos, onde trabalhou na biblioteca do Mosteiro de São Bento, com carteira assinada de servente, depois numa mercearia e ainda como motorista de táxi diarista. Depois foi vendedor ambulante, quando conheceu Nelson Nogueira dos Santos (o mesmo que morreu em greve de fome), que o convidou para participar - como motorista - de um assalto a banco em 1969. Na Ilha Grande, ele participará, com Nelson, William, Nanai Apolinário, Saldanha, Paulo César Chaves, Carlos Alberto Mesquita, Rogério Lengruber, André, Caçarola e mais alguns outros, inclusive Jorge « da Donga » (o mesmo marginal que teria assaltado pela primeira vez um banco no Rio, em 1958) e o antigo marginal Horroroso, que integrou a quadrilha de Liece de Paula e Lúcio Flávio, da formação do « Coletivo », baseado num 'pacto de morte' firmado por todos, que foi o núcleo inicial do que depois a imprensa notabilizou pelo nome de Comando Vermelho.

Do assalto a bancos ao Comando Vermelho e ao tráfico de drogas: trajetórias

Duas trajetórias de vida, de pai e filho, num certo momento entrelaçadas no « movimento », podem ajudar a compreender como este se organizou em continuidade (e ao mesmo tempo em ruptura) com a criminalidade do final dos anos 60 e início dos anos 70, e também a compreender como uma trajetória de trabalhador pode se metamorfosear em trajetória de bandido, e vice-versa. Foi o filho, hoje casado e com três filhos, morador, como seus pais antes, de um conjunto da CEHAB na Zona da Leopoldina, quem me reconstituiu as suas trajetórias. Eu chamarei ao filho de Mateus, para protegê-lo. Ao pai já morto, cujo nome verdadeiro ou apelido conhecido poderia identificar o filho, já o estou chamando de « Caçarola ».

« Caçarola », o pai, nasceu em 1938 e desde sua juventude sempre foi trabalhador, motorista de caminhão de entregas de uma grande loja de eletrodomésticos. « Mateus » nasceu em 1964, filho mais novo do casamento de Caçarola com « Sueli », empregada em serviços domésticos na casa de uma família rica. Em 1971, Caçarola foi convidado por dois amigos, irmãos que conhecera ainda jovens, quando foram seus vizinhos em Belford Roxo, para formar uma quadrilha para assaltar bancos. Esses amigos eram, então, seguranças de banco e haviam percebido que não era dificil assaltá-los. Um deles chamava-se Nanai Apolinário, alguns anos mais tarde considerado um

[241] *Apud* « Geraldo Carneiro entrevista Francisco Viriato Correa, o Japonês. *Discursos Sediciosos,* ano 1, n. 1, 1o. semestre de 1996, Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, pp. 13-18.

dos principais fundadores do 'Comando Vermelho', de cuja organização Caçarola também participaria, numa posição secundária. Ao trabalhador-motorista de caminhão de 1971 caberia ser o motorista na ação, sem precisar « entrar no banco ». Deram-lhe garantias de que o protegeriam, caso « caíssem ». Assaltados vários bancos, com sucesso, a quadrilha terminou, entretanto, sendo presa em 1972 e « Caçarola », cuja participação na ação foi neutralizada pelos seus amigos, ficou preso quatro anos. Voltou a ser preso em 1978, agora como traficante. Solto pouco depois, assumiu o controle do tráfico no Morro da Conceição[*] e de todo o grande bairro suburbano circundante e Mateus passou a acompanhá-lo às áreas sob seu controle, mas foi novamente preso em 1981, sendo condenado a 4 anos. Cumprida a sentença, Caçarola foi assassinado em 1985, quando retornava ao controle do tráfico em sua área. Mateus se envolvera nos negócios do pai mas, após sua morte, resolveu « pular fora » para também não morrer. Trabalha hoje como entregador em caminhão de bebidas e refrigerantes, ganha dois salários mínimos e não tem mais qualquer ligação com o tráfico, a não ser como consumidor eventual.

Ao contrário do que sustentam Coelho (1991) e Amorim (1995), Mateus não vê qualquer relação entre a organização de presidiários conhecida como « Comando Vermelho » (e suas falanges antecessoras) e os presos políticos da época. Para ele, o que explica que esses presidiários tenham se organizado nas penitenciárias era o « esculacho »[242], que se tornara insuportável. Os « leis de segurança », como Caçarola, eram « homens de família » (Nanai Apolinário, por exemplo, era evangélico) que, embora « valentes » o suficiente para se beneficiarem do « esculacho », não admitiam aquela prática. Exigiam « respeito » e metamorfosearam o que poderia ter sido o seu poder para o esculacho em poder organizacional, em liderança, com base na « compra da liberdade »:

> « O Comando cresceu em cima de... as pessoas na cadeia esculachavam um ao outro. Você entrava na cadeia as pessoas te obrigavam a fazer de tudo... obrigava a sustentar ele na cadeia. Então o Comando cresceu em cima disso, pra evitar um montão

[*] Adotei para este morro o mesmo nome fictício que recebeu em Macedo e Castro (1998).

[242] O « esculacho » é a prática da dominação sexual e econômica dos presos mais fortes sobre os mais fracos, comum nas penitenciárias. A submissão dos mais fracos (« garotos ») transforma-os muitas vezes em portadores de uma função feminina estereotipada, servindo sexualmente e em serviços domésticos, aos « xerifes » da cela (preso responsável perante a administração pela ordem na cela coletiva), com base no estigma do « passivo sexual ». Sobre esse estigma, ver Misse, 1979. Sobre o cargo de « xerife », ver Coelho, 1987, pp. 63 e ss. Há densas descrições dessas práticas em romances etnográficos como « Cidade de Deus », de Paulo Lins e « Boca de Sapo », de Wanilton Caldas, entre outros. Práticas semelhantes ocorrem nas instituições « de menores », desde a época do SAM até hoje.

> de coisa, um montão de coisa. Pra proteger os prisioneiros e ter um respeito. Então o Comando começou, que as vezes você era dono de uma situação aqui fora e ia lá pra dentro, chegava lá e ficava sem nada. Então esse foi crescendo, se organizando, organizando. Então se você fazia um assalto você tinha por obrigação de mandar um dinheiro, você assaltava um banco aqui fora eles lá já sabiam quem assaltou o banco...
> *[E como é que eles sabiam?]*
> Eles já sabiam. Na cadeia é rápido. Tinha coisa que parecia incrível, mas eles lá já sabiam, porque a maioria dos assaltos saía de lá, eles que davam, eles lá dentro é que organizavam, assalto, arma, tudo. Porque a maioria que tava lá dentro tinha um poder grande aqui fora. Então eles armavam 'ô... vai e assalta tal banco', tinha aquele banco, era assaltado, então esse dinheiro que ia pra cadeia, pagava a sua fuga: 'Ô... essa semana o dinheiro que vai vir é pra você'. Aí vinha esse dinheiro e aquilo então pagava a sua fuga e você fugia. Então por obrigação você tinha que pagar quase dez vezes aquilo que te deram pra você fugir, então pronto, você ia assaltar, você era assaltante mesmo, começava assalto daqui, assalto dali, dinheiro prá lá, dinheiro pra cá, e esse dinheiro já pagava mais duas, três fugas... »

A mesma explicação domina a autobiografia de William da Silva, o « Professor », um dos primeiros líderes do Comando. Evidentemente, ele não nega o « clima político » da época, nem as leituras de literatura comunista que alguns deles fizeram, nem os contatos com os presos políticos, mas ele não afirma em lugar nenhum que os presos comuns aprenderam a se organizar e a usar táticas de guerrilha (como afirma Amorim em seu livro) com os presos políticos; se influência houve, ela se deu exclusivamente no plano da « defesa de direitos » do presidiário e na 'politização' dos que já tinham alguma socialização política:

> « Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa [carcerária], comportamento considerado elitista por nós (...). Eles não se misturavam, rompendo assim, talvez sem saber, uma velha tradição das cadeias, em que revolucionários e presos comuns, ao compartilharem o mesmo chão e o mesmo pão, cresciam juntos num mesmo ideal (...). O desejo de isolamento indicava entre eles a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distenção do regime [a partir de 1975]. Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance. Nosso caminho só podia ser o oposto: a integração na massa carcerária e a luta pela liberdade,

> contando com nossos próprios meios » (Santos, 1991, p. 47-48, grifos e colchetes meus).

Além do mais, contatos entre presos políticos e comuns ocorreram durante a ditadura de Vargas e não resultaram numa organização dos presidiários: seria preciso um terreno fértil para germinar. O terreno fértil não pode ser explicado apenas com recurso aos presos políticos, mas principalmente à mudança de perfil dos sujeitos incriminados. Um dos presos comuns mais influentes sobre a massa carcerária, Nelson Nogueira dos Santos, que mais tarde morreria à míngua numa greve de fome, é descrito por William da Silva Santos como um « preso singular » (e isso em 1971): « tinha cerca de 30 anos de idade, lia muito, falava mais, gostava de música clássica. Exercia uma clara liderança sobre os outros » (Santos, 1991, p. 46).

Pode-se aventar a hipótese, que me parece a mais plausível, de que a parte ativa dessa história pertence aos próprios presidiários comuns que a fizeram e que não deve ser denegada. Não foram os presos políticos, nem apenas o contato dos presos comuns com eles, quem ativou as falanges. Alguns deles se interessaram pela organização dos presos políticos ou pelos livros que esses liam, mas eram menos de uma dezena e não teriam obtido qualquer sucesso se não obtivessem o « respeito » entre os demais, artigo raro numa cadeia. A demanda de respeito e proteção mútua já estava no ar, aguardava apenas que os « valentes », dispostos a matar, e que antes praticavam o individualismo do « esculacho », fossem substituídos por valentes de outro tipo, também dispostos a matar, mas com outro perfil social, geralmente ex-trabalhadores com escolaridade média e família constituída. O « marginal » vai perdendo espaço e saindo de cena e, aos poucos, vai sendo substituido por esses ex-trabalhadores, alguns relativamente politizados, numa conjuntura política de deslegitimação do Estado, que os levará à posição de « líderes », recorrendo simultaneamente à demanda de respeito mútuo e à imposição do medo, o processo ao final do qual, e não-intencionalmente, o « vagabundo » vai reaparecer na cidade com suas novas características. Japonês afirma que:

> « Era uma luta pela sobrevivência. Ali, nós tinhamos de nos unir de qualquer forma. Era uma maneira de sobreviver. Um dos meus companheiros se atirou de cabeça (...). Ele acabou morrendo no meu colo. Na época, eu acabei fundando o Clube Cultural e Recreativo dos Internos da Ilha Grande, e fui o primeiro presidente daquela agremiação. Eu já era respeitado, como sou até hoje. E não é por medo, não, é porque sou uma pessoa benquista. Porque trato todo mundo com respeito, do funcionário

> mais graduado até o companheiro menos graduado. Isso é da minha natureza » (ibidem, grifos meus).

É também o que se pode deduzir do que afirma Mateus:

> « Todos eles morreram, Apolinário, Gelson, Saldanha, meu pai... Saldanha era polícia, era detetive, fez uma cagada lá e saiu da polícia. Ele tinha curso de guerrilha e tudo... Era outro também que você não falava que era bandido, a mulher dele se dava até muito com a minha mãe, a gente sempre ia na casa dele, era superbacana também. São pessoas que você jurava que aquela pessoa não tinha envolvimento. Aquelas pessoas ali, com o nome no jornal, são aquelas pessoas que não tinham aquele instinto, o instinto deles era de roubar, não era como é hoje essa matança toda, as pessoas só querem matar...
> *[Por que hoje mudou, porque hoje tá assim?]*
> Mudou porque antigamente as pessoas eram mais madura. Antigamente você não ouvia um assalto a banco com um garoto de 17 anos, de 18 anos. Geralmente se você vai ver os assaltos dos anos atrás era só com pessoas mais velhas. Hoje em dia não, hoje em dia tem uns garotinhos de 15 anos, 16 anos já tá entrando dentro do banco, já tá assaltando, então foi onde mudou, onde ficou umas coisas assim sem responsabilidade. E as pessoas antigamente, que assaltavam banco como esses todos aí, eram tudo trabalhadores, eram chefe de família, não tinha esse instinto de ruindade, de matar todo mundo. Hoje em dia o negócio desses moleques é matar e fazer bravura... Vagabundo agora ficou normal » (grifo meu).

O contraste é acentuado, uma vez mais, entre os « lei de segurança » que criaram o Comando Vermelho, a sua passagem para o tráfico por volta de 1983 e a atual situação, especialmente quando Mateus recorda a diferença entre os assaltantes de banco e os traficantes, naquela época:

> « Antigamente, o pessoal de assalto a banco nem se enturmava em favela, antigamente tinha grupos separados. Você que trabalha com maconha e eu só assaltante de banco, então não tinha aquela ligação. Se dava, podia se dar, se acobertava, mas existia grupo separado, onde não tinha essa briga toda... Você era assaltante de banco, você tinha um grupo... Até na época que esses caras todos fugiu, Saldanha, Apolinário, eles todos fugiram da cadeia, então na época eles tinham um escritório aqui embaixo [no centro do Rio], andavam tudo de terno e gravata. Era uma sala, tudo direitinho, tipo um escritório de advocacia, e tudo de terno e gravata e vinha todo mundo aqui pra baixo. Depois entraram no tóxico, mas eles [Saldanha, Apolinário] não chegaram a entrar no tóxico porque eles morreram antes... Na época, o tóxico não tinha aquela coisa forte. Depois chegou uma

> época que assalto a banco ficou mais dificil. Antigamente era uma coisa fácil, você descer e organizar, era assalto tanto aqui como lá fora, lá fora era mais fácil ainda... Às vezes eles pegavam alguém assim de patente, um coronel, um capitão. Eles pegavam as armas, botavam dentro do carro e levava pra Minas, os caras iam de ônibus ou iam em outro carro, aí chegava lá assaltavam o banco, o comandante, um pessoal grande desses, trazia as armas e dinheiro tudo de volta. Você sabe que até hoje em dia você chega numa blitz, pára teu carro, você mostrou que tu é comandante, uma força grande, você passa, às vezes até carro oficial mesmo, até o carro do próprio quartel mesmo que levava e trazia as armas... Mas quando chegou uma época que assaltar um banco começou a se tornar bem mais dificil, uma resistência maior, um controle maior... há uns 15 anos [1981-82], então o assalto a banco tava ruim e o tóxico começou a dar bem mais dinheiro, começou a dar muito dinheiro e antigamente não tinha essa prisão grande de traficante, tinha uma prisão grande de assalto a banco. A maioria de pessoal de assalto a banco ia preso, e o traficante mesmo, quase não ia. Então onde começou a correr todo mundo pro tráfico, que antigamente o cara que era dono de boca de fumo o cara não... hoje em dia, o cara tem que plantar ali, é dele, e ele tem que ficar ele. Antigamente não, botava uma boca de fumo aí, como o Escadinha botava, bancava geral aí e só ia recolher o dinheiro. Então tinha muita gente aí, traficante ficando rico e os assaltante de banco indo tudo preso. Então começou essa violência toda, que todo mundo começou a querer boca de fumo, aí onde os assaltantes parou de roubar banco pra fazer boca de fumo, que tava dando um dinheiro grande. O tóxico começou a valer mais do que assaltar banco, então onde teve aquela competição, porque antigamente era dividido, eu não queria me meter contigo porque a minha área era assalto, mas não tava dando pra mim assaltar mais, então eu tinha que correr pra boca de fumo. Então foi onde começou essa guerra de lugar, todo mundo queria e cada um queria mais que o outro, então foi crescendo essa matança que a gente tá vendo hoje, por causa disso » (colchetes meus).

William da Silva Lima, como o Japonês, nega também ao « Comando Vermelho » o perfil de ‘organização’. Tratar-se-ia, antes, de um « novo estilo », de um novo « comportamento » dos presidiários baseado na solidariedade, na noção de que formavam uma coletividade e no respeito mútuo. Esse novo comportamento foi se impondo pela força e pelo medo que seus primeiros adeptos manipularam para, ao mesmo tempo, oferecer alternativamente signos de proteção mútua como « regras de conduta ». Amorim (1995) cita um documento apreendido, segundo ele, com um assaltante de banco e que faria parte de um processo judicial, sem dar sua data. O documento está datilografado numa folha de processo com o timbre do Estado da

Guanabara, extinto como se sabe em 1975. Mesmo se supormos que sobras de papel ofício com timbre da Guanabara estivessem sendo usadas, pelo Poder Judiciário do novo Estado do Rio de Janeiro dois ou três anos após a fusão, é evidente que o documento é anterior ao « Comando Vermelho ». As « regras » são do tempo das « falanges » ou até mesmo anteriores:

> « As 12 Regras do Bom Bandido »
> « 1 - Não delatar; 2 - Não confiar em ninguém; 3 - Trazer sempre consigo sua arma limpa, carregada, sem demonstrar volume, mas com facilidade de saque, e munição sobressalente; 4 - Lembrar-se sempre que a Polícia é organização e não subestimá-la; 5 - Respeitar mulher, crianças e indefesos, mas abrir mão desse respeito, quando sua vida ou liberdade estiverem em jogo; 6 - Estar sempre que possível documentado (mesmo com documento falso) e com dinheiro; 7 - Não trazer consigo retratos ou endereços suspeitos, bem como não usar objetos com o seu nome gravado ou objetos de valor; 8 - Andar sempre bem apresentável, com barba feita; evitar falar gíria; evitar andar a pé; não frequentar lugares suspeitos; não andar em companhia de « chave de cadeia »; 9- Saber dirigir autos, motocicletas, etc; conhecer alguma coisa de arrombamento, falsificação e noção de enfermagem; 10 - Lembrar-se sempre que roubar Cr$ 100,00 ou Cr$ 100 milhões resulta na mesma coisa; 11 - Estar sempre em contato com o criminalista; e 12 - Não usar em hipótese alguma tatuagem » (Apud Amorim (1995).

Dessas regras, o que poderia ter sido retirado do « Pequeno manual do guerrilheiro », de Marighela? A partir das entrevistas que realizei em diferentes áreas e com diferentes pessoas, concluí que o « projeto » de um « Comando Vermelho » acabou, na verdade, quando começou a existir. No final dos anos 70 e início dos 80, havia uma quasi-organização de presidiários, surgida da fusão de grupos chamados ‘falanges’, que recebeu este nome da imprensa. Seus principais articuladores foram os relacionados por Amorim (1995, p. 78 ss.). Os que foram libertados (por cumprimento de pena ou fuga) conheciam muita gente na cadeia e fora dela e foram formando as primeiras redes, interligando áreas de bairros diferentes, a partir de contatos com quadrilhas locais ou ex-presidiários moradores que os conhecia. Ao nível da estruturação local, bem como pelas ligações com outras quadrilhas de outras áreas, a « novidade » era evidente, e era vista como uma « organização » baseada nos presídios e com tentáculos em vários bairros da cidade. A passagem do assalto a bancos para o tráfico de drogas, no momento oportuno em que a demanda de cocaína no mercado consumidor aumentava, permitiu rápido fortalecimento dessa rede. A maior oferta de cocaína, por sua vez, criava novos consumidores, aumentando a ‘bola de neve’. Mas o que inicialmente ficou conhecido como « Comando Vermelho » (como também no caso

da rede alternativa, o « Terceiro Comando ») possuía muito mais controle sobre as áreas do tráfico do que atualmente. Hoje, esses nomes são antes identidades difusas de redes cambaleantes do que propriamente organizações bem estruturadas. O aparecimento de novos nomes, a partir de 1984-85, como « neutros » e, mais recentemente, em meados dos anos 90, « Comando Vermelho Jovem » e « Amigos dos Amigos », indica o fracionamento e a pulverização dos antigos Comandos. Mateus descreve o que ouviu de Caçarola, seu pai, e o que ele próprio viu e experimentou, entre os dezessete e os vinte e um anos de idade (1981-85):

> « O Comando começou na Ilha. Devido não ter uma organização direito, o Comando cresceu pra proteger os presos e ter um respeito. Então esse foi crescendo, se organizando, organizando. Muito dinheiro, eles comprava tudo, eles bancavam. Começou uma organização que eles bancavam geral, eles pagavam geral. Você saía da cadeia assim, já com carro, documento, com tudo, você já saía com uma casa pra você ir, arma pra você, eles fortalecia. O cara tá achando que eu vou botar um movimento num morro desse, você entrava em contato com o Comando e o Comando bancava tudo.
> *[E esse Comando que tá aí é o mesmo?]*
> Não. Mudou as pessoas e o Comando diminuiu. Hoje tá bem menor. Hoje devido estar essa matança toda porque não tem controle, ele não tem mais controle, antes o Comando controlava, você pra matar alguém, tipo uma pessoa respeitada, vamos dizer hoje assim como eles mataram o Orlando Jogador, antes dele morrer tinha que comunicar ao Comando pra poder matar ele.
> *[Ele não controla mais?]*
> Não. Nem o Terceiro Comando controla, porque hoje em dia isso virou bagunça.
> *[Há quanto tempo perderam o controle?]*
> De uns 11, 12 anos pra cá [1985]. Foi na época que começou a bagunça, aonde foi vindo muita gente nova, muito garoto novo...Então os moleque começou a não acreditar mais. [Em seguida, Mateus cita o caso de Robertinho de Lucas, considerado « neutro »] É como o Robertinho hoje [1996], o Robertinho diz: « quem não gostar não gostou, quiser me matar na cadeia, me mata, mas aqui fora quem sabe sou eu, quem não gostar [que] invada a favela! » E quem vai invadir uma favela daquela? Então os moleque começou a não acreditar mais, eles também se armaram de uma tal maneira, que eles não tavam mais acreditando. Que na época quem mandava eram os coroas, as pessoas mais coisa, então os moleque novo começou a não acreditar.
> Vamos dizer que hoje você chega pra mim e diz: 'vou ti dar dinheiro, vou ti dar arma e você planta no Juramento'. Então eu vou ficar no Juramento trabalhando pra você. Então naquela

> venda eu vou me fortalecendo, comprando arma, vai chegar uma época em que eu não vou mais querer trabalhar pra você, agora aqui quem sabe sou eu. Eu tô com os homens todos, estou com os armamento pesado todo, não vou ti dar mais nada. Aí pronto, eu já tô num morro daquele cheio de arma, cheio de homem, eu vou achar que você já não...vai levar o dinheiro quase todo, que na época o Comando fazia isso, ele ti fortalecia e levava o dinheiro quase todo. Vamos dizer que eles me botavam pra trabalhar lá pra eles, eu trabalhava e chegava no final de semana eles iam pra lá, enchia os sacos de dinheiro e eu é que tinha que ficar no morro dando tiro em polícia, fazendo e acontecendo e o Comando vinha e levava o dinheiro todo.
> [Quer dizer que esse pessoal que tá preso em Bangu I já não tem mais o controle de nada?]
> Não. O Escadinha até quando foi preso ele ficou no seguro. No seguro que se ele ficar no meio dos outros ele morre...
> *[E se ele for libertado?]*
> Se ele for libertado ele tem que ir embora, ele tem que fugir. Pro Juramento ele não volta mais, a muito tempo, a muito tempo... Ele não era aquele bandido todo, ele entrou no Juramento bancando, ele era aquele cara que chegou com dinheiro. » (grifos e colchetes meus).

A sobreposição de « conhecimentos » e « contatos » entre amigos de infância, novos amigos apresentados por antigos amigos, parentes e contraparentes, companheiros de cela e novos conhecidos (inclusive policiais, carcereiros, escrivães, advogados, até mesmo juizes) se dá em continuidade entre gerações seja pela mediação do pertencimento a uma mesma comunidade, seja principalmente pela mediação da experiência comum penitenciária, desde que baseada em signos que arrefeçam a desconfiança mútua e emulem a cooperação. O « olho grande », a ambição e o grande volume de « derrama » na « caixinha » da rede cognominada Comando Vermelho, ainda por volta de 1985, bem como o aumento da repressão policial que levou à cadeia as principais lideranças, a partir de 1986, determinou o fracasso do projeto de oligopolização do varejo nas áreas pobres e à fragmentação e pulverização do « movimento » que se verifica hoje, em grande parte dessas áreas. Resquícios das quasi-organizações que sairam das falanges da década de 70 sobrevivem em outras áreas, ainda baseadas nas redes então montadas, mas perderam completamente o sentido proto-político que, em parte, orientou sua formação nos idos de 1979-1980. Os vagabundo tomaram conta do negócio, e são cada vez mais jovens.

Para Bapú, o gerente de bicho cuja trajetória tracei no capítulo 4 e que esteve preso no início dos 70 nos mesmos presídios onde nasceu o "Comando Vermelho", este nunca existiu:

> "O Comando Vermelho nunca existiu. O que existiu foi a Falange Vermelha, dos presidiários. Em 1975, quando subimo pra Ilha, a cadeia estava cheia, superlotada, então veja só: a cadeia foi dividida assim: o pessoal da Zona Sul, Zona Norte e a cadeia estava mais tomada pelo pessoal do Jacaré. Vamos dizer, Zona Sul tinha querenta presos, Zona Norte tinha oitenta, Jacaré tinha duzentos, trezentos presos. (...) Você não podia ter uma calça lee que eles tavam te assaltando, não podia ter um relógio que nego te assaltava, você vinha com a bolsa da visita e tavam te assaltando, inté tavam te matando. Então tava havendo muita matança, percebe? Então o pessoal que era da lei de segurança, que passou a entrar por assalto a banco, achava aquilo uma imoralidade... então surgiu a Falange Vermelha... A Falange do Jacaré foi formada porque foi formada a Falange Vermelha. Então a Falange Vermelha foi se fortificando devido à moral, ela botou moral, porque naquela época era Bira Charuto, Alfredo Dedinho, Ratazana, essa rapaziada que achava que é o seguinte, que não podia acontecer isso, tava tendo muita matança, tava morrendo dez, quinze por dia, a imprensa só contava que morreu dois, que nada!, era uma carnificina geral. (...) Então ficou nessa situação. Então vê só, os caras não queria que havia mais assalto, e todos aqueles que tivessem uma dívida com qualquer vagabundo daqueles que tava lá [obrigavam a pagar a dívida]. Então ficou a Falange Vermelha... Mas esse Comando Vermelho aí, cara, eu não vou nem falar, é tipo um "paradão", é tipo um "seguro de bunda", na cadeia chama-se de "seguro de bunda". A Falange Vermelha veio mais tipo um "seguro de bunda". Porque o cara metia uma bronca aqui nessa área, ele tinha um inimigo; então quando chegava lá e botavam ele no alcapão, ele tinha que prestar conta pro cara. Não queria saber se tinha 30, 40 presos, sei lá, 'qual é, cara, fica sabendo que o bicho vai pegar'. (...) Agora, que eles diz que é Comando Vermelho, às vez o cara nem conhece ele, eles diz que é do Comando, é "seguro de bunda".
> *[Mas será que eles não tentaram fazer como na contravenção, dar uma organizada nas quadrilhas?]*
> A contravenção se organizou. Vê só, esse negócio de Comando Vermelho não tem organização, isso é olho grande. Aí na vagabundagem é olho grande. (...) Contravenção é um negócio muito sério, sabe? (...) Então esse negócio de Comando Vermelho, isso é tudo falsificado. É tipo pra aterrorizar: "Comando Vermelho!". Aí a polícia pega os moleque, a imprensa bota que é do CV, isso na malandragem a gente chama isso de "Cu Vermelho", não tem nada a ver de Comando Vermelho. Tanto é que esses molequinho que tão vindo agora, já tão botando CVJ, é "Comando Vermelho Jovem", e esses caras tudo da antiga tão com medo, que eles tão matando, tão encarando, tão tomando

os ponto. Esse Comando hoje em dia é o seguinte, tem até polícia no meio".

A sobreposição dos mercados ilícitos

Sempre se suspeitou que haveria alguma ligação entre o jogo do bicho e o incremento do tráfico de cocaína a partir dos anos 80. Uma das primeiras ligações possíveis teria sido « Toninho Turco », que tinha trânsito entre os grandes bicheiros do Rio e que tornou-se um dos grandes « atacadistas » na distribuição de cocaína no Rio, supostamente desde o final dos anos 70. Um antigo repórter policial, que manterei no anonimato, cujas ligações com os bicheiros são também antigas, negou essa hipótese em depoimento que me fez. Disse que Toninho Turco tentou, junto aos bicheiros, intermediar uma reunião com grandes proprietários de cassinos de Las Vegas, durante a visita de Frank Sinatra ao Brasil, mas foi repelido. Disse-me que as relações dos bicheiros com ele eram de desconfiança e que não considerava possivel uma ligação desse tipo - que envolvesse financiamento ou proteção - entre os bicheiros e Toninho Turco.

Tanto a apreensão de milhares de documentos e disquetes na fortaleza de « Toninho Turco », durante a « Operação Mosaico », em 1988, quanto na operação contra a fortaleza de Castor de Andrade, em 1994, não comprovaram também a ligação entre ambos e o tráfico de cocaína, mas deixaram suspeitas. O então Procurador Geral do Rio, Antonio Carlos Biscaia, afirmou na ocasião do estouro da fortaleza de Castor que estava agora completamente convencido da ligação da cúpula do jogo do bicho com o tráfico[243], mas depois disso nada mais aconteceu que pudesse confirmar suas suspeitas, pelo menos a nível judicial.

Bapu, o gerente do bicho, também negou qualquer ligação, dizendo-me que « quer distância do tráfico », embora conheça alguns dos traficantes que « controlam » áreas perto do conjunto habitacional onde mora. Diz que nunca recebeu qualquer recomendação dos banqueiros, no sentido de aproximação ou proteção aos traficantes no seu 'território': « São eles lá e nós cá ». O máximo que faz, quando lhe perguntam onde encontrar o « movimento », é indicar a direção da boca mais próxima e advertir

[243] A mesma tese foi defendida pela repórter Mônica Freitas, do Jornal do Brasil, em reportagem publicada nesse jornal em 11/2/1988; constitui o principal enredo na novela-documentário « Avestruz, Águia, e Cocaína », de Valério Meinel (1991); essa tese foi inicialmente defendida no livro « A Máfia manda flores » (Porto Alegre, Editora Global, 1982) dos jornalistas Ernesto Rodrigues e Paulo Markun.

quanto aos cuidados que o comprador deve seguir. Ele próprio não é consumidor de cocaína, apenas de maconha. Mateus, quando perguntado sobre isso, afirmou o mesmo, mas não descartou completamente a possibilidade:

> *[Mas me diz um negócio, e o jogo do bicho, tem alguma ligação?]*
> « Não, não... Você vê que a maioria desses banqueiro não se mete com isso.
> *[Por que será isso?]*
> Eles podem até comprar, é como eu falei pro senhor, eles podem até comprar e botar um cara lá pra vender, mas eles não tem um contato direto, assim um contato direto eles não tem não.
>
> > [O meu contato lá na Mangueira disse que realmente não tem nada a ver, se respeitam mas um não se envolve com o outro.]
>
> Mas hoje em dia o bicho já não tá tão forte como antigamente. Antigamente existia uma máfia de matar que era fora do normal, era fora do normal, você vê que todo mundo era assaltado, mas ninguém nunca assaltava jogo do bicho, tá entendendo?, porque há uns anos atrás, jogo do bicho tinha uma máfia aí que não era mole... Então o bicheiro tem uma fama tão grande que o pessoal respeita, mas hoje em dia não tá com essa força toda não. As pessoas acreditaram nesse respeito e levam ele até hoje, mas tem muito ponto de bicho que vagabundo tá sacudindo aí, tá entendendo? »

E as armas? Como os armamentos pesados chegaram ao « movimento »? Segundo Mateus, no início do « Comando Vermelho » as armas começaram a chegar aos morros vindas dos quartéis:

> *[É fácil comprar essas armas?]*
> « É.
> *[Tem quadrilha de contrabandista?]*
> Não. Na época essas armas saiam daqui mesmo do quartel...
> *[Eram roubadas do quartel?]*
> Não, não eram roubadas. Quer dizer, eram roubadas em termos, mas eram eles mesmo quem roubava...eram eles mesmo. Eu conheci na época do meu pai esse [cita um nome], ele fornecia as armas todas. Ele tinha um contato com um comandante na... então você chegava pra ele e dizia « ó...eu tô precisando de 5 metralhadora, isso, isso e aquilo », ele dizia « ó...daqui a uma hora você pode voltar aqui ». Ele saía, ia lá no quartel e trazia as armas, ainda vinha tudo com o número do quartel. Na época eles colocavam a gente pra lixar, com uma lixadeira, aquele número de série pra não ser identificado. Então a gente pegava aquele esmeril e era só pegar aquele número de série e tirar. Ele preferia fazer isso porque mais tarde se aquela arma fosse presa, pelo número de série, aí já viu, dava aquele problema todo.
> *[Isso era geral?]*
> Na época a maioria vinha tudo dos quartel mesmo.
> *[Isso você está dizendo na época do Escadinha?]*
> É, na época do Escadinha. Isso eu tava o quê...com meus 17 anos, então isso foi um troço que eu vi.

> [Agora, hoje em dia, essas armas que eles tem são armas que nem o exército tem.]
>
> Não, hoje em dia se tornou mais coisa, porque quem traz as armas pra cá é tudo polícia federal. Hoje em dia é contrabando, antigamente não. Antigamente as armas que a gente tinha eram aquelas metralhadoras...
>
> [Mas então como é que eles fazem? Eles vão lá em cima? Eles sobem lá em cima e vendem lá mesmo?]
>
> Eles vendem... Como semana retrasada [junho de 1995] chegou um camarada lá com um carro, o cara meteu a mão numas caixas de papelão e o cara tirou 30 fuzil. Então é a coisa mais fácil, você esses avião aí de presidente, avião de deputado que roda aí pra cima e pra baixo, então pra eles é a coisa mais fácil, porque lá fora você tem dinheiro você compra. Você chega numa loja lá, não precisa se identificar, e diz 'eu quero aquela arma lá, aquela lá e aquela lá', mete a mão no bolso e paga...
>
> *[O que você acha? Você acha que a mesma coisa acontece com as drogas?]*
>
> É, as drogas vem lá de fora.
>
> [Sim, ela vem lá de fora, mas você acha que ela vem por uma rota só, um entregador só, um patrão só? Ou é espalhado? Tem muito fornecedor?]
>
> Não.Tem muito fornecedor.
>
> *[Esse fornecedor ele não tem nenhum controle? Ele só vende e vai embora?]*
>
> Não, eles não tem nada a ver...
>
> [Quer dizer, se cai a quadrilha não cai o fornecedor porque a quadrilha nem conhece o fornecedor?]
>
> Nem conhece, nem conhece... Vamos dizer que eu moro aqui e você é o cara que traz, é o cara que consegue trazer as drogas, então você chega pra mim e diz: 'Mateus, eu tô com a mercadoria', vamos supor 200 kg, eu chego, subo um morro desse, um morro que eu já tenho contato, aí eu chego... Vamos dizer, 'ô seu fulano, eu tô com tanto', aí você diz 'não, tanto eu não quero, eu vou querer comprar a metade', aí eu vendo a metade pra ele. Aí eu vou lá no Jacaré e digo 'aí...eu tenho um produto bom, preço bom', aí eu vendo e assim vai. Você tras a mercadoria e eu que tenho um conhecimento, que sou neutro, não quero saber se é morro de fulano ou de cicrano, não tenho nada a ver com quadrilha nenhuma, meu negócio é chegar e vender a minha mercadoria, então são essas coisa que sobe. Então existe muito isso, muita gente que tras e muita gente aqui que vende, a própria polícia mesmo, a polícia que tem facilidade. Uma época mesmo no Jacaré...no Jacaré, não no Juramento, a droga subia no camburão, subia no camburão. Começou um negócio de muita polícia, muita polícia, o tóxico subia dentro do camburão, chegava lá em cima eles saiam pra ver como estavam as coisas, aí a molecada chegava na porta do camburão e levava tudo: era droga, era arma, era tudo. Isso já foram coisas que eu já vi acontecer. Então era assim, pago... »

Outros depoimentos, como o de Flávio Negão para o jornalista Zuenir Ventura, e o de Japonês para Geraldo Carneiro, batem na mesma tecla, que aponta para a sobreposição de diferentes mercados ilícitos, inclusive e principalmente a oferta de

« mercadorias políticas », sem a qual o « Comando Vermelho » não teria passado do estágio de um « Coletivo » de presidiários politizados que lutavam por seus direitos civís e pelo cumprimento do Código de Processo Penal, amplamente burlado nas cadeias e penitenciárias. O « Terceiro Comando » inspirou-se no « Coletivo » politizado que deu origem ao Comando Vermelho, mas não chegou a se propor qualquer sentido proto-político, naquela época. Já antecipava o puro sentido que o movimento veio a adquirir nos anos seguintes: o de « redes » da economia informal ilegal que apenas tentaram articular e organizar a sujeição criminal, para seus próprios fins.

4. Da Favela da Zona Sul, anos 60, à Vila Proletária do Brasil, anos 70-90.

Dona Maria, 59 anos, morou na favela « Zona Sul », à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, até sua remoção, em 1969, para a « Vila Proletária do Brasil », um conjunto habitacional da CEHAB próximo à Avenida Brasil com dezenas de milhares de habitantes. Quando estive lá da primeira vez, em 1995, por haver muita tensão nas ruas, subí acompanhado de sua filha. Durante a entrevista, ouvimos do apartamento de Dona Maria um primeiro estouro de morteiro: «ih, lá vêm os homens!» - interrompeu Dona Maria. *[0 que quer dizer isso? perguntei]* «Quer dizer que a polícia tá subindo. Daqui a pouco vai ter tiroteio. Se você der sorte...” *[Eu vou assislir, não tem muita diferença, são todos iguais, ponderei]*. «Não, você sabe que tem diferença? Tem sim», insistiu Dona Maria, conhecedora dos detalhes. *[Como é que a gente sabe que o foguete é pra avisar que chegou o pó, quando é comemoração de jogo ou quando é pra avisar que chegou a polícia?, perguntei]*. «Porque é proibido soltar fogos aqui a não ser que seja pra avisar os bandidos que chegou a polícia». *[Quando chega o pó não soltam mais fogos?, insisti]* «Não, não soltam. Quando chega o pó os aviões é que trabalham... ». Um novo estouro de morteiro explode. «Ó, êvém o Russo aí, e vem mesmo!» - me interrompe nervosa Dona Maria. «Vem aí com o destacamento, vem subindo aí e o segundo fogueteiro avisou!» Em seguida, o tiroteio ininterrupto - com rajadas de metralhadoras e fuzís automáticos - em mais um confronto da polícia com os traficantes locais. Esperei algumas horas, até que o silêncio voltasse, para retornar para casa. Para Dona Maria e sua filha, os estouros de foguete, a fuzilaria e o som alto dos bailes funk, nos finais de semana, já fazem parte da rotina, uma rotina indesejada:

«0 pessoal que mora de frente ao ponto de ônibus não dormem, todo mundo adoecendo, todo mundo morrendo,

> **querendo vender o apartamento, porque tudo isso estremece. São caixas de som maior que isso aí e com o som – tudo bem se ainda fôsse música, mas é: "eu vou matar/ eu vou matar/ eu vou matar o seu pai/ a sua mãe!.."»**

Dona Maria se recorda comparativamente dos bandidos da antiga favela "Zona Sul", na Lagoa:

> «Nunca foi um problema. 0 povo sempre conviveu. Não era uma coisa ostensiva como é hoje em dia. Porque agora se você descer e for alí na pracinha, a boca tá ali, ostensiva. Mas antigamente não, você sabia que em determinado lugar tinha uma boca, mas era aquela coisa, sabe como é, um maconheiro! Era uma coisa pejorativa. Naquela época, na « Zona Sul », tinha, por exemplo, o Moacir, o Zé Pretinho, o Vado, uns bandidos assim isolados mas que a gente nem sabia muito bem porque eram bandidos porque, o que quer que seja que eles faziam, a gente não sabia não. Então essa troca de tiro ostensiva, essa coisa que tem agora, não tinha. Esse primeiro chefe que veio pra aqui pequeno, que era dois anos mais velho que a minha filha, eles eram meus vizinhos de lá. Então eu via desde pequenininho a «Zoé», a mãe dele gritando: "...Zeca, vem cá!" e o Zeca correndo peladinho pela favela, tudo numa boa. Depois, a Zoé dizia assim: «ah, o Zeca é muito esperto!», o Zeca com seis anos de idade, na feira da Bartolomeu Mitre, no Leblon, «ah, o Zeca é muito esperto, duvido ele chegar em casa dia de quinta-feira sem um quilo de arroz, um frango ou um peixe. Ele é muito esperto!... » Esse era o papo da Zoé. E aí viemos pra cá e o Zeca continuou a ser muito esperto... Tanto é que o relacionamento da Vila Proletária do Brasil com Zeca [o primeiro « dono » do tráfico no conjunto] era um, e com o «Capixaba », o atual, é outro. Porque o Zeca era produto, então ele conhecia todo mundo e todo mundo conhecia o Zeca ».

Para Dona Maria, na Vila Proletária do Brasil (como também em outros conjuntos e nas favelas) existem dois tipos de pessoas: os « favelados » e os « não-favelados ».[244] Trata-se de uma estratificação baseada na presença ou não da normalização das condutas de ação. É desse modo que ela explica a diferença entre a parte normalizada e a parte subculturada pela sujeição criminal:

> «Aqui, e em todas as favelas, há os favelados e os não-favelados. Então o favelado é um estado de espírito; o favelado acha tudo normal. 0 favelado sai correndo pra ver o defunto, o favelado tem uma maneira de agir totalmente diferente, o favelado é esperto. Quando ele vai na feira, enquanto o cara tá escolhendo não sei lá

[244] Estratificação análoga foi observada por Macedo e Castro (1998).

> o quê, se ele puder ele joga alguma coisa na bolsa, ele se defende! *[A senhora esta dizendo que todo mundo é assim?]* Não, eu tô dizendo que esse é o favelado. Agora, tem misturado com o que não é favelado: aquela pessoa decente, que compra, que paga, que é honesta, que blá-blá-blá, que educa filhos numa boa. Tem aquela outra pessoa que não se mistura, que não se envolve. A gente vive tudo junto, mas sem se misturar, como água e óleo. *[Mas é muita gente que a senhora coloca nessa categoria de favelado...]* É, mas sabe por quê? Porque existe uma revolta muito grande por causa das nossas diferenças. As pessoas que moram além da fronteira, eles nos massacram muito. Nós trabalhamos muito, e vemos as empresas, as firmas crescerem e a gente continua a morar no mesmo lugar, a gente come mal, se veste mal, a gente é muito massacrado dentro da condução, dentro do trem... a gente é massacrado o tempo todo... *[Essa é uma visão da senhora...]* Não, é o que acontece...É o que eu vejo, é o que eu estou vendo acontecer. *[Mas a senhora acha que o favelado ele pensa dessa maneira, ele tem essa clareza?]* Têm. Têm. Ele pode não se expressar da minha maneira, mas ele sente na carne. Qualquer coisa ele diz: «o patrão é um filho da puta!»

A partir de entrevistas com vários moradores foi possível reconstituir um diagrama de continuidade na constituição da rede familiar que, desde a favela « Zona Sul » até a atual "Vila Proletária do Brasil", na Av. Brasil, interliga gerações, parentesco, namorados e amizades de infância numa "base de confiabilidade recíproca" que permite a coordenação das gerências e a sua sucessão no tempo. Encontrei « bases » análogas em outras áreas, mas não estou certo que se possa generalizá-las a todos os «domínios». Onde elas existem, no entanto, as redes tendem a se manter por longo tempo e a não desmoronar nas invasões eventuais. Para proteger meus informantes, troquei todos os nomes de pessoas e de toponímios que me foram dados, por nomes, apelidos e toponímios fictícios.

0 primeiro e principal dono do movimento na Vila Proletária do Brasil foi Zeca. Após sua morte, o dono passou a ser Tatu, seu primo. Após a sua prisão, o comando passou para Capixaba, irmão ou meio-irmão de Zeca.[245] Todos foram nascidos ou criados na favela « Zona Sul », e Zeca veio para a Vila Proletária na remoção de 1969. Assumiu o tráfico, ainda em pequena escala, em meados dos anos 70. Preso no início dos anos 8O, fugiu do Desipe e foi recapturado pela polícia em 1989, com uma metralhadora e uma pistola. Foi morto, segundo dizem, por ordem do Comando Vermelho, pouco depois. Teria hoje cerca de 42 anos se estivesse vivo. Zeca era filho de

Zoé, doméstica e passista da «Escola de Samba da Lagoa », onde se apresentava para turistas, trazidos de ônibus pelos órgãos de turismo. Zoé tem hoje 55 anos e é a atual presidente da « Escola de Samba da Avenida Brasil ». Recebe pensão do tráfico desde a morte de Zeca. 0 pai de Zeca, marido de Zoé, era conhecido pelo apelido de « Passarinho », e trabalhava como mecânico de automóveis. Eles tiveram vários filhos, entre os quais Zeca, Márcia e Marta. Márcia teve como namorado "Jô", que foi gerente de Zeca; Marta, que hoje tem 27 anos, é casada com « Mosquito », atual gerente da endolação, de 35 anos.

Passarinho era o filho mais novo de Coréia, antigo morador da favela Zona Sul e conhecido malandro, biscateiro e "mau-caráter" (segundo os depoimentos), que teve várias mulheres ao mesmo tempo, 12 filhos e que morreu muito velho. Além de Passarinho, Coréia teve outros filhos com suas demais mulheres, que seriam os pais de Tatu e Capixaba. Esses são, assim, primos de Zeca, e da mesma geração, a que nasceu por volta de 1955. Todos foram criados na Favela Zona Sul e faziam parte da mesma turma de Zeca quando este se transferiu para a Vila Proletária, em 1969, aos catorze anos de idade. Tatu e Capixaba não foram para a Vila Proletária, mas para outro lugar. Zeca, Tatu e Capixaba são netos do velho malandro Coréia.

Mosquito, que é cunhado de Zeca e genro de D. Zoé, é também neto de Dona Hercília e Seu Antonio, antigos moradores da Favela Zona Sul. Quando transferidos para a Vila Proletária do Brasil, em 1969, Seu Antonio abriu a primeira birosca do conjunto. Tiveram vários filhos, entre os quais Antonia e Lívia. Esta é mãe de Mosquito e Antonia é mãe de « Periquito », que hoje tem 40 anos e pertenceu à mesma geração de Zeca, Tatu e Capixaba na favela Zona Sul. Periquito é atualmente casado com Mocinha, mas teve três filhos num primeiro casamento. Um deles, que tem o nome do pai, José, namora atualmente Mira, filha de Tatu.

Uma parte da família de D. Zoé (irmãos, cunhados, sobrinhos) foi transferida da Favela Zona Sul para a Cidade de Deus. 0 movimento nos dois lugares, segundo me disseram, parece ligado, os « donos » são os mesmos, o pessoal se refugia ora lá, ora cá, são do mesmo «Comando». 0 namorado de Márcia, irmã de Zeca, Jô, era o gerente da maconha na Vila Proletária do Brasil quando lá estive.

Passarinho se separa de Zoé no início dos anos 70 quando descobre que seu filho, Zeca, está metido no movimento e em assaltos e que Zoé o apóia. Briga com filho

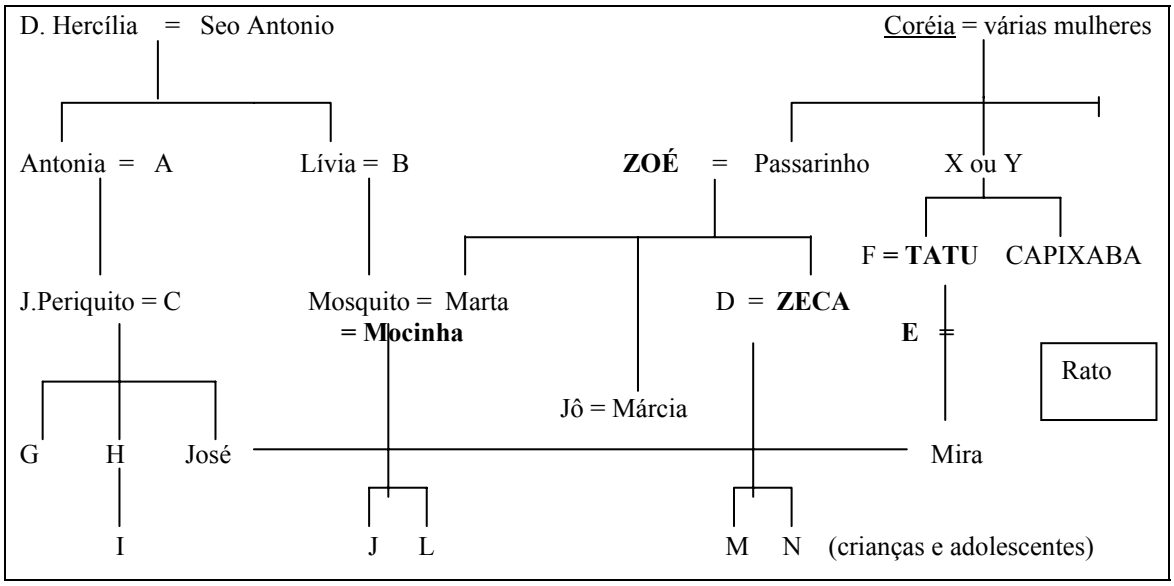
---

[245] Tatu foi morto pela polícia este ano, após ter saído da cadeia em livramento condicional. Capixaba conseguiu fugir.

e mulher e desaparece. Mosquito e Zeca eram “colados” um com o outro, desde a infância na favela Zona Sul. Mosquito é viciado em cocaína e é um dos três «sobreviventes» da geração (Zeca e Tatu morreram assassinados; Capixaba, que estava preso, obteve condicional e está foragido, e Periquito era o gerente geral até o ano passado). Mosquito estudou no mesmo colégio de minha principal informante, numa turma mais à frente, a mesma turma de Playboy (cf. capitulo 4, « duas conversões »), que é seu amigo, e de Mateus (cf. capitulo 6, sobre Mateus e Caçarola). Mosquito esteve envolvido com roubo e tráfico e seu filho José é o chefe de uma das “ endolações” da Vila Proletária do Brasil, um “bico”, já que ele tem emprego formal. A Vila Proletária do Brasil tem várias endolações, que envolvem muita gente. Mas o comércio da Vila Proletária do Brasil, segundo vários informantes, não é tanto a droga, mas principalmente armamento. A primeira prisão de Zeca foi motivada por denúncia de que ele guardava armamento para o Comando Vermelho. A opção de Periquito, primo de Mosquito, de entrar para o movimento é mais ou menos recente e se deu apenas após a prisão de Capixaba, em 1996.

Em suma, o controle do movimento na Vila Proletária do Brasil passou de Zeca para seu primo Tatu e deste para seu irmão ou meio-irmão Capixaba. A mãe de Zeca ainda mantêm relações com o movimento, de quem recebe pensão. Os vínculos familiares e de amizade, que remontam à época da favela da Zona Sul, constituem a «base de confiabilidade » sobre a qual uma continuidade foi alcançada na liderança do movimento local. O quadro abaixo resume esses vínculos:

Quadro 10: Vínculos de parentesco e amizade na distribuição de posições no topo do movimento numa área (Vila Proletária do Brasil)



Posição no diagrama e no movimento:

ZOÉ = mãe de ZECA, nora de CORÉIA, antigo malandro, avô de Zeca, Tatu e Capixaba.
ZECA = « dono » entre meados de 70 até sua morte, em 1989.
TATU = « dono » de 1989 até sua morte (1999), sucessor de ZECA (seu primo) em sociedade com ZOÉ (mãe de ZECA), a quem paga pensão desde a morte de ZECA.
CAPIXABA = "dono" a partir de 1991, sócio de TATU (seu meio-irmão), quando este foi preso, continua a pagar pensão a ZOÉ.
JÔ = "cunhado" de ZECA, gerente da maconha quando ZECA era « dono ».
PERIQUITO = amigo de infância de ZECA, TATU e CAPIXABA, "gerente geral" entre 1996 e 1998, durante a prisão de CAPIXABA. Estaria hoje afastado do movimento.
MOSQUITO = cunhado de ZECA, gerente de endolação.
JOSÉ = filho de PERIQUITO e namorado de Mira, filha de TATU, é gerente na endolação. RATO = ligado a Capixaba, pistoleiro, é uma das figuras mais temidas da área e foi até recentemente gerente do pó. Embora nascido e criado na comunidade, jamais alcançou posição central (gerência geral) no domínio. Não tem quaisquer relações de parentesco com Zeca, Tatu e Capixaba.

Zeca liderou o movimento na Vila até ser preso, pela última vez, já como foragido do Desipe, em 1989 e, depois de solto, foi assassinado. No início, meados dos anos 70, ele trabalhava com maconha. Segundo Dona Maria, «aquele "boom" da cocaína coincidiu com a chefia dele, então [ele] juntou maconha com cocaína». Zeca teria se ligado ao Comando Vermelho nessa época. Após sua morte, há um periodo de invasão, mas Tatu, que trabalhava com Zeca, consegue controlar novamente o movimento. Preso em 1991, é sucedido por seu sócio e meio-irmão Capixaba, que foi

preso em 1996. Ambos sairam em livramento condicional e Tatu foi morto em confronto com a polícia. Até o ano passado, o gerente era Periquito, mas quem é chamado de «dono» continua sendo Capixaba, que controla também outras áreas em Anchieta, Pavuna e na Tijuca. A Quadra de Esportes da Vila Proletária do Brasil leva o nome de Zeca, lá se realizam os bailes e sua mãe (Dona Zoé) recebe pensão do movimento desde a morte do filho. Rato, um dos homens mais temidos na Vila, trabalha no movimento desde a época de Zeca e foi gerente dos soldados sob o comando de Tatu e de Capixaba. Neste ano de 1999, Periquito parece ter se afastado do movimento, após a saída de Capixaba da cadeia e ao obter o cargo de supervisor das obras de reforma e pintura que a Prefeitura do Rio de Jáneiro vem fazendo no degradado Conjunto Habitacional «Vila Proletária do Brasil », inaugurado em 1969 e, desde então, jamais novamente pintado ou reformado. Os laços de parentesco e amizade, bases de uma confiança recíproca, continuam a funcionar também na atração de mão-de-obra. Mateus, o filho de Caçarola, morador na Vila Proletária do Brasil, em seu depoimento, ilustra o que para ele seria uma situaçâo típica de adesão ao movimento na sua base, acrescentando explicações sobre essa adesão e sua atual visão da abertura que seu pai 1he deu para conhecer o movimento:

> «Quem trabalha menos envolvido...vamos supor, por exemplo, o pessoal que trabalha na endolação, tem alguns que até trabalha, que a endolaçao não é todo dia e você ganha um dinheirinho legal. Vamos dizer, o cara chega pra você «você vai lá na quarta-feira à noite», porque geralmente se trabalha de noite, a noite toda endolando aquilo, então...porque tem carga diferente, tem carga de 2, tem carga de 4 e de 6 e cada grupo endola de um preço, um endola de 2, outro endola de 4 e outro endola de 6. Então a maioria só faz aquilo, tá entendendo, então a maioria trabalha e de noite faz aquele bico. Porque tem muita gente no tráfico que é ruim, mas tem muita gente que [entra porque] se empolga. Se empolga com o envolvimento de outra pessoa. Então vamos dizer que eu sou seu primo ou então eu sou um amigo chegado seu, aí eu tou envolvido, você tá sempre comigo, você começa a conviver com aquilo, conviver com aquilo, aí de repente eu chego pra você e digo « ô rapaz », vamos dizer que você tá ganhando ai uns 150 reais, trabalhando que nem um condenado, o cara chama pra você fazer um servicinho de uma noite, pra você endolar que você vai ganhar 300, então isso acaba envolvendo muita gente, que se envolve nessa vida e não se trata de pessoa ruim, que no tráfico tem muita pessoa ruim mesmo, tem pessoa que é sanguinária mesmo, tem pessoa que é cruel, e tem muita gente que não tem aquele instinto todo... olha só... tem vagabundo que às vezes é obrigado a matar, vamos dizer assim o «Capixaba», às vezes ele é obrigado a tomar uma atitude assim que ele nem

> quer...você vê na época do falecido Diambo, [quando] ele matava alguém ele chegava até a chorar (...). Hoje em dia não, hoje em dia tem uns moleques que entra na vida do crime... que até sonha com a possibilidade de matar alguém."

O "morro da Conceição"[246] fica em Madureira, mas possui ligação topográfica com o morro do Juramento. «Caçarola» (cf. capítulo 6) era morador da «Vila Proletária do Brasil» e estava preso na Ilha Grande quando o movimento no Juramento passou ao controle de « Escadinha ». Cumprida a pena, Caçarola sai da prisão em 1978 e, segundo seu filho, obteve a ajuda de Escadinha para controlar o tráfico no morro da Conceição, em sociedade com outros dois ex-presidiários da Ilha Grande. Escadinha empresta-1he dinheiro e algumas armas e "banca" o fornecimento de maconha e cocaína, em troca de participação nos lucros e lealdade na rede que mais tarde seria chamada de « Comando Vermelho ». Caçarola começa a levar seu filho Mateus para seu "negócio", no morro da Conceição. Mateus me rememorou aquela época. Passo a transcrever toda a parte mais significativa de sua explicação, que interliga por um lado a questão da confiança com a base familiar e, por outro lado, a imposição da violência como único meio de auto-preservaçao nesse tipo de negócio:

> «Hoje em dia eu tenho meus filhos e eu acho que meu pai agiu até errado comigo, ele agiu errado, hoje eu já penso nisso. Meu pai, eu adorava o meu pai, meu pai para mim era meu pai aqui e Deus lá em cima, mas de uns tempos pra cá eu achei que ele foi errado comigo porque ele deixou eu ver muita coisa, eu participar de muita coisa... Eu também tive uma cegueira, caí na empolgação, que nem negócio de baile, você cai naquela empolgação e só quer saber de baile, de baile, então tem uma hora que você bota a mão na cabeça e diz «não, isso não é assim ». Então uma época atrás eu fiquei triste com o meu pai, fiquei triste mesmo porque ele deixou eu me envolver, porque no começo ele não deixava... Às vezes, eu ia lá pro morro atrás dele e ele me mandava embora, às vezes eu ia pra lá e ficava até escondido dele e tudo, mas depois de um tempo não... Depois de um tempo ele ia pra certos lugar e me levava junto, podia até certa hora acontecer alguma coisa com ele e de repente até comigo também... Às vezes, quando ele saía com o pessoal, ele me deixava ir no carro junto, então vamos dizer que todo mundo alí dentro do carro, que a gente dava de cara com a polícia, então os vagabundo falava mesmo "se a gente der de cara com a polícia, a gente vai dá tiro mesmo, que a gente pra cadeia não volta". Então tinha vagabundo que tinha pavor de ser preso de novo, eles preferia morrer que ir pra cadeia de novo (...). Aí eu

[246] Esse toponímio, fictício,refere-se à mesma comunidade estudada por Macedo e Castro (1998).

comecei a ver muita coisa, a participar de muita coisa, tava em tudo quanto era lugar, às vezes lugar que eu ía com ele e depois pegava amizade, aí depois eu já tava sozinho... Então ele deixou eu naquela situação de vê muita coisa, de participar de muita coisa, de aprender muita coisa que eu não deveria aprender, vê gente morrer, eu vi muita coisa... Então devido ao conhecimento que ele tinha, então eles dizia «ah, você é filho do Caçarola!", então aonde eu chegava eu era bem tratado. Eu ia pro Juramento aí "ah, você é filho do Caçarola!", todo mundo me tratava bem, pode descer, subir, pegar o que quisesse que depois meu pai vem aqui e paga, que eu era o filho do Caçarola, então todo mundo me dava o que eu queria, devido ao nome dele. (...)Até quando ele morreu deu até uma confusão grande porque ele tinha muita coisa, muita coisa... então, todo mundo querendo comprar aquele montão de coisa que ele tinha de mim, entendeu?

[Ô rapaz, mas isso ia passar pra você, você não acha que era por isso que ele levava você não?]

Não, não ia passar pra mim não... Eu sempre fui meio farrento, agora esse negócio de violência, de matar, eu nunca fui chegado a isso, meu negócio era farra, era gostoso chegar num lugar e saber que todo mundo te respeitava... Era mulher à vontade, era farra à vontade, era mordomia geral. Eu gostava daquilo... Agora você vê aí, eu sempre trabalhei na minha vida, nunca fui preso, graças a Deus, nunca fui preso. Hoje em dia eu tô trabalhando como ajudante de caminhão...

[Mas você não acha que seu pai tava te preparando para pegar o negócio?]

Não, ele... eu do lado dele... nessa vida você tem que ter alguém em quem você confia. Ele achava que eu lá, qualquer coisa que acontecesse eu jamais ia contra ele. Então você sabe que isso aí, até como teve a morte dele, é muita coisa, muito bochicho. O gerente já quer fazer a cabeça de fulano, cicrano, pra ver se consegue alguma coisa. Então ele, é a mesma coisa da época do Duda, o Duda fez uma fortaleza só com a familia dele, irmão, cunhado... O Robertinho era primo do Duda, em Lucas, quando Duda morreu ficou o Robertinho. Então meu coroa sabia que eu tando alí, eu jamais ia conspirar contra ele, tá entendendo? Qualquer coisa que eu visse ou escutasse, eu ia contar pra ele. (...)Que eu era o mais chegado dele, quando ele morreu foi outro tipo de coisa... quem matou ele...morreu. Foi tipo uma armação, o conceito que ele tinha ele não podia morrer assim, não podia ficar por isso mesmo. Então disseram «aí fulano, vai lá e mata ele que a gente te dá cobertura», aí colocaram dois pra matar ele, aí os caras foram lá e mataram ele, em seguida eles vieram e mataram os caras: «Ah, eu matei fulano e beltrano porque eles mataram Caçarola», mas mataram porque eles que mandaram, tá entendendo? «O cara vai morrer e aí a gente fica com aquilo lá que é dele... »

[Pra ficar com o ponto?]

Pra ficar com o ponto.

[Seu pai era gerente?]
Não, meu pai nunca foi gerente, ele sempre trabalhou por cima, então na época a maioria dos lugar, Conceição...Madureira toda, era dele mesmo, dele e de mais dois...
[Mas ele esperava que você fosse entrar no negócio?]
Ah, mas... pela liberdade que ele me dava... Há um tempo atrás eu tinha acesso a muita coisa, as armas dele, muita coisa eu guardava, ele me dava pra eu guardar, confiava que eu ia guardar. Então os troço dele tudo eu sabia, dinheiro, onde ele guardava o dinheiro, onde tava as armas dele, onde tava as coisas tudo, eu sabia daquilo tudo, tá entendendo? Mas ele nunca falou «você vai ser isso», mas também se eu quisesse ser, ele também não ia impedir, porque eu já tinha muito envolvimento... Eu não tinha um envolvimento de dar tiro, invadir a área dos outros, aquilo não era comigo. Falou em matança, em tiroteio, eu saía batido e pegava o caminho de casa. Meu negócio era fazer festinha, fazer graça, aqueles negócio todo aí era comigo mesmo. Agora, sair daqui com uma listinha, que tinha que matar fulano, tinha que matar beltrano, às vezes tinha que matar tanto homem quanto mulher, era matar vagabundo, matar mulher de vagabundo, matava todo mundo, então era uma coisa que eu não gostava de fazer.
[Por que faziam isso?]
Faziam isso pelo seguinte: vamos dizer que a mulher também participa de muita coisa do marido; tem mulher que é neutra, como minha mãe que nem sabia o que o meu pai fazia lá, não se metia na vida dele, não queria saber de nada. Mas tem mulher que se envolve na vida do marido, ela anda, sobe o morro com o marido e coisa, então ela convive muito com o cara. Então quando chega a vez dele, é a vez dela também. Porque ela sabe muita coisa...
[Mateus, o que quer dizer isso: «chegou a vez dele», «ele é a bola da vez»... Por quê tem que chegar a vez da pessoa? Por que teve que chegar a vez do seu pai?]
Não, a vez dele chegou devido a um olho grande. Cresce um olho grande... começou a pegar as coisas dele. Você sabe que na vida do crime as pessoas fica enfraquecida quando deixa de fazer certas coisas. Vagabundo que é respeitado é vagabundo que mata; vagabundo que mata, todo mundo tem medo. Se você não matar, chega uma época que o pessoal perde aquele respeito por você. Já acha que já é mais que você e você vai morrer. Porque na vida do crime um cara pra bancar uma situação, uma área grande, como Lucas, como a desse Uê, tem que ser cruel, tem que botar terror, as pessoas ficam com medo de fazer contra ele, até o cara do lado. Pô, o Robertinho [de Lucas] se ele vê um grupinho tititi, tititi, aquele grupinho todo dia sair junto, pegar o carro e sair e voltar e quase não parar na favela, e quando tá na favela tá de tititi, com muita conversa... ele não quer saber se tavam armando contra ele ou não, ele manda matar mesmo. Então isso bota pavor no restante, onde o cara vive mais um pouco, porque se ele

> começar naquela de querer ser bonzinho demais, «ah, fulano tinha um dinheiro e gastou», «não, deixa fulano» ou então «deixa que fulano bota no lugar», aí pronto... outro vê e já faz também. Chega lá, «cadê o dinheiro?» - «ah, gastei, depois eu boto no lugar», aí vem outro e gasta também e o cara começa a ficar enfraquecido. Aí as pessoas coisa ele. Então, na época do meu pai, meu pai não era - não é porque era meu pai - ele também não era aquele... que a geração dele, eles não tinham o instinto que tem hoje. Tem uns caras que tem um instinto sanguinário...um instinto maligno [Mateus fala de um "vagabundo" de Água Santa, morto em 1995]. Ele de noite pegava um carro e saía pra matar ninguém, pra matar gente que não tinha nada a ver! O cara tinha um instinto tão ruim que às vezes ele se endoidava, pegava um carro, chegava assim num ponto parado e dava um montão de tiro num montão de gente, e matava mesmo, as pessoas ficava caída e ele ía embora. (...) «Ah, fulano levou uns tiros porque fez por merecer», mas têm muitas pessoas que faz por merecer, têm muitas que não. Tem gente que sai e é sanguinário mesmo."

5. Famílias, domínio local e cotidiano

Para Dona Maria, a Vila Proletária do Brasil « não pertence » a Tatu ou Capixaba, mas a seus moradores:

> **«A Vila Proletária do Brasil não é deles, é nossa, que trabalhamos, pagamos vinte e quatro anos e quitamos isso aqui. Que aí chega o Capixaba e diz que é " dono" , não é! Mas por quê é o dono? Porque anda com metralhadora e oito homens em volta... »**

Ela, como muitos outros moradores, reconhece, no entanto, que Capixaba detêm atualmente um poder de fato, e que esse poder deriva de cinco fontes principais: a) apoio nas redes de quadrilhas de outras áreas; b) alta lucratividade do movimento e seu poder de atração sobre os mais jovens; c) indiferença, medo ou relativa simpatia da população local; d) corrupção policial e revolta de muitos moradores com a violência policial; e) vínculos que ligam muitos dos participantes do movimento a famílias, amigos e beneficiários do próprio conjunto ou da favela.

Dona Maria, assim que soube da morte de Tatu, este ano, escreveu numa folha de caderno sua impressão e teve a gentileza de me mandar para eu ler. É uma notícia comentada, que condensa muito do que os antigos moradores da Favela Zona Sul, que

conheceram toda a família de Zeca, devem ter pensado quando souberam do assassinato de Tatu. Transcrevo-a na íntegra, lamentando não poder identificar sua autora:

"Fim de Era. 1999.

> Parece que acabou o reinado dos netos do 'seu Coréia'. Ontem mataram Tatu, dizem que foi 'dedado' mais acredito em queima de arquivo. A um mês mais ou menos ele chegou cheio de marra: não queria ninguém de celular na mão, quem fosse pego perderia o aparelho e levava tiro na mão, ninguém de boné, nem na rua depois das 10 horas, a maioria dos orelhões foram depredados. Homens armados pelas ruas, tiroteios de armas pesadas quase todas as noites. O terror se chama Tatu. Com uma perna aleijada há 10 ou mais anos depois de um tiroteio, quase não anda, pulava em uma perna só feito Saci e dizem que quando o tempo muda ele mudava também, sentia muita dor na perna e então matava qualquer um que se atravessasse em seu caminho. Era magro, rosto fino, muito parecido com seu primo Zeca, de quem herdou a chefia do movimento na Vila. Herdou também a morte, encurralado no pátio do prédio onde se escondia, caiu de arma na mão, sua afamada 45 prateada, também herdada do primo. A esta hora já foi sepultado, desde ontem todo o comércio está fechado e só será reaberto depois do enterro numa última homenagem ao Chefe, ordens da tia Zoé. Agora ficamos em compasso de espera. Quem virá? Há 15 dias atrás eram 4 horas da tarde, quando ouviu-se tiros, muitos tiros, todo mundo ficou em suspense: soube-se que o Tatu tinha matado o filho do dono dos pontos de bicho da Vila, depois mandou pegar o corpo, jogou numa kombi e desovou em Lucas, e de lá ligou para o pai do rapaz usando o celular do mesmo e avisou: matei seu filho, vem buscar ele ou jogo no pântano? Este era o Tatu, ia muito longe, parece que esta foi a gota d'água. Ele foi dedado."

Conversando com um e com outro, percebe-se que a imensa maioria dos moradores da Vila Proletária do Brasil são considerados trabalhadores e honestos, mas uma parte significativa deles está desocupada. Vê-se, numa tarde de um dia normal de jornada de trabalho, muitos rapazes perambulando pelas ruas ou conversando nos bares, botecos e 'tendinhas', 'biroscas' e 'puxadas' (extensões de alvenaria feitas dos apartamentos térreos para abrigar pequeno comércio ou serviços). Não há um censo ocupacional, mas os moradores calculam que a maior parte dos jovens entre 15 e 25 anos não têm emprego formal nem estudam regularmente. Muitos fazem "bicos" eventuais, pequenos reparos, serviços de limpeza; outros ficam em casa, vendo televisão o dia inteiro. Havia um curso de futebol, na quadra que homenageia Zeca, há alguns

anos, mas o professor apareceu morto algum tempo depois, e o comentário que explica seu assassinato é: "parece que ele era X-9". Um comentário banal, sem qualquer indignação, feito por um morador que é socialmente representado como um trabalhador honesto e não como um vagabundo.

A ocupação privada do espaço público na Vila começou alguns anos após a remoção. Alterações foram introduzidas pelos moradores da parte térrea dos edifícios, criando extensões de alvenaria para servirem de garagens ou para localização de pequenos negócios. Quando ocorrem conflitos entre vizinhos provocados por essas "puxadas" (ou por muros construídos indevidamente em área de circulação comum), os interessados procuram o gerente do movimento para arbitrar as diferenças. Os prédios não têm qualquer manutenção comum e se encontravam muito deteriorados até recentemente, quando foram pintados por um programa da prefeitura. A associação de moradores local não reúne quase ninguém e seu presidente é muito menos conhecido que Tatu, Capixaba ou mesmo Rato. Este e seus 'soldados' são os que mais preocupam os moradores, quando andam pelas ruas. A mãe de Zeca é conhecida por todos e todos sabem de suas ligações com o movimento. Periquito, o gerente geral no ano passado, é um homem comum, mulato claro, que poderia ser confundido com, por exemplo, um motorista de ônibus. Sempre calmo, cordial, atencioso mesmo, ninguém o vê como um homem violento, embora reconheçam que, às vezes, ele o seja ou possa vir a ficar violento. A normalidade que é atribuída ao seu *métier* compreende também uma certa violência, mas ele não "assusta" pessoalmente, quem mais "assusta" é o Rato e a sua turma.

A filha de Dona Maria foi com seu marido a uma festa de aniversário do neto de Periquito e descreveu-me um ambiente social absolutamente comum nas festas de aniversário do subúrbio, exceto por um dado: havia vários homens completamente desconhecidos dos moradores presentes, muitos deles pertencentes à mesma geração do avô, também educados, sóbrios e conversando a um canto da reunião, sem esposas e sem qualquer contato com os demais convidados conhecidos da comunidade, inclusive com a família de Periquito e de seus filhos. Periquito circulou por todas as mesas, cumprimentou a todos simpaticamente, mas ficou a maior parte do tempo tomando cerveja com seus amigos desconhecidos. Um aparelho de som animava a festa, realizada na quadra da escola de samba, com sambas e pagodes. Nem Dona Zoé, nem Rato, nem ninguém da "rapaziada" do movimento estavam presentes. Nem mesmo a "boca" que

funciona regularmente ao lado da quadra, naquele dia, estava "aberta", fôra transferida para uma rua próxima.

Em maio/junho de 1995, quando estive lá a primeira vez, havia um cabo da PM, lotado na DPO local, que resolveu aumentar a vigilância na Vila Proletária do Brasil. Segundo alguns moradores, que tratavam do assunto constantemente nas conversas e cochichos de grupos pequenos, ele teria a pretensão de conseguir uma promoção na PM prendendo os bandidos da comunidade. Ele chegava a circular por lá mesmo quando não estava de serviço, acompanhado de soldados e mostrando sua coragem pessoal. Sua presença ostensiva modificou alguns hábitos dos bandidos: Capixaba, que ía à comunidade duas vezes por semana, regularmente nos mesmos dias, passou a ir apenas uma vez e em dias incertos; os bailes funks não estavam mais acontecendo e a principal "boca de fumo" deixou sua localização tradicional, ao lado da quadra da escola de samba, para se refugiar num beco próximo menos ostensivo.

Os moradores, segundo soube, parecem ter se dividido quanto à nova situação, mas ninguém tem coragem de defender suas opiniões abertamente, reservando-as aos cochicos entre vizinhos. A cunhada de Rato sugeriu às mulheres da sua rua, onde a "rapaziada" se reunía, que se fizesse um abaixo assinado pedindo a saída do Cabo, sob a alegação de que ele "coloca os moradores em perigo". A reação das mulheres à intimação da cunhada de Rato é bastante sintomática de como o poder dos traficantes se estende ao seu grupo familiar e amigos íntimos: ninguém se recusou a participar do abaixo-assinado, mas também ninguém tomou a iniciativa de organizá-lo. A calmaria manteve-se durante todo o resto do ano, mesmo com o sumiço do Cabo da PM, que deixou de ser visto na comunidade desde o final de julho. As explicações locais para seu sumiço se dividiam: uns diziam que o telefone do DPO foi grampeado pelos bandidos que gravaram os policiais negociando o valor do suborno para liberar a volta dos bailes funks e do movimento; outros diziam que o grampo teria sido colocado pelos próprios policiais que estariam sendo prejudicados pela recusa do Cabo em "colaborar" com o movimento. De qualquer modo, durante todo o segundo semestre de 1995 não ocorreram tiroteios e nem os fogueteiros tiveram trabalho a fazer. Mas em janeiro de 1996 a calmaria começou a acabar. Um "avião" foi morto em um barraco, na favela próxima ao conjunto, porque "devia" ao movimento. Para fugir de seus algozes, o rapaz entrou no barraco e agarrou-se a duas crianças que moravam ali, pensando em escapar da morte. Os três foram cruelmente metralhados pelos dois rapazes encarregados do serviço. O fato ganhou as manchetes dos jornais populares. Os moradores lamentaram a

morte das crianças, chegaram até a pensar em pedir a Capixaba que justiçasse os assassinos (embora outros achassem que ele é quem teria dado as ordens), mas quanto à morte do "avião", ninguém, nem mesmo seus parentes, a lamentaram publicamente.

"Garoto" é nascido e criado na Vila Proletária do Brasil. Seu tio materno foi morto há oito anos, após assaltar um ônibus na Av. Brasil. Eles eram muito amigos. Na sua família ele tem várias primas que são ou foram "mulher de bandido" (na expressão local, substitui em parte a antiga expressão "mulher de malandro"). Sua avó materna era "fazedora de anjos" (praticava serviços de aborto em sua casa). Ele tem hoje 33 anos, mas começou a trabalhar na "endolação" aos 23. Antes disso, nunca conseguiu se fixar num emprego com carteira assinada. Segundo sua mãe, J., ele não parava em emprego algum "porque não gosta de acordar cedo, não gosta de receber ordens do patrão, não gosta de seguir as normas, de ganhar pouco e porque não respeitava seus chefes, chamando a todos de 'safado' ou 'viado'". No início trabalhava na endolação apenas uma vez por semana, sem o conhecimento da família, para ganhar alguns trocados. Aos poucos, passou a trabalhar mais dias por semana. Começou a chamar a atenção dos vizinhos e familiares, por estar com grana sem estar trabalhando regularmente e por passar várias noites fora. Todos começaram a desconfiar de seu "envolvimento", mas sua mãe tinha uma resposta pronta: "as pessoas podem dizer o que quiser porque eu nunca vi e se eu não vi eu não posso afirmar nada. Não posso jurar que ele é um santo, não boto a minha mão no fogo por ele, mas também não posso afirmar nada..." Depois, Garoto saiu da endolação e passou a "fazer pista" (vender cocaína nas ruas). Com a prisão, em fevereiro de 1996, de Periquito (junto com Capixaba), Rato assumiu provisoriamente a gerência geral e Garoto ascendeu à posição de "gerente da endolação". Ganhou sua primeira arma de presente, dada por Rato, mas não anda armado. Sua função como gerente da endolação é fazer o pagamento das pessoas que endolam e, às vezes, de quem vende, além de distribuir o material entre os trabalhadores. Com isso, a casa de sua mãe passou a ser um ponto de referência da "rapaziada" que precisa procurá-lo. Segundo uma vizinha que observou a entrada e saída de pessoas que o procuravam, a proporção de mulheres era de uma para três homens, o que indicaria um aumento expressivo no número de mulheres "envolvidas", o que explica também isso ter chamado a atenção da vizinhança. As mulheres que o procuram têm entre 15 e 18 anos e os homens, uma larga faixa que vai dos 10 anos até os 40, mas a maioria têm entre 15 e 20 anos. O pagamento dos "funcionários" é feito com notas novas, dessas que só se consegue em bancos. A quantia que cada um recebe

varia em função do que vende ou endola, mas o valor fica entre 150 e 200 reais por carga (em 1996). Garoto tinha o hábito de sempre circular, no trabalho nas ruas, com sua filha, uma menina de nove anos na época, transformada em "escudo protetor" dos signos que sua presença poderia representar para os policiais. Em abril, ele foi preso pela primeira vez. Algemado, os policiais circularam com ele de carro durante horas, até resolverem ouvir a sua família. Todos negaram seu "envolvimento", mas mesmo assim ele foi levado preso e sua casa revistada. Rato soube do ocorrido e providenciou – segundo me disseram – três mil reais para os policiais, de modo que em menos de uma hora Garoto já estava de volta à Vila, livre. Foi apenas aí que a vizinhança confirmou suas suspeitas quanto ao seu "envolvimento".

Segundo os vizinhos, antes de seu "envolvimento", o relacionamento de Garoto com sua família era muito conflituoso. O pai o via como um "marmanjo vagabundo dentro de casa", era xingado e humilhado com frequência, à vista de todos, pelo pai. A mãe fazia o mesmo, mas reservadamente. Garoto tem uma filha, na época com 9 anos, que também morava com os avós. Ele a tratava sem a menor autoridade, nem demonstrava afeto ou emoção, segundo as observações que me foram feitas, e que indicam também a relevância que a vizinhança atribui a esses "dados" para a "minha" compreensão do que se passou com Garoto. Após seu "envolvimento", tudo mudou – disseram-me. Seu pai se preocupa com ele, com sua alimentação, se ele "está bem", parece até que o ajuda no novo negócio, mas acha que ele deve sair de casa para resguardar a família. A mãe já não trabalha na máquina de costura todos os dias, como antes, já que o dinheiro do filho passou a pagar várias despesas da casa e até a permitir a compra de alguns eletrodomésticos. Uma prima, que o tratava com frieza, segundo me disseram, passou a lavar e passar sua roupa. Ele, por sua vez, passou a "tomar conta" das amizades dela, pois não a quer namorando "qualquer um". O relacionamento com a filha também teria mudado, a ponto dele expressar, publicamente, em palavras e gestos, todo o seu carinho (como também toda a sua autoridade restituída) pela menina. Ele quer que todos os vizinhos o vejam e o aprovem...

Seria essa representação, que seus vizinhos me passaram, uma simplificação "para sociólogo ver"? Pensei nisso, mas pensei também que não é possível se compreender a generalização social do movimento sem que a simplificação da

representação social mais abrangente, aquela que opõe trabalhador e bandido[247] seja, no mínimo, complexificada. Às redes sociais diretamente "envolvidas" com o movimento, vinculam-se outras redes, não diretamente envolvidas, através de indivíduos que fazem as mediações e estabelecem canais para a circulação de representações que ora coincidem, ora se sobrepõem contraditoriamente, numa dependência contextual que dificulta qualquer generalização analítica. Em outras áreas que frequentei, ouvi histórias análogas, representações contraditórias numa mesma pessoa a respeito de outras, e não foram poucas as vezes em que percebi em meus interlocutores um certo "cinismo" objetivante, principalmente quando eu me mostrava "compreensivo" a respeito dos exemplos de quebra de regras morais que me davam. A mesma pessoa, no entanto, me parecia sinceramente honesta consigo mesma e comigo, o que me levou muitas vezes a uma "familiaridade" com o significado expressado que jamais arruinou minha estranheza moral. Percebí que o que se passava comigo era, provavelmente, muito semelhante ao que se passava com meu interlocutor, como se uma ordem legítima se retirasse momentaneamente e outra ordem legítima a substituísse contextualmente, ainda que contraditórias entre si e como se existisse um lugar acima das duas que permitisse tanto a compreensão da transição entre uma e outra, como o contexto que permitia a migração e a convivência das duas.[248]

6. As «causas »: percepções de Mateus

Curiosamente, nem a « pobreza » e nem a « impunidade » aparecem no discurso de bandido como «causas da violência». Pobreza e impunidade são causas apenas para os que se definem como cidadãos honestos e trabalhadores. Mateus apresenta duas explicações, complementares entre si, para o poder de atração do tráfico: a "empolgação", que deixa o "vagabundo" "cego" quanto aos seus riscos é a primeira explicação. O caráter mais ou menos violento do bandido irá depender seja das condições do "negócio" (desconfiança, emulação de poder, a impiedade como efeito-demonstração, a violência para impor o respeito), seja do "olho grande" (estratégias

[247] Essa representação constituiu toda uma perspectiva analítica de compreensão do problema das relações entre pobreza urbana e banditismo a partir do trabalho de campo realizado por Alba Zaluar na "Cidade de Deus" no início dos anos 80. Ver Zaluar (1985).

[248] Essa experiência eu a tive há muitos anos, mas não a conseguia formular senão pela ótica da malandragem. A leitura de Machado da Silva (1996) convenceu-me que a transição não era interna a uma ordem, mas entre duas ordens legítimas. A malandragem não era, assim, só uma posição ambivalente,

aquisitivas concorrentes), mas também pode decorrer apenas do "caráter" do bandido ("instinto maligno, sanguinário"). Mas é uma explicação que reconhece seus limites de compreensão para o outro. Não é algo que caiba num discurso, só pode ser compreendida se vivenciada, como ele a vivenciou em parte ou viu seus amigos vivenciarem:

> *[Como é que o cara fica assim?]*
> É empolgação, é empolgação... O cara se envolve de uma tal maneira... parece... só a pessoa vivendo... às vezes parece até uma coisa sem explicação, só a pessoa vivendo pra ver como é que é... a pessoa cai numa empolgação que a pessoa fica cega, completamente cega... sabe o que é apagar quase tudo da mente dela, então a pessoa se envolve, se enturma de uma tal maneira, que ela se cega pra tudo, ela perde o senso de perigo, de que ele pode ser preso, de que ele pode morrer amanhã, ele se cega pra tudo, fica naquela de mata, mata, mata, de ser ruim... Você vê que tem umas pessoas que entra pra essa vida e se transforma totalmente, principalmente essa garotada nova de 19, 20, vinte e poucos anos... Então eles entra pra essa vida e se empolga de uma tal maneira que pra eles apagou tudo, aquela bondade que eles tinha, então eles só quer saber de matar, de fazer ruindade, de achar que virou o Super Homem. Tem bandido que você vê aí transformado, você vê ele só fala naquele tom alto, agressivo... Então é uma coisa difícil de explicar, só a pessoa vivendo pra ver como é que é, o cara perde o sentido mesmo, às vezes até com a família mesmo o cara muda, vamos dizer o Rato, o Rato estudou comigo, então hoje ele é um cara transformado, hoje você tá aqui com ele, amanhã o cara quer ti matar, até no irmão dele eu lembro que ele deu um tiro na perna do irmão dele, cai naquele mundo de ruindade que apaga tudo, apaga tudo mesmo...
> *[Se você perguntar isso pra ele, ele não vai saber dizer, né?]*
> **Ah... Não diz não. E a pessoa que não vive isso, a pessoa não compreende, porque certas coisas na vida não têm explicação, só vivendo pra ver como é que é."**

A oposição, na explicação de Mateus, se estrutura com a metáfora da "cegueira" que "apaga tudo", que o faz "perder o sentido". O que o bandido deixa de ver, que ele via antes? O que o transforma? Qual é o sentido que é perdido? A resposta de Mateus

---

mas uma "navegação" individual entre ordens legítimas em convivência contraditória mas não mutuamente excludentes.

remete à perda da bondade (“que ele tinha antes”), quem opera a transformação é uma vivência, uma experiência *de corpo* (“cegueira”, “sentidos”) sobre a mente (“apaga tudo da mente”), uma experiência pré-reflexiva, sob o impulso de uma força (depois representada como) irracional: “é empolgação, o cara se empolga...” O gozo obscurece o sentido do perigo, o gozo “apaga tudo”, o gozo... “só vivendo, a pessoa que não vive isso não compreende”. O gozo, a imersão na dimensão orgiástica, em que tudo pode ser feito, não pode ser explicado nem descrito, “porque certas coisas na vida não têm explicação”. O gozo, nesse caso, se realiza na “ruindade”, na desnormalização, na “cegueira” que “apaga” o senso do perigo e o medo da morte e libera um indivíduo excessivo e por isso “cego”.

A segunda explicação de Mateus é a falta de perspectivas de “melhorar de vida” e ter acesso aos muitos bens de consumo que são cada vez mais oferecidos. Curiosamente, embora ele exemplifique com uma outra pessoa, imaginária, ele a põe na posição de sua própria trajetória de vida – na posição de um “ajudante de caminhão” que “largou os estudos”:

“Hoje em dia, pôrra, têm uns garotinhos aí que é subdesenvolvido, com dez anos, onze anos... A maioria que trabalha é dezoito, dezenove, nessa faixa, tudo garotinho. Hoje em dia tá fácil, principalmente pra quem vive na favela, convive com aquilo. Então, hoje em dia tem muito coisa pra pouco dinheiro. Então tem muita gente que acha que não compensa trabalhar. Tem história aí de gente que trabalha o resto da vida, não tem uma formação, vai trabalhar o resto da vida. Aí o cara já tá com dezoito, dezenove anos, aí o cara pensa “estudar, não vai dar pra estudar mesmo, agora aí um trabalhinho aí pra ganhar duzentos merréis, duzentos e cinquenta, eu vou trabalhar a minha vida todinha...”, você vê, o cara quer comprar um vídeo, é roupa, é um montão de coisa e uma coisa mais cara que a outra, e o cara pensa assim “não vai dar pra eu comprar nada. Vou trabalhar a minha vida, vou terminar a minha vida, já não tenho uma formação de nada, única coisa que eu vou fazer aí é trabalhar como ajudante de caminhão, vou morrer como ajudante de caminhão, posso no máximo passar para motorista...”, então tem muita gente que acha que na vida dele não vai passar pra nada de melhor, sempre ganhando aquele salário, então pronto...o cara...”

Agora, a explicação de Mateus se desloca da “força irracional”, que não pode ser explicada, para uma “escolha racional”. O gozo também é consumo, e este está organizado por relações sociais de produção. Na favela e no conjunto, “tem gente que

acha" que o salário baixo ("ganhar duzentos merréis, duzentos cinquenta, eu vou trabalhar a minha vida todinha"), a certeza da imobilidade social vertical por toda a vida ("tem muita gente que acha que na vida dele não vai passar pra nada de melhor"), o fechamento dos horizontes que a escola abria ("estudar, não vai dar pra estudar mesmo"), leva-o à terrível certeza do "vou trabalhar a minha vida, vou terminar a minha vida", a certeza do Escravo sem esperanças, sem autojustificação redentora para o seu destino, revolucionária ou religiosa. "Melhorar de vida" é a aspiração central de todo o indivíduo moderno. Mas o significado desse "melhorar de vida" é variado: pode indicar maior acesso a recursos, pode indicar transformações na intimidade e no "cuidado de si" como pode indicar entrar na dimensão orgiástica do consumo, da "vida intensa". Acusar de "consumista" a quem pode comprar um vídeo ou um tênis Nike (os exemplos mais batidos) não é a mesma coisa que acusar de "consumista" a quem não pode comprá-los e os deseja. O limite é tênue, não é definido pelo bem em si, o que lhe dá evidência e o que faz a diferença é o acesso aos recursos. A normalização do individualismo sempre dependeu de uma universalização da garantia real de obtenção dos interesses numa proporção considerada socialmente "aceitável". Quando essa expectativa é rompida numa sociedade que oferece cada vez mais bens ao consumo, e quando uma parte desse consumo envolve, em sua dimensão orgiástica, algum grau de desnormalização, a questão, para cada indivíduo é: que fazer? Bapú, o bicheiro, sugeriu uma resposta: "O malandro, o marginal, o vagabundo, ele aprendeu a fazer conta, sabe, ele comete o crime fazendo conta, ele sabe que a cadeia pra ele, o máximo que ele pode tirar é trinta anos... ele faz o cálculo". O gozo, mesmo efêmero, paga o cálculo. O gozo cobra vitória ao ex-Escravo que morre antes de virar Senhor (Misse, 1996).

.

FONTES

1. Estatísticas

Anuário Estatístico do Brasil. Edições de 1955, 1960, 1967, 1970. Rio de Janeiro e Brasília, IBGE-Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico do Distrito Federal. Edições de 1946, 1953 e 1955-56. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico da Guanabara. Edições de 1959/60, 1961/62, 1971, 1972, 1973, 1974. Rio de Janeiro, IBGE.

Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Edições de 1978, 1979, 1980, 1981. Rio de Janeiro, FAPERJ.

Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Edições de 1987, 1988, 1989, 1990/91, 1992, 1993/94, 1995, 1995/96, 1996, 1997. Rio de Janeiro, CIDE (Livro e CD-ROM).

Anuário Estatístico (1980/81). Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Segurança Pública, dezembro de 1982.

Anuário de Estatística Criminal do Estado do Rio de Janeiro. Edições de 1977, 1978, 1979.

Anuário do Serviço de Estatística de Saúde. Edições de 1965, 1966/67, 1968, 1969/70, 1971. Niterói, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Saúde e Assistência.

Censo Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - 1988. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

CPDOC-FGV/ISER. (1997), Lei, justiça e cidadania. Direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sinopse dos resultados da pesquisa. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/ISER.

Crimes e Contravenções (Ex-Distrito Federal – 1942/1959). Ministério da Justiça, Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (SEDMP), Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

Crimes e Contravenções (Estado da Guanabara). Edições de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966/67. Ministério da Justiça, Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (SEDMP), Departamento de Imprensa Nacional, 1964/1972.

Levantamento estatístico das atividades gerais da SUSIPE. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Superintendência do Sistema Penal, 1973.

Levantamento estatístico das atividades gerais do DESIPE. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado da Justiça, Departamento do Sistema Penitenciário, ano base 1976, s/d.

Levantamento estatístico das atividades gerais do sistema penitenciário. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça, Departamento do Sistema Penitenciário, período 1979/80, s/d.

Ministère de l'Interieur de France, Aspects de la criminalité et de la déliquance constatées en France en 1996. Paris, La Documentation Française, 1997.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. (1990), Participação político-social 1988, v. 1: Justiça e Vitimização. Rio de Janeiro, IBGE.

População do Rio de Janeiro (1872-1996). Rio de Janeiro, CIDE, 1997 (CD-ROM).

Óbitos do antigo Estado da Guanabara (1957/1974). Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Saúde, julho de 1978.

Sistema de Informação de Mortalidade (1979/1997). Dados de declaração de óbito. Brasília, Ministério da Saúde, DATASUS, 1998 (CD-ROM).

2. Boletins de Serviço e Documentos Oficiais não publicados

Coleção do "Boletim do D.F.S.P.", boletim diário do Departamento Federal de Segurança Pública, que cobre as atividades policiais nos anos do Distrito Federal, arquivada na Biblioteca da Academia de Polícia "Sílvio Terra", Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Coleção do "Boletim da SSP", boletim diário da Secretaria de Segurança Pública do extinto Estado da Guanabara (1960/1975) e de sua sucessora no Estado do Rio de Janeiro (1976-...)
Arquivada na Biblioteca da Academia de Polícia "Sílvio Terra", Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

IBGE/Laboratório de Estatísticas. (s/d), "Estudos sobre a criminalidade no Brasil", reunião de três documentos de análise estatística, arquivados na Biblioteca Central do IBGE, mimeo. (Coleção Ibgeana, ref. 7411/8).

Juizado de Menores do Rio de Janeiro, Relatórios anuais de atividades e dados estatísticos, vários anos. Arquivo do autor.

Relatório (Atividades e Programa, Dados Estatísticos). Niterói, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, 1973/74 (3 volumes). Documento arquivado na Biblioteca da Academia de Polícia "Sílvio Terra", Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório de Atividades da SSP – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1975. Documento arquivado na Biblioteca da Academia de Polícia "Sílvio Terra", Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório de Atividades da SSP – Departamento Geral de Polícia Civil, referentes aos anos de 1980, 1981, 1982, 1983. Documentos arquivados na Biblioteca da Academia de Polícia "Silvio Terra", Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Relatório de Atividades – Secretaria de Estado da Polícia Civil, referentes aos anos de 1983-85, 1984, 1986, 1987, 1988/89, 1989/90, 1991,1992, 1993, 1994.

Secretaria de Estado de Segurança Pública, Processo no. E09/007346/120395, contendo informações solicitadas pelo autor (142 fls.), Arquivo do autor.

3. Livros e artigos

Affonso, Wanilton Cardoso. (1983), Boca de sapo. Rio de Janeiro, Codecri.

Andrade, Benevides. (1963), Chave de cadeia. Rio de Janeiro, Editora Helios.

Antônio, João. (1981), Malhação do Judas Carioca. 3a. edição. Rio de Janeiro, Record. [1a. edição: 1975].

Antônio, João. (1984), Meninão do caixote. 2a. edição. Rio de Janeiro, Record. [1a. edição: 1960].

Antônio, João. (1980), Leão de Chácara. Rio de Janeiro, Record. [1a. edição: 1975].

As grandes entrevistas do Pasquim. Rio de Janeiro, Codecri, 1975.

Barbosa, Adriano. (1971), Esquadrão da morte. Um mal necessário? 2a. edição. Rio de Janeiro, Mandarino.

Barbosa, Adriano. (1971), Mariel, um Ringo a sangue frio. Rio de Janeiro, Lós Editora.

Barbosa, Orestes. (1993), Bambambã! Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDI. [Primeira edição:1923].

Barboza da Silva, Marília T. e Oliveira Filho, Arthur L. de. (1989), Cartola – Os tempos idos. 2a. edição. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, FUNARTE.

Barreto, Lima. (1948), Clara dos Anjos. Rio de Janeiro, Editora Mérito. [1a. edição: 1923/24].

Bonuma, João. (1913), Menores abandonados e criminosos. Santa Maria, RGS, Papelaria União.

Caminha, Pauloiram Guimarães. (1976), Espragata – O PM General. Rio de Janeiro, Maio Editorial.

Castro, Waldemar Gomes de. (1981), Violência e contra-violência. Rio de Janeiro, s/ ed.

Cavallieri, Alyrio. (1978), Direito do menor. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

Chaves, W., Pinto, H. e Madureira, N. (1992), PM: reflexões e ações. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar.

Costallat, Benjamin. (1995), Mistérios do Rio. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDI. [Primeira edição: 1922].

Couto, Ribeiro. (1998), A cidade do vício e da graça. Vagabundagem pelo Rio noturno. 2a. edição. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. [1a. edição: 1924].

Cox, Dilermando Duarte. (1950), Os párias da cidade maravilhosa. Rio de Janeiro, José Olympio.

Damata, Gasparino (org.). (1965), Antologia da Lapa. Vida boêmia no Rio de ontem. Rio de Janeiro, Editora Leitura.

Dias, Mario. (1992), Malditos repórteres de polícia. Niterói, Muiraquitã.

Ferreira, Luthero. (1984), "Robin Hood' de Três Rios. O homem que venceu o inferno de balas. Rio de Janeiro, Shogun Arte.

Fraga, Antônio. (1995), Desabrigo. 2a. tiragem. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC. [1a. edição: 1945].

Gomes, Manoel. (1980), As lutas do povo do Borel. Rio de Janeiro, Muro.

Guarnieri, Gianfrancesco. (1959), Gimba, Presidente dos Valentes. Rio de Janeiro, Revista de Teatro n. 53 [Republicado em 1973 pelo Serviço Nacional de Teatro].

Lemos, Santos. (1967), Sangue no 311. Rio de Janeiro, Reper editora.

Lima, Carlos de Araújo. (1964), Caminhos do crime. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

Lima, William da Silva. (1991), Quatrocentos contra um. Uma história do Comando Vermelho. 2ª edição. Petrópolis e Rio de Janeiro, Vozes/ISER.

Louzeiro, José. (1975), Lúcio Flávio, o passageiro da agonia. Rio de Janeiro, Record.

Louzeiro, José (1981), O estrangulador da Lapa. Rio de Janeiro, Record.

Martins, Julio Cesar Monteiro. (1978), Artérias e becos. São Paulo, Summus.

Máximo, João e Didier, Carlos. (1990), Noel Rosa: uma biografia. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Meinel, Valério. (1987), Avestruz, águia e... cocaína. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

Monclaro, Carlos Adolpho M. B. (1973), "Assalto a mão armada na Baixada Fluminense". V Encontro Nacional de Delegados de Polícia, Goiânia, ADEPOL, s/n./ 47:64.

Monteiro, José e Barbosa, Adriano. (1980), Do Esquadrão ao Mão Branca. Rio de Janeiro, s/ ed.

Moraes, Santos. (1959), Menino João. Rio, Livraria São José.

Moraes, Santos. (1964), Os filhos do asfalto. Rio, José Álvaro Editor.

Nahat, Ricardo. (1991). Anatomia da corrupção. São Paulo, R. Nahat.

Nogueira Filho, Paulo. (1956), SAM: sangue, corrupção e vergonha. São Paulo, Libertas.

Oliveira, José Carlos. (1978), Terror e êxtase. Rio de Janeiro, Codecri.

Pacheco, Jacy. (1955), Noel Rosa e sua época. Rio de Janeiro, G.A. Penna Editora.

Paezzo, Sylvan. (1963), Diário de um transviado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Paezzo, Sylvan. (1972), Madame Satã. Rio de Janeiro, Codecri.

Paezzo, Sylvan et al. (1965), Assim marcha a família. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Pereira, Armando. (1984), Bandidos e favelas. Uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca. Rio de Janeiro, Livraria Eu e Você.

Porfírio, Pedro. (1998), O assassino das sextas-feiras. Rio de Janeiro, Autores & Leitores Associados.

Rezende, Juliana. (1995), Operação Rio. São Paulo, Editora Página Aberta.

Ribeiro, Amado e Pinheiro Jr. (1969), Esquadrão da Morte. Brasília, Coordenada-Editora de Brasília.

Ribeiro, Octávio. (1977), Barra pesada. Rio de Janeiro, Codecri.

Rio, João do. (1987), A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC. [Primeira edição: 1908].

Rosário, José Barbosa do. (1983), Quando a polícia mata. Rio de Janeiro, Achiamé.

Silva, Aguinaldo. (1976), República dos assassinos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Silva, Aguinaldo. (1986), Memórias da guerra. Rio de Janeiro, Record.

Silva, Felisberto da. (1963), Como agem os ladrões. São Paulo, Papelivros.

Souza, Percival de. (1980), A maior violência do mundo: Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Brasil.

Souza, Percival de. (1981), Society Cocaína. São Paulo, Traço Editora.

Souza, Percival de. (1983), O prisioneiro da grade de ferro. São Paulo, Traço.

Terra, Silvio. (1951), "Criminalidade incipiente e juventude desamparada". Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública, v. 11, ano 6, n. 23 / 35:41.

Torres, André. (1985), Exílio na Ilha Grande. 3a. edição. Petrópolis, Vozes. [1a. edição: 1979].

4. Coleções de jornais

"O Dia", do Rio de Janeiro, anos 1958, 1960 a 1981.

Coleção de recortes de notícias publicadas sobre "Escadinha" (Arquivo do autor).
Coleção de recortes de notícias e reportagens do "Jornal do Brasil", "O Globo", "Luta Democrática", "Opinião", "Movimento", "Veja" e "Folha de São Paulo" sobre temas relacionados com este trabalho. (Arquivo do autor).

5. Entrevistas e gravações

Foram realizadas 54 entrevistas, 18 das quais gravadas, e 1 depoimento público gravado (José Carlos Gregório).

BIBLIOGRAFIA

ADAMO, Samuel. (1983), The broken promise. Race, Health and Justice in Rio de Janeiro (1890-1940). University of New México [Dissertação de Doutorado].

ADORNO, Sérgio. (1993), "A criminalidade urbana no Brasil: um recorte temático". BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 35 / 1:24.

ADORNO, Sérgio. (1995a), "A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não-consolidada". Sociedade e Estado, São Paulo, v. 10, n. 2 / 299:342.

ADORNO, Sérgio. (1995b), "Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo". Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 43: 45-63.

ALVES, José Cláudio Souza. (1998), Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. São Paulo, FFLCS-USP [Tese de Doutorado em Sociologia].

ALVIM, Maria Rosilene B. e MAIA, Eline D. (1989), A infância violada. Rio de Janeiro, NEPI/LPS/UFRJ.

ALVITO, Marcos. (1996), "A honra de Acari", in Gilberto Velho e Marcos Alvito, orgs., Cidadania e Violência. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora da FGV.

ALVITO, Marcos. (1998), "Um bicho de sete cabeças", in Alba Zaluar e Marcos Alvito, orgs., Um século de favela. Rio de Janeiro, Editora da FGV.

ALTOÉ, Sônia. (1990), Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro, Editora Xenon.

ANIYAR DE C., Lola, recomp. (1974), Los rostros de la violencia. Maracaibo, Centro de Investigaciones Criminologicas, Universidad del Zulia.

ARENDT, Hannah (1994), Sobre a violência. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

ARLACCHI, Pino. (1986), Mafia et compagnies. L'éthique mafiosa et l'esprit du capitalisme. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

ARORA, D. (1993), "Conceptualising the Context and Contextualising the Concept: Corruption reconsidered. Indian Journal of Public Administration, n. 39/ 1:19.

ASSIS, Simone Gonçalves de. (1999), Traçando caminhos em uma sociedade violenta. A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/Unesco.

AUGRAS, Monique. (1989), "Zé Pilintra, patrono da malandragem". Rio de Janeiro, cópia reprográfica.

BALIBAR, Etienne. (1996), "Violence: idéalité et cruauté", in Françoise Héritier (org.), De la violence. Paris, Odile Jacob.

BANFIELD, E.C. (1967), The moral basis of backward society. New York, The Free Press.

BANFIELD, E.C. (1975), "Corruption as a feature of governmental organization". Journal of Law and Economics, v. 18, n. 3 / 587:606.

BARATTA, Alessandro. (1999), Criminologia crítica e crítica do direito penal. 2a. edição. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro, IEC/Freitas Bastos.

BASTIDE, Roger (1968), "A criminalidade negra em São Paulo", in Abdias do Nascimento (org.), O negro revoltado, Rio de Janeiro, GRD.

BATISTA, Vera Malaguti. (1998), Difíceis ganhos fáceis. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Freitas Bastos editora/Instituto Carioca de Criminologia.

BAUDRILLARD, Jean. (1993), A transparência do mal. Rio de Janeiro, Summus.

BAUMAN, Zigmunt. (1995), Postmodern ethics. Oxford, Blackwell.

BECKER, Gary. (1968), "Crime and punishment: an economic approach". Journal of Political Economy, v. 76, n. 2.

BECKER, Howard. (1966), Outsiders. Studies in the sociology of deviance. New York, The Free Press.

BELLAH, Robert et al. (1985), Habits of heart. Berkeley, University of California Press.

BELOCH, Israel. (1986), Capa preta e lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro, Record.

BENJAMIN, Walter. (1986), Documentos de cultura, documentos de barbárie. Vários tradutores, São Paulo, Cultrix/EDUSP.

BENTON, A., CASTELLS, M. e PORTES, A. (1989), The Informal Economy – Studies in Advanced and Less Developed Countries. Baltimore, John Hopkins University Press.

BETANCOURT, Darío. (1997), "Sobre as organizações criminais de tipo mafioso", comunicação cedida ao autor.

BETANCOURT, Darío e GARCÍA, Martha L. (1994), Contrabandistas, marimberos y mafiosos. Bogotá, TM editores.

BONGER, Willem. (1969), Criminality and economic conditions. Bloomington-London, Indiana University Press.

BRETAS, Marcos. (1991), "A queda do império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras". Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 20 / 239:255.

BRETAS, Marcos L. (1991), "O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente". BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 32 / 49:61.

BRETAS, Marcos L. (1997), Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro, Rocco.

CALDEIRA, Cesar. (1997), "Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro (1995-1996)", Tempo Social, São Paulo, v. 9, n. 1 / 95-114.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1984), A política dos outros. São Paulo, Brasiliense.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1991), "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?: desventura da democratização brasileira". Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 30 /162:174.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1992), City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo. Berkeley, University of California [Dissertação de Doutorado].

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. (1998), Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. UFRJ, Instituto de Geociências [Dissertação de Mestrado em Geografia].

CÂNDIDO, Antônio. (1978), "Dialética da Malandragem", in Manoel Antônio de Almeida, Memórias de um Sargento de Milícias. Edição crítica de Cecília de Lara. São Paulo, LTC.

CARDIA, Nancy. (1997), "A violência urbana e a escola". Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2 /26:69.

CARDOSO, Ruth. (1978), A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARRARA, Sérgio. (1991), "Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime". Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 6, n. 16 / 80:88.

CARTIER-BRESSON, J. (1995), "L'economie de la corruption", in D. Della Porta e Y. Meny, orgs., Démocratie e corruption en Europe. Paris, La Découverte.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1994), Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro, Sette Letras.

CASTEL, Robert. (1995), Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat. Paris, Fayard.

CATANZARO, Raimondo. (1993), "La regulation sociale par la violence: le role de la criminalité organisée dans l'Italie meridionale", in P. Braud, La violence politique dans les démocraties européennes occidentales, Paris, L'Harmattan.

CATANZARO, Raimondo. (1995), "La mafia et les recherches sur la mafia en Italie". Cultures & Conflits,

CAVALCANTI, M. Laura Viveiros de Castro. (1994) Carnaval carioca. Dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ-Funarte.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (1993), A ideologia do favor & a ignorância simbólica da lei. Rio de Janeiro, CEUEP.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. (1987), Brasil violência & conciliação no dia-a-dia. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris.

CHAMBLISS, William J. (1988), On the take. From petty crooks to Presidents. 2th. Edition. Bloomington, Indiana University Press.

CHAMBLISS, William J. e Zatz, Marjorie S., eds. (1993), Making law. The state, the law, and structural contradictions. Indianapolis, Indiana University Press.

CHAPMAN, Denis. (1968), Sociology and the stereotype of the Criminal. Londres, Tavistock.

CHAUÍ, Marilena. (1998), "Ética e violência". Londrina, Colóquio 'Interlocuções com Marilena Chauí'. Cópia reprográfica.

CHIARAMONTI, Claude. (1991), "Un solide instrument de mesure: la statistique des faits constatés établie par la DCPJ". Les Cahiers de la sécurité intérieure, "La mesure de la délinquance", Paris, La Documentation Française, n. 4/ 15:26.

CHINELLI, Filipina e MACHADO DA SILVA, L. Antonio. (1993) "O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho". Revista do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 /42-52.

CLASTRES, P. (1980), "Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas", in P. Clastres et alii, Guerra, Religião, Poder. Lisboa, Edições 70.

COELHO, Edmundo Campos. (1976), Ecologia do Crime na Guanabara. Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa, IUPERJ, cópia reprográfica.

COELHO, Edmundo Campos. (1978), "A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade". Revista de Administração Pública, v. 12, n. 2 /

COELHO, Edmundo Campos. (1980), "Sobre sociólogos, pobreza e crime". Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23, n.3 / 377:383.

COELHO, Edmundo Campos. (1986), "A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967". Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 29, n. 1 / 61:81.

COELHO, Edmundo Campos. (1987), A oficina do diabo. Crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ.

COELHO, Edmundo Campos. (1987), "A criminalidade urbana violenta". Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.31, n. 2 / 145:183.

COELHO, Edmundo Campos. (1988), "Da falange vermelha a "Escadinha": o poder nas prisões". Presença. Política e Cultura. Rio de Janeiro, n. 11 / 106:114.

COELHO, Edmundo Campos. (1993), "Estudo descritivo do censo penitenciário do Rio de Janeiro". Textos e Pesquisas, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do ISER.

COELHO, Magda Prates (1992), "Crime organizado e pobreza: uma nova associação", in Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da modernidade. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

CHRISTIE, Nils. (1993), Crime control as industry. London, Routledge.

CORRÊA, Mariza. (1981), Crimes da paixão. São Paulo, Brasiliense.

CUSSON, Maurice. (1990), Croissance et décroissance du crime. Paris, P.U.F.

DAMATTA, Roberto. (1979), Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar editores.

DAMATTA, Roberto. (1987), A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

DAMATTA, Roberto. (1993), Conta de mentiroso. Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco.

DAMATTA, Roberto e SOÁREZ, Elena. (1999), Águias, burros e borboletas. Um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro, Rocco.

DELEUZE, Gilles. (1988), Foucault. Tradução de Cláudia S. Martins. São Paulo, Brasiliense.

DELLA PORTA, D. e MÉNY, Y., orgs. (1995), Démocratie et corruption en Europe. Paris, La Découverte.

DERRIDA, Jacques. (1993), Spectres de Marx. Paris, Galilée.

DERRIDA, Jacques. (1994), Force de loi. Paris, Galilée.

DONNICI, Virgilio. (1976), A criminologia na administração da justiça criminal. 2a. edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Forense.

DONNICI, Virgilio. (1984), A criminalidade no Brasil. Meio milênio de repressão. Rio de Janeiro, Forense.

DOWNES, David e ROCK, Paul. (1996), Understanding deviance. Second edition revised. Oxford, Clarendon Press.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. (1986). Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.

DUBET, François. (1987), La Galére: jeunes en survie. Paris, Fayard.

DUBET, François. (1992), "A propos de la violence et les jeunes". Cultures & Conflits, Paris, L'Harmattan, numéro "Violences urbaines"/ 7:23.

DUBET, François. (1994), Sociologie de l'experience. Paris, Seuil.

DUMONT, Louis. (1980), Homo hierarquicus. Paris, Gallimard.

DUMONT, Louis. (1983), Essais sur l'individualisme. Paris, Gallimard.

DUMONT, Louis. (1985), Homo aequalis I – Genèse et épanouissement de l'idéologie économique. Paris, Gallimard.

DUMONT, Louis. (1991), Homo aequalis II – L'ideologie allemande. France-Allemagne et retour. Paris, Gallimard.

DURKHEIM, Émile. (1960), De la division du travail social. Paris, P.U.F.

ELIAS, Norbert. (1973), La civilisation des moeurs. Traduit de l'allemand par Pierre Kamnitzer. Paris, Calmann-Lévy.

ELIAS, Norbert. (1975), La dynamique de l'Occident. Traduit par Pierre Kamnitzer. Paris, Calmann-Lévy.

ELIAS, Norbert. (1991), La société des individus. Traduit de l'allemand par Jeanne Étoré. Paris, Fayard.

ELSTER, Jon, ed. (1991), The multiple self. London,

ENGELS, Friedrich. (1968), Anti-Duhring. Tradução de José Montenegro e Montoro. Madrid, Editorial Ciencia Nueva.

ENZENSBERGER, Hans M. (1995), La grande migration, suivi de Vues sur la guerre civile. Paris, Gallimard.

FANON, Franz. (1968). Os condenados da terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FAUGERON, C. et al. (1975). De la déviance et du contrôle social (représentations et attitudes). Paris, DGRST.

FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben. (1996), O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2a. edição. São Paulo, Cortez.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. (1995), "Violência e dominação: as favelas voltam à cena". Sociedade e Estado, São Paulo, v. 10, n. 2 / 417:438.

FIANDACA, Giovanni e COSTANTINO, Salvatore, eds. (1994), La mafia, le mafie. Tra vecchi e nuovi paradigmi. Roma-Bari, Laterza.

FIGUEIRA, Josefina. (1973), "Menores infratores no Rio de Janeiro: 1964-1971". Cópia reprográfica.

FONSECA, Claudia. (1984), "La violence et la rumeur: le code d'honneur dans un bidonville brésilien". Les Temps Modernes, ano 40, n. 455 /2193:2235.

FOUCAULT, Michel. (1974), A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, Cadernos da PUC-RJ, Série Letras e Artes, n. 16.

FOUCAULT, Michel. (1977), Vigiar e punir. Nascimento da prisão.Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes.

FOUCAULT, Michel. (1979), Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal.

FOUCAULT, Michel (1996), Choses dits et écrites. 3 vols. Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel. (1997), Il faut défendre la société. Cours au Collège de France (1975-1976). Paris, Gallimard/Seuil.

FREITAS, Tânia. (1999), "Violência e sagrado: o que no criminoso anuncia o santo?". Trabalho apresentado na IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, IFCS-UFRJ, cópia em download.

GAMBETTA, Diego. (1993), The sicilian mafia. The business of private protection. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

GARFINKEL, H. (1967), Studies in Ethnomethodology. Englewoods Cliffs, Prentice Hall.

GEERTZ, Clifford. (1998), O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, Vozes.

GIDDENS, Anthony. (1991), As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. 2a. edição. São Paulo, Editora UNESP.

GIRARD, René. (1972), La violence et le sacré. Paris, Bernard Grasset.

GIRARD, René. (1978), Des choses cachées depuis la fondation du monde. Paris, Bernard Grasset.

GOFFMAN, Erving. (1970), Estigma. Buenos Aires, Amorrortu.

GOTTFREDSON, Michael R. e HIRSCHI, Travis. (1990), A general theory of crime. Stanford, Stanford University Press.

GUIMARÃES, Alberto Passos (1982), As classes perigosas. Banditismo rural e urbano. Rio de Janeiro, Graal.

GINZBURG, Carlo. (1994), "Killing a Chinese Mandarin: the moral implications of distance". Critical Inquiry, n. 21 / 46:60.

HÉRITIER, Françoise (ed.). (1996), De la violence. Paris, Éditions Odile Jacob.

HERKENHOFF, João Baptista. (1987). Crime. Tratamento sem prisão. Petrópolis, Vozes.

HIRSCHMAN, Albert. (1979), As paixões e os interesses. Tradução de Lúcia Campelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBSBAWN, Eric. (1976), Bandidos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (1984). A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HODGKINSON, Peter. (1997), "The sociology of corruption: some themes and issues". Sociology, London, v. 31, n. 1 / 17:35.

HOLLOWAY, Thomas H. (1997), Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

HOUGH, M. e MAYHEW, P., eds. (1985), Taking account of crime: key findings from the 1984 British Crime Survey. London, HMSO, Home Office Research Study, n. 85.

JANKOWSKI, Martín Sanchez. (1991), Islands in the street. Gangs and american urban society. Berkeley, University of California Press.

JARAMILLO, Ana María e Salazar J., Alonso. (1992), Medellín: Las subculturas del narcotrafico. Bogotá, Cinep.

JENKS, Christopher e PETERSON, Paul E., eds. (1991), The urban underclass. Washington, The Brookings Institution.

KANT DE LIMA, Roberto. (1989). "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10/ 65:84.

KANT DE LIMA, Roberto (1990). "Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente?" Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3 / 471:488.

KANT DE LIMA, Roberto. (1994), A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.Tradução de Otto Miller. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar [2a. edição revista: Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995].

KANT DE LIMA, Roberto. (1996), "A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição", in Gilberto Velho e Marcos Alvito, orgs., Cidadania e violência. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora da FGV.

KANT DE LIMA, Roberto. (1997), "Polícia e exclusão na cultura judiciária". Tempo Social, São Paulo, v. 9, n. 1 / 169:83.

KATZ, Jack. (1988), Seductions of crime. Moral and sensual attractions in doing evil. Basic Books.

KEANE, John. (1996), Reflections on violence. London, Versus.

KOPP, Pierre. (1997), L'Économie de la drogue. Paris, La Découverte.

KURER, O. (1993), "Clientism, corruption and the allocation of resources". Public Choice, n. 77 / 259:273.

LASERNA, Roberto. (1995), "Bolivie: l'économie de la drogue". Problèmes d'Amérique latine, n. 18: 83-100.

LAUTIER, B. et al. (1991), L'État et l'Informel. Paris, L'Harmattan.

LAUTIER, Bruno. (1994), L'Économie informelle dans le Tiers Monde. Paris, La Découverte.

LECA, Jean. (1991), "Individualisme et citoyenneté", in Jean Leca e Pierre Birnbaum, Sur l'individualisme. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

LECLERC, Marcel, org. (1996), La criminalité organisée. Paris, La Documentation Française.

LEEDS, Elizabeth. (1998), "Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local", in Alba Zaluar e Marcos Alvito, orgs., Um século de favela. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

LEMGRUBER, Julita. (1983), Cemitério dos vivos. Análise sociológica de uma prisão. Rio de Janeiro, Achiamé.
LEMGRUBER, Julita. (1989), "Reincidência e reincidentes penitenciários no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro". Revista da Escola do Serviço Penitenciário, Porto Alegre, v. 1, n. 2 / 45:76.

LÉVINAS, Emmanuel. (1978), Autrement qu'être ou au-delà de l'essence. Kluwer Academic/ Martinus Nijhoff.

LOYOLA, Maria Andréa. (1984), Médicos e curandeiros. Conflito social e saúde. 2ª edição, São Paulo, Difel.

LUÇAN, Solange. (1998), "Violência no Rio de Janeiro: desordem e caos social na Cidade Maravilhosa – imagem & leitores & mídia". Comunicação & Política, v. 5, n. 2 /

LUKÁCS, Georg. (1974), Ensaios sobre literatura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MACEDO E CASTRO, João Paulo. (1998), Não tem doutores da favela, mas na favela tem doutores. Padrões de Interação em uma favela do subúrbio carioca nos anos 90. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1967), "A política na favela". Cadernos Brasileiros, v. 9, n. 3.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio e FIGUEIREDO, Ademir. (1978), "A partir de um ponto do jogo do bicho". São Paulo, Anais da 30a. Reunião Anual da SBPC.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1989), "Política, cotidiano e violência urbana: breve memória". ANPOCS, mimeo.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1992), "Violência urbana e organização social no Brasil", in Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da modernidade. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1993), "Violência urbana: representação de uma ordem social", in Elymar Nascimento e Irlys Barreira, orgs., Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro, Notrya.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1995), "Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta", Sociedade e Estado, São Paulo, v. 10, n. 2 / 493:512.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (1997), "Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica", trabalho apresentado no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, cópia reprográfica.

MARX, Karl. (1969), A questão judaica. Rio de Janeiro, Laemmert.

MARX, Karl e ENGELS, F. (1966), Obras escolhidas. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 3 volumes.

MASSENA, Rosa M. R. (1986), "A distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro". Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3 / 285:330.

MATOS, Cláudia. (1982), Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MATZA, David. (1964), Delinquency and drift. Berkeley, John Wiley & Sons.

MENEZES, Lená M. (1992), Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

MENEZES, Lená M. (1996), Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro, EdUERJ.

MERTON, Robert King. (1969). Sociologia: teoria e estrutura. Rio de Janeiro, Mestre Jou.

MICHAUD, Yves. (1978), Violence et politique. Paris, Gallimard.

MICHAUD, Yves. (1986), La violence. Paris, P.U.F.

MICHAUD, Yves. (1996), La violence apprivoisée. Paris, Hachette.

MILOVANOVIC, D. e HENRY, S. (1996), Constitutive criminology. Beyond Postmodernism. London, Sage.

MINGARDI, Guaracy. (1992), Tiras, gansos e trutas. Cotidiano e reforma na polícia civil. São Paulo, Página Aberta/Scritta.

MINGIONE, Enzo. (1991), Fragmented societies. A sociology of economic life beyond the market. Oxford, Basil Blackwell.

MIRALLES, Tereza et alii. (1978), O sistema penal na cidade do Rio de Janeiro: fator criminógeno. Rio de Janeiro, Liber Juris/Faculdade de Direito Cândido Mendes.

MIRANDA ROSA, F.A., MIRALLES, T. e CERQUEIRA FILHO, G. (1979), Alguns comportamentos sociais e sua representação na sociedade urbana brasileira (Reações sociais a comportamentos de desvio). Rio de Janeiro, CEJUR/NEPECS.

MISSE, Michel. (1979), O estigma do passivo sexual. Um símbolo de estigma no discurso cotidiano. Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.

MISSE, Michel. (1981), "Sobre o conceito de conflito social", in Felipe A. Miranda Rosa (org.), Direito e Conflito Social. Rio de Janeiro, Zahar.

MISSE, Michel. (1982), "Direito e conflito social em Nova Iguaçu", in F.A. Miranda Rosa (coord.), Direito e Conflito Social no Brasil. Relatório de Pesquisa apresentado à FINEP. Rio de Janeiro, CEJUR/NEPECS, cópia reprográfica.

MISSE, Michel. (1983), "A reprodução das práticas criminais numa situação de marginalidade social". Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. Rio de Janeiro, SOCII/NEP-Crime, cópia reprográfica.

MISSE, Michel. (1985), "Sociologia e criminalização", in Maria Sabina (org.), Maconha em debate. São Paulo, Brasiliense.

MISSE, Michel. (1987), O conceito de classes sociais em Marx e Weber. Introdução a uma divergência problemática. Rio de Janeiro, IUPERJ [Dissertação de Mestrado em Sociologia].

MISSE, Michel. (1994), "Criminalidade urbana violenta: o problema das "causas". Comunicação & Política, Rio de Janeiro, nova série, n. 1 /

MISSE, Michel. (1995), "Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas", in Gláucia Villas-Boas e Marco Antônio Gonçalves (orgs.), O Brasil na virada do século. O debate dos cientistas sociais, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

MISSE, Michel. (1996a), "Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas". Série Estudos, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 91.

MISSE, Michel. (1996b), "O senhor e o escravo como tipos-limite de dominação e estratificação". Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1 / 61: 100.

MISSE, Michel. (1996c), "O problema do individualismo. Apontamentos sobre a questão do individualismo no Brasil". *Paper* apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCS/UFRJ, cópia reprográfica.

MISSE, Michel (1997a), "As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio". Contemporaneidade e educação, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1 / 93:116.

MISSE, Michel (1997b), "Cidadania e criminalização no Brasil: o problema da contabilidade oficial do crime", in Michel Misse (org.), O crime violento no Rio: o problema das fontes. Rio de Janeiro, IFCS, Série "Iniciação Científica", n. 9 /

MISSE, Michel. (1998), "O final da cadeia. Interpretações da violência no Rio", in Luiz Felipe Baeta Neves e Guilherme Castelo Branco (orgs.), Michel Foucault: da genealogia do poder à estética da existência. Rio de Janeiro e Londrina, CCBB/UEL.

MISSE, Michel et alii. (1973), Delinquência Juvenil na Guanabara. Uma introdução sociológica. Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça da Guanabara e Juizado de Menores da Guanabara [também citado em "Vários autores"].

MISSE, Michel e MOTTA, Dilson. (1979), Crime: o social pela culatra. Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.

MONTERO, Paula. (1994), "Magia, racionalidade e sujeitos políticos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.

MORRICE, Alain. (1991), "Les maîtres de l'informel", in Bruno Lautier, Claude de Miras e Alain Morrice, L'Etat et le informel. Paris, L'Harmattan.

MORRIS, Lydia. (1994), Dangerous classes. The underclass and social citizenship. London, Routledge.

NASCIMENTO, Denise Nonato do. (1997), "Continuidades sobre a delinquência juvenil no Rio de Janeiro", in Michel Misse, org., O crime violento no Rio: um exame preliminar das fontes. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, Laboratório de Pesquisa Social, Série Iniciação Científica, n. 8.

NAYLOR, R.T. (1996), "From underworld to underground. Enterprise crime, "informal sector" and the public policy response". Crime, Law & Social Change, n. 24 / 79:150.

NEDER, Gizlene et alii. (1981), A polícia na Côrte e no Distrito Federal: 1831-1930. Rio de Janeiro, PUC-RJ.

NEDER, Gizlene. (1994), "Instituição policial e as estratégias de controle social no Rio de Janeiro". Arquivo & História, Niterói, n. 1/ 81:106.

NEDER, Gizlene. (1995), Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor.

NOGUEIRA PINTO, Maria Dina. (1990), "O outro lado do mundo. As presas do Talavera Bruce como categoria liminar". Revista da Escola do Serviço Penitenciário, Porto Alegre, v. 1, n. 5 / 9:68.

OLIVEN, Ruben George. (1989), Violência e cultura no Brasil. 4ª. edição. Petrópolis, Vozes.

OGIEN, Albert. (1995), Sociologie de la déviance. Paris, Armand Colin.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1983), "Sociologia do crime e do desvio: uma revisão da literatura". Cópia reprográfica.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1987), Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Cortez.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1990), "A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e políticas e linguagens...". Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 15, n.1 / 68:81.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1994), "Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade", in João Paulo dos Reis Velloso (org.), Governabilidade, sistema político e violência urbana, Rio de Janeiro, José Olympio.

PAUGAM, Serge, org. (1996), L'exclusion. L'état des savoirs. Paris, La Découverte.

PECAUT, Daniel. (1996a), "Reflections sur la violence en Colombie", in Françoise Héritier (org.), De la violence. Paris, Editions Odile Jacob.

PECAUT, Daniel. (1996b), "Présent, passé, futur de la violence", in Jean-Michel Blanquer e Christian Gros (coord.), La Colombie à l'aube du troisième millénaire. Paris, Editions de l'IHEAL.

PERALVA, Angelina. (1996), "Démocratie et violence: le cas de Rio de Janeiro". Problèmes d'Amérique Latine, Paris, n. 23 / 79:98.

PEREIRA DE MELLO, Marcelo. (1989), A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808-1946). Rio de Janeiro, IUPERJ [Dissertação de Mestrado em Sociologia].

PERLMAN, Janice E. (1977), O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro. Tradução de Waldivia M. Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. Izaura. (1992). Carnaval brasileiro. O vivido e o mito. São Paulo, Brasiliense.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1982), "Polícia e crise política: o caso das polícias militares", in Roberto da Matta, A violência brasileira. São Paulo, Brasiliense.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1983), org., Crime, violência e poder. São Paulo, Brasiliense.

PINHEIRO, Paulo Sérgio.(1984), Escritos indignados. São Paulo, Brasiliense.

PIO, Leopoldo Guilherme. (1998), "Favela de concreto armado: subculturas e uso social do espaço em um conjunto habitacional". *Paper* apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro, cópia reprográfica.

PIRES, Alvaro P. (1993), "La criminologie et ses objets paradoxaux. Réflexions épistémologiques sur un nouveau paradigme". Déviance et société, v. 17. n. 2 / 129: 161.

PLATT, Thomas. (1992), "Emplois descriptifs et polémiques du concept de violence". Revue Internationale des Sciences Sociales, UNESCO, Paris, n. 132 / 185:192.

POLANYI, K. (1978), A grande transformação. Rio de Janeiro, Campus.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1992), O carnaval brasileiro

RAFAEL, Antônio. (1998), Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, EDUFF.

RAMALHO, José Ricardo (1983), O mundo do crime. Rio de Janeiro, Graal.

REIS, Elisa Pereira. (1998), Processos e escolhas. Estudos de sociologia política. Rio de Janeiro, Contracapa.

RENAUT, Alain. (1989), L'ère de l'individu. Paris, Gallimard.

REUTER, Peter. (1983), Disorganized Crime – The economics of the visible hand. Cambridge, Mass, The MIT Press.

RIBEIRO, Carlos A.C. (1995), Cor e criminalidade. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

RICO, José Maria. (1978), Crime et justice en Amérique Latine. Montreal-Paris, Presses de l'Université de Montreal/Librairie Vrin.

ROBERT, Phillipe et al. (1994), Les comptes du crime. Les délinquances en France et leurs mesures. 2e. édition refondue. Paris, L'Harmattan.

ROCHÉ, Sebastian. (1996), La société incivile. Qu'est-ce que l'insecurité?. Paris, Seuil.

ROMERO, A. (1967), Origem da imoralidade no Brasil. História da formação do caráter nacional. Rio de Janeiro,Conquista.

RONDELLI, Elizabeth. (1997), "Mídia e violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade". Comunicação & Política, v. 4, n. 3.

RUGGIERO, V. e SOUTH, N. (1997), "The late-modern city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the 'barricades'. British Journal of Sociology, v. 48, n. 1/ 54:70.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. (1999), Punição e estrutura social. Tradução e notas de Gizlene Neder. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

SALVADORI, Maria Ângela B. (1990), Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular, 1890-1950. Campinas, UNICAMP [Dissertação de Mestrado em História].

SANTOS, José Vicente Tavares dos. (1995), "A violência como dispositivo de excesso de poder". Sociedade e Estado, São Paulo, v. 10, n. 2 / 281:298.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1979), Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Forense.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1992), Razões da desordem. Rio de Janeiro, Rocco.

SARTRE, Jean-Paul. (1967), Reflexões sobre o racismo. São Paulo, Difel.

SCALON, Maria Celi. (1999), Mobilidade social no Brasil: padrões & tendências. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ.

SCHMITT, Carl. (1972), La notion de politique. Traduit par Marie-Louise Steinhauser. Paris, Flammarion.

SHUTZ, Alfred. (1979), Fenomenologia e relações sociais. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro, Zahar.

SERRA, Antônio. (1980), O desvio nosso de cada dia. A representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro, Achiamé.

SERRA, Antônio. (1981), "A medida de segurança como dispositivo do direito penal moderno", Rio de Janeiro, Socii, Textos para discussão, mimeo.

SCHUR, Edwin M. (1971), Labeling deviant behavior. Its sociological implications. New York, Harper & Row.

SHORT Jr., James F. (1997), Poverty, ethnicity and violent crime. Boulder, Westview Press.

SILVA, Eduardo. (1988), As queixas do povo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Hélio R.S. e MILITO, Cláudia. (1995), Vozes do meio fio. Etnografia. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

SILVA, Iara Ilgenfritz. (1985), Direito ou punição? Representação da sexualidade feminina no Direito Penal. Porto Alegre, Movimento.

SILVA, Jorge da. (1994), Direitos civis e relações raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Luam.

SILVA, Jorge da. (1997), "Representação e ação dos operadores do sistema penal do Rio de Janeiro". Tempo social, São Paulo, v. 9, n. 1 /95:114.

SILVA, Jorge da. (1998), Violência e racismo no Rio de Janeiro. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense.

SIMMEL, Georg. (1987), Sociologia. 2 vols. Madrid, Revista de Occidente.

SOARES, Antônio Jorge G. (1994a), Futebol, malandragem e identidade. Vitória, SPDC/UFES.

SOARES, Carlos Eugênio L. (1994b), A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC.

SOARES, Luiz Eduardo. (1994), O rigor da indisciplina. Ensaios de antropologia interpretativa. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER.

SOARES, Luiz Eduardo. (1996a), "Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política", in Luiz Eduardo Soares et al, Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.

SOARES, Luiz Eduardo e colab. (1996b), Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.

SOARES, Simone S.F. (1993), O jogo do bicho – A saga de um fato social brasileiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

SOUSA, Josenildo Aleixo de. (1997), Os grupos de extermínio em Duque de Caxias – Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, PPGS-IFCS-UFRJ [Dissertação de Mestrado em Sociologia].

SOUZA, E., NJAINE, K. e MINAYO, M. C. (1996), "Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania". Informare , Rio de Janeiro, v. 2, n. 1 / 104:112.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. (1995), "O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre "ordem" e "desordem".Cadernos de Geociências, UFRJ-Rio de Janeiro, n. 13 /161:171.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. (1996), "Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma tentativa de modelagem". Anuário do Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, v. 19 / 45:60.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1978), A democracia na América. Tradução de.. Belo Horizonte, Itatiaia.

TURK, Austin. (1969), Criminality and legal order. Rand Mc. Nally, Sociological Series.

VALLA, Victor V., org. (1986), Educação e favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis, Vozes/ABRASCO.

VALLADARES, Lícia. (1991), "Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil", in Renato R. Boschi (org.), Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/ IUPERJ.

VAN DJIK, P., MAYHEW, P., KILLIAS, M. e KLUWER, M. (1991), Experiences of Crime across the world. Boston, Deventer.

VELHO, Gilberto. (1973), A utopia urbana. Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, Gilberto. (1974), org., Desvio e divergência. Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, Gilberto. (1975), Nobres e anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro, Museu Nacional [Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP].

VELHO, Gilberto. (1981), Individualismo e cultura. Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, Gilberto. (1994), Projeto e Metamorfose. Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos, orgs. (1996), Cidadania e violência. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/FGV.

VIANNA, Hermano. (1995), O mistério do samba. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor/Editora da UFRJ.

VIANNA, Letícia. (1999), Bezerra da Silva – produto do morro. Trajetória e obra de um sambista que não é santo. Rio de Janeiro, Zahar.

VIDAL, Dominique. (1996), La politique au quartier. Respect, crise et citoyenneté à Brasília Teimosa, favela urbanisée de Recife (Brésil). Paris, E.H.E.S.S. [Thèse de doctorat en sociologie].

VIOLANTE, Maria Lucia V. (1985), O dilema do decente malandro. A questão da identidade do menor – FEBEM. 4a. edição. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

WACQUANT, Loic J.D. (1996), "Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano". Mana, Estudos de Antropologia Social, v. 2, n. 2/ 145:161

WAGNER, Peter (1994), Sociology of modernity. Liberty and discipline. London, Routledge.

WEBER, Max. (1968). Ensaios de sociologia. Organização de Hans Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Zahar.

WEBER, Max. (1968). Economia y sociedad. Traducción de Jose Medina y Echevarría. México, Fondo de Cultura Económica.

WEBER, Max. (1991). Economia e Sociedade. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília, Editora da UnB.

WIEVIORKA, Michel. (1988), Sociétés et terrorisme. Paris, Fayard.

WILKINS, L. (1964), Social Deviance. Londres, Tavistock.

WILSON, William J. (1987), The Truly Disadvantaged: The Inner City, The Underclass, and Public Policy. Chicago, University of Chicago Press.

WOLFGANG, Marvin E. e FERRACUTI, Franco. (1970), The subculture of violence. London, Tavistock.

ZALUAR, Alba (1985), A máquina e a revolta. São Paulo, Brasiliense.

ZALUAR, Alba. (1995), Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

ZALUAR, Alba. (1995b), "Crime, medo e política". Sociedade e Estado, São Paulo, v. 10, n. 2 / 391:416.

ZALUAR, Alba. (1997), "Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência", in Hermano Vianna (org.), Galeras cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

ZALUAR, Alba (1998), "Para não dizer que não falei de samba", in História da Vida Privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.

ZALUAR, Alba (1999), "A globalização do crime e os limites da explicação local", in José Vicente Tavares dos Santos (org.), Violência em tempo de globalização. São Paulo, Hucitec.

ZYLBERBERG, Sônia. (1992), Morro da Providência: Memórias da favela. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura.